



TRÊS DÉCADAS DE PORTUGAL EUROPEU

Balanço e perspectivas

Coordenador
Augusto Mateus



Largo Monterroio Mascarenhas, n.º 1, 8.º piso
1099-081 Lisboa
Telf: 21 001 58 00
ffms@ffms.pt

© Fundação Francisco Manuel dos Santos
e Sociedade de Consultores Augusto Mateus & Associados (AM&A),
Julho de 2015

Título: Três décadas de Portugal europeu: balanço e perspetivas

Coordenação global: Augusto Mateus
Coordenação executiva: Joana Mateus e Nuno Ferreira
Consultores: Cristina Silva, Dalila Farinha, Hermano Rodrigues, Nuno Ferreira,
Nuno Morim, Paulo Madruga, Sara Salvado, Susana Gouveia, Vitor Escária

Agradecimentos: Agência para o Desenvolvimento e Coesão
(FEDER, FSE e Fundo de Coesão) e INE

Revisão do texto: Isabel Branco

Design: Inês Sena
Paginação: Guidesign

Impressão e acabamentos: Guide – Artes Gráficas, Lda.

ISBN: 978-989-8819-09-3
Dep. Legal: 395 088/15

As opiniões expressas nesta edição são da exclusiva responsabilidade dos autores e não vinculam a Fundação Francisco Manuel dos Santos. Os autores desta publicação adotaram o novo Acordo Ortográfico. A autorização para reprodução total ou parcial dos conteúdos desta obra deve ser solicitada aos autores e ao editor.

TRÊS DÉCADAS DE PORTUGAL EUROPEU

Balanço e perspectivas

coordenador

Augusto Mateus

TRÊS DÉCADAS DE PORTUGAL EUROPEU

Balanço e perspetivas

I. Olhares

Evolução da economia
e da sociedade desde 1986

II. Retratos

Posicionamento de Portugal
na UE em 50 indicadores

III. Fundos

Evolução do financiamento
estrutural da UE a Portugal

ÍNDICE

Três décadas de Portugal europeu: balanço e perspetivas

11	Nota introdutória
30	Siglas e abreviaturas
32	Nomenclaturas das atividades económicas
34	Referenciais Geográficos

I. Olhares

Economia

41	1. Nível de vida e convergência
47	2. Produtividade
53	3. Inflação e convergência nominal
59	4. Procura interna e procura externa
65	5. Consumo e modelos de comércio
71	6. Investimento
77	7. Atividades económicas
83	8. Especialização industrial
91	9. Produções primárias
99	10. Energia
105	11. Comércio internacional
113	12. Viagens e turismo
119	13. Transferências comunitárias
125	14. Investimento estrangeiro
133	15. Balança externa
141	16. Investigação & desenvolvimento e inovação
147	17. Posicionamento competitivo
155	18. Tecido empresarial
161	19. Empresas com capital estrangeiro
167	20. Financiamento das empresas
175	21. Banca e bolsa
183	22. Setor empresarial do Estado
189	23. Carga fiscal
195	24. Despesa pública
203	25. Dívida pública e saldo orçamental

	Sociedade
213	26. Coesão territorial
221	27. Cidades e povoamento
227	28. População
233	29. Emigração e imigração
241	30. Estrutura etária da população
247	31. Estruturas familiares
253	32. Emprego e desemprego
259	33. Trabalho e estrutura social
265	34. Empreendedorismo
271	35. Rendimento e património
277	36. Poupança e endividamento
283	37. Repartição do rendimento e pobreza
289	38. Desigualdade salarial
295	39. Classe média
301	40. Governação
307	41. Proteção social
313	42. Nível de educação
321	43. Serviços de educação
329	44. Saúde
337	45. Imobiliário e habitação
345	46. Conforto e habitação
351	47. Ambiente e desenvolvimento sustentável
357	48. Mobilidade e transportes
363	49. Lazer e cultura
371	50. Sociedade da informação

II. Retratos

379	Sobre os retratos
389	Qualidade de vida
393	Desenvolvimento inteligente
396	Desenvolvimento sustentável: ambiente e coesão territorial
399	Desenvolvimento sustentável: eficiência económica
403	Desenvolvimento sustentável: estabilidade financeira
406	Desenvolvimento sustentável: relevância económica do estado
409	Desenvolvimento sustentável: demografia
412	Desenvolvimento inclusivo
415	Inserção internacional

III. Fundos

- 421 1. O enquadramento da Política de Coesão Europeia e as grandes prioridades nacionais para 2007-2013
- 437 2. Aplicação dos fundos estruturais e de coesão relativos ao período 2007-2013

Nota introdutória

O presente estudo apresenta os resultados do processo de atualização da investigação sobre os 25 anos de Portugal europeu em resposta à renovação e aprofundamento do repto que nos foi lançado inicialmente pela Fundação Francisco Manuel dos Santos, nomeadamente em termos da sua leitura e apropriação por um vasto público não especializado.

Com este estudo, é possível obter, dois anos depois, não só uma análise detalhada da posição de Portugal no contexto europeu à entrada de um novo ciclo de programação estrutural polarizado pelo horizonte de 2020, como uma visão completa do quadro de execução do ciclo anterior (2007-2013).

Esta visão completa envolve, necessariamente, a organização e sistematização da informação sobre os diversos financiamentos estruturais disponibilizados a Portugal neste último período, identificando a sua afetação por fundos, objetivos, área de intervenção, setor institucional e região. Esta visão completa envolve, também, os seus grandes resultados, limitações e consequências no seguimento da respetiva execução comparando, nomeadamente, este ciclo com os três que o antecederam desde a plena adesão europeia de Portugal e a situação à partida (2007) com a situação à chegada (2013).

O presente estudo deve ser entendido, lido e utilizado em articulação e complementaridade com o estudo divulgado em 2013, muito embora tenha sido construído para ter um valor próprio e tenha procurado incorporar uma dimensão de aprendizagem com as críticas e sugestões formuladas sobre o primeiro estudo.

Este novo estudo vem alargar a base de informação e reflexão aberta pelos “25 anos de Portugal europeu”, aprofundando-a em alguns temas que ganharam, nestes anos, maior importância ou nova informação relevante ou melhorada.

Este estudo também não é, nem poderia ser, um estudo sobre os três anos específicos (2011-2013) agora acrescentados, que correspondem a um momento muito particular – a execução de um programa de emergência dominado pela “austeridade” e controlado por instituições internacionais – e exigiriam outros objetivos, outra metodologia e outros instrumentos de análise.

Este novo estudo sobre as “Três décadas de Portugal europeu” agora apresentado, mantendo-se numa linha de análise da evolução de longo prazo, procura aportar mais informação e aprofundar a análise sobre a participação de Portugal na construção europeia, não sendo, por isso, uma repetição do estudo inicial.

O objetivo central continua a ser o de contribuir para que a sociedade portuguesa tenha à sua disposição ferramentas de compreensão e reflexão sobre a sua própria transformação económica e social.

Procura-se favorecer, deste modo, a formação de consensos pragmáticos sobre os desafios prioritários a enfrentar e sobre os caminhos mais eficazes a escolher, valorizando quer a diversidade de experiências e opiniões, quer a relevância do pensamento sobre elementos de informação e conhecimento simultaneamente rigorosos e objetivos, por um lado, e abertos a um enquadramento em realidades e referenciais mais globais, a União Europeia e os seus 28 Estados-membros neste caso, suscetível de relativizar os limites dos quadros locais, regionais ou nacionais, por outro lado.

A Situação

“A sociedade portuguesa enfrenta uma profunda crise que vai muito além da crise financeira do Estado português e que se articula com uma crise específica da construção e governação europeia”. Esta era a afirmação inicial da nota introdutória ao estudo dos 25 anos de Portugal europeu.

Este novo estudo, agora sobre três décadas de Portugal europeu, é apresentado num momento onde, por um lado, não existe nenhuma dúvida nem sobre a dimensão evidente da crise económica e social que se articulou com a crise financeira, nem sobre a concatenação entre a crise portuguesa e a crise europeia, apesar das suas substanciais diferenças, e por outro lado, se vão acumulando sinais, possibilidades, ilusões, esperanças e realidades palpáveis que anunciam um tempo de saída da crise ou, pelo menos, de “convalescência”.

É um tempo de perceção alargada de que os problemas profundos que enfrentamos não têm uma solução nem fácil, nem rápida. É, também, um tempo de mudança, mas onde a mudança se vai afirmando muito mais por necessidade do que por vontade.

Em Portugal, no centro da perspetiva de um abandono progressivo das medidas de “austeridade”, mais rápido ou mais lento, mais seguro ou mais precipitado, e de uma melhoria da situação económica e social estão os fundos europeus estruturais e de investimento, os seus montantes e a sua aplicação.

O ciclo de programação estrutural (2014-2020) foi preparado e arranca num quadro de relevantes ameaças, riscos e incertezas sobre o desempenho da economia portuguesa, nomeadamente enquanto membro da área do euro, e sobre o desempenho da própria União Europeia, sobre a sua capacidade reformadora para alcançar, em tempo útil, um modelo de governação económica e um modelo social ajustados à sua diversidade interna e à nova situação mundial, onde a perda de relevância económica não pode, nem deve, ser acompanhada de perda de relevância científica, cultural, humanitária e política.

O ciclo de programação estrutural (2014-2020) foi preparado e arranca, também, num quadro de dificuldades sociais apreciáveis, nomeadamente em função do elevado nível de desemprego já alcançado e das roturas que os custos dos ajustamentos exigidos pelo programa de auxílio económico e financeiro a Portugal provocaram sobre as condições de vida e as expectativas dos portugueses e sobre os mecanismos de consenso e concertação política e social.

O contexto económico e social deste ciclo de programação estrutural comporta, no plano subjetivo, uma motivação fundamental que corresponde à esperança depositada no papel a desempenhar pelos fundos estruturais na recuperação económica e no processo de saída da presente crise económica e financeira pela sua relevância como principal e determinante instrumento de suporte ao investimento público e privado.

O ciclo de programação estrutural que agora arranca para executar o Acordo de Parceria de Portugal com a União Europeia para o horizonte 2020 será muito diferente das experiências vigentes, com alguma continuidade, nos três primeiros quadros comunitários de apoio, quer da experiência de crise e ajustamento que marcou o ciclo do QREN (2007-2013).

Os objetivos e as regras de execução dos fundos europeus estruturais e de investimento mudaram substancialmente, seja porque passa a existir uma agenda europeia comum com contributos nacionais próprios, em vez de uma coleção de agendas nacionais sujeitas a um enquadramento em grandes orientações de política muito mais flexível, seja porque os problemas económicos e sociais são diferentes, como diferentes são as responsabilidades das instituições responsáveis pelos fundos.

A referência a uma programação para resultados em articulação com uma maior descentralização estratégica que condensa as grandes orientações comunitárias permite entender o alcance do que pode vir aí, sendo que a experiência aconselha a fazer notar que, em termos de fundos estruturais europeus, as mudanças formais são muitas vezes superadas pela inércia quer da sua organização e gestão, quer dos agentes económicos, sociais e institucionais que apresentam, gerem e executam os projetos financiados.

O ciclo 2014-2020 será, assim, um tempo necessariamente marcado pela mudança na orientação e na governação dos financiamentos estruturais em Portugal que importa esclarecer para evitar ilusões e, sobretudo, erros e desperdícios desnecessários.

A concretização com sucesso da transição de “país da coesão” para “país da moeda única”, que deveria ter moldado a gestão dos ciclos de programação 2000-2006 e 2007-2013, não foi conseguida. Esta era uma conclusão do primeiro estudo que sai muito reforçada neste segundo estudo, sinalizando em múltiplas dimensões analisadas nos cinquenta olhares sobre a evolução de Portugal ao

longo de três décadas e sobre a evolução da sua posição relativa no contexto europeu, um insustentável posicionamento de “meio caminho”.

O Portugal Europeu não pode ser uma espécie de “híbrido”, entre as economias mais e menos competitivas, entre as sociedades mais e menos avançadas, entre os territórios mais e menos coesos, nem no contexto europeu, nem no contexto nacional. Esta posição insustentável requer uma trajetória de progresso, em termos de uma competitividade inseparável de uma efetiva coesão económica, social e territorial que, no entanto, só poderá ser alcançada com prioridades e objetivos muito mais focalizados e com uma afetação de recursos muito mais concentrada e, portanto, muito mais difícil de consensualizar.

A economia portuguesa, apesar da sua resiliência em múltiplas atividades e domínios, está confrontada com uma crise económica e social de dimensões muito profundas onde se destaca a combinação de uma crise de emprego e de uma crise de investimento sem precedentes na história moderna da sociedade portuguesa.

A base de partida para este ciclo é, assim, a mais problemática de todos os ciclos de fundos estruturais no Portugal Europeu, seja em termos da configuração do jogo das necessidades, oportunidades e desafios, seja em termos da capacidade de financiamento do investimento, público e privado.

A principal consequência destas alterações relativamente radicais traduz-se na evidente necessidade de garantir o efetivo carácter estrutural que as intervenções e investimentos viabilizados por este novo ciclo de fundos europeus estruturais terão de assumir, uma vez que se trata, não, uma vez mais, de “uma última oportunidade”, mas da oportunidade do país vir a poder entender como positivo o facto de, no futuro, vir a ter acesso a montantes bem menos relevantes, porque isso significaria ter conseguido alcançar resultados suficientes para que a maioria da população portuguesa vivesse em regiões integradas no grupo das regiões europeias mais desenvolvidas.

Este é, também, o maior risco na execução dos fundos, uma vez que não faltam, nem faltarão, vozes que gostariam que os fundos assumissem apenas uma dimensão conjuntural, pouco exigente qualitativamente e mais preocupada em fazer chegar os fundos aos seus destinatários, para lançar meios financeiros sobre uma recuperação económica que não sendo segura se arriscaria, desse modo, a confundir-se com uma trajetória condenada ao fracasso de “mais do mesmo”.

O Projeto

O projeto de investigação das “Três décadas de Portugal europeu” que tive a honra de coordenar, foi realizado pela sociedade de consultores Augusto Mateus & Associados para a Fundação Francisco Manuel dos Santos, na sequência e em articulação com o primeiro estudo apresentado em 2013, que, deste

modo, permitiu aprofundar e completar o estudo inicial num momento tão apropriado, para a sociedade portuguesa, como o do arranque do novo ciclo de fundos estruturais 2014-2020.

O presente estudo é um trabalho coletivo que implicou uma investigação pesada (28 anos, 28 países, 50 temas e muitos mais indicadores). Ele só foi possível pelo envolvimento de uma vasta equipa de especialistas e pela competência dedicada dos que, na equipa, assumiram a coordenação executiva do projeto e garantiram as funções, nem sempre devidamente valorizadas, de gestão da informação estatística, de elaboração de gráficos e infografias e de organização da edição global do estudo.

Antes de proceder à apresentação dos resultados deste projeto importa situar quer os principais pilares da abordagem do estudo inicial, que moldam, obviamente, a investigação associada à atualização dos respetivos resultados, quer os objetivos definidos para o presente estudo de atualização.

A abordagem do estudo “25 anos de Portugal europeu”

O projeto de investigação “Os Fundos Estruturais e o Desenvolvimento Português” procurou permitir uma compreensão das transformações da realidade nacional ao longo dos primeiros 25 anos de plena integração na União Europeia e uma contextualização do contributo dos fundos estruturais à luz desta visão objetiva sobre os resultados alcançados por Portugal entre 1986 e 2010.

A investigação permitiu produzir uma análise rigorosa da evolução e da transformação das realidades portuguesas, suportada por um esforço exigente de sistematização, compatibilização e clarificação de fontes estatísticas e de informação.

O projeto focou-se na produção de três produtos ou instrumentos de aprendizagem que, sobre um mesmo referencial objetivo de observação e medida, permitem formar leituras diversificadas e plurais sobre os caminhos do passado recente, do presente e do futuro da sociedade portuguesa:

- Um conjunto de olhares sobre a evolução da economia e da sociedade entre 1986 e 2010, em três grandes planos de comparação territorial: nacional, regional e no contexto europeu;
- Um conjunto de retratos sobre a situação do país na situação de partida (1986), na situação de chegada (2010) e na viragem para o século XXI (1999), que também configura a viragem das políticas de coesão à escala comunitária;
- Um conjunto de resultados sobre o desenvolvimento de Portugal, que enquadra a leitura do papel dos fundos estruturais na evolução ocorrida nos últimos 25 anos.

A metodologia adotada visou garantir uma articulação coerente entre o carácter limitado e focalizado do papel dos fundos estruturais e o carácter muito mais alargado e abrangente do desenvolvimento da sociedade portuguesa. Os fundos estruturais constituem instrumentos de política pública, onde se combinam a dimensão supranacional, europeia, e a dimensão nacional, não se lhes devendo atribuir uma importância, nem maior, nem menor, da que efetivamente assumem.

A metodologia adotada apoiou-se, assim, numa combinação particular entre articulações de natureza mais económica (configurando determinados “regimes de crescimento”) e articulações de natureza mais social (configurando determinados “modelos sociais”), num contexto mais vasto onde se interpenetram e desenvolvem formas institucionais específicas de estruturação da “democracia” e do “mercado”.

A dimensão institucional, no plano analítico, configura-se entre grandes organizações estruturalmente diversificadas, isto é, as famílias, as empresas, as administrações públicas e os mercados.

A metodologia adotada visou ainda alcançar, nas suas escolhas e opções, um duplo objetivo de equilíbrio:

- Um, relativo ao papel dos fundos estruturais, não lhes “pedindo”, na sua contribuição para o desenvolvimento, nem de menos, nem de mais;
- Outro, relativo à coerência da combinação dos domínios analíticos, não tomando partido *a priori*, nem por dinâmicas *top-down* ou *bottom-up*, nem por dinâmicas de liderança política ou económica, na configuração dos próprios processos de transformação em análise.

A natureza do estudo “25 anos de Portugal europeu” conferiu-lhe a configuração original de uma ferramenta aberta de reflexão, isto é, atribuindo aos seus utilizadores a responsabilidade e o risco de produzirem, ou não, as suas próprias leituras e conclusões com os seus próprios desequilíbrios e de privilegiarem, ou não, o seu próprio posicionamento na vida social, política e económica do país nesse processo.

A atualização do estudo “25 anos de Portugal europeu”

O projeto Portugal Europeu veio permitir uma compreensão das transformações ao longo dos primeiros 25 anos de plena integração na União Europeia, recolhendo, tratando e organizando informação muito dispersa sobre a economia, a sociedade e os fundos estruturais para o período entre 1986 e 2010.

O pedido de assistência financeira internacional do governo português, a par dos pedidos similares da Irlanda e da Grécia ou da assistência específica ao setor financeiro na Espanha, a adesão da Croácia à União Europeia e a

conclusão do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN 2007-2013) são marcos que justificam a atualização deste projeto ao período 2011/2013 e agora no contexto do alargamento da União Europeia (UE) a 28 Estados-membros, ampliando a “biblioteca” sobre o Portugal Europeu.

A atualização do estudo relativo aos “25 anos de Portugal europeu” permitiu incorporar os anos de 2011 a 2013 e, desse modo, completar o estudo inicial de forma a cobrir todos os ciclos de programação dos fundos estruturais desde a plena adesão europeia de Portugal (1989-1993, 1994-1999, 2000-2006 e 2007-2013).

O trabalho de base deste processo de atualização correspondeu à produção de 50 novos olhares sobre a evolução da economia e da sociedade portuguesa desde 1986, agora ao longo de 28 anos, procurando manter uma estreita articulação e continuidade com o estudo inicial, nomeadamente através da utilização da mesma estrutura nas dimensões de análise.

A produção dos novos olhares procurou, em primeiro lugar alargar a análise, sempre que possível, a novos indicadores ou a quantificações mais rigorosas de indicadores já utilizados. A revisão completa da base de informação para utilizar o novo referencial da UE28, não sendo complexa, foi trabalhosa.

Os olhares são apresentados com base numa organização em dois grandes grupos, como no estudo inicial:

- O primeiro grupo cobre 25 olhares que acompanham transformações de índole mais económica, observando o nível de vida e a convergência real, a produtividade, a inflação e a convergência nominal, a procura interna e a procura externa, o consumo e modelos de comércio, o investimento, as atividades económicas, a especialização industrial, as produções primárias, a energia, o comércio internacional, as viagens e turismo, as transferências comunitárias, o investimento estrangeiro, a balança externa, a I&D e a inovação, o posicionamento competitivo, o tecido empresarial, as empresas com capital estrangeiro, o financiamento das empresas, a banca e a bolsa, o setor empresarial do Estado, a carga fiscal, a despesa pública, a dívida pública e o saldo orçamental;
- O segundo grupo cobre 25 olhares que acompanham transformações de índole também social, observando a coesão territorial, as cidades e o povoamento, a população, a emigração e imigração, a estrutura etária da população, as estruturas familiares, o emprego e o desemprego, o trabalho e a estrutura social, o empreendedorismo, o rendimento e património, a poupança e o endividamento, a repartição do rendimento e pobreza, a desigualdade salarial, a classe média, a governação, a proteção social, o nível e os serviços de educação, a saúde, o imobiliário e habitação e o conforto da habitação, o ambiente e o desenvolvimento sustentável, a mobilidade e transportes, o lazer e a cultura e a sociedade da informação.

A produção dos novos olhares procurou, em segundo lugar, focalizar a análise num número mais limitado de quadros e gráficos, minimizando a dimensão do final do estudo e estabelecendo um mesmo fio condutor para a leitura dos olhares.

Com o presente estudo de atualização procurou-se, ainda, que a atualização e o aprofundamento em relação ao estudo original possam vir a servir de suporte a uma intensificação dos esforços de divulgação do estudo original, que a Fundação têm vindo a promover, renovando e refrescando a sua atualidade.

O Conteúdo da Investigação e os Resultados

A expressão “Portugal Europeu” cobre uma realidade e um processo que dão conta de um vasto conjunto de transformações experimentadas pela sociedade e pela economia portuguesa no contexto da sua plena integração na construção europeia, onde se articulam momentos (anos) de maior continuidade e momentos (anos) de mudança mais significativa, como os relativos à moeda única ou ao alargamento da UE15 para a UE25.

A investigação subjacente à atualização dos 25 anos de Portugal europeu envolveu a construção de uma nova base de dados estatística, facilitada pelas atuais condições de organização e divulgação da informação estatística pelo Eurostat e pelas diferentes autoridades estatísticas nacionais.

Este novo estudo utiliza assim, para além do referencial atualizado a 28 países, com a inclusão da Croácia, os dados estatísticos definitivos relativos ao período 2007-2013, quer à escala europeia, quer à escala nacional, permitindo afinar e consolidar alguns dos olhares e retratos anteriormente produzidos.

As políticas de coesão e convergência envolvem ciclos de programação de médio prazo que justificam a utilização do respetivo calendário para a organização das reflexões de mais longo prazo. A passagem do horizonte dos 25 anos para um horizonte de 28 anos permitiu, assim, incorporar completamente o quarto ciclo de programação estrutural (2007-2013).

Com efeito, em 2014 e ao longo de 2015 têm vindo a ser concluídos e encerrados os projetos que deram vida ao QREN 2007-2013 permitindo o acesso a informação muito relevante relativa à execução física e financeira dos projetos e aos resultados concretos obtidos.

A investigação desenvolvida passou, no terreno da análise da execução dos fundos estruturais em Portugal, por visitar os relatórios de execução dos fundos estruturais, bem como os estudos de avaliação intercalar entretanto produzidos, de forma a permitir a revisitação do estudo anterior, na componente relativa aos fundos estruturais, para garantir que a sua atualização permita obter uma visão de conjunto do ciclo 2007-2013 suficientemente completa.

O acesso à informação necessária envolveu a colaboração das entidades gestoras na medida em que uma parte relevante da informação não se encontra publicada. Esta colaboração sendo efetiva, foi mais desequilibrada quando comparada com o estudo inicial, o que pode ser explicado pela menor disponibilidade dos recursos mais qualificados ainda fortemente absorvidos pela preparação e arranque do ciclo 2014-2020.

A investigação desenvolvida permitiu, neste quadro, alcançar, para além da simples atualização de informação, um conjunto de melhorias ao nível da análise onde merecem especial destaque as seguintes:

- Acomodou-se o mais recente alargamento da União Europeia, substituindo o referencial da UE27 pelo referencial da UE28.

Este processo conduziu, também, a desenvolver a utilização conjunta, sempre que existissem ganhos analíticos significativos, dos referenciais da UE28 e da UE15, favorecendo desse modo a perceção das alterações enfrentadas pelo Portugal Europeu no seu processo de convergência antes e depois do alargamento.

Utilizou-se, também, nesse mesmo sentido, um mais extenso recurso à comparação de Portugal com os “países do alargamento”, países onde se centram atualmente as grandes preocupações em matéria de coesão, embora alguns já tenham alcançado um nível de vida, expresso em paridades de poder de compra, superior ao da Grécia e de Portugal, e com os “países iniciais da coesão” (Grécia, Espanha e Irlanda), que com Portugal concentraram as preocupações em matéria de coesão no referencial da UE15 que acompanhou toda a primeira fase do percurso de Portugal no seio da União Europeia;

- Reviram-se e validaram-se as estimativas utilizadas no estudo original, relativas aos anos mais recentes, nomeadamente nos países com sistemas estatísticos menos desenvolvidos, que agora puderam ser substituídas por fontes estatísticas estabilizadas, processo que foi alargado à introdução de alguns novos indicadores agora disponíveis;
- Produziu-se, com o presente estudo, um instrumento com valor próprio para além da simples atualização, ou seja, é possível lê-lo e utilizá-lo autonomamente sem ter de recorrer ao estudo inicial.

Os leitores que não tenham tido contacto com o estudo inicial podem começar pelo mais recente, recomendando-se, no entanto, que o visitem para beneficiar completamente de todas as informações e análises disponibilizadas. Do mesmo modo se recomenda, aos leitores que já tiveram contacto com o estudo inicial, que confrontem, interativamente, os dois relatórios para otimizar a sua apropriação em função dos seus interesses mais gerais ou mais específicos.

Procurou-se, assim, evitar a possibilidade do surgimento de qualquer tipo de confusão entre uma atualização substancial e com novos conteúdos e uma mera repetição;

- Reorganizou-se a estrutura de exposição dos “olhares”, o “filme” sobre a evolução da economia e da sociedade desde a adesão à UE.

O alargamento do horizonte até 2013 foi efetuado com o cuidado de continuar a fornecer uma visão de longo prazo articulada com a sinalização das alterações de ritmo e de sentido nas transformações operadas ao nível dos diferentes domínios temáticos de observação. Procurou-se, deste modo, evitar a “tentação” de focalizar a novidade em 2011-2013;

- Redefiniu-se o modelo do texto e dos gráficos dos 50 temas observados através dos olhares num sentido de maior uniformidade e menor dimensão de páginas.

Os olhares passaram, neste novo desenho, a obedecer a uma estrutura fixa onde três gráficos do mesmo tipo, que ilustram o percurso de Portugal entre 1986 e 2013 e a posição de Portugal no contexto da União Europeia, são precedidos de um texto analítico e conclusivo.

Os olhares são, agora, completados com mais duas a três páginas de gráficos que permitem aprofundar uma questão específica de maior relevância e/ou utilidade, que fundamentam a análise incluída no texto inicial;

- Produziram-se dois novos retratos relativos ao posicionamento de Portugal nos referenciais europeus em 50 indicadores de desenvolvimento selecionados para os anos de 2007 e 2013 (no estudo anterior foram produzidos retratos para 1986, 1999 e 2010) e revisitou-se o retrato de 1999 para permitir acomodar uma comparação da evolução do referencial médio europeu antes (UE15) e depois (UE28) do alargamento.

A lógica desta organização corresponde a traçar um retrato sólido sobre a situação do país na viragem das políticas de coesão à escala comunitária e no momento chave da alteração da política cambial (1999), no início do último ciclo de programação, depois do grande alargamento (2007) e à chegada destes 28 anos de análise (2013);

- Reorganizou-se completamente a estrutura de apresentação dos retratos com base em duas alterações principais.

A primeira alteração correspondeu a uma solução para algumas dificuldades de leitura, no primeiro estudo, sobretudo quando os indicadores podem ter valores positivos e negativos ou quando o “menos” é indicador de “melhor”.

A forma adotada agora permite visualizar a posição de todos os Estados-membros, salientando a posição de Portugal, do referencial da União Europeia

(UE28), e dos países com o valor mais elevado e o valor mais baixo (não se consideram aqui algumas situações atípicas).

A segunda alteração corresponde à produção de uma visão de conjunto, integrando os diferentes indicadores nove indicadores sintéticos cobrindo outras tantas dimensões relativas à qualidade de vida (1), à inserção internacional (2), ao desenvolvimento inteligente (3), ao desenvolvimento inclusivo (4), ao desenvolvimento sustentável – ambiente e coesão territorial (5), ao desenvolvimento sustentável – demografia (6), ao desenvolvimento sustentável – eficiência económica (7), ao desenvolvimento sustentável – governação pública (8) e ao desenvolvimento sustentável – estabilidade financeira (9), para propiciar uma visão de conjunto mais rica e de leitura mais facilitada.

Os resultados obtidos estão em linha, como não podia deixar de ser, com os grandes resultados evidenciados pelo estudo inicial, sendo apresentados no corpo do relatório na sequência olhares, retratos e fundos.

Os Grandes Temas de Reflexão e Ação

O presente estudo sobre três décadas de Portugal europeu permite aos autores fornecer uma visão de conjunto de toda a nova informação disponibilizada e um confronto com os roteiros elaborados para o estudo inicial.

O objetivo continuou a ser, como vimos, o da produção de uma plataforma organizada de partilha de conceitos, de indicadores e de análises que permitam alimentar e potenciar processo de reflexão aberta e diversificada por todos os que se interessam pelo futuro da economia e da sociedade portuguesa, bem como pelo futuro da construção europeia.

Os roteiros de interpretação e influência nesse futuro deverão ser construídos a partir da plataforma de informação e conhecimento agora disponibilizada. Sinalizamos aqui, a terminar, dois temas de reflexão e ação que surgem, naturalmente, do próprio âmbito e natureza da investigação desenvolvida.

Trata-se, por um lado, da plena compreensão do contexto de execução do ciclo de fundos europeus estruturais e de investimento no horizonte 2020, e da sua significativa diferenciação em relação ao ciclo anterior que agora está a terminar.

Trata-se, por outro lado, da plena compreensão dos desafios do crescimento económico depois da crise onde, para os autores, em Portugal e na Europa, se trata da construção de um novo paradigma económico, mas também social, ambiental e institucional, e não de um regresso ao passado ou de uma simples retoma económica.

As reflexões que a seguir se sistematizam correspondem a situar a utilização desse estudo no seu quadro temporal – o médio e o longo prazo – quer em termos de análise, quer em termos de utilidade – a sustentabilidade de um futuro melhor.

Os fundos estruturais no horizonte 2020

O QREN 2007-2013 foi preparado num contexto económico marcado, à escala mundial, por uma perspetiva de manutenção de um ritmo sustentado de crescimento económico impulsionado pelo desenvolvimento das grandes economias emergentes. À escala europeia, o otimismo baseava-se numa perspetiva de sinergias de crescimento e criação de emprego, entre um dinamismo quantitativo, alavancado pela consolidação do mercado interno e pelo alargamento às economias emergentes da Europa central e oriental, e um dinamismo qualitativo associado a uma mais pragmática implementação da “Estratégia de Lisboa Renovada”.

À escala nacional, o otimismo prevalecente era alimentado por uma perspetiva de inversão da tendência de divergência económica, verificada no ciclo de programação estrutural de 2000-2006.

A preparação do QREN 2007-2013 foi, assim, muito marcada pela influência de um ciclo favorável ao crescimento económico, com a economia mundial a manter ritmos bem dinâmicos situados em torno dos 5% no período 2004-2006, alimentado por uma crescente interpenetração dos fluxos de investimento e comércio internacional, com o comércio mundial a crescer 7,4% em 2005 e 9,2% em 2006.

Este quadro global favorável ao crescimento económico e ao investimento apenas foi mitigado pelos sinais, já visíveis, de dificuldade associados, no plano europeu, às novas realidades de diversidade interna criadas pelo alargamento e aos novos desafios colocados pela aceleração da globalização em articulação com um desempenho modesto em matéria de crescimento e emprego.

No plano nacional, essa mitigação era associada à permanência de importantes debilidades competitivas, num contexto de concorrência acrescida e moeda única que se traduziam numa tendência persistente para um relevante desequilíbrio externo e para um crescimento económico diminuído.

O contexto económico então prevalecente comportava uma visão sobre o futuro cujo otimismo se centrava mais na permanência de condições favoráveis de financiamento à escala global induzidas pelo crescimento da poupança nas economias emergentes, do que na expectativa de alcançar um elevado ritmo de crescimento económico.

As perspetivas prevalecentes à altura orientavam-se mais para um cenário de crescimento moderado onde os investimentos de reestruturação e aceleração competitiva tenderiam a prevalecer sem depararem com especiais dificuldades na obtenção dos capitais alheios necessários, em sintonia, aliás, com os objetivos da promoção da economia baseada no conhecimento, da internacionalização na produção e distribuição de bens e serviços transacionáveis e da qualificação do tecido empresarial, em particular das PME.

O contexto de execução do QREN 2007-2013 foi-se alterando significativamente ao longo da sua vigência, primeiro com a passagem para um cenário de reforço da probabilidade de crescimento diminuído e, depois, com a verificação de um cenário de crise estrutural e de recessão prolongada, colocando novos desafios sob o impulso de transformações substanciais e profundas onde se destacam:

- As alterações verificadas na evolução da rentabilidade das empresas e das expectativas dos investidores, bem como na evolução das condições de financiamento das empresas junto do sistema financeiro (custo e acesso), com reflexos muito importantes na alimentação, influência, atratividade e procura dos instrumentos de política pública;
- As oscilações nos fluxos de investimento em ritmo e orientação setorial com especial incidência nas indústrias envolvidas em cadeias de abastecimento mais globalizadas, onde a consolidação do alargamento da União Europeia produziu um relevante desvio de investimento da Europa do sul para a Europa central e oriental;
- As progressivas dificuldades de financiamento público primeiro com o início, ainda tímido, da consolidação orçamental e, depois, com o fecho do acesso aos mercados financeiros para a emissão de dívida soberana, dificultando a disponibilização da contrapartida nacional pública e gerando grandes dificuldades financeiras na gestão financeira de universidades e outras instituições de suporte à atividade empresarial.

As perturbações despoletadas no setor financeiro e no núcleo duro do mundo mais industrializado generalizam-se a todas as atividades económicas e a todas as economias, numa conjuntura dominada por uma turbulência sem precedentes na experiência da segunda metade do século XX, consumando uma profunda crise económica e financeira de natureza global.

A forte queda do comércio mundial, na viragem para 2008, prolongada no início de 2009, que arrastou a própria economia mundial para um quadro recessivo, veio reforçar drasticamente a pressão nos mercados de trabalho fazendo aumentar rapidamente os níveis de desemprego. As economias mais desenvolvidas conheceram, assim, uma recessão sem precedentes que marcou o final de 2008 e o primeiro semestre de 2009.

O contexto económico da preparação do ciclo de programação estrutural 2014-2020 situou-se à partida, como um contexto de superação (pós) de duas experiências que importava ultrapassar com base num alargado processo de aprendizagem coletiva:

- Uma primeira, onde se manifestaram intensamente vulnerabilidades competitivas da economia portuguesa potenciadas pelos incentivos públicos à satisfação de uma procura interna alavancada por um endividamento

generalizado, alimentando a conjugação de elevados défices da balança externa e de défices excessivos nas contas públicas;

- Uma segunda, associada à execução do programa de auxílio económico e financeiro a Portugal por parte do FMI, do BCE e da União Europeia que garantiu um financiamento de médio prazo indexado ao cumprimento de medidas de ajustamento e reforma muito exigentes, nomeadamente em matéria de consolidação orçamental, que se traduziram num agravamento das tendências recessivas na produção, no consumo e no investimento e, sobretudo, num forte agravamento do desemprego e numa intensificação da pobreza.

Estas perturbações económicas, sociais e políticas, combinando de forma muito particular, na sua natureza e profundidade, complexidade e incerteza, ajudam a explicar porque prevaleceu, muitas vezes, uma lógica de expectativas adaptativas e reativas na interpretação da dimensão conjuntural e estrutural dessas mesmas perturbações e uma insuficiência dos mecanismos de coordenação das medidas de consolidação orçamental e de promoção do crescimento económico.

O contexto económico da programação estrutural 2014-20 corresponde, em primeiro lugar, à escala europeia e nacional, a uma adaptação às alterações de natureza estrutural que vieram mudar de forma muito significativa as condições de concorrência no mercado interno europeu e nos mercados internacionais e, desse modo, destabilizar modelos de negócio e fatores competitivos, onde importa destacar:

- A implantação de um novo motor do crescimento económico à escala mundial, polarizado pelas grandes economias emergentes e pela grande região do Pacífico, que vai cavando um fosso crescente de dinamismo em relação ao mundo industrializado e à grande região do Atlântico Norte, no quadro mais geral da fragmentação das cadeias de produção e distribuição de bens e serviços transacionáveis nos mercados globalizados, que vai gerando novos desequilíbrios entre as lógicas da produção e do consumo e novas assimetrias que questionam a coesão económica e social nas sociedades industriais e pós-industriais;
- O progressivo esgotamento da possibilidade de uma utilização continuada dos recursos naturais à margem de um quadro de desenvolvimento sustentável, pressionando os orçamentos públicos com responsabilidades de médio e longo prazo associadas à promoção de novos bens e serviços públicos “ambientais”, muitos deles de natureza global, e à correção e mitigação dos custos ambientais do crescimento económico do passado recente;
- A consolidação do fenómeno de envelhecimento da população nas sociedades mais industrializadas, gerando uma demografia muito mais

pesada para os orçamentos públicos (reformas, despesas de saúde), muito menos favorável ao crescimento económico e favorecendo novos e diversificados fluxos migratórios;

- A afirmação das cidades como elemento estruturante dominante dos modos de produção e de consumo e dos próprios estilos de vida, em articulação com a consolidação dos serviços como grande setor empregador e com a difusão da utilização das tecnologias de informação numa era de comunicação de massa global de notícias, conteúdos e produtos, geradora de novos movimentos de uniformização e diferenciação, que se vai expandindo territorialmente à escala planetária.

As orientações comunitárias para o horizonte 2020 postulam a obtenção de resultados centrados na qualidade do crescimento económico (inteligente, inclusivo e sustentável) mas surgem demasiado genéricas e ambíguas em termos de ajustamento estrutural às tendências pesadas de transformação das economias, dos Estados e das sociedades que se desenvolvem à escala global do planeta.

Em Portugal, estas orientações serão bastante úteis se vierem a propiciar avanços em matéria de territorialização das estratégias, concentração de recursos, prosseguimento de agendas temáticas focalizadas e programação para resultados.

O contexto económico da programação estrutural 2014-2020 corresponde, em segundo lugar, à escala nacional, a uma imperiosa necessidade de relançamento de uma trajetória de convergência efetiva da economia nacional e das suas regiões, na União Europeia alargada.

Este relançamento só será possível, no entanto, com uma nova visão sobre as relações entre coesão e competitividade, por um lado, e entre competitividade e internacionalização, por outro lado, isto é, não com base numa vontade reforçada, mas com base em melhores estratégias regionais e temáticas e maior coerência nacional e europeia.

A preparação do QREN 2007-2013 foi inspirada, em boa medida, pela procura de um novo equilíbrio global entre competitividade e coesão suscetível de ser implementado de diferentes formas ao nível das regiões, tanto mais que, pela primeira vez, o país conhecia várias formas de inserção na programação estrutural (regiões de convergência, regiões em transição e região desenvolvida).

A execução do Acordo de Parceria 2014-2020 deverá ser inspirada pela procura de novos círculos virtuosos entre competitividade e coesão, nomeadamente com intervenções de valorização competitiva de infraestruturas e outros investimentos polarizados pela lógica da coesão em anteriores ciclos de programação, por um lado, e com intervenções de reestruturação competitiva de atividades e empresas indutoras de resultados palpáveis em matéria

de eficiência, produtividade e redução do desemprego melhorando duradouramente a coesão económica, por outro.

O sucesso na execução do ciclo de fundos estruturais 2014-2020 dependerá, em boa medida, da procura de focos muito mais específicos e muito menos genéricos na promoção da competitividade.

A diferenciação regional das estratégias poderá desempenhar um importante papel nesta focalização das intervenções nas prioridades com maior potencial de inovação e renovação do paradigma competitivo da economia portuguesa, mas será, sem dúvida, a aceleração da integração europeia e da participação na globalização que representará o grande desafio a vencer no relançamento da convergência real da economia portuguesa.

Os desafios da execução do ciclo de fundos estruturais 2014-2020 são afinal os que nos confrontam duramente com a eficiência e a organização.

Não basta ter uma boa ideia geral, não basta estar, muitas vezes, do lado certo da resposta à questão sobre o que devemos fazer (*“do the right thing”*), como quando escolhemos prioridades como educação, saúde ou cultura, é preciso estar do lado certo dos procedimentos que dão vida aos nossos sonhos e objetivos, ganhando liberdade de escolha e materializando resultados com base na eficiência acrescida pelas competências e pelo nível organizacional (*“do the things right”*).

O crescimento depois da crise

A economia portuguesa encontra-se “a meio” de uma transição relativamente longa para um novo paradigma competitivo imposto pela concorrência acrescida nascida da aceleração da globalização, pelo alargamento da União Europeia e pelo regime macroeconómico da União Económica e Monetária, que importa concluir com sucesso e o mais rapidamente possível.

Esta transição é marcada, decisivamente, por três áreas críticas de ação onde se ganha, ou se perde, o sucesso na superação da crise estrutural de competitividade da economia portuguesa.

Em primeiro lugar, trata-se de priorizar o aumento cumulativo da produtividade-valor (primado do “melhor” sobre o “mais”) reconhecendo que as principais dificuldades competitivas da economia portuguesa não correspondem tanto a problemas de produtividade física nas operações de transformação e produção (eficiência) mas, sobretudo, a problemas de posicionamento nas atividades com maior relevância nas cadeias de valor de satisfação de procuras de empresas e de consumidores em mercados concorrenciais (eficácia).

Em segundo lugar, trata-se de priorizar o desenvolvimento de novos fatores competitivos no terreno da competitividade não-custo (combinação específica de processos de inovação e de diferenciação indutores de maior valor

acrescentado) reconhecendo que importa sistematizar organicamente um vasto conjunto de iniciativas colaborativas de adoção, adaptação e desenvolvimento tecnológico nas atividades que permitem mobilizar conhecimento, cultura e criatividade para produzir bens e serviços transacionáveis.

Em terceiro lugar, trata-se de garantir uma muito mais ativa participação na globalização, reequilibrando o balanço de ameaças e oportunidades (afetação prioritária de recursos às atividades de bens e serviços transacionáveis com uma redução do conteúdo importado das exportações e um aumento da capacidade nacional de satisfação da procura interna) reconhecendo que a reorientação da economia portuguesa para fora, mas a partir de dentro, exige uma mudança global na afetação dos recursos.

A promoção da competitividade e da internacionalização da economia portuguesa comporta, neste quadro, quatro elementos distintivos em relação aos anteriores ciclos de utilização de fundos estruturais e de investimento comunitários.

Em primeiro lugar, o tempo do horizonte 2020 surge como um tempo de reestruturação e mudança e não como um tempo de adaptação e modernização, isto é, um tempo em que as políticas públicas precisam de ser formuladas de forma mais aberta e experimental priorizando, com clareza, as motivações de transformação estrutural sobre as motivações de adesão ao tecido económico vigente.

Em segundo lugar, o tempo do horizonte 2020 é o tempo dominado pela complexidade e pela diferenciação, isto é, um tempo onde não é suficiente produzir escolhas simplificadas sobre o sentido das iniciativas e/ou sobre os domínios de aplicação dos incentivos, uma vez que importa, sobretudo, produzir escolhas sobre o foco principal e predominante das ações e sobre os mecanismos de promoção da resiliência e/ou de equilíbrios dinâmicos nos eixos de mudança mais relevantes.

Em terceiro lugar, o ponto de partida deste novo ciclo surge marcado por uma situação económica e social de retrocesso em relação aos níveis de emprego, crescimento, investimento alcançados, pela economia portuguesa, durante o período em que efetivamente convergiu no espaço da União Europeia, isto é, uma situação onde importa construir uma estratégia de recuperação.

Em quarto lugar, a dimensão assumida pelo desemprego resulta de uma combinação especialmente adversa de formas de desemprego “keynesiano” (insuficiência da procura agregada) e de desemprego “clássico” (insuficiência da rentabilidade dos projetos e da confiança dos investidores).

O reconhecimento dos contornos concretos e específicos da crise de competitividade da economia portuguesa, no quadro mais geral das dificuldades experimentadas pelas economias europeias numa economia mundial onde os ritmos de crescimento económico se tornaram muito desiguais e as economias emergentes conduzem o dinamismo económico, constitui o guia

para a organização de esforços eficazes na promoção competitividade e da internacionalização.

O quadro prospetivo aberto pelo diagnóstico para a execução do ciclo de programação 2014-2020 corresponde, assim, a um quadro de lenta recuperação onde as condições de financiamento da economia portuguesa podem melhorar, em função do regresso aos mercados e da nova disponibilidade de fundos comunitários e instrumentos financeiros de apoio ao investimento, depois de um ajustamento de austeridade que deixará seguramente custos económicos e sociais muito acima do previsto, em especial em matéria de desemprego e resiliência do tecido empresarial.

A reinvenção do crescimento económico, a recuperação lenta, mas segura depois da crise, no quadro das oportunidades abertas pela execução dos fundos europeus estruturais e de investimento, obriga a eger, em matéria de competitividade e internacionalização, quatro direções principais.

Em primeiro lugar situa-se a produção de um novo equilíbrio entre uma agenda temática e várias agendas estratégicas territoriais diferenciadas, combinando o contributo da agenda temática para a sustentação da resposta ao “como?” e o contributo das agendas estratégicas territoriais para a sustentação das respostas ao “onde?”.

As três direções principais deste novo equilíbrio envolvem:

- A valorização de uma agenda temática integradora dos esforços nacionais de promoção da competitividade, sobre a pulverização de múltiplas procuras setoriais e regionais;
- A valorização de agendas territoriais mais responsáveis e autónomas e, também, mais diversas nos caminhos e objetivos escolhidos, onde a promoção da competitividade se articula com os objetivos de coesão social e de sustentabilidade para garantir a convergência;
- A reinvenção da configuração dos programas operacionais regionais que devem passar a desempenhar uma função insubstituível de charneira entre “tema” e “território”.

Em segundo lugar surge a produção de uma nova orientação prioritária dos instrumentos de política para os processos competitivos, para garantir maior eficácia na obtenção de resultados e evitar o surgimento de paradoxos relativos à debilidade do retorno estrutural dos investimentos induzidos.

Este novo equilíbrio deve corresponder a um claro movimento de secundarização dos elementos de orientação para as condições potenciais de competitividade (a envolvente, as infraestruturas e os equipamentos) que têm prevalecido na gestão dos fundos estruturais, a favor de uma clara emergência e afirmação dos elementos de orientação que permitam consagrar definitivamente a eleição

dos resultados na melhoria sustentada da produtividade geradora de riqueza como o grande objetivo em matéria de competitividade.

Em terceiro lugar importa valorizar as empresas como protagonistas dos processos de melhoria da produtividade e da competitividade com consequências significativas, em termos orçamentais, no aumento dos recursos disponibilizados para as iniciativas e ações com envolvimento direto das empresas, num quadro de redistribuição favorável aos projetos cooperativos e desfavorável aos projetos estritamente individuais.

Não se trata apenas de reconhecer que são as empresas, e não os projetos, que concorrem nos mercados. Trata-se de reconhecer que a maior ou menor qualidade, orgânica e estratégica, das empresas portadoras dos projetos é uma das principais condições críticas de sucesso dos investimentos e ações incentivados.

Em quarto, e último lugar, perfila-se a necessidade de adotar uma perspetiva global da sustentabilidade, em linha com os objetivos do crescimento sustentável à escala europeia e com os esforços polarizados pela abordagem do desenvolvimento sustentável à escala internacional, superando as limitações de uma perspetiva estritamente ambiental.

Esta inflexão não só produziria níveis muito mais satisfatórios de proteção e conservação da natureza e da biodiversidade como, sobretudo, permitiria ligar muito mais solidamente, a promoção da competitividade com a renovação dos modelos energéticos e de mobilidade (em direção a uma muito menor dependência do carbono) e com a regeneração urbana (em direção a centros mais dinâmicos e periferias mais qualificadas).

O objetivo de uma recuperação em direção a um novo modelo de crescimento sustentável está indissoluvelmente ligado, no caso português atual, a um objetivo de profunda reformulação do sentido da afetação dos recursos em direção às atividades de bens e serviços transacionáveis, isto é, corrigindo a ineficácia alocativa que conduziu a economia portuguesa a uma estagnação do crescimento económico.

A progressiva articulação entre competitividade e internacionalização não pode, por isso, deixar de incorporar um objetivo de reequilíbrio estrutural da balança de bens e serviços em articulação com um aumento significativo do valor acrescentado líquido exportado arrastado pelo progressivo ganho de peso das atividades diretas e indiretas de exportação e substituição de importações.

Augusto Mateus

Coordenador do estudo e Presidente da sociedade de consultores Augusto Mateus & Associados.

Siglas e abreviaturas

APA | Agência Portuguesa do Ambiente

BACH | *Bank for the Accounts of Companies Harmonised*

BCE | Banco Central Europeu

BIS | *Bank for International Settlements*

CAE | Classificação das Atividades Económicas

CEE | Comunidade Económica Europeia

CELE | Comércio Europeu de Licenças de Emissão

CIM | Comunidades Intermunicipais

Cnuced | Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento

COICOP | Classificação do Consumo Individual por Objetivo (Classification of Individual Consumption According to Purpose)

CMVM | Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

CRM | Customer Relationship Management

CTUP | Custo em trabalho por unidade produzida

DGEEC | Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência

DGEG | Direção Geral de Energia e Geologia

E-gov | Electronic Government

EEA | Agência Europeia do Ambiente

ERP | Enterprise Resource Planning

ETAR | Estação de Tratamento de Águas Residuais

Eur-lex | Legislação e outros documentos públicos da UE

FBCF | Formação Bruta de Capital Fixo

FEDER | Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

FMI | Fundo Monetário Internacional

FSE | Fundo Social Europeu

GEE | Emissões de gases com efeito de estufa

GPP | Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral

IAVE | Instituto de Avaliação Educativa, I.P.,

IDE | Investimento Direto Estrangeiro

IDPE | Investimento Direto do País no Exterior

IEC | Imposto Especial sobre o Consumo

IEFP | Instituto do Emprego e Formação Profissional

IPC | Índice de Preços no Consumidor

I&D | Investigação & Desenvolvimento

I&D+I | Investigação, Desenvolvimento e Inovação

IMI | Imposto Municipal sobre Imóveis

IMT | Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis

INE | Instituto Nacional de Estatística

IPSFL | Instituições privadas sem fins lucrativos

IRC | Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas

IRS | Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares

ISCED | Classificação Internacional Normalizada da Educação (International Standard Classification of Education)

ISFL | Instituições Sem Fins Lucrativos

ITF | Fórum Internacional dos Transportes

IUC | Imposto Único de Circulação

IVA | Imposto sobre o Valor Acrescentado

NUTS | Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

OCDE | Organização para a Cooperação e Desenvolvimento

OMC | Organização Mundial do Comércio

PAEF | Programa de Assistência Económica e Financeira

PALOP | Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PIB | Produto Interno Bruto

PIC's | Países Iniciais da Coesão

PISA | Programa Internacional de Avaliação de Alunos

PLII | Posição Líquida do Investimento Internacional

PME | Micro, Pequenas e Médias Empresas

PNUD | Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPC | Paridades Poder de Compra

p.p. | pontos percentuais

QCA | Quadro Comunitário de Apoio

QREN | Quadro de Referência Estratégico Nacional

RNB | Rendimento Nacional Bruto

SEE | Setor Empresarial do Estado

SEF | Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

TIC | Tecnologias de Informação e Comunicação

TICE | Tecnologias de Informação, Comunicação e Eletrónica

UE | União Europeia

UEM | União Económica e Monetária

VAB | Valor Acrescentado Bruto

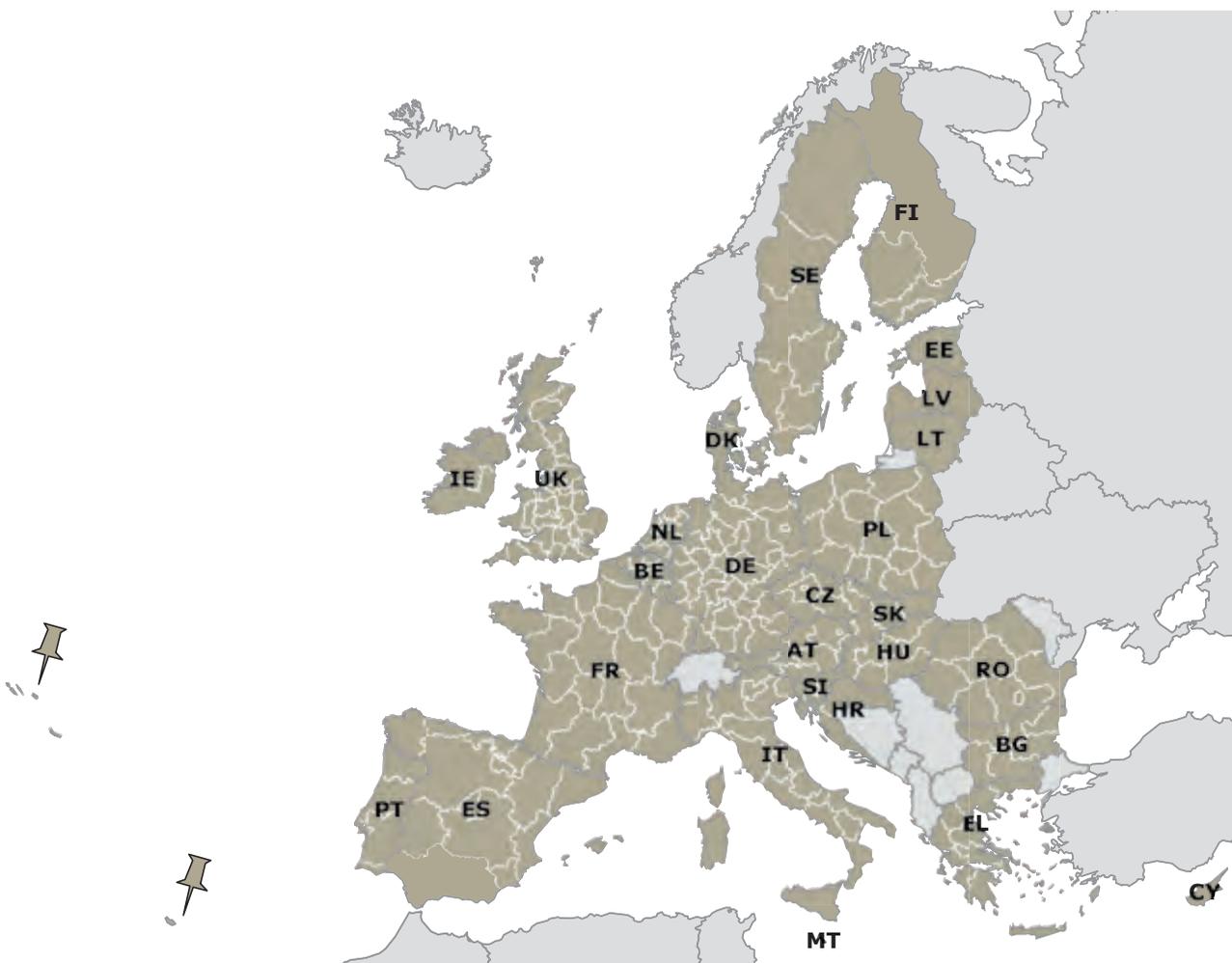
WTTC | *World Travel & Tourism Council*

Nomenclaturas das atividades económicas

Atividades	Ramos	Designação detalhada
Primárias	Primárias	Agricultura, silvicultura e pesca
	Extrativas	Indústrias extrativas
	Alimentares	Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco
	Têxtil, vestuário e calçado	Indústria têxtil, do vestuário, do couro e dos produtos de couro
	Madeira e papel	Indústria da madeira, pasta, papel e cartão e seus artigos e impressão
	Petrolíferas	Fabricação de coque e de produtos petrolíferos refinados
	Químicas	Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas e artificiais
	Farmacêutica	Fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas
Indústria	Plástico, borracha e minerais	Fabricação de artigos de borracha, de matérias plásticas e de outros produtos minerais não metálicos
	Metalurgia e produtos metálicos	Indústrias metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos
	Informática e eletrónica	Fabricação de equipamentos informáticos, equipamentos para comunicação, produtos eletrónicos e óticos
	Equipamento elétrico	Fabricação de equipamento elétrico
	Máquinas e equipamento	Fabricação de máquinas e equipamentos, n.e.
	Equipamento de transporte	Fabricação de material de transporte
	Outras indústrias	Indústrias transformadoras, n. e.; reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos
	Eletricidade e gás	Produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e ar frio
	Águas e resíduos	Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição
Construção	Construção	Construção
Comércio e logística	Comércio	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos
	Transportes e armazenagem	Transportes e armazenagem
	Alojamento e restauração	Atividades de alojamento e restauração

Atividades	Ramos	Designação detalhada
Informação e comunicação	Media	Atividades de edição, gravação e programação de rádio e televisão
	Telecomunicações	Telecomunicações
	Informática e informação	Consultoria, atividades relacionadas de programação informática e atividades dos serviços de informação
Financeiras	Financeiros	Atividades financeiras e de seguros
Imobiliárias	Imobiliários	Atividades imobiliárias
Científicas e técnicas	Científicos e técnicos	Atividades jurídicas, de contabilidade, gestão, arquitetura, engenharia e atividades de ensaios e análises técnicas
		Outras atividades de consultoria, científicas e técnicas
	I&D	Investigação científica e desenvolvimento
	Atividades de suporte	Atividades administrativas e dos serviços de apoio
Serviços públicos	Administração pública	Administração pública e defesa; segurança social obrigatória
	Educação	Educação
	Saúde	Atividades de saúde humana
	Apoio social	Atividades de apoio social
Cultura e lazer	Cultura e lazer	Atividades artísticas, de espetáculos e recreativas
	Outros serviços	Outras atividades de serviços
	Domésticos	Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico. atividades de produção de bens e serviços pelas famílias para uso próprio
	Outros serviços	Outras atividades de serviços
	Domésticos	Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico. atividades de produção de bens e serviços pelas famílias para uso próprio

Referenciais Geográficos



DE	Alemanha	UEI5	
BE	Bélgica		
FR	França		
IT	Itália		
LU	Luxemburgo		
NL	Holanda		
DK	Dinamarca		
IE	Irlanda		
UK	Reino Unido		
EL	Grécia		
ES	Espanha		
PT	Portugal		
AT	Áustria		
FI	Finlândia		
SE	Suécia		
CY	Chipre	UE27	
SK	Eslováquia		
SI	Eslovénia		
EE	Estónia		
HU	Hungria		
LV	Letónia		
LT	Lituânia		
MT	Malta		
PL	Polónia		
CZ	República Checa		
BG	Bulgária		UE28
RO	Roménia		
HR	Croácia		

Outros países

AO	Angola
BR	Brasil
CA	Canadá
US	EUA
NO	Noruega
RU	Rússia
CH	Suíça
VE	Venezuela

I

Olhares

Evolução da economia e
da sociedade desde 1986

Olhares

ECONOMIA

Da inflação à dívida pública, da produtividade ao comércio internacional, 25 olhares observam transformações na economia portuguesa desde a adesão à União Europeia

1

Nível de vida e convergência

A União Europeia tem por objetivo promover o bem-estar dos seus povos, através de uma política assente no reforço da coesão económica, social e territorial entre os Estados-membros. Neste sentido, é imperativo averiguar até que ponto se tem conseguido reduzir a disparidade entre níveis de desenvolvimento e o atraso das regiões menos favorecidas.

A convergência real resulta das sinergias entre a redução das disparidades económicas e sociais, que os sucessivos alargamentos da União tendem a aumentar, e o aumento da eficácia da governança à escala europeia, que é fortemente limitada pelos insucessos na promoção da coesão económica, social e territorial.

A trajetória de aproximação do nível de vida dos portugueses ao padrão europeu é avaliada tomando por medida a percentagem que o PIB *per capita* português representa face à média da UE28, expresso em paridades de poder de compra.

A persistência de desequilíbrios macroeconómicos na economia portuguesa têm impedido a convergência com a União Europeia.

O percurso de Portugal entre 1986 e 2013

Em 2013, o nível de vida das famílias portuguesas era 25% inferior à média europeia, a mesma distância que registava em 1990.

O Portugal Europeu passou de uma rota de convergência, concentrada nos anos seguintes à adesão à CEE e na segunda metade da década de 90 e mais intensa em termos de consumo das famílias, para um processo de visível divergência.

No contexto de crise financeira e de implementação do PAEF, e na sequência de uma década marcada pela adesão ao euro, pela aceleração do processo de globalização e pelo alargamento da União Europeia a Leste, o processo de convergência português recuou mais de 20 anos.

Desde 1999 que Portugal apenas se aproximou da média europeia em 2005 e 2009, sendo que entre 2010 e 2013 o PIB *per capita* português caiu 7% face ao padrão europeu (Gráfico 1.1).

A insustentabilidade do processo de convergência português é visível ao comparar a evolução do bem-estar das famílias pela ótica da criação de riqueza e pela ótica do consumo. Após a adesão à CEE, o consumo liderou o processo de convergência nacional, elevando o diferencial entre consumo e criação de riqueza para 10% em 1993.

Desde 2008, com a correção mais acentuada no consumo que na criação de riqueza, em virtude do contexto de incerteza e da extroversão da economia portuguesa, o diferencial tem vindo a reduzir-se, atingindo o valor de 5% em 2013 (Gráfico 1.2).

A posição de Portugal no contexto da União Europeia

No panorama europeu atual Portugal é incluído num segundo patamar de convergência, composto por países com um nível de vida 20 a 30% abaixo do padrão europeu, Eslovénia, República Checa, Eslováquia, Lituânia, Grécia e Estónia (Gráfico 1.3).

O alargamento a Leste e a crise financeira protagonizaram o processo de convergência europeu na última década. A acentuada aproximação do nível de vida dos novos Estados-membros ao referencial europeu resultou não apenas do elevado ritmo de crescimento registado por estes países, mas também pelo acentuar das dificuldades em Itália, Finlândia e Reino Unido e o recuar do processo de convergência na Grécia, Portugal, Espanha e Irlanda.

Ao avaliar o nível de vida das famílias europeias pela ótica do consumo, a vantagem dos países mais bem posicionados é corrigida em baixa, revelando uma UE mais homogénea. Grécia, Reino Unido, Portugal e Chipre destacam-se pelo diferencial positivo entre consumo e criação de riqueza (Gráfico 1.4).

A coesão territorial e as disparidades regionais

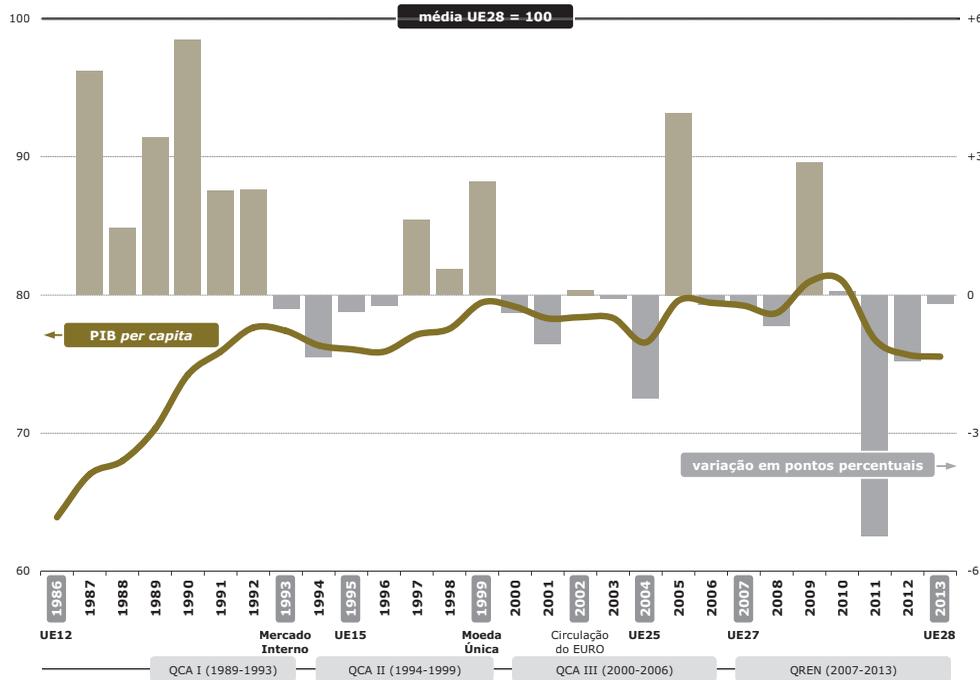
A Madeira e os Açores foram as únicas regiões NUTS II portuguesas que conseguiram aproximar o seu nível de vida ao padrão europeu entre 2000 e 2011. Nesta evolução importa realçar que os Açores deixaram de ser a região portuguesa com nível de vida mais baixo, ultrapassando o Alentejo, o Centro e o Norte (Mapa 1.1).

A comparação do ritmo de crescimento das regiões NUTS III portuguesas na última década com as regiões europeias com PIB *per capita* semelhante

revela que as limitações do processo de convergência português têm sido mais pronunciadas nas regiões com nível de vida mais baixo. Entre as regiões portuguesas mais pobres, só o Pinhal Interior Sul registou uma aproximação ao nível de vida europeu (16 pontos percentuais) superior à média das regiões europeias com nível de vida idêntico (12 p.p.).

O caso português, no seu contraste com os países cuja convergência se faz nas regiões mais desenvolvidas (Europa Central e Oriental, França) e com os países cuja convergência se faz nas regiões menos desenvolvidas (Escandinávia, Espanha), tende a sugerir a existência de limitações nas regiões menos desenvolvidas que vão bem para além da redistribuição de recursos e atingem os próprios modelos de investimento e de competitividade.

Gráfico 1.1. PIB *per capita* em Portugal | 1986 a 2013



A crise financeira e os ajustamentos do PAEF expuseram as fragilidades estruturais da economia portuguesa, transformando a travagem e estagnação da convergência num processo de divergência.

Fonte: Ameco (acedido em novembro de 2014)

Gráfico 1.2. Convergência na ótica da produção e do consumo: comparação entre Portugal e a UE | 1986 a 2013

A crise financeira e os ajustamentos do PAEF tiveram um impacto maior no consumo de bens e serviços das famílias do que na criação de riqueza.

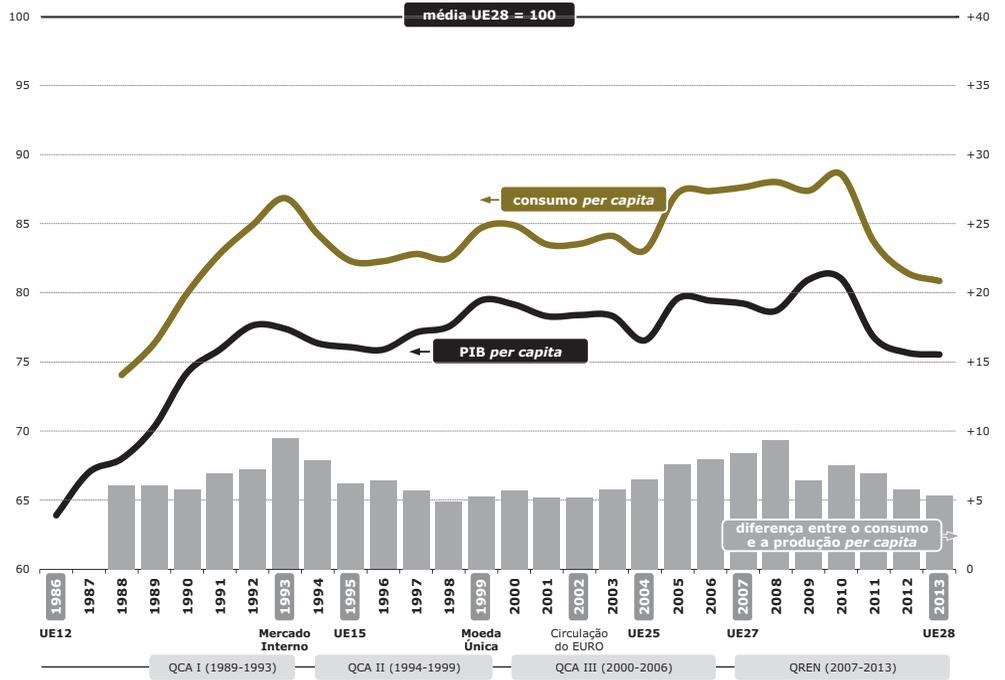


Gráfico 1.3. PIB *per capita*: a posição de Portugal na UE | 1990 e 2013

Portugal manteve a distância face ao referencial europeu, num contexto marcado pela convergência dos países do alargamento e pelo recuo do nível de vida na Grécia e na Itália.

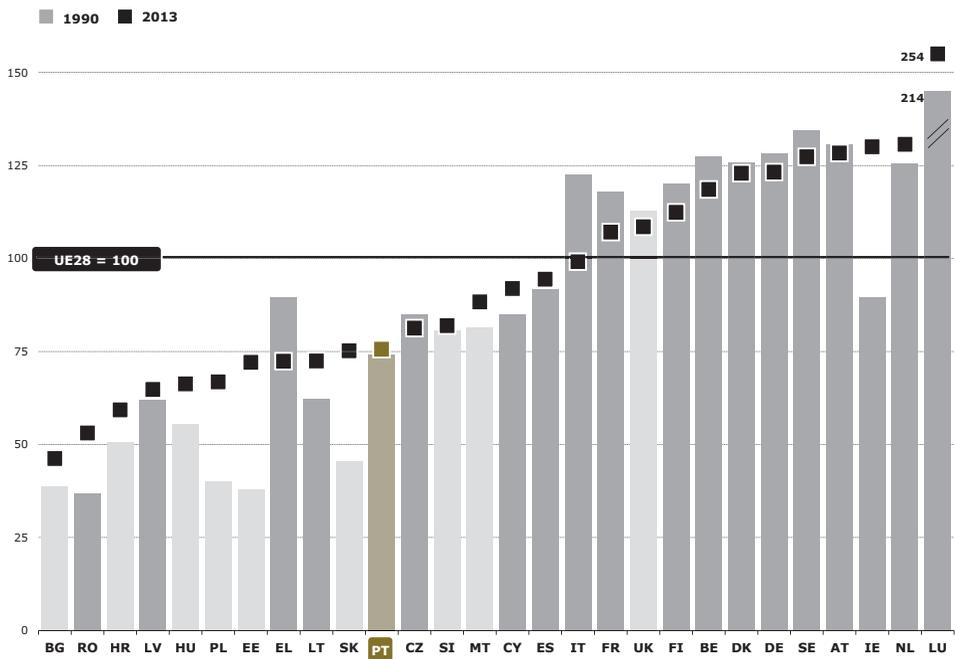
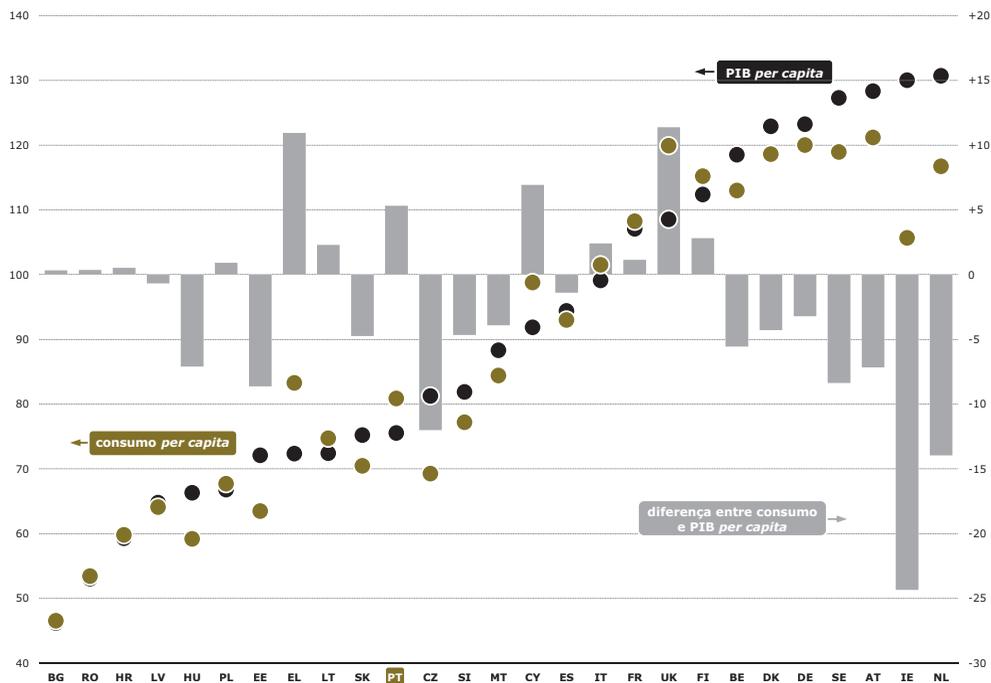


Gráfico 1.4. Consumo e PIB per capita (UE28=100): a posição de Portugal na UE | 2013



Ao avaliar o nível de vida pelos bens e serviços consumidos pelas famílias, o panorama europeu surge bem mais homogéneo.

Nota: Não inclui o Luxemburgo.

Fonte: Ameco (acedido em dezembro de 2014)

Mapa 1.1. Variação do PIB per capita face à UE: a posição das regiões portuguesas na UE | 2000 a 2011



A Madeira e os Açores são as únicas regiões portuguesas que conseguiram aproximar o seu nível de vida ao padrão europeu entre 2000 e 2011.

Fonte: Eurostat (acedido em dezembro de 2014)

Conceitos e metodologia

Convergência real

O indicador mais utilizado para avaliar o ritmo de convergência é o PIB *per capita* expresso em paridades de poder de compra e em percentagem da média europeia, concentrando a análise numa ótica de produção de riqueza. Convém referir que este indicador não reflete totalmente as condições de vida das populações, apresentando várias limitações. É o caso do empolamento resultante da presença de empresas de capitais estrangeiros que repatriam os seus lucros (como é o caso da Irlanda ou da região da Madeira) ou o caso de uma elevada proporção da população residente numa região trabalhar noutra (exemplo dos residentes na Península de Setúbal que trabalham em Lisboa). Estas limitações sugerem que a análise do processo de convergência do nível de vida a partir da ótica da produção seja complementada com a análise a partir da ótica do rendimento e do consumo.

Paridades de poder de compra

Corresponde a deflatores espaciais e conversores monetários que, eliminando os efeitos das diferenças nos níveis dos preços entre países, permitem comparações em volume das componentes do PIB bem como dos níveis dos preços. A unidade monetária resultante, “euro em paridades de poder de compra padrão”, tem o mesmo poder de compra em todo o espaço da União Europeia a 28, refletindo a média ponderada do poder de compra das moedas nacionais e dos níveis de preços de cada Estado-membro. (INE)

Consumo final individual efetivo das famílias

Compreende os bens e serviços efetivamente consumidos por indivíduos, independentemente de terem sido adquiridos e pagos pelas famílias, pelo governo ou por instituições ao serviço das famílias. (AMECO)

Para saber mais

Banco de Portugal (2009) | A economia portuguesa no contexto da integração económica, financeira e monetária
Banco de Portugal (...2013) | Relatório do Conselho de Administração. A Economia Portuguesa 2013
Eurostat (2014) | *Eurostat regional yearbook 2014*
Comissão Europeia (...2014) | *Quarterly report on the euro area*
OECD (2014) | *National Accounts at a Glance 2014*

2

Produtividade

A produtividade é considerada o principal fator explicativo do crescimento económico e da convergência real nas economias avançadas, estando na base da melhoria sustentada dos salários e dos padrões de vida das populações. A sua evolução é aqui enquadrada numa visão mais ampla do modelo económico nacional, confrontando-a com a intensidade da utilização dos recursos humanos.

O crescimento da produtividade, alimentado pelo alargamento da qualificação dos recursos humanos e o aprofundamento das respetivas competências, pela intensificação do investimento em capital físico e em tecnologias de produção e processamento da informação, pela organização e especialização empresarial e pelo ritmo das inovações em produtos e processos, constitui condição necessária para elevar o potencial de crescimento da economia portuguesa, só possível com fatores competitivos mais intensivos na criação de valor.

As formas de crescimento extensivo (“mais do mesmo”) ainda encontram expressão excessiva na economia portuguesa no confronto com as formas de crescimento intensivo (“melhor e diferente”) que apesar de notórias ainda não ganharam expressão suficiente.

A divergência na evolução relativa das horas trabalhadas face ao padrão europeu exprime com nitidez esta realidade.

O menor dinamismo da produtividade e a regressão no grau de utilização dos recursos humanos explicam a redução sensível do ritmo de crescimento do PIB per capita, ao longo deste começo do século XXI.

O percurso de Portugal entre 1986 e 2013

O processo de convergência do Portugal Europeu assentou num crescimento da produtividade, por hora de trabalho, de 73% entre 1986 e 2013. Neste período, ao mesmo tempo que a taxa de atividade aumentou 14%, a taxa de emprego baixou 13%.

O crescimento da produtividade horária foi mais intenso no período seguinte à adesão à CEE, com uma variação média anual de 4% entre 1986 e

1994, um valor influenciado pelas alterações legais que limitaram as horas de trabalho semanais. Não obstante as oscilações anuais, desde 1994 que o ritmo de crescimento anual se tem mantido acima de 1%, um nível demasiado baixo para os desafios da convergência de Portugal no espaço europeu, sobretudo porque tem sido acompanhado por uma estabilização do número de horas de trabalho por empregado (Gráfico 2.1).

Em relação à intensidade na utilização dos recursos humanos, o contributo positivo da taxa de atividade na década de 90, marcado pela integração das mulheres no mercado de trabalho e pelo elevado fluxo de imigrantes, foi anulado pela profunda degradação do mercado laboral na última década.

A intensidade na utilização de recursos humanos acentuou a trajetória negativa, desde 2008, com a taxa de atividade a registar uma queda média anual de 0,7% e a taxa de emprego -1,2%.

A posição de Portugal no contexto da União Europeia

Os 28 anos de Portugal Europeu registaram progressos que têm tanto de visível como de limitado. Num contexto de profunda alteração do modelo económico, com a utilização dos recursos humanos a cair para um nível abaixo da média europeia, a produtividade por trabalhador nacional passou de 28% da média europeia em 1986 para 64% em 2013. Desde 2012 que Portugal se encontra mais perto do referencial europeu na produtividade do que na criação de riqueza (Gráfico 2.2).

A primeira década da plena integração europeia de Portugal concentrou melhorias relevantes em matéria de convergência. No entanto, num contexto de desaceleração do crescimento da produtividade a nível europeu, o processo de convergência nacional é marcado pelo abrandamento a partir de 1995. A aproximação ao padrão europeu passou de um ritmo anual de 7,5% entre 1986 e 1995 para menos de 1% desde então. Sem considerar o efeito positivo das horas de trabalho por empregado, esta desaceleração foi mais intensa e começou mais cedo, logo em 1992

A elevada disparidade entre os Estados-membros, com a produtividade na Bulgária dez vezes menor que no Luxemburgo, revela a diversidade de modelos económicos na UE. Apesar de ter reduzido a distância ao padrão europeu, Portugal não tem conseguido acompanhar o ritmo de convergência dos países do alargamento, reduzindo substancialmente a sua vantagem (Gráfico 2.3).

A disparidade nas produtividades setoriais

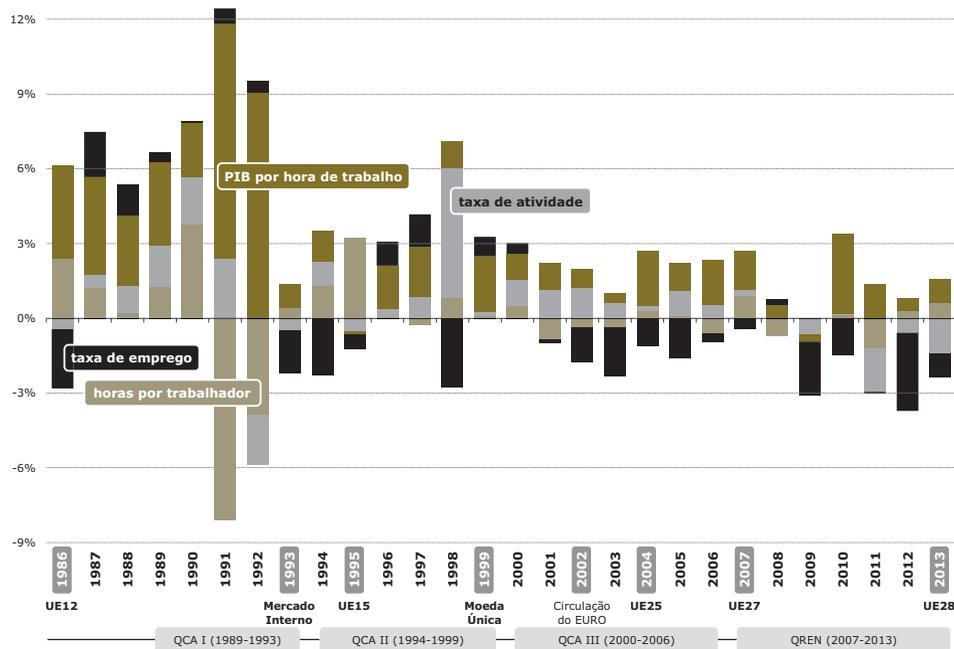
A análise da produtividade por setor de atividade revela a existência de fortes assimetrias indiciadoras de uma reduzida coesão económica em Portugal.

O setor das atividades financeiras é aquele onde Portugal se encontra melhor posicionado, com uma diferença de 6% em relação ao referencial europeu, o décimo melhor registo entre os Estados-membros. A produtividade nacional nas atividades primárias surge no extremo oposto, sendo 61% inferior ao padrão europeu, o quinto pior registo europeu. Os serviços não intensivos em conhecimento e informação mantêm baixos níveis de produtividade (Gráfico 2.4).

A indústria transformadora comporta, também, fortes assimetrias de produtividade, com setores em que apresenta mesmo um nível de produtividade superior à média europeia, como nos produtos petrolíferos e na informática e eletrónica (Gráfico 2.5).

O reforço da coesão económica em Portugal requer, assim, uma muito maior atenção à regulação da concorrência, ao equilíbrio setorial da carga fiscal e à qualidade dos modelos de negócio em ação numa especialização mais dinâmica e sustentável.

Gráfico 2.1. Contributos para o crescimento real do PIB *per capita* em Portugal | 1986 a 2013

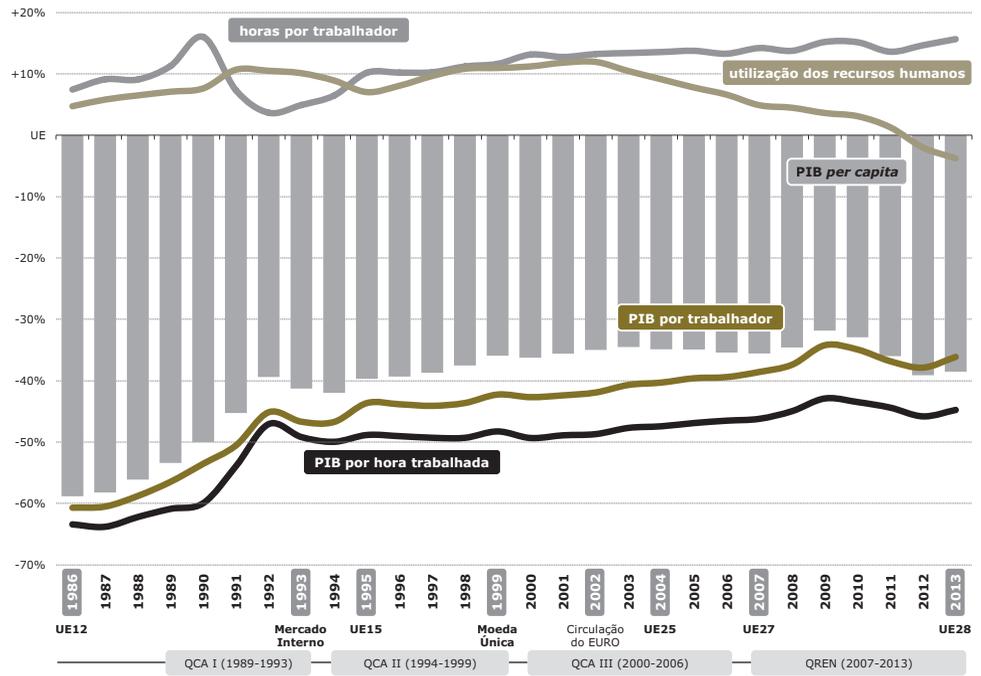


O reduzido crescimento da produtividade não tem conseguido compensar a quebra de intensidade na utilização dos recursos humanos.

Fonte: Ameco (acedido em novembro de 2014)

Gráfico 2.2. Produtividade e utilização dos recursos humanos: comparação entre Portugal e UE | 1986 a 2013

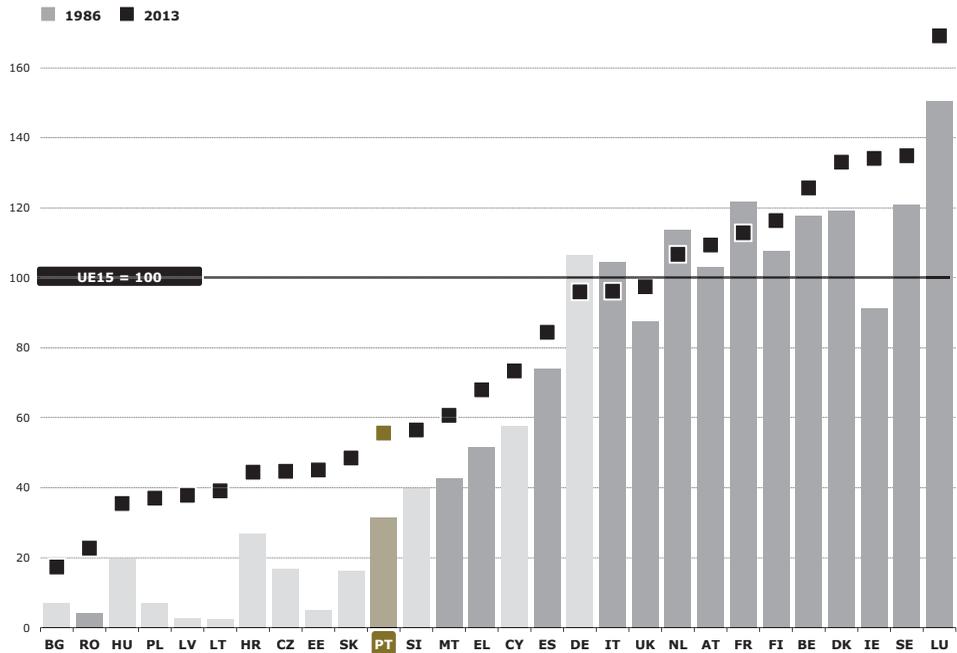
Desde 2012 que Portugal se encontra mais perto do referencial europeu na produtividade do que na criação de riqueza.



Fonte: Ameco (acedido em novembro de 2014)

Gráfico 2.3. PIB por trabalhador: a posição de Portugal na UE | 1990 e 2013

Num contexto de rápida aproximação dos países do alargamento, Portugal reduziu a diferença face ao padrão europeu em 30%.



Nota: Os dados do gráfico referem-se a 1991 para a Alemanha, 1992 para a Letónia, Lituânia e Polónia, 1993 para a Estónia e República Checa, 1995 para a Bulgária, Chipre, Eslováquia, Eslovénia e Hungria e 1996 para a Croácia.

Fonte: Ameco (acedido em novembro de 2014)

Gráfico 2.4. Produtividade do trabalho por atividade económica: a posição de Portugal na UE | 2013

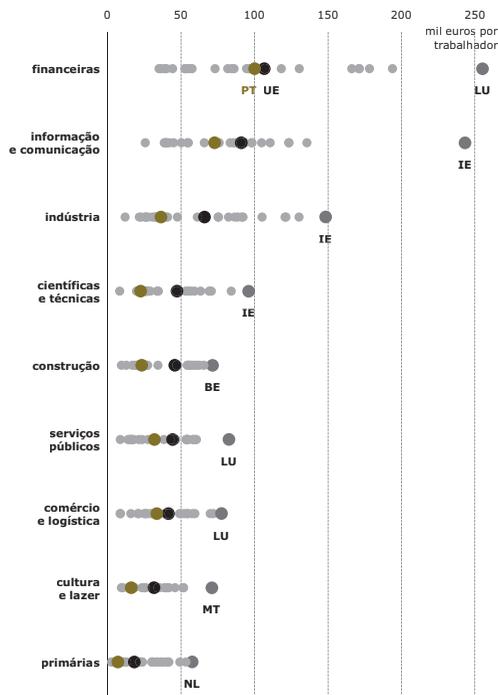
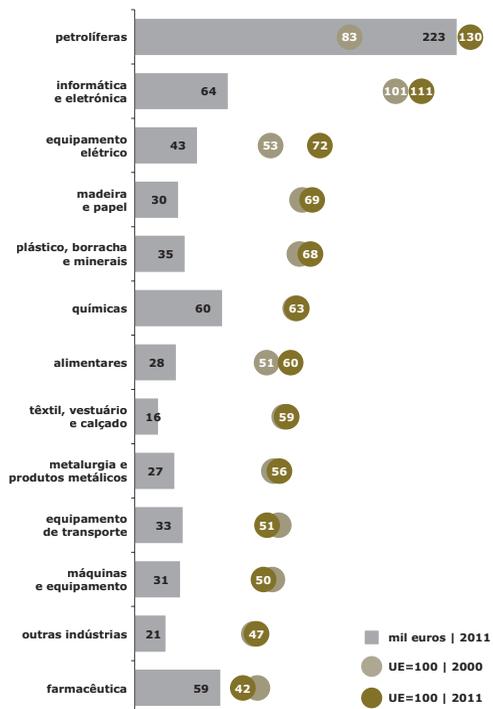


Gráfico 2.5. Produtividade do trabalho na indústria transformadora | 2000 e 2011



É nas atividades financeiras que Portugal se encontra mais perto do padrão europeu de produtividade. Dentro da indústria, destacam-se as petrolíferas e a informática e eletrónica.

Fonte: Eurostat (acedido em dezembro de 2014)

Conceitos e metodologia

PIB

O produto interno bruto é o resultado final da atividade económica dos residentes num determinado período de tempo. É a medida normalmente utilizada para avaliar o comportamento de uma economia, permitindo comparações internacionais (Coimbra, 2011). Genericamente pode ser medido segundo três óticas: 1) ótica da oferta ou da produção (PIB=valor acrescentado bruto+impostos líquidos de subsídios sobre os produtos), 2) ótica da procura ou da despesa (PIB=consumo privado+consumo público+investimento+exportações-importações) e 3) ótica do rendimento (PIB=remuneração do trabalho+excedente bruto de exploração+impostos líquidos de subsídios sobre a produção e

importação). Para garantir a comparabilidade internacional, o seu cálculo segue um sistema concetual desenvolvido pela União Europeia (Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais) e harmonizado com a versão das Nações Unidas. Por este sistema, a ótica do rendimento tem um papel secundário, sendo o apuramento do PIB um esforço de conciliação entre as estimativas independentes das óticas da produção e da despesa.

Produtividade e taxa de utilização dos recursos humanos

A capacidade de obter um nível de vida elevado (medido pelo PIB *per capita*) depende da produtividade, da taxa de emprego e das horas trabalhadas:

$$PIB_{pc} = \frac{PIB}{População} = \frac{PIB}{Emprego} \times \frac{Emprego}{População} = \frac{PIB}{Horas Trabalho} \times \frac{Horas Trabalho}{Emprego} \times \frac{Emprego}{População Ativa} \times \frac{População Ativa}{População}$$

Em que:

$$\frac{PIB}{Emprego} = \text{Produtividade aparente do trabalho}$$

$$\frac{PIB}{Horas Trabalho} = \text{Produtividade por hora de trabalho}$$

$$\frac{Horas Trabalho}{Emprego} = \text{Horas de trabalho por emprego}$$

$$\frac{Emprego}{População Ativa} = \text{Taxa de emprego}$$

$$\frac{População Ativa}{População} = \text{Taxa de atividade}$$

Para saber mais

Banco de Portugal (...2013) | Relatório do Conselho de Administração. A Economia Portuguesa 2013

Comissão Europeia (...2013) | *EU Industrial Structure Report 2013*

Comissão Europeia (...2014) | *European Competitiveness Report 2014*

OECD (2013) | *Compendium of Productivity Indicators*

3

Inflação e convergência nominal

A integração de Portugal na União Económica e Monetária traduziu-se numa profunda transformação da política monetária e cambial do país. Depois de, na década de 80, a prioridade ter sido dada ao financiamento dos défices públicos e à contenção dos défices externos, com recurso a uma desvalorização cambial ativa e programada, que induziu um maior nível de inflação, a estabilidade dos preços tornou-se num objetivo prioritário.

Tratava-se não apenas de garantir os critérios para a adoção da moeda única mas, também, de defender a competitividade custo das exportações portuguesas que se degradaria caso a inflação em Portugal fosse duradouramente superior à verificada nos seus parceiros comerciais da área do euro.

A recente crise financeira e orçamental na área do euro veio por à prova a adesão ao euro, colocando em evidência os desafios e as restrições decorrentes do desequilíbrio entre a dimensão centralizada e supranacional da política monetária e cambial e a dimensão descentralizada e nacional das políticas orçamentais e fiscais, embora sujeitas ao enquadramento do pacto de Estabilidade e Crescimento.

A crise financeira e orçamental expôs os desequilíbrios da convergência nominal nacional, mais efetiva na estabilização dos preços que no controlo do saldo orçamental.

O percurso de Portugal entre 1986 e 2013

O Portugal Europeu passou de uma conjuntura marcada pelas pressões inflacionistas, com os preços a subirem 13% em 1986, para uma situação marcada pelas pressões deflacionistas, com os preços a subirem em média 0,5% entre 2008 e 2013 (Gráfico 3.1).

O sucesso da integração financeira e da convergência nominal que preparou a moeda única, refletido na convergência das taxas de juro de curto prazo e na descida da taxa de inflação, bem como a posterior estabilidade dos preços e das condições de financiamento, deram lugar a um período de elevada turbulência e desestabilização, a partir de 2007, despoletado pela crise

financeira internacional e impulsionado pela incompleta convergência em matéria orçamental.

Num contexto de maior sensibilidade ao risco, a taxa de juro de longo prazo passou de 4% em 2007 para 11% em 2012, antes de descer para 6% em 2013, refletindo-se na degradação das condições de financiamento de toda a economia.

Ao mesmo tempo, o arrefecimento da economia global, a moderação salarial e a contenção da procura interna comprimiram a inflação, registando-se mesmo uma queda dos preços em 2009 e 2012.

A deflação tem um efeito positivo de curto prazo no poder de compra mas, quando prolongada, tende a originar círculos viciosos de natureza recessiva, ao acentuar as dificuldades na gestão do endividamento e ao estimular comportamentos nas famílias e nas empresas limitadores de ajustamentos dinâmicos entre a poupança e o investimento.

A posição de Portugal no contexto da União Europeia

À entrada para a CEE, Portugal era o Estado-membro com a taxa de inflação mais elevada. O sucesso da convergência nominal está patente na redução do diferencial de inflação face ao padrão europeu de 10% em 1986 para 1,7% em 2013 (Gráfico 3.2).

Num quadro europeu bastante heterogéneo, o nível geral de preços em Portugal é 14% inferior ao padrão médio europeu. Nesta matéria, importa realçar quer o elevado nível geral de preços que se verifica nos países nórdicos, com a Dinamarca 40% acima da média europeia, quer a intensidade do processo de convergência do nível geral de preços verificado nos países do alargamento que, apesar de continuarem no fundo da tabela, conseguiram, na maior parte dos casos dos novos Estados-membros, reduzir para metade a diferença face ao referencial europeu (Gráfico 3.3).

Ao analisar a evolução dos preços por classes de bens e serviços verificou-se que a subida de preços, entre 1986 e 2013, foi mais intensa na educação. No entanto, é também na educação que o nível de preços está mais distante do padrão europeu, acentuando essa distância desde 1999. Ao invés, apesar das comunicações registarem a menor subida de preços, são a única classe em que o preço está acima do padrão europeu. Destaque ainda para os preços dos restaurantes e hotéis, que se encontravam, em 2013, 25% abaixo do padrão europeu (Gráfico 3.4).

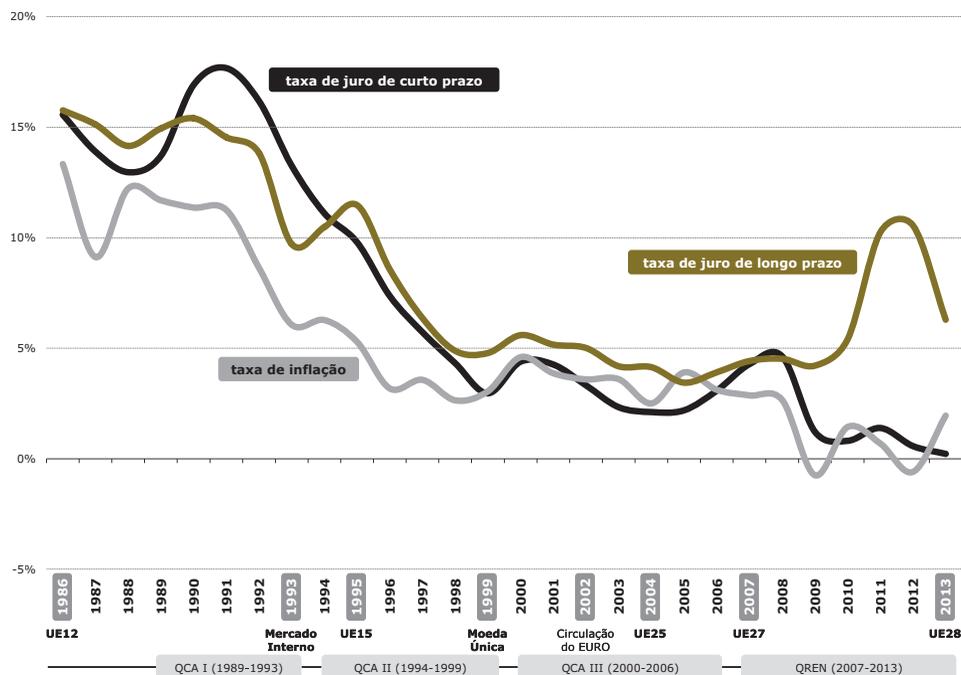
A crise e a governação económica europeia

A redução do risco cambial e o aprofundamento da integração financeira alargaram a convergência às condições de financiamento, que se mantiveram estáveis até 2007.

A crise financeira internacional, primeiro, e a crise das dívidas soberanas nos países europeus mais vulneráveis, Portugal incluído, depois, vieram questionar fortemente essa estabilidade através de uma fragmentação dos mercados financeiros, patente na dispersão das taxas de juro de longo prazo. A forte diferenciação dos riscos associados à emissão de dívida pública dos países europeus, com situações orçamentais muito diferentes, seja na dimensão da dívida pública, seja no nível do défice corrente, está na base desta perturbação (Gráfico 3.5).

As insuficiências da União Económica e Monetária assim expostas provocaram, em simultâneo, uma resposta do BCE, adotando formas menos restritivas de condução da política monetária e cambial, e das instituições europeias, acelerando os processos de reforma na centralização das políticas económicas europeias. As condições da convergência nominal tornaram-se, nesta transição para novas formas de governação económica europeia, bem mais exigentes.

Gráfico 3.1. Inflação e taxa de juro nominal de curto e longo prazo em Portugal | 1986 a 2013

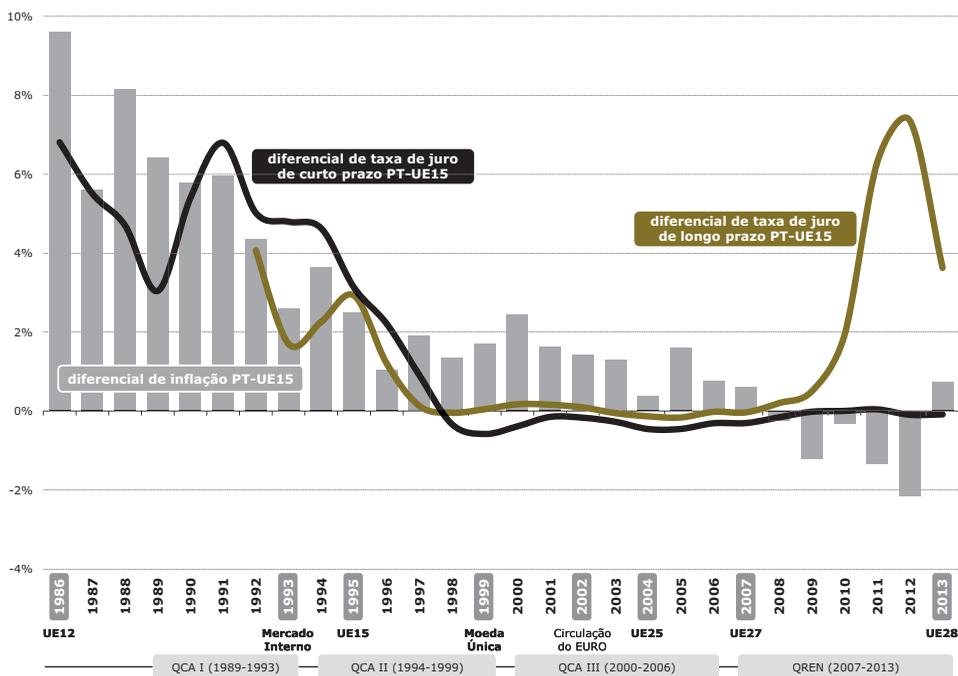


No seguimento da crise financeira, enquanto a inflação e a taxa de juro de curto prazo registam mínimos históricos, a taxa de juro de longo prazo voltou aos valores verificados antes da adesão ao euro.

Fonte: Ameco (acedido em novembro de 2014)

Gráfico 3.2. Inflação e taxas de juro nominais de curto e de longo prazo: comparação entre Portugal e UE | 1986 a 2013

Em virtude das dificuldades acrescidas, o crescimento dos preços em Portugal tem ficado aquém do referencial europeu.



Fonte: Ameco (acedido em novembro de 2014)

Gráfico 3.3. Nível de preços relativo do consumo das famílias: a posição de Portugal na UE | 1995 e 2013

O nível relativo dos preços do cabaz de bens e serviços consumidos era, em Portugal, em 2013, 14% inferior ao padrão europeu.

Num contexto de rápida convergência dos países do alargamento, a Alemanha foi o país em que o nível relativo dos preços mais baixou face ao referencial médio europeu.

Nota: Dados não disponíveis para a Croácia em 1995.

Fonte: Eurostat (acedido em novembro de 2014)

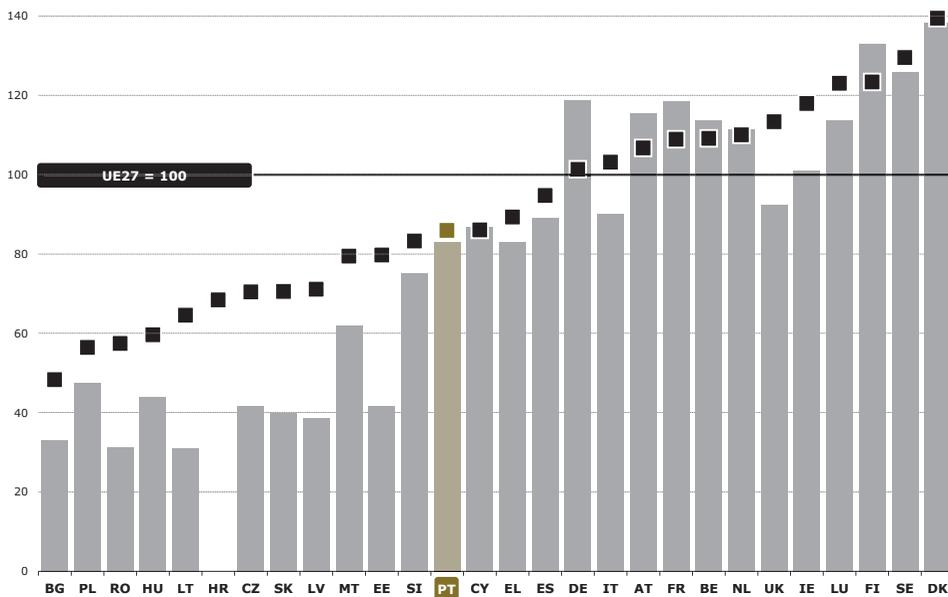


Gráfico 3.4. Inflação e nível de preços relativo por produto em Portugal | 1999 e 2013

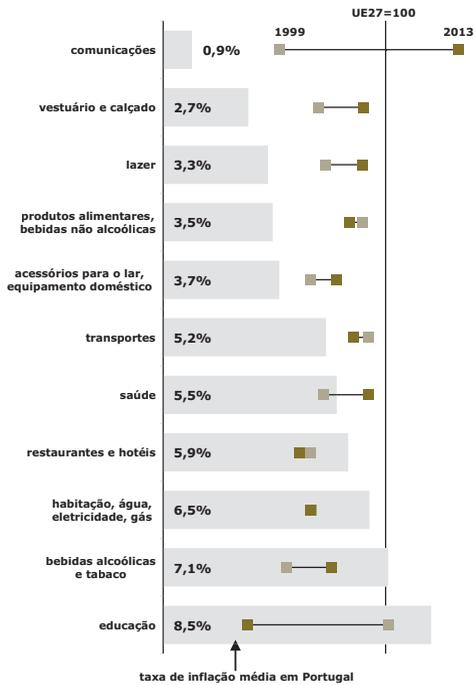
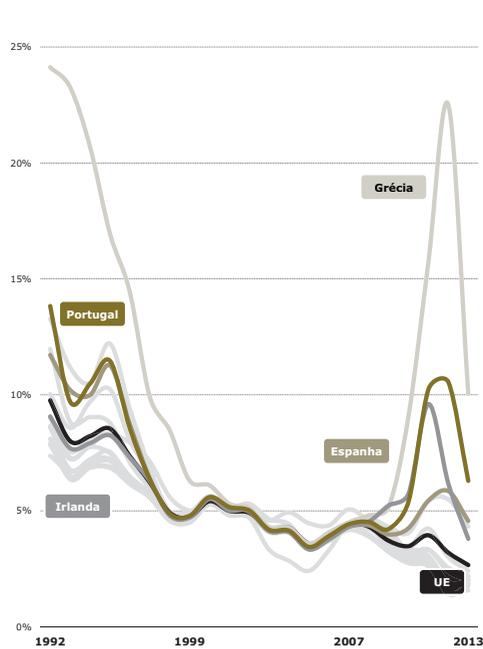


Gráfico 3.5. Taxa de juro nominal de longo prazo: a posição de Portugal na UE | 1992 a 2013



As comunicações destacam-se por ser a única classe de produtos em que o nível de preços nacional está acima do padrão europeu.

Fonte: Eurostat e INE (acedido em novembro de 2014)

Conceitos e metodologia

Inflação

O conceito de inflação designa o processo de aumento dos preços. A variação de preços pode ser observada pelo deflator do consumo privado e pelo índice de preços no consumidor (IPC), que tem por finalidade medir a evolução dos preços de um conjunto de bens e de serviços considerados representativos da estrutura de consumo da população residente em Portugal. (INE) O índice harmonizado de preços no consumidor (IHPC) possibilita comparações internacionais ao nível da evolução da variação do nível de preços no consumidor e é utilizado pelo BCE para avaliar a inflação na União Económica e Monetária e como indicador de convergência.

Taxa de juro

Prémio (remuneração) expresso em percentagem que a entidade que concede um determinado financiamento

recebe da entidade que contraiu esse empréstimo, como forma de pagamento do serviço prestado e do custo de oportunidade do capital. (Banco de Portugal)

Convergência nominal

A introdução do euro e de uma nova política monetária e cambial de dimensão supranacional veio reforçar a necessidade de convergência no espaço económico europeu. Com o objetivo principal de sincronizar os ciclos conjunturais das economias nacionais com o ciclo, mais global, da economia europeia, a entrada em vigor do Tratado de Maastricht em 1993 impôs critérios de convergência nominal em termos de estabilidade de preços e de disciplina orçamental, ao nível das taxas de inflação, nivelamento de taxas de juro de longo prazo, estabilidade cambial e de contenção do défice público (limite de 3% do PIB) e da dívida pública (60% do PIB).

Para saber mais

Banco de Portugal (2009) | A economia portuguesa no contexto da integração económica, financeira e monetária
Banco de Portugal (...2013) | Relatório do Conselho de Administração. A Economia Portuguesa 2013
Eurostat (...2014) | *European Competitiveness Report 2014*
Eurostat (...2013) | *EU Industrial Structure Report 2013*

4

Procura interna e procura externa

O PIB representa o resultado final das atividades económicas, num determinado território num determinado período, em termos de criação de riqueza e é a medida mais utilizada para avaliar o desempenho de uma economia.

Pela ótica da despesa, corresponde à soma da procura interna, que abrange o consumo privado, o consumo público e o investimento, com a procura externa líquida, as exportações líquidas de importações.

A sustentabilidade do crescimento económico em Portugal exige um equilíbrio dinâmico entre o imprescindível reforço da procura externa, enquanto motor de um crescimento mais internacional, e a necessária consolidação da procura interna, seja enquanto mecanismo de difusão interna dos avanços alcançados como melhoria da situação económica e social, seja enquanto alavanca de progresso na resposta às oportunidades geradas por investimentos competitivos.

A crise financeira e o ajustamento económico expuseram com toda a força o esgotamento do modelo de crescimento da economia portuguesa, assente no protagonismo do consumo privado e bastante dependente das importações de bens e serviços.

O percurso de Portugal entre 1986 e 2013

O PIB português cresceu 76% desde 1986. O consumo privado foi a principal alavanca de crescimento, absorvendo sete em cada dez euros adicionais de riqueza criada. O consumo público contribuiu em 22% para o crescimento, o dobro do contributo do investimento.

O percurso do Portugal Europeu foi pautado pelo progressivo esgotamento do modelo de crescimento baseado na procura interna. A euforia da adesão à CEE deu lugar a um processo de estagnação, marcado pelas crises de 1993 e 2003 e pela recessão iniciada em 2009:

- Entre 1986 e 2000, o PIB cresceu 75%, marcado pelo dinamismo da procura interna. O elevado ritmo anual de crescimento do investimento e do consumo privado, acima dos 5%, refletiu-se no crescimento médio anual das importações de 11%, três pontos percentuais acima das exportações;

- Entre 2000 e 2007, o PIB cresceu 9%, iniciando a estagnação da economia. Com o consumo privado a desacelerar e o investimento a cair, o contributo do consumo público para o crescimento subiu para 33%. Neste período, a procura externa passou a contribuir positivamente para o crescimento;
- Entre 2007 e 2013, o PIB contraiu 7%. O contributo positivo da procura externa, pelo crescimento das exportações de 15% e pela queda das importações de 9%, não foi suficiente para colmatar a retração da procura interna, em particular a queda de 36% do investimento (Gráfico 4.1).

A posição de Portugal no contexto da União Europeia

O confronto do modelo de crescimento nacional com o referencial europeu revela a intensidade do ajustamento em curso da economia portuguesa.

Apesar da tendência comum de reorientação da economia para o exterior, Portugal partiu de um desequilíbrio mais profundo e revelou nos últimos anos um contributo mais relevante da procura externa (Gráfico 4.2).

Portugal passou do país da UE15 que mais cresceu pela procura interna e que teve o contributo mais negativo das relações com o exterior entre 1986 e 1994, para o quarto país que mais cresceu pela procura externa e o quarto que registou o contributo mais negativo da procura interna entre 2007 e 2013 (Gráfico 4.4).

A composição do PIB por componente de despesa

Em 1986, Portugal registava o maior peso da procura interna no PIB, mantendo-se entre os lugares cimeiros até ao PAEF. Com o diferencial face ao padrão europeu a reduzir-se de 10% para 1%, Portugal recuou para a décima posição em 2013 (Gráfico 4.3).

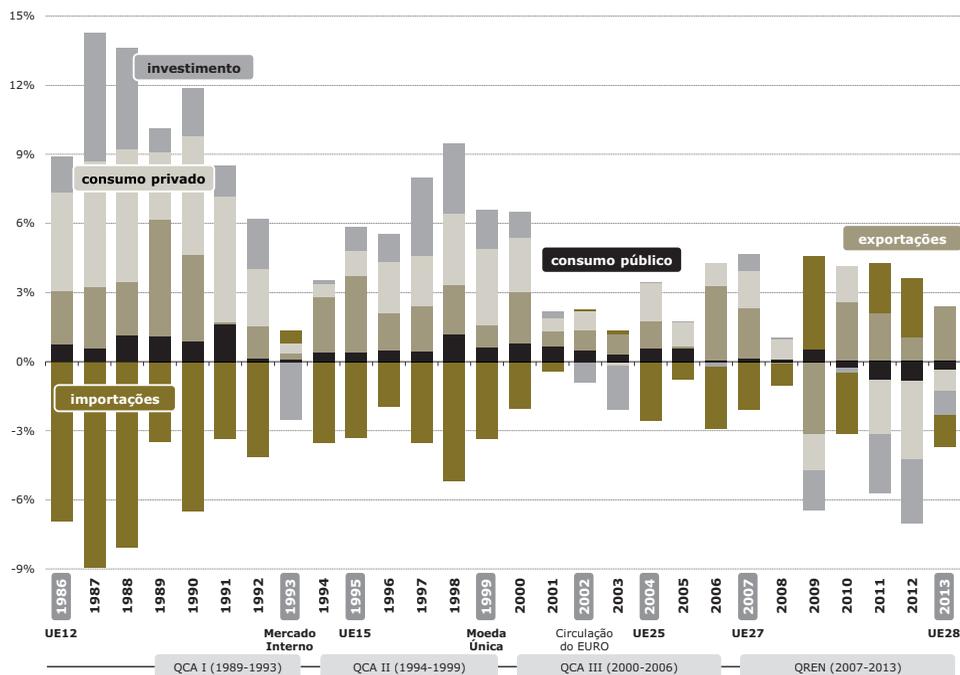
Em relação à sua composição, enquanto o consumo privado estabilizou, o peso do consumo público cresceu de 14% para 19%, em detrimento do investimento, que diminuiu de 25% para 15% o seu peso no PIB, abaixo do padrão europeu (Gráfico 4.5).

Com a viragem da economia para dentro, Portugal não conseguiu acompanhar o processo de internacionalização europeu. Enquanto em Portugal o peso das exportações no PIB cresceu de 27% para 31% entre 1986 e 2007, na UE15 avançou de 25% para 37%. Apesar da viragem da economia para fora desde 2007, com a orientação exportadora a subir de 31% para 39%, Portugal ainda não voltou a superar a orientação exportadora europeia.

A inserção de Portugal nos mercados internacionais é também aferida pela evolução das importações, que, depois do intenso aumento registado a seguir a 1986, não acompanharam a dinâmica europeia. O peso das importações no PIB está em linha com o padrão europeu, quando em 1988 era 50% superior.

A consolidação deste resultado positivo obriga a reconhecer, no entanto, que ele se deveu mais ao efeito quantitativo da crise do investimento e da contenção do consumo do que a uma redução sensível do conteúdo importado da produção.

Gráfico 4.1. Contributos para o crescimento do PIB em Portugal | 1986 a 2013

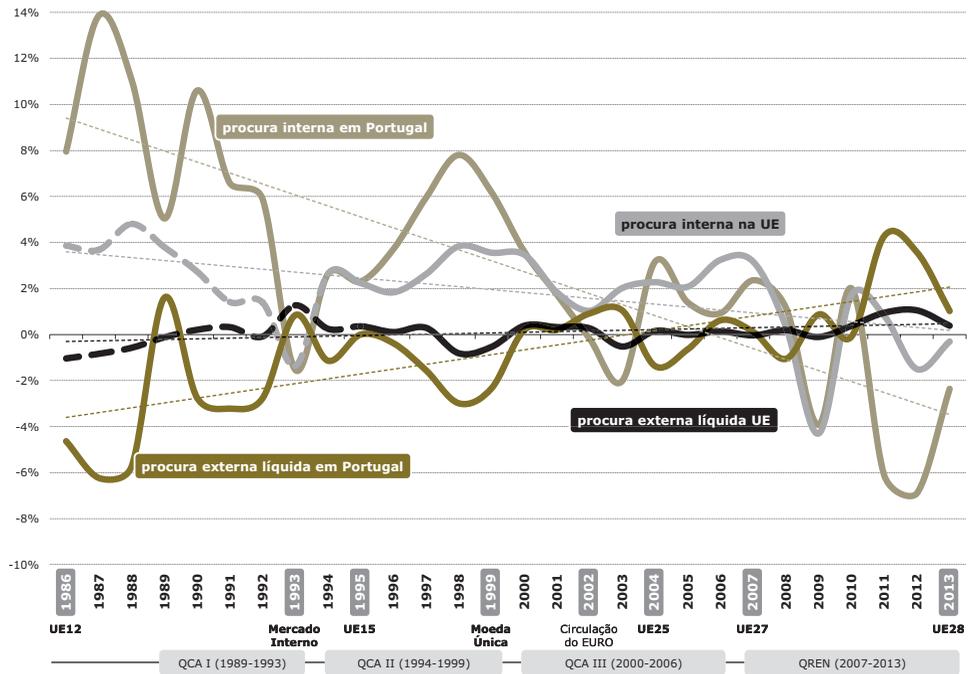


O ajustamento em curso na economia portuguesa é bem ilustrado pela inversão do papel dos contributos da procura interna e da procura externa para o crescimento económico a partir de 2009.

Fonte: Ameco (acedido em novembro de 2014)

Gráfico 4.2. Contributo da procura externa e interna para o crescimento: comparação entre Portugal e UE | 1986 a 2013

A passagem para um modelo de crescimento protagonizado pela procura externa foi mais acentuada em Portugal.

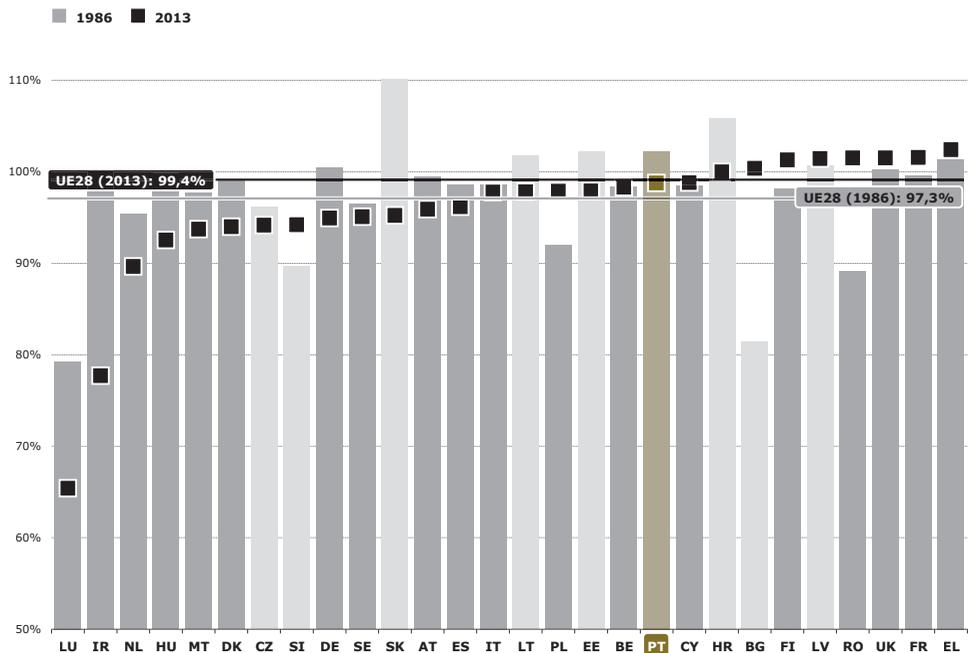


Nota: Os dados para a UE dizem respeito à UE15 até 1995.

Fonte: Ameco (acedido em novembro de 2014)

Gráfico 4.3. Peso da procura interna no PIB: a posição de Portugal na UE | 1986 e 2013

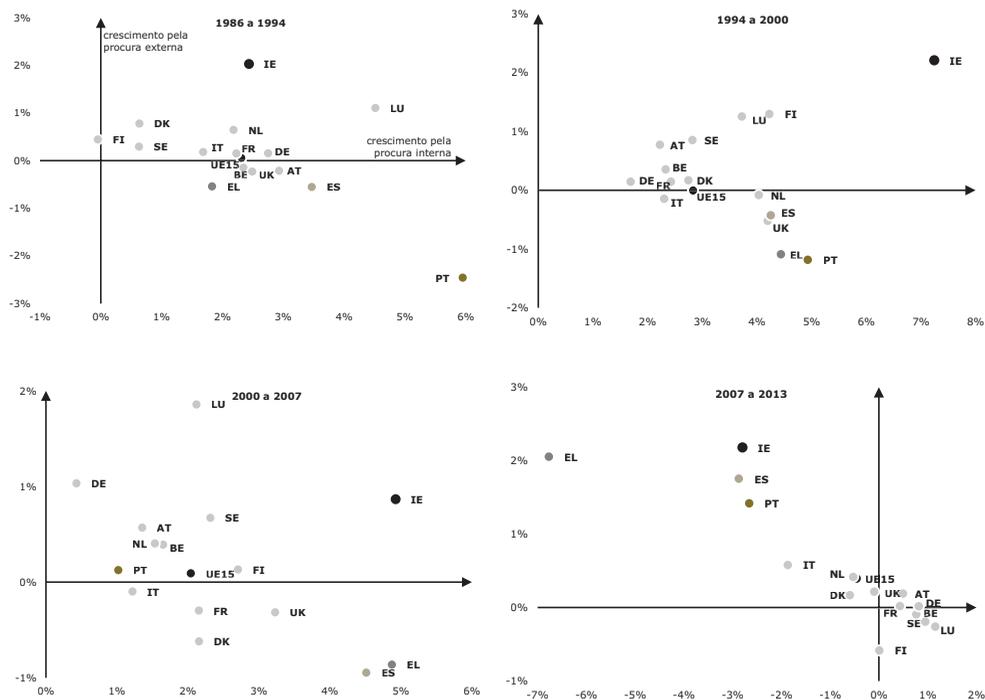
Em resultado dos ajustamentos restritivos impulsionados pela implementação do PAEF negociado com o FMI, a UE e o BCE, Portugal caiu para décimo país em que a procura interna mais pesa no PIB.



Nota: Os dados do gráfico referem-se a 1990 para a Eslovénia, Letónia, Lituânia e República Checa, 1991 para a Bulgária, 1993 para a Eslováquia e Estónia e 1995 para a Croácia.

Fonte: Ameco (acedido em dezembro de 2014)

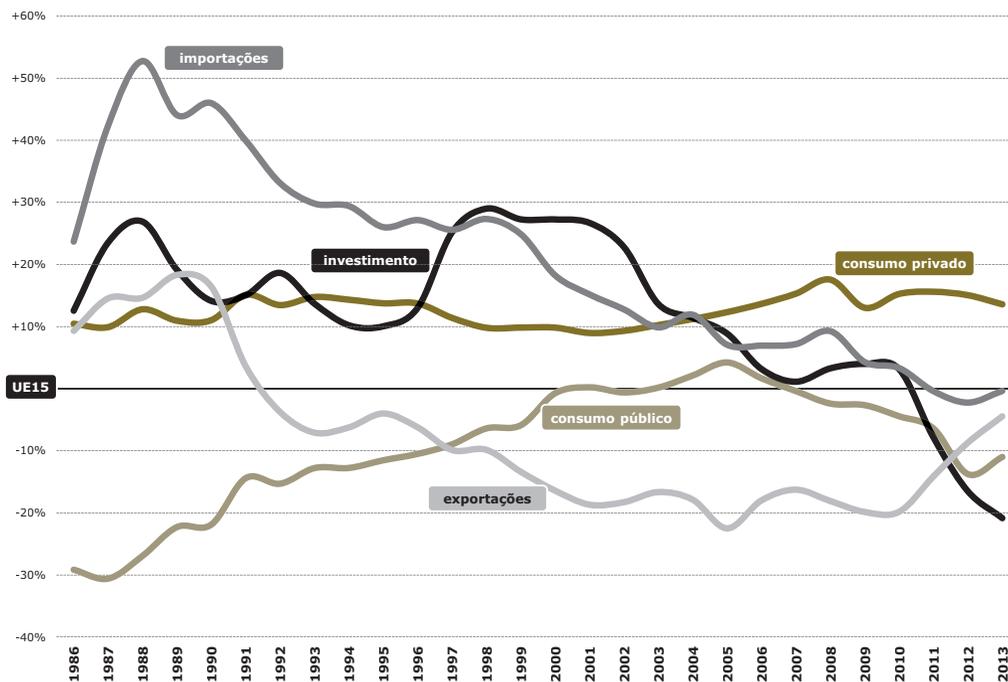
Gráfico 4.4. Contributos da procura interna e externa para o crescimento anual do PIB por ciclos de programação: comparação entre Portugal e os países da UE15 | 1986 a 2013



A comparação de Portugal com os restantes países, quer da UE15, quer da Europa do Sul, ao longo dos ciclos de programação revela uma profunda alteração no sentido e ritmo do dinamismo das procuras interna e externa, traduzido pela passagem, da posição no gráfico, do primeiro quadrante (crescimento “para dentro”) para o quarto quadrante (crescimento “para fora”), mantendo-se, todavia, uma muito menor capacidade de equilibrar os dois movimentos face ao núcleo central mais desenvolvido da UE.

Fonte: Ameco (acedido em dezembro de 2014)

Gráfico 4.5. Estrutura do PIB: comparação entre Portugal e a UE15 | 1986 a 2013



Enquanto o peso relativo do consumo privado continua mais de 10% acima da média europeia, o peso relativo do investimento no PIB já é 20% inferior.

Fonte: Ameco (acedido em dezembro de 2014)

Conceitos e metodologia

PIB

Segundo a ótica da despesa, o produto interno bruto (PIB) é a soma do consumo privado, do consumo público, da formação bruta de capital, e das exportações líquidas de importações.

Consumo Privado

Despesa efetuada pelas famílias e pelas instituições sem fim lucrativos ao serviço das famílias no consumo os bens ou serviços utilizados para a satisfação direta de necessidades ou carências individuais, ou das necessidades coletivas de membros da coletividade. (AMECO)

Consumo público

Despesa de consumo final efetuada pelas administrações públicas. Inclui o valor dos bens e dos serviços produzidos pelas próprias administrações públicas e as compras de bens e de serviços produzidos por produtores mercantis e que sejam fornecidos às famílias sem qualquer transformação, como transferências sociais em espécie. (INE)

Formação bruta de capital

Inclui o investimento (formação bruta de capital fixo), a variação de existências e as aquisições líquidas de objetos de valor. (INE)

Investimento

Engloba as aquisições líquidas de cessões de ativos fixos e acréscimos ao valor dos ativos não decorrentes da atividade produtiva. Ativos fixos são ativos corpóreos ou incorpóreos utilizados em processos de produção por um período superior a um ano. (INE)

Exportações

Transações de bens e de serviços (vendas, trocas diretas, ofertas ou doações) de residentes para não residentes. (INE)

Importações

Transações de bens e de serviços (aquisições, trocas diretas, ofertas ou doações) de não residentes para residentes. (INE)

Para saber mais

INE (2013) | Como se Calcula o PIB?

Eurostat (2014) | *Manual on the changes between ESA95 and ESA2010*

United Nations Statistics Division (2014) | *National Accounts Statistics: Main Aggregates and Detailed Tables, 2013*

5

Consumo e modelos de comércio

O Portugal Europeu foi lido pela generalidade da população como um espaço de novas possibilidades onde se poderia fruir o presente e aceder ao conforto de um cabaz mais alargado de bens e de serviços, dos produtos alimentares aos eletrodomésticos, da moda às comunicações, dos automóveis ao lazer.

Com a integração na União Europeia, o poder de compra das famílias portuguesas ganhou a confiança das taxas de inflação e de desemprego mais baixas, o amparo do Estado Social mais amplo e a alavancagem do crédito mais fácil e barato. A oferta comercial e as marcas de distribuição modernas responderam ao impulso: super e hipermercados ou maiores centros comerciais povoaram o país e revolucionaram os hábitos de consumo dos portugueses.

Com a pertença à área do euro, o poder de compra das famílias portuguesas pode beneficiar, adicionalmente, do efeito da valorização da moeda europeia face às principais divisas mundiais (iene, dólar e moedas dos países emergentes com ele relacionadas) que permitiu uma redução sensível do preço das importações oriundas desses mercados ou denominadas nessas moedas.

A nova relação de incerteza com o rendimento mudou o consumidor português em anos recentes, invertendo o impulso consumista, que marcou as primeiras décadas de integração europeia, e direcionando-o para comportamentos com maior racionalidade e contenção.

O percurso de Portugal entre 1986 e 2013

Um português gasta hoje o dobro do que gastava entrada na CEE. Sem o resvalar da crise de 2003, o consumo *per capita* escalou ininterruptamente do mínimo de 1986 ao máximo de 2008.

Três impulsos no consumo *per capita* podem ser identificados na sequência da adesão à UE (1986/92), na preparação para a adesão ao euro (1996/2000) e no prenúncio da crise financeira internacional (2004/08). É durante este terceiro período que a evolução dos gastos e da capacidade de gastar mais se desalinha: o peso do consumo no rendimento disponível das famílias estabilizara em torno dos 63% em 1991/2003 mas acelerou para o máximo próximo de 70% em 2008 (Gráfico 5.1).

O recurso ao crédito ao consumo foi particularmente evidente em 2006 e 2007 e o incumprimento agravou-se desde então: a banca viu o crédito de cobrança duvidosa quadruplicar do mínimo de 3% em 2005/06 para o máximo histórico de 12% em 2012/13.

No contexto do PAEF, o desemprego no setor privado, o corte de salários no setor público e o agravamento dos impostos cortaram as expectativas e os gastos dos portugueses.

Em 2013, o consumo de bens alimentares mantém-se próximo do pico de 2010, mas o consumo de bens correntes e serviços recua a 2003 e o consumo de bens duradouros não chega a dois terços do volume de 2007/2008.

A posição de Portugal no contexto da União Europeia

As expectativas de convergência com o nível de vida europeu que enquadraram a década de 90 induziram o consumo de automóveis, eletrodomésticos, eletrónica de consumo e outros bens duradouros. Desde então, os consumidores passaram do pelotão europeu dos mais otimistas para o dos mais pessimistas, em linha com os parceiros iniciais da coesão. Face à estrutura de gastos de uma família europeia, os portugueses gastam agora sobretudo mais em alimentação ou saúde e sobretudo menos em habitação (Gráfico 5.5 e Gráfico 5.6).

As famílias portuguesas sempre gastaram proporcionalmente mais do seu rendimento, mas foi na sequência da crise de 2003 que esta propensão mais destoou do padrão europeu. Nos anos que antecederam o eclodir da crise financeira global, os portugueses, a par de gregos e de cipriotas, aumentaram o consumo face ao rendimento disponível. Quando o *Lehman Brothers* faliu, em 2008, o rendimento consumido pelos portugueses excedia em quase 20% o padrão europeu (Gráfico 5.2 e Gráfico 5.3).

O consumo: da expansão à contenção

O Portugal Europeu conhece, desde a crise financeira e orçamental, um ciclo de contenção do consumo depois da expansão até 2008.

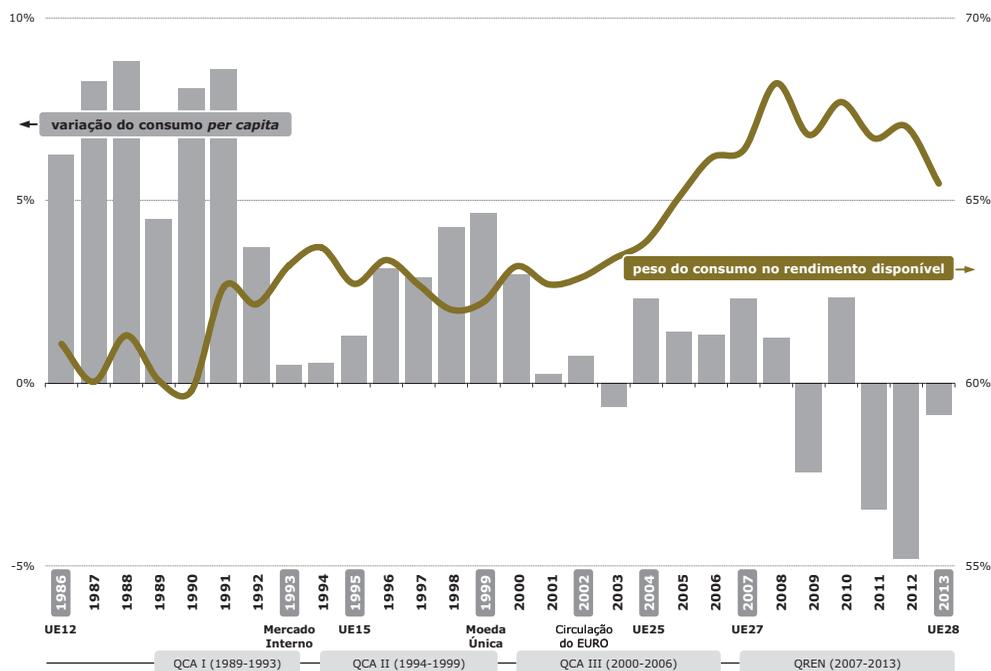
As transformações nas operações logísticas e nos formatos comerciais foram radicais. Os centros comerciais ocupam hoje uma área 30 vezes maior do que ocupava entrada na CEE. Palco do entusiasmo com que os portugueses experienciaram a sociedade de consumo, a ida às unidades da distribuição moderna e aos centros comerciais reconfigurou a instituição social do «passeio público». A dinâmica de abertura de novas unidades acelerou até ao máximo

de 2009, ano em que o maior centro comercial de uma Europa já em crise inaugurava às portas da capital portuguesa.

Os ajustamentos em baixa no emprego, nas componentes do ganho para além do salário base, e nas pensões de reforma e, em alta nos impostos, geraram uma nova relação de incerteza com o rendimento que mudou o consumidor português em anos recentes, agora mais predisposto a “fazer em casa”, alugar, partilhar, reutilizar ou trocar, mais atento às promoções ou mais valorizador dos produtos nacionais, isto é, mais atento à eficácia das compras do que ao nível da despesa.

Portugal acompanhou a Irlanda na correção do mercado de centros comerciais em cuja densidade o país caiu da nona para a 13.^a posição, entre 2009 e 2013, e está agora abaixo do padrão europeu (Gráfico 5.4).

Gráfico 5.1. Taxa de crescimento real do consumo privado *per capita* e peso do consumo no rendimento disponível em Portugal | 1986 a 2013



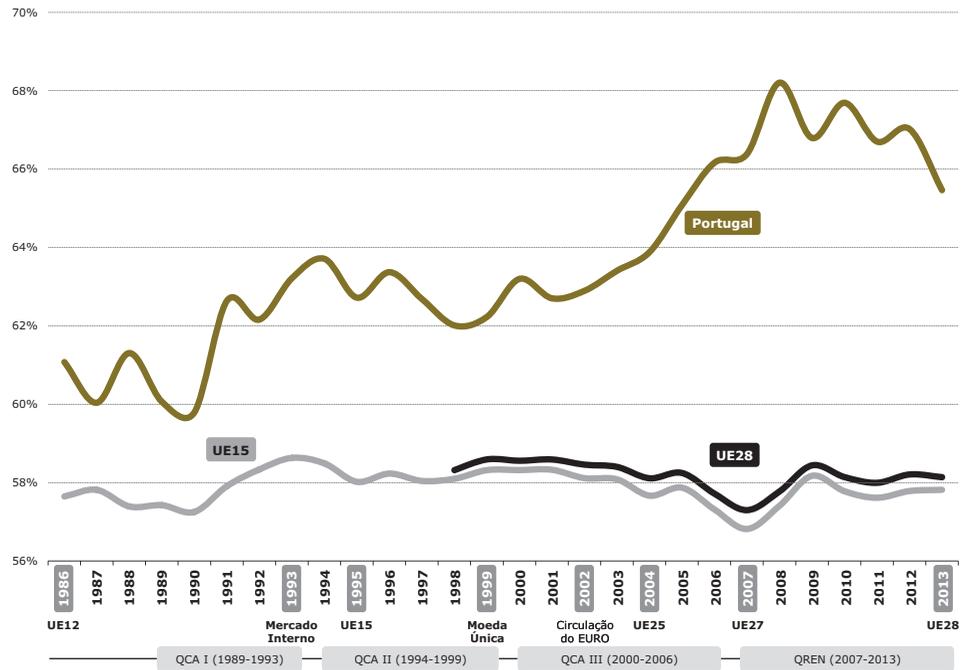
O entusiasmo da sociedade de consumo vivido nas duas primeiras décadas do Portugal Europeu só esmoreceu quando a crise financeira e orçamental se projetou numa crise económica mais vasta.

Fonte: AMECO (acedido em novembro de 2014)

Gráfico 5.2. Peso do consumo no rendimento disponível: comparação entre Portugal e UE | 1986 a 2013

O crescimento mais rápido do consumo face ao rendimento destoa da UE15 ou UE28.

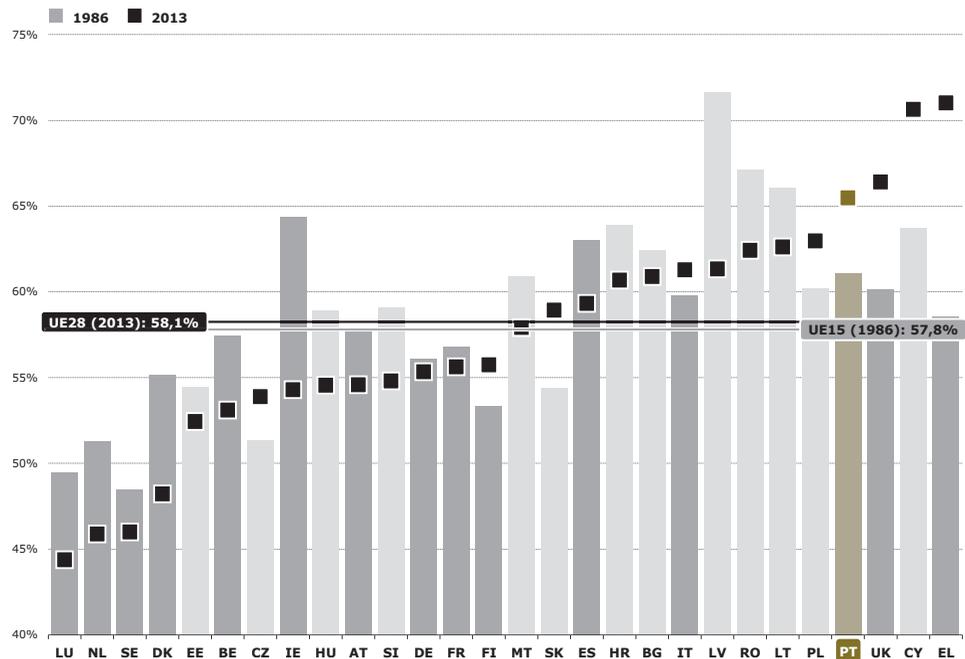
Na eclosão da crise financeira global, prolongada na crise orçamental e económica nacional, o rendimento afeto ao consumo pelos portugueses já excedia em quase 20% o padrão médio europeu. O ajustamento ocorrido desde então é ainda limitado.



Fonte: AMECO (acedido em novembro de 2014)

Gráfico 5.3. Peso do consumo privado no rendimento disponível: a posição de Portugal na UE | 1986 e 2013

Contrariando a generalidade da UE15, as famílias portuguesas, gregas ou britânicas optaram por consumir uma parcela crescente do rendimento desde 1986.



Nota: Os valores iniciais referem-se a 1990 para a Eslovénia, Letónia e Roménia, 1991 para a Polónia, 1992 para a República Checa, 1993 para a Estónia, Eslováquia, Hungria e Lituânia, 1995 para a Bulgária, Chipre, Croácia e Malta. Em 1986, Alemanha exclui RDA.

Fonte: AMECO (acedido em novembro de 2014)

Gráfico 5.4. Ranking de densidade de centros comerciais: a posição de Portugal na UE | 2009 e 2013

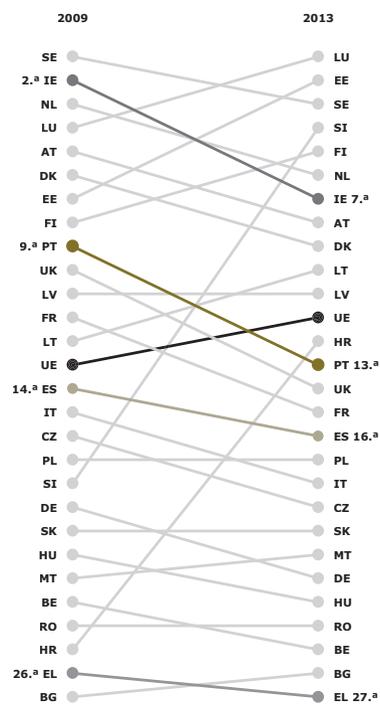
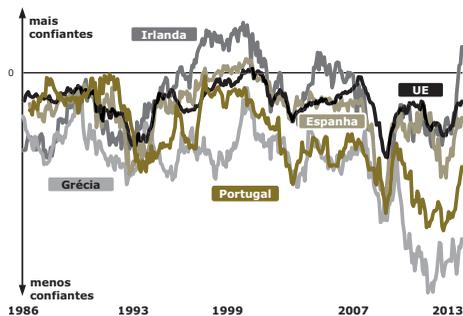


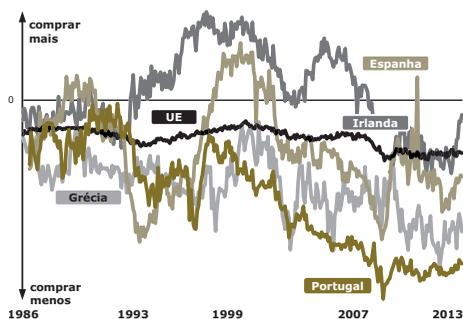
Gráfico 5.5. Indicador de confiança dos consumidores: comparação entre Portugal e UE | 1986 a 2013



O consumidor português, que era dos mais otimistas na década de 90, é dos mais pessimistas na atualidade.

Após 2009, o país travou a abertura de novas unidades comerciais relevantes e caiu no ranking da UE.

Gráfico 5.6. Expetativas quanto a compras importantes de bens duradouros: comparação entre Portugal e UE | 1986 a 2013



Nota: No Gráfico 5.4, a densidade de centros comerciais corresponde ao rácio de metros quadrados de área bruta locável existente no país por mil habitantes.

Fonte: Comissão Europeia e Cushman & Wakefield Retail Research (acedido em setembro de 2014)

Conceitos e metodologia

Centro comercial

Empreendimento de comércio integrado num edifício ou em edifícios contíguos, planeado, construído e gerido como uma única entidade, compreendendo unidades de comércio a retalho e áreas comuns, com um mínimo de 500 m² de área bruta locável (ABL) e 12 lojas. Um centro comercial pode ser classificado de tradicional, quando inclui retalho indiferenciado, ou especializado, como *retail park*, *factory outlet centre* ou centro temático baseado no lazer. (Associação Portuguesa de Centros Comerciais)

Consumo privado

Despesas de consumo final das famílias e das instituições sem fim lucrativo ao serviço das famílias. Inclui os gastos em alimentação, vestuário e outros bens não duradouros; as compras de eletrodomésticos, automóveis e outros bens duradouros; a despesa em água, eletricidade, gás, comunicações e restantes serviços às famílias e outros gastos das instituições sem fim lucrativo ao serviço das famílias. (PORDATA)

Crédito ao consumo

Empréstimo destinado a satisfazer necessidades de crédito a médio prazo, dirigido à aquisição de bens ou serviços de consumo duradouro, nomeadamente: computadores pessoais, viagens, pequenas obras, recheio de habitação, automóveis novos, educação, impostos, etc. (Banco de Portugal). A distribuição regional do crédito ao consumo tem por fonte a Central de Responsabilidades de Crédito, base de dados do Banco de Portugal que centraliza informação não só de instituições financeiras monetárias, como bancos e caixas económicas, mas também de outro tipo de entidades financeiras que concedem crédito, como sociedades de locação financeira, de *factoring* ou para aquisições a crédito. Esta base de dados inclui todos os mutuários de

crédito efetivo, individual ou conjunto, ou seja, no caso dos créditos conjuntos, em que há mais de um mutuário a assumir a responsabilidade pelo pagamento, todos os mutuários são considerados. (Central de Responsabilidades de Crédito)

Créditos de cobrança duvidosa

Créditos vencidos e outros créditos de cobrança duvidosa, tenham ou não sido contabilizados originalmente em rubricas de crédito, quer respeitem a dívidas de capital ou a juros. Consideram-se créditos vencidos os créditos por regularizar no prazo máximo de 30 dias após o seu vencimento; consideram-se outros créditos de cobrança duvidosa as prestações futuras de um crédito, quando houver dúvidas quanto à sua cobrança (Banco de Portugal). O rácio do crédito vencido representa a percentagem do valor do crédito com incumprimentos de pagamento em relação ao valor total de crédito concedido. (Central de Responsabilidades de Crédito)

Indicador de confiança dos consumidores

Média aritmética dos saldos de respostas extremas (s.r.e.) às questões do inquérito qualitativo de conjuntura aos consumidores sobre as expectativas de evolução, nos 12 meses seguintes, da situação financeira do lar, da situação económica geral do país, do número de desempregados do país e da possibilidade de poupar em termos pessoais. (INE e Comissão Europeia)

Rendimento disponível

O rendimento disponível das famílias é o dinheiro que elas têm à disposição para gastar ou poupar. O rendimento disponível aumenta com o recebimento de rendimentos, tais como salários, juros ou pensões, e diminui com o pagamento de impostos, de contribuições sociais e outros encargos que diminuem o orçamento familiar. (PORDATA)

Para saber mais

Banco de Portugal (...2014) | Relatório do Conselho de Administração – A Economia Portuguesa
C The Consumer Intelligence Lab (...2014) | Tendências de mudança do consumidor português
Cushman & Wakefield Retail Research (...2014) | *Shopping center development report*
INE (...2014) | Inquéritos qualitativos de conjuntura às empresas e aos consumidores

6

Investimento

O investimento é inegavelmente um dos maiores catalisadores do crescimento económico.

No entanto, a história recente mostra como uma afetação ineficiente de recursos, aliada ao excessivo recurso ao crédito externo, pode ter severas repercussões no longo prazo, que se traduziram numa redução muito importante do ritmo de crescimento potencial da economia.

O sucesso da retoma económica, em particular a consolidação da reorientação para o exterior numa lógica de criação de valor, depende da aplicação do nível de poupanças e liquidez atual numa nova vaga de investimentos competitivos que permita a expansão da capacidade produtiva e a criação de emprego nas empresas portuguesas através de processos cumulativos e sustentáveis.

A evolução do investimento em Portugal revela a ascensão, declínio e inversão de um desfazamento favorável no esforço de investimento face à União Europeia (superior em mais de 10% no final dos anos 90 é agora inferior em mais de 5% do PIB).

Este processo foi marcado pela afirmação vigorosa, e pelo esgotamento, de ciclos de investimento público e de investimento das famílias em habitação, que, em ambos os casos, excederam em muito a respetiva sustentabilidade financeira.

O percurso de Portugal entre 1986 e 2013

O auge do nível de investimento em Portugal ocorreu em 2001, resultado de um crescimento anual superior a 5% desde 1986. Desde então tem-se registado um acentuado declínio, sendo que em 2013 o nível de investimento é inferior ao registado em 1988 (Gráfico 6.1).

A evolução do investimento, para além do progressivo declínio quantitativo ao longo deste século, é marcada decisivamente por uma profunda recomposição, com a construção a perder protagonismo em prol do investimento em equipamento e em produtos de propriedade intelectual:

- À data da adesão à CEE, metade do investimento nacional era em habitação. No entanto, o crescimento verificado até 2000 deu lugar a uma persistente dinâmica negativa, limitando o seu peso no investimento total para 15% em 2013;

- A construção não habitacional afirmou-se como principal tipo de investimento. Apesar da queda superior a 40% iniciada em 2001, ainda concentra cerca de um terço do investimento;
- As máquinas e equipamento e os produtos de propriedade intelectual foram os únicos ativos que registaram uma dinâmica positiva na última década. O seu peso conjunto no investimento praticamente triplicou de 15% em 1986 para 43% em 2013.

A mudança de paradigma do investimento é revelada pela ascensão das sociedades não financeiras como principal setor investidor. Entre 1995 e 2013, o seu peso no investimento cresceu de 41% para 63%, enquanto o peso das famílias caiu de 36% para 20%.

A posição de Portugal no contexto da União Europeia

Partindo de uma posição mais frágil em termos de parque residencial e infraestruturas básicas e de suporte, Portugal distinguia-se tradicionalmente dos restantes Estados-membros pela elevada taxa de investimento.

A persistência da estagnação iniciada na viragem para o novo século, transformada em declínio com a aplicação do PAEF, veio colocar a taxa de investimento nacional abaixo do padrão europeu pela primeira vez em 2011 (Gráfico 6.2).

Portugal inverteu o seu posicionamento no panorama europeu, passando de segundo Estado-membro com a taxa de investimento mais elevada em 1986 para quarto Estado-membro com menor intensidade em investimento em 2013 (Gráfico 6.3).

Em relação à composição do investimento por tipologia de ativo, Portugal passou de Estado-membro em que a habitação era o ativo em que mais se investia em 1986 para o país em que a habitação menos pesa no investimento total. Nesta matéria, é de realçar que o *boom* imobiliário português ocorreu mais cedo, com menor intensidade e com menores consequências do que nos parceiros iniciais de coesão.

O investimento é agora mais polarizado pela indústria e pelas infraestruturas produtivas e ambientais

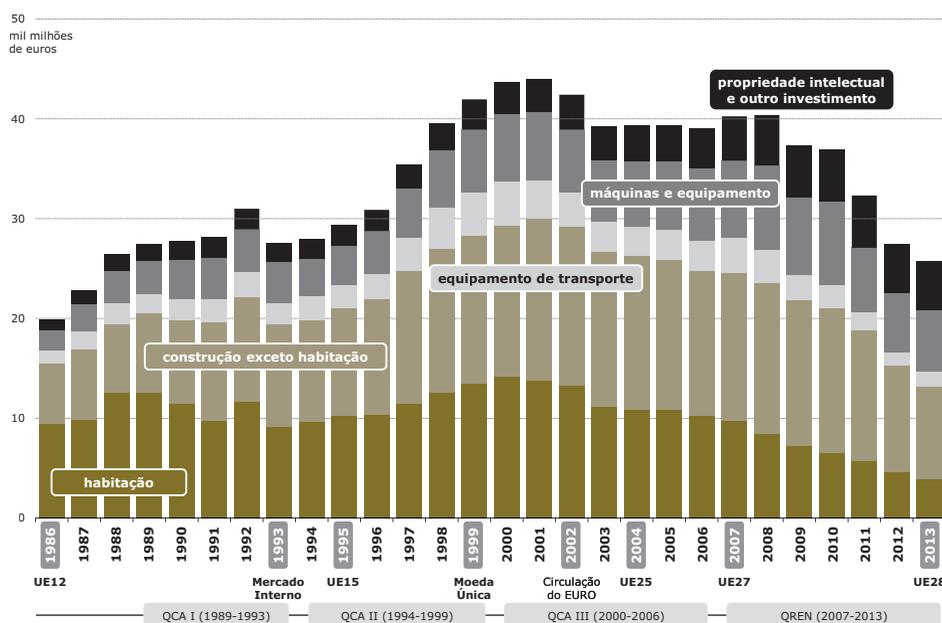
A análise do investimento por atividade e tipologia de ativos confirma, apesar do seu declínio quantitativo, uma visível recomposição do investimento português, mais direcionado, na fase mais recente, para atividades centrais de

produção na esfera real (*utilities* e indústria) e para esforços de mobilização do conhecimento e das tecnologias de informação e comunicação para o respetivo suporte competitivo.

A indústria, em sentido amplo, tornou-se a principal atividade investidora, ultrapassando os serviços públicos e as imobiliárias. Em 2013, as empresas industriais são responsáveis por 23% do investimento, valor que compara com uma quota de 13% em 1995 (Gráfico 6.4).

Os ramos da eletricidade e gás, e das águas e resíduos são responsáveis por 40% do investimento industrial, enquanto as indústrias transformadoras investem os restantes 60%. As indústrias alimentares destacam-se como o ramo industrial transformador que mais investe e as indústrias químicas e farmacêutica como aquelas em que a intensidade de investimento é maior (Gráfico 6.5).

Gráfico 6.1. Investimento por tipo de ativo em Portugal | 1986 a 2013



O declínio do investimento é, na sua maioria, consequência da crise do imobiliário, que se prolongou com menor intensidade na restante construção.

Nota: Valores a preços constantes de 2010.

Fonte: Ameco (acedido em novembro de 2014)

Gráfico 6.2. Taxa de investimento total e excluindo a habitação: comparação entre Portugal e UE | 1986 a 2013

O intensificar da queda do investimento com a aplicação do PAEF colocou a taxa de investimento nacional abaixo do padrão europeu pela primeira vez em 2011.

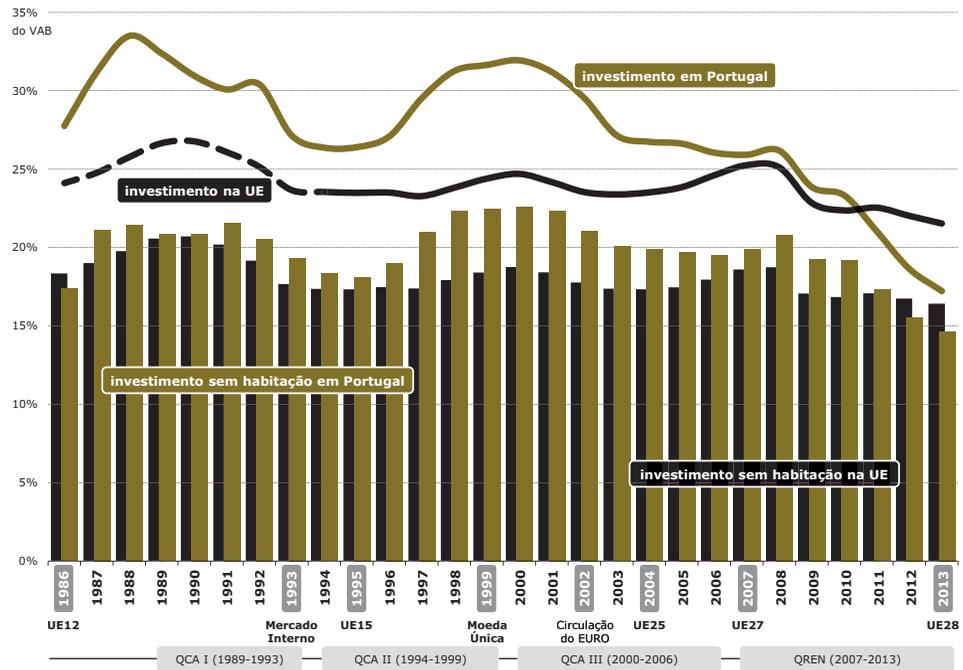


Gráfico 6.3. Taxa de investimento: a posição de Portugal na UE | 1986 e 2013

A taxa de investimento nacional é a quarta mais baixa da UE quando em 1986 Portugal era o segundo Estado-membro com maior intensidade em investimento.

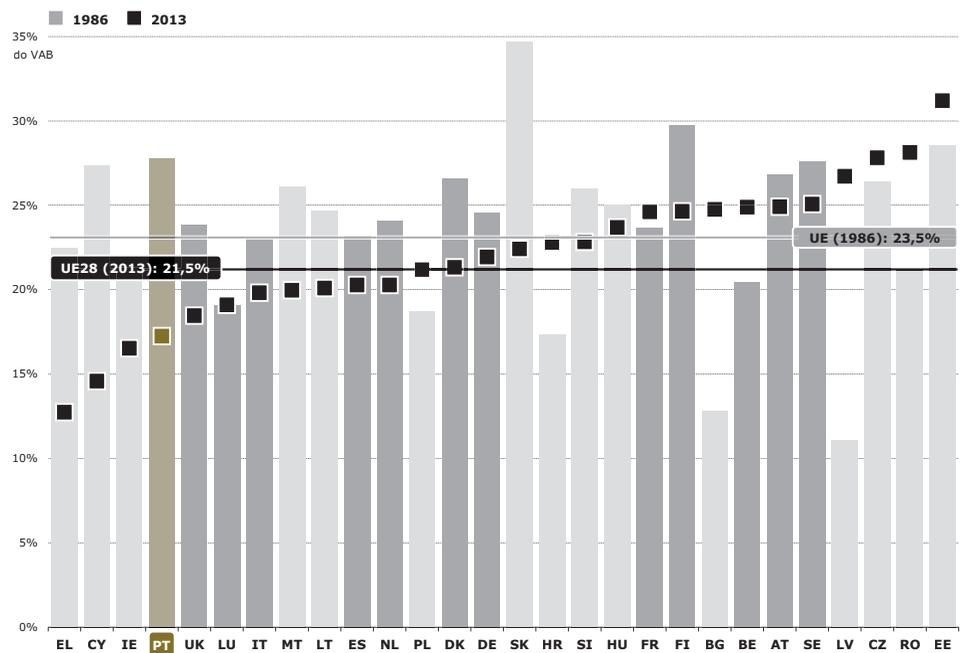


Gráfico 6.4. Investimento por atividade económica | 1995 e 2011

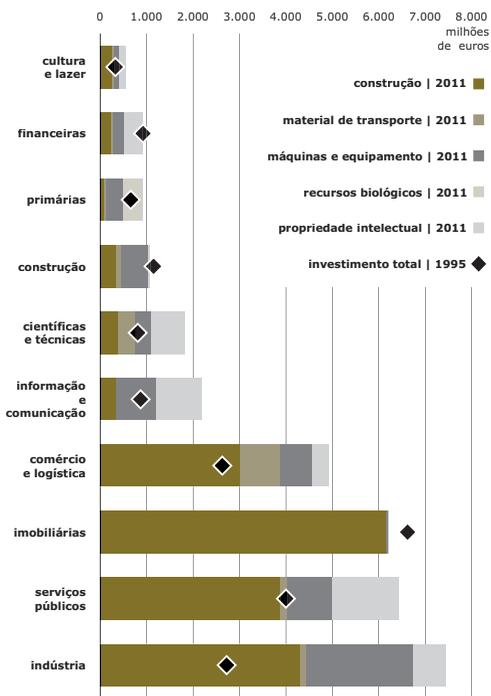
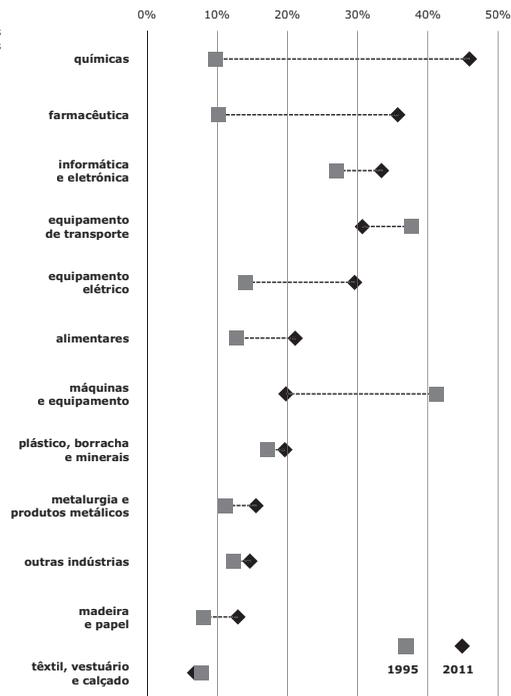


Gráfico 6.5. Taxa de investimento nas indústrias transformadoras | 1995 e 2011



A indústria tem vindo a afirmar-se como a principal atividade investidora em Portugal, com destaque para a maior intensidade em investimento das indústrias químicas e farmacêutica.

Nota: Valores a preços correntes. No gráfico 6,5 não é incluída a indústria petrolífera.

Fonte: INE (acedido em dezembro de 2014)

Conceitos e metodologia

Investimento

Equivale à formação bruta de capital fixo, que na ótica da contabilidade nacional é constituída pela aquisição de meios de produção (máquinas, equipamentos, e até infraestruturas), com o objetivo de aumentar ou repor a capacidade produtiva, e pela construção de nova habitação, a qual proporciona utilidade futura aos agentes económicos. O investimento bruto pode destinar-se ao aumento do *stock* de capital, ou seja, ao aumento da capacidade produtiva (investimento líquido), ou à reposição de capital em fim de vida útil (amortizações). O investimento pode ainda ser realizado por agentes privados, ou pelo setor público, sendo que este último está maioritariamente direcionado para a construção de infraestruturas. Podem distinguir-se os seguintes tipos de formação bruta de capital fixo: a) habitação;

b) outros edifícios e construções; c) equipamento de transporte; d) outra maquinaria e equipamento, incluindo equipamento de escritório, computadores e sistemas de armas; e) recursos biológicos cultivados, por exemplo, árvores e efetivos pecuários; f) produtos de propriedade intelectual, incluindo *software* informático e despesas de I&D e outros direitos de propriedade intelectual. (INE e Eurostat)

Taxa de investimento

Corresponde ao peso da formação bruta de capital fixo no valor acrescentado bruto.

Atividades económicas

Agrupa as unidades de atividade económica ao nível local que exercem uma atividade económica idêntica ou similar. (INE)

Para saber mais

Eurostat (2013) | *Handbook on quarterly national accounts*

Comissão Europeia (2014) | *Why does the EU need an investment plan?*

Comissão Europeia (...2014) | *European competitiveness report 2013*

OECD (2004) | *OECD Economic Surveys: Portugal 2014*

7

Atividades económicas

A aceleração da globalização veio transformar radicalmente a base económica dos países.

O protagonismo das cadeias de valor globais, com as empresas multinacionais a fragmentarem tarefas produtivas pelo mundo inteiro, veio esbater as tradicionais fronteiras entre setores, conferindo um novo protagonismo à capacidade dos territórios para atrair e reter tarefas fragmentadas.

A leitura da desindustrialização e da terciarização não pode ignorar a crescente articulação das atividades dos serviços com outros setores produtivos, complementando e acrescentando valor à oferta de soluções integradas de bens e de serviços.

O dinamismo dos serviços, que engloba os processos diferenciados de terciarização do consumo e de servitização da produção, faz-se, cada vez mais, pelo desenvolvimento dos serviços às empresas sob o impulso da globalização e da intensificação do papel do conhecimento e da informação no crescimento económico.

O processo de terciarização da economia portuguesa é marcado pelo aumento de 20% dos serviços na criação de riqueza e pela sua profunda recomposição interna.

O percurso de Portugal entre 1986 e 2013

O Portugal Europeu registou um intenso processo de terciarização, com os serviços a serem responsáveis por mais de três quartos da riqueza gerada em Portugal em 2013. O aumento de 20% da quota dos serviços no VAB desde 1986 contrasta com as reduções das quotas da indústria, de 28% para 17%, e das atividades primárias, de 10% para 2% (Gráfico 7.1).

Reflexo dos processos de urbanização, de modernização e de convergência com os modelos de produção e de consumo das economias mais desenvolvidas, as atividades de serviços concederam qualidade de vida às famílias e apoiaram a competitividade das empresas, num contexto de desenvolvimento do Estado Social.

A transformação da economia portuguesa não se limita à afirmação das atividades terciárias.

O próprio setor dos serviços registou uma profunda recomposição interna, liderada pela ascensão das atividades imobiliárias, que passaram a ser a segunda atividade de serviços mais relevante, dos serviços públicos, em particular a saúde e a educação, e do alojamento e restauração. Ainda que com escala mais reduzida, é também de realçar o dinamismo das atividades de informática e informação e de I&D.

Entre as atividades que perderam mais quota destacam-se o comércio, que, apesar de continuar a ser a atividade dominante, reduziu o seu peso nos serviços de 30% para 18%, as atividades financeiras e os transportes e armazenagem (Gráfico 7.5).

A posição de Portugal no contexto da União Europeia

O confronto da evolução da estrutura de produção nacional com o referencial europeu confirma a intensidade da terciarização da economia portuguesa. Em 2013, o peso dos serviços na economia nacional é 4% superior ao padrão europeu quando em 1987 era 10% inferior (Gráfico 7.2).

Num contexto de aumento de relevância dos serviços transversal a todas as economias da UE, Portugal foi o quarto país em que a terciarização foi mais acentuada, passando de Estado-membro da UE15 em que as atividades terciárias menos pesavam na criação de riqueza em 1986 para o oitavo país da UE28 onde estas atividades são mais relevantes em 2013 (Gráfico 7.3).

Em relação ao perfil de especialização nacional, a comparação com os restantes Estados-membros evidencia a relevância do comércio e logística e das imobiliárias, com Portugal a ser o quinto país em que estas atividades criam mais riqueza, e a reduzida importância das atividades de informação e comunicação e das atividades científicas e técnicas, com Portugal entre os cinco Estados-membros em que menos pesam (Gráfico 7.4).

A terciarização da economia portuguesa no passado recente reflete a prioridade ao consumo nos comportamentos de famílias e empresas. No futuro próximo, o seu reequilíbrio passará, não por uma reversão, mas pela aceleração da servitização que surge como condição do relançamento competitivo da produção de bens transacionáveis.

O território cada vez mais relevante na especialização

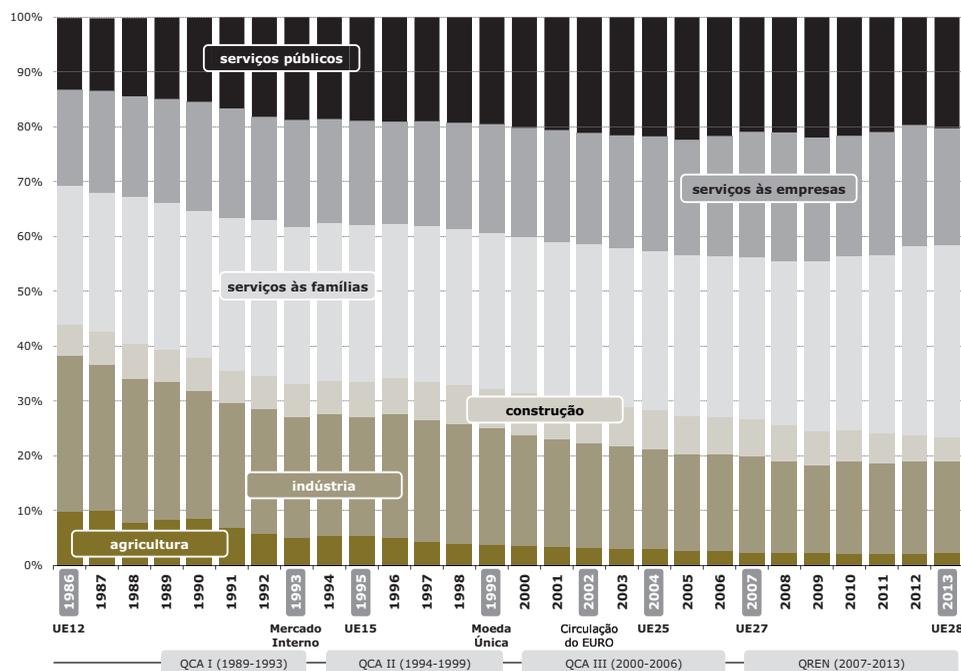
A importância do território na configuração do perfil de especialização é patenteada pelas disparidades na estrutura setorial a nível regional.

As atividades primárias assumem um papel relevante nos Açores e no Alentejo, o Norte e o Centro apresentam uma maior especialização na indústria e Lisboa nos serviços às empresas. O Algarve destaca-se pelo maior grau de especialização nas atividades imobiliárias e no comércio e logística e a Madeira lidera na construção (Gráfico 7.6).

Ao comparar a estrutura produtiva das 273 regiões NUTS II da UE, Madeira, Lisboa e Algarve surgem entre as 30 regiões em que as atividades de serviços mais pesam no VAB, confirmando a vocação terciária destas regiões no panorama europeu.

A estratégia Europa 2020 com o desafio de dar vida a formas de especialização inteligente é crucial para o futuro do Portugal Europeu, que as deve ler como formas eficientes de afetação de recursos e escolhas eficazes no cruzamento das tecnologias com os mercados.

Gráfico 7.1. Evolução da estrutura do VAB por atividade económica em Portugal | 1986 a 2013



Os serviços já representam mais de três quartos da criação de riqueza, em virtude de uma quase completa inversão da base económica nacional.

Fonte: AM&A, INE e Eurostat (acedido em dezembro de 2014)

Gráfico 7.2. Peso das atividades secundárias e terciárias no VAB: comparação entre Portugal e UE | 1986 a 2013

Em relação à UE, o processo de terciarização nacional foi mais intenso, com o acentuar da perda de relevância das atividades secundárias desde 2000.

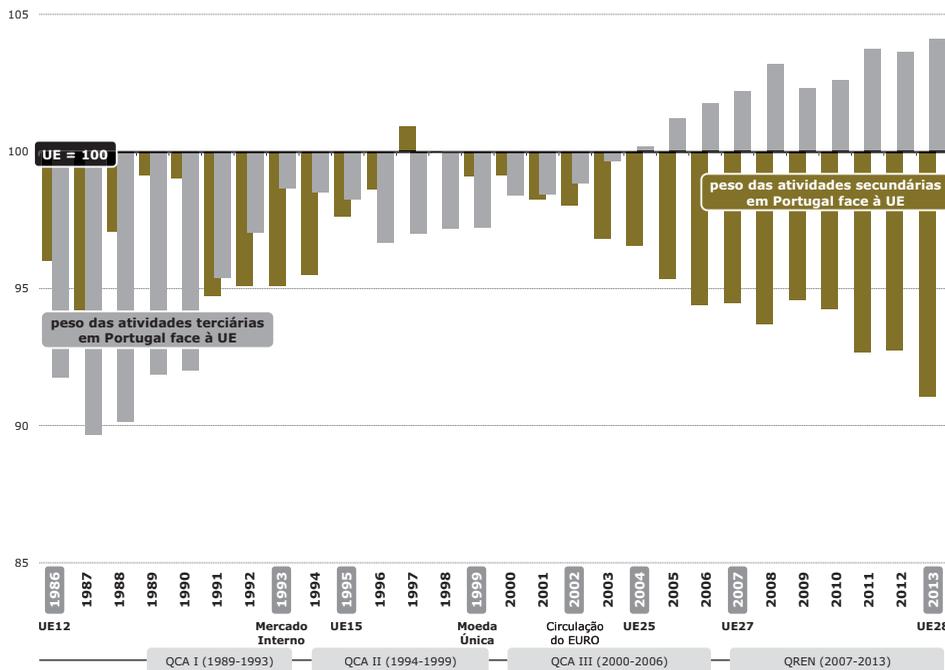


Gráfico 7.3. Peso das atividades terciárias no VAB: a posição de Portugal na UE | 1986 e 2013

Portugal foi o quarto Estado-membro em que a relevância das atividades terciárias mais aumentou.

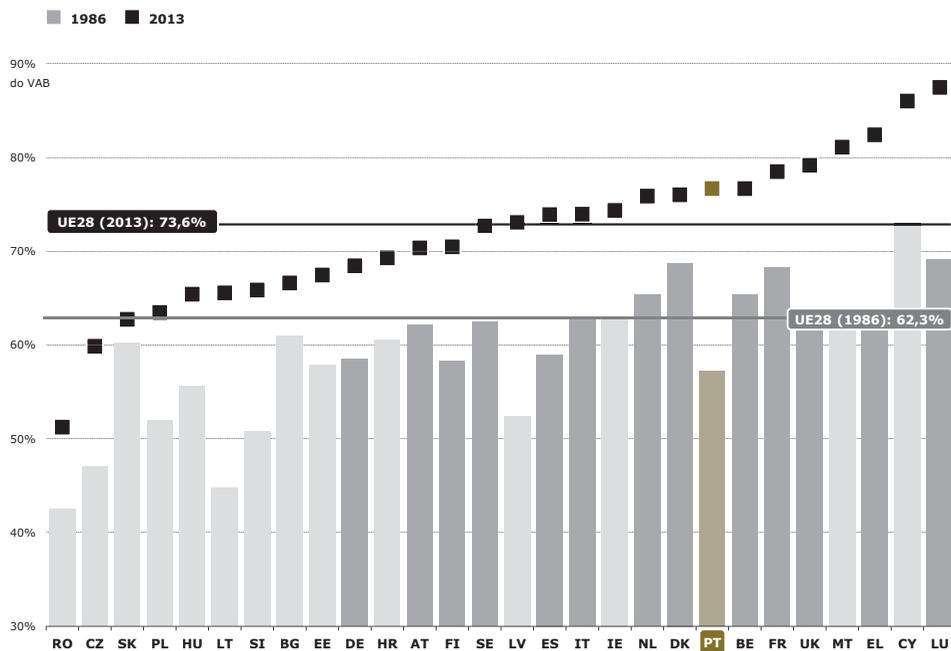


Gráfico 7.4. Estrutura do VAB por atividades económicas: a posição de Portugal na UE | 2013

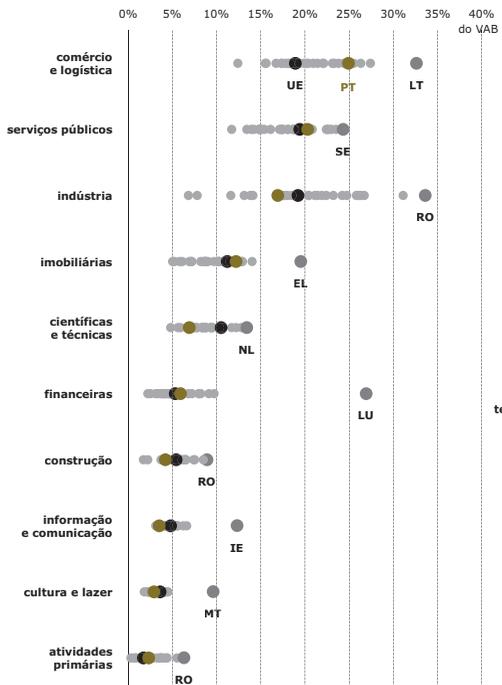
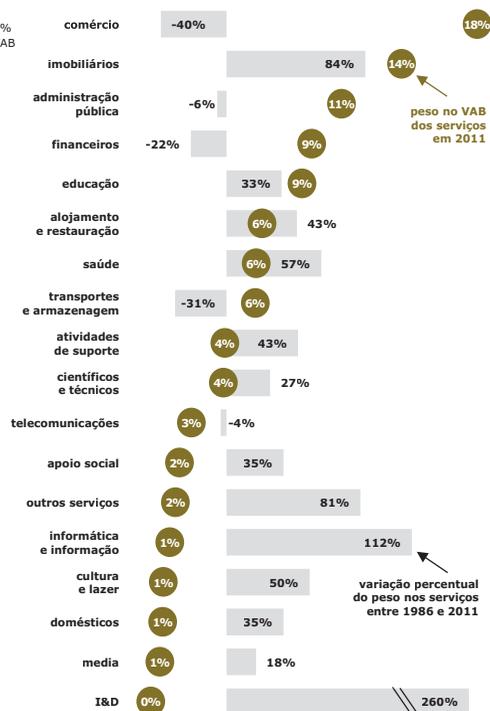


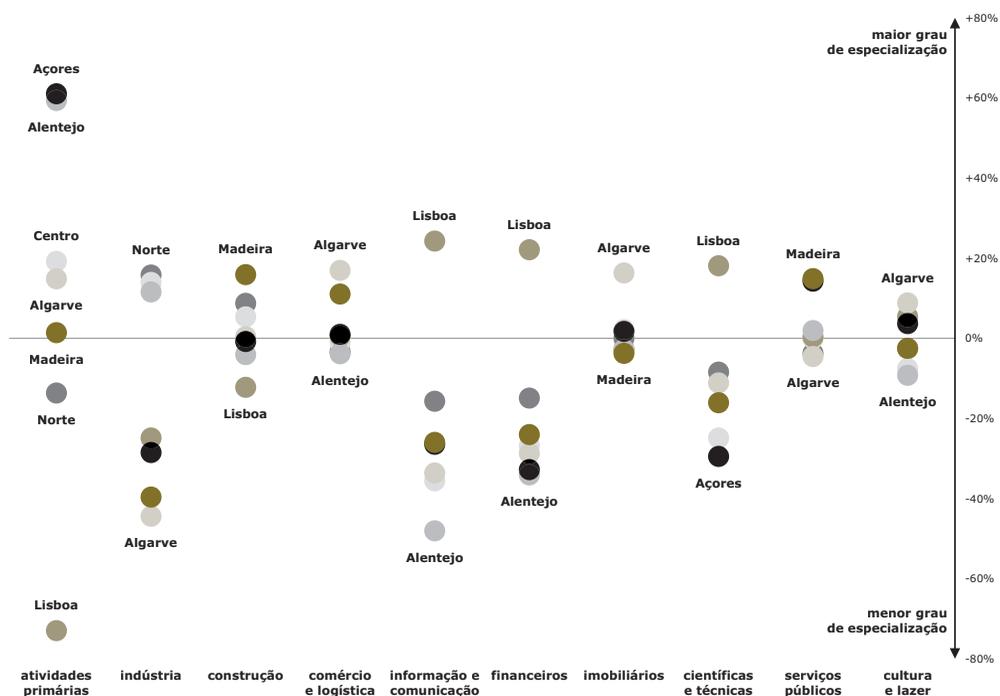
Gráfico 7.5. Recomposição interna dos serviços | 1986 a 2011



Num processo de terciarização modelado pela diversificação das atividades de serviços, Portugal continua a destacar-se pela relevância do comércio.

Fonte: AM&A, INE e Eurostat (acedido em dezembro de 2014)

Gráfico 7.6. Grau de especialização das regiões NUTS II por atividades económicas | 2013



As atividades primárias têm um maior peso nos Açores e no Alentejo, enquanto Lisboa se destaca como a região mais especializada nos serviços às empresas.

O Norte e o Centro, bem como o Alentejo, surgem como as mais especializadas na indústria e o Algarve apresenta a mais clara base turística.

Nota: A especialização industrial é medida pelo coeficiente de localização para cada ramo e região.

Fonte: INE (acedido em dezembro de 2014)

Conceitos e metodologia

Valor acrescentado bruto (VAB)

O valor acrescentado bruto (VAB) é a riqueza gerada na produção, descontando o valor dos bens e serviços consumidos para a obter, tais como as matérias-primas.

Coefficiente de localização

Indicador do grau de especialização de um espaço geográfico numa certa atividade, tendo como referência um espaço padrão (neste caso, a União Europeia). A sua medição assenta na comparação do peso, em termos de VAB, de determinada atividade no espaço geográfico face ao peso que essa mesma atividade tem no espaço padrão.

Atividades económicas

As agregações podem ser sintetizadas da seguinte forma:

- **Atividades primárias** inclui as atividades económicas diretamente dependentes de recursos

naturais, nomeadamente, as relacionadas com a agricultura, silvicultura e pesca;

- **Atividades secundárias** inclui as atividades económicas associadas à indústria, à qual acrescenta a energia, água e construção;

- **Atividades terciárias** inclui as atividades relacionadas com a prestação de serviços que foram agrupadas nas seguintes tipologias: 1) serviços às empresas: transportes e armazenagem (H); *media* (JA); telecomunicações (JB); informática e informação (JC); financeiros (K); científicos e técnicos (MA e MC); I&D (MB); atividades de suporte (N); 2) serviços às famílias: comércio (G); alojamento e restauração (I); imobiliários (L); cultura e lazer (R), outros serviços (S); domésticos (T), 3) serviços públicos: administração pública (O); educação (P); saúde (QA); e apoio social (QB).

Para saber mais

Augusto Mateus & Associados (2014) | O contributo do setor dos serviços para as exportações portuguesas e para a atração de não residentes

Comissão Europeia (...2013) | *EU industrial structure report 2013: competing in global value chains*

Comissão Europeia (...2014) | *European competitiveness report 2014*

8

Especialização industrial

A solidez da base industrial é decisiva para um crescimento económico sustentável, destacando-se a sua relevância nos processos de inovação, descarbonização, e captação de valor no comércio internacional, bem como o efeito alavanca que induz no restante tecido económico, quer a montante, quer a jusante.

Os caminhos de reindustrialização e modernização da base industrial, apontados pela Comissão Europeia como prioridades estratégicas, embora de forma demasiado voluntarista, nomeadamente com a meta de aumentar para 20% o contributo da indústria no PIB até 2020, devem ser entendidos naquele sentido.

As políticas industriais europeias só podem encarar, no futuro, as diferentes indústrias transformadoras como parte integrante de verdadeiras cadeias de valor globais, onde o investimento em I&D+I, acelerando a adoção de novas tecnologias e a qualificação do capital humano, a par do aprofundamento do mercado interno e da melhoria no acesso ao financiamento, constituem áreas prioritárias.

A perda de relevância da indústria na economia portuguesa não traduz apenas as dificuldades decorrentes da perda de competitividade das empresas.

Ela exprime também uma configuração renovada da economia global, induzida pela crescente participação em cadeias de valor mais complexas, onde se torna muito mais estreita a articulação entre a produção de bens e de serviços.

O percurso de Portugal entre 1986 e 2013

O desenvolvimento da economia portuguesa nas últimas décadas tem sido marcado pela perda de relevância da indústria. Nos últimos 28 anos, o peso das indústrias transformadoras na economia caiu dez pontos percentuais, sendo que, em 2013, são responsáveis por cerca de 12% da riqueza criada em Portugal (Gráfico 8.1).

A fragmentação de atividades e tarefas à escala mundial, no seio de cadeias de valor cada vez mais ricas e complexas, acentuou as interações da indústria com outras atividades económicas. Tarefas que anteriormente eram realizadas dentro da mesma fábrica são hoje dispersas por diversas empresas, atividades e territórios, tornando obsoletas as fronteiras estabelecidas entre setores e

exigindo uma leitura mais cuidada para avaliar o real contributo da indústria para a economia.

A relevância determinante do contributo da indústria para o aumento da produtividade é, todavia, inquestionável. Entre 1986 e 2013, a criação de riqueza por trabalhador triplicou, mantendo um ritmo de crescimento anual em torno dos 4%, bastante acima das restantes atividades económicas.

Este aumento de produtividade não se tem traduzido, no entanto, num aumento da riqueza criada, que estabilizou na última década, mas sim na maior eficiência na utilização de recursos humanos. Em 2013, as indústrias transformadoras empregam cerca de 600 mil trabalhadores, sendo que, desde 1986, o número de trabalhadores diminuiu 40%, tendência que se acentuou na última década (redução de 4% ao ano desde 2002).

O impacto da crise financeira internacional e do subsequente processo de ajustamento a nível nacional nas diferentes fileiras industriais foi profundo. De facto, só as indústrias alimentares alcançavam, em 2013, um volume de vendas superior ao registado em 2007 (Gráfico 8.4).

A posição de Portugal no contexto da União Europeia

A perda de relevância da indústria na economia nacional tem acompanhado a tendência europeia de desindustrialização. Contudo, esta tem sido bastante mais acentuada em Portugal, com o peso das indústrias transformadoras na criação de riqueza nacional a divergir face ao referencial europeu em quase 20% (Gráfico 8.2).

Num panorama europeu em que os países do alargamento e a Alemanha se destacam pela forte base industrial, Portugal é o nono Estado-membro em que a indústria menos pesa na criação de riqueza, tendo registado, entre 1999 e 2013, a oitava maior contração (Gráfico 8.3).

Em termos de perfil da especialização industrial, Portugal continua a destacar-se pela maior especialização nas indústrias tradicionais e intensivas em mão-de-obra. Em 2012, Portugal era o Estado-membro mais especializado na fileira da moda e o terceiro na fabricação de artigos de plástico e de produtos minerais não metálicos (sobretudo moldes, materiais de construção e faianças), sendo ainda de destacar o elevado peso das fileiras da floresta e alimentar (Gráfico 8.5).

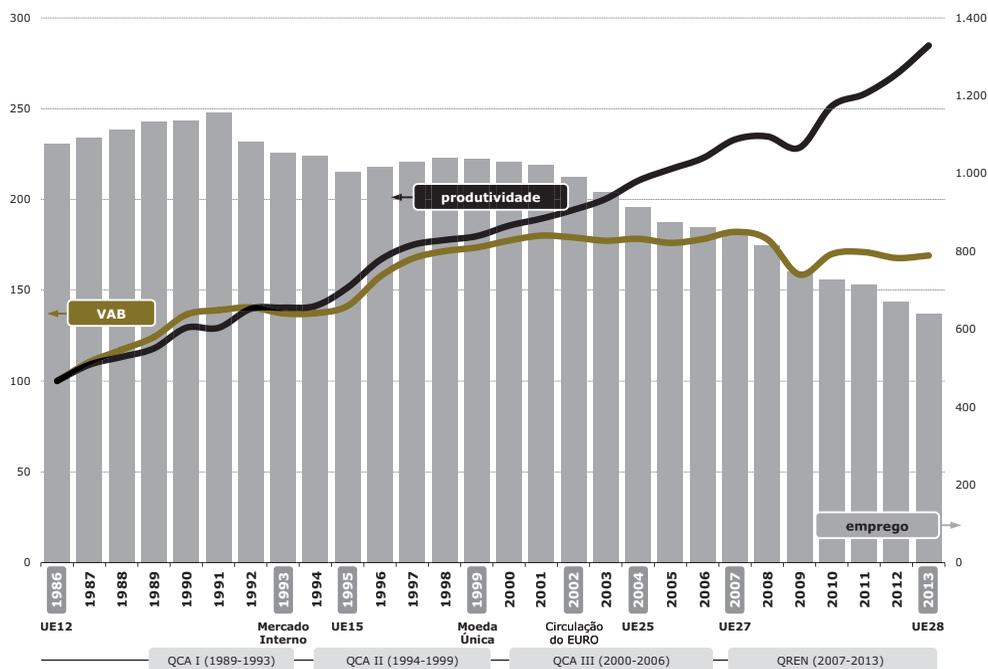
Em contrapartida, Portugal registava um peso bastante aquém do padrão europeu em indústrias intensivas em capital, como a indústria química e a fabricação de máquinas e equipamentos, e em indústrias com elevado grau de intensidade tecnológica, como a indústria farmacêutica e a fabricação de equipamento informático.

Especialização industrial a nível regional

O Norte de Portugal, com um em cada cinco trabalhadores empregados na indústria, destaca-se como uma das regiões europeias mais industrializadas. Em contrapartida, o Algarve, a Madeira e os Açores estão entre as regiões europeias em que a indústria menos pesa no emprego (Mapa 8.1).

Em termos de perfil de especialização, enquanto o Norte se encontra mais especializado na moda e no mobiliário, o Centro destaca-se na metalúrgica e na fabricação de artigos de plástico e de outros produtos minerais não metálicos e Lisboa no papel, na farmacêutica, no equipamento informático e no automóvel. Por sua vez, o Alentejo (litoral) destaca-se nos produtos petrolíferos enquanto o Algarve é relativamente mais especializado na indústria alimentar e na fileira da madeira e da cortiça (Gráfico 8.6).

Gráfico 8.1. Emprego, valor acrescentado bruto e produtividade da indústria transformadora em Portugal | 1986 a 2013



O crescimento da produtividade industrial não se tem traduzido num aumento da capacidade de criação de riqueza, mas sim numa maior eficiência na utilização de recursos.

Nota: Evolução em índice base 100=1986 a preços constantes para a produtividade e o VAB.

Fonte: Ameco (acedido em dezembro de 2014)

Gráfico 8.2. Proporção de valor acrescentado bruto gerado pelas indústrias transformadoras: comparação entre Portugal e UE | 1986 a 2013

A perda de relevância da indústria na economia tem sido mais intensa em Portugal. Se até ao início dos anos 90 o peso da indústria na criação de riqueza nacional era equivalente ao referencial europeu, desde então que o diferencial não para de aumentar.

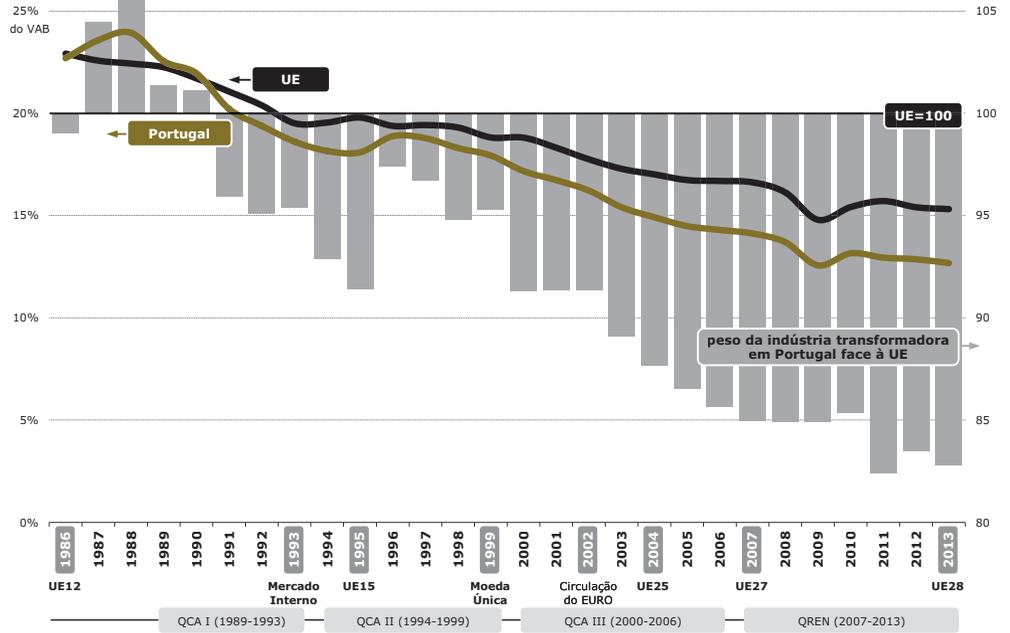


Gráfico 8.3. Proporção de valor acrescentado bruto gerado pelas indústrias transformadoras: a posição de Portugal na UE | 1999 e 2013

Ao registar o oitavo processo de desindustrialização mais intenso desde 1999, Portugal é o nono Estado-membro em que as indústrias transformadoras menos pesam na criação de riqueza.

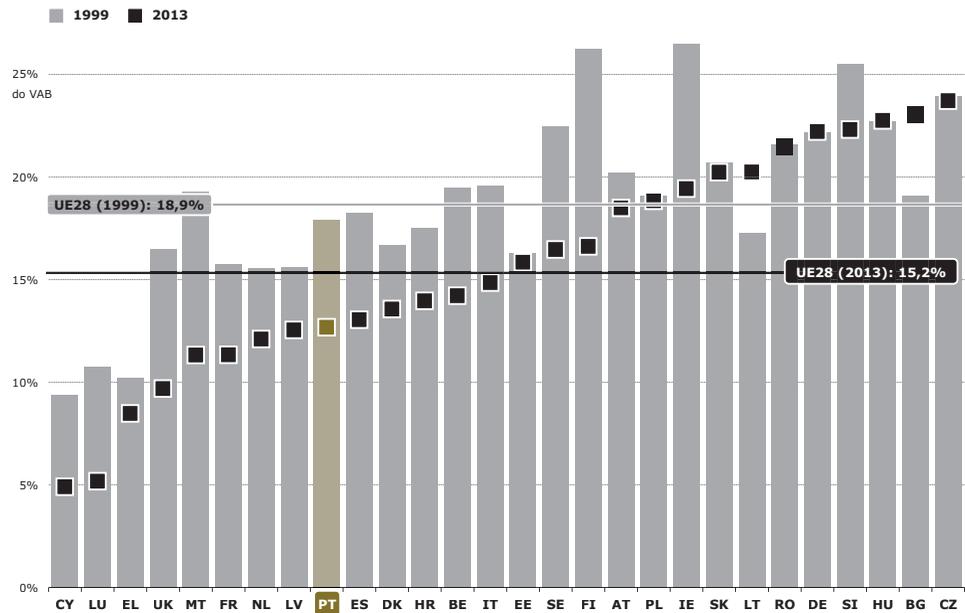


Gráfico 8.4. Evolução das vendas nas indústrias transformadoras: comparação entre Portugal e UE | 2007 e 2013

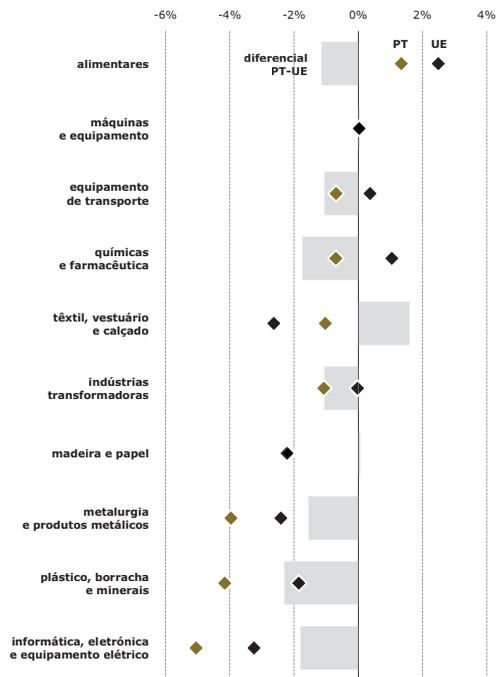
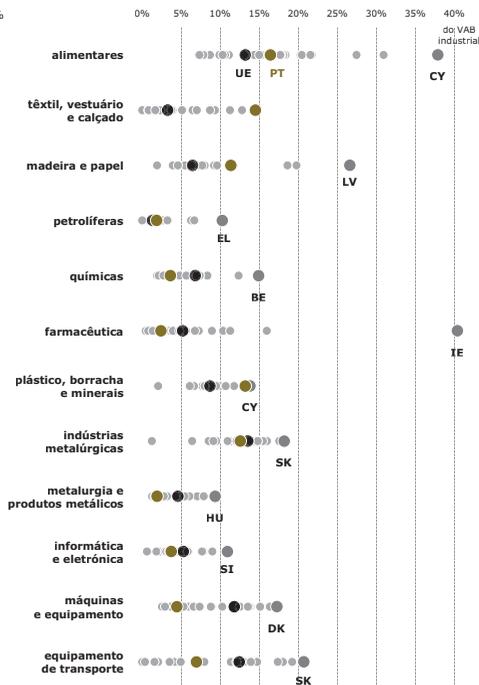


Gráfico 8.5. Perfil de especialização industrial: a posição de Portugal na UE | 2012



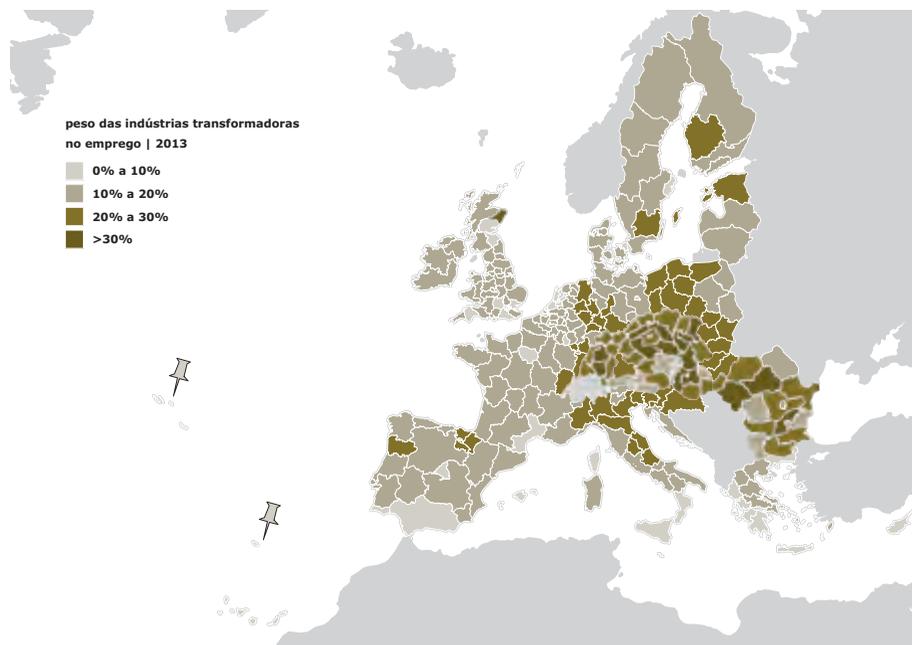
Em termos de especialização industrial, Portugal continua a destacar-se pela maior especialização nas indústrias intensivas em mão-de-obra.

Em 2012, Portugal era o Estado-membro mais especializado na fileira da moda e o terceiro na fabricação de artigos de plástico e de produtos minerais não metálicos.

Nota: No gráfico 8.4 é representada a taxa de crescimento média anual do índice de volume de negócios para cada indústria transformadora.

Fonte: Eurostat (acedido em abril de 2015)

Mapa 8.1. Peso das indústrias transformadoras no emprego: a posição das regiões portuguesas na UE | 2013

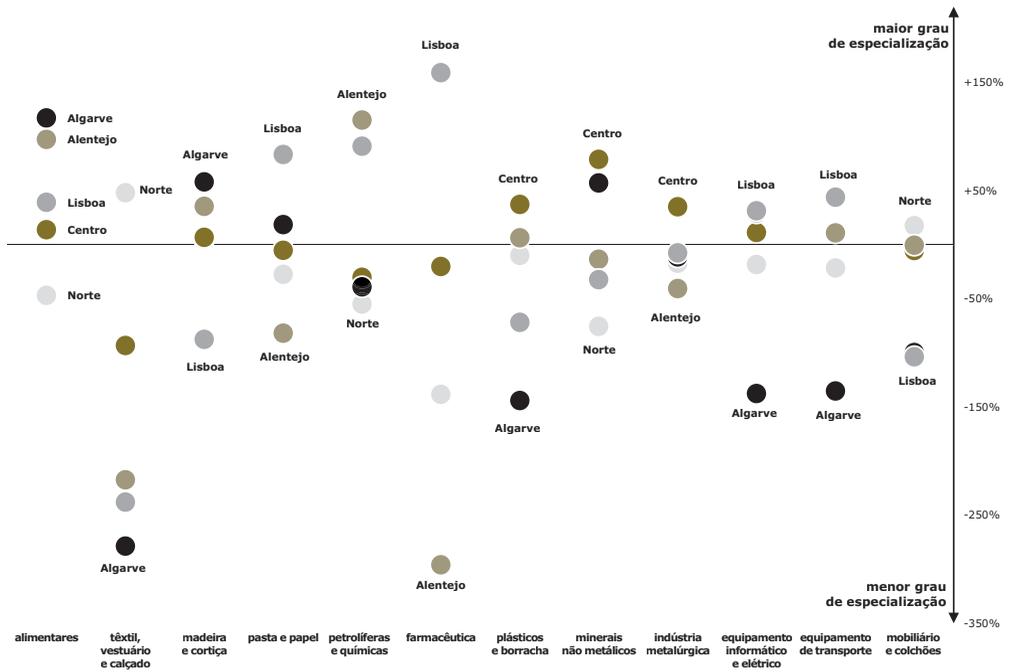


O Norte de Portugal, com um em cada cinco trabalhadores empregados na indústria, destaca-se como uma das regiões europeias mais industrializadas.

Fonte: Eurostat (acedido em abril de 2014)

Gráfico 8.6. Especialização industrial em termos de emprego nas regiões NUTS II em Portugal | 2013

Os diversificados perfis de especialização industrial a nível regional evidenciam a importância do território no aproveitamento dos diferentes fatores de sucesso empresarial.



Nota: Apenas estão disponíveis dados para Portugal Continental. A especialização regional é calculada a partir do quociente de localização.

Fonte: Quadros de Pessoal (acedido em abril de 2015)

Conceitos e metodologia

Valor acrescentado bruto (VAB)

O VAB é a riqueza gerada na produção, descontando o valor dos bens e serviços consumidos para a obter, tais como as matérias-primas.

Coeficiente de localização

Indicador do grau de especialização de um espaço geográfico numa certa atividade, tendo como referência um espaço padrão (neste caso, a União Europeia). A sua medição assenta na comparação do peso, em termos de VAB, de determinada atividade no espaço geográfico face ao peso que essa mesma atividade tem no espaço padrão.

Indústrias Transformadoras

Abreviatura	Divisão CAE rev.3	Designação
Alimentares	10-12	Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco
Têxtil, vestuário e calçado	13-15	Indústria têxtil, do vestuário, do couro e dos produtos de couro
Madeira e papel	16-18	Indústria da madeira, pasta, papel e cartão e seus artigos e impressão
Petrolíferas	19	Fabricação de coque e de produtos petrolíferos refinados
Químicas	20	Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas e artificiais
Farmacêutica	21	Fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas
Plástico, borracha e minerais	22-23	Fabricação de artigos de borracha, de matérias plásticas e de outros produtos minerais não metálicos
Metalurgia e produtos metálicos	24-25	Indústrias metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos
Informática e eletrónica	26	Fabricação de equipamentos informáticos, equipamentos para comunicação, produtos eletrónicos e óticos
Equipamento elétrico	27	Fabricação de equipamento elétrico
Máquinas e equipamento	28	Fabricação de máquinas e equipamentos, n.e.
Equipamento de transporte	29-30	Fabricação de material de transporte
Outras indústrias	31-33	Indústrias transformadoras, n. e.; reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos

Para saber mais

Comissão Europeia (...2013) | *EU Industrial Structure Report 2013*

Comissão Europeia (...2014) | *European Competitiveness Report 2014*

OECD (2015) | *Manufacturing or Services – That is (not) the Question*

9

Produções primárias

As atividades primárias assumem um papel estratégico nas economias modernas, não apenas pelo contributo decisivo que podem aportar à conservação da natureza e à coesão territorial, nas abordagens do desenvolvimento sustentável, mas também na própria criação de riqueza e de emprego, onde a inovação e a mobilização do conhecimento se tornam decisivas para garantir uma gestão mais equilibrada e duradoura dos recursos da terra, do mar e das florestas.

O presente, no entanto, está ainda longe do futuro que pode ser construído, refletindo um complexo dualismo entre processos de recuo e definhamento e processos de progresso produtivo e afirmação internacional. A floresta, sob efeito da procura da indústria, nomeadamente da pasta e papel, conheceu uma trajetória mais dinâmica que a do conjunto formado pela agricultura, pecuária e pescas onde, para muitas unidades menos eficientes, não tem sido fácil repercutir nos seus produtos a evolução instável dos preços dos consumos intermédios ou acompanhar as novas condições concorrenciais nas cadeias de abastecimento da grande distribuição.

De forma a superar os importantes desafios que as produções primárias enfrentam, e reduzir o grau de dependência externa, é imperativo aprofundar as sinergias entre produtores e destes com outras atividades, renovar e qualificar o tecido produtivo e intensificar o investimento em ciência e tecnologia.

Ao longo dos últimos 28 anos, o peso das atividades primárias na economia nacional diminuiu para 2%.

A relevância recente de sucessivos casos de sucesso empresarial, em algumas atividades específicas, não deve fazer esquecer a dimensão do esforço que importa garantir em termos de investimento, mobilizando conhecimento e tecnologias mais avançadas, e de cooperação empresarial, para aumentar o potencial de crescimento das atividades primárias.

O percurso de Portugal entre 1986 e 2013

Condicionado por uma PAC insuficientemente adaptada à diversidade dos recursos e mais orientada para a garantia de rendimentos do que para o estímulo ao investimento e à inovação, o setor primário registou um claro declínio nos últimos 28 anos tendo o seu contributo para a criação de riqueza nacional diminuído de 8% em 1986 para 2% em 2013. A população empregada diminuiu

45% desde 1986 e o valor acrescentado gerado pelas atividades primárias, corrigido do efeito de preços, estagnou no nível verificado no início dos anos 90, em função de um fraco crescimento global da produtividade (Gráfico 9.1).

Recolhendo os frutos de um longo, e continuado, processo de modernização e internacionalização das produções mais ancoradas na diferenciação positiva do encontro entre o Mediterrâneo e o Atlântico na geografia portuguesa, as atividades primárias puderam interromper, nos últimos anos, o definhamento global registado desde 1995, com um ligeiro aumento do seu peso na economia nacional, a par de progressos mais nítidos nas exportações agroindustriais.

A agricultura e produção animal afirmam-se como as principais atividades primárias, explicando dois terços do valor acrescentado gerado em 2012. Por seu turno, a exploração florestal é responsável por um quarto, enquanto as pescas explicam menos de 10%.

Ao nível da atividade agrícola, destaca-se o cultivo de produtos hortícolas, responsável por 17% da produção nacional, seguida da produção de fruta (16%), leite e vinho (11%) e suínos (9%). A produção animal tem vindo a ganhar expressão, registando desde 1999 uma taxa de crescimento média anual (1,7%) três vezes superior à da produção vegetal. Neste particular, a produção de aves de capoeira e suínos registam os aumentos mais expressivos (Gráfico 9.4).

A posição de Portugal no contexto da União Europeia

O contributo das atividades primárias para a criação de riqueza, em 1986, era mais do dobro da média europeia, sendo que só a Irlanda e Grécia registavam um contributo mais elevado. Em 2013, com um diferencial face à média europeia inferior a um ponto percentual, Portugal registava apenas o 15.º maior contributo entre os Estados-membros. Em rigor, não se tratou de uma convergência ativa, mas de um processo regressivo onde a própria produtividade relativa global divergiu a partir de 1995 (Gráfico 9.2 e Gráfico 9.3).

Portugal está entre os Estados-membros mais especializados na produção de produtos hortícolas, fruta, vinho e aves. Em contrapartida, é dos países em que a produção de leite, cereais, culturas forrageiras e plantas industriais menos pesa na sua atividade agrícola (Gráfico 9.5).

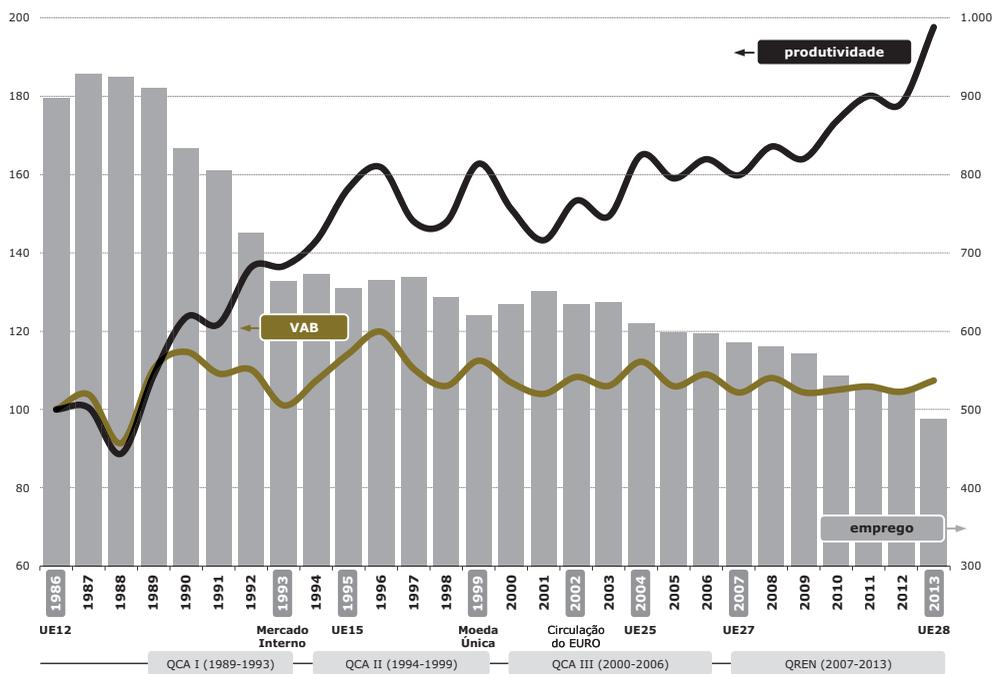
A estrutura das explorações agrícolas revela que a dimensão média nacional tem vindo a aumentar, aproximando-se do referencial europeu (13,8 contra 14,4 hectares por exploração) mas através de uma elevada dispersão a nível regional, sendo que a dimensão média das explorações, superior a 50 hectares no Alentejo, não ultrapassa os dez hectares nas restantes regiões (Mapa 9.1).

A relevância da dinamização da pesca e aquicultura

Em 2013, a frota portuguesa capturou cerca de 200 mil toneladas de pescado. Condicionado pelas quotas de captura cada vez mais exigentes decorrentes de uma Política Comum das Pescas focada em assegurar a exploração sustentável dos recursos piscatórios, este registo representa uma redução de capturas de 8% face a 1999, a segunda menos acentuada na UE, sendo que só a Lituânia, Malta e Croácia registaram uma variação positiva neste período (Gráfico 9.6).

A aquicultura apresenta-se, neste contexto, como uma alternativa à satisfação do crescente consumo de pescado, obedecendo a normas rigorosas em termos de qualidade, sustentabilidade e proteção do consumidor. No caso português, onde o consumo relativo de pescado é mais elevado, a sua dimensão ainda é bastante reduzida, alcançando menos de 10% da produção total de pescado em Portugal, quando em Espanha já representa mais de 25% e na Grécia mais de 60% (Gráfico 9.7 e Gráfico 9.8).

Gráfico 9.1. Emprego, valor acrescentado bruto e produtividade das atividades primárias em Portugal | 1986 a 2013



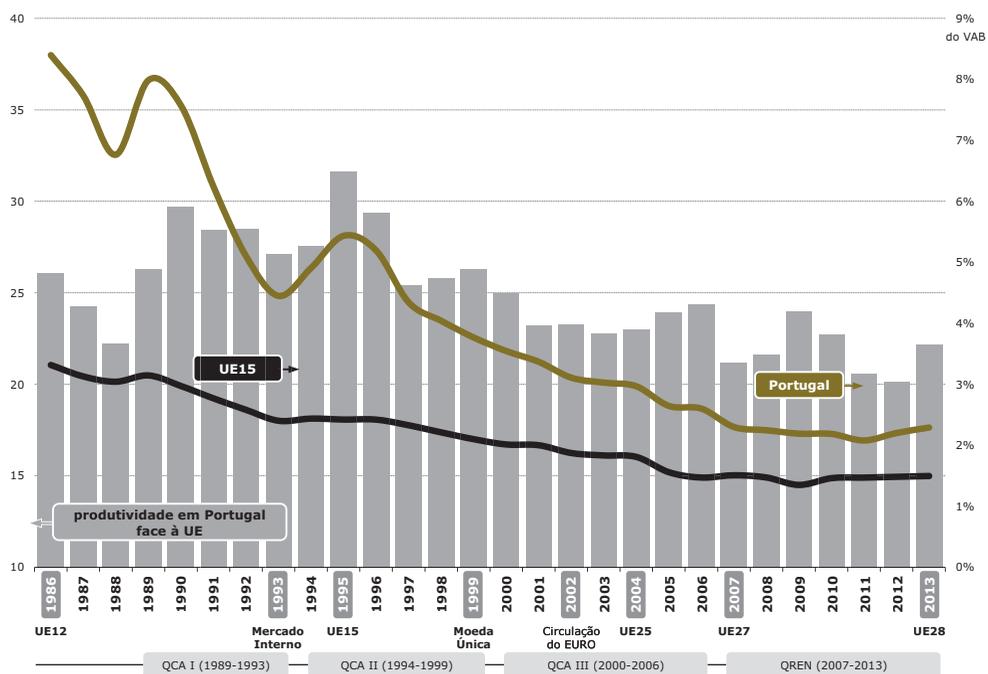
Apesar da estagnação da criação de riqueza, ao nível de 1990, a redução da população empregada em quase 50% permitiu ao setor duplicar a produtividade entre 1986 e 2013.

Nota: Evolução da produtividade e do VAB em índice base 100=1986 a preços constantes.

Fonte: Ameco (acedido em dezembro de 2014)

Gráfico 9.2. Atividades primárias: proporção do valor acrescentado bruto na economia nacional e nível de produtividade: comparação entre Portugal e UE | 1986 a 2013

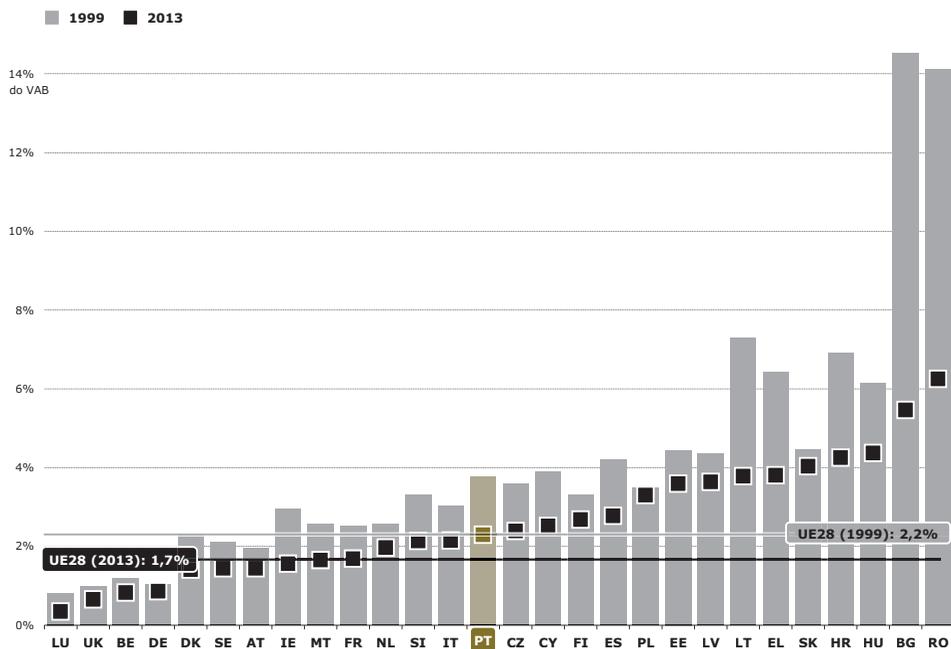
A perda de relevância das atividades primárias na economia nacional aproximou Portugal do padrão europeu, com o diferencial a diminuir de 6% em 1986 para menos de 1% em 2013, em termos do peso relativo respetivo no VAB nacional.



Fonte: Ameco (acedido em dezembro de 2014)

Gráfico 9.3. Proporção de valor acrescentado bruto gerado pelas atividades primárias: a posição de Portugal na UE | 1999 e 2013

Num panorama europeu em que os países do alargamento se destacam pela relevância do setor primário, Portugal registou a sétima maior contração do setor entre 1999 e 2013.



Fonte: Ameco (acedido em abril de 2015)

Gráfico 9.4. Evolução da produção agrícola por atividade em Portugal | 1999/2007, 1999/2013 e 2007/2013

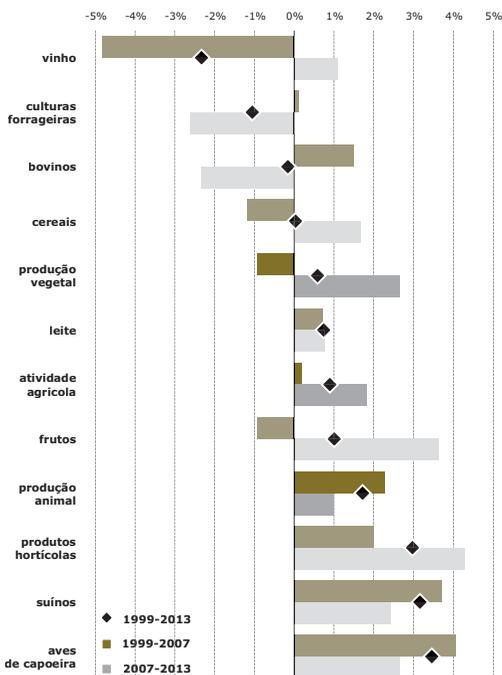
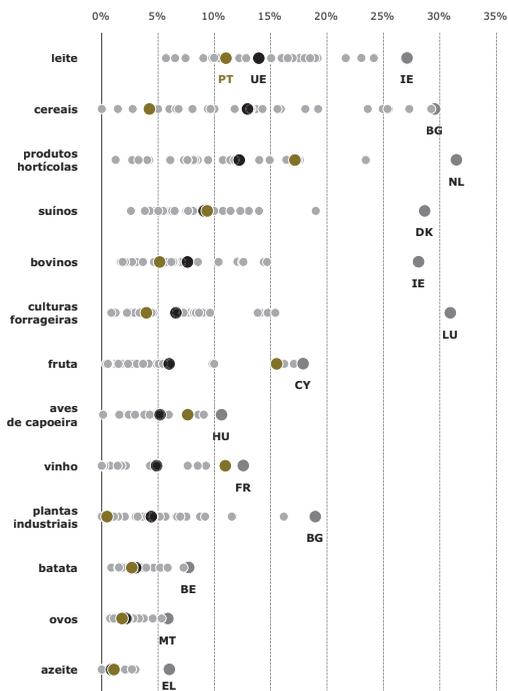


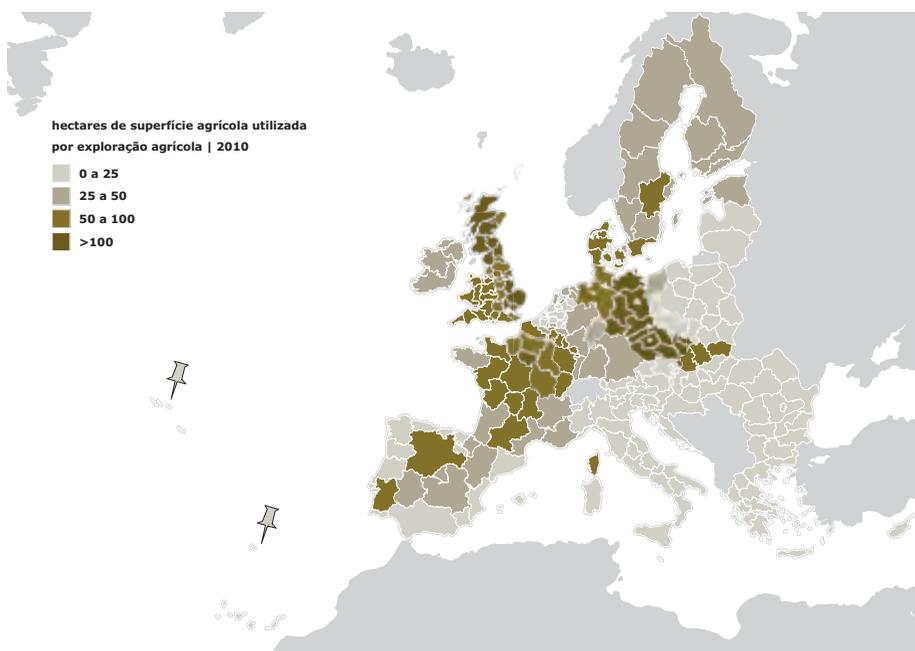
Gráfico 9.5. Produção agrícola por atividade: a posição de Portugal na UE | 2013



Ao nível da atividade agrícola, Portugal destaca-se pelo cultivo de produtos hortícolas e pela produção de fruta e vinho e azeite. No entanto, é de destacar a dinâmica recente da produção animal, em particular na criação de aves de capoeira e de suínos.

Nota: No Gráfico 9.4, a evolução considerada diz respeito à taxa de crescimento média anual.
Fonte: Eurostat (acedido em abril de 2015)

Mapa 9.1. Dimensão das explorações agrícolas: a posição das regiões portuguesas na UE | 2010

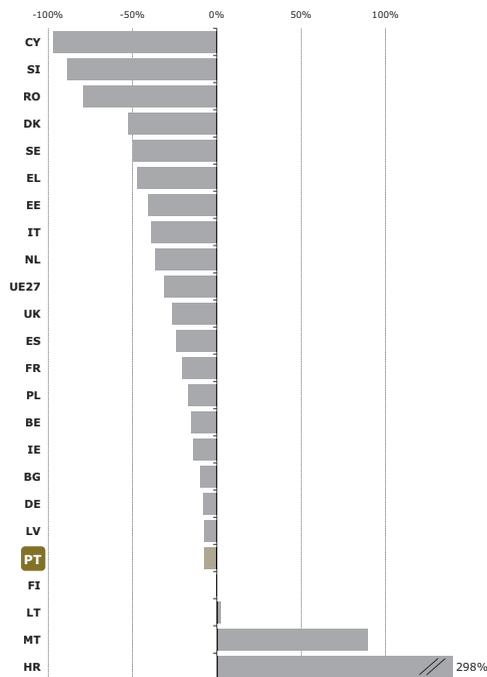


A dimensão média das explorações, superior a 50 hectares, no Alentejo, não ultrapassa os dez hectares nas restantes regiões, um dos mais baixos registos na UE.

Nota: Superfície agrícola utilizada (SAU) – Superfície da exploração que inclui: terras aráveis (limpa e sob coberto de matas e florestas), horta familiar, culturas permanentes e pastagens permanentes.
Fonte: Eurostat (acedido em abril de 2015)

Gráfico 9.6. Evolução da captura total de pescado: comparação entre Portugal e UE | 1999/2013

Quando comparado com a UE e os países iniciais da coesão, a aquicultura em Portugal ainda se encontra num estado bastante embrionário, não se afirmando como alternativa à redução do esforço de pesca imposta a nível comunitário.



Nota: Sem dados disponíveis no gráfico 9.6 para a Áustria, Eslováquia, Hungria, Luxemburgo e República Checa.

Fonte: Eurostat (acedido em abril de 2015)

Gráfico 9.7. Peso da aquicultura na produção de pescado: comparação entre Portugal e UE | 1995 a 2012

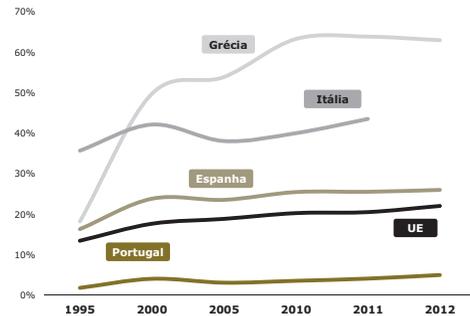
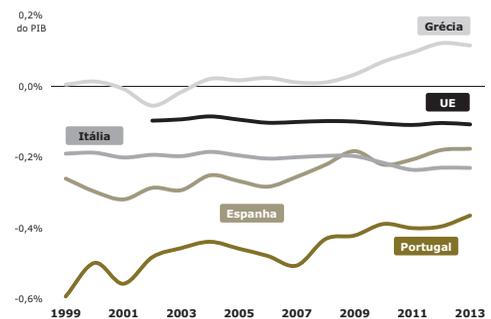


Gráfico 9.8. Balança comercial de produtos piscatórios: comparação entre Portugal, países da coesão e UE | 1999 a 2013



Conceitos e metodologia

Política comum

A adoção de uma política comum no domínio da agricultura e das pescas foi prevista pelo Tratado de Roma que instituiu a Comunidade Económica Europeia (1957), estabelecendo que o mercado comum abrange a agricultura e o comércio de produtos agrícolas (produtos do solo, da pecuária e da pesca, bem como os produtos do primeiro estágio de transformação que estejam em relação direta com estes produtos) e a criação de uma organização comum dos mercados agrícolas para a) incrementar a produtividade da agricultura, fomentando o progresso técnico, assegurando o desenvolvimento racional da produção agrícola e a utilização ótima dos fatores de produção, designadamente da mão-de-obra; b) assegurar, deste modo, um nível de vida

equitativo à população agrícola, designadamente pelo aumento do rendimento individual dos que trabalham na agricultura; c) estabilizar os mercados; d) garantir a segurança dos abastecimentos; e) assegurar preços razoáveis nos fornecimentos aos consumidores. Alvo de sucessivas reformas, atualmente a **política agrícola comum (PAC)** propõe-se a conciliar uma produção alimentar adequada na União Europeia, garantido, paralelamente, a viabilidade económica das comunidades rurais e contribuindo para fazer face a desafios ambientais, como as alterações climáticas, a gestão dos recursos hídricos, a bioenergia e a biodiversidade. **Política comum de pescas (PCP)** visa encontrar um justo equilíbrio entre a oferta e a procura, no interesse dos pescadores e dos consumidores europeus, e tem

por objetivos a proteção das unidades populacionais contra a pesca excessiva, a garantia de um rendimento para os pescadores, o abastecimento regular dos consumidores e da indústria transformadora a preços razoáveis, bem como a exploração sustentável dos recursos vivos marinhos de um ponto de vista biológico, ambiental e económico. (Eur-Lex)

Produção do ramo agrícola

Conjunto de todos os empregos da produção provenientes das explorações agrícolas (produção vegetal, produção animal, serviços agrícolas e atividades secundárias), incluindo os intraconsumos. (INE)

Exploração agrícola

Unidade técnico-económica que utiliza fatores de produção comuns, tais como: mão-de-obra, máquinas, instalações, terrenos, entre outros e que deve satisfazer obrigatoriamente as quatro condições seguintes: 1) produzir produtos agrícolas ou manter em boas agrícolas e ambientais as terras que já não são utilizadas para fins produtivos; 2)

atingir ou ultrapassar uma certa dimensão (área, número de animais, etc.); 3) estar submetida a uma gestão única; 4) estar localizada num lugar determinado e identificável. (INE)

Culturas forrageiras

Culturas destinadas ao corte para dar ao gado e que são colhidas antes de completarem o seu ciclo vegetativo (maturação), de modo a serem melhor digeridas pelos animais. Podem ser consumidas pelo gado em verde, depois de conservadas como feno ou secas ao sol ou desidratadas artificialmente.

Contas Económicas da Agricultura

Representam um quadro sistemático, harmonizado e o mais completo possível da atividade agrícola, de modo a permitir a elaboração de rubricas e de indicadores, num sistema coerente e harmonizado de contas. Disponibilizam, com periodicidade anual, informação a nível nacional sobre o comportamento dos agregados macroeconómicos fundamentais na área da agricultura. (INE)

Para saber mais

Comissão Europeia (...2015) | *Agriculture, forestry and fishery statistics – 2014 edition*

Comissão Europeia (...2014) | *Facts and figures on the Common Fisheries Policy*

GPP (2014) | Programa de Desenvolvimento Rural do Continente para 2014-2020

INE (2014) | Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2013

10

Energia

As crescentes exigências de sustentabilidade económica, ambiental e territorial, respondendo à crescente preocupação com as alterações climáticas, questionam progressivamente o modelo intensivo em energia e dependente de recursos energéticos do exterior que caracterizou grande parte do caminho do Portugal Europeu.

A sustentabilidade energética, vista durante demasiado tempo como uma questão de fontes primárias e de oferta, caminha a passos largos para um novo paradigma centrado na eficiência individual e coletiva, na inteligência das redes que permitem aos consumidores fazerem parte das cadeias de valor da energia e na racionalidade de longo prazo da gestão dos recursos.

A retração da procura decorrente da estagnação e quebra da atividade económica, bem como a conjugação das políticas de eficiência energética e de promoção das fontes de energia renovável, caracterizam a evolução mais recente do Portugal Europeu.

Este contexto exige, no futuro próximo, políticas públicas e estratégias empresariais estabilizadas que permitam assegurar custos energéticos sustentáveis que não comprometam a competitividade das empresas nem a qualidade de vida dos cidadãos, num quadro equilibrado em termos dos níveis de incentivo público aos diferentes agentes económicos para prosseguirem caminhos de sustentabilidade e eficiência energética.

No final do seu percurso de 28 anos, o Portugal Europeu consome menos energia, é mais eficiente e menos dependente do exterior.

As energias renováveis foram protagonistas deste novo paradigma energético que requer, ainda, um significativo esforço de reequilíbrio, nos incentivos públicos, e de eficiência, nos comportamentos dos agentes.

O percurso de Portugal entre 1986 e 2013

O percurso inicial do Portugal Europeu foi marcado fundamentalmente por um crescimento apoiado numa forte intensidade energética. Hoje, Portugal consome mais um quinto de energia do que em 1990. No confronto entre 2013 e 1990, a produção subiu mais de 80% e as importações líquidas de exportações menos de 10%.

O paradigma energético nacional alterou-se, no entanto, substancialmente ao longo da última década. Entre 1990 e 2005, o ano em que Portugal gastou mais energia, o consumo e as importações líquidas aumentaram mais de 50%. Desde 2005, o consumo caiu um quinto, a produção aumentou dois terços, as exportações mais do que duplicaram e as importações líquidas caíram um terço.

A diversificação das fontes primárias refletiu esta mudança para um *mix* energético mais equilibrado. Em 1990, o petróleo respondia por dois terços do consumo de energia primária. Em 2013, os produtos petrolíferos representavam 44%, as energias renováveis 25%, o gás natural 17% e o carvão 12% (Gráfico 10.1).

O progresso alcançado, sendo efetivo, comporta ainda desequilíbrios significativos que importa corrigir no futuro próximo.

A posição de Portugal no contexto da União Europeia

Sem dotação de recursos fósseis endógenos, Portugal é o sétimo Estado-membro mais dependente de energia do exterior. Em 2012, a dependência energética nacional ainda superava o padrão europeu em 50%. Mas este diferencial compara positivamente com 1995, quando o registo nacional foi duas vezes superior à média europeia.

Quanto à intensidade energética, dois capítulos marcam a história da convergência de Portugal com o padrão europeu (Gráfico 10.2):

- Entre 1990 e 2005, o país aumentou a intensidade energética em 7% enquanto a UE a reduzia em 21%, passando a exigir mais energia para gerar o mesmo valor acrescentado;
- Entre 2005 e 2012, o país reduziu a intensidade energética em 18%, aproximando-se do padrão europeu. Em 2012, Portugal era já o décimo Estado-membro a requerer menos energia por unidade produzida (Gráfico 10.3).

Este desempenho global do país encobre disparidades entre os diferentes tipos de consumo. Em 2012, o setor energético nacional foi mais eficiente na transformação de energia (+26%) e as famílias portuguesas consumiram relativamente menos energia (-27%) face ao padrão europeu. Já a intensidade energética dos transportes (+42%) e das restantes atividades produtivas (+17%) é superior à média europeia.

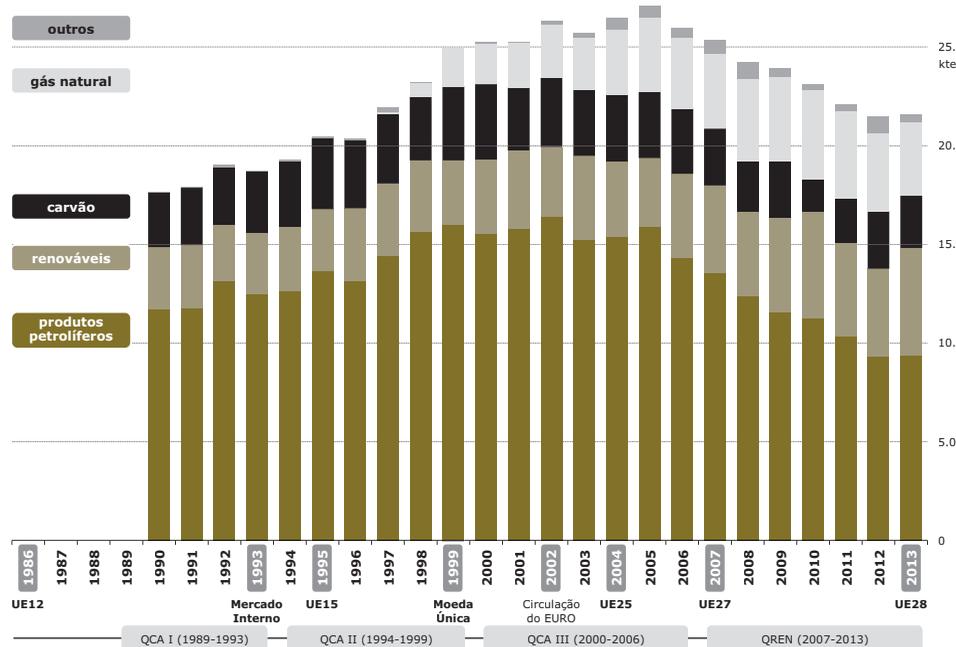
Portugal nos objetivos da estratégia Europa 2020

Em linha com a estratégia Europa 2020, Portugal comprometeu-se a aumentar a quota de energias renováveis no consumo final de energia para 31% e a reduzir em 25% o consumo de energia primária projetado para 2020:

- Em relação às energias renováveis, Portugal elevou a quota de 19% para 24% entre 2004 e 2012, apresentando o sétimo registo mais elevado na UE (Gráfico 10.4);
- Em relação ao consumo primário de energia, a tendência recente colocou Portugal entre os Estados-membros mais bem posicionados para o cumprimento da meta (Gráfico 10.5).

Esta evolução, que coloca Portugal como um dos líderes mundiais em matéria de energia renovável, é sobretudo resultado dos investimentos recentes no aumento da capacidade instalada de energia eólica e solar. Em termos de capacidade instalada de energia eólica *per capita* Portugal é quarto a nível europeu e sexto a nível mundial.

Gráfico 10.1. Consumo interno bruto de energia por produto energético | 1990 a 2013



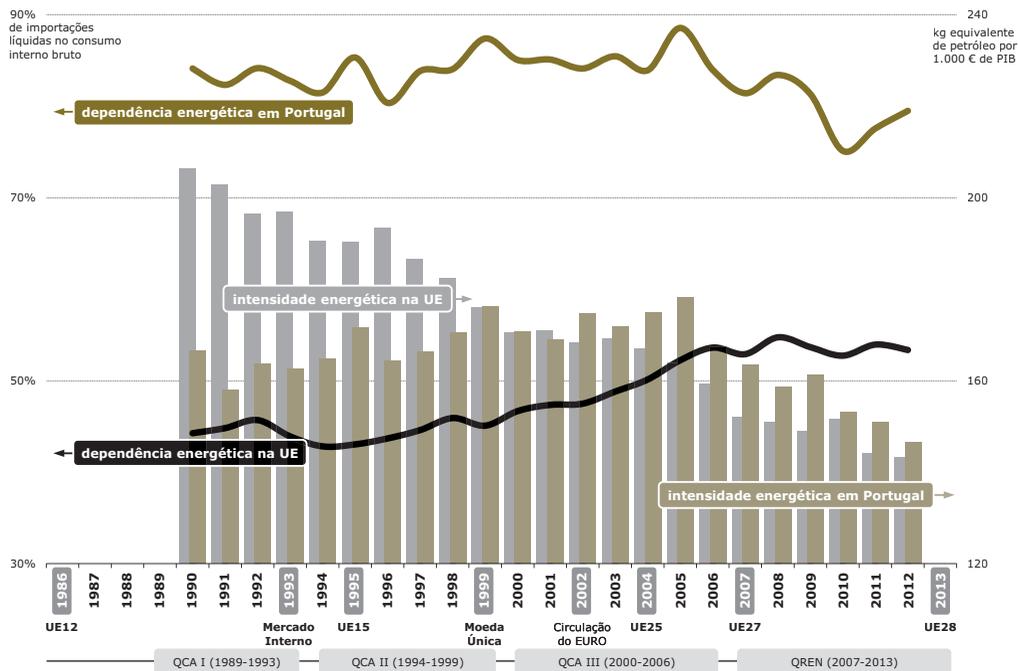
Portugal reduziu o consumo energético em mais de 20% desde o pico de 2005. Desde então, o consumo de produtos petrolíferos caiu 40% e o consumo de renováveis aumentou 55%.

Nota: Valores provisórios para 2013.

Fonte: DGE (acedido em setembro de 2014)

Gráfico 10.2. Intensidade energética: comparação entre Portugal e UE | 1990 a 2012

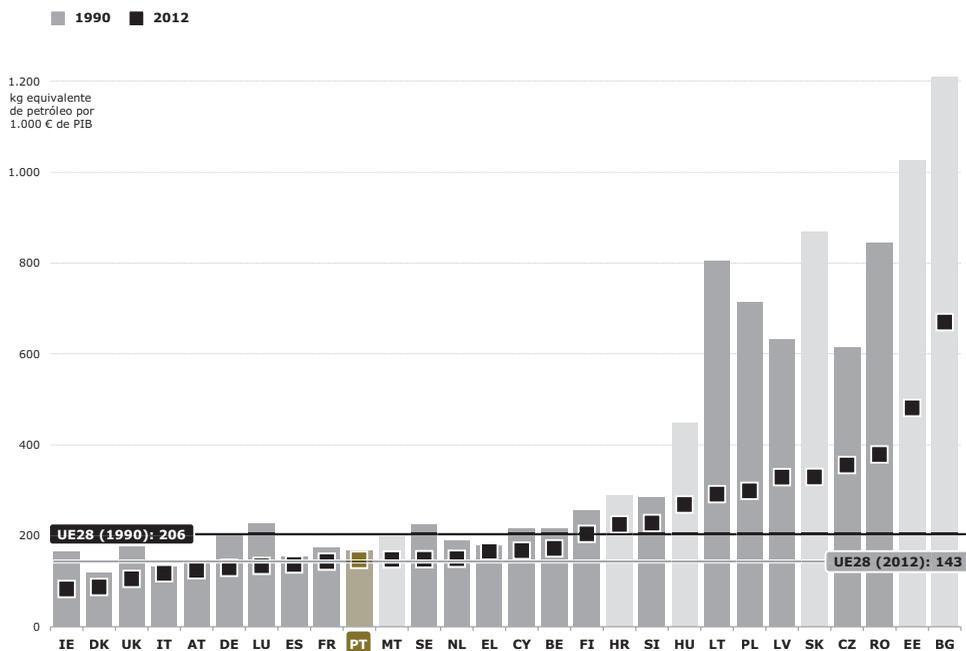
Portugal conseguiu convergir com o padrão europeu em termos de intensidade energética, mas continua bem mais dependente do exterior, apesar da evolução positiva registada desde 2005.



Fonte: Eurostat (acedido em setembro de 2014)

Gráfico 10.3. Intensidade energética: a posição de Portugal na UE | 1990 e 2012

Portugal é o sétimo país da UE28 com menor intensidade energética, em linha com o padrão médio europeu.



Nota: Os valores iniciais referem-se a 1991 para a Bulgária, Hungria e Malta, 1992 para a Eslováquia, 1993 para a Estónia e 1995 para a Croácia.

Fonte: Eurostat (acedido em setembro de 2014)

Gráfico 10.4. Peso das energias renováveis no consumo final bruto de energia | 2004 e 2013

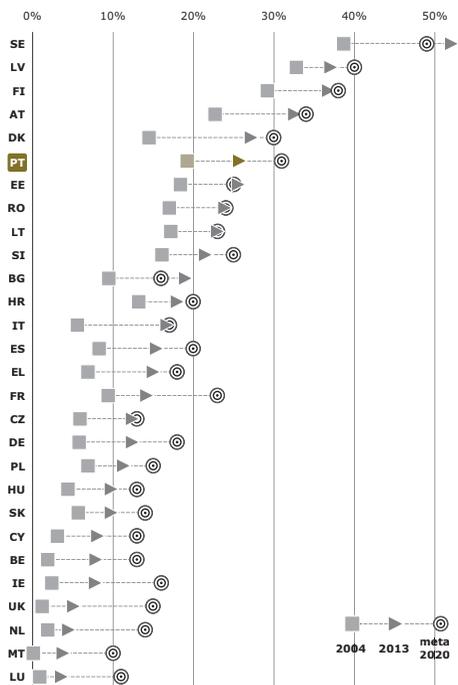
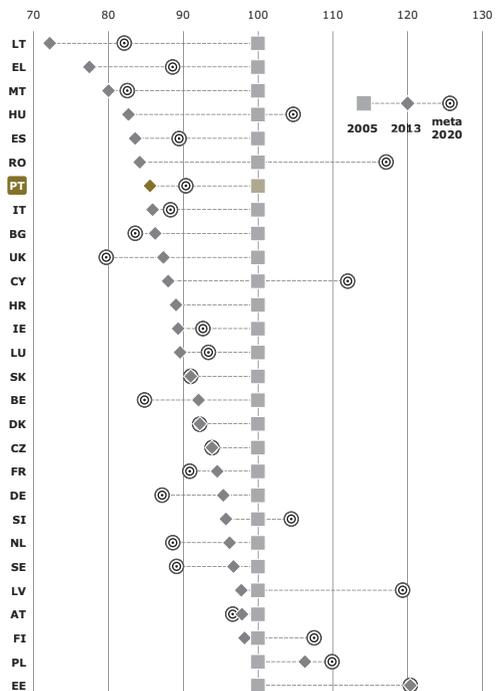


Gráfico 10.5. Consumo de energia primária (2005=100) | 2005 e 2013



Os recentes desenvolvimentos do setor energético colocam Portugal numa posição favorável para cumprir as metas da estratégia Europa 2020.

Fonte: Eurostat (acedido em março de 2015)

Conceitos e metodologia

Estratégia 2020

Estratégia lançada em 2010 para os dez anos seguintes que assenta em oito metas respeitantes ao emprego, à investigação e desenvolvimento, ao clima/energia, à educação e à inclusão social e redução da pobreza, traduzidos em objetivos nacionais em função das especificidades de cada Estado-membro da UE. No domínio da sustentabilidade energética, as duas grandes metas da UE para 2020 são alcançar 20% de quota de energia proveniente de fontes renováveis no consumo final bruto de energia e aumentar em 20% a eficiência energética, ou seja, reduzir em 20% o consumo de energia primária relativamente à projeção do consumo para 2020, sendo energia primária o consumo interno bruto menos utilizações não energéticas. (Comissão Europeia)

Intensidade energética da economia

Indicador que mede o grau de eficácia com que a energia é utilizada para gerar valor acrescentado, sendo definida através do rácio entre o consumo interno bruto de energia e o produto interno bruto (a preços constantes de 2005). (Eurostat)

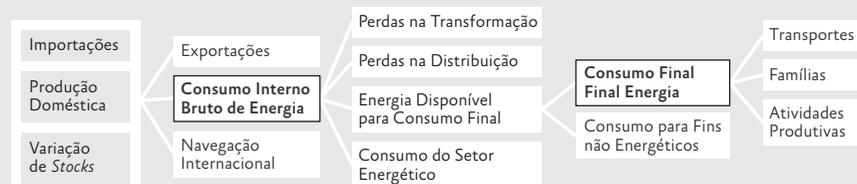
Taxa de dependência energética

Proporção de energia que uma economia tem de importar para fazer face às necessidades de energia a nível interno. É calculada através do rácio entre as importações líquidas de energia e o consumo interno bruto de energia (acrescido do combustível fornecido a navios em navegação internacional). (Eurostat)

Tonelada equivalente de petróleo

Unidade de medida padronizada que permite comparar a consumo de diferentes produtos energéticos.

Consumo interno bruto e consumo final de energia no balanço energético (adaptado Comissão Europeia)



Para saber mais

Resolução do Conselho de Ministros n.º 20/2013 | Plano Nacional para a Eficiência

Energética e Plano Nacional para as Energias Renováveis

Comissão Europeia (2012) | *Energy Markets in the European Union 2011*

The World Wind Energy Association (...2014) | *World wind energy report*

Agência Internacional de Energia, Eurostat e OCDE (2004) | *Energy Statistics Manual*

Comércio internacional

A economia portuguesa, muitas vezes referida como uma “pequena economia aberta”, surge em comparação com economias de dimensão semelhante, como uma economia relativamente fechada.

A aceleração da globalização, na viragem para o século XXI, veio revelar dificuldades específicas da economia portuguesa na adaptação a uma nova realidade internacional, protagonizada pela entrada da China na OMC e o alargamento a leste da UE, que, em articulação com a orientação do crescimento económico nacional para a produção de bens e serviços não transacionáveis, desencadeou um profundo desequilíbrio externo com graves consequências para o país.

O impacto da crise económica e financeira motivou uma nova atenção aos mercados externos e traduziu-se num crescimento mais dinâmico das exportações. A consolidação do ajustamento em curso exige, no entanto, o acesso a funções mais qualificadas na globalização, alavancando a competitividade e a especialização da economia portuguesa em fatores, tecnologias e mercados mais exigentes e dinâmicos.

A desequilibrada e lenta abertura da economia portuguesa aos mercados internacionais, que originou défices externos recorrentes, tem vindo a ser corrigida em função dos impactos da recente crise económica e financeira.

O percurso de Portugal entre 1986 e 2013

Nos 28 anos de Portugal Europeu, o peso das exportações no PIB passou de 25% para 41% e o das importações de 27% para 39%.

A evolução registada não foi, no entanto, nem regular nem sustentada, surgindo a recente crise financeira a separar dois períodos muito diferentes. No primeiro, entre 1986 e 2008, o aumento do peso das exportações no PIB (7,8 pontos percentuais) foi cerca de metade do aumento registado pelas importações (15 p.p.). No segundo, desde 2008, o peso das exportações aumentou oito pontos percentuais enquanto o das importações recuou mais de três pontos. O ano de 2013 foi, assim, o primeiro ano em que o saldo comercial português foi positivo.

As exportações de serviços contribuem de forma decisiva para este dinamismo recente. Se em 1986 valiam um quarto das exportações nacionais, em 2013 já valem cerca de um terço.

A dinâmica positiva recente das exportações não compensou, no entanto, a gradual erosão da competitividade da economia nacional. Entre 1999 e 2013, a quota portuguesa das exportações mundiais de bens caiu de 0,43% para 0,33% enquanto a quota das exportações mundiais de serviços caiu de 0,64% para 0,58% (Gráfico 11.1).

A posição de Portugal no contexto da União Europeia

A evolução do grau de internacionalização da economia portuguesa no quadro europeu revela os limites da sua inserção nos mercados externos, apesar da correção verificada nos anos recentes (Gráfico 11.2):

- A orientação exportadora portuguesa afastou-se do referencial europeu até um máximo de nove pontos percentuais em 2010.

Apesar do progresso verificado nos últimos anos, que reduziu esse diferencial para quatro pontos percentuais em 2013, Portugal continua a ser dos Estados-membros com menor intensidade exportadora (Gráfico 11.3);

- A baixa taxa de cobertura registada no comércio internacional de Portugal correspondia, à entrada na CEE, a um défice estrutural na satisfação da procura interna em segmentos relevantes como a energia, a alimentação ou a tecnologia (em 1986 só a Grécia tinha uma situação mais deficitária). A correção deste défice, apesar de limitada, permitiu a Portugal situar-se a meio da tabela europeia em 2013, em grande parte pelo efeito conjugado, desde 2010, da aceleração das exportações e da contenção das importações com as medidas de austeridade e a estagnação do crescimento.

O perfil das exportações de bens de Portugal continua a apresentar vulnerabilidades importantes. Um quarto das exportações nacionais corresponde a indústrias intensivas em trabalho e recursos naturais, o registo mais elevado em toda a União Europeia, enquanto as indústrias de média e alta tecnologia concentram menos de 40% (Gráfico 11.4).

A evolução mais recente materializou uma diversificação dos mercados de destino das exportações nacionais para fora da UE, numa tendência comum a todo o espaço europeu. Em 2013, as exportações de mercadorias para fora da UE já valem 30%, sendo que Angola, China e Brasil concentram 10% das exportações, tendo multiplicando a sua relevância por cinco desde 1999 (Gráfico 11.5).

A inserção de Portugal nas cadeias de valor globais

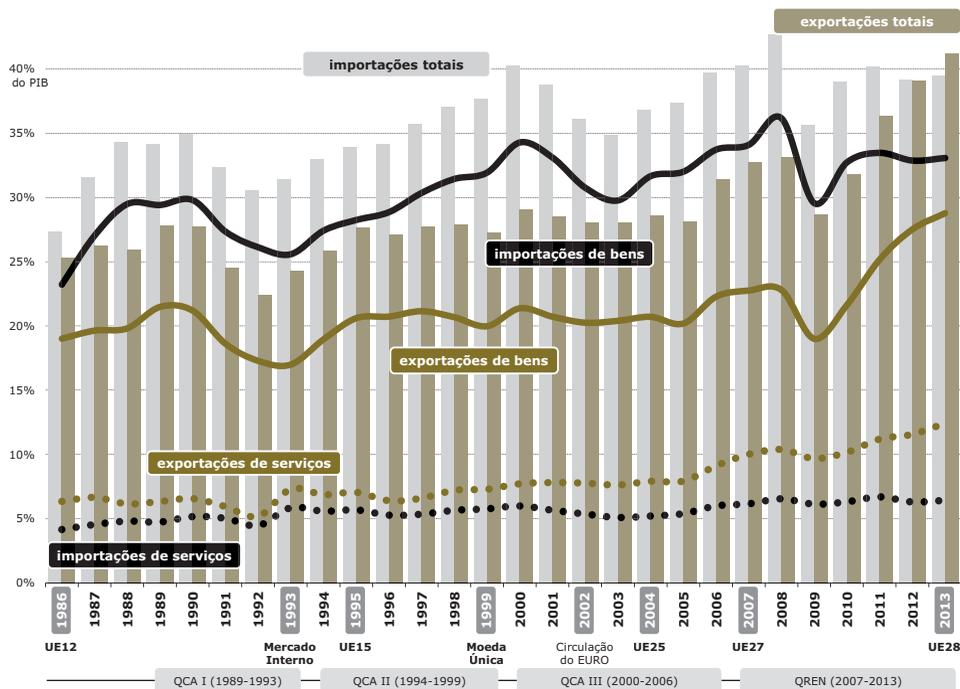
A aceleração da globalização, protagonizada pelo rápido crescimento das grandes economias emergentes, alimentou um novo surto de fragmentação das atividades e tarefas produtivas à escala mundial que se traduziu na formação de cadeias de valor verdadeiramente globais.

A ascensão deste comércio de especialização vertical é confirmada pelo aumento do conteúdo importado das exportações, patente na maioria dos Estados-membros. Em 2009, um terço das exportações nacionais já correspondia a fornecimentos importados (Gráfico 11.6).

Os serviços ganharam relevância nas redes empresariais complexas que materializam o alongamento das cadeias de valor. Em Portugal, os serviços são já responsáveis por mais de 50% do valor acrescentado incorporado nas exportações nacionais refletindo essa crescente incorporação de serviços nas exportações de bens (Gráfico 11.7).

O desafio principal, nesta nova fase da economia mundial, reside na qualificação das tarefas fragmentadas asseguradas no interior das cadeias de valor, de forma a sustentar os esforços diretos e indiretos de exportação e os avanços na substituição de importações.

Gráfico 11.1. Exportações e importações de bens e de serviços em Portugal | 1986 a 2013

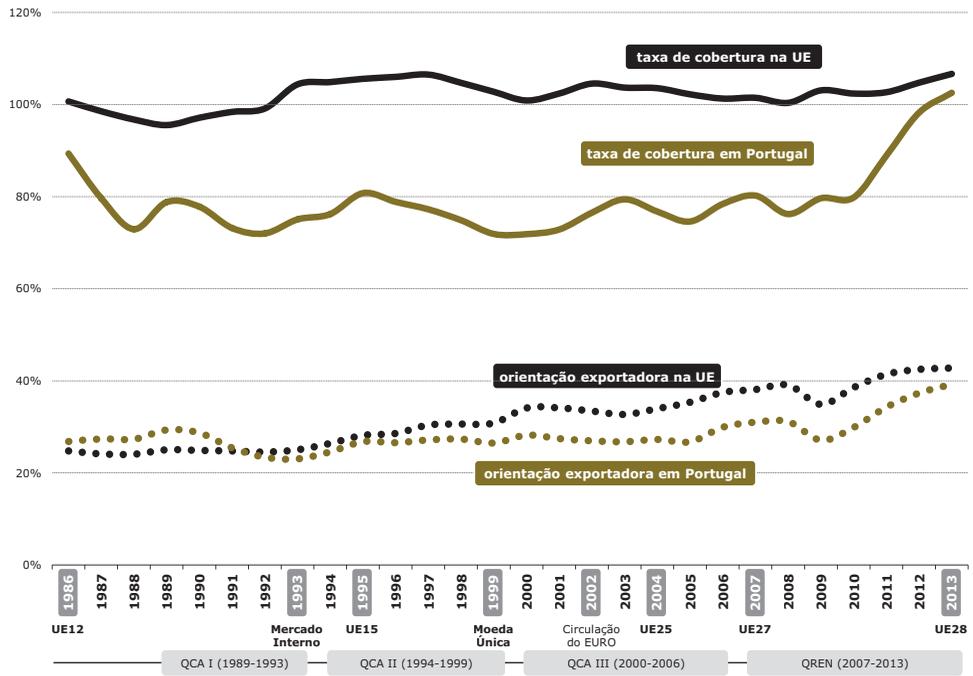


Em 2013, o peso das exportações no PIB ultrapassou os 40%, superando pela primeira vez as importações de bens e de serviços.

Fonte: Cnuced (acedido em janeiro de 2015)

Gráfico 11.2. Orientação exportadora e taxa de cobertura: comparação entre Portugal e UE | 1986 a 2013

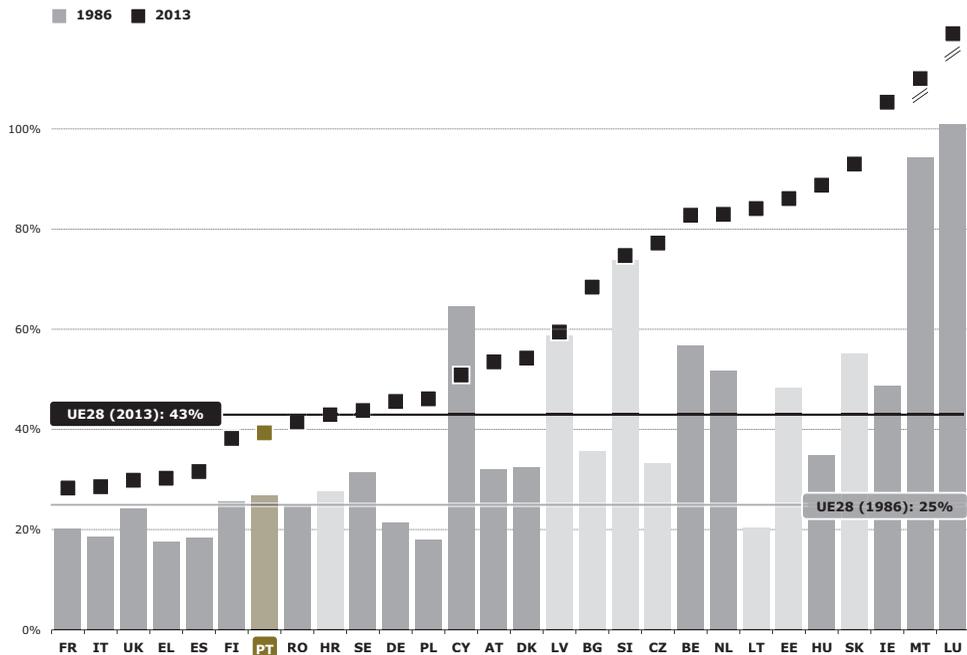
Desde 2010 que Portugal tem vindo a anular o diferencial face ao referencial europeu, quer em termos de abertura da economia, quer no equilíbrio entre importações e exportações.



Fonte: Ameco (acedido em dezembro de 2014)

Gráfico 11.3. Peso das exportações no PIB: a posição de Portugal na UE | 1986 e 2013

Apesar da recente viragem para o exterior, Portugal continua a ser dos Estados-membros com menor orientação exportadora, em particular entre economias de dimensão semelhante.



Nota: Os dados do gráfico referem-se a 1990 para a República Checa, 1991 para a Bulgária e Eslovénia, 1992 para a Letónia e Lituânia, 1993 para a Eslováquia e Estónia e 1995 para a Croácia.

Fonte: Ameco (acedido em dezembro de 2014)

Gráfico 11.4. Exportações industriais por nível de intensidade tecnológica: a posição de Portugal na UE | 2013

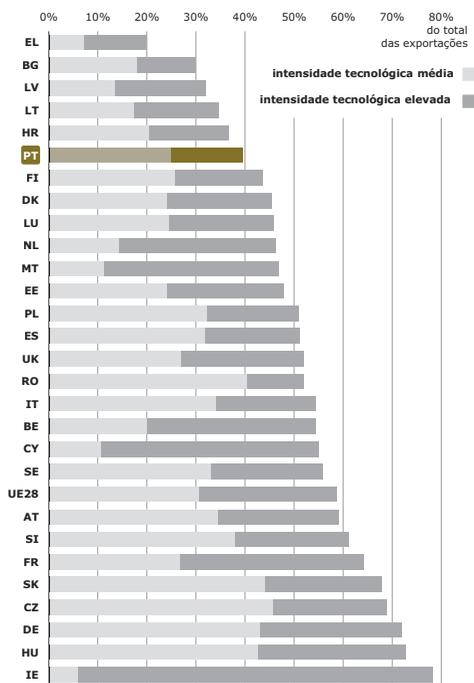
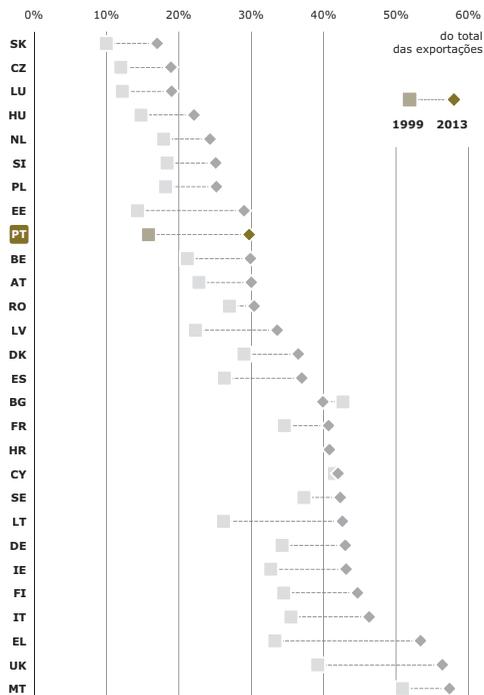


Gráfico 11.5. Peso das exportações extra-UE: a posição de Portugal na UE | 1999 e 2013



A manutenção de um perfil de especialização dependente das indústrias intensivas em recursos e trabalho contrasta com uma diversificação geográfica das exportações, com a aposta das empresas portuguesas em mercados externos mais dinâmicos.

Nota: Dados não disponíveis para a Croácia em 1999 no Gráfico 11.5.

Fonte: Cnucead e Eurostat (acedido em janeiro de 2015)

Gráfico 11.6. Conteúdo importado das exportações: a posição de Portugal na UE | 1995 e 2009

A globalização entrou numa nova etapa, protagonizada pela ascensão das cadeias de valor globais, e confirmada pelo aumento do conteúdo importado das exportações e por uma maior relevância dos serviços no comércio internacional, em particular na sua incorporação indireta nas exportações de bens.

Nota: Dados não disponíveis para a Croácia e Chipre.
 Fonte: OCDE e OMC (acedido em janeiro de 2015)

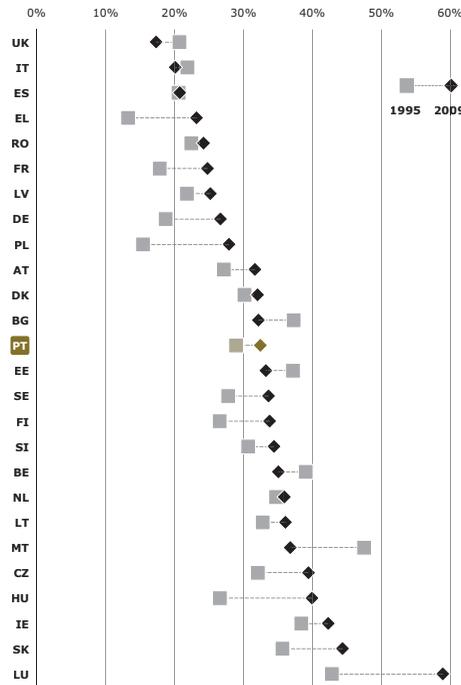
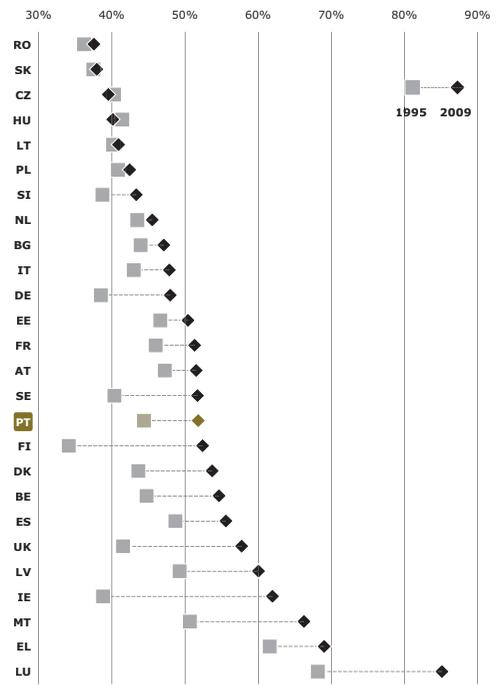


Gráfico 11.7. Contributo direto e indireto dos serviços nas exportações: a posição de Portugal na UE | 1995 e 2009



Conceitos e metodologia

Exportações líquidas

Diferença entre exportações e importações.

Exportações industriais por intensidade tecnológica

É seguida a classificação proposta pela Cnuceid que classifica as exportações industriais em:

a) produtos industriais intensivos em recursos e trabalho, b) produtos industriais com baixa intensidade tecnológica, c) produtos industriais com média intensidade tecnológica e d) produtos industriais com elevada intensidade tecnológica.

Orientação exportadora

Rácio entre exportações e PIB.

Taxa de cobertura das importações pelas exportações

Percentagem do valor da importação de bens que é coberta pelo valor da exportação de bens. (INE)

Abordagem *Trade in Value Added* (TiVA)

Resultado da iniciativa conjunta da OCDE e da OMC, a abordagem TiVA rastreia toda a cadeia de produção dos bens e dos serviços exportados para revelar a origem do valor acrescentado por país e setor de atividade. Desta forma, é possível avaliar quanto dos fluxos brutos é incorporação nacional ou conteúdo importado e qual é o contributo direto e indireto de cada setor de atividade no comércio internacional.

Para saber mais

Banco de Portugal (...2013) | Relatório do Conselho de Administração. A Economia Portuguesa 2013

Comissão Europeia (...2013) | *EU Industrial Structure Report 2013*

OECD, OMC e Banco Mundial (2014) | *Global value chains, challenges, opportunities, and implications for policy*

Cnuceid (...2014) | *Trade and Development Report 2014*

Viagens e turismo

A valorização do destino “Portugal” tem sido uma das âncoras da economia portuguesa em dificuldades, contribuindo para a estabilização do mercado de trabalho e para o equilíbrio das contas externas, produzindo, ao mesmo tempo, um efeito de arrastamento noutras atividades económicas.

Os agentes, operadores e instituições trilharam um caminho interessante na consolidação dos recursos em produtos turísticos que estruturam o destino “Portugal”. A economia global é, nos nossos dias, movida prioritariamente pelo dinamismo da procura, onde o consumidor, mais centrado no seu próprio bem-estar, se vai posicionando no próprio interior da cadeia de valor. O turista, aproveitando as novas possibilidades da era da digitalização, torna-se cada vez mais ativo e constrói a sua própria experiência turística.

Um novo modelo de desenvolvimento do turismo, integrando a organização dos produtos e a engenharia das experiências, torna-se essencial para renovar os fatores chave de atratividade e competitividade.

O turismo afirmou-se como uma das atividades económicas mais determinantes para economia nacional, sendo responsável, de forma direta e indireta, por 13% das exportações totais, 16% do PIB, e 18% do emprego.

O percurso de Portugal entre 1986 e 2013

O turismo, responsável, direta e indiretamente, em 2013, por 16% do PIB, 18% do emprego e 13% das exportações, afirmou-se como uma das principais atividades económicas em Portugal (Gráfico 12.1).

Portugal consolidou a sua posição como destino turístico internacional ao longo dos últimos 28 anos, resistindo ao aumento de concorrência dos destinos do Mediterrâneo. Entre 1986 e 2013, as dormidas de não residentes em estabelecimentos hoteleiros nacionais duplicaram para 30 milhões, sendo que o peso das receitas internacionais no PIB aproximou-se dos 6%, contribuindo decisivamente para a redução das necessidades de financiamento da economia portuguesa.

Esta dinâmica ocorreu num contexto em que a melhoria do nível de vida e os avanços na mobilidade proporcionaram às famílias portuguesas um novo papel como turistas.

Em 2013, quatro milhões de portugueses efetuaram cerca de 18 milhões de viagens turísticas, 7,4 milhões das quais por motivos de “lazer, recreio ou férias”. Este volume de viagens gerou mais de 12 milhões de dormidas de residentes em estabelecimentos hoteleiros nacionais, que comparam com os 5,7 milhões registados em 1986. As viagens internacionais representaram apenas 8% dessas viagens, tendo os portugueses despendido no exterior cerca de 2% do PIB, o dobro das despesas em turismo internacional registadas em 1986.

A capacidade hoteleira aumentou significativamente o número de camas, que de, 179 mil em 1990, alcançou 310 mil em 2013, e segmentou-se, com os hotéis de cinco estrelas e de uma ou duas estrelas a liderarem o crescimento do número de camas desde 2009.

A posição de Portugal no contexto da União Europeia

Portugal destaca-se no panorama europeu pela importância do turismo na sua estrutura económica. É o sexto Estado-membro em que o turismo mais pesa no PIB, o quinto em termos de emprego e o quarto em termos de relevância nas exportações (Gráfico 12.2 e Gráfico 12.3).

Num contexto em que a UE tem vindo a perder relevância no contexto internacional, com a quota mundial de receitas a baixar de cerca de metade em 1986 para pouco mais de um terço em 2013, Portugal tem conseguido consolidar a sua posição internacional, mantendo uma quota de mercado ligeiramente acima de 1%.

Ao confrontar a realidade nacional com os restantes Estados-membros, a importância do turismo para a economia nacional contrasta com a reduzida dimensão do português enquanto turista.

Apesar da evolução registada, Portugal é o quarto Estado-membro em que menos pessoas realizaram viagens de turismo em 2013 e o nono em que o peso das despesas com turismo internacional no PIB é menor (Gráfico 12.4).

O novo surto de turismo em Portugal

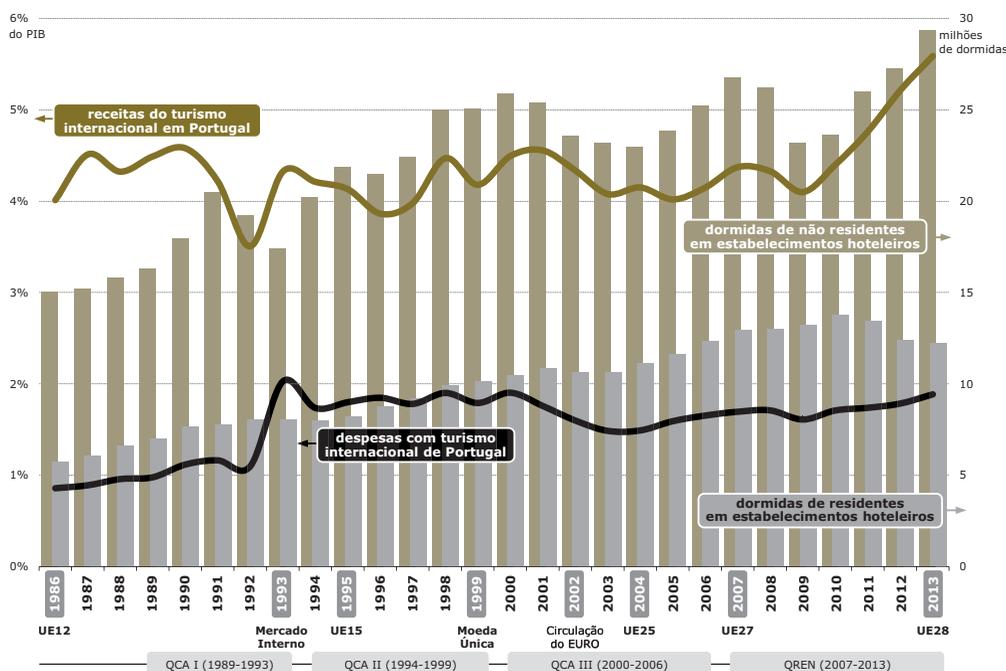
O turismo conheceu em Portugal um ciclo bastante positivo depois da crise internacional de 2009.

O destino “Portugal” cresceu dinamicamente acompanhando a expansão e diversificação dos mercados emissores à escala mundial, quer do ponto de vista geográfico, quer do ponto de vista económico e social:

- Os turistas originários de mercados como Angola, Rússia, Estados Unidos e Brasil surgem, agora, como aqueles que mais contribuem para o aumento das receitas, compensando a evolução mais contida dos mercados europeus (Gráfico 12.5);
- O sol e o mar continuam a ser relevantes, mas é inegável a ascensão do turismo urbano, do turismo de negócios e a emergência de sinergias com outros produtos e setores. Neste novo perfil da oferta turística, Lisboa e o Norte surgem entre as quarenta regiões NUTS II em que as dormidas de não residentes mais cresceram entre 2009 e 2013. Ao crescer acima de 9% ao ano, estas duas regiões lideram a nova vaga de turismo nacional, seguidas do Alentejo (8%) e do Algarve (7%) (Mapa 12.1).

O consolidar deste novo surto dinâmico e a afirmação do turismo como um poderoso instrumento de internacionalização, que contribui para coesão territorial do país, exige uma estratégia centrada na resposta às procura, desenhada para qualificar o destino “Portugal”, acompanhando as novas tendências que moldam o turismo internacional e visando gerar mais valor, com base na diferenciação e autenticidade dos produtos e experiências.

Gráfico 12.1. Balança de viagens e turismo e dormidas em estabelecimentos hoteleiros em Portugal | 1986 a 2013

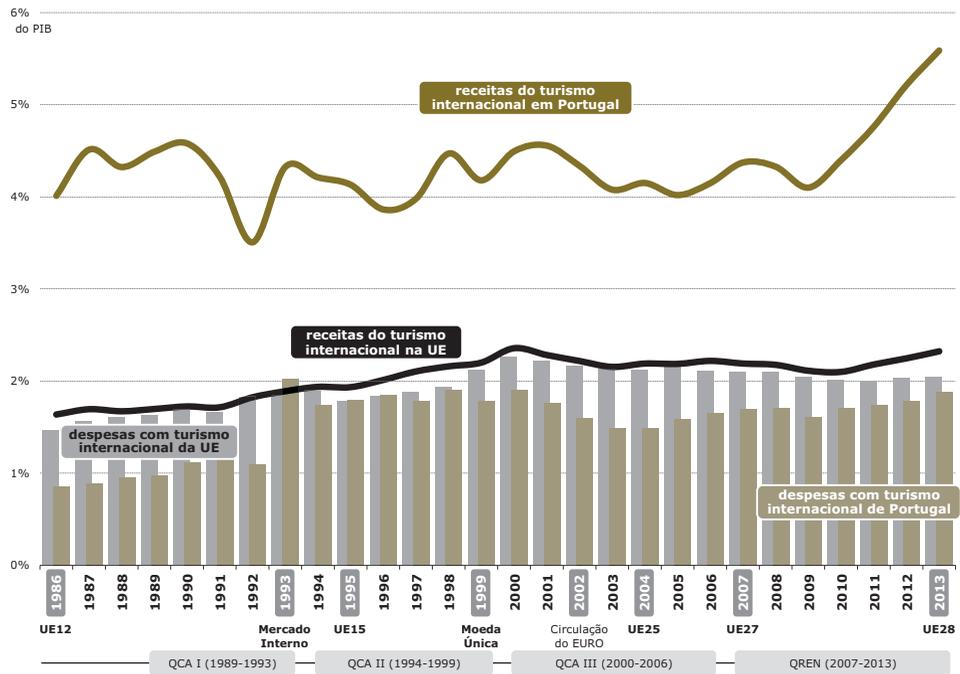


Desde 2009 que a chegada de turistas estrangeiros não pára de aumentar, com o número de dormidas e as receitas internacionais a registarem sucessivos máximos históricos.

Fonte: Cnuced, Banco de Portugal e INE (acedido em dezembro de 2014)

Gráfico 12.2. Balança de viagens e turismo: comparação entre Portugal e UE | 1986 a 2013

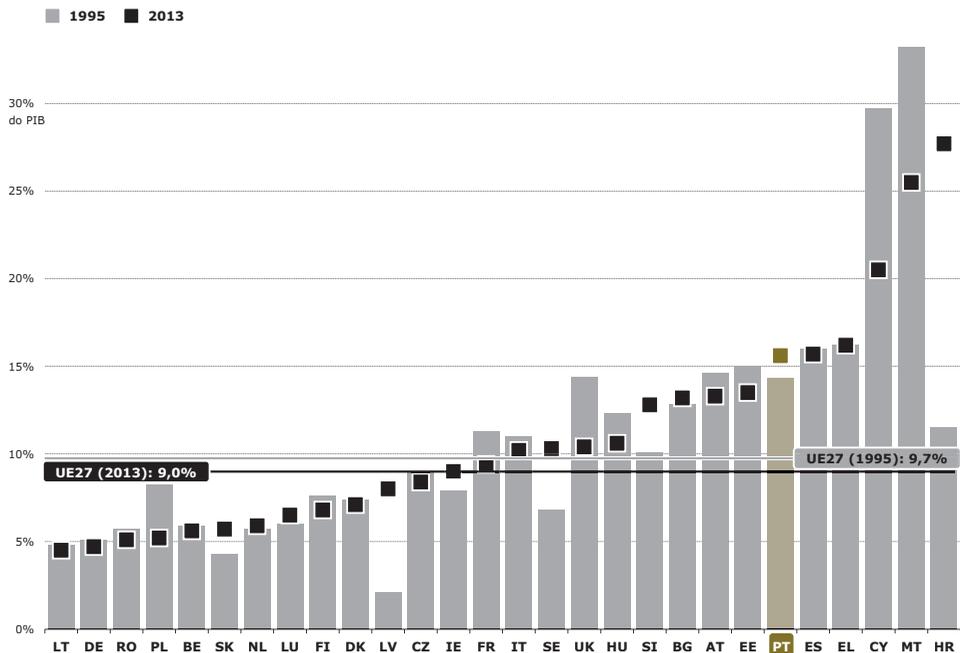
A recente atratividade internacional do destino “Portugal” elevou a relevância dos bens e serviços adquiridos por turistas estrangeiros em solo nacional para 5,6% do PIB, um peso 2,4 vezes maior que o padrão europeu.



Fonte: Cnuce (acedido em dezembro de 2014)

Gráfico 12.3. Contributo total das viagens e turismo para o PIB: a posição de Portugal na UE | 1995 e 2013

Portugal é o sexto Estado-membro em que o turismo mais contribui para o PIB, ultrapassando o Reino Unido, a Áustria e a Estónia.



Fonte: WTTC (acedido em janeiro de 2015)

Gráfico 12.4. Proporção da população que realizou pelo menos uma viagem turística com quatro ou mais dormidas | 2013

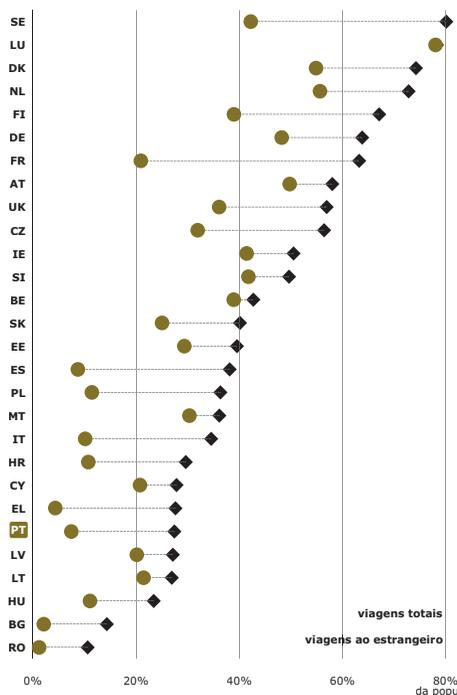
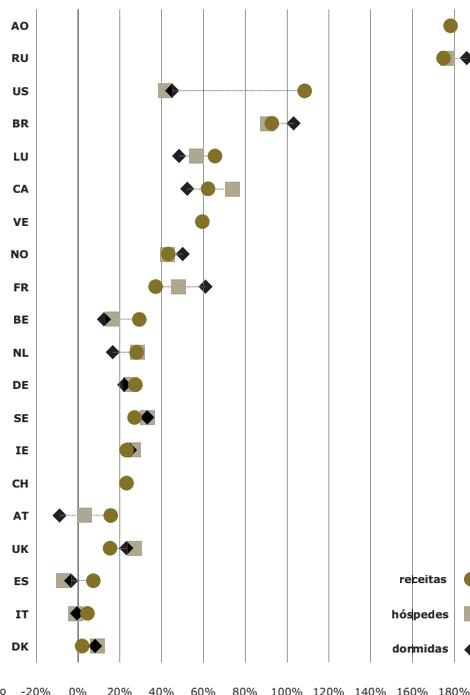


Gráfico 12.5. Evolução dos principais países emissores de turismo internacional em Portugal | 2009 a 2013

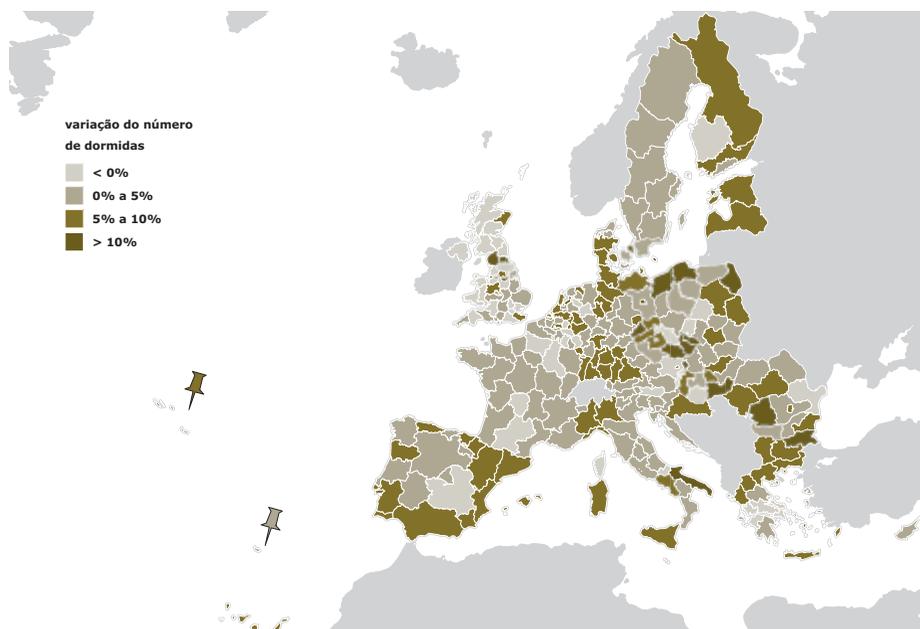


Portugal é o sexto Estado-membro em que menos residentes efetuaram viagens turísticas em 2013 e o quarto quando consideradas apenas as viagens ao estrangeiro.

Nota: No Gráfico 12.4 os dados referentes à Bélgica, Reino Unido e Suécia dizem respeito a 2012. No Gráfico 12.5 são considerados os 25 países mais importantes em termos de receitas.

Fonte: INE (accedido em janeiro de 2015)

Mapa 12.1. Evolução do número de dormidas de não residentes em estabelecimentos hoteleiros: a posição das regiões portuguesas na UE | 2009 a 2013



As regiões do Norte (26.ª) e de Lisboa (35.ª) estão entre as regiões europeias mais dinâmicas em termos de dormidas de turistas não residentes, desde 2009.

Nota: A evolução diz respeito à taxa de crescimento média anual no período considerado. Os valores finais referem-se a 2012 para as regiões do Reino Unido. Os valores iniciais referem-se a 2010 para nove das 21 regiões italianas. Dados não disponíveis para a Irlanda.

Fonte: Eurostat (accedido em janeiro de 2015)

Conceitos e metodologia

Contributo do turismo para o PIB e o emprego

Segundo o WTTC, o contributo direto das Viagens e Turismo para o PIB e para o emprego reflete as despesas internas em Viagens e Turismo por residentes e não residentes e as despesas das Administrações Públicas nos serviços ligados diretamente ao turismo, como museus ou parques nacionais. O contributo total das Viagens e Turismo inclui ainda os impactos indiretos, que abrangem a riqueza criada pelos setores fornecedores das atividades de viagens e turismo, e os impactos induzidos, que abrangem a riqueza criada pelas despesas dos empregados no setor do turismo. (WTTC)

Receitas e despesas internacionais em viagens e turismo

Rubrica da balança de pagamentos, que engloba todos os bens e serviços adquiridos por um visitante a título de viagens realizadas, quer de natureza privada quer profissional, para seu uso ou a pedido de outros, para consumo na própria economia visitada ou na de residência, fornecidos com contrapartida financeira ou simplesmente oferecidos. Incluem-se nesta rubrica bens e serviços como o alojamento, a alimentação e bebidas, as diversões e os transportes dentro da(s) economia(s) visitada(s), bem como prendas e os outros objetos adquiridos na economia visitada e levados para a economia de residência, para uso próprio. Incluem-se as despesas efetuadas por trabalhadores de fronteira e sazonais ou estudantes e doentes durante a sua estada na economia visitada, ainda que por períodos superiores a 12 meses. Excluem-se o transporte internacional

em geral e as compras e vendas realizadas por visitantes em nome da empresa que representam quando realizam viagens de carácter profissional. Esta rubrica regista, a crédito, o valor dos bens e serviços adquiridos por visitantes não residentes durante as suas deslocações a Portugal e, a débito, o valor dos bens e serviços adquiridos por residentes em Portugal durante as suas visitas a outro(s) país(es). (Turismo de Portugal com base em FMI)

Considerando o exemplo nacional, é registado, a crédito, o valor correspondente à aquisição pelos turistas não residentes de bens e serviços turísticos em Portugal (receitas) e, a débito, o valor correspondente à aquisição pelos turistas residentes em Portugal de bens e serviços turísticos no estrangeiro (despesas).

Estabelecimento hoteleiro

Estabelecimento cuja atividade principal consiste na prestação de serviços de alojamento e de outros serviços acessórios ou de apoio, com ou sem fornecimento de refeições, mediante pagamento. Assim, as designações de “hotelaria” ou “estabelecimentos hoteleiros” abrangem hotéis, hotéis-apartamentos, pousadas, quintas da Madeira, aldeamentos e apartamentos turísticos. (INE)

Viagens turísticas

Deslocação a um ou mais destinos turísticos, incluindo o regresso ao ponto de partida e abrangendo todo o período de tempo durante o qual uma pessoa permanece fora do seu ambiente habitual. São considerados motivo para a realização de viagens turísticas: a) lazer, recreio ou férias; b) profissional ou negócios; c) visita a familiares ou amigos; d) saúde, por iniciativa voluntária; e e) religioso.

Para saber mais

OCDE (...2014) | *OECD tourism trends and policies 2014*

WTTC (...2014) | *The Economic Impact of Travel & Tourism 2014*

Ministério da economia e do emprego (2012) | Plano Estratégico Nacional do Turismo 2012

INE (...2014) | Estatísticas do turismo 2013

13

Transferências comunitárias

As transferências recebidas da União Europeia têm sido uma das mais importantes alavancas de desenvolvimento económico e social em Portugal, tendo um papel essencial não só na dinamização do investimento público como no incentivo à expansão e aceleração do investimento privado enquadrável nas tipologias fixadas pelos objetivos das políticas comunitárias de coesão e convergência. As transferências comunitárias têm assumido, também, um importante papel na redução das necessidades de financiamento externo.

O desempenho negativo no que toca à convergência com os países europeus mais desenvolvidos mantém Portugal como um dos Estados-membros em que o montante das transferências comunitárias é mais relevante.

O percurso de Portugal entre 1986 e 2013

O ciclo de programação de 2000-2006 deveria ter representado, em Portugal, um ponto de viragem no seu estatuto de “país da coesão” mas, como vimos, a região de Lisboa permaneceu como a única região com um nível de desenvolvimento superior à média comunitária.

A crise económica e financeira limitou o ritmo de mobilização dos fundos estruturais nos primeiros anos do ciclo 2007-2013. O montante de transferências comunitárias que Portugal recebeu em 2012 e 2013 ascendeu, neste quadro, a mais de seis mil milhões de euros, cerca de 4% do PIB, o que corresponde a um aumento de praticamente 60% face ao montante médio recebido anualmente entre 2000 e 2011.

Nestes anos em que o impacto da crise tem sido mais sentido, o seu peso na economia nacional chega mesmo a concorrer com os valores alcançados na década de 90, em particular no segundo ciclo de programação (QCA II) entre 1994 e 1999 (Gráfico 13.1).

Em contrapartida, o montante de pagamentos que Portugal efetua à União Europeia tem-se mantido relativamente constante ao longo do tempo. Portugal tem vindo a contribuir anualmente com 1,3% da riqueza criada em

solo nacional, à exceção do período de vigência do QCA II, em que o peso das contribuições chegou a atingir 2% do PIB.

A posição de Portugal no contexto da União Europeia

Portugal e os seus parceiros iniciais da coesão mantêm, desde a adesão, uma posição recetora líquida, onde os fundos recebidos superam a contribuição nacional para o orçamento comunitário. Todavia, o peso dos recebimentos líquidos na economia nacional revelou-se, no conjunto dos 28 anos, mais elevado, tendência que se acentuou nos últimos anos. Enquanto, em Portugal, o peso dos recebimentos líquidos no PIB passou de 1% em 2007 para mais de 2% em 2013, a média nos quatro “países de coesão” manteve-se em torno dos 0,5% (Gráfico 13.2).

Este resultado deve ser lido, em primeiro lugar, como um indicador das dificuldades de Portugal em acompanhar alguns dos seus parceiros nos resultados dos respetivos processos de convergência europeia.

Tomando como base de análise o período correspondente ao último ciclo de programação (2007-2013), Portugal foi mesmo o quarto Estado-membro que recebeu mais fundos estruturais, em termos líquidos, apenas atrás da Polónia, Grécia e Hungria. Quando medido relativamente à dimensão da economia, os mais de cinco mil milhões de euros por ano correspondem a 1,5% do PIB, o nono valor mais elevado na UE (Gráfico 13.3).

A Alemanha surge, pelo seu lado, como principal contribuinte líquido, disponibilizando anualmente cerca de 14 mil milhões de euros, quase duas vezes mais que o segundo contribuinte mais importante, o Reino Unido. Todavia, esta elevada discrepância é, em grande parte, explicada pela dimensão da economia, sendo que o peso das contribuições líquidas no PIB varia entre os 0,3% na França e os 0,6% na Holanda.

O ciclo de Programação 2007-13 no pós-alargamento

O ciclo de programação terminado em 2013 foi o primeiro a refletir integralmente o alargamento a Leste, traduzindo-se na distribuição dos fundos comunitários por mais 12 países. A comparação entre os dois últimos ciclos de programação revela que, além da Bélgica e do Luxemburgo, cujos recebimentos são na sua maioria devido a despesas de administração, Portugal foi o único Estado-membro da UE15 a aumentar a sua quota no orçamento comunitário (Gráfico 13.4).

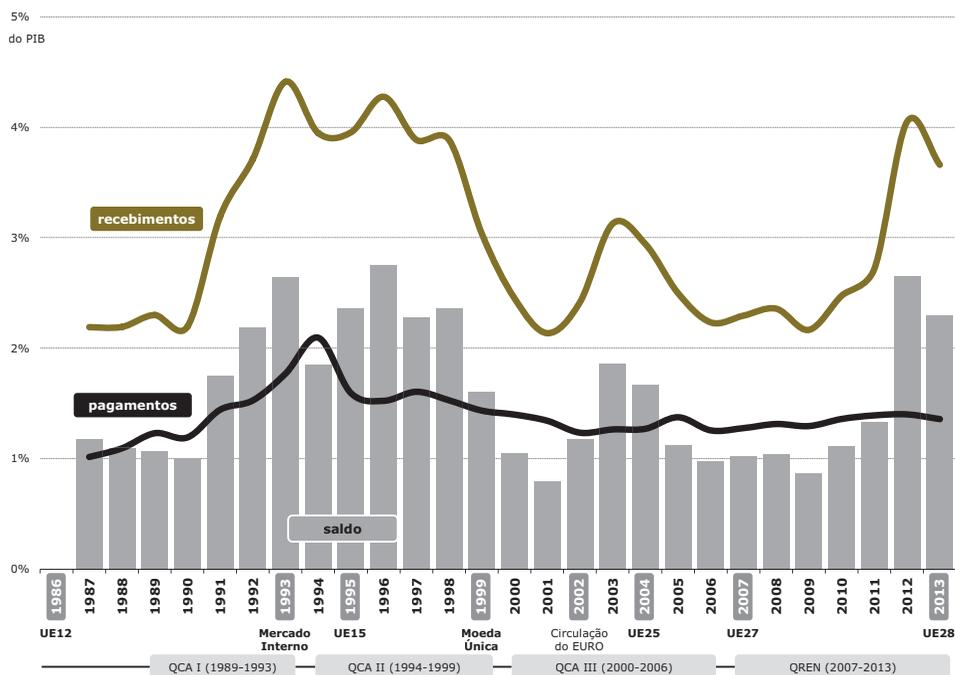
Em termos de financiamento, cada português contribuiu em média, neste ciclo de programação, com 1.400 euros, um valor 50% superior ao de 2000-2006. Esta taxa de crescimento foi a mais elevada entre os países da UE15 (Gráfico 13.5).

A Gestão Sustentável e Proteção dos Recursos Naturais foi responsável por cerca de metade do orçamento comunitário, absorvido na sua maioria pela França (18%), Espanha (13%), Alemanha (12%) e Itália (9%). Englobando as verbas destinadas à Política Agrícola Comum e à Política de Desenvolvimento Rural, esta rubrica foi responsável por 30% das transferências direcionadas a Portugal, o quarto valor mais baixo entre os Estados-membros.

A Política de Coesão para o Crescimento e Emprego absorveu cerca de um terço do orçamento comunitário, sobretudo sob a forma de fundos estruturais e de coesão. Portugal recebeu 10% do financiamento disponível, apenas atrás da Polónia (15%) e da Espanha (13%), tendo sido o terceiro Estado-membro em que esta componente mais pesou nas transferências recebidas (66%).

A promoção da Competitividade a favor do Crescimento e do Emprego, englobando o sétimo programa-quadro comunitário de investigação, representou cerca de 8% do orçamento comunitário, direcionado na sua maioria para Alemanha, França, Reino Unido e Bélgica, com Portugal num modesto 14.º lugar (Gráfico 13.6).

Gráfico 13.1. Transferências financeiras entre Portugal e a UE | 1987 a 2013

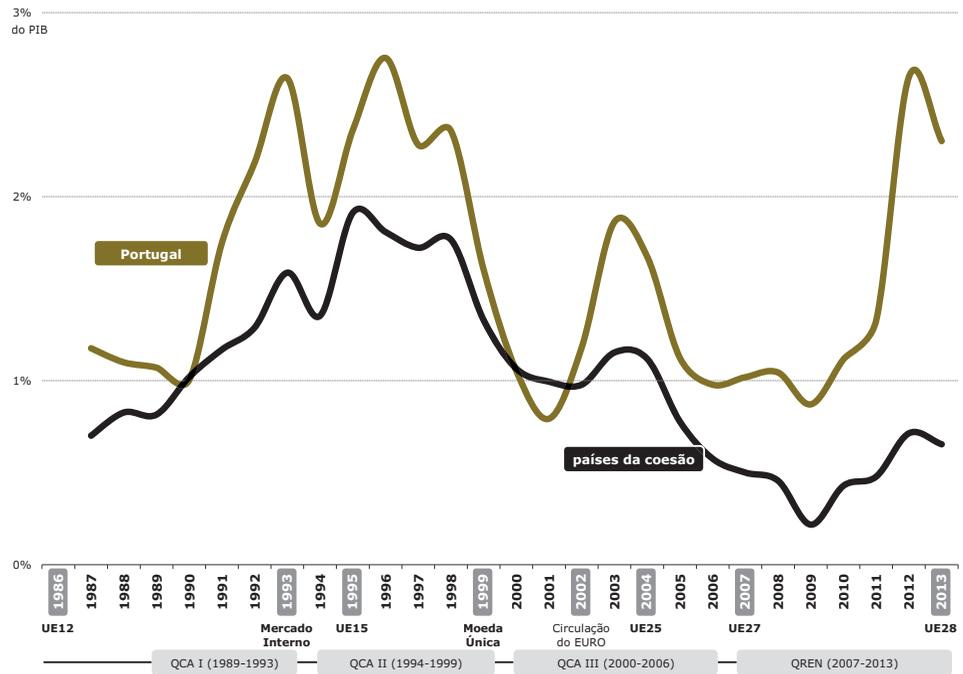


O montante médio de transferências comunitárias recebido por Portugal em 2012 e 2013 é superior em cerca de 60% ao montante médio anual recebido entre 2000 e 2011, refletindo os efeitos da crise económica e financeira no ritmo de execução dos projetos de investimento e o arranque mais lento do ciclo 2007-2013.

Fonte: Ameco e Eurostat (acedido em dezembro de 2014)

Gráfico 13.2. Saldo das transferências líquidas com a UE: comparação entre Portugal e países iniciais da coesão | 1987 a 2013

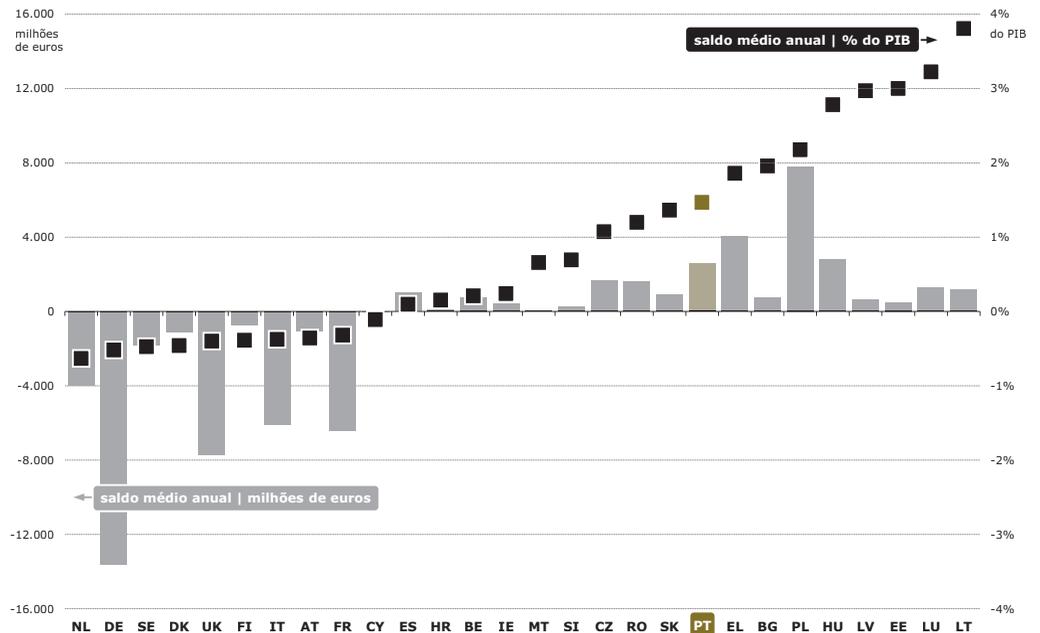
Em Portugal, o peso dos recebimentos líquidos no PIB passou de 1% em 2007 para mais de 2% em 2013, enquanto a média dos países da coesão se manteve em torno dos 0,5%.



Fonte: Ameco e Eurostat (acedido em dezembro de 2014)

Gráfico 13.3. Saldo médio anual das transferências líquidas com a UE: a posição de Portugal na UE | 2007 a 2013

Entre 2007 e 2013 Portugal foi o quarto Estado-membro que recebeu mais transferências líquidas, em termos absolutos, apenas atrás da Polónia, Grécia e Hungria e o nono Estado-membro, em termos de peso relativo no PIB.



Fonte: Ameco e Eurostat (acedido em dezembro de 2014)

Gráfico 13.4. Repartição do financiamento comunitário: a posição de Portugal na UE | 2000-2006 e 2007-2013

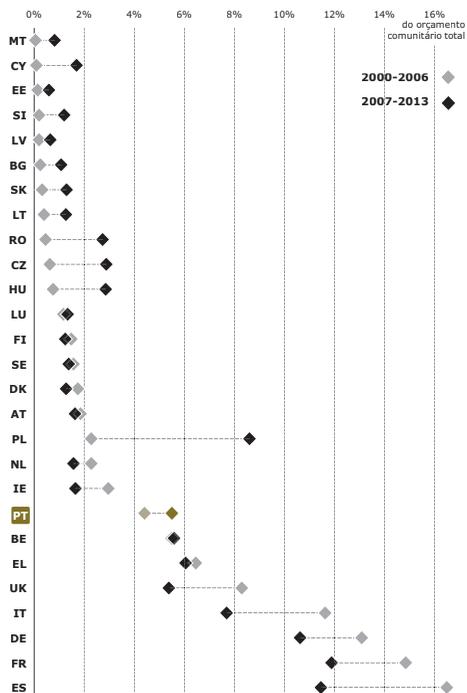
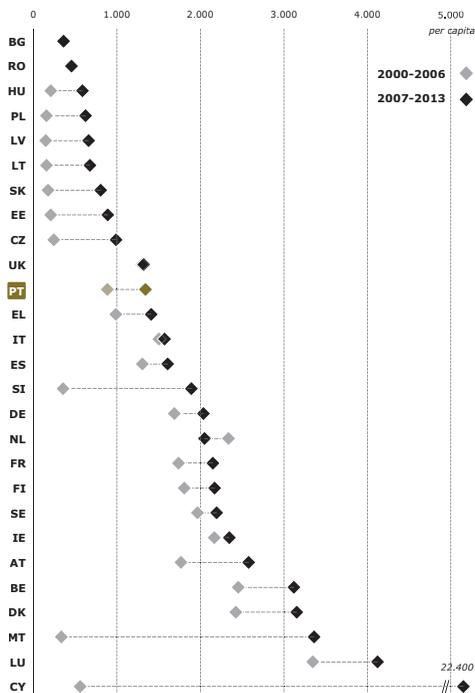


Gráfico 13.5. Pagamento comunitário per capita: a posição de Portugal na UE | 2000-2006 e 2007-2013

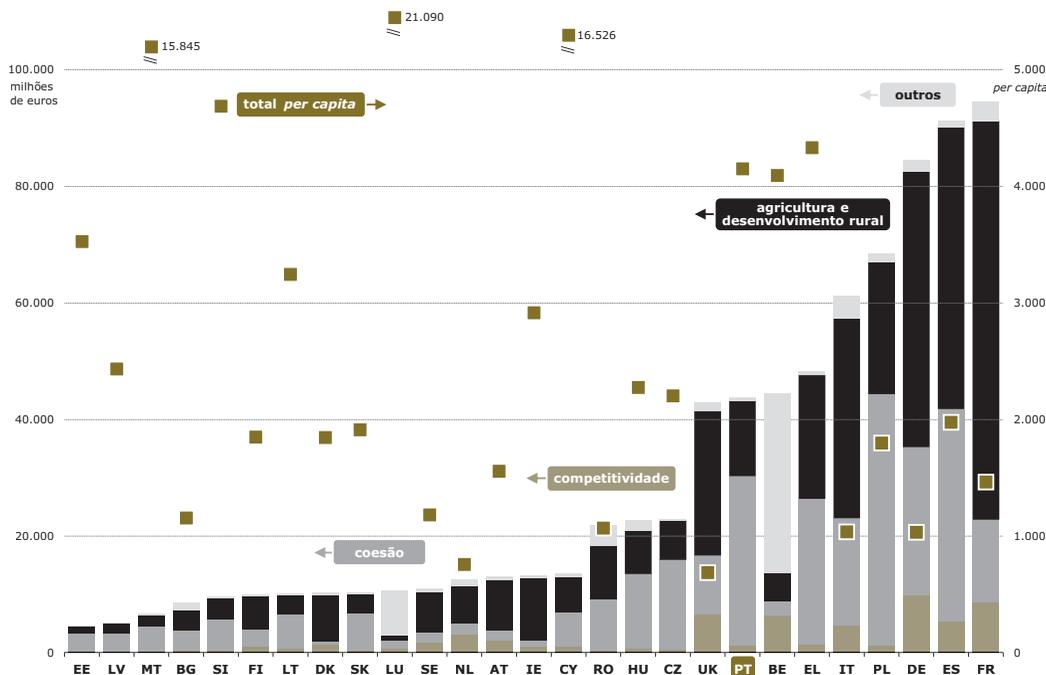


Portugal foi o único Estado-membro da antiga UE15 a aumentar a sua quota no orçamento comunitário, na passagem do ciclo de programação 2000-2006 para o ciclo 2007-2013.

A travagem do processo de convergência foi, em grande parte, responsável por este facto.

Fonte: Comissão europeia e Eurostat (acedido em abril de 2015)

Gráfico 13.6. Financiamento comunitário por Estado-membro e rúbrica de despesa: comparação entre Portugal e a UE | 2007-2013



A Política de Coesão foi responsável por dois terços das verbas comunitárias recebidas por Portugal.

O perfil de Portugal como recetor de fundos, comporta um muito forte predomínio do objetivo "coesão" sobre o objetivo "competitividade", semelhante ao dos países do alargamento e em afastamento do verificado nos restantes países iniciais da coesão e nos países mais desenvolvidos.

Nota: competitividade corresponde à rúbrica Competitividade para o Crescimento e Emprego, coesão corresponde à rúbrica Coesão para a Competitividade e Emprego e agricultura e desenvolvimento rural corresponde à rúbrica Gestão Sustentável e Proteção dos Recursos Naturais

Fonte: Comissão Europeia e Eurostat (acedido em abril de 2015)

Conceitos e metodologia

Fundos estruturais

Instrumentos financeiros da política regional da União Europeia que têm por objetivo reduzir a disparidade entre os níveis de desenvolvimento das diversas regiões e o atraso das regiões e das ilhas menos favorecidas, incluindo as zonas rurais, com vista a reforçar a sua coesão económica, social e territorial.

Países da coesão

Conjunto de países elegíveis ao Fundo de coesão, com um rendimento nacional bruto por habitante inferior a 90% da média comunitária:

- No período 1992-2003: Portugal, Espanha, Grécia e Irlanda (aqui designados parceiros iniciais da coesão);
- No período 2004-2006: Portugal, Espanha, Grécia, República Checa, Estónia, Chipre, Letónia, Lituânia, Hungria, Malta, Polónia, Eslovénia e Eslováquia;

- No período 2007-2010: Portugal, Grécia, República Checa, Estónia, Chipre, Letónia, Lituânia, Hungria, Malta, Polónia, Eslovénia, Eslováquia, Bulgária e Roménia. Espanha é, neste período, elegível a título transitório.

Períodos de programação comunitária

A atribuição de fundos pela União Europeia e a sua aplicação pelos Estados-membros é feita numa base plurianual, tendo vigorado até à data em Portugal os Quadros Comunitários de Apoio (QCA) I (1989-1993), II (1994-1999) e III (2000-2006) e o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), a vigorar entre 2007 e 2013.

Saldo líquido das transferências comunitárias

Diferença entre o volume de recebimentos da União Europeia e o volume de pagamentos efetuados para o orçamento comunitário.

Para saber mais

Banco de Portugal (...2013) | Relatório do Conselho de Administração. A Economia Portuguesa 2013
Comissão Europeia (...2013) | EU budget: financial reports
Portal do Quadro de Referência Estratégico Nacional
Portal Portugal 2020

Investimento estrangeiro

O investimento direto estrangeiro (IDE) constitui, na atual fase de aceleração da globalização e de fragmentação da localização das tarefas e atividades no seio de cadeias de valor alongadas, um instrumento fundamental no aprofundamento da internacionalização das empresas, permitindo construir vantagens competitivas no acesso aos mercados mais dinâmicos, aos recursos naturais mais estratégicos, às tecnologias e conhecimentos de maior potencial e, também, aos custos de produção mais atrativos.

As economias recetoras de IDE esperam que ele produza efeitos líquidos positivos, nomeadamente no crescimento económico e na criação de emprego, mas, também, na transferência tecnológica para as empresas locais parceiras e na dinamização das exportações.

A economia portuguesa ocupa uma posição específica de transição na economia mundial, sendo portadora de uma agenda global de IDE seja como recetora – onde importa cuidar dos fatores de atratividade adequados, nomeadamente no capital humano, na intensificação tecnológica e na produtividade e explorar o papel reforçado do capital estrangeiro na dinamização das empresas num quadro de restrições de financiamento – seja como investidora – onde a internacionalização das empresas portuguesas surge, hoje, como uma alavanca incontornável na reinvenção do crescimento económico português.

A atratividade de Portugal como destino de IDE tem de ser analisada à luz da perda de relevância da UE como principal investidor e recetor de investimento mundial e da maior volatilidade dos fluxos de IDE em função da crescente financiarização da economia global.

O percurso de Portugal entre 1986 e 2013

A entrada de capitais estrangeiros por via de IDE valeu em média, ao longo dos últimos 28 anos, 2,4% do PIB, tendo um importante papel no financiamento externo da economia portuguesa.

A adesão de Portugal às Comunidades Europeias abriu novas oportunidades ao IDE, impulsionando a entrada de capitais estrangeiros, que em 1991 já representavam 4% do PIB e 1,5% de todo o IDE mundial. Esta atratividade

inicial cedo se esgotou: em 1995 a entrada de IDE já só valia 0,6% do PIB e menos de 0,3% do IDE mundial (Gráfico 14.1).

A partir de finais da década de 90, com a aceleração da globalização e a financiarização da economia, os fluxos do IDE em Portugal tornaram-se mais relevantes e, sobretudo, mais voláteis, alcançando nalguns anos novos máximos, nomeadamente, em 2011 e 2012, com as privatizações realizadas no contexto do PAEF.

O IDE de Portugal no exterior só se tornou expressivo mais tarde, nomeadamente depois de 1995, revelando-se menos intenso com as empresas portuguesas a investirem no exterior, entre 1986 e 2013, em média anual, 1,5% do PIB.

A aceleração do investimento no exterior no final dos anos 90, em particular com destino ao Brasil, fez Portugal passar da situação de recetor líquido para a de investidor líquido, tendo os fluxos de IDE no exterior registado em 2000 um peso máximo de 7% do PIB.

A viragem para dentro na afetação dos recursos na economia nacional, em articulação com a deterioração das condições de financiamento, produziram, no entanto, um recuo tendencial do IDE no exterior.

A posição de Portugal no contexto da União Europeia

Portugal evidencia-se como um país predominantemente recetor de IDE, enquanto a União Europeia se assume globalmente como investidora líquida, impulsionada pelas grandes economias como a Alemanha, a França e Reino Unido. Entre os países da UE15, só na Irlanda, Bélgica e Luxemburgo é que o peso das entradas líquidas de IDE no PIB é superior ao português (Gráfico 14.2 e Gráfico 14.3).

A crise financeira e o dinamismo das economias emergentes conduziram a UE a uma perda substancial de relevância internacional, deixando de ser o principal investidor e recetor mundial com os menos de 18% dos fluxos mundiais de IDE, investidos e recebidos, alcançados em 2013 (Gráfico 14.4).

O panorama europeu revela, ainda, a importância dos países do alargamento como recetores líquidos de IDE, que no período de preparação e concretização inicial da adesão à UE registaram uma massiva entrada de capitais, tal como tinha acontecido nos países envolvidos nos alargamentos anteriores.

Os fluxos de rendimentos do capital, seja na forma de dividendos, lucros reinvestidos ou juros de empréstimos entre empresas associadas, aportam elementos complementares de análise úteis. A entrada líquida de rendimentos em 2010-2011 destaca quatro economias europeias, a Alemanha (38 mil milhões de euros), a França (37), o Reino Unido (31) e a Holanda (25). Portugal registou, pelo seu lado, um saldo negativo de 1,3 mil milhões de euros, 0,8% do PIB,

longe dos maiores saldos negativos verificados nos países do alargamento e, com o valor mais elevado, na Irlanda (-26) (Gráfico 14.5).

O investimento direto na era da globalização financeira

A financiarização das economias, pela relevância assumida por fluxos meramente financeiros e contabilísticos, veio alterar radicalmente a natureza dos movimentos de IDE, além de amplificar as suas oscilações anuais. A intermediação de investimentos por praças financeiras e sociedades gestoras de participações, e a própria deslocação de sedes, distorcem a informação sobre os movimentos, em particular em relação ao país de origem e ao setor de atividade envolvido no investimento.

No caso português, esta maior complexidade é confirmada pela ascensão da Holanda como principal investidor e recetor de investimento português e a maior relevância das instituições financeiras como setor investidor em detrimento das sociedades não financeiras (Gráfico 14.6 e Gráfico 14.7).

Gráfico 14.1. Fluxos líquidos de investimento em Portugal | 1986 a 2013

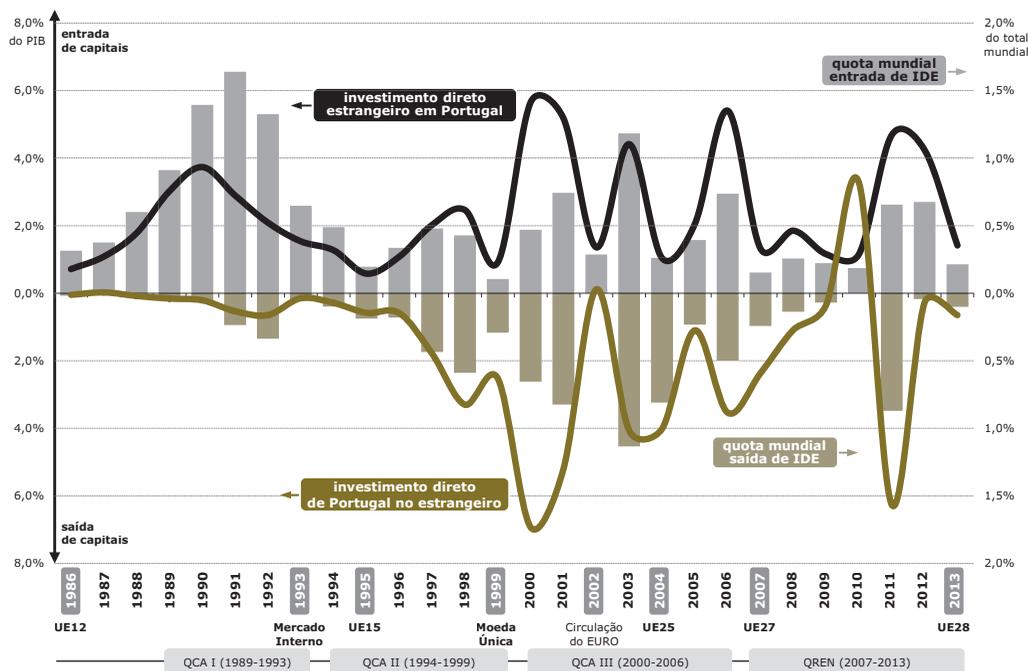
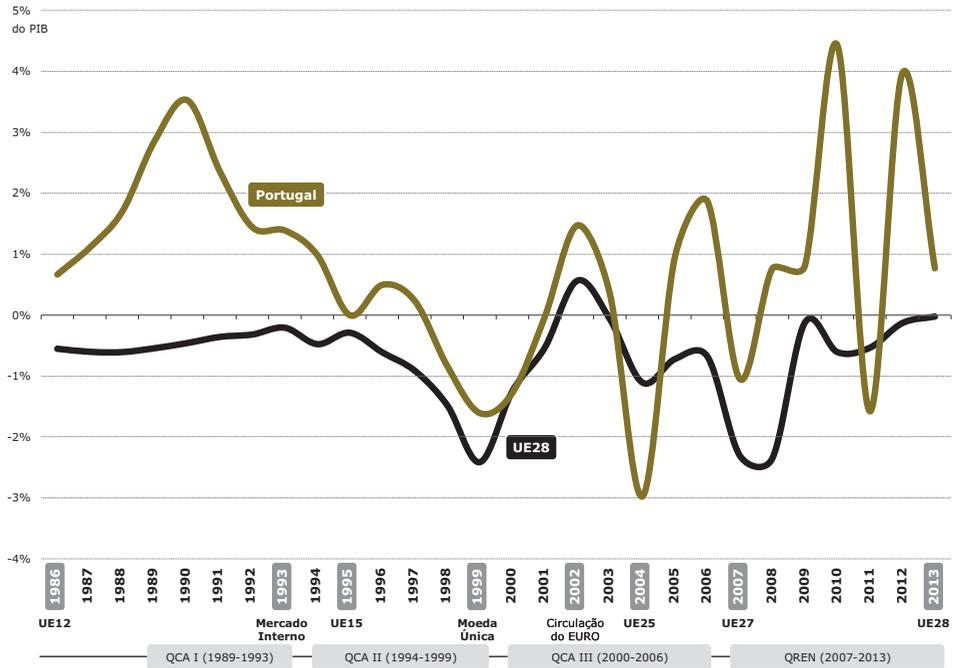


Gráfico 14.2. Saldo dos fluxos de investimento direto: comparação entre Portugal e UE | 1986 a 2013

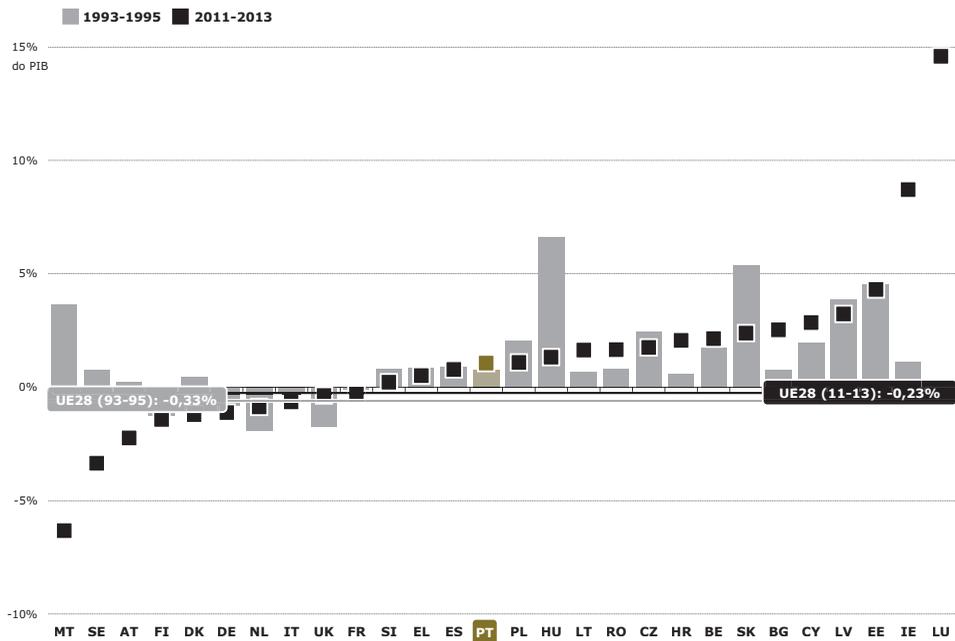


Não obstante a maior volatilidade, a tendência mais recente de crescente relevância da entrada de investimento em Portugal contrasta com o tendencial reequilíbrio entre entradas e saídas de IDE na UE.

Nota: O saldo dos fluxos de investimento direto calcula-se pela diferença entre os fluxos de entrada de investimento e os fluxos de saída de investimento.

Fonte: Cnucead (acedido em dezembro de 2014)

Gráfico 14.3. Saldo dos fluxos de investimento direto: a posição de Portugal na UE | 1993-1995 e 2011-2013



Num contexto de liberdade de circulação de capitais, a relevância do investimento internacional nas economias avançadas, como Alemanha e França, contrasta com o perfil recetor das economias menos desenvolvidas e/ou periféricas.

Nota: O saldo dos fluxos de investimento direto calcula-se pela diferença entre os fluxos de entrada de investimento e os fluxos de saída de investimento.

Fonte: Cnucead (acedido em dezembro de 2014)

Gráfico 14.4. Quota mundial de entrada de investimento direto | 1993 a 2013

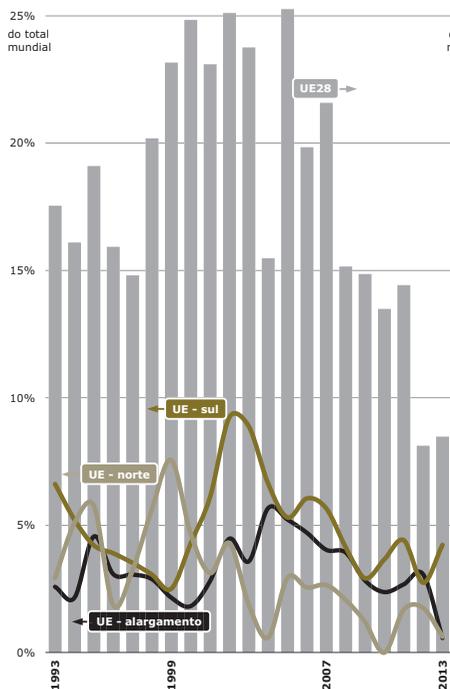
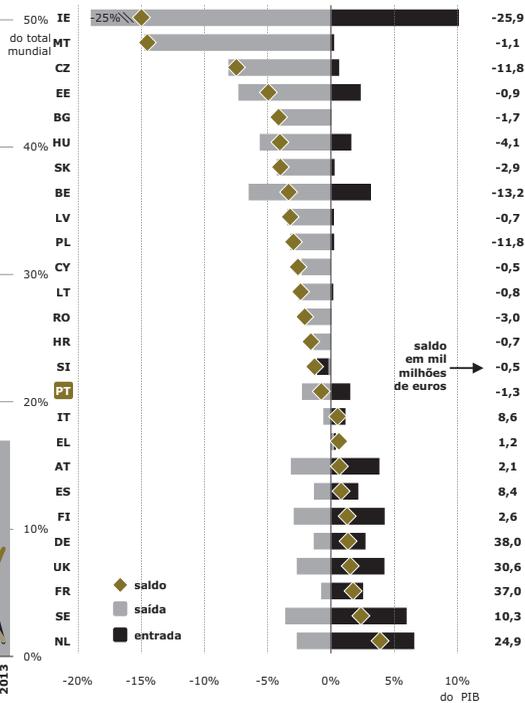


Gráfico 14.5. Balança de rendimentos de investimento direto: a posição de Portugal na UE | 2013



Os alargamentos da UE, a norte e a leste, e a perda de relevância da UE na economia mundial, em face do dinamismo das grandes economias emergentes, vieram colocar novos desafios à atratividade de Portugal como destino europeu de IDE.

Nota: UE-sul: Portugal, Espanha, Itália e Grécia; UE-norte Dinamarca, Suécia e Finlândia; UE-alargamento: Bulgária, Chipre, Croácia, Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Malta, Polónia, República Checa e Roménia.

Fonte: Cnuceud e Eurostat (acedido em janeiro de 2015)

A crescente relevância das instituições financeiras em detrimento das sociedades não financeiras e a ascensão da Holanda como principal origem e destino de investimento direto confirmam as distorções provocadas pela crescente financiarização da economia mundial.

Nota: Os valores dizem respeito ao *stock* de ativos de Portugal no estrangeiro e passivos de Portugal face a não residentes, de acordo com o novo manual da Balança de Pagamentos (BPM6). As instituições financeiras monetárias não incluem o Banco Central. As instituições financeiras não monetárias não incluem as Sociedades de Seguros e Fundos de Pensões.

Fonte: Banco de Portugal (acedido em janeiro de 2015)

Gráfico 14.6. Ativos de Portugal no estrangeiro por setor institucional investidor e país de destino | 1999 a 2013

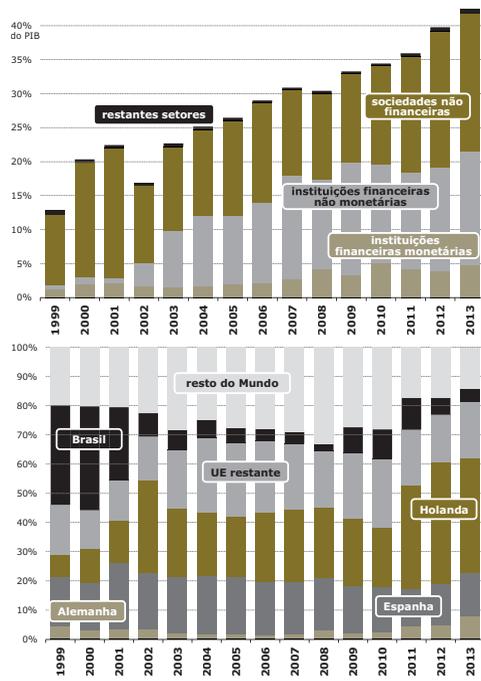
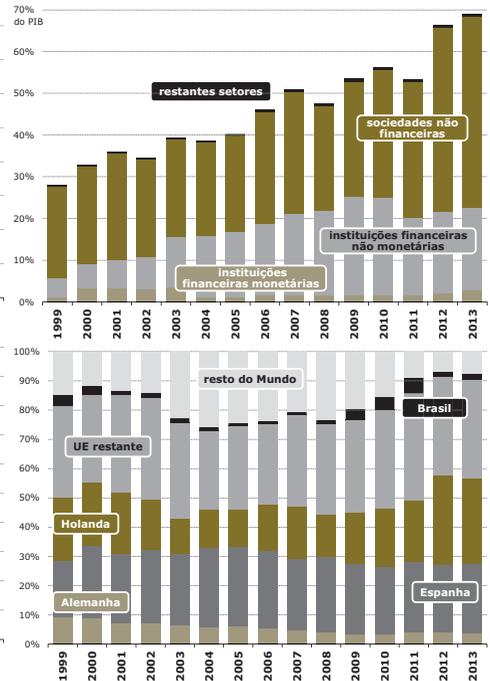


Gráfico 14.7. Passivos de Portugal face a não residentes por setor institucional investidor e país de origem | 1999 a 2013



Conceitos e metodologia

Investimento direto

Todo o investimento de uma entidade residente numa economia com o objetivo de obter um interesse duradouro numa empresa residente em outra economia. Entendendo-se por interesse duradouro a existência de uma relação de longo prazo entre o investidor e a empresa e um significativo grau de influência do investidor na sua gestão, onde por convenção se considera no mínimo uma posição de 10% do capital ou do direito de voto. (INE)

Os dados sobre os fluxos de investimento direto estão apresentados numa base líquida, isto é, créditos de operações de capital menos débitos entre os investidores diretos e as suas filiais estrangeiras. Uma diminuição líquida do ativo ou um aumento líquido do passivo são registados como créditos (com sinal positivo na balança de pagamentos), enquanto o aumento líquido nos ativos ou diminuições líquidas nos passivos são registadas como débitos (com sinal negativo na balança de pagamentos). Os fluxos de investimento direto com um sinal negativo indicam que pelo menos uma das três componentes (capital próprio, lucros reinvestidos ou empréstimos intraempresa) é negativo e não é compensado pelos montantes das restantes componentes, sendo exemplos de desinvestimento. (FMI)

Saldo dos fluxos de investimento direto no PIB

Representa a diferença entre o investimento direto do exterior e o investimento direto do país no exterior em percentagem do respetivo PIB.

SGPS

As sociedades gestoras de participações sociais, adiante designadas abreviadamente por SGPS, têm por único objeto contratual a gestão de participações sociais de outras sociedades, como forma indireta de exercício de atividades económicas. O facto de o investimento direto das empresas portuguesas no exterior, principalmente o das grandes empresas, ser frequentemente realizada através de SGPS introduz distorções na análise geográfica e setorial do investimento direto. Por exemplo, ao ser classificado nas atividades económicas do setor dos serviços, particularmente nas atividades financeiras e seguros, pode significar investimento na “indústria”, na “produção, distribuição de eletricidade e água”, nos “transportes e comunicações”, entre outros. (Ministério das Finanças)

Para saber mais

Banco de Portugal (...2013) | Relatório do Conselho de Administração. A Economia Portuguesa 2013

Comissão Europeia (...2014) | *European Competitiveness Report 2014*

Cnuced (...2014) | *World Investment report 2014, Investing in the SDGs: an action plan*

OCDE (2008) | *OECD Benchmark Definition of Direct Investment, fourth edition 2008*

Balança externa

A vigorosa expansão da procura interna, impulsionada pela baixa das taxas de juro, decorrente da globalização financeira, e pela perda de competitividade empresarial no panorama de concorrência internacional à entrada do século XXI, marcado pela moeda única europeia e pelo novo crescimento dinâmico das economias emergentes, originou, em Portugal, um significativo desequilíbrio externo que colocou em causa a sua própria estabilidade financeira.

Os progressos alcançados nos últimos anos, no quadro de um ajustamento de base financeira, não podem ser considerados como estruturais, seja porque permanece demasiado elevado o nível de endividamento externo público e privado, seja porque a redução do défice, vigorosa no plano do dinamismo das exportações, está, ainda, muito ancorada na dimensão reces-siva do ajustamento.

A participação mais ativa, equilibrada e qualificada da economia portuguesa na globalização exige, com efeito, um ajustamento estrutural real na especialização económica, favorável à expansão das atividades transacionáveis e à consolidação de novos fatores competitivos associados ao conhecimento, ao capital humano e à criatividade, indutor de níveis mais elevados de produtividade.

A correção conjuntural do crónico défice externo é considerada um dos aspetos mais positivos do corrente processo de ajustamento.

No entanto, Portugal permanece numa posição bastante vulnerável, com um nível muito elevado de endividamento externo, que supera claramente o PIB.

O percurso de Portugal entre 1986 e 2013

A relação económica de Portugal com o resto do mundo sofreu uma profunda alteração nos últimos anos. Portugal registou sucessivos défices externos, atingindo o máximo histórico nestes 28 anos em 2008, com um valor superior a 11% do PIB. O défice externo, que permaneceu muito elevado em 2009 e 2010, veio a sofrer, sob o impacto da crise económica e financeira e das medidas do PAEF, um processo de correção que culminou no primeiro saldo externo positivo em 2013 (1,3%) (Gráfico 15.1).

O principal contributo veio da balança de bens que, entre 2008 e 2013, reduziu o défice em mais de nove pontos percentuais do PIB, refletindo o impacto positivo de uma melhoria da competitividade das empresas nacionais, traduzida em ganhos de quota a nível mundial. A projeção de Portugal como país exportador de serviços também teve um papel relevante, sendo que a diferença entre recebimentos e pagamentos subiu de 3% para 5% do PIB. O reequilíbrio das contas externas ainda beneficiou da estabilização das transferências correntes e de capital (sobretudo remessas de emigrantes e fundos comunitários) e de uma ligeira melhoria do saldo da balança de rendimentos.

A esta redução das necessidades de financiamento externo está associada a melhoria da situação financeira dos vários setores institucionais nacionais, em particular das empresas não financeiras. Se em 2008 registavam uma necessidade de financiamento superior a 10% do PIB, em 2013 o saldo entre recebimentos e pagamentos já era positivo.

A desalavancagem do setor privado também se refletiu nas famílias, que aumentaram a sua capacidade de financiamento de 1,6 para 4,3% do PIB. Já as administrações públicas, apesar dos esforços de consolidação orçamental, continuavam a registar em 2013 uma necessidade de financiamento anual de cerca de 5% do PIB (Gráfico 15.4).

A posição de Portugal no contexto da União Europeia

Ao anular o crónico défice externo, Portugal aproximou-se do equilibrado referencial europeu. Em termos de balança corrente, abrangendo apenas transações relativas a bens, serviços e rendimentos, enquanto Portugal registou sucessivos défices superiores a 10% do PIB entre 2005 e 2010, o mais negativo saldo externo global da UE não chegou a 1,5% do PIB (Gráfico 15.2).

A redução das necessidades de financiamento a nível nacional acompanhou uma evolução positiva transversal à generalidade da UE. Desde 2008 que é notória uma acentuada redução da disparidade a nível europeu, com o número de Estados-membros deficitários a diminuir de 20 para cinco em 2013, ano em que a UE registou o excedente comercial mais elevado. Neste contexto, passando de um défice de 11% em 2008 para um excedente de 1,3% em 2013, Portugal registou a quinta melhoria do saldo externo mais pronunciada entre os Estados-membros, subindo nove posições no *ranking* europeu (Gráfico 15.5 e Gráfico 15.3).

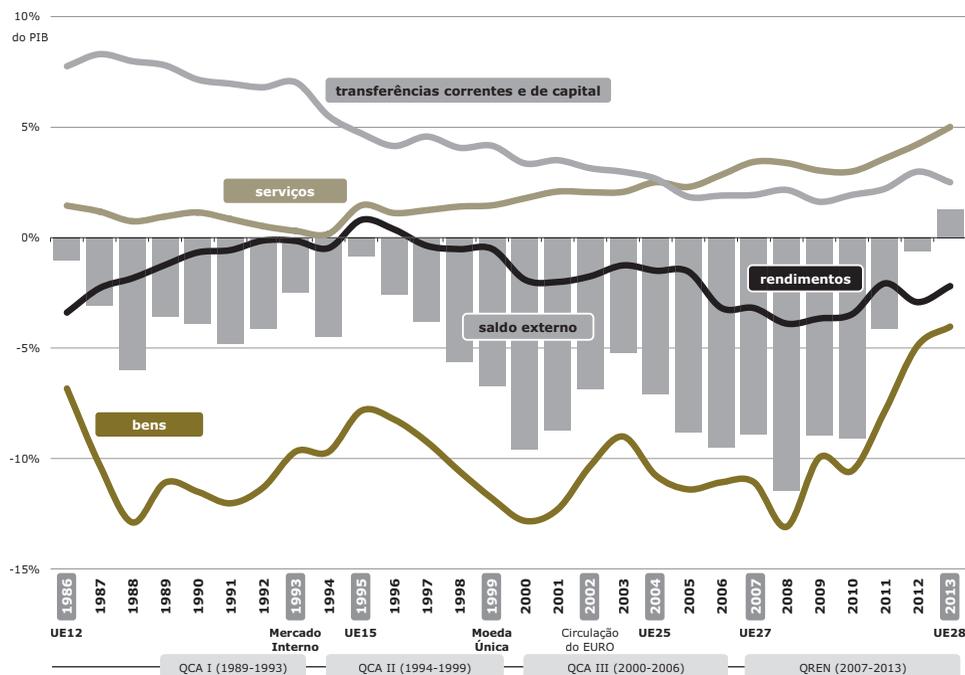
O endividamento externo excessivo

Apesar da melhoria substancial do saldo da balança externa, Portugal permanece numa posição bastante vulnerável, sobretudo pela acumulação de um nível de dívida externa dificilmente sustentável, para além do montante de juros que é anualmente subtraído à riqueza nacional, expondo a estabilidade financeira à volatilidade dos fluxos internacionais de capital.

Em 2013, Portugal continuava entre os Estados-membros mais endividados. A sua posição devedora face ao resto do mundo superava o PIB, quer na posição líquida de investimento internacional (PLII), a diferença entre ativos e passivos financeiros de residentes face a não residentes, quer na dívida externa líquida, considerando apenas os ativos e passivos que implicam um recebimento ou um pagamento de capital, juros ou ambos (Gráfico 15.6 e Gráfico 15.7).

A análise por setor institucional evidencia o crescente peso do financiamento externo nas empresas e no setor público, associado às maiores dificuldades da banca no acesso ao mercado interbancário. Enquanto as administrações públicas têm vindo a afirmar-se como o principal setor devedor face ao exterior, aumentando a sua PLII de 45% em 2009 para mais de 75% em 2013, a banca reduziu abruptamente a sua posição devedora (de 50% para 10%).

Gráfico 15.1. Saldo externo e seus componentes em Portugal | 1986 a 2013

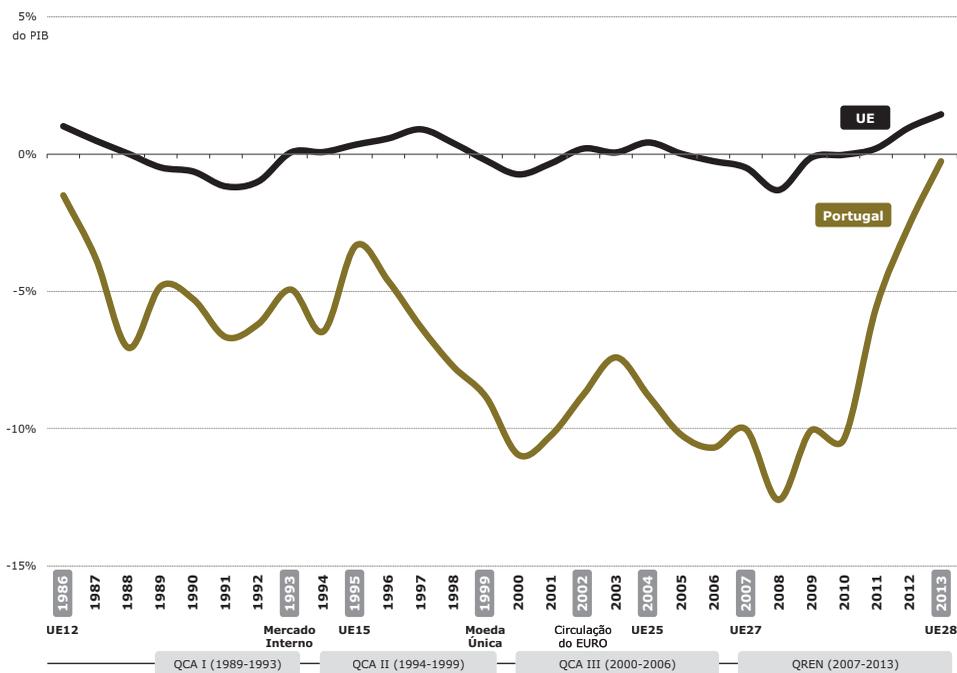


Em resultado do profundo processo de correção em ação desde 2008, Portugal registou, em 2013, o primeiro excedente externo desde que aderiu às Comunidades Europeias.

Fonte: Ameco (acedido em dezembro de 2014)

Gráfico 15.2. Balança corrente: comparação entre Portugal e UE | 1986 a 2013

Num contexto de melhoria generalizada do saldo externo corrente nas economias da UE, registado nos últimos anos, a intensidade do processo de correção permitiu a Portugal aproximar-se decisivamente da média europeia em 2013.

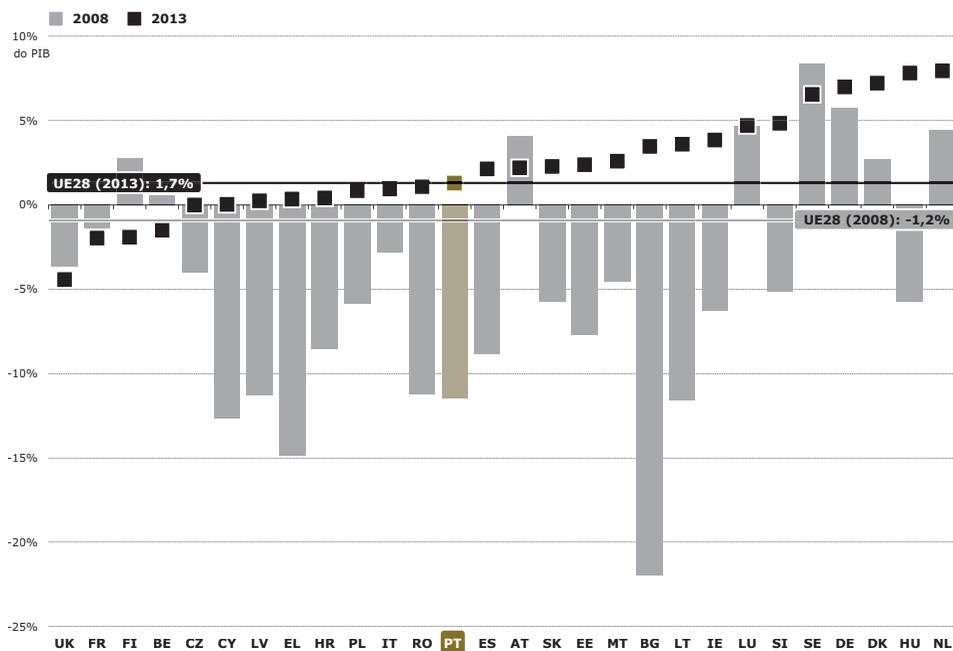


Fonte: Ameco (acedido em dezembro de 2014)

Gráfico 15.3. Saldo externo: a posição de Portugal na UE | 2008 e 2013

Em 2013 Portugal encontra-se a meio de uma tabela europeia bastante mais homogénea do que em 2008.

Neste ano só quatro países registavam um défice externo quando, em 2008, vinte países registavam um saldo externo negativo.



Fonte: Ameco (acedido em abril de 2015)

Gráfico 15.4. Capacidade e necessidade de financiamento por setor institucional em Portugal | 1999 a 2013

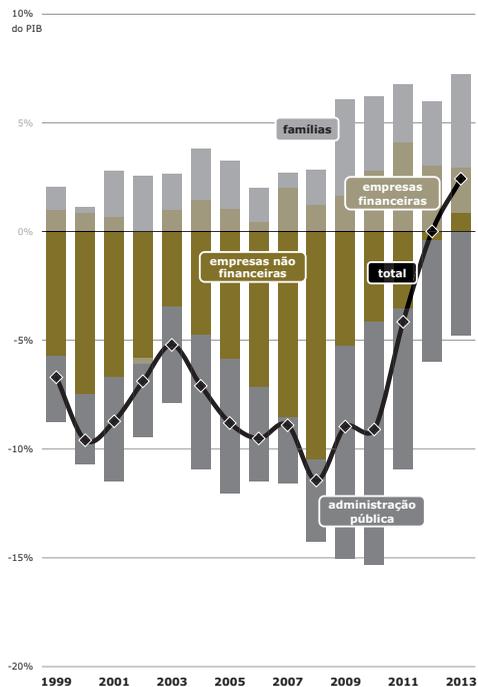
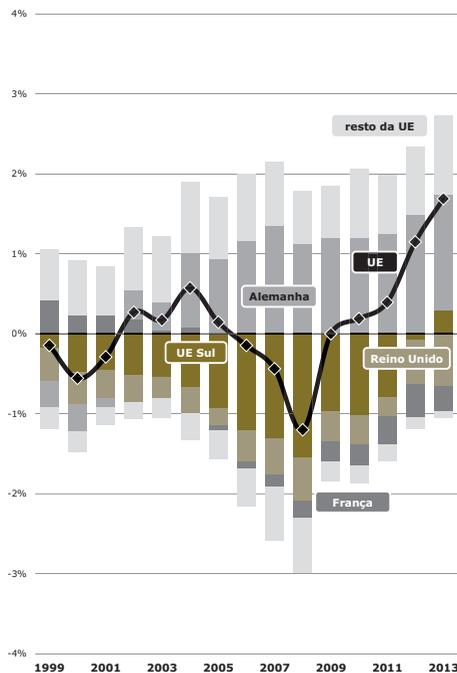


Gráfico 15.5. Saldo externo: a Europa do Sul e as principais economias da UE | 1999 a 2013



Ao anular uma necessidade de financiamento anual superior a 10% do PIB, as empresas não financeiras registaram o contributo mais importante para o ajustamento da economia nacional.

A evolução nacional enquadra-se num acentuado reajustar da Europa do Sul, relevante na redução da disparidade a nível europeu.

Nota: No gráfico 15.5 a UE Sul engloba Portugal, Espanha, Itália e Grécia.

Fonte: Eurostat (acedido em abril de 2015)

Gráfico 15.6. Posição líquida de investimento internacional: a posição de Portugal na UE | 2008 e 2013

Portugal apresenta a terceira posição devedora mais desequilibrada face ao resto do mundo entre os Estados-membros, quer considerando a totalidade de ativos e passivos face a não residentes, quer considerando apenas os que implicam um pagamento de capital e/ou juros (dívida externa líquida).

Fonte: Comissão Europeia e Eurostat (acedido em abril de 2015)

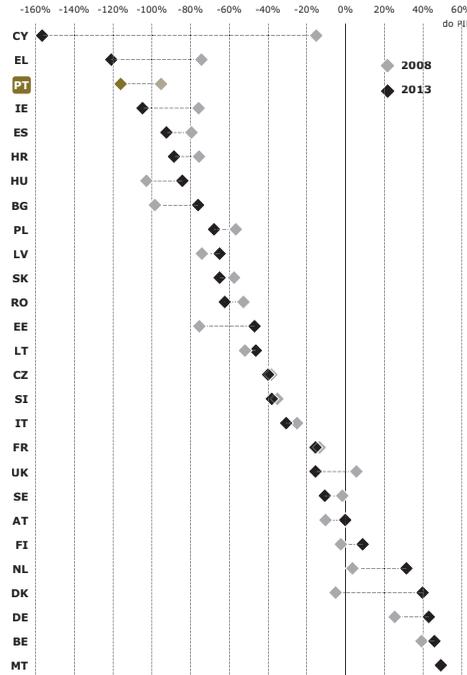
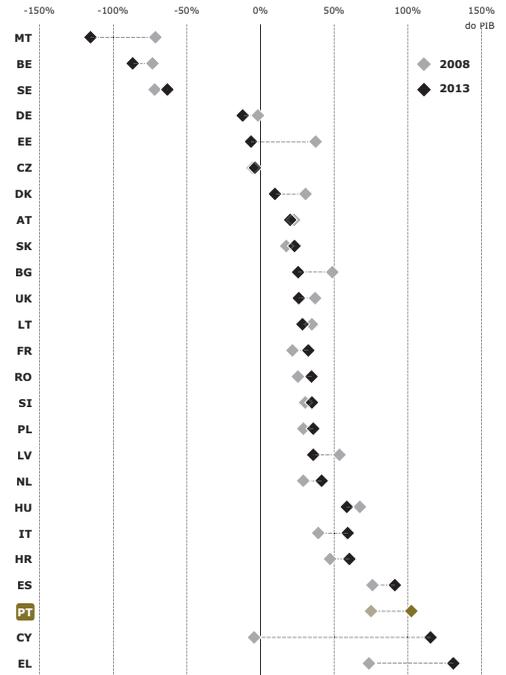


Gráfico 15.7. Dívida externa líquida: a posição de Portugal na UE | 2008 e 2013



Conceitos e metodologia

As estatísticas de balança de pagamentos traduzem as transações económicas ocorridas entre residentes e não residentes e podem envolver bens, serviços e rendimentos, disponibilidades financeiras sobre o resto do mundo ou responsabilidades para o resto do mundo. Desde 1996, o Banco de Portugal procedeu a uma profunda transformação metodológica, que é utilizada na presente análise:

Apresentação anterior	Nova apresentação: Balança corrente + Balança de capital = Balança Financeira
1. Balança de transações correntes <ul style="list-style-type: none">• Bens e serviços• Rendimentos• Transferências unilaterais	1. Balança corrente <ul style="list-style-type: none">• Bens e serviços• Rendimentos• Transferências correntes
2. Balança de capitais não monetários <ul style="list-style-type: none">• Investimento direto• Investimento de carteira• Créditos externos• Outras operações• Erros e omissões	2. Balança de capital <ul style="list-style-type: none">• Transferências de capital
3. Variação de reservas oficiais líquidas	3. Balança financeira <ul style="list-style-type: none">• Investimento direto
4. Variação da posição de curto prazo dos bancos	<ul style="list-style-type: none">• Investimento de carteira• Outro investimento• Derivados financeiros• Ativos de reserva• Erros e omissões

Saldo externo

Compreende a soma entre os fluxos líquidos da balança corrente (valores líquidos resultantes de transações com não residentes em bens, serviços, rendimentos e transferências correntes) com os fluxos líquidos da balança de capital (saldo de todas as operações derivadas de transferências de capital e da aquisição/cedência de ativos não produzidos não financeiros). (Banco de Portugal)

Posição líquida de investimento internacional

Posição de ativos e passivos da economia face ao exterior. As suas variações são equivalentes ao saldo anual da balança financeira. (Banco de Portugal)

Dívida externa líquida

Corresponde à diferença dos montantes de ativos e passivos da área do euro face ao exterior que implicam, um recebimento ou um pagamento de capital, juros ou ambos, nomeadamente as posições do investimento direto, dos títulos de dívida de longo e curto prazo englobados no investimento de carteira e do total do outro investimento. (Banco de Portugal)

Para saber mais

Banco de Portugal (...2015) | Boletim Económico, abril de 2015

Cnuced (...2014) | *Trade and Development Report 2014*

Comissão Europeia (...2015) | *Alert Mechanism Report | Relatório relativo a Portugal 2015*

FMI (2009) | *Balance of Payments and International Investment Position Manual*, 6.^a edição

Investigação & desenvolvimento e inovação

A Investigação e Desenvolvimento (I&D) e a inovação são ingredientes chave da estratégia europeia para o crescimento económico inteligente e sustentável. A articulação da ciência e da inovação é essencial para estimular a produtividade do trabalho, a competitividade empresarial e o uso eficiente dos recursos.

O principal desafio do Sistema Nacional de Inovação passa por aumentar a capacidade de converter e capitalizar conhecimento científico em progresso económico e social pela sua endogeneização na organização e funcionamento das empresas e das administrações públicas.

É imperativo consolidar os progressos realizados no desenvolvimento de atividades de ciência e tecnologia, e, num ambiente empresarial mais favorável à inovação, aprofundar as sinergias entre empresas, universidades e centros de investigação.

O aumento dos recursos financeiros e humanos dedicados às atividades de ciência e tecnologia não se traduziu numa convergência ao padrão europeu em termos de criação de valor a partir de produtos e processos inovadores.

O percurso de Portugal entre 1986 e 2013

O Portugal Europeu quadruplicou a proporção de recursos afetos a atividades de I&D, passando de 0,4% em 1986 para um máximo de 1,6% do PIB em 2009. No contexto da crise financeira global e da contenção orçamental imposta pelo PAEF, estabilizou em torno dos 1,5% até 2012.

Portugal precisou de duas décadas para duplicar o peso da despesa em I&D no PIB após a adesão à CEE, de 0,4% em 1986 para 0,8% em 2005. Entre 2005 e 2009, bastaram quatro anos para Portugal voltar a duplicar o peso da despesa em I&D, passando de 0,8% para 1,6% em 2009.

A evolução da despesa em I&D por setor de execução mostra que as empresas ultrapassaram o Estado e o ensino superior. A aposta das empresas em I&D concentrou-se nos últimos 14 anos, duplicando a sua relevância de

23% em 1999 para cerca de metade em 2012. As telecomunicações, a banca e as atividades técnicas e científicas são os setores mais influentes, representando dois quintos do investimento empresarial em I&D no ano mais recente (Gráfico 16.1).

O progresso realizado pelo setor empresarial comporta, todavia, numa dimensão relevante, despesas associadas ao aprofundamento da utilização das tecnologias de informação e comunicação.

No entanto, mais do que diminuir o alcance do caminho percorrido, importa reconhecer a sua relevância e, sobretudo, a necessidade de persistir nos financiamentos públicos das componentes estruturantes do sistema científico nacional e de alargar significativamente as fronteiras do tecido empresarial inovador.

A posição de Portugal no contexto da União Europeia

O crescimento verificado na última década permitiu a Portugal convergir com a UE. Em 2009, atingiu o máximo de 82% da média europeia, quando em 1995 não chegava a um terço deste referencial.

No contexto da crise financeira global e do PAEF, Portugal divergiu da média europeia, gastando em atividades de I&D menos um quarto dos recursos que a UE em 2012 (Gráfico 16.2).

Entre 1995 e 2009, Portugal teve o quarto maior crescimento de I&D na UE, mas entre 2009 e 2012 foi o quinto Estado-membro em que esta mais caiu.

A evolução recente ameaça o objetivo nacional de elevar a despesa em I&D acima dos 2,7% do PIB, em linha com a estratégia Europa 2020. Portugal é dos Estados-membros mais afastados da meta traçada (Gráfico 16.3).

O desempenho em inovação: acelerar a melhoria

Portugal foi o Estado-membro que mais progrediu nos últimos sete anos no indicador de desempenho de inovação da UE, passando de “inovador modesto” para “inovador moderado”: o país subiu de 64% para 79% da média europeia entre 2006 e 2010, recuando para 74% em 2013.

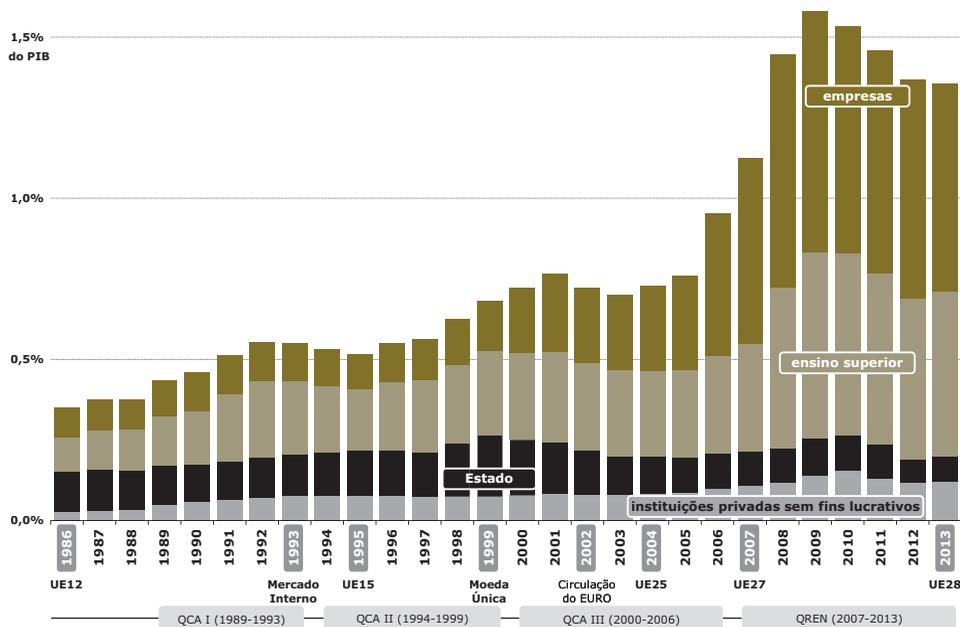
Esta dinâmica global positiva encobre as diferentes forças e fraquezas do Sistema Nacional de Inovação. A melhoria no desempenho dos sistemas de investigação, refletida no aumento do número de publicações científicas contabilizado e do número de empresas que responde ter introduzido inovações na sua atividade, nos inquéritos comunitários à inovação, merece destaque.

Portugal encontra-se, no entanto, pior classificado nos recursos humanos (26.º na UE28), efeitos económicos da inovação (23.º), investimento empresarial (19.º) e ativos intelectuais (18.º).

A distância face à UE é mais acentuada na intensidade em I&D empresarial (investimento empresarial), nos pedidos de patentes (ativos intelectuais) e nas receitas internacionais relativas a licenças e patentes (efeitos económicos).

Na escala da inovação regional da UE, Portugal não tem nenhuma região como “líder de inovação”. Lisboa é “seguidora de inovação” enquanto as restantes regiões são classificadas de “inovadoras moderadas”, exceto a Madeira, que é classificada como “inovadora modesta” (Mapa 16.1).

Gráfico 16.1. Estrutura da despesa em I&D por setor executante em Portugal | 1986 a 2013

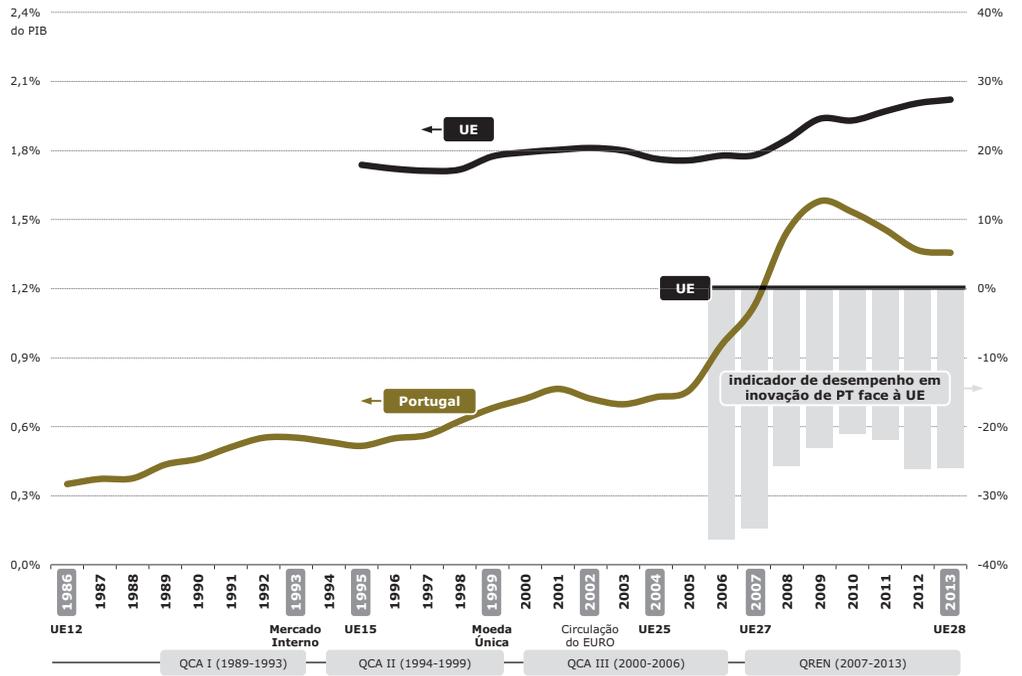


O aumento da intensidade em I&D concentrou-se, sobretudo, entre 2005 e 2009, respondendo, também, a incentivos fiscais: o investimento empresarial em I&D praticamente triplicou.

Fonte: AMECO e Eurostat (acedido em março de 2015)

Gráfico 16.2. Despesa em I&D e desempenho em inovação: comparação entre Portugal e UE | 1986 a 2013

A desaceleração do processo de convergência depois de 2010 é notória, tanto na intensidade em I&D como no indicador de desempenho em inovação.

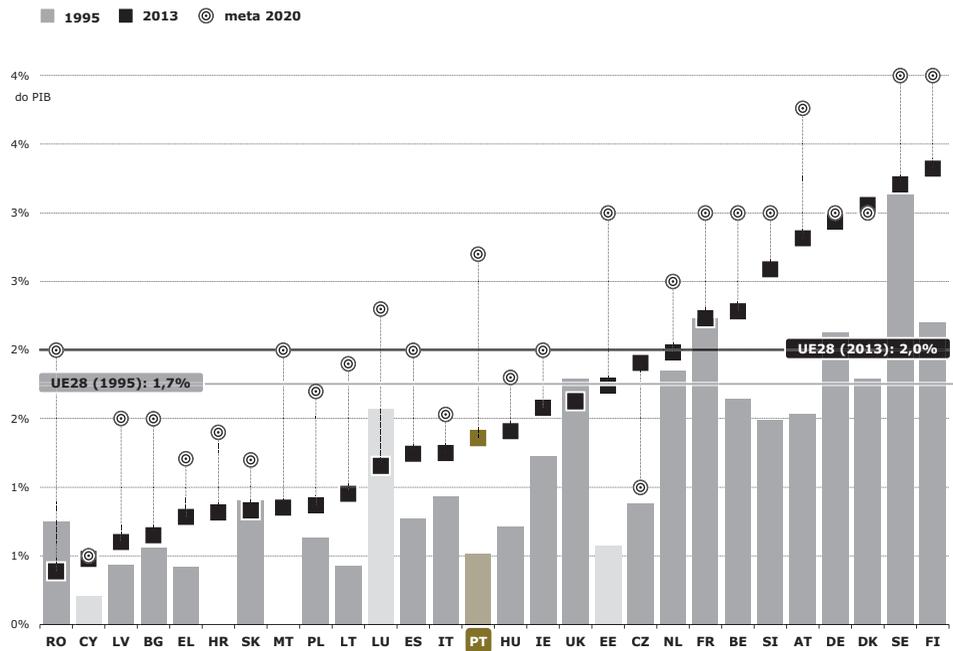


Nota: Os dados para a UE dizem respeito à UE27 até 1999.

Fonte: Comissão Europeia e Eurostat (acedido em março de 2015)

Gráfico 16.3. Despesa em I&D: a posição de Portugal na UE | 1995 e 2013

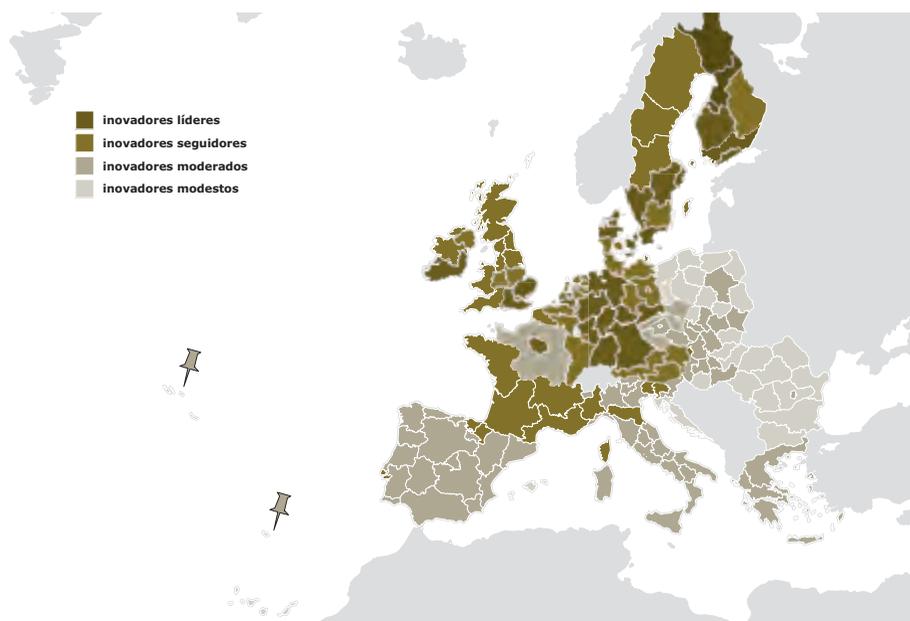
Portugal subiu do pelotão dos menos investidores em I&D para o meio da tabela da UE28.



Nota: Os valores iniciais referem-se a 1998 para o Chipre e Estónia, 2000 para o Luxemburgo e sem valores iniciais para a Croácia e Malta. Os valores finais referem-se a 2012 para a Irlanda.

Fonte: Eurostat (acedido em março de 2015)

Mapa 16.1. Indicador de desempenho em inovação: a posição das regiões portuguesas na UE | 2013



Lisboa destaca-se como uma das seis regiões da Europa do Sul já classificadas como inovadoras seguidoras.

Fonte: Comissão Europeia (acedido em outubro de 2014)

Conceitos e metodologia

Estratégia 2020

A estratégia lançada em 2010 para os dez anos seguintes que assenta em oito metas respeitantes ao emprego, à investigação e desenvolvimento, ao clima/energia, à educação e à inclusão social e redução da pobreza, traduzidos em objetivos nacionais em função das situações e circunstâncias específicas de cada Estado-membro da UE. No domínio da I&D e da inovação, a grande meta da UE para 2020 é aumentar para 3% do PIB o investimento em I&D. Neste contexto, Portugal comprometeu-se em aumentar para 2,7% do PIB o investimento nacional em I&D.

Indicador de desempenho em inovação

Índice compósito aferido no âmbito do *Innovation Union Scoreboard* (IUS) (anteriormente denominado *European Innovation Scoreboard*), o instrumento da Comissão Europeia para avaliar e comparar os desempenhos em investigação e inovação dos

Estados-membros da UE. Construído a partir de 24 subindicadores agrupados em oito dimensões, o indicador possibilita a comparação das forças e fraquezas relativas dos sistemas de investigação e inovação nacionais. O *Innovation Union Scoreboard* classifica os Estados-membros relativamente à sua performance em inovação em quatro grupos: Inovadores líderes; Inovadores seguidoras, Inovadores moderados e Inovadores modestos. O *Regional Innovation Union Scoreboard* alarga esta metodologia às regiões europeias, comparando e classificando um total de 190 regiões europeias.

Despesa em I&D

A despesa em I&D inclui os gastos com as atividades de investigação e desenvolvimento (I&D) como despesas em pessoal, instalações ou material de laboratório. É considerado o conceito de despesa intramuros, considerando apenas as despesas que se

realizam dentro da própria empresa ou instituição, independentemente da origem dos fundos. São excluídas as despesas extramuros, ou seja, os gastos com a contratação externa ou o financiamento de I&D de outras entidades. As instituições executoras de atividades de I&D são enquadradas nos setores Estado, ensino superior, empresas e instituições privadas ao serviço das famílias. A excepcional evolução deste indicador ocorrida entre 2005 e 2009 não pode ser dissociada da reintrodução, em 2006, do programa de incentivos fiscais a atividades de investigação e desenvolvimento empresarial (SIFIDE) e do esforço que exigiu às empresas para definirem com maior exatidão os montantes investidos nestas atividades. Neste contexto, foi também determinante a campanha de sensibilização e esclarecimento sobre a relevância do Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional (IPCTN). (Rosa, 2012)

I&D

Trabalho criativo prosseguido de forma sistemática, com vista a aumentar o conjunto dos

conhecimentos, incluindo o conhecimento do homem, da cultura e da sociedade, bem como a utilização desse conjunto de conhecimentos em novas aplicações. (Manual de Frascati, OCDE, 2002)

Inovação

Inovação ocorre com a primeira aplicação para fins económicos e sociais de uma determinada invenção (Mira Godinho, 2013). No setor empresarial, abarca a introdução de um produto (bem ou serviço) ou processo novo ou significativamente melhorado, de um novo método de *marketing* ou de um novo método organizacional na prática do negócio, na organização do trabalho ou nas relações externas da empresa. (Manual de Oslo, OCDE, 2005)

Sistema Nacional de Inovação

Conjunto de instituições num determinado território nacional e relacionadas entre si que contribuem para criar, desenvolver, absorver, utilizar e partilhar conhecimentos economicamente úteis.

Para saber mais

Manuel Mira Godinho (2013) | Inovação em Portugal

Rosa, M.J.V. (2012) | I&D – malabarismos estatísticos ou melhores estatísticas?

Comissão Europeia (...2014) | *Innovation Union Scoreboard/Regional Innovation Scoreboard*

OCDE (2012) | *Science, Technology and Industry Outlook*

Posicionamento competitivo

A competitividade de um país pode ser definida pela sua capacidade de, num quadro de concorrência internacional, promover uma melhoria sustentada nas condições de vida e de emprego da população, preservando os recursos naturais e garantindo um desenvolvimento territorial e socialmente sustentável.

O posicionamento competitivo de Portugal face aos seus parceiros comerciais mais relevantes é analisado a partir da evolução da taxa de câmbio efetiva real, deflacionada pelo custo em trabalho por unidade produzida (CTUP), cuja subida indica uma perda de competitividade.

Uma apreciação deste indicador pode também indiciar uma subida no preço relativo dos bens não transacionáveis face ao resto do mundo, estimulando, desse modo, a transferência de recursos das atividades transacionáveis para as atividades não transacionáveis abrigadas da concorrência internacional.

A perda de competitividade nacional, impulsionada pelo crescente desalinhamento entre salários e produtividade na década de 90, refletiu-se na redução das quotas de mercado e em necessidades crescentes de financiamento externo.

A melhoria da situação depois da crise financeira ficou a dever-se mais à contenção salarial do que aos ganhos de produtividade.

O percurso de Portugal entre 1986 e 2013

A integração europeia de Portugal foi pautada por uma gradual erosão da competitividade da economia portuguesa. Entre 1986 e 2013, a taxa de câmbio efetiva real deflacionada pelo custo unitário do trabalho apreciou 40%, evidenciando o encarecimento das exportações portuguesas face aos seus principais parceiros comerciais (Gráfico 17.1):

- Até 1990, o CTUP manteve-se estável, com a desvalorização competitiva do escudo em mais de 20% a compensar o desalinhamento entre salários e produtividade;
- Entre 1990 e 2003, a perda de competitividade custo intensificou-se, com o abandono do regime de desvalorização deslizando, tendo o CTUP aumentado cerca de 50% face à concorrência internacional, sob o efeito

da subida média anual dos salários em torno dos 3% contrastado com a estagnação da produtividade;

- A partir de 2003, desenhou-se, com uma vincada moderação salarial e uma ligeira aceleração da produtividade, uma reversão na trajetória de perda de competitividade. Se até 2009, esta evolução dos salários e da produtividade permitiu a estabilização do CTUP, desde então, a queda do salário médio em cerca de 2% ao ano induziu a um ganho de competitividade na ordem dos 7%.

A nível setorial, entre 2000 e 2013, a construção, as atividades de cultura e lazer, as atividades científicas e técnicas e os serviços públicos registaram uma evolução dos custos unitários em trabalho acima da média nacional.

No entanto, neste mesmo período, só nas atividades de informação e comunicação é que Portugal registou uma evolução do CTUP substancialmente superior à verificada na área do euro (Gráfico 17.4).

A posição de Portugal no contexto da União Europeia

A erosão da competitividade nacional sobressai num panorama europeu marcado por divergências significativas, mesmo entre os países da coesão.

Com efeito, se até à introdução da moeda única, a subida dos custos em trabalho por unidade produzida em mais de 40% se destacava dos parceiros iniciais de coesão, em especial da Irlanda com uma quebra de cerca de 20%, a sua estabilização posterior contrastou com a subida na ordem dos 20% verificada na Espanha, Grécia e Irlanda. No período mais recente, entre 2009 e 2013, embora Portugal tenha revertido a perda de competitividade face às grandes economias europeias, a redução do CTUP tem sido bastante mais ligeira do que a verificada nos restantes países iniciais da coesão (Gráfico 17.2).

No cômputo geral, Portugal registou a sexta maior redução do CTUP face à concorrência entre 1999 e 2013, sendo que, entre os Estados-membros em que o ganho de competitividade custo foi superior ao nacional, só a Irlanda pertence à área do euro (Gráfico 17.3).

O desempenho exportador e a competitividade

Com o objetivo de avaliar fatores específicos relevantes da competitividade, como a qualidade dos produtos ou os custos de contexto, a análise é completada pelo estudo das quotas de mercado e pela evolução do indicador composto de competitividade com maior difusão mundial.

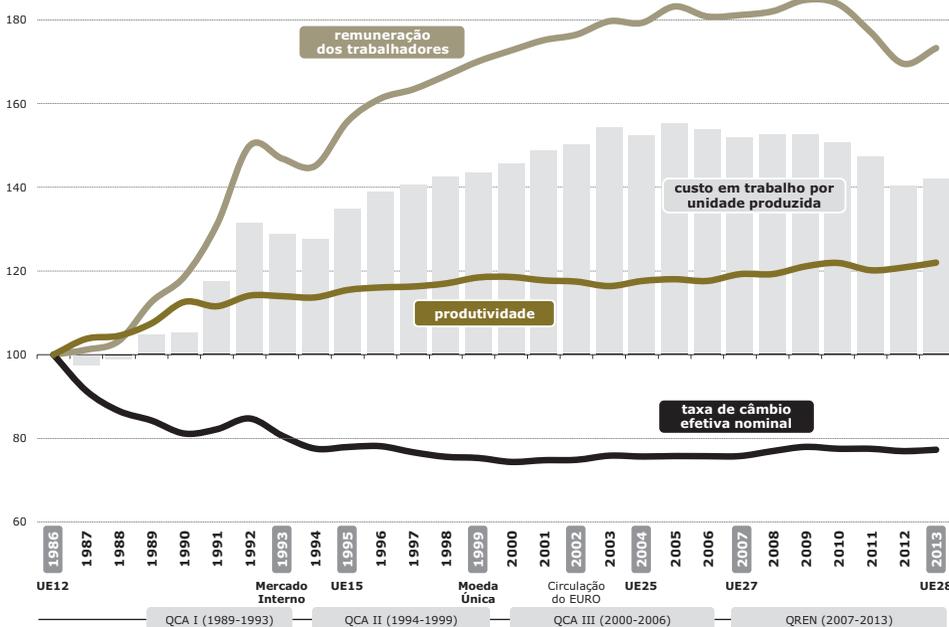
Portugal, depois de ter conseguido aumentar a quota nas exportações mundiais, de 0,3% em 1986 para 0,4% em 1992, tem sentido desde então crescentes dificuldades perante a nova geografia concorrencial global, registando um contração da sua quota em cerca de um terço.

Comparando o crescimento das exportações com a procura relevante, isto é, corrigindo o desempenho pela especialização geográfica, é visível, desde 2005, uma inversão na tendência de definhamento, com um aumento da quota de Portugal nos seus mercados de destino. Entre 1999 e 2007, Portugal registou o sétimo pior desempenho exportador na EU, mas, entre 2007 e 2013, registou um ganho de quota superior a 3% ao ano, o sétimo maior na UE (Gráfico 17.5 e Gráfico 17.6).

Já o Fórum Económico Mundial, no *Global Competitiveness Report*, classifica Portugal como o 19.º Estado-membro mais competitivo, num ranking liderado a nível europeu pela Finlândia, Alemanha e Suécia.

Neste índice compósito de fatores de competitividade, Portugal destaca-se, positivamente, pelas infraestruturas e pelo sistema de inovação e, negativamente, pela ineficiência do mercado laboral, pelo débil ambiente macroeconómico e pela instabilidade do setor financeiro (Gráfico 17.7).

Gráfico 17.1. Taxa de câmbio efetiva nominal, produtividade, remunerações dos trabalhadores e custo em trabalho por unidade produzida em Portugal (1986=100) | 1986 a 2013



Desde 2003 é visível uma reversão na trajetória de perda de competitividade, com a vincada moderação salarial a acompanhar uma ligeira aceleração da produtividade.

Nota: Evolução face à UE15 com índice base 100=1986.
Fonte: Ameco (acedido em abril de 2015)

Gráfico 17.2. Custo em trabalho por unidade produzida (1986=100): comparação entre Portugal e UE | 1986 a 2013

A perda de competitividade da economia nacional enquadra-se num quadro de crescente divergência entre a evolução do custo do trabalho nos países iniciais da coesão e nas principais economias europeias.

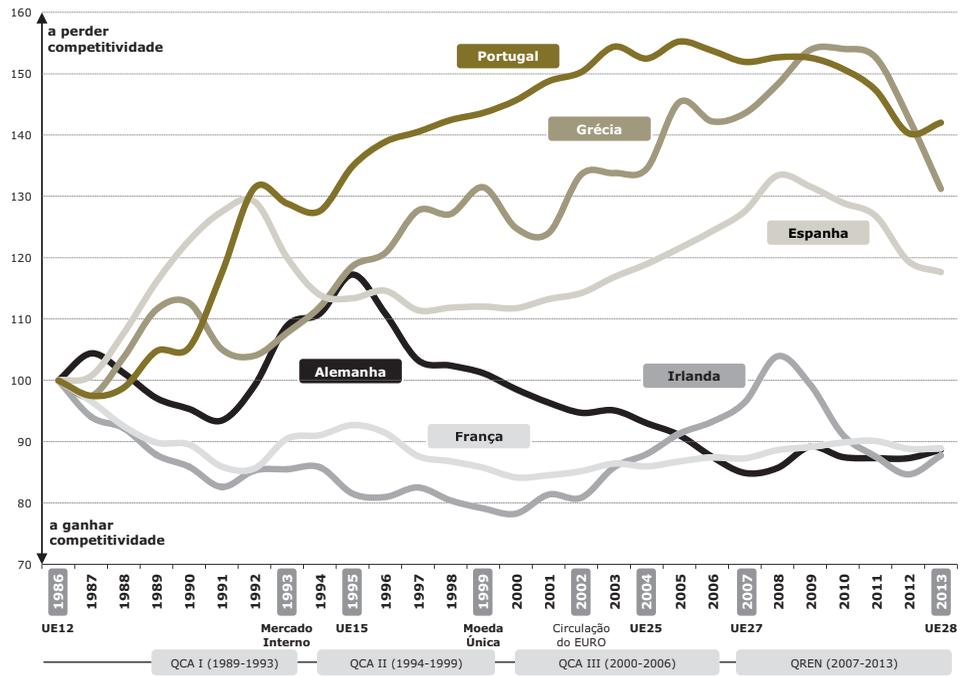


Gráfico 17.3. Custo em trabalho por unidade produzida (1999=100): a posição de Portugal na UE | 2007 e 2013

A inversão da trajetória de perda de competitividade coloca Portugal como o sexto Estado-membro em que o custo unitário do trabalho mais se reduziu desde 1999.

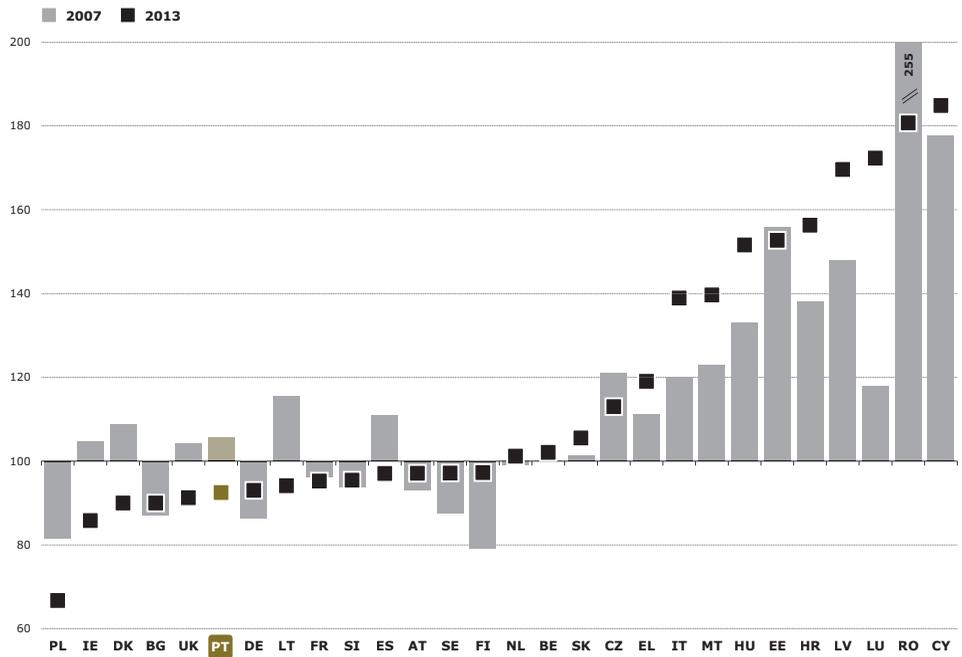


Gráfico 17.4. Variação dos CTUPs: comparação entre Portugal e área do euro | 2000/2013

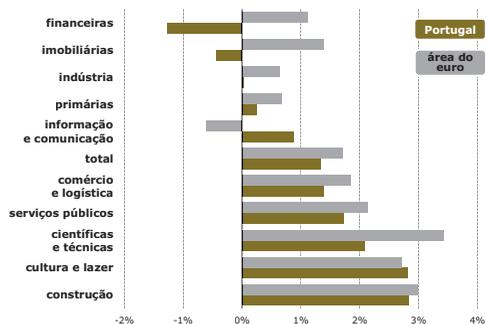
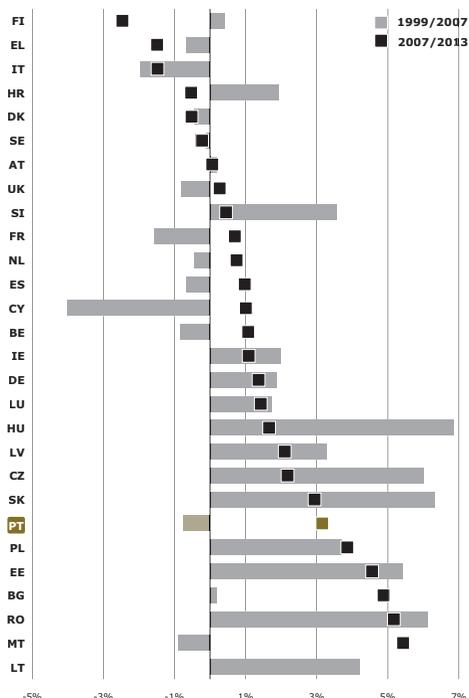


Gráfico 17.5. Desempenho exportador e quota nas exportações mundiais de Portugal | 1986 a 2013



Gráfico 17.6. Evolução do desempenho das exportações: a posição de Portugal na UE | 1999/2007 e 2007/2013



Entre 2007 e 2013 Portugal registou o sétimo melhor desempenho exportador, depois de nos oito anos anteriores ter sido um dos 11 Estados-membros a perder quota nos seus mercados de destino mais relevantes.

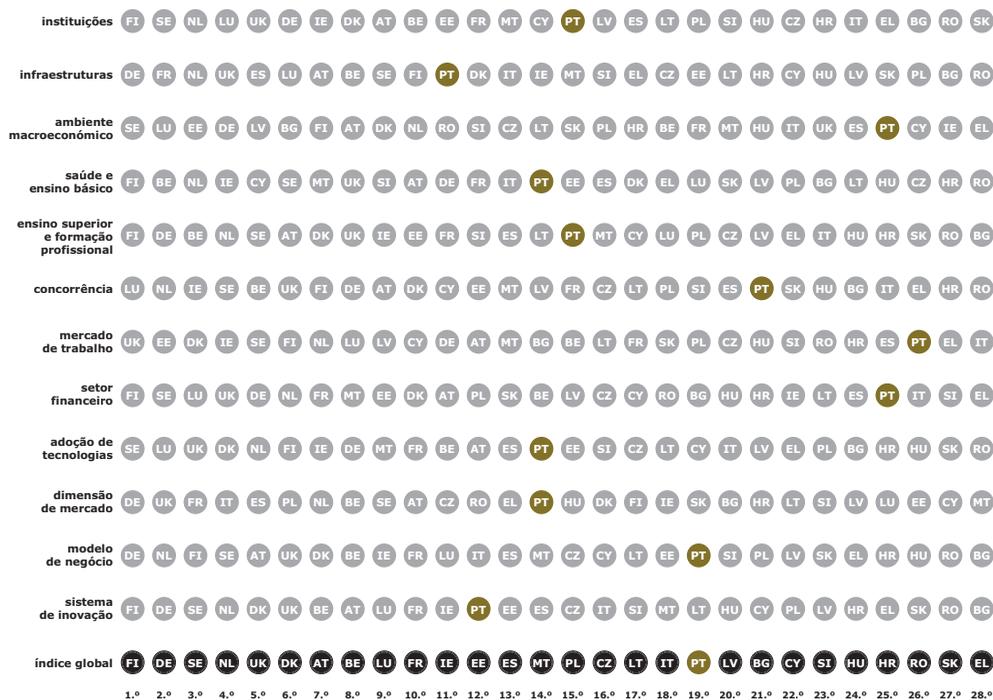
Nota: No Gráfico 17.5 a evolução com índice base 100=1986. Nos gráficos 17.4 e 17.6 é considerada a taxa de crescimento média anual nos períodos indicados.

Fonte: Ameco, Banco Central Europeu e OCDE (accedido em abril de 2015)

Gráfico 17.7. Índice de competitividade global: a posição de Portugal na UE | 2013

Portugal é o 19.º Estado-membro mais competitivo, destacando-se positivamente na qualidade das infraestruturas e no campo da inovação.

Em contrapartida, a eficiência do mercado de trabalho, o ambiente macroeconómico e o setor financeiro são apontados como os fatores mais negativos.



Fonte: Fórum Económico Mundial (acedido em abril de 2015)

Conceitos e metodologia

Custo em trabalho por unidade produzida (CTUP)

Os custos em trabalho por unidade produzida correspondem ao peso das remunerações no VAB, ou seja, ao rácio entre o salário médio e a produtividade do trabalho, crescendo (com perdas de competitividade associadas) sempre que esta não consiga acompanhar o ritmo de crescimento dos salários.

Índice de taxa de câmbio efetiva nominal

Média geométrica ponderada de índices de taxas de câmbio bilaterais, em que os ponderadores refletem a importância relativa de cada parceiro nas trocas comerciais (importações e exportações) do país em causa. Na presente análise, os parceiros considerados são da UE15 e UE27.

Índice de taxa de câmbio efetiva real

A taxa de câmbio real conjuga os efeitos da apreciação/depreciação das moedas com os diferenciais de inflação nos diversos países. De facto, se a inflação interna for superior à de outro país, dizemos que há uma apreciação real equivalente à

que ocorreria se houvesse uma apreciação nominal da moeda com estabilidade de preços nos dois países. Na presente análise, os parceiros considerados são da UE15 e UE28. A taxa de câmbio real pode obter-se deflacionando a correspondente taxa nominal tanto com índices de preços como com índices de custos em trabalho por unidade produzida. (CTUP)

Desempenho Exportador

O desempenho exportador de uma economia é medido pelo crescimento efetivo das exportações relativamente ao crescimento das importações nos seus mercados de destino. (OECD)

Índice de competitividade global

Através do *Global Competitiveness Report*, o Fórum Económico Mundial avalia o ambiente de negócios e a posição competitiva em mais de 140 economias. Na edição 2013-2014, o índice era composto por 12 pilares de competitividade, organizados em três sub-índices: *Basic Requirements*, *Efficiency Enhancers* e *Innovation and Sophistication Factors*.

Para saber mais

Banco de Portugal (...2013) | Relatório do Conselho de Administração. A Economia Portuguesa 2013

Bruegel (2015) | *Mapping Competitiveness with European Data*

Comissão Europeia (...2014) | *European Competitiveness Report 2014*

Comissão Europeia (...2014) | *Price and cost competitiveness 2014*

Comissão Europeia (...2015) | *Alert Mechanism Report 2015*

Fórum Económico Mundial (...2015) | *The Global Competitiveness Report 2013 – 2014*

Tecido empresarial

As empresas detêm um papel fundamental na criação de riqueza e de emprego, sobretudo nas economias desenvolvidas, sendo o elemento central do crescimento económico e da inovação.

A qualidade institucional das empresas e dos mercados é a base do progresso económico e social, uma vez que umas e outros constituem os grandes mecanismos de coordenação económica que se combinam em estreita articulação com a evolução dos custos de transação.

As tendências da procura, as regras e regulamentos públicos vão configurando sucessivos ciclos longos de organização empresarial em sintonia com diferentes formas de concorrência, níveis de integração vertical, tecnologias e materiais estratégicos e competências humanas.

As características do tecido empresarial, desde a dimensão empresarial ao dinamismo na criação e encerramento de empresas, são essenciais para aferir a vitalidade e a resiliência com que a economia nacional enfrenta uma globalização cada vez mais concorrencial e incerta.

O tecido empresarial português é caracterizado, no contexto europeu, por uma maior criação de empresas, por elas serem, em média, mais pequenas e por apresentarem uma menor taxa de sobrevivência.

O percurso de Portugal entre 1986 e 2013

O tecido empresarial português é caracterizado, como na generalidade das economias, pela predominância das micro, pequenas e médias empresas (PME). Em 2013, as quase 800 mil PME empregavam oito em cada dez trabalhadores e contribuíam com dois terços da riqueza gerada no setor não financeiro.

As micro empresas (empresas com menos de dez trabalhadores) são as grandes protagonistas, ao concentrar 95% das empresas, 43% do emprego e 22% do valor acrescentado.

No contexto do ajustamento provocado pela crise económica e financeira e pelas medidas de austeridade e estabilização financeira adotadas, as grandes empresas demonstraram uma maior resiliência. Com efeito, registaram,

entre 2008 e 2013, uma quebra de 10% em termos de emprego, que compara favoravelmente com a variação negativa de 19% registada pelas PME (-15% nas micro empresas).

As tendências mais recentes apontam para uma certa polarização do tecido empresarial português, com o emprego a revelar uma crescente concentração nas micro empresas e nas grandes empresas, em detrimento das empresas de pequena e média dimensão (Gráfico 18.1).

Analisando as empresas por forma jurídica, verifica-se que, em 2013, mais de 60% são empresas individuais, empregando dois em cada dez trabalhadores. A comparação com 2008 revela as suas maiores fragilidades perante o contexto de crise, registando uma diminuição de quota, quer em termos de número de empresas, quer de pessoal ao serviço.

A posição de Portugal no contexto da União Europeia

A predominância das PME não é característica isolada do tecido empresarial português mas de toda a União Europeia, onde 99,8% das empresas são PME, valendo dois terços do emprego e 58% da riqueza gerada.

A diferença de Portugal face à União Europeia resulta mais evidente quando se compara a relevância relativa das micro empresas e das grandes empresas, nomeadamente em termos de emprego. Enquanto em Portugal as micro empresas (43%) empregam o dobro dos trabalhadores das grandes empresas (21%), no conjunto da União Europeia as grandes empresas (33%) absorvem mais emprego que as micro empresas (29%) (Gráfico 18.2).

Portugal é o quarto país europeu em que as PME concentram mais emprego e o terceiro em que as micro empresas são mais relevantes. A Europa do Sul e os países bálticos destacam-se pela maior concentração de emprego das PME, sendo que no caso de Estónia, Lituânia e Letónia essa posição se deva à importância relativa das empresas de dimensão média (Gráfico 18.3).

A posição de Portugal sugere, até pela estreiteza do seu mercado doméstico, que não é a relevância da tradicional oposição entre PME e grandes empresas que deve ser valorizada, mas, antes, a prossecução de caminhos convergentes de qualificação das PME e de ganho de dimensão das grandes empresas que podem ser agilizados pela internacionalização.

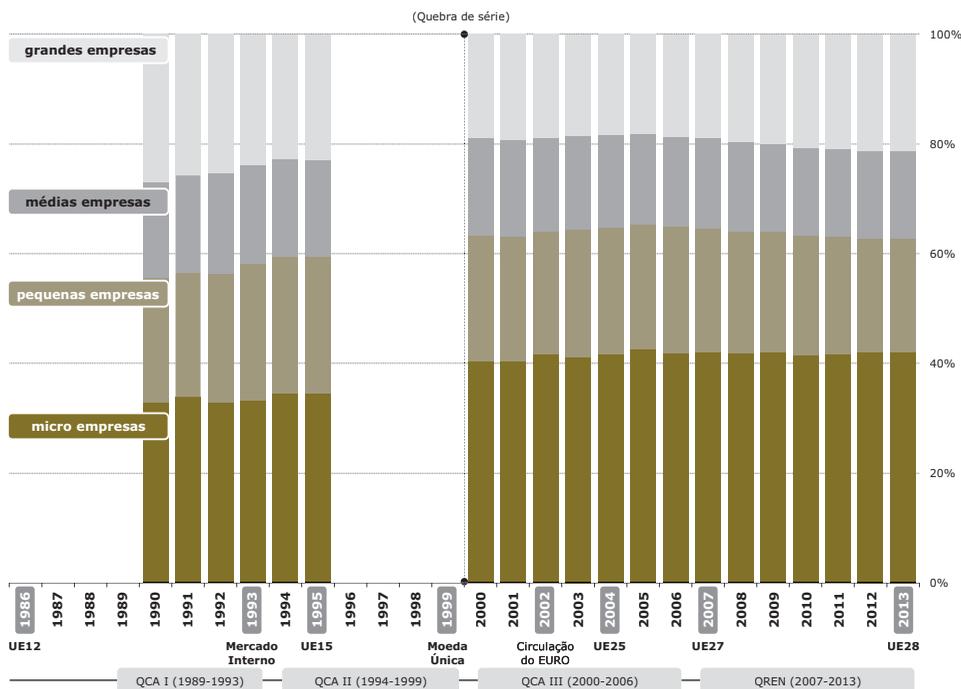
Uma demografia empresarial turbulenta

O Portugal Europeu sempre se destacou pela elevada turbulência empresarial, ao nível da criação, sobrevivência ou encerramento de empresas.

O recente período de crise só veio ampliar esta particularidade, sendo que Portugal:

- É o quarto Estado-membro com maior taxa de natalidade de empresas (12%) e o terceiro em que a taxa de criação de emprego nos nascimentos é mais elevada (4%). No entanto, entre 2008 e 2012, a criação de empresas caiu um terço;
- Apresenta as mais elevadas taxas de mortalidade de empresas (18%) e de destruição de emprego nessas mortes (Gráfico 18.4);
- É o segundo Estado-membro com menor taxa de sobrevivência das empresas. Em 2012, sete em cada dez empresas criadas no ano anterior encontravam-se ativas, enquanto das empresas criadas cinco anos antes, apenas uma em cada quatro empresas não tinha encerrado (Gráfico 18.5).

Gráfico 18.1. Estrutura do emprego por dimensão empresarial | 1990 a 2013



O conjunto das PME empregava em 2013 quatro quintos dos trabalhadores (três quartos em 1986) do setor empresarial não financeiro.

Com a parte do emprego nas pequenas e médias empresas relativamente estável em torno dos 40%, até à crise financeira e orçamental, as micro empresas foram protagonistas na captação da quota perdida pelas grandes empresas.

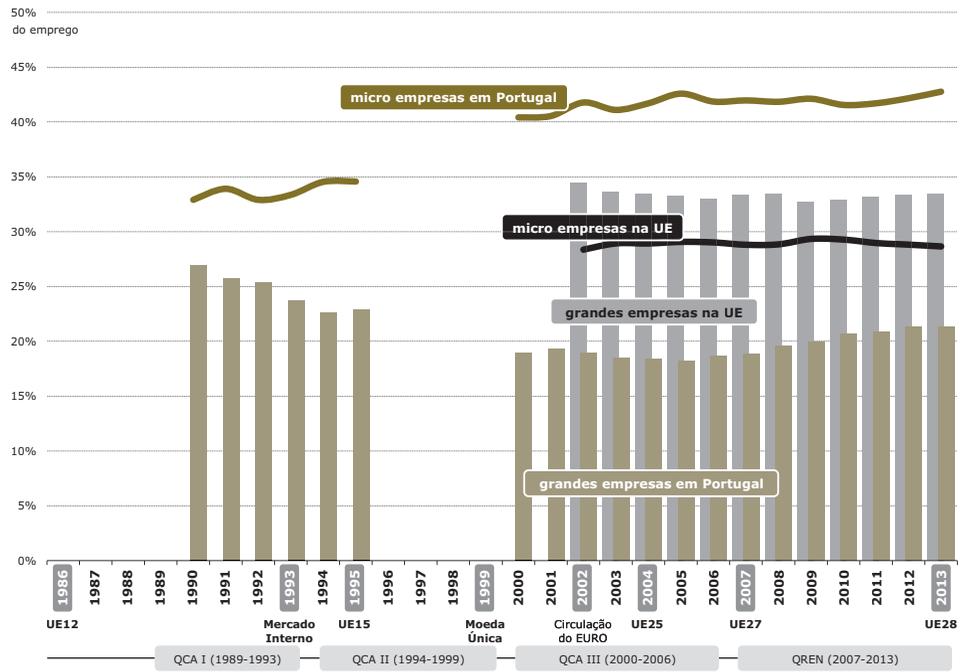
O processo de ajustamento posterior conduziu, ao contrário, a um reforço do emprego nas grandes empresas à custa da quota do segmento das pequenas e médias empresas.

Nota: Apenas é considerado o universo do setor empresarial não financeiro. Dados provisórios para 2013.

Fonte: Eurostat, INE e PORDATA (acedido em outubro de 2014)

Gráfico 18.2. Peso no emprego das micro e das grandes empresas: comparação entre Portugal e UE | 1990 a 2013

Em Portugal as micro empresas empregam o dobro dos trabalhadores das grandes empresas, enquanto na UE o emprego nas grandes empresas supera com clareza o emprego nas micro empresas.

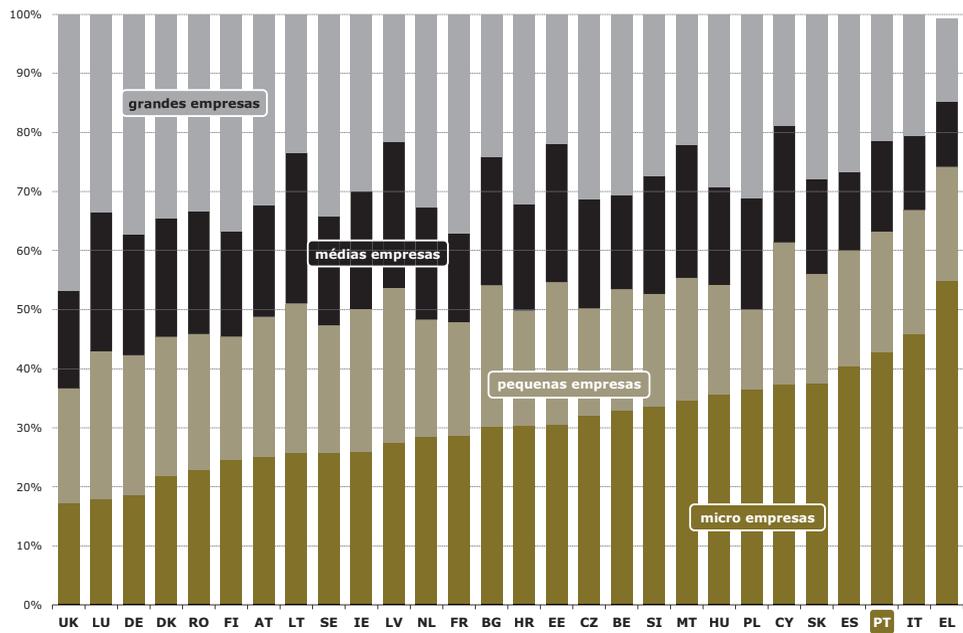


Nota: Apenas é considerado o universo do setor empresarial não financeiro. Os dados para a UE não incluem a Croácia e Grécia.

Fonte: Comissão Europeia, Eurostat, INE e PORDATA (acedido em outubro de 2014)

Gráfico 18.3. Estrutura do emprego por dimensão empresarial | 2013

Portugal é o terceiro país em que o emprego está mais concentrado nas micro empresas, atrás da Grécia e da Itália. O Reino Unido destaca-se pelas grandes empresas empregarem quase metade dos trabalhadores.



Nota: Apenas é considerado o universo do setor empresarial não financeiro. Dados provisórios para 2013.

Fonte: Comissão Europeia (acedido em outubro de 2014)

Gráfico 18.4. Criação e destruição de emprego nos nascimentos e mortes de empresas | 2008 e 2012

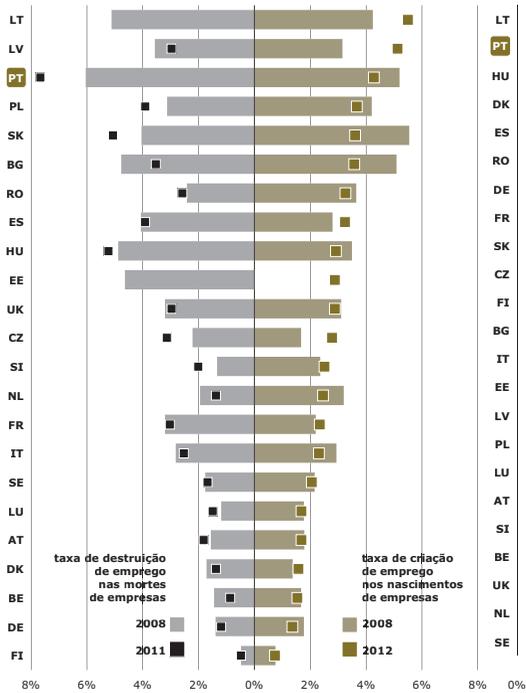
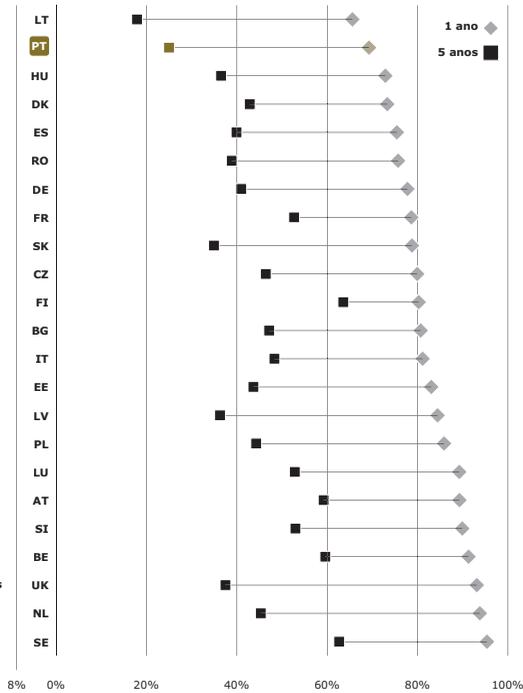


Gráfico 18.5. Taxa de sobrevivência por idade da empresa | 2012



Portugal apresenta uma elevada turbulência empresarial, sendo o país em que as mortes de empresas mais emprego destroem e o terceiro em que os nascimentos de empresas mais emprego criam.

Nota: Não inclui Chipre, Irlanda e Malta.
Fonte: Eurostat (acedido em outubro de 2014)

Conceitos e metodologia

Empresa

Entidade jurídica (pessoa singular ou coletiva) correspondente a uma unidade organizacional de produção de bens e/ou serviços, usufruindo de uma certa autonomia de decisão, nomeadamente quanto à afetação dos seus recursos correntes. As empresas podem ser classificadas quanto à sua forma jurídica por empresas individuais, que abrange as formas jurídicas de empresário em nome individual e trabalhador independente, ou sociedades, que abrange as restantes empresas, nomeadamente sociedades por quotas ou sociedades anónimas. (INE)

Setor empresarial não financeiro

Por forma a garantir a comparabilidade dos dados, o âmbito de atividade económica considerado compreende as empresas classificadas nas secções B a J e L a N da CAE Rev.3, que inclui a indústria, a construção e a maioria dos serviços. Não são assim considerados o setor primário, as atividades financeiras e de seguros, as administrações públicas e os serviços maioritariamente não-mercantis, como a educação e a saúde. (Eurostat)

Empresas por escalão de pessoal ao serviço

Devido a pressupostos estatísticos, a classificação das empresas considera exclusivamente o critério relativo ao pessoal ao serviço.

Micro empresas	Menos de 9 trabalhadores
Pequenas empresas	Entre 10 a 49 trabalhadores
Médias empresas	Entre 50 a 249 trabalhadores
Grandes empresas	250 ou mais trabalhadores

Taxa de natalidade de empresas/Taxa de mortalidade de empresas

Corresponde ao quociente entre o número de nascimentos reais (mortes reais) de empresas em N e o total de empresas ativas na população nesse mesmo ano N. (INE)

Taxa de criação de emprego nos nascimentos/

Taxa de destruição de emprego nas mortes

Corresponde ao quociente entre o número de pessoas ao serviço nos nascimentos (mortes) de empresas no ano N e o total de pessoas ao serviço na população de empresas ativas no ano N. (INE)

Sobrevivência das empresas

A empresa sobrevive se estiver em atividade em termos de volume de negócios e/ou emprego em qualquer período do ano ou se a unidade legal a que está ligada tiver cessado a atividade, mas esta tenha sido retomada por uma ou mais unidades legais novas, criadas especificamente para utilizar os fatores de produção dessa empresa. (INE)

Para saber mais

Comissão Europeia (...2014) | *SME Performance Review*

Eurostat e OCDE (2007) | *Manual on business demography statistics*

INE (...2014) | *Empresas em Portugal*

Empresas com capital estrangeiro

As empresas multinacionais assumem-se cada vez mais como motor da globalização. Inseridas em cadeias de valor globais cada vez mais extensas e complexas, as suas filiais não servem apenas os mercados onde estão inseridas, sendo também relevantes na produção de *inputs* direcionados a outro patamar de produção, ganhando relevância expressiva no comércio internacional.

A presença de empresas com capital estrangeiro, designadas de forma simplificada por filiais estrangeiras, contribui para a competitividade através de diferentes canais e de formas mais ou menos equilibradas, nomeadamente em função da amplitude das cadeias de abastecimento e da qualidade das atividades localizadas em Portugal.

Apresentando importantes vantagens em termos de acesso a capital, a trabalho mais qualificado e a um nível tecnológico mais avançado, potenciam, muitas vezes, o acesso a novos mercados e novas tecnologias a fornecedores e clientes locais, produzindo um inegável efeito de arrastamento sobre a economia.

Representando apenas 0,5% do total das empresas, as filiais estrangeiras são responsáveis por 10% do emprego e 18% da riqueza gerada em Portugal.

O percurso de Portugal entre 1986 e 2013

A evolução do montante acumulado de investimento direto estrangeiro (IDE) no país confirma a presença cada vez mais importante das filiais estrangeiras. Em 2013, o *stock* de IDE em Portugal corresponde a 60% do PIB, multiplicando o seu peso por seis desde 1986 (Gráfico 19.1).

Depois de ter estabilizado abaixo dos 50% do PIB desde 2007, a entrada de capitais estrangeiros voltou a crescer em 2012 e 2013, em parte devido às privatizações realizadas no âmbito do PAEF.

Esta maior presença de empresas de capitais estrangeiros é refletida na sua relevância em termos de emprego e criação de riqueza, medida pelo peso no

VAB. Em 2012, as cinco mil empresas de capitais estrangeiros, apenas 0,5% das empresas em ação em solo nacional, eram responsáveis por 10% do emprego, 18% da riqueza gerada e 19% do investimento em ativos fixos.

O contributo das filiais estrangeiras para a competitividade internacional da economia portuguesa é ainda aumentado pela maior robustez empresarial. Com uma dimensão 20 vezes superior à média nacional, as filiais estrangeiras registam um nível de produtividade aparente do trabalho, medido pelo rácio entre VAB e emprego, e uma taxa de investimento, medida pelo rácio entre investimento e emprego, cerca de duas vezes superior aos das empresas nacionais.

O facto das filiais estrangeiras estarem concentradas em setores com maior intensidade tecnológica e em que as economias de escala são um importante fator de competitividade não explica a totalidade deste diferencial, que se mantém ao analisar especificamente cada setor de atividade económica.

A região de Lisboa destaca-se como aquela em que o peso das filiais estrangeiras é mais elevado, com 19% do emprego. O Minho-Lima, a Península de Setúbal e o Baixo Vouga têm também uma presença relevante de filiais estrangeiras, com cerca de 9% do emprego.

A Espanha é o país mais representativo, na origem do controlo do capital, com cerca de um quarto das filiais estrangeiras. No entanto, ao avaliar a composição pela criação de riqueza, é a Alemanha que lidera, tendo ultrapassado os EUA, França e Espanha desde 2008.

A posição de Portugal no contexto da União Europeia

A relevância dos capitais estrangeiros na economia nacional é ligeiramente superior ao padrão europeu, não obstante uma evolução semelhante. Enquanto o *stock* de IDE se aproxima dos 60% do PIB a nível nacional, no referencial europeu não chega a 50% (Gráfico 19.2).

Num panorama europeu marcado pelo aumento do peso do *stock* de IDE no PIB em todos os países, à exceção da Grécia, verifica-se que em Portugal esse aumento não foi tão expressivo. Se em 1993 Portugal era o sexto país onde o peso do *stock* de IDE era maior, em 2013 encontra-se a meio da tabela, tendo sido ultrapassado pela maioria das economias do alargamento, em particular a Eslováquia, a República Checa ou a Hungria (Gráfico 19.3).

Em consonância com este menor dinamismo, Portugal é dos Estados-membros em que as filiais estrangeiras menos pesam no emprego e na criação de riqueza. Nesta matéria, é de destacar a Irlanda e a Hungria, países em que as filiais estrangeiras são responsáveis por mais de metade da riqueza criada (Gráfico 19.4).

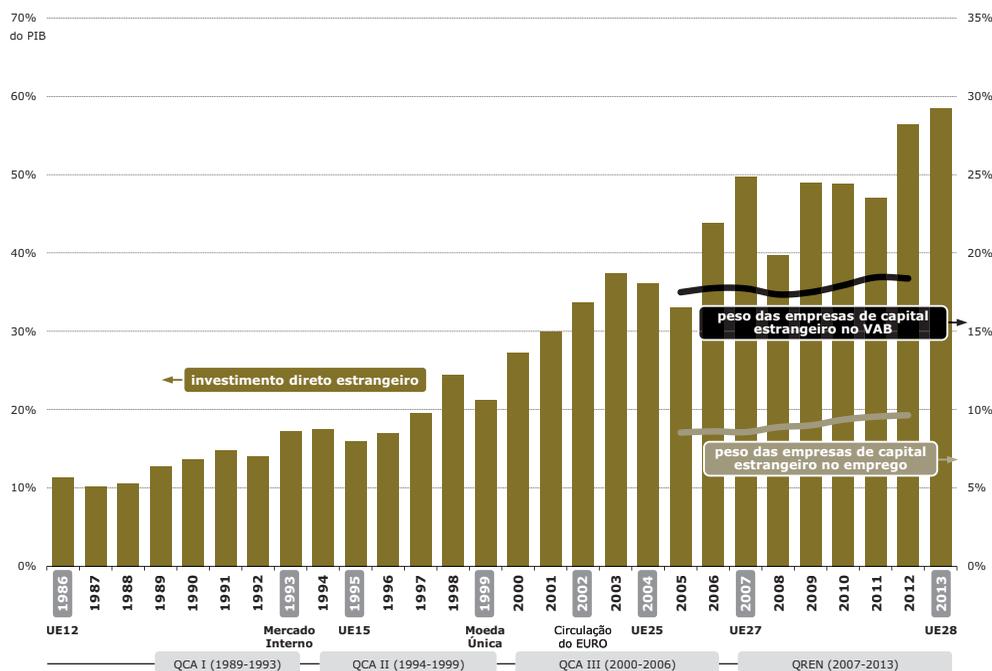
A orientação setorial das filiais estrangeiras

A análise a nível setorial revela que a presença de capitais estrangeiros já não é só relevante nas indústrias extrativas e transformadoras, mas também em atividades específicas da logística e dos serviços, que demonstram um elevado grau de inserção internacional.

No emprego, as filiais estrangeiras são mais relevantes nas atividades de suporte, em particular nas empresas de trabalho temporário, de serviços partilhados, nas atividades de informação e comunicação e nas indústrias transformadoras, em particular na indústria automóvel e na fabricação de material elétrico (Gráfico 19.5).

Na criação de riqueza, a relevância das filiais estrangeiras é maior nas indústrias extrativas, nas atividades de suporte, no comércio, sobretudo no comércio por grosso de bens de consumo, e nas indústrias transformadoras, particularmente nas indústrias já referidas, mas também na química e na fabricação de plástico e borracha.

Gráfico 19.1. Investimento direto estrangeiro e relevância das empresas de capital estrangeiro no emprego e no VAB | 1986 a 2013



O stock de IDE em Portugal aproxima-se de 60% do PIB, em 2013, tendo multiplicado a sua relevância por seis desde 1986.

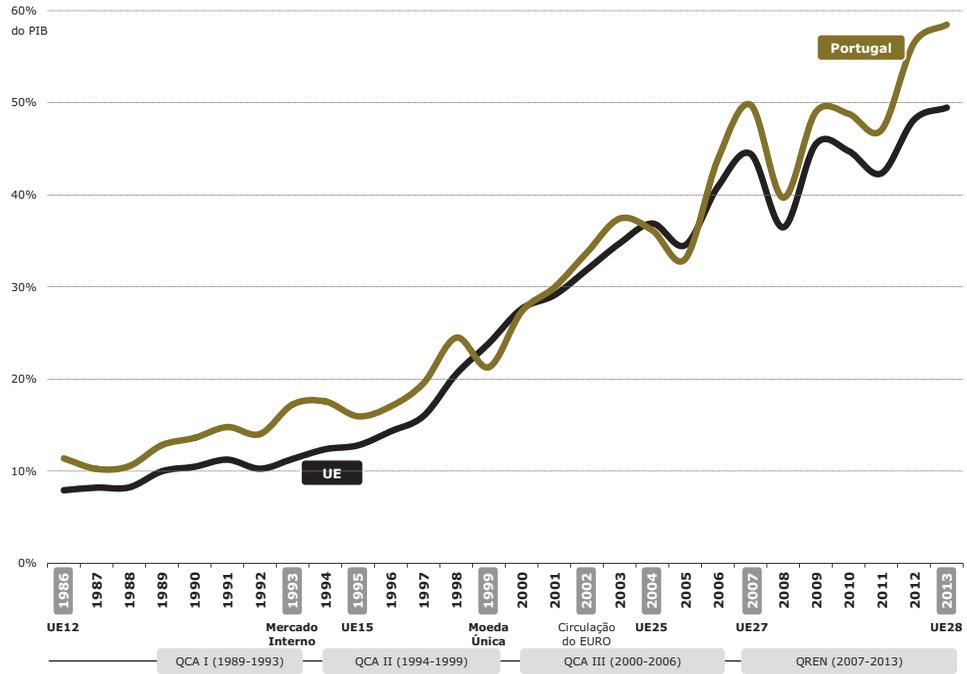
Nota: É considerado o stock de investimento direto estrangeiro em Portugal.

Fonte: Cnuced e INE (acedido em dezembro de 2014)

Gráfico 19.2. Peso do investimento direto estrangeiro no Produto Interno Bruto: comparação entre Portugal e UE | 1986 a 2013

A evolução de longo prazo da relevância do *stock* de investimento direto estrangeiro recebido revela uma muito razoável convergência entre Portugal e conjunto da União Europeia.

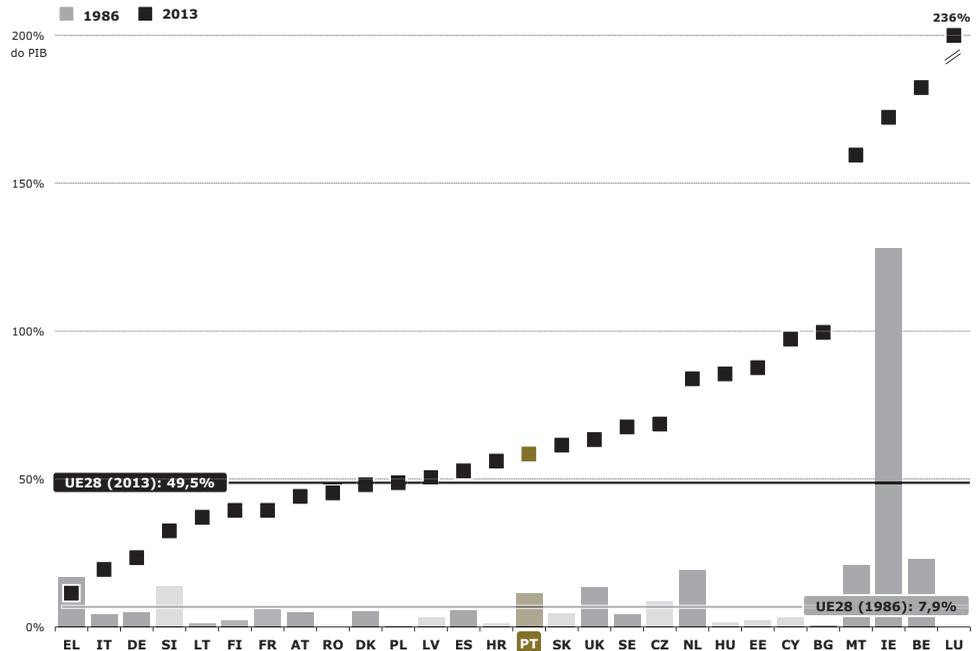
Os últimos anos indiciam, no entanto, um maior dinamismo no caso português, em sintonia com a concretização das privatizações incluídas no PAEF.



Fonte: Cnuced (acedido em dezembro de 2014)

Gráfico 19.3. Peso do investimento direto estrangeiro no Produto Interno Bruto: a posição de Portugal na UE | 1986 e 2013

Num panorama europeu marcado pela maior abertura das economias aos capitais estrangeiros, Portugal perdeu terreno face à maior atratividade das economias do alargamento e das economias desenvolvidas mais abertas.



Nota: Os valores iniciais referem-se a 1989 para a Bulgária e Polónia, 1990 para a Hungria, 1992 para a Croácia, Eslovénia, Estónia, Letónia e Lituânia e 1993 para o Chipre, Eslováquia e República Checa. Sem dados para o Luxemburgo em 1986.

Fonte: Cnuced (acedido em dezembro de 2014)

Gráfico 19.4. Peso das filiais estrangeiras no emprego e na criação de riqueza: a posição de Portugal na UE | 2011

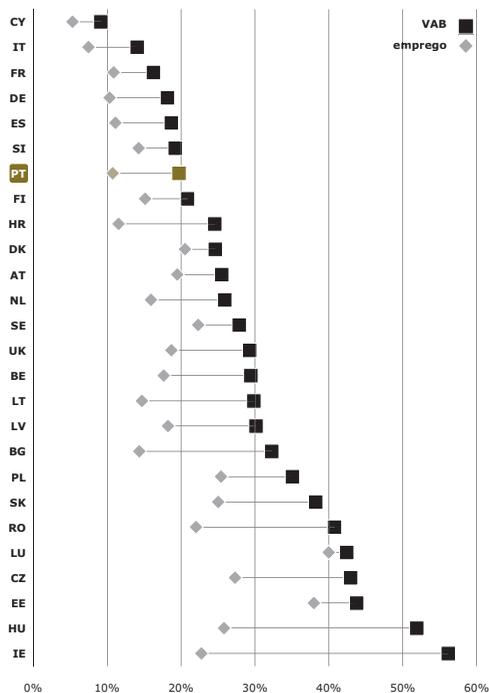
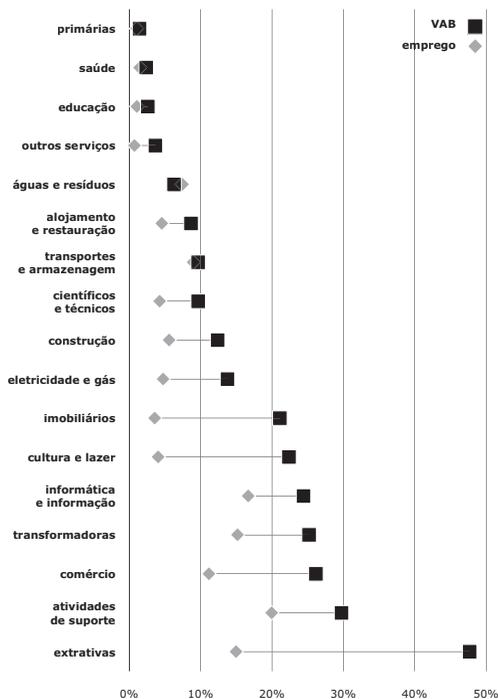


Gráfico 19.5. Peso das filiais estrangeiras no emprego e na criação de riqueza por atividade económica | 2012



Apesar do importante contributo das filiais estrangeiras para a indústria e para as atividades de suporte e comércio, Portugal é dos Estado-membros em que a relevância dos capitais estrangeiros é menor, em particular entre economias com dimensão económica semelhante.

Nota: No Gráfico 19.4 os dados não estão disponíveis para a Grécia e Malta.

Fonte: Eurostat e INE (acedido em janeiro de 2015)

Conceitos e metodologia

Empresas de capital estrangeiro ou filiais estrangeiras

Considera-se como filial estrangeira em Portugal uma empresa residente em Portugal que é controlada por uma unidade institucional não residente. Por controlo entende-se possuir uma participação de capital estrangeiro superior a 50%, conferindo o poder de determinar a política geral de uma empresa, escolhendo, caso seja necessário, os seus administradores. (INE)

Investimento direto estrangeiro (IDE)

É todo o investimento de uma entidade residente numa economia com o objetivo de obter um interesse duradouro numa empresa residente em outra economia, entendendo-se por interesse duradouro a existência de uma relação de longo prazo entre o investidor e a empresa e um significativo grau de influência do investidor na sua gestão, onde por convenção se considera no mínimo uma posição de 10% do capital ou do direito de voto. (INE)

Para saber mais

Comissão Europeia (...2010) | *An Integrated Industrial Policy for the Globalisation*

Era Putting Competitiveness and Sustainability at Centre Stage

Comissão Europeia (...2014) | *European Competitiveness Report 2013*

Eurostat (2013) | *Global Value Chains and Economic Globalization-Towards a new measurement framework*

INE (2014) | *Estatísticas da Globalização 2008-2012*

OECD (2010) | *Measuring Globalisation-OECD Economic globalisation indicators*

Financiamento das empresas

O acesso das empresas ao financiamento é essencial, numa economia inserida na concorrência internacional, para viabilizar a sua atividade, permitindo a gestão eficiente de fundos de maneiio, a expansão internacional e a realização no tempo adequado dos investimentos na conceção, produção e distribuição dos bens e serviços.

A recente crise financeira expôs os evidentes limites de um modelo de financiamento empresarial onde um elevado endividamento assente em crédito bancário se articulou com uma fraca expressão do recurso ao mercado de capitais. A crise financeira do Estado transformou-se numa crise económica mais geral alimentada pela interação entre desequilíbrios financeiros e choques negativos de procura.

A consolidação da lenta recuperação económica em curso exige, por isso, um processo de recapitalização do tecido empresarial e de reequilíbrio financeiro, apoiado numa diversificação dos instrumentos de financiamento, de forma a viabilizar investimentos competitivos.

A crise financeira expôs o elevado endividamento das empresas portuguesas, evidenciando as suas fragilidades face à contração da procura e ao aumento das restrições no financiamento.

O percurso de Portugal entre 1986 e 2013

Ao longo da integração europeia, o recurso a capitais alheios tornou-se o principal meio de financiamento das empresas nacionais. Entre 1995 e 2013, o nível de endividamento do setor privado não financeiro aumentou de 60 para 120% do PIB, enquanto o valor dos capitais próprios não ultrapassou os 80% (Gráfico 2.1).

Os anos 90 trouxeram uma redução muito significativa do custo do crédito, para além do acesso a fundos estruturais (fundo perdido e empréstimo reembolsável sem juros). As empresas privilegiaram, neste contexto, o recurso a empréstimos bancários em detrimento do financiamento através do mercado de capitais (emissão de ações ou obrigações). Em 2013, os empréstimos

bancários representam mais de três quartos da dívida total das empresas, com os títulos de dívida a representarem menos de 20%.

As restrições, em volume e em preço, no acesso ao crédito, na sequência da crise financeira e da pressão do reequilíbrio das contas públicas, levaram as empresas a intensificar o recurso ao mercado de capitais. Entre 2008 e 2013, os títulos de dívida explicam 85% do crescimento total da dívida empresarial.

A composição do endividamento empresarial por setor financiador alterou-se, desde 2008, reduzindo a dependência face ao setor financeiro em cerca de dez pontos percentuais (Gráfico 2.4).

Este processo foi muito desigual. A diversificação de financiamento concentrou-se quase exclusivamente nas empresas de grande dimensão, com acesso aos mercados de capitais, onde o peso da dívida no PIB aumentou, desde 2008, de 36% para cerca de 50%. As PME, ao contrário, estabilizaram o seu nível de endividamento em torno dos 90% do PIB, iniciando uma substancial trajetória de desalavancagem.

A heterogeneidade na estrutura de financiamento das empresas é particularmente relevante entre atividades económicas. As empresas de transportes e armazenagem, com o maior rácio entre a dívida e os capitais próprios, bem como as de construção e de alojamento e restauração merecem destaque como as mais vulneráveis (Gráfico 2.5).

A posição de Portugal no contexto da União Europeia

O confronto do grau de poupança das empresas nacionais com o referencial europeu evidencia as fragilidades do tecido empresarial nacional. Alguma convergência recente não impede a constatação de uma menor rendibilidade que não permite a geração dos excedentes necessários para financiar atividade corrente e investimento em ativos reais, impulsionando o recurso a capitais alheios (Gráfico 2.2).

O grau de endividamento das empresas nacionais tem vindo, assim, a distanciar-se do padrão europeu. Se, em 1995, o peso da dívida na riqueza nacional era idêntico ao referencial europeu, em 2013 já é 50% superior, registando o quinto maior rácio da UE (Gráfico 2.3).

As vulnerabilidades do tecido empresarial português também são visíveis ao comparar a relação entre capitais próprios e alheios, ao registar o quarto menor peso de ações e outras participações na estrutura de financiamento entre 2011 e 2013. Nesta matéria, as empresas portuguesas também se destacam como as segundas mais dependentes de títulos de dívida (Gráfico 20.6).

A capitalização e o custo de financiamento

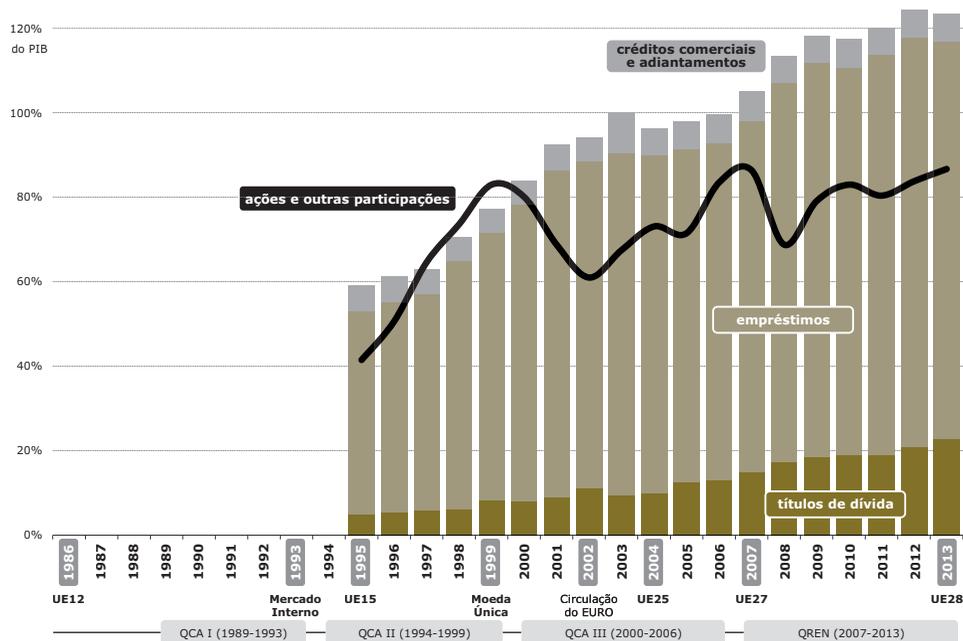
A fragmentação financeira decorrente da crise das dívidas soberanas, mais recentemente, repercutiu-se no agravar das condições de financiamento das empresas portuguesas face às congéneres europeias.

O aumento do custo de refinanciamento dos bancos e o aumento do risco de crédito país fez subir o diferencial da taxa de juro em novos empréstimos concedidos a sociedades não financeiras entre Portugal e a área do euro de 1,2% em 2007 para 2,1% em 2013, tendo atingido um máximo de 3,2% no início de 2012 (Gráfico 20.7).

As fragilidades financeiras do tecido empresarial português, em particular o excessivo nível de endividamento e a insuficiência de capitais próprios, colocam em causa a respetiva competitividade. O elevado peso dos juros nos resultados operacionais dificulta a gestão financeira das empresas, inviabilizando a libertação de meios financeiros para investimentos indispensáveis à consolidação de vantagens competitivas (Gráfico 20.8).

O reforço da capitalização das empresas portuguesas, em articulação com a permanência dos esforços de consolidação das contas públicas, constitui um elemento chave para viabilizar modelos de financiamento empresarial mais sólidos e sustentáveis.

Gráfico 20.1. Estrutura de financiamento das empresas não financeiras em Portugal | 1995 a 2013

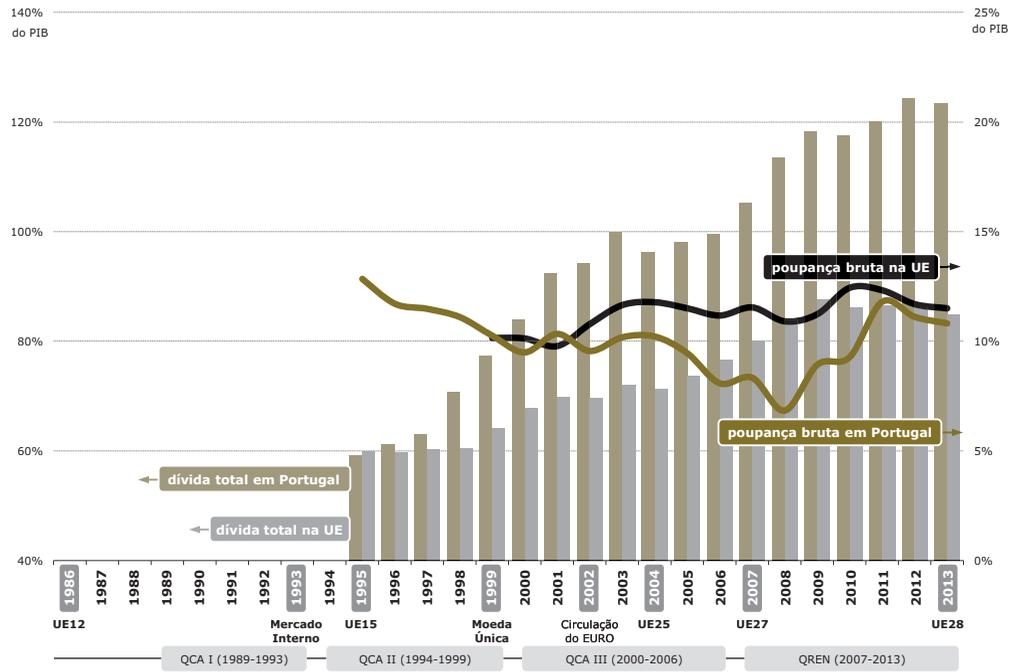


A estrutura de financiamento empresarial degradou-se ao longo da última década. Enquanto a dívida total das empresas passou de 60% do PIB em 1995 para mais de 120% em 2013, o recurso a capitais próprios não ultrapassou os 80%.

Fonte: Eurostat (acedido em fevereiro de 2015)

Gráfico 20.2. Investimento, poupança e dívida total das empresas: comparação entre Portugal e UE | 1995 a 2013

Não obstante um maior equilíbrio financeiro das empresas nacionais nos últimos anos, refletido na convergência do nível de poupança, o endividamento das empresas nacionais continua a ser 50% superior ao padrão europeu.



O elevado nível de endividamento das empresas nacionais coloca Portugal como o quinto Estado-membro onde o peso da dívida no PIB é mais elevado.

A economia portuguesa tem um problema global de endividamento, da dívida pública, mas também da dívida privada.

Nota: Os valores iniciais referem-se a 2000 para a Bulgária, 2001 para a Croácia, Eslovénia e Irlanda, 2003 para a Dinamarca e Polónia e 2004 para Letónia e Lituânia. Sem dados para o Reino Unido e sem dados iniciais para o Luxemburgo e Malta. Os dados para a UE em 2013 não incluem o Reino Unido e são estimados para 1999.

Fonte: Eurostat (acedido em janeiro de 2015)

Gráfico 20.3. Dívida total das empresas: a posição de Portugal na UE | 1999 e 2013

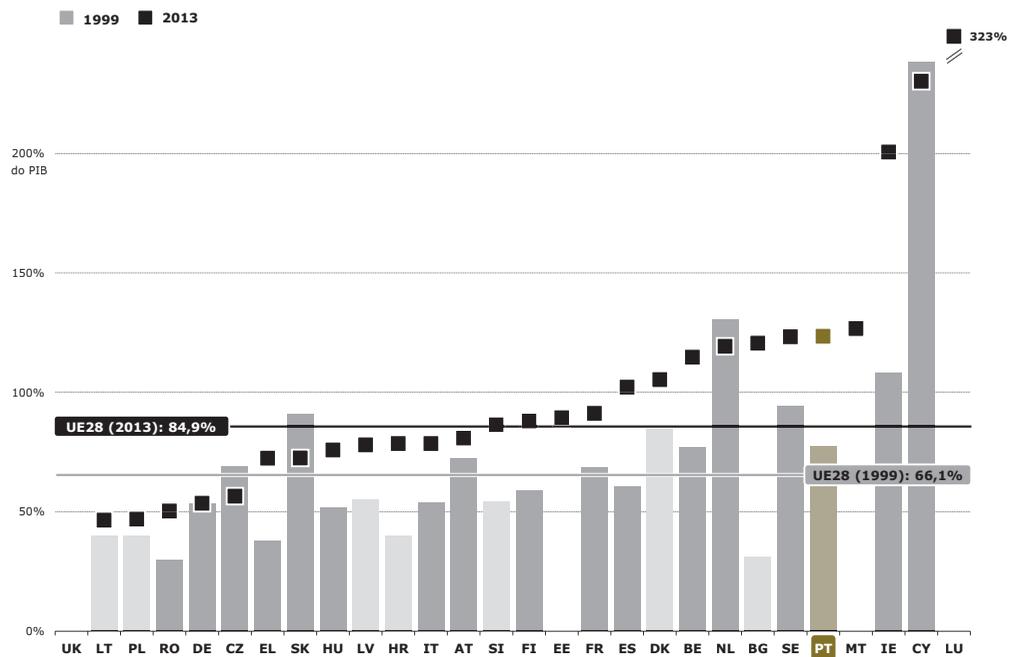


Gráfico 20.4. Estrutura de financiamento das empresas por setor financiador em Portugal | 2008 e 2013

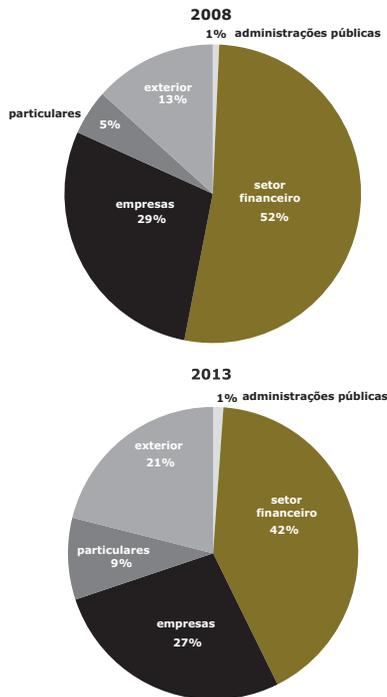
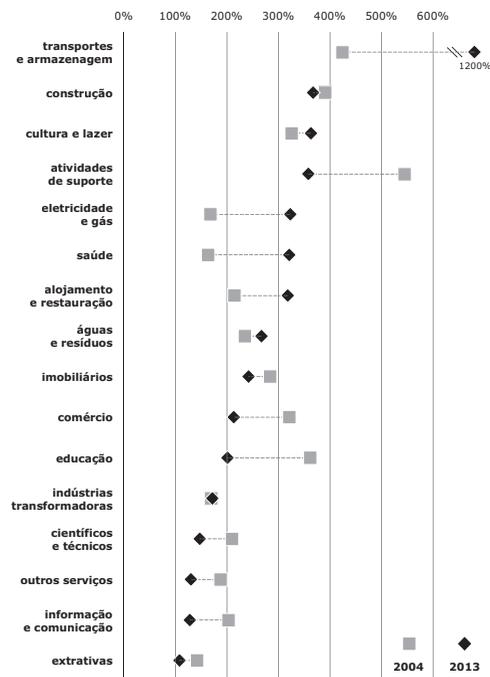


Gráfico 20.5. Rácio de endividamento por atividade económica em Portugal | 2004 e 2013



A descapitalização das empresas nacionais é particularmente evidente em setores como os transportes e armazenagem, onde o rácio entre dívida e capital próprio supera os 1000%, a construção e o alojamento e restauração.

Nota: No Gráfico 20.4 são consideradas as contas financeiras não consolidadas, isto é, englobando os ativos e passivos financeiros entre empresas. Neste ponto, a análise é limitada às sociedades não financeiras privadas, excluindo as sociedades não financeiras detidas pelas administrações públicas.

Fonte: Banco de Portugal e INE (acedido em fevereiro de 2015)

A excessiva dependência do crédito bancário e o mais elevado custo de financiamento traduzem-se numa maior pressão financeira sobre as empresas nacionais, com os juros a absorverem um quarto dos resultados operacionais.

Nota: Dados não disponíveis no Gráfico 20.6 para o Reino Unido, os valores são a média do período. Os dados finais do Gráfico 20.8 referem-se a 2012 para a Dinamarca, França e Eslováquia.

Fonte: BACH, Banco de Portugal e Eurostat (acedido em fevereiro de 2015)

Gráfico 20.6. Estrutura de financiamento das empresas: a posição de Portugal na UE | 2011 a 2013

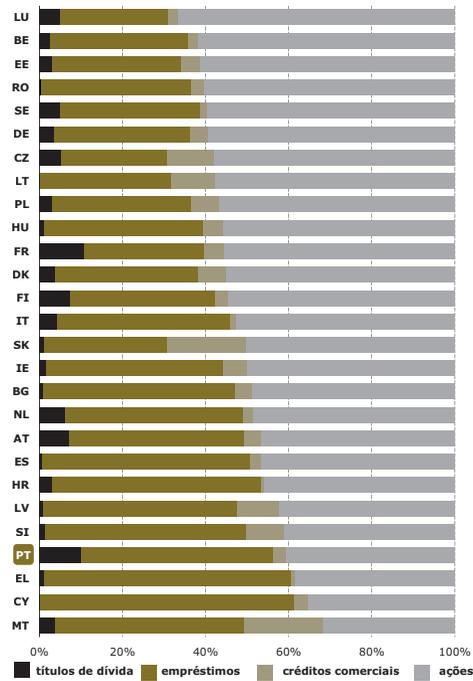


Gráfico 20.7. Taxas de juro dos empréstimos a empresas: comparação entre Portugal, área do euro e PIC's | 2007 a 2013

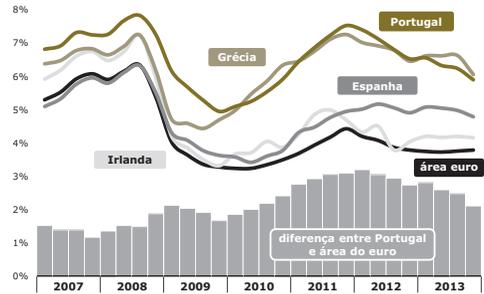
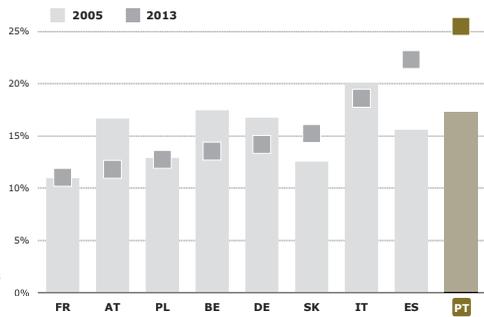


Gráfico 20.8. Peso dos juros no resultado operacional das empresas | 2005 e 2013



Conceitos e metodologia

Setores institucionais

No âmbito do sistema SEC 2010, a análise macroeconómica não considera as ações de cada unidade institucional separadamente – considera as atividades agregadas de instituições similares. As unidades são, assim, combinadas em cinco grupos chamados setores institucionais mutuamente exclusivos: a) Sociedades não financeiras; b) Sociedades financeiras; c) Administrações públicas; d) Famílias; e e) Instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias. Para a presente análise, é considerado o setor institucional “sociedades não financeiras” (S.11), que abrange as unidades institucionais dotadas de personalidade jurídica que são produtoras mercantis e cuja atividade principal consiste em produzir bens e serviços não financeiros.

Dívida financeira e dívida total

A dívida financeira das empresas contabiliza os empréstimos obtidos junto de instituições de crédito e dos títulos de dívida emitidos. A dívida total adiciona o crédito comercial, forma de

financiamento de muito curto prazo, gerada pela diferença entre o saldo credor e devedor dos fornecedores. (com base em Banco de Portugal)

Rácio de endividamento

Rácio entre o total do Passivo e o total do Capital Próprio.

Ativo = Capital próprio + Passivo

Equação contabilística que reflete o balanço de uma empresa. O ativo de uma empresa equivale à soma do capital alheio ou passivo (o que a empresa deve a terceiros) e do capital próprio (o que resta para os proprietários da empresa depois de cumpridas todas as obrigações perante os credores).

Poupança bruta

O saldo da poupança bruta das empresas é obtido deduzindo ao excedente bruto de exploração o saldo dos rendimentos de propriedade (juros e dividendos), os impostos correntes sobre o rendimento e património e o saldo de outras transferências correntes. (com base em INE)

Para saber mais

BACH (2014) | *Financial structure and profitability of European companies*

BCE (2014) | *Deleveraging patterns in the euro area Corporate sector*

Banco de Portugal (...2013) | Relatório do Conselho de Administração. A Economia Portuguesa 2013

Banco de Portugal (...2014) | Relatório de Estabilidade Financeira

Comissão Europeia (...2014) | *Quarterly Report on the Euro Area*

Banca e bolsa

O excessivo nível de endividamento da economia, público e privado, em conjugação com baixas taxas de poupança e fragilidades do sistema bancário nacional, em termos de liquidez e solvabilidade, ampliadas pelo quase fecho do mercado interbancário no seguimento da crise internacional e pelo crescente risco soberano, fizeram da desalavancagem no endividamento bancário um elemento chave no processo de ajustamento em curso.

O percurso de Portugal entre 1986 e 2013

O modelo de crescimento da economia portuguesa revelou-se amplamente dependente do financiamento bancário. O peso no PIB do crédito concedido às famílias, às empresas e às administrações públicas cresceu de 60% em 1986 para 137% em 2013, com a dimensão dos ativos bancários a corresponder a duas vezes e meia a criação de riqueza no país (Gráfico 21.1).

A desalavancagem provocada pelo ajustamento em curso traduziu-se na contração de 12 pontos percentuais no peso do crédito desde 2010, evolução particularmente visível nos empréstimos ao consumo e às empresas de construção e de atividades imobiliárias, segmentos em que se verificam, respetivamente, reduções de 19, 27 e 16 p.p..

A excessiva exposição da carteira de crédito dos bancos a estes setores, que em 2008 concentravam quase 30% do crédito concedido, em conjugação com a contração da procura interna, que ganhou contornos estruturais na construção, refletiu-se no acentuado declínio de qualidade do crédito. As crescentes dificuldades financeiras de famílias e empresas traduziram-se na progressão exponencial do crédito de cobrança duvidosa, colocando em causa a rentabilidade dos bancos e a própria estabilidade financeira do país (Gráfico 21.4).

O processo de ajustamento também se reflete na profunda recomposição da estrutura de financiamento dos bancos. A crescente dificuldade no acesso

O elevado nível de endividamento, público e privado, na economia portuguesa provocou, na resposta à crise e num quadro recessivo, uma desalavancagem do crédito e um forte aumento da sua sinistralidade, que se refletiu nos crescentes desequilíbrios dos balanços dos bancos nacionais, colocando em causa a estabilidade financeira do país.

A consolidação sustentável de uma recuperação económica exige um novo papel para o mercado de capitais no financiamento das empresas e na sua recapitalização.

aos mercados interbancários, despoletada pela crise financeira internacional e intensificada pelas medidas do PAEF, tem vindo a ser colmatada pelo recurso à liquidez do banco central e por depósitos de particulares. Com efeito, ao contrário do verificado noutros países intervencionados, as famílias portuguesas mantiveram a confiança nos bancos e, num ambiente de aversão ao risco, reforçaram o montante de depósitos em 15% desde 2008 (Gráfico 21.5).

A posição de Portugal no contexto da União Europeia

A importância do sistema bancário na economia portuguesa destaca-se no panorama europeu. Em 2008, o setor financeiro chegou a contribuir com 8% para a criação de riqueza nacional, o terceiro valor mais elevado na UE.

Mesmo depois da contração de nove pontos percentuais, verificada desde 2011, o montante total do crédito interno valia 170% do PIB em 2013, o quinto mais elevado na UE (Gráfico 21.3).

O confronto com os restantes Estados-membros permite também evidenciar as fragilidades do sistema bancário que forçaram a sua capitalização no processo de ajustamento, bem como a dimensão dos avanços alcançados na sua estabilização nos últimos anos.

Em 2008, em plena eclosão da crise financeira internacional, o rácio entre créditos e depósitos acima dos 160%, o quinto valor mais elevado na área do euro, evidenciava a elevada alavancagem dos bancos portugueses. Desde então, a restrição na concessão de crédito e a evolução positiva em termos de captação de depósitos impulsionaram a redução do rácio de transformação para 136%, em linha com a tendência de desalavancagem visível na área do euro (Gráfico 21.6).

Em termos de solidez financeira, em linha com os requisitos de capital cada vez mais exigentes, é notório um progressivo aumento do nível de solvabilidade. Tomando como medida o indicador de solidez financeira mais valorizado pelos mercados, o setor bancário apresentava no final de 2013 um rácio *Core Tier 1* de 12,2%, valor que compara com um nível de 6,6% em 2008, à altura o valor mais baixo entre os Estados-membros (Gráfico 21.7).

O mercado de capitais e a intermediação financeira

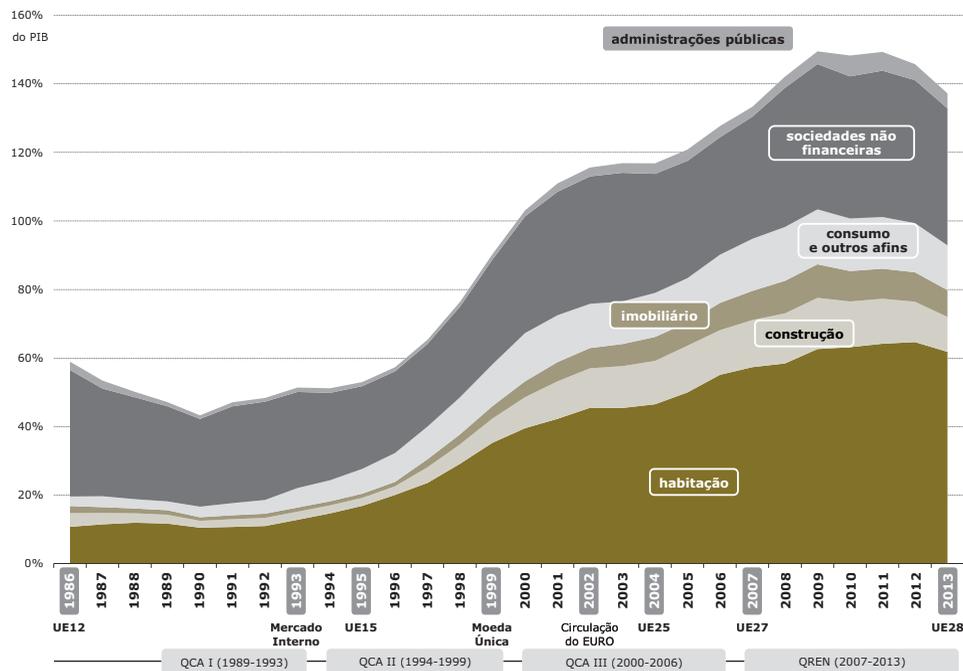
Num contexto de manutenção de baixas taxas de juro e de uma maior restritividade na concessão de crédito bancário, o mercado de capitais surge como uma alternativa atrativa de intermediação financeira, tanto para os aforradores maximizarem os seus rendimentos de capitais, como para as empresas se

recapitalizarem e diversificarem a sua estrutura de financiamento. A capitalização das sociedades não financeiras é decisiva para o crescimento futuro.

No entanto, a atomização do tecido empresarial nacional e a maior aversão ao risco limitam a sua dimensão. O nível de capitalização bolsista é 50% inferior ao padrão europeu, enquanto a liquidez, medida pelo volume de transações, tem registado os valores mais baixos desde 1996 (Gráfico 21.2, Gráfico 21.8 e Gráfico 21.9).

A bolsa portuguesa, a par do verificado nos restantes países iniciais de coesão, apresenta uma elevada volatilidade e sensibilidade ao sentimento económico. Se entre 2001 e 2007, a valorização de 66% do índice PSI 20 foi quatro vezes superior à valorização do índice *Euro Stoxx 50*, entre 2007 e 2013, a queda das principais empresas cotadas nacionais supera em 20% a desvalorização do índice de referência europeu (Gráfico 21.10).

Gráfico 21.1. Crédito bancário em Portugal | 1986 a 2013



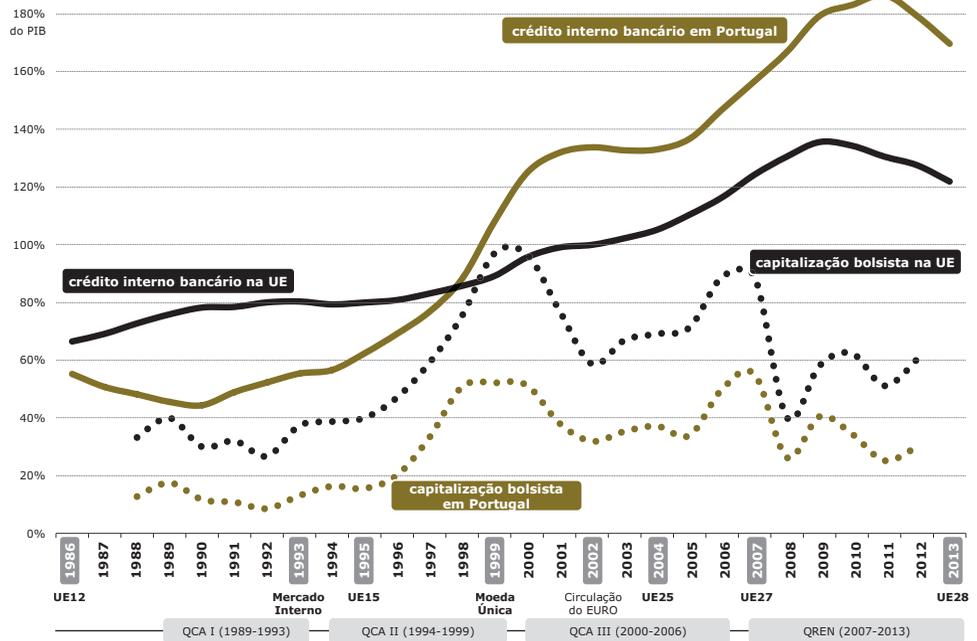
O setor imobiliário impulsionou no seu conjunto (construção, promoção e aquisição) um aumento do peso do crédito no PIB, na economia portuguesa, de 60% em 1986 para 140% em 2013, sobretudo a partir da segunda metade dos anos 90, com a baixa das taxas de juro, tendo alcançado, em 2009, um máximo com cerca de 150%.

Fonte: Banco Mundial (acedido em dezembro de 2014)

Gráfico 21.2. Crédito interno concedido pelo setor bancário e capitalização bolsista: comparação entre Portugal e UE | 1986 a 2013

A relevância do crédito interno na economia portuguesa face ao referencial europeu espelha a insuficiência dos capitais próprios nas empresas, em articulação com uma preferência pelo recurso ao capital alheio no respetivo financiamento.

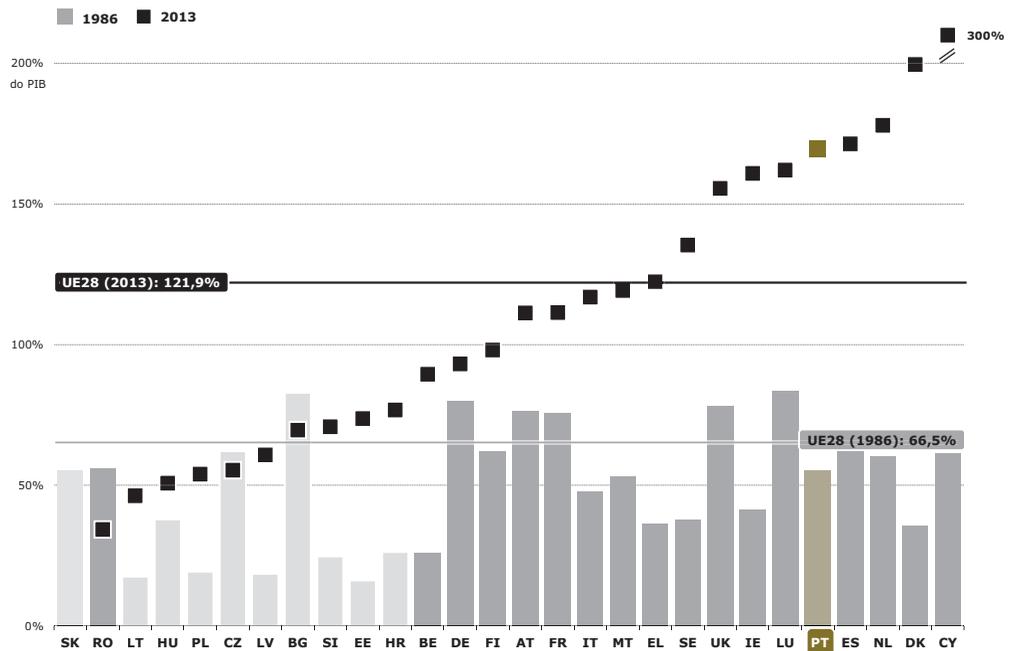
Em contrapartida, a dimensão do mercado de capitais continua aquém do padrão europeu.



Fonte: Banco Mundial (acedido em dezembro de 2014)

Gráfico 21.3. Crédito interno concedido pelo setor bancário: a posição de Portugal na UE | 1986 e 2013

Em resultado do crescente endividamento da economia nacional nos últimos 28 anos, Portugal passou de 11.º para quinto Estado-membro em que o peso do crédito interno na economia é superior.



Nota: Os valores iniciais referem-se a 1990 para a Polónia, 1991 para a Bélgica e Hungria, 1993 para a Eslováquia, Letónia, Lituânia e República Checa, 1995 para a Croácia, Eslovénia e Estónia. Sem dados para a Eslováquia em 2013.

Fonte: Banco Mundial (acedido em dezembro de 2014)

Gráfico 21.4. Rácio de crédito vencido por segmento de mercado | 2008 e 2013

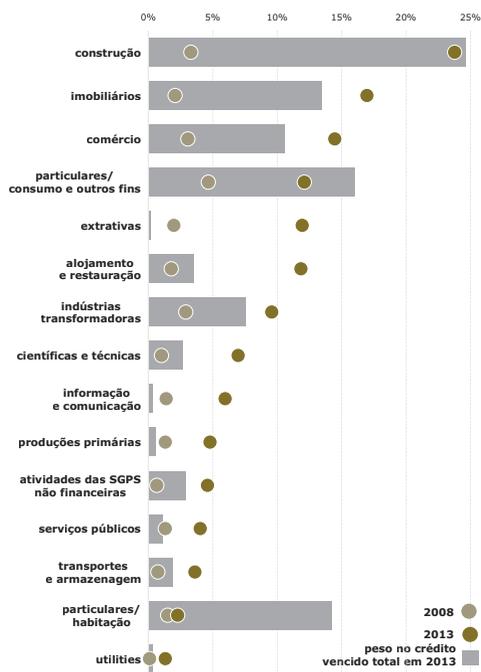
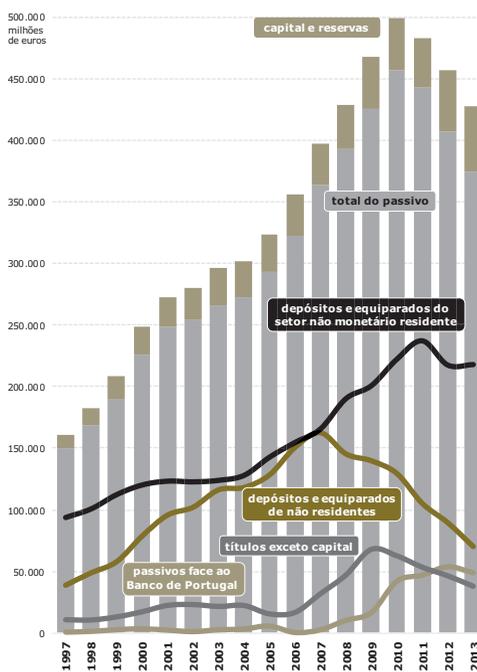


Gráfico 21.5. Financiamento do setor bancário em Portugal | 1997 a 2013



A recomposição dos balanços dos bancos é marcada, no lado do ativo, pela deterioração da qualidade do crédito, revelada pela sua sinistralidade, mais expressiva nas empresas ligadas ao setor imobiliário e nos particulares, e, no lado do passivo, pela evolução positiva dos depósitos das famílias e pelo crescente recurso ao BCE.

Fonte: Banco de Portugal (acedido em fevereiro de 2015)

Gráfico 21.6. Rácio de transformação: comparação entre Portugal, os países iniciais de coesão e a área do euro | 1999 a 2013

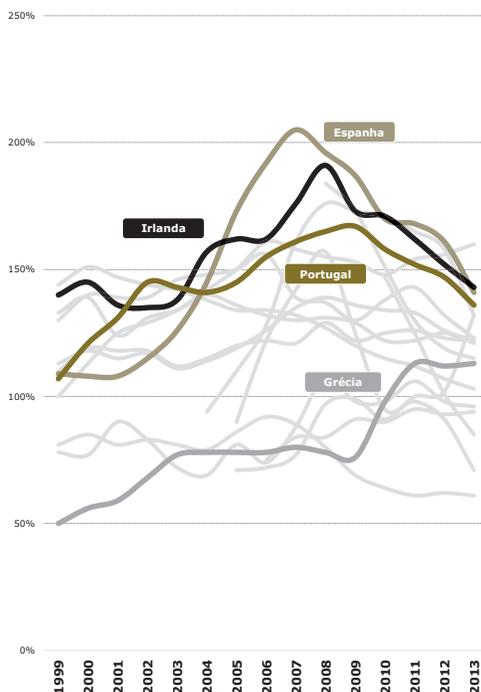
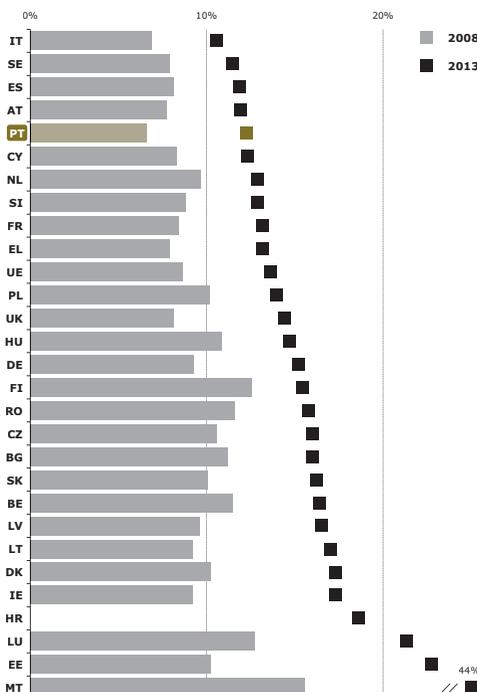


Gráfico 21.7. Rácio Core Tier 1: a posição de Portugal na UE | 2008 e 2013

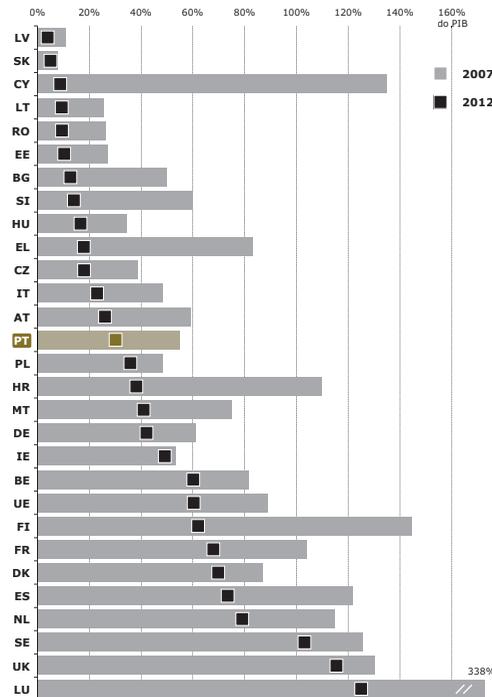


A desalavancagem da economia nacional desde o eclodir da crise financeira é refletida pela maior solidez financeira do sistema bancário, evidenciada quer pela correção do rácio entre créditos e depósitos, quer pelo reforço do montante de capitais próprios dos bancos portugueses.

Nota: Seguindo os critérios do Banco Central Europeu, o rácio de transformação é definido como o montante de crédito concedido em percentagem dos depósitos dos clientes enquanto o rácio Core Tier 1 avalia a adequação de fundos próprios face ao montante de ativos.

Fonte: Banco Central Europeu (acedido em fevereiro de 2015)

Gráfico 21.8. Capitalização bolsista: a posição de Portugal na UE | 2007 e 2012



A fraca expressão do mercado de capitais como canal de intermediação financeira em Portugal é evidenciada pela reduzida capitalização bolsista e pelo baixo volume de transações, muito aquém dos referenciais europeus de comparabilidade.

Nota: No gráfico 21.10 é considerado o índice PSI 20 para Portugal, IBEX 35 para Espanha, ISEQ para Irlanda, ATHEX para Grécia e Euro Stoxx 50 para UE.
Fonte: Athens Exchange, Banco Mundial, Banco de Portugal, Bolsa de Madrid e Central Statistics Office Ireland (acedido em fevereiro de 2015)

Gráfico 21.9. Volume de transações: comparação entre Portugal e UE | 1999 a 2012

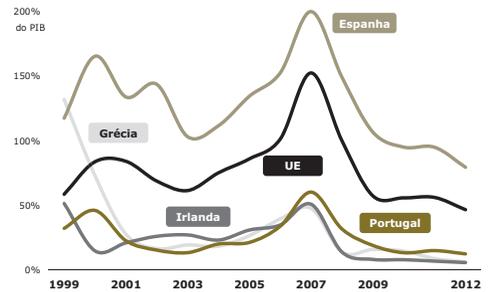
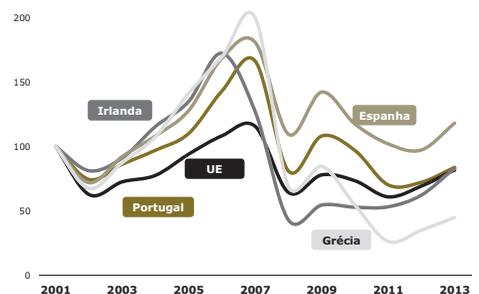


Gráfico 21.10. Índice bolsista (2001=100): comparação entre Portugal e UE | 2001 a 2013



Conceitos e metodologia

Banca

Conjunto dos bancos do sistema financeiro de um país, sendo os bancos instituições de crédito cuja atividade consiste na realização de operações financeiras e na prestação de serviços financeiros, dos quais os mais comuns são a concessão de crédito e a receção de depósitos dos clientes, que remunera. Na presente análise são consideradas “outras instituições financeiras monetárias” que abarca, em Portugal, os bancos (excluindo o Banco de Portugal), as caixas económicas, as caixas de crédito agrícola mútuo (incluindo a Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo) e os fundos do mercado monetário. (Banco de Portugal)

Rácio de transformação

Rácio entre o crédito líquido de imparidades, incluindo créditos titularizados e não desreconhecidos e os recursos de clientes, em termos consolidados. Na presente análise, de forma a comparar os países da área do euro, são considerados os valores disponibilizados pelo Banco Central Europeu que não excluem as imparidades do montante de crédito. Em resultado, os valores apresentados são significativamente superiores aos reportados pelo Banco de Portugal no Relatório de Estabilidade Financeira. (Associação Portuguesa de Bancos)

Rácio Core Tier 1

Rácio entre o montante de fundos próprios, de acordo com o estipulado pelo aviso do Banco de Portugal n.º1/2011, e o ativo total ponderado pelo risco médio dos ativos. (Banco de Portugal)

Bolsa de valores

Mercado onde, num mesmo espaço ou sistema de negociação, se promove o encontro entre as pessoas que oferecem valores mobiliários e aquelas que os pretendem adquirir, com as seguintes características: são geridas por uma entidade gestora; são mercados de acesso público mas apenas através dos membros da bolsa; funcionam regularmente em sessões públicas (normais ou especiais); os valores mobiliários que aí se negociam são previamente admitidos à negociação, de acordo com determinadas regras; as operações de bolsa realizam-se através de sistemas de negociação adequados; é disponibilizada aos investidores toda a informação relevante quer pela

entidade que emite os valores mobiliários, quer pela entidade gestora do mercado de bolsa. As ações são os valores mobiliários mais conhecidos e representam uma parcela do capital social de uma sociedade anónima. Em Portugal, cabe à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), criada em Abril de 1991, a sua supervisão e regulação. (CMVM)

Capitalização bolsista

Corresponde ao preço (cotação) das ações multiplicado pela quantidade de ações em circulação das empresas nacionais cotadas na bolsa no final de cada ano, excluindo sociedades de investimento, fundos de investimento e outros veículos de investimento coletivos. (Banco Mundial)

Volume de transações

Corresponde ao valor total das ações transacionadas por ano em percentagem do PIB. Traduzindo a facilidade para comprar e vender ações, este indicador indicia o grau de liquidez do mercado.

Para saber mais

Banco de Portugal (...2014) | Relatório do Estabilidade Financeira 2014

Associação Portuguesa de Bancos (2013) | *Overview* do Sistema Bancário Português

Banco Central Europeu (...2014) | *Banking Structures Report*

CMVM (...2013) | Relatório Anual Sobre a Atividade e Sobre os Mercados de Valores Mobiliários 2013

Setor empresarial do Estado

O setor empresarial do Estado (SEE) desempenha, apesar da progressiva redução da sua dimensão, um papel relevante no desenvolvimento económico e social do país. Englobando empresas de diversos setores centra-se, na atualidade, na gestão de infraestruturas e na prestação de serviços de grande importância no suporte da qualidade de vida das populações e da atividade empresarial.

A sua atividade tem gerado um défice orçamental crónico – alimentado por erros e limitações na respetiva governação, traduzidos numa insuficiente dimensão empresarial crítica e eficiência competitiva – coberto por um crescente esforço financeiro do Estado, através de indemnizações compensatórias, dotações de capital ou concessão de garantias. Por outro lado, o alargamento do perímetro orçamental às entidades públicas reclassificadas tem ameaçado o cumprimento das metas orçamentais e elevado o nível de endividamento público.

O futuro do SEE exige um modelo de gestão eficiente e transparente, num dimensionamento ajustado às fortes limitações da capacidade financeira do Estado enquanto acionista, que consiga conciliar a qualidade da prestação dos serviços com a redução do endividamento.

O ciclo mais recente de privatizações, bem como o alargamento do perímetro das entidades sujeitas à consolidação orçamental, vieram acentuar a perda de relevância económica do setor empresarial do Estado.

O percurso de Portugal entre 1986 e 2013

A composição e dimensão do universo de empresas públicas sofreu uma profunda transfiguração nas duas últimas décadas. Em 2013, o SEE representava 3,8% do PIB e 3,2% do emprego, na sequência das privatizações da década de 90 e das alterações na natureza jurídica das entidades públicas na última década, em particular através da empresarialização dos hospitais do Setor Público Administrativo.

Nos últimos anos, já no quadro das medidas de ajustamento à crise financeira, uma nova vaga de privatizações e o alargamento do perímetro de

consolidação orçamental a um vasto conjunto de empresas públicas acentuaram a perda de relevância do Estado na atividade empresarial. O peso do SEE diminuiu, desde 2011, 10% no emprego e 11% na criação de riqueza (Gráfico 22.1).

A perda de relevância foi mais expressiva no valor acrescentado do que no emprego, em função da conjugação do maior enfoque na prestação de serviços públicos e da menor participação no sistema produtivo. Se em 1996 cada trabalhador gerava três vezes mais riqueza que a média nacional, em 2013 a vantagem já era inferior a 20%.

A posição de Portugal no contexto da União Europeia

Os processos de privatização tem sido mais expressivos em Portugal, partindo de um SEE mais amplo, induzidos quer por força das regras comunitárias em termos de concorrência, quer pela necessidade de obtenção de receitas extraordinárias para reduzir o nível de endividamento.

À exceção da primeira década do século XXI, o peso das receitas das privatizações na economia tem sido sempre superior em Portugal, quer em relação ao referencial europeu alargado, quer em relação ao universo mais restrito dos países iniciais de coesão (Gráfico 22.2).

Entre 2011 e 2013, as receitas com privatizações equivaleram a 3% do PIB nacional, um montante bastante acima do referencial europeu (0,2%) e que supera os valores registados por Irlanda (2,6%) e Grécia (1,8%), parceiros iniciais da coesão também sob intervenção externa.

Aferido pelo peso no emprego, em 2012 a relevância do SEE português estava a meio da tabela dos Estados-membros mais desenvolvidos. Neste universo, enquanto em França, na Finlândia e na Eslovénia as empresas públicas empregavam um em cada dez trabalhadores, em Espanha, ou na Holanda, esta proporção era de um para cem (Gráfico 22.3).

Na ausência de medidas com outro significado económico que permitam a comparação internacional, a relevância económica do SEE pode ser aferida pelo valor das ações e outras participações detidas pelas administrações públicas em percentagem do PIB. Em Portugal, o montante de participações detidas pelas administrações públicas equivale a 15% do PIB, um valor em linha com a média europeia e que fica a meio do *ranking* europeu liderado pela Finlândia (43%).

A carteira de participações e endividamento

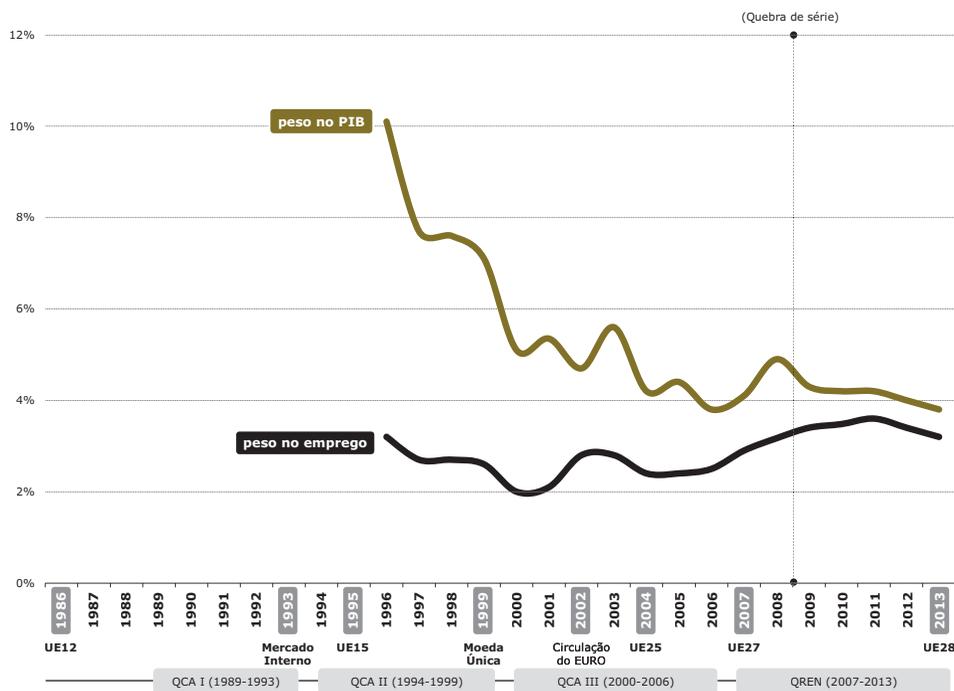
O Estado detinha diretamente, no final de 2013, através da Direção Geral do Tesouro e Finanças, um universo de mais de 80 empresas públicas com

participação relevante. O setor financeiro era responsável por um terço do valor nominal dessa carteira de participações, seguido pelo setor dos transportes (20%). Face a 2001, destaca-se o ganho de relevância do setor da saúde em detrimento do setor energético (Gráfico 22.4).

As empresas não financeiras, em particular as empresas de transportes, destacam-se por uma frágil situação financeira e um elevado nível de endividamento, onde pesam os avultados investimentos realizados, sendo que o peso da dívida destas empresas no PIB aumentou de 17% em 2007 para 30% em 2011.

Verificou-se, desde então, quer a amortização de parte da dívida, refletindo a imposição legal de limites máximos para o nível de endividamento, quer uma significativa reestruturação da composição do passivo. As crescentes necessidades de financiamento têm sido cobertas pelo Estado, perante as dificuldades na obtenção de financiamentos externos. Em 2013, 40% da dívida era detida por entidades sediadas fora de Portugal e 25% pelas administrações públicas, quando, em 2007, dois terços da dívida era financiada pelo exterior (Gráfico 22.5).

Gráfico 22.1. Peso do setor empresarial do Estado no emprego e no PIB em Portugal | 1996 a 2013

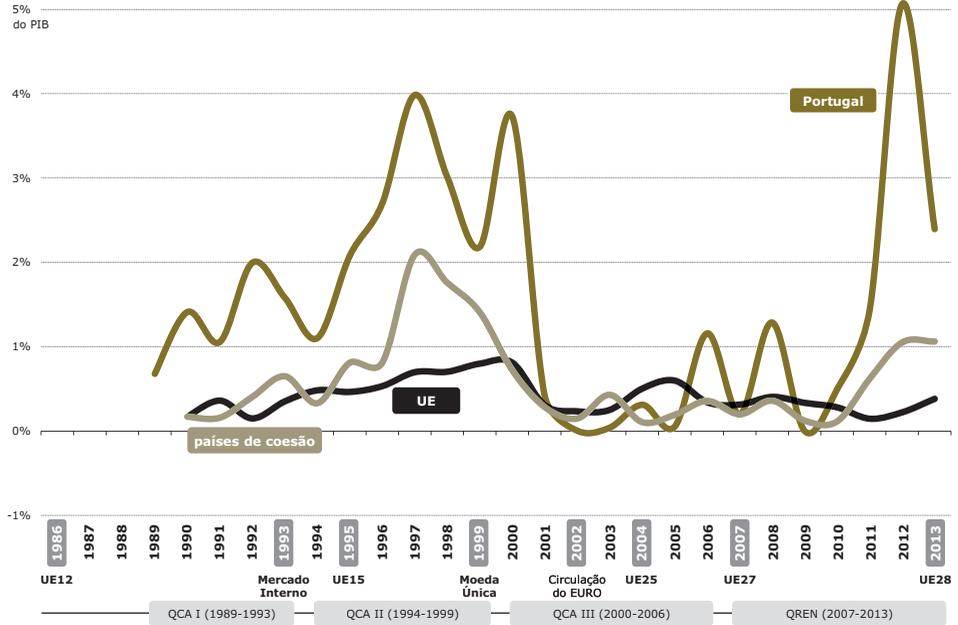


Desde 2011 que o peso do setor empresarial do Estado diminuiu 10% no emprego e 11% na criação de riqueza.

Fonte: Direção-Geral do Tesouro e Finanças (acedido em abril de 2015)

Gráfico 22.2. Receitas das privatizações: comparação entre Portugal e UE | 1989 a 2013

Entre 2011 e 2013, as receitas com privatizações equivaleram a 3% do PIB nacional, montante bastante acima do referencial europeu (0,2%) e que supera mesmo os valores registados pela Irlanda (2,6%) e pela Grécia (1,8%).

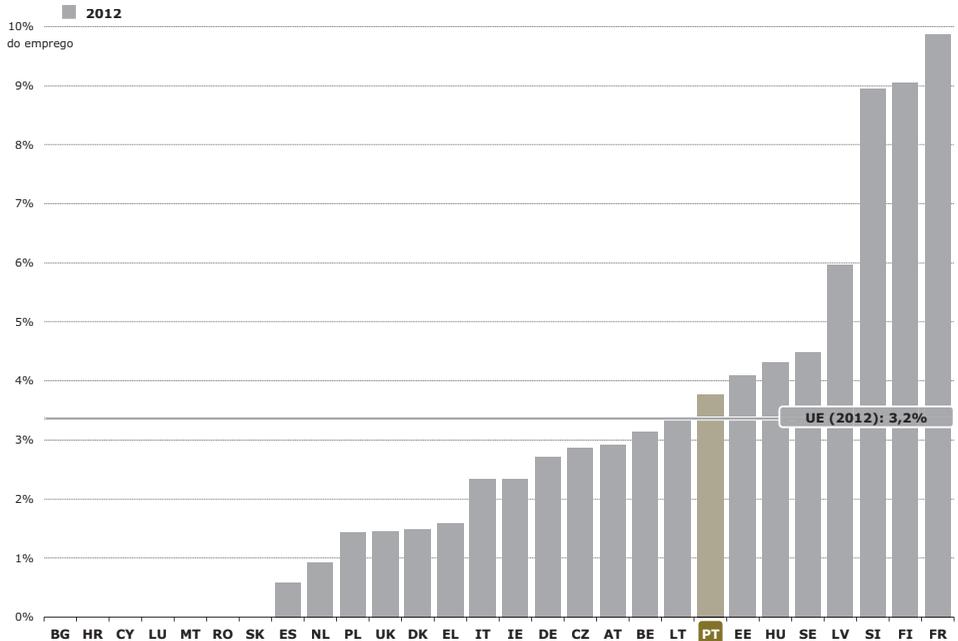


Nota: Valores estimados para a UE.

Fonte: Banco Mundial e Privatization Barometer (acedido em abril de 2015)

Gráfico 22.3. Peso do setor empresarial do Estado no emprego: a posição de Portugal na UE | 2012

A relevância no emprego do setor empresarial do Estado português estava a meio da tabela dos Estados-membros mais desenvolvidos, liderada por França com mais de 800 mil trabalhadores.



Nota: Sem dados disponíveis para a Bulgária, Chipre, Croácia, Eslováquia, Luxemburgo, Malta e Roménia.

Fonte: OCDE (acedido em abril de 2015)

Gráfico 22.4. Setor empresarial do Estado por atividade económica em Portugal | 2001 e 2013

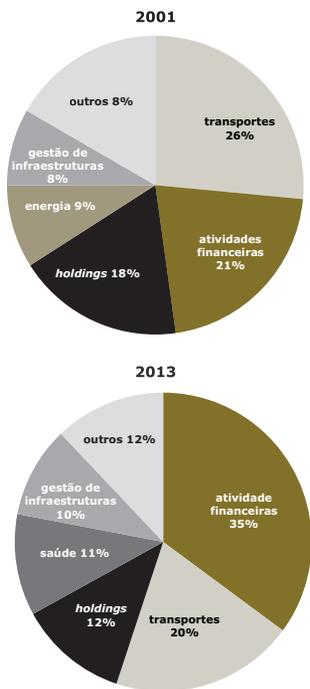
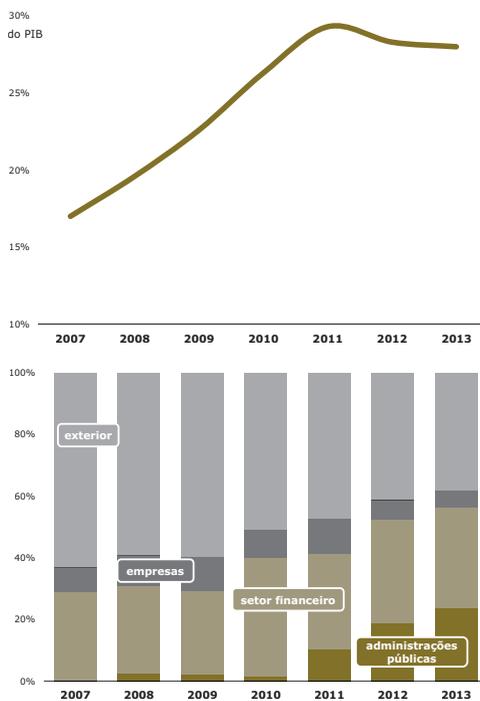


Gráfico 22.5. Evolução da dívida do SEE e sua composição por setor financiador em Portugal | 2007 a 2013



Induzido pela evolução do setor dos transportes e pela sua relevância na carteira de participações do Estado, o nível de endividamento das empresas públicas estabilizou nos últimos anos, depois de disparar de 17% do PIB em 2007 para 30% em 2011.

Fonte: Banco de Portugal e Direção Geral do Tesouraria e Finanças (acedido em abril de 2015)

Conceitos e metodologia

Setor Empresarial do Estado (SEE)

O SEE encontra-se integrado no Setor Público Empresarial, cujo regime jurídico foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro. Constituído pelo conjunto das unidades produtivas do Estado, organizadas e geridas de forma empresarial, integrando as empresas públicas e as empresas participadas. As empresas públicas são empresas em que o Estado ou outras entidades públicas estaduais possam exercer, isolada ou conjuntamente, de forma direta ou indireta, uma influência dominante decorrente da detenção da maioria do capital ou dos direitos de voto, ou do direito de designar ou de destituir a maioria dos membros dos órgãos

de administração ou de fiscalização. As empresas participadas são empresas em que, não se encontrando reunidos os requisitos para serem consideradas empresas públicas, existe uma participação permanente do Estado. O SEE integra atualmente um conjunto de empresas detidas ou participadas pelo Estado, cuja atividade abrange os mais diversos setores de atividade. Além das participações diretas, o Estado detém um conjunto assinalável de participações indiretas, maioritariamente integradas em grupos económicos ou *holdings* como a Parpública – Participações Públicas, SGPS, SA, AdP – Águas de Portugal, SA. E na Caixa Geral de Depósitos, S.A.. (Direção Geral do Tesouro e Finanças)

Para saber mais

Banco Mundial (2014) | *Corporate Governance of State-Owned Enterprises*
Direção Geral do Tesouro e Finanças(...2014) | Relatório anual do SEE
OECD (2014) | *The size and sectoral distribution of SOEs in OECD and partner countries*
OTOC (2012) | Anuário do Setor Empresarial do Estado 2011
Privatizationbarometer (...2014) | *The PB Report 2013/2014*

23

Carga fiscal

O desenvolvimento e densificação do Estado Social, impulsionado pelo processo de integração europeia, sem contrapartida equivalente no alargamento da base tributária e no aumento da eficiência fiscal, teve como consequência um constante agravamento dos desequilíbrios orçamentais e da pressão fiscal na economia portuguesa.

O esforço continuado de consolidação das contas públicas que, na situação atual, se impõe na economia portuguesa, impede qualquer substancial redução global do nível de tributação. A promoção da competitividade e atratividade da economia portuguesa, visando construir um modelo sustentável de crescimento, passa, no entanto, por reforçar a eficiência e eficácia da administração fiscal, assegurando uma maior estabilidade e simplicidade do sistema fiscal, alargando a base tributária e, sobretudo, por proceder a alterações qualitativas que incentivem a criação de riqueza e assegurem uma maior equidade dos rendimentos já distribuídos individualmente.

Os impostos e contribuições sociais absorvem mais de um terço da riqueza criada em Portugal, refletindo uma insuficiente e distorcida base tributária, bem como uma persistente preferência pelo aumento de receitas na inescapável consolidação orçamental.

O percurso de Portugal entre 1986 e 2013

O crescente peso do Estado na economia, em Portugal, levou a que, em 2013, as Administrações Públicas tenham arrecadado cerca de 60 mil milhões de euros em receitas fiscais e contribuições sociais, cerca de um terço da riqueza criada (Gráfico 23.1).

A pressão fiscal, depois da queda de 6% verificada no ano eleitoral de 2009, acentuou-se em resultado quer das medidas fiscais de combate à crise financeira do Estado, quer da recessão económica provocada, com a carga fiscal a subir mais de 11% nos últimos três anos. Esta evolução recente foi acompanhada por uma significativa recomposição da carga fiscal, destacando-se as seguintes dinâmicas:

- O aumento das receitas ficou a dever-se sobretudo aos impostos diretos, em particular o IRS, que, em resultado da alteração das tabelas de incidência e da aplicação de sobretaxas extraordinárias, aumentou mais de um terço entre 2010 e 2013;
- A estabilidade do peso dos impostos indiretos no PIB oculta as profundas alterações na sua composição, com o aumento de 35% das receitas decorrentes do IMI, do IVA e do imposto único de circulação a contrabalançar a perda de receitas associadas ao imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (-13%), ao IMT (-35%) e ao imposto sobre veículos (-57%).

A posição de Portugal no contexto da União Europeia

A crescente pressão fiscal refletiu-se na substancial aproximação de Portugal ao referencial europeu. Desde 1995 que o diferencial se reduziu para cerca de metade, com o peso dos impostos e contribuições na economia nacional a ficar cinco pontos percentuais aquém da média europeia em 2013 (Gráfico 23.2).

Portugal foi, neste período, o terceiro país que mais viu agravar a sua carga fiscal, apenas atrás de Malta e Chipre, sendo que, entre 2010 e 2013, regista mesmo o maior aumento do nível de fiscalidade. Consequentemente, Portugal subiu cinco posições no *ranking* europeu, registando em 2013, a 12.^a carga fiscal mais reduzida (Gráfico 23.3).

Com a tributação sobre bens e serviços em linha com a média europeia, o nível de fiscalidade mais reduzido fica a dever-se à menor incidência da tributação sobre os rendimentos e património, apesar de ter registado o maior agravamento na UE desde 2010, e ao reduzido peso das contribuições sociais, 30% abaixo da média europeia. De facto, Portugal é o oitavo Estado-membro em que as contribuições sociais efetivas menos pesam na carga fiscal (Gráfico 23.4).

Outra característica distintiva do sistema fiscal português é a elevada progressividade da tributação sobre o trabalho.

Tomando como exemplo um trabalhador dependente, solteiro e sem filhos, que receba 50% do salário médio nacional, a carga fiscal sobre o ordenado bruto é 28%, seis pontos percentuais abaixo da média europeia e o sexto valor mais baixo entre os Estados-membros. No caso de o trabalhador receber mais 50% do que o salário médio nacional, a carga fiscal aumenta para 47%, dois pontos percentuais acima da média europeia e o décimo valor mais elevado entre os Estados-membros. A diferença entre as duas situações extremas é mesmo a terceira mais elevada na UE (Gráfico 23.5).

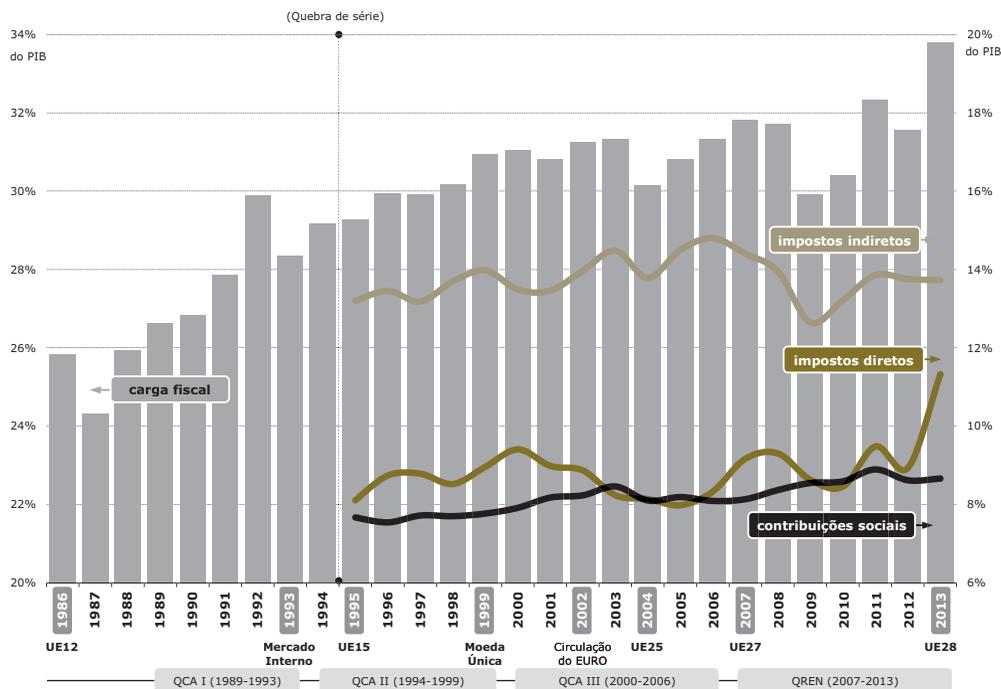
Sistema fiscal, competitividade e crescimento

No sentido de tornar o sistema tributário mais favorável ao crescimento e emprego, tem sido defendida a recomposição do *mix* tributário, reduzindo a tributação sobre o trabalho e o capital e compensando a potencial quebra de receitas pelo aumento da tributação sobre o consumo, a energia ou o património.

A este respeito, a comparação do valor das receitas fiscais com a base de incidência potencial dos impostos permite avaliar o nível de tributação do trabalho, capital e consumo. Os últimos dados disponíveis no contexto europeu (2012), mostram que apesar da taxa de tributação sobre o trabalho em Portugal (25%) ser a quarta mais baixa entre os Estados-membros, o nível de tributação sobre o capital (29%) continua a ser dos mais elevados, mesmo após a redução de quatro pontos percentuais desde 2007 (Gráfico 23.6).

Os mesmos dados revelam uma elevada distorção a favor do endividamento, em resultado da diferença entre a taxa de imposto marginal efetiva aplicável ao investimento financiado com capitais próprios e com recurso a dívida, sendo decisivo, para a competitividade empresarial, eliminá-la favorecendo a capitalização das empresas nacionais.

Gráfico 23.1. Carga fiscal em Portugal | 1986 a 2013



Entre 1986 e 2013, o peso dos impostos e contribuições sociais passou de 25% para mais de um terço do PIB.

Com a tributação indireta a cair gradualmente desde 2006, o peso dos impostos sobre os rendimentos é cada vez maior.

Fonte: Ameco e OCDE (acedido em dezembro de 2014)

Gráfico 23.2. Carga fiscal: comparação entre Portugal e UE | 1995 a 2013

Em 2013, o peso dos impostos e contribuições na economia portuguesa estava cinco pontos percentuais aquém da média europeia, metade da diferença registada em 1995.

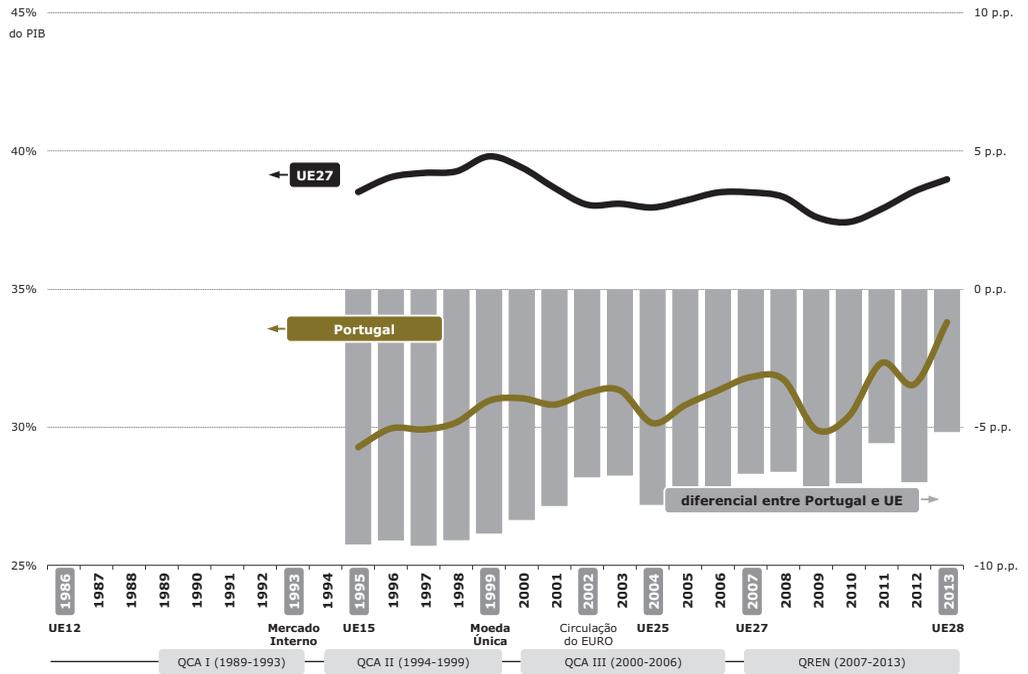


Gráfico 23.3. Carga fiscal: a posição de Portugal na UE | 2007 e 2013

Embora tenha registado o maior aumento da carga fiscal desde 2010, Portugal continua a situar-se no grupo dos países onde a carga fiscal é menos elevada, detendo apenas o 12.º menor registo em 2013.

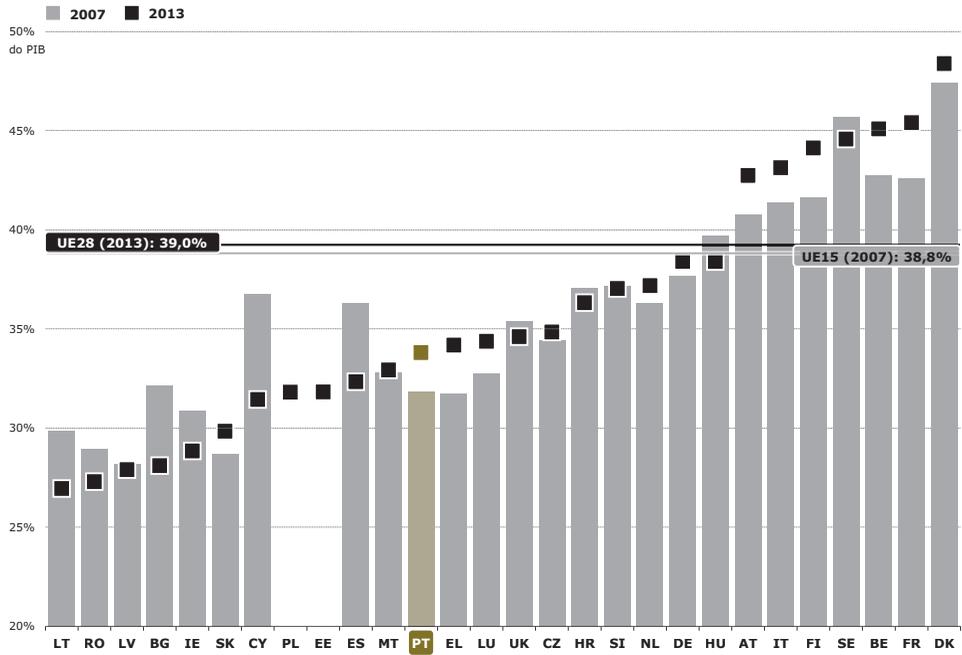


Gráfico 23.4. Composição da carga fiscal: a posição de Portugal na UE | 2013

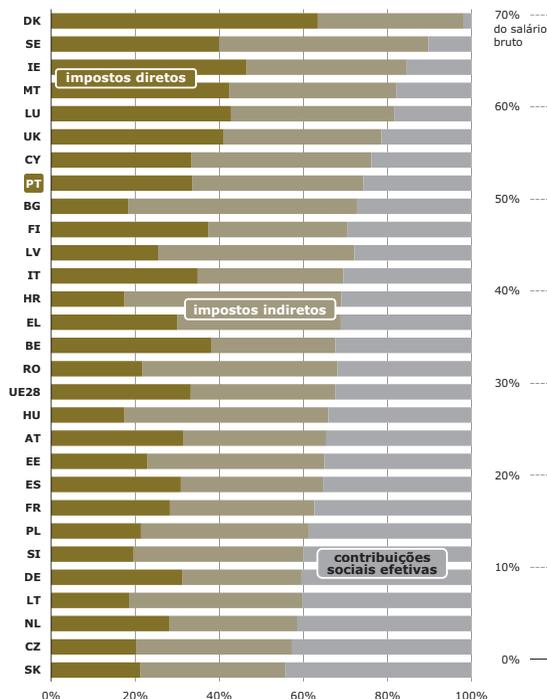
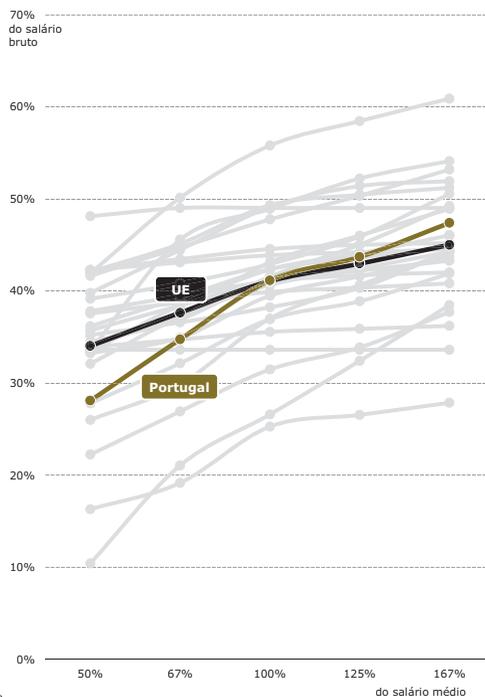


Gráfico 23.5. Tributação sobre o trabalho por nível de rendimentos: a posição de Portugal na UE | 2013



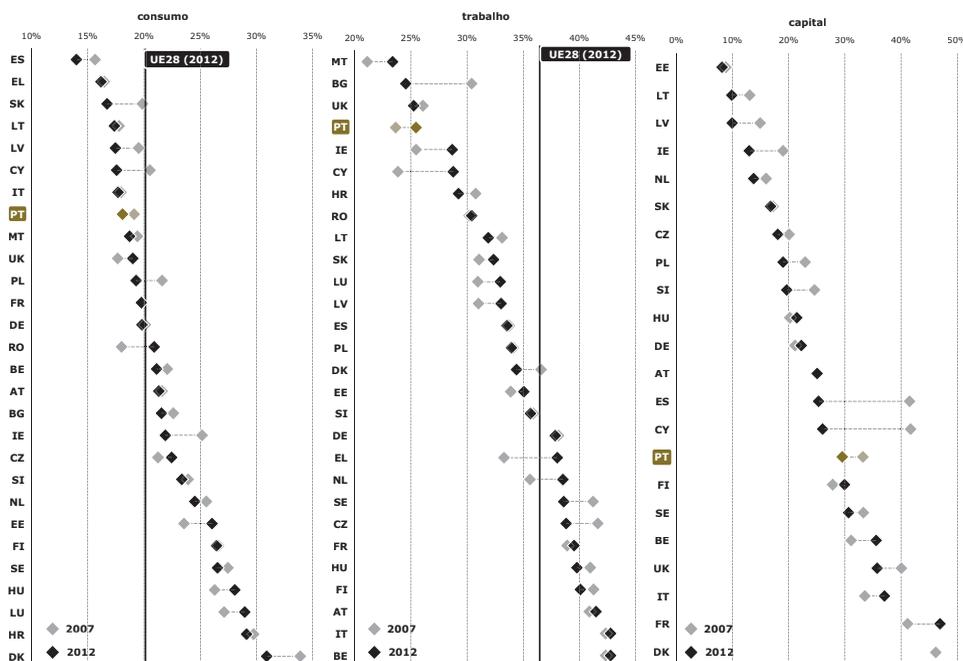
Portugal destaca-se pela maior relevância dos impostos diretos na receita fiscal e pela elevada progressividade na tributação dos rendimentos do trabalho.

Enquanto os trabalhadores de baixos rendimentos estão entre os menos tributados, a carga fiscal sobre os trabalhadores que ganham acima da média está entre as mais elevadas.

Nota: No gráfico 23.5 a carga fiscal corresponde à diferença proporcional entre o custo do trabalho para o empregador (salário bruto acrescido de contribuições sociais) e o correspondente salário líquido auferido pelo trabalhador (salário bruto deduzido do imposto sobre rendimentos e contribuições sociais).

Fonte: Comissão Europeia e Eurostat (acedido em março de 2015)

Gráfico 23.6. Tributação implícita sobre consumo, trabalho e capital: a posição de Portugal na UE | 2007 e 2012



A taxa de tributação sobre o trabalho em Portugal (25%) é a quarta mais baixa entre os Estados-membros, ao passo que o nível de tributação sobre o capital (29%) continua a ser dos mais elevados.

A melhoria qualitativa do nosso sistema fiscal exige um novo olhar sobre a tributação da riqueza em processo de criação e a riqueza já apropriada individualmente, conciliando motivações de eficiência e de equidade.

Nota: No último gráfico sem dados disponíveis para a Croácia, Grécia, Malta e Roménia e sem dados finais para a Dinamarca.

Fonte: Comissão Europeia (acedido em março de 2015)

Conceitos e metodologia

Carga fiscal

Receitas de impostos e contribuições sociais efetivas de acordo com o conceito da Comissão Europeia, que exclui as contribuições sociais imputadas e inclui os impostos sobre a produção e importação pagos ao orçamento comunitário, segundo a classificação da contabilidade nacional (SEC95).

Na carga fiscal, distinguem-se três componentes:

- Os impostos indiretos, correspondem aos impostos sobre a produção e importação (D.2), que inclui impostos devidos por cada unidade de um bem ou serviço produzido ou comercializado; inclui o IVA, impostos e direitos sobre a importação, impostos especiais de consumo (IEC), imposto automóvel/imposto sobre veículos, imposto sobre a transmissão onerosa de imóveis (IMT)/Sisa, imposto do selo, entre outros e Impostos em que as empresas incorrem pelo facto de se dedicarem à produção, independentemente da quantidade ou do valor dos bens e serviços produzidos ou vendidos; e incluem o imposto municipal sobre imóveis (IMI)/contribuição autárquica, o imposto único de circulação (IUC)/imposto municipal sobre veículos/imposto de camionagem e outras taxas como as que incidem sobre os espetáculos);
- Os impostos diretos, são impostos sobre rendimento e património (D.5) inclui impostos sobre os rendimentos, os lucros e os ganhos de capital. Incidem sobre os rendimentos efetivos ou presumidos de pessoas singulares, famílias, sociedades ou ISFL. No essencial são constituídos pelo imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS) e imposto sobre

o rendimento das pessoas coletivas (IRC) e incluem o imposto municipal sobre imóveis (IMI)/contribuição autárquica e o imposto único de circulação (IUC)/imposto municipal sobre veículos (exceto os pagos pelas empresas) e (D.91), inclui o imposto sobre sucessões e doações;

- Contribuições sociais, nesta análise consideram-se as efetivas (D.611), pagas obrigatória ou voluntariamente para fundos de segurança social. Dividem-se em contribuições a cargo dos empregadores, dos empregados e dos trabalhadores por conta própria e representam a contrapartida das prestações sociais pagas diretamente pelos empregadores aos seus empregados ou antigos empregados.

Classificação das receitas fiscais por tipo de base tributável:

- Impostos sobre o consumo, incluem o IVA, impostos e direitos sobre a importação, impostos especiais de consumo (IEC), entre outros;
- Impostos sobre o trabalho, são sobretudo os impostos sobre o rendimento do trabalho assalariado, incluindo as contribuições sociais efetivas. Abrangem também os impostos e contribuições sobre rendimentos de pessoas não empregadas (por exemplo, o subsídio de desemprego ou pensões);
- Impostos sobre o capital, incluem os impostos sobre os rendimentos das sociedades, os capitais e o património, as contribuições sociais dos trabalhadores por conta própria, imposto do selo e outras receitas como as associadas a algumas licenças de exploração e profissionais.

Para saber mais

Comissão Europeia (...2014) | *Annual Growth Survey 2015*

Comissão Europeia (...2014) | *Tax Reforms in EU Member States: 2014 Report*

INE (...2014) | *Estatísticas das Receitas Fiscais 1995-2013*

OECD (2013) | *Tax Administration 2013: Comparative Information on OECD and Other Advanced and Emerging Economies*

OECD (2014) | *2013 Taxing Wages 2012-2013*

OECD (2014) | *Revenue Statistics 2014*

24

Despesa pública

O alargamento das responsabilidades do Estado impulsionou de forma decisiva a expansão da despesa pública, num processo muitas vezes desajustado das oscilações do ciclo económico e que acabou por colocar em causa a sustentabilidade das finanças públicas.

A resposta aos atuais desafios económicos e demográficos exige um modelo de governo económico muito diferente, baseado numa elevada eficiência e numa maior inserção de Portugal na economia global, para conseguir articular a consolidação orçamental com a promoção do crescimento e do emprego e o reforço da coesão social e territorial.

Condicionado pela evolução das prestações sociais e dos encargos com juros, o nível da despesa pública já supera os 50% do PIB.

Apesar deste valor estar em linha com o referencial europeu, revela um importante desajustamento na capacidade de geração sustentável de receitas, que torna a consolidação orçamental muito exigente.

O percurso de Portugal entre 1986 e 2013

A crescente relevância do Estado na economia levou a que o peso da despesa pública no PIB tenha aumentado mais de dez pontos percentuais nos últimos 28 anos. Em 2013, as Administrações Públicas gastaram 86 mil milhões de euros, cerca de 50% do PIB (Gráfico 24.1).

A crise financeira internacional, seguida da crise das dívidas soberanas nas economias europeias mais vulneráveis, como Portugal, acentuou a expansão do peso das despesas públicas no PIB que, em 2009, cresceu cerca de cinco pontos percentuais, mantendo-se desde então em torno dos 50%. A trajetória registada não se esgota na elevação do nível de despesa alcançando, igualmente, a sua própria recomposição, onde se destacam as seguintes alterações:

- As prestações sociais passaram a ser a rúbrica mais importante do orçamento público. Desde 1995 que o seu peso no PIB aumentou oito pontos percentuais, mais do que a totalidade das despesas públicas no mesmo período;
- As remunerações com pessoal, depois de crescerem ligeiramente até 2005, evidenciam uma tendência gradual de contração, acelerada com

as medidas de corte salarial adotadas com o PAEF. Em 2013, absorveram um quarto do orçamento público;

- Os gastos em investimento e outras despesas de capital, apesar do pico verificado entre 2009 e 2011, têm vindo a definhir, caindo 50% desde o máximo registado em 1998;
- Os encargos com juros aumentaram para 5% do PIB, refletindo as dificuldades no acesso a financiamento decorrentes da crise das dívidas soberanas, ainda assim abaixo dos valores registados até meados da década de 90.

A posição de Portugal no contexto da União Europeia

O acentuado crescimento das despesas públicas, após a adesão, e a manutenção do peso relevante do investimento público, na segunda metade da década de 90, impulsionaram uma rápida convergência com a UE no nível relativo da despesa pública (Gráfico 24.2).

Entre 1995 e 2004, Portugal anulou completamente o diferencial de dez pontos percentuais no peso da despesa pública no PIB, alargando o nível de despesa bem para além das poupanças decorrentes da redução dos juros. Neste período, entre os Estados-membros com dados disponíveis, só cinco aumentaram o nível relativo da despesa pública, tendo Portugal registado a terceira variação mais elevada.

Nos anos recentes, no seguimento da crise económica e financeira, a subsequente contenção orçamental iniciou-se, em Portugal, cerca de um ano mais tarde do que na maioria dos Estados-membros e não travou a expansão das despesas públicas. De facto, não obstante o processo de ajustamento em curso, entre 2007 e 2013, Portugal registou a sétima maior expansão das despesas públicas no PIB (Gráfico 24.3).

O perfil da consolidação orçamental distingue-se do dos parceiros iniciais da coesão pela contração mais acentuada das despesas com pessoal e do investimento público. No entanto, enquanto no caso das despesas com pessoal, o seu peso no PIB se situa 20% acima da média europeia, no caso do investimento, Portugal é o quarto Estado-membro em que esta rubrica menos pesa na economia (Gráfico 24.4).

Em contrapartida, as despesas com prestações sociais e os encargos com juros não param de aumentar. Portugal já é o Estado-membro em que os juros absorvem uma maior proporção da riqueza criada e o décimo que mais gasta em prestações sociais.

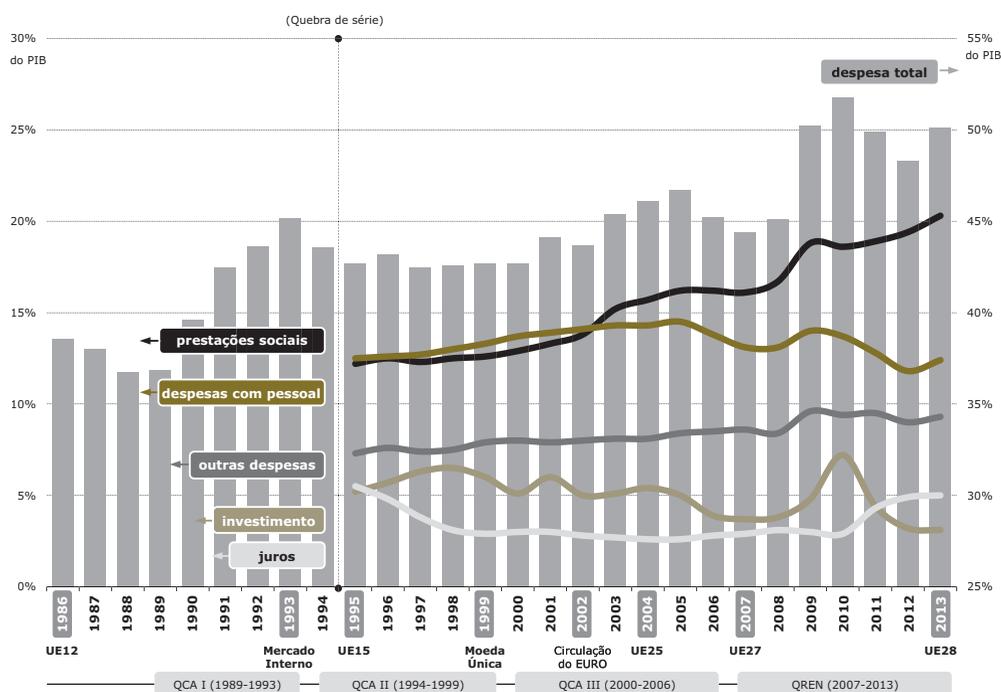
Despesas públicas por função governativa

A análise da despesa de acordo com as funções das Administrações Públicas confirma a crescente relevância das despesas com Proteção Social, com o seu peso no orçamento a subir de 30% em 1995 para 40% em 2013.

O orçamento dedicado às restantes funções governamentais tem, assim, vindo a diminuir, em particular nas despesas com assuntos económicos (de 12% para 7%). Face ao referencial europeu, Portugal dedicava em 2012 uma maior proporção do PIB à educação e aos serviços gerais. Pelo contrário, a distância face ao padrão europeu é maior nas despesas com habitação e equipamentos coletivos, defesa, proteção ambiental e assuntos económicos, função a que dedica o valor mais baixo na UE (Gráfico 24.5 e Gráfico 24.7).

A análise detalhada por rúbrica de despesa permite ainda verificar que os encargos com juros explicam mais de metade das despesas com serviços gerais, a educação é a função administrativa em que as despesas com pessoal são mais importantes, absorvendo mais de 35% do total de remunerações e que cerca de um terço do investimento público é afeto a despesa em assuntos económicos, em particular a infraestruturas de transportes (Gráfico 24.6).

Gráfico 24.1. Despesa das administrações públicas em Portugal | 1986 a 2013

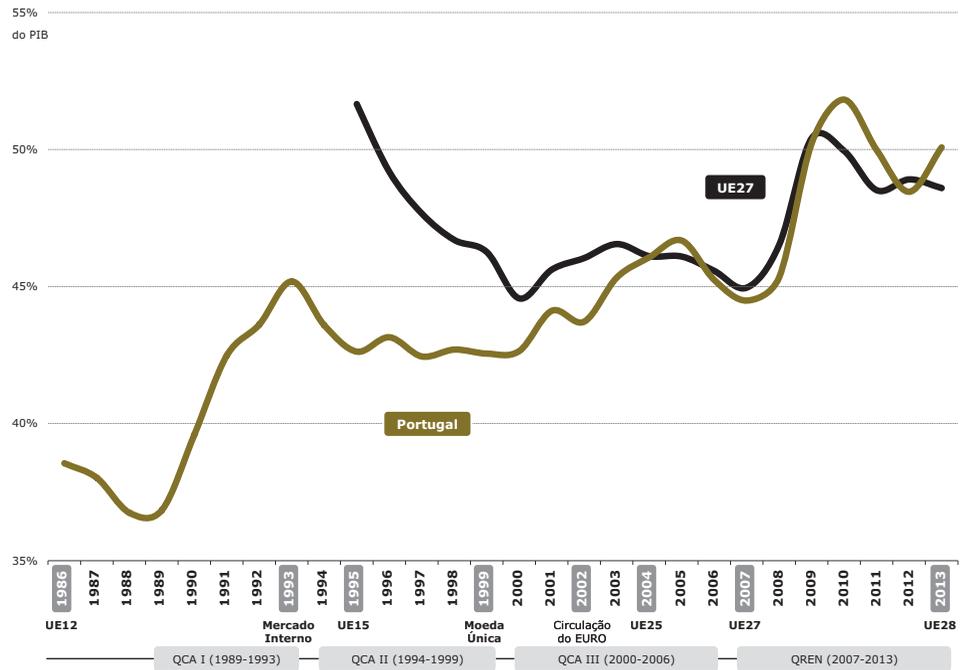


Nos últimos 28 anos o peso das despesas públicas no PIB aumentou mais de dez pontos percentuais, com as prestações sociais a absorverem uma fatia cada vez maior do orçamento do Estado.

Fonte: Eurostat (acedido em março de 2015)

Gráfico 24.2. Despesa das administrações públicas: comparação entre Portugal e UE | 1986 a 2013

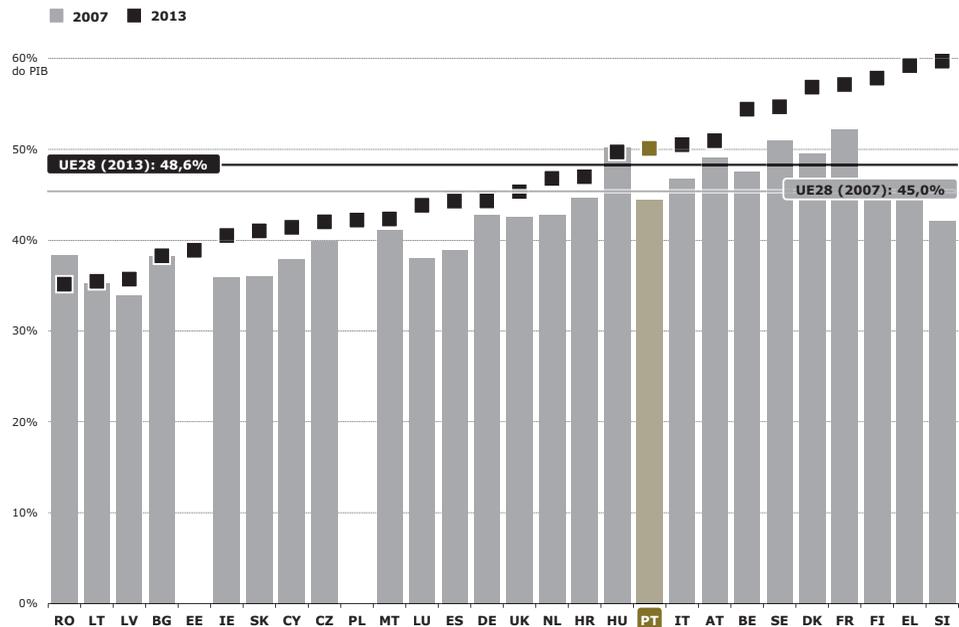
No seguimento da crise económica e financeira, a subsequente contenção orçamental iniciou-se, em Portugal cerca de um ano mais tarde que na maioria dos Estados-membros, tendo a expansão das despesas públicas sido mais intensa.



Fonte: Ameco (acedido em março de 2015)

Gráfico 24.3. Despesa das administrações públicas: a posição de Portugal na UE | 2007 e 2013

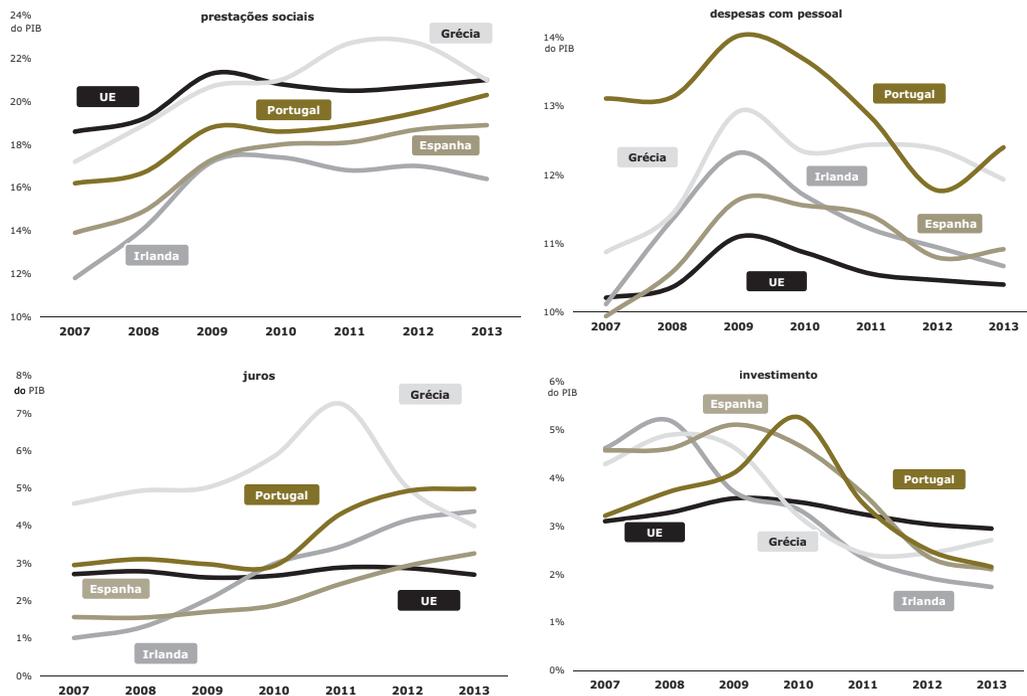
Apesar do esforço de consolidação orçamental, entre 2007 e 2013 Portugal registou a sétima maior expansão do peso das despesas públicas no PIB.



Nota: Dados iniciais não disponíveis para a Estónia e Polónia. Os dados para a UE28 em 2007 são estimados.

Fonte: Ameco (acedido em março de 2015)

Gráfico 24.4. Evolução da despesa pública por rúbrica: comparação entre Portugal, os parceiros iniciais da coesão e a UE | 2007 a 2013

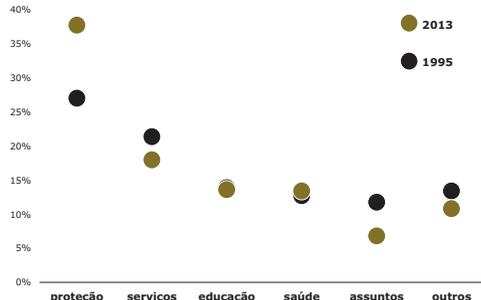


A consolidação orçamental em Portugal tem incidido, sobretudo, na contração das despesas com pessoal e nas despesas de investimento.

Em contrapartida, as despesas com prestações sociais e com juros não param de aumentar.

Fonte: Eurostat (acedido em março de 2015)

Gráfico 24.5. Despesa das administrações públicas por função em Portugal | 1995 e 2013



Embora a despesa em proteção social já absorva 40% do orçamento público, o seu peso na economia nacional ainda está aquém do padrão europeu.

As administrações públicas portuguesas dedicam uma maior proporção da riqueza nacional aos serviços gerais, devido ao pagamento de juros, e aos gastos na educação, função que concentra 35% das remunerações no setor público.

Fonte: Eurostat e INE (acedido em março de 2015)

Gráfico 24.6. Estrutura da despesa nas cinco principais funções em Portugal | 2013

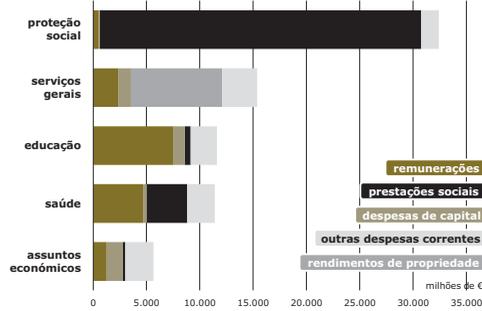
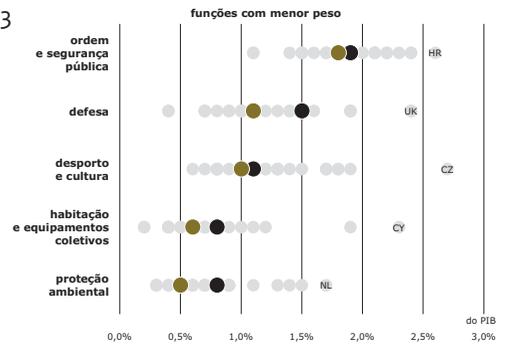
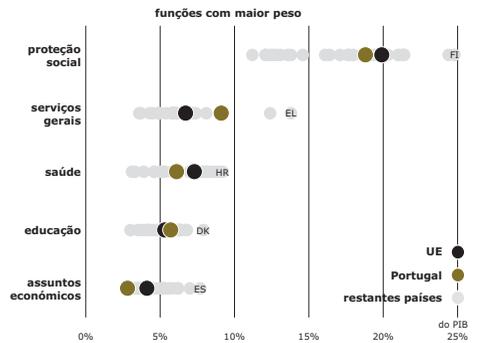


Gráfico 24.7. Despesa das administrações públicas por função: comparação entre Portugal e UE | 2012



Conceitos e metodologia

Administrações Públicas

Inclui todas as unidades institucionais cuja função principal consiste em produzir outros bens e serviços não mercantis destinados ao consumo individual e coletivo e/ou em efetuar operações de redistribuição do rendimento e da riqueza nacional. Inclui a administração central (Estado e serviços e fundos autónomos), a administração regional e local e a Segurança Social.

Classificação económica das despesas públicas:

Despesa corrente	Consumo intermédio	Valor dos bens e serviços consumidos num processo de produção, excluindo os ativos fixos
	Remunerações	Remunerações em dinheiro ou em espécie aos funcionários
	Prestações sociais	Transferências para as famílias (pensões, vários subsídios, incluindo o de desemprego)
	Subsídios	Subsídios aos produtos e à produção (em função da quantidade produzida ou importada)
	Juros	No essencial, correspondem aos encargos com os juros da dívida pública
Outras transferências correntes	Para as instituições privadas sem fins lucrativos, para a União Europeia; inclui também prémios e indemnizações de seguros	

Despesa de capital	Formação bruta de capital	Investimento público
	Outra despesa de capital	Inclui as transferências de capital, onde se destacam as ajudas ao investimento

Desagregação da despesa com base na classificação funcional

Uma outra perspetiva de análise da despesa pública centra-se na sua desagregação de acordo com a classificação funcional. As categorias da despesa nesta classificação são: i) serviços gerais da administração pública; ii) defesa; iii) segurança e ordem pública; iv) assuntos económicos; v) proteção do ambiente; vi) serviços de habitação e desenvolvimento coletivo; vii) saúde; viii) serviços recreativos, culturais e religiosos; ix) educação; x) proteção social. Este tipo de classificação é habitualmente utilizado em análises de eficiência da despesa pública. (Banco de Portugal)

Para saber mais

Banco de Portugal (...2013) | Relatório do Conselho de Administração. A Economia Portuguesa 2013

Banco de Portugal (2012) | A evolução da despesa pública: Portugal no contexto da Área do Euro, Inverno de 2012

Comissão Europeia (...2013) | *Public Finances in the EMU*

Comissão Europeia (...2014) | *Quarterly report on the euro area*

FMI (...2014) | *Fiscal Monitor*

Dívida pública e saldo orçamental

A crise da dívida soberana e a decorrente fragmentação financeira da zona euro evidenciaram as insuficiências do governo económico europeu e a incompleta convergência da economia portuguesa, expondo a insustentabilidade das suas finanças públicas.

Atravessando um dos períodos de ajustamento mais profundos que o país já conheceu, com elevados custos económicos e sociais, a consolidação dos progressos já alcançados torna imperativa a compatibilização estrutural da dimensão do Estado com a capacidade de criação de riqueza do país, promovendo reformas e políticas que estimulem um efetivo e sustentável crescimento económico.

O persistente desequilíbrio entre receitas e despesas impulsionou o nível de endividamento das Administrações Públicas, que em 2013 se aproximava dos 130% do PIB.

Desde a ratificação do Tratado de Maastricht Portugal nunca registou um défice claramente abaixo de 3% do PIB.

O percurso de Portugal entre 1986 e 2013

Nos últimos 28 anos, é impossível dissociar a evolução da economia portuguesa das dificuldades em respeitar a disciplina orçamental introduzida pelo Tratado de Maastricht. Desde a sua ratificação, Portugal nunca registou um défice claramente abaixo de 3% do PIB.

Este processo teve o seu culminar entre 2009 e 2010, anos em que Portugal registou défices na ordem dos 10% do PIB. Desde então, impôs-se a consolidação das contas públicas, com o saldo orçamental a cifrar-se em -4,9% do PIB em 2013, um registo 0,6 pontos percentuais aquém da média entre 1995 e 2008 (Gráfico 25.1).

O persistente desequilíbrio entre receitas e despesas impulsionou o nível de endividamento das administrações públicas, que se acentuou nos últimos anos. Se, entre 1995 e 2007, a dívida pública aumentou de 58% para 68% do PIB, em 2013 já se aproximava dos 130%, 70 pontos acima do limite máximo disposto pelo Tratado de Maastricht.

A trajetória de endividamento, explicada fundamentalmente pelo efeito cumulativo de financiamento do défice das administrações públicas, obriga a ter em linha de conta outros fatores, em particular a comparação entre o crescimento nominal do PIB e a taxa de juro implícita na dívida pública, para aferir da sua (in)sustentabilidade.

O crescimento da economia permitiu, até 2007, compensar a subida dos juros da dívida. Nos últimos anos, a situação inverteu-se, gerando um efeito “bola de neve” que explica cerca de 50% do aumento do rácio de endividamento entre 2007 e 2013. Neste período, mais de um quinto do crescimento da dívida ficou a dever-se a outros fatores não inscritos no saldo orçamental, como os empréstimos decorrentes do PAEF e os apoios à recapitalização da banca (Gráfico 25.4).

A posição de Portugal no contexto da União Europeia

O desempenho negativo de Portugal em termos de disciplina orçamental destaca-se no panorama europeu. Apesar da tendência comum de degradação das contas públicas, com o défice europeu a exceder o valor de referência de Maastricht entre 2009 e 2013, desde 1996 que o saldo orçamental fica aquém do padrão europeu, registando um diferencial médio superior a 2% do PIB (Gráfico 25.2).

O esforço de consolidação das contas públicas levou Portugal, no período mais recente dominado pela austeridade, a reduzir o diferencial de um máximo de 4,8 pontos percentuais do PIB em 2010 para 1,6 em 2013, apresentando o oitavo pior registo, quando, em 2010, só o défice irlandês era mais elevado. Descontando o peso dos juros, Portugal registava já um saldo primário positivo, o primeiro desde 1997 e o décimo melhor registo entre os Estados-membros (Gráfico 25.5).

Entre 2007 e 2010, só a Irlanda tinha tido um aumento superior do nível de despesa (sem efeitos cíclicos). Entre 2010 e 2013, Portugal registou, a seguir à Grécia, o segundo maior aumento do nível de receita e a terceira maior contração no nível da despesa (Gráfico 25.6).

O nível e a composição da dívida pública

O recente forte aumento do endividamento das administrações públicas não se confinou a Portugal, com o rácio europeu entre dívida pública e PIB a crescer de 60% em 2007 para 90% em 2013.

Esta tendência foi transversal a todos os Estados-membros, embora desigual, com o aumento do peso da dívida no PIB a variar entre os 0,3% na Suécia e os 99% na Irlanda. Em 2013, só 12 países cumpriam o critério de Maastricht (Gráfico 25.3).

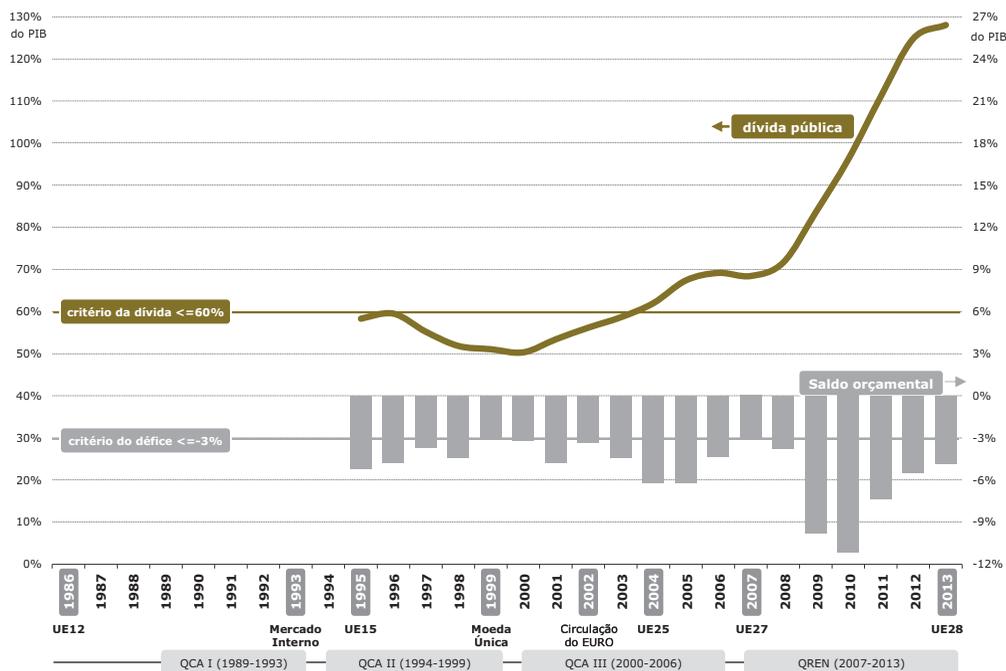
O agravamento do endividamento tornou ainda mais relevante a gestão da composição da dívida na minimização do custo do serviço da dívida e da vulnerabilidade dos países face a choques negativos de crescimento, cambiais ou relativos à volatilidade da taxa de juro.

No caso português, a execução do PAEF aprofundou decisivamente a tendência de recomposição, sendo de realçar o aumento do peso dos empréstimos, no financiamento da dívida, de 15% em 2010 para mais de 40% em 2013, o quinto valor mais elevado na União Europeia.

Por outro lado, depois do setor financeiro nacional ter assegurado o financiamento da dívida nacional, no auge da crise financeira, o peso do financiamento externo estabilizou, com o resto do mundo a deter dois terços da dívida nacional em 2013, o quarto registo mais elevado na UE (Gráfico 25.7).

Em termos de maturidade, Portugal regista desde 2004 uma aproximação significativa ao padrão europeu, ao aumentar a proporção da dívida de longo prazo (maturidade superior a cinco anos), em detrimento da dívida de curto prazo (maturidade inferior a 12 meses) (Gráfico 25.8).

Gráfico 25.1. Dívida pública e saldo orçamental em Portugal | 1995 a 2013



Depois de registar os défices mais elevados da história recente em 2009 e 2010, impôs-se a consolidação das contas públicas, com o saldo orçamental a cifrar-se abaixo dos 5% do PIB em 2013.

Fonte: Ameco (acedido em dezembro de 2014)

Gráfico 25.2. Dívida pública e saldo orçamental: comparação entre Portugal e UE | 1995 a 2013

Apesar da tendência comum de degradação das contas públicas, com o défice europeu a exceder o valor de referência de Maastricht entre 2009 e 2013, o défice orçamental português tem superado o padrão europeu desde 1996, registando um diferencial médio superior a 2% do PIB.

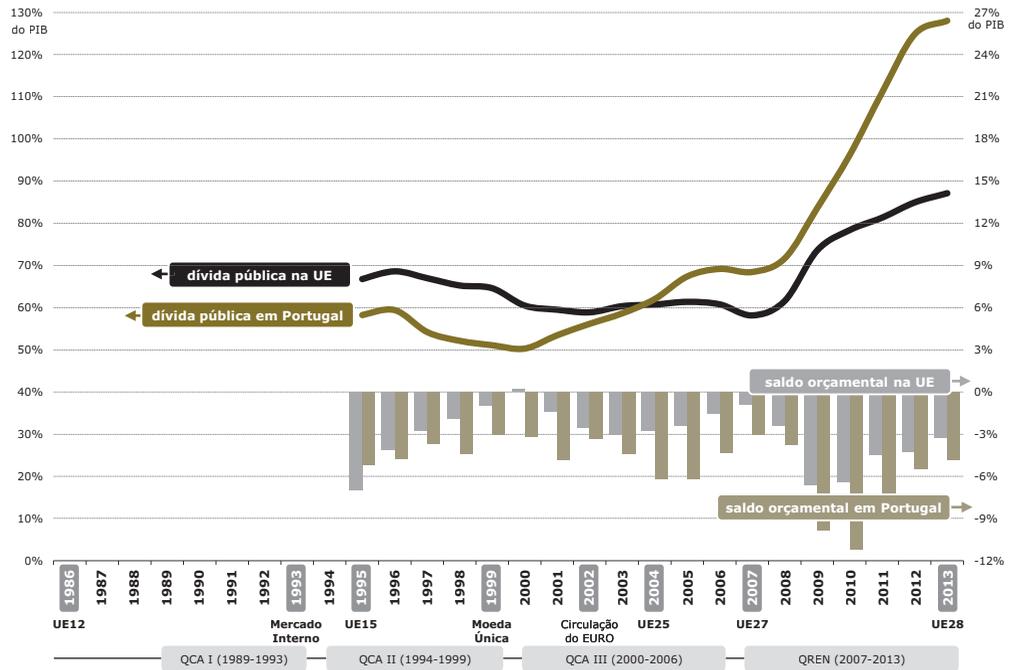


Gráfico 25.3. Dívida pública: a posição de Portugal na UE | 2007 e 2013

Entre 2007 e 2013 a dívida pública portuguesa duplicou. Esta tendência foi transversal a todos os Estados-membros, embora muito desigual, sendo que em 2013 só 12 países cumpriam o critério de Maastricht.

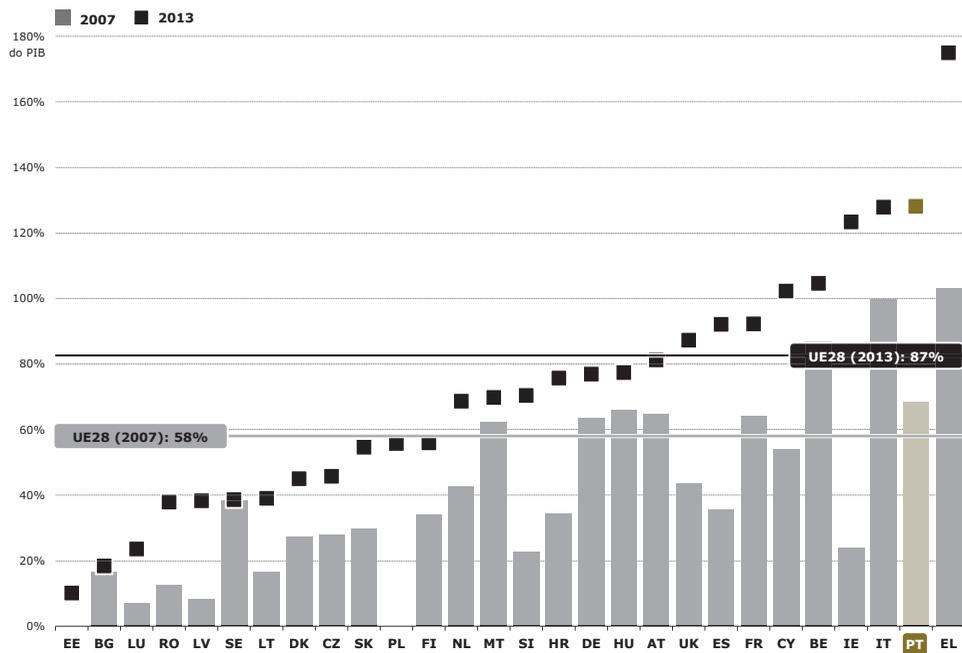


Gráfico 25.4. Contributos para o crescimento anual do nível de endividamento em Portugal | 1996 a 2013

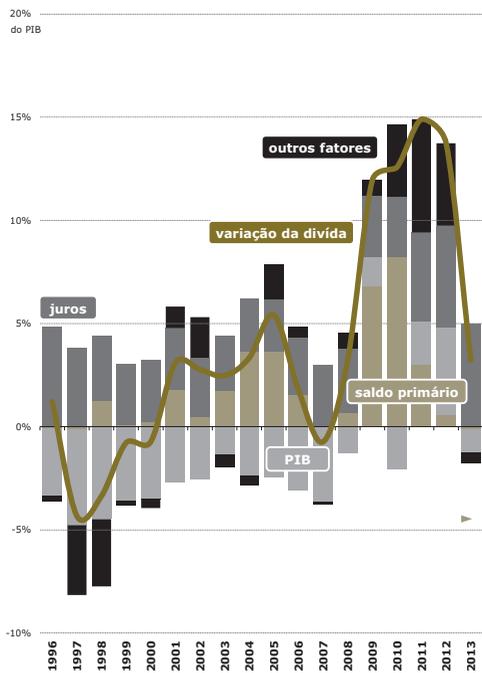
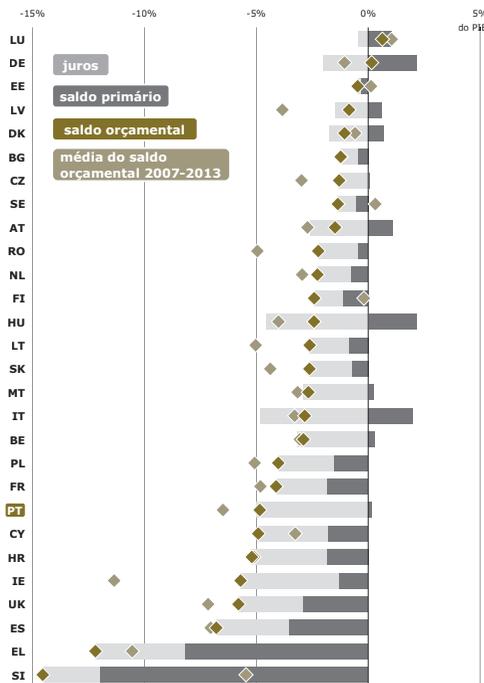


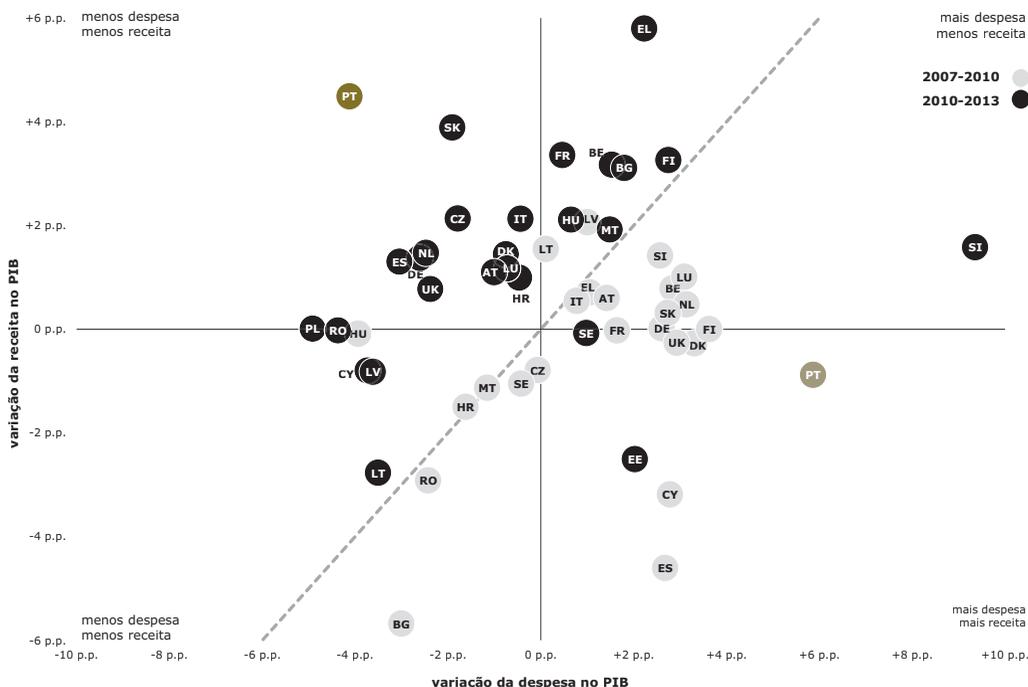
Gráfico 25.5. Decomposição do saldo orçamental: a posição de Portugal na UE | 2013



O diferencial negativo entre o crescimento da economia e a evolução dos juros explica cerca de 50% do aumento do rácio de endividamento entre 2007 e 2013.

Fonte: Ameco (acedido em março de 2015)

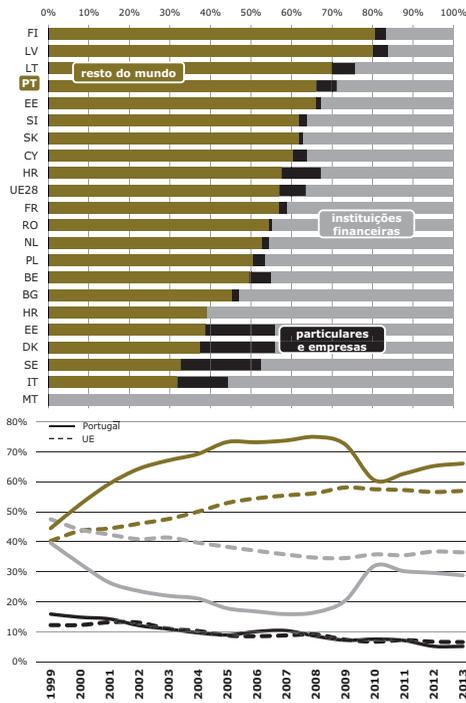
Gráfico 25.6. Evolução da receita e da despesa ajustadas ao ciclo: a posição de Portugal na UE | 2007-2010 e 2010-2013



Entre 2010 e 2013 Portugal registou, a seguir à Grécia, o segundo maior aumento do nível de receita e a terceira maior contração das despesas.

Fonte: Ameco (acedido em março de 2015)

Gráfico 25.7. Estrutura da dívida pública por setor institucional credor: a posição de Portugal na UE | 1999 a 2013

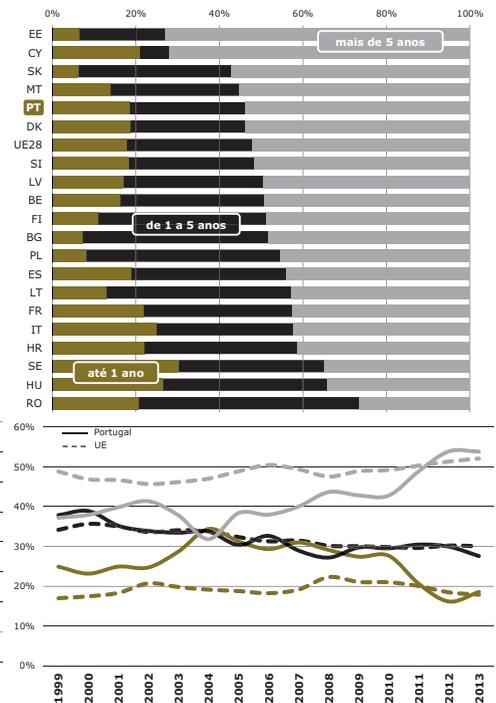


A execução do PAEF alterou decisivamente a composição da dívida, sendo de realçar o aumento do peso do setor financeiro, em 2009-2010, e a crescente importância da dívida com maturidade mais longa e do resto do mundo como setor financiador.

Nota: Sem dados disponíveis para a Alemanha, Áustria, Irlanda, Luxemburgo, Reino Unido e República Checa.

Fonte: Banco Central Europeu (acedido em março de 2015)

Gráfico 25.8. Estrutura da dívida pública por maturidade: a posição de Portugal na UE | 1999 a 2013



Conceitos e metodologia

Dívida pública

Stock global de dívida bruta, definida a valor nominal no final do ano e consolidada pelos diferentes setores das administrações públicas: administração central (Estado e serviços e fundos autónomos), local e regional e fundos da segurança social. O valor de referência foi fixado em 60% do PIB pelo protocolo sobre o procedimento relativo aos défices excessivos anexo ao Tratado da União Europeia (*Maastricht*) e seguido pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento (1997), que visou reforçar a supervisão e clarificar a aplicação do procedimento dos défices excessivos. A sua variação é explicada pelo contributo do saldo primário, as despesas em juros líquidas do efeito do crescimento económico e pelos ajustamentos défice-dívida. (Banco de Portugal, 2009)

Primário

Diz-se que o saldo orçamental é primário ou a despesa é primária quando não inclui os encargos com juros.

Saldo ajustado do ciclo

Porque parcelas da despesa e da receita reagem automaticamente ao ciclo económico, melhorando (ou deteriorando) o saldo orçamental em anos de maior (ou menor) crescimento, diz-se que o saldo é ajustado do ciclo económico quando expurgado dos efeitos destes estabilizadores automáticos,

como por exemplo a redução da receita de impostos ou o aumento do subsídio de desemprego decorrentes da contração da atividade económica.

Saldo estrutural

Saldo orçamental ajustado do ciclo e excluindo os efeitos das medidas extraordinárias e de outras medidas temporárias.

Saldo orçamental

Corresponde à capacidade ou necessidade líquida de financiamento das administrações públicas. Quando a despesa pública é maior que a receita pública, há necessidade líquida de financiamento ou défice orçamental, contraindo-se empréstimos. Quando a receita pública excede a despesa pública, há capacidade líquida de financiamento ou excedente ou *superavit* orçamental. O valor de referência foi fixado em 3% do PIB pelo protocolo sobre o procedimento relativo aos défices excessivos anexo ao Tratado da União Europeia (*Maastricht*) e seguido pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento (1997), que visou reforçar a supervisão e clarificar a aplicação do procedimento dos défices excessivos.

Taxa de juro implícita da dívida pública

Peso dos encargos com juros na dívida pública do ano anterior. (AMECO)

Para saber mais

Banco Central Europeu (2011) | *The size and composition of Government debt in the Euro Area*

Comissão Europeia (...2014) | *Public finances in EMU*

Conselho das Finanças Públicas (2013) | *Dívida Pública*

OECD (...2013) | *Government at a Glance 2013*

Olhares

SOCIEDADE

Do povoamento à proteção social,
do trabalho ao conforto da habitação,
25 olhares observam transformações
na sociedade portuguesa desde
a adesão à União Europeia

Coesão territorial

A construção europeia, combinando sucessivamente alargamento e aprofundamento, assume o desenvolvimento equilibrado e harmonioso dos países e das regiões como um dos seus objetivos prioritários. As dificuldades na sua prossecução fizeram surgir, para além da noção de coesão económica e social, a noção de coesão territorial.

Contudo, o financiamento disponibilizado pelas políticas comunitárias nem sempre tem conseguido concretizar o potencial de crescimento das regiões mais desfavorecidas, mostrando-se incapaz de reduzir as disparidades existentes. A resposta a este desafio tem reforçado a articulação entre políticas de coesão e políticas de convergência. A eficácia das políticas de coesão exige, assim, a valorização dos recursos endógenos distintivos de cada região em processos de desenvolvimento competitivos e sustentáveis.

Os recentes desenvolvimentos a nível comunitário evidenciam a importância de alcançar um desenvolvimento territorial integrado capaz de tornar as regiões protagonistas de caminhos diferenciados onde o reforço da competitividade acontece sem descuidar a preservação da coesão social e a sustentabilidade na utilização dos recursos naturais.

O percurso de Portugal entre 1986 e 2013

A coesão territorial, medida pelas disparidades regionais no nível de vida médio da população, revelou, em Portugal, até à crise financeira recente, um padrão estável marcado, no entanto, por uma maior disparidade face à generalidade dos países do espaço da UE15.

Ao nível das regiões portuguesas desenhava-se um processo complexo onde as regiões autónomas dos Açores e da Madeira (artificial, em parte, pelo efeito zona franca) trilhavam uma trajetória de convergência acentuada e a região mais desenvolvida (Lisboa) aumentava a sua vantagem face ao resto do país.

Esta configuração da coesão territorial alterou-se, desde 2008, com um movimento de redução das disparidades regionais originado pelos impactos diferenciados da crise económica e financeira, mais negativos nas regiões com

nível de vida mais elevado, Lisboa e Algarve, que perderam vantagem face à média nacional (Gráfico 26.1).

A análise das 30 regiões NUTS III confirma esta tendência. Entre 2007 e 2013, enquanto o Alentejo Litoral acompanhou Lisboa e o Algarve na perda de vantagem face ao referencial nacional, apenas o Oeste, a Lezíria do Tejo, o Baixo Vouga, a Madeira e o Grande Porto registaram uma trajetória de divergência. A redução das disparidades regionais verificou-se também no seio das três regiões ditas de convergência (Norte, Centro e Alentejo), com a concretização de uma aproximação das regiões NUTS III com nível de vida mais baixo àquelas que apresentam nível de vida mais elevado (Gráfico 26.5).

A posição de Portugal no contexto da União Europeia

À entrada do ciclo de programação 2014-2020, só Lisboa pertencia às regiões europeias mais desenvolvidas. A Madeira, ainda classificada como região desenvolvida no início da programação, viu o seu nível de vida ajustado em baixa nas recentes contas regionais.

As restantes regiões nacionais foram incluídas no grupo das regiões menos desenvolvidas (PIB *per capita* inferior a 75%), exceto o Algarve, classificado como região em transição (PIB *per capita* entre 75% e 90%) (Mapa 26.1).

A relativa estabilidade das disparidades regionais no PIB *per capita* verificada em Portugal contrasta com um aumento da dispersão a nível europeu onde, entre 2000 e 2011, só sete Estados-membros reduziram o nível de dispersão e é notória uma forte e crescente disparidade nos países do alargamento (Gráfico 26.2 e Gráfico 26.3).

A convergência dos países do alargamento com o nível médio de vida na União Europeia tem sido alicerçada num crescimento mais intensivo da região capital do país, desencadeando, desse modo, uma importante divergência regional interna. As regiões capitais da Eslováquia, da República Checa e da Roménia apresentam um nível de vida mais de duas vezes superior à média nacional (Gráfico 26.4).

A competitividade regional e a coesão territorial

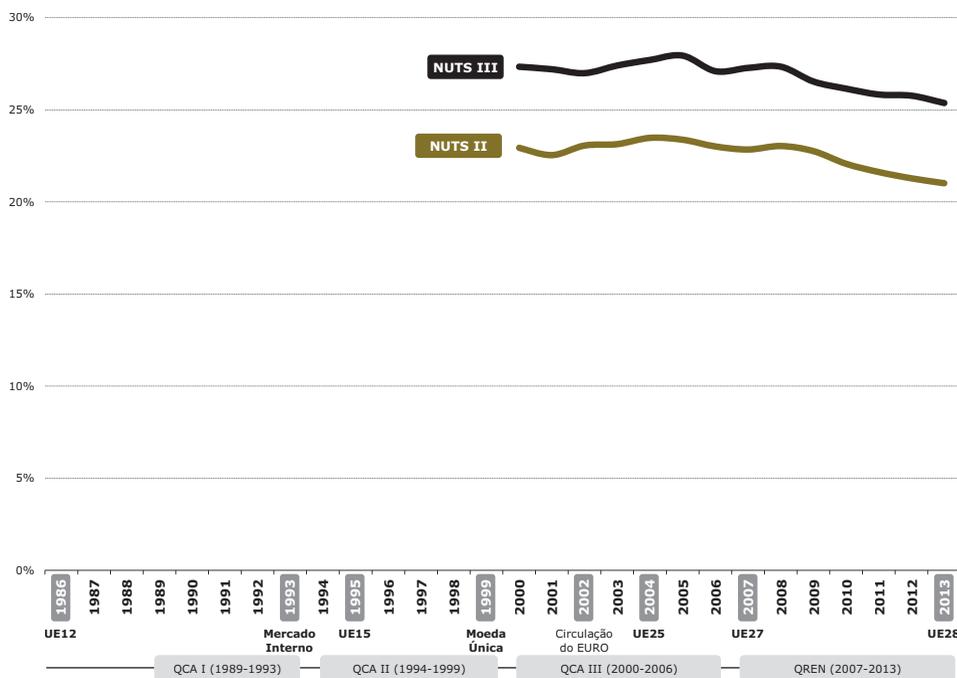
O índice de competitividade regional, disponibilizado pela Comissão Europeia, permite alargar a análise e identificar diferentes trajetórias de crescimento que evidenciam a capacidade das regiões em oferecer um ambiente atrativo e sustentável para as empresas operarem e os residentes viverem e trabalharem.

A região de Lisboa era, em 2013, a única região portuguesa com um valor neste índice acima da média europeia. As restantes regiões portuguesas surgiam entre as menos competitivas da UE, embora o Norte e o Centro apresentassem uma ligeira vantagem face ao resto do país. O contraste entre a concentração das regiões mais competitivas no nordeste europeu e a menor competitividade das regiões periféricas, nomeadamente na maioria das regiões de leste, na Grécia, no sul de Itália e de Espanha e no Portugal da convergência marca o panorama europeu da competitividade regional (Mapa 26.2).

O índice da competitividade regional usa 11 dimensões agregadas em três eixos (Condições Básicas, Eficiência e Inovação) cuja leitura permite ainda evidenciar diferentes forças e fraquezas no panorama das regiões europeias.

O desempenho das regiões portuguesas é mais homogéneo no eixo das Condições Básicas, onde se encontram mais próximas do referencial europeu, à exceção de Lisboa, que está entre as regiões europeias mais bem posicionadas em termos de Inovação. As regiões de convergência (Centro, Norte e Alentejo) estão mais próximas do referencial europeu em termos de Eficiência, enquanto o Algarve, os Açores e a Madeira registam um desempenho menos negativo em termos de Inovação.

Gráfico 26.1. Disparidades regionais do PIB *per capita* em Portugal | 2000 a 2013

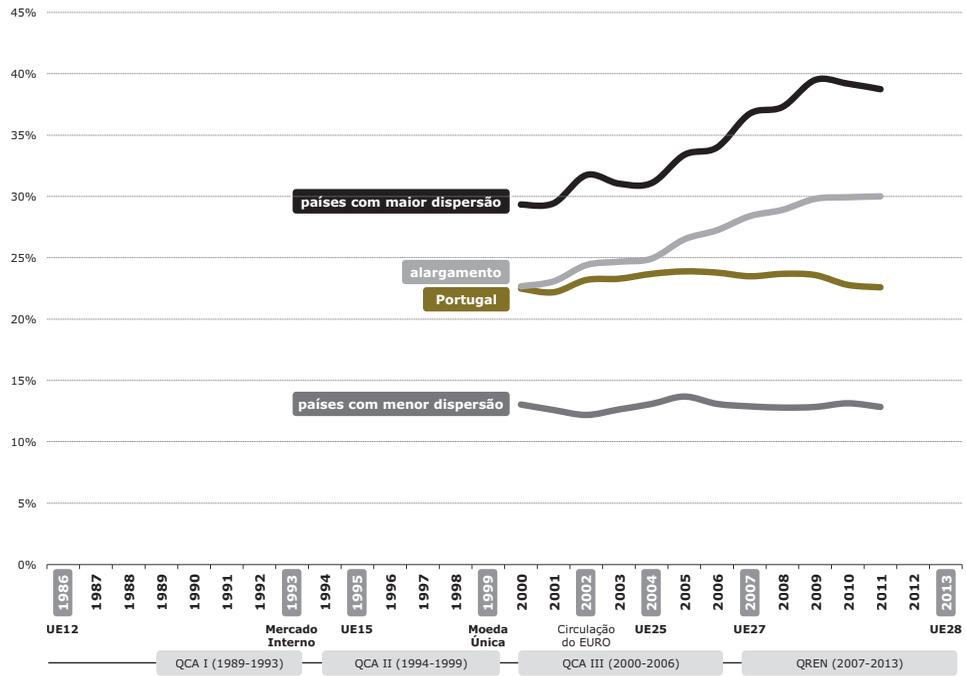


Desde 2008 a redução das disparidades regionais acentuou-se em Portugal, motivada sobretudo pelo efeito da crise económica e das medidas de austeridade, e traduzida numa perda de vantagem das regiões de Lisboa e do Algarve.

Fonte: INE (acedido em dezembro de 2014)

A relativa estabilidade do padrão de coesão territorial verificada em Portugal contrasta com uma crescente dispersão regional a nível europeu, sendo visível, em particular, uma disparidade crescente e significativa nos países do alargamento ao centro e leste.

Gráfico 26.2. Dispersão do PIB *per capita* das regiões NUTS II: comparação entre Portugal e UE | 2000 a 2011

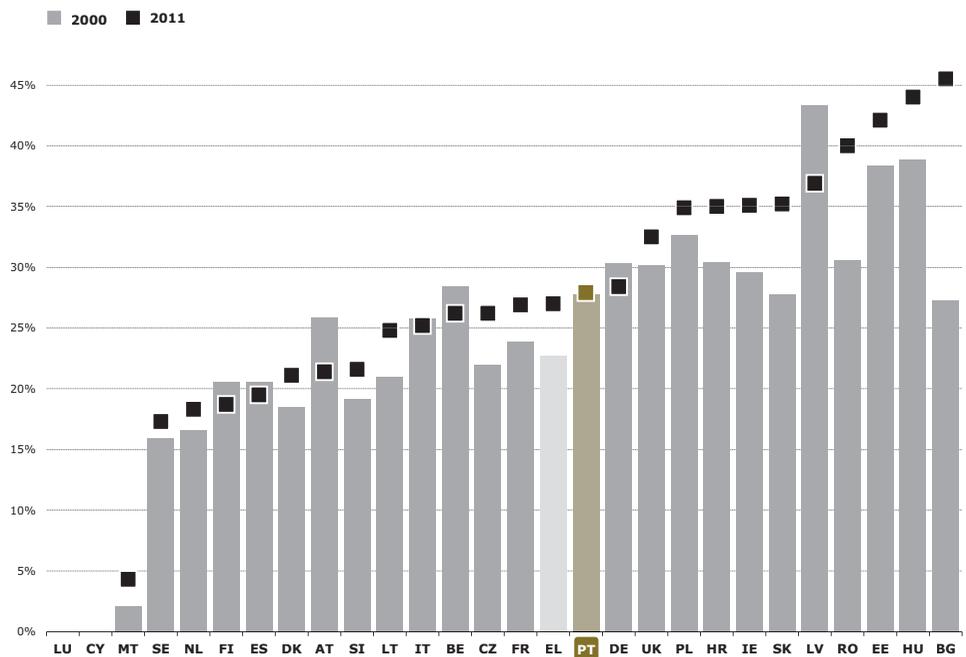


Nota: Os valores para os países com maior e menor dispersão dizem respeito à média das dispersões das regiões dos dois países com maior e menor dispersão.

Fonte: Eurostat (acedido em dezembro de 2014)

No espaço da União Europeia, entre os anos de 2000 e 2011 só sete Estados-membros reduziram o nível de dispersão regional no nível de vida da população.

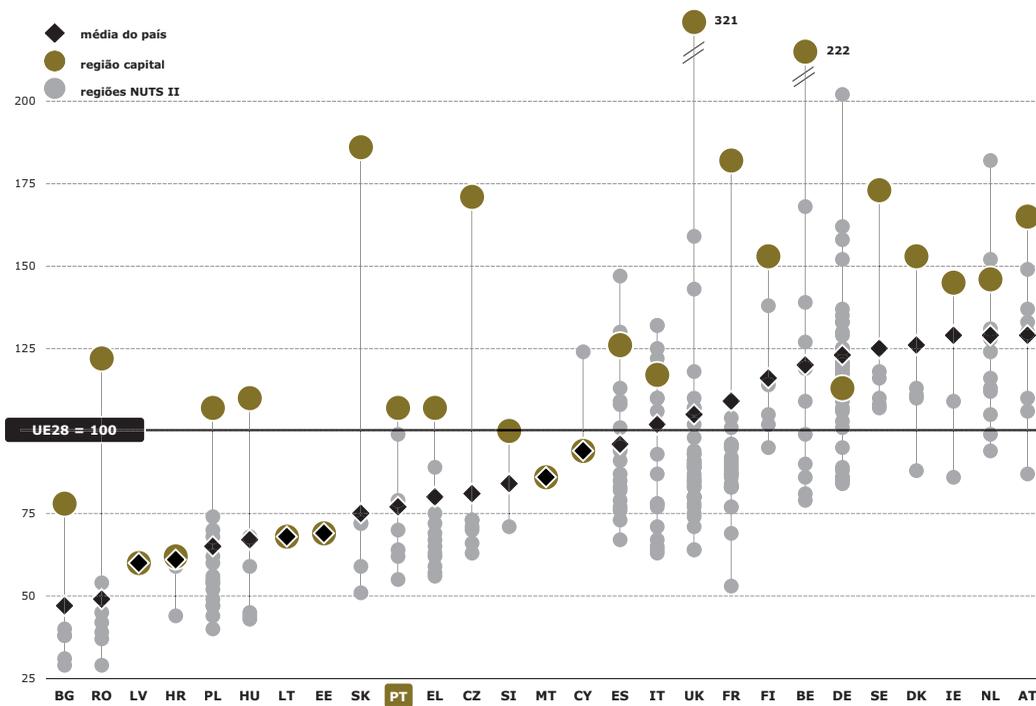
Gráfico 26.3. Dispersão do PIB *per capita* regional: a posição de Portugal na UE | 2000 e 2011



Nota: Dispersão ao nível das NUTS III. Os valores iniciais referem-se a 2005 para a Grécia e dados não disponíveis para o Chipre e Luxemburgo.

Fonte: Eurostat (acedido em dezembro de 2014)

Gráfico 26.4. PIB *per capita*: a posição das regiões portuguesas na UE | 2011

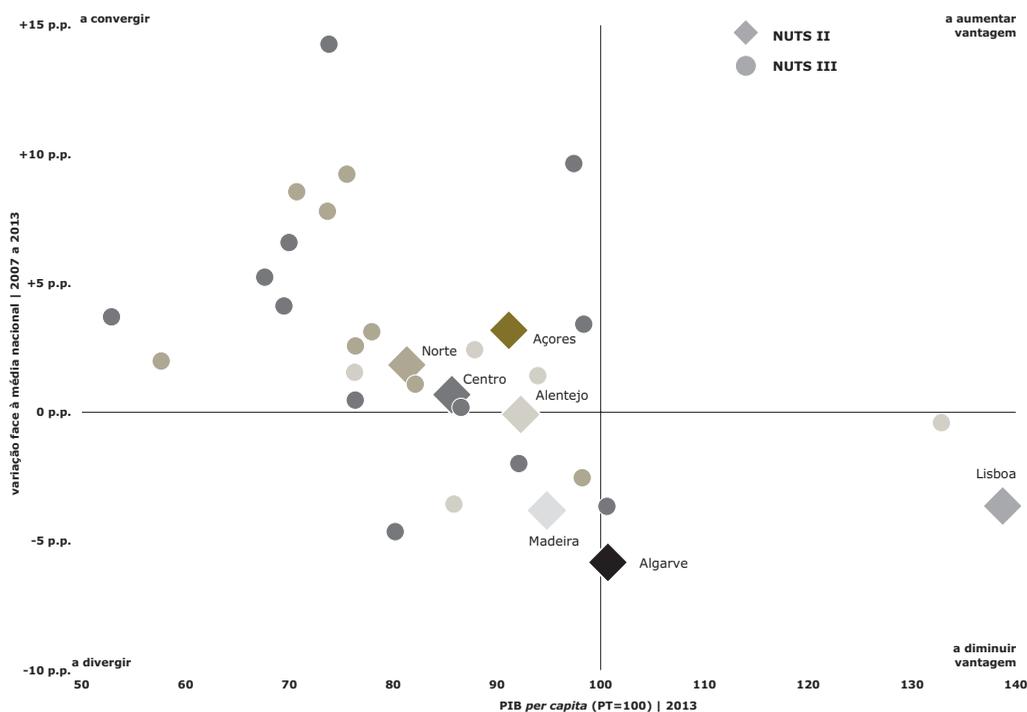


A convergência dos chamados países do alargamento face ao padrão europeu foi muito mais intensa na respetiva região capital.

Nota: Não inclui o Luxemburgo.

Fonte: Eurostat (acedido em abril de 2015)

Gráfico 26.5. PIB *per capita*: a posição das regiões portuguesas face à média nacional | 2007 e 2013



O panorama de convergência evidenciado por Portugal – maior crescimento do nível de vida nas regiões menos desenvolvidas – resulta basicamente da estagnação económica e da crise financeira do Estado e não de um reequilíbrio territorial do modelo de crescimento.

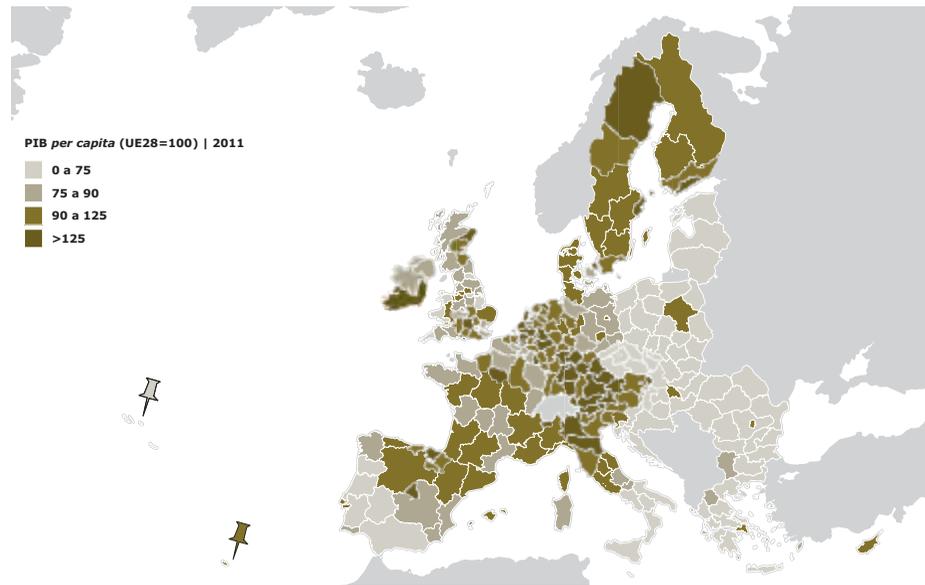
O facto da redução das disparidades ser visível no seio das regiões Norte, Centro e Alentejo, com a aproximação das regiões NUTS III com nível de vida mais baixo àquelas com nível de vida mais elevado, merece destaque.

Fonte: INE (acedido em abril de 2015)

Apenas Lisboa e Madeira estão entre as regiões europeias mais desenvolvidas. As restantes regiões nacionais estão enquadradas no grupo das regiões menos desenvolvidas, exceto o Algarve, que é classificado como região em transição.

Nota: PIB em paridades de poder de compra.
 Fonte: Eurostat (acedido em abril de 2015)

Mapa 26.1. PIB *per capita* face à UE: a posição das regiões portuguesas na UE | 2011

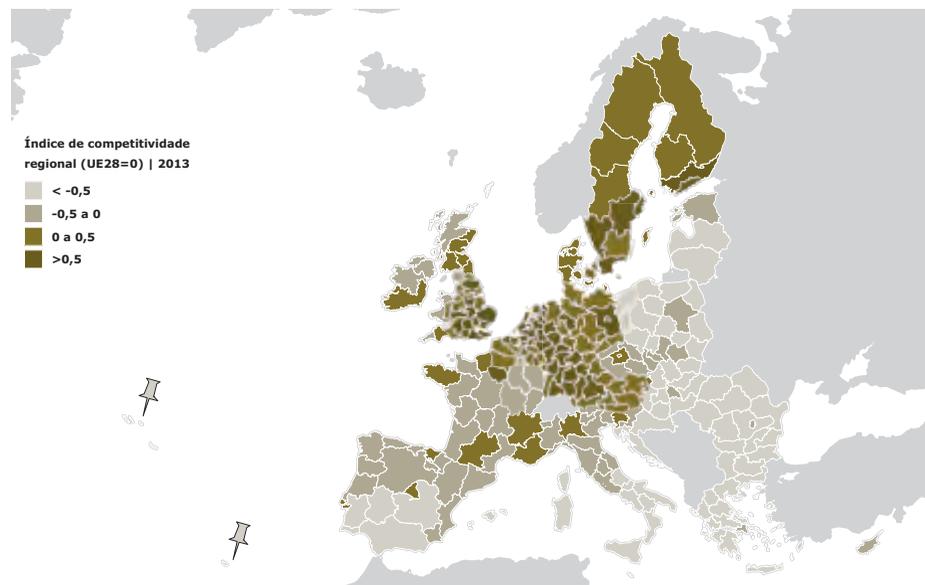


A região de Lisboa era, em 2013, a única região portuguesa que se encontrava acima da média no *ranking* da competitividade regional à escala europeia.

As restantes regiões portuguesas estavam entre as menos competitivas da UE, embora o Norte e o Centro apresentassem uma ligeira vantagem face ao resto do país.

Fonte: Eurostat (acedido em abril de 2015)

Mapa 26.2. Índice de competitividade regional (UE28=0): a posição das regiões portuguesas na UE | 2013



Conceitos e metodologia

Medição do bem-estar e do crescimento económico

O desenvolvimento económico e o crescimento são geralmente medidos com base no PIB *per capita*. “O PIB permite fazer comparações entre países e regiões e continua a ser uma forma de calcular o desempenho económico relativamente justa” (Comissão Europeia, 2010). Contudo, o processo

que está por trás do crescimento económico não é igual entre todas as regiões/países. A trajetória de convergência subjacente a um patamar semelhante de PIB *per capita* entre duas regiões pode ter sido suportada por «melhor» ou por «mais» crescimento. A decomposição do PIB *per capita* permite perceber esta dinâmica de convergência:

$$\text{PIB per capita} = \frac{\text{PIB}}{\text{População}} = \frac{\text{PIB}}{\text{Emprego}} * \frac{\text{Emprego}}{\text{População}} = \text{Produtividade} * \text{utilização de recursos}$$

Uma região competitiva deverá apresentar tanto um nível relativamente elevado de produtividade (ou de qualidade de emprego, visto que ambos tendem a completar-se) como uma quantidade satisfatória de postos de trabalho ocupados. Não basta produzir com eficiência, é necessário ser capaz de, sem fugir desse padrão de eficiência, criar os empregos que permitam mobilizar os recursos humanos disponíveis.

Dispersão regional do PIB *per capita*

A dispersão regional do PIB *per capita* dá uma medida da significância das diferenças dos níveis de PIB *per capita* entre regiões, e é ponderada pelo peso que a população dessa região representa no total do país. Quanto maior a dispersão do PIB *per capita* entre as regiões NUTS III de um país,

maiores serão as diferenças entre os níveis de PIB *per capita* das diversas regiões NUTS III do país face ao PIB *per capita* médio do país. Um caso teórico de ausência de dispersão (dispersão igual a zero) seria o caso em que todas as regiões tivessem o mesmo PIB *per capita* e coincidente com o do país. A dispersão do PIB *per capita* entre regiões calcula-se através da seguinte fórmula:

$$\text{Dispersão} = 100 * \left(\frac{1}{Y} \right) * \sum_{i=1}^n | (y_i - Y) | * \left(\frac{p_i}{P} \right)$$

em que y_i representa o PIB *per capita* da região i ; Y representa o PIB *per capita* do país; p_i representa a população da região i ; P representa a população do País; n representa o número de regiões do país.

Para saber mais

Comissão Europeia (...2014) | Sexto relatório sobre a coesão económica, social e territorial

Comissão Europeia (...2014) | *EU Regional Competitiveness Index, RCI 2013*

Eurostat (...2014) | *Eurostat Regional Yearbook*

Cidades e povoamento

A globalização das economias e dos mercados acelerou-se com um importante contributo do forte crescimento das cidades, em especial das megacidades do mundo emergente, com as diferentes dinâmicas urbanas a ditarem a atração de investimentos, empresas, residentes e talentos. Este crescimento urbano apresenta profundos desequilíbrios, pelo que as cidades enfrentam crescentes desafios relevantes de ordem ambiental, económica, social, e demográfica.

As referências da Estratégia Europa 2020 a formas de crescimento inteligente, sustentável e inclusivo comportam, para as cidades, um conjunto de oportunidades de desenvolvimento mais equilibrado e ecológico onde os processos de reabilitação, regeneração e revitalização se articulam com novos modelos de governação valorizadores da utilização intensiva em tempo real da informação.

Os desafios colocados ao mundo rural não são, no entanto, nem menos relevantes, nem menos importantes. Uns e outros pressionam, afinal, a evolução global dos modelos de povoamento e valorização territorial para uma maior diversificação e integração.

Polarizada pelas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, metade da população portuguesa vive em áreas urbanas.

Os desequilíbrios e riscos gerados por esta forte polarização suscitam, no contexto europeu, uma particular atenção na respetiva mitigação e superação.

O percurso de Portugal entre 1986 e 2013

O definhamento dos espaços rurais foi expressivo nas últimas décadas. A população portuguesa aumentou 5% entre 1992 e 2013, enquanto as regiões rurais perderam 4% dos seus habitantes, registando apenas um saldo natural positivo entre 1998 e 2003. No final de 2013, por cada 20 portugueses, dez vivem numa zona urbana, sete numa área rural e os restantes três em áreas intermédias.

A urbanização do país foi pautada, até ao início do século XXI, pelo maior dinamismo das regiões intermédias, com um crescimento anual cerca de meio ponto percentual superior ao das áreas urbanas. Desde então, as áreas urbanas

anularam o diferencial, mostrando-se mais resilientes à tendência de definhamento e subsequente declínio populacional vivida por Portugal (Gráfico 27.1).

A região de Lisboa destaca-se na evolução recente da população com dez dos 20 municípios que mais cresceram a nível nacional desde 2010. Nas regiões predominantemente urbanas, a Grande Lisboa (-0,4%) regista, no mesmo período, um desempenho menos negativo e a Península de Setúbal (0,9%) cresce mesmo, num quadro mais geral onde a perda de população em Lisboa contrasta com o desempenho positivo dos municípios vizinhos.

A posição de Portugal no contexto da União Europeia

O desequilíbrio do modelo de ocupação territorial português resulta claro na comparação europeia, onde Portugal é o sétimo Estado-membro em que as regiões predominantemente urbanas concentram uma maior fatia da população.

Esta posição surge como resultado da acentuada polarização em torno das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, já que, em simultâneo, Portugal apresenta uma maior proporção da população a viver em regiões predominantemente rurais, que, em termos relativos, absorvem mais 50% dos residentes em Portugal do que na Europa.

A reduzida relevância das regiões intermédias em Portugal, essenciais na atenuação das assimetrias territoriais, explica esta dicotomia. Concentrando duas vezes menos pessoas que a média europeia, Portugal apresenta o sexto registo mais baixo na UE (Gráfico 27.2).

Em Portugal, as regiões predominantemente urbanas são responsáveis por quase 60% da riqueza criada, dez pontos percentuais acima do referencial europeu.

Nos países do alargamento o desvio entre a concentração em termos de criação de riqueza e em termos populacionais nas zonas urbanas é ainda maior, sendo que, no caso da Roménia, Eslováquia, Hungria ou Bulgária, o peso das regiões urbanas no PIB é mais de duas vezes superior ao seu peso na população (Gráfico 27.3).

A crescente relevância dos grandes centros urbanos

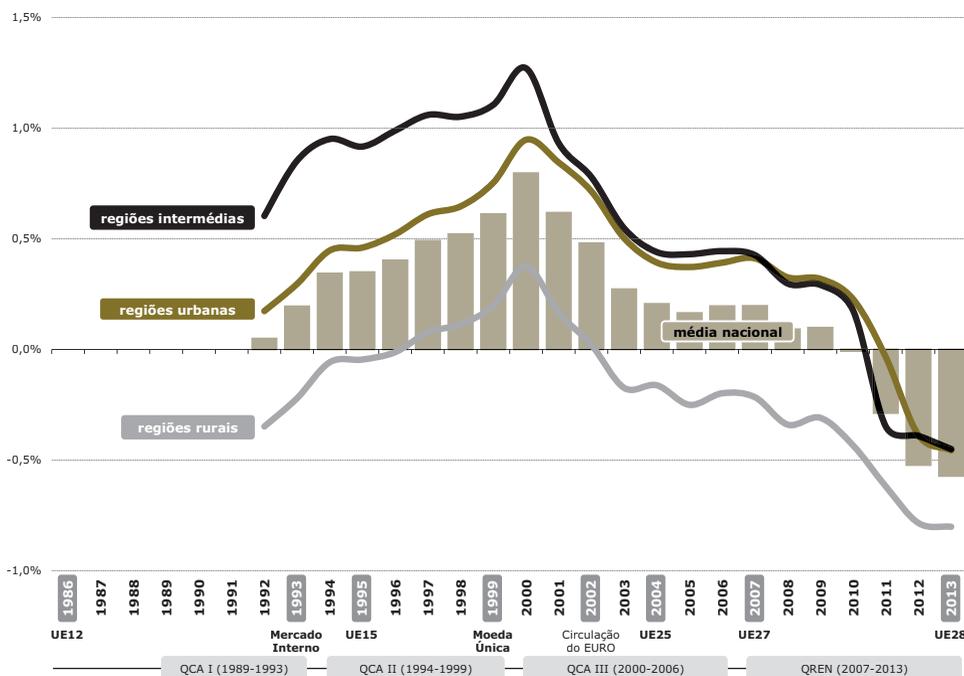
O processo de urbanização tem sido polarizado pela ascensão das grandes metrópoles, que vão concentrando cada vez mais pessoas e empresas. O congestionamento urbano resultante desta polarização gera custos económicos e pressões sociais e ambientais acrescidas que, no entanto, são contrabalançados

por importantes fatores de atração como as melhores oportunidades no mercado de trabalho ou o acesso a um alargado leque de bens e serviços.

O contributo das principais cidades para a criação de riqueza é cada vez mais relevante, com base num ritmo de crescimento do PIB superior à média nacional. Beneficiando de um conjunto de vantagens não só em termos de escala, mas também ao nível da atração de capital humano e do contexto favorável à inovação e ao progresso tecnológico, bem como da disponibilidade de serviços de suporte à competitividade empresarial, estas cidades registam um desempenho favorável em termos de produtividade que se repercute em toda a atividade económica (Gráfico 27.4).

Os processos de urbanização assumem formas diversificadas e geram múltiplas assimetrias e desequilíbrios. Nos países mais desenvolvidos a taxa de risco de pobreza é bem mais elevada nas regiões de elevada densidade. Nos países menos desenvolvidos, sobretudo na Europa de Leste, a taxa de risco de pobreza atinge proporções preocupantes nas áreas pouco povoadas, enquanto, nas áreas densamente povoadas é das mais baixas da UE. Na Europa do sul este perfil está mais atenuado, mas a taxa de risco de pobreza é superior à da União Europeia em ambos os casos (Gráfico 27.5).

Gráfico 27.1. Taxa de crescimento da população residente em Portugal | 1992 a 2013

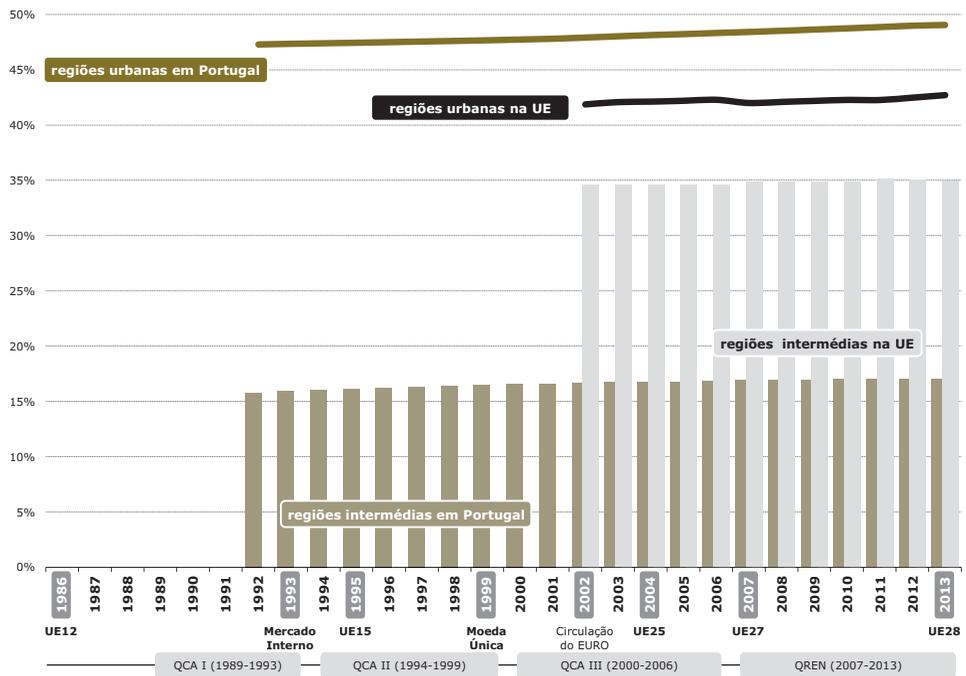


As regiões predominantemente urbanas têm revelado uma maior resiliência à tendência de declínio populacional que Portugal tem vindo a registar.

Fonte: Eurostat (acedido em abril de 2015)

Gráfico 27.2. Ocupação territorial da população: comparação entre Portugal e UE | 1992 a 2013

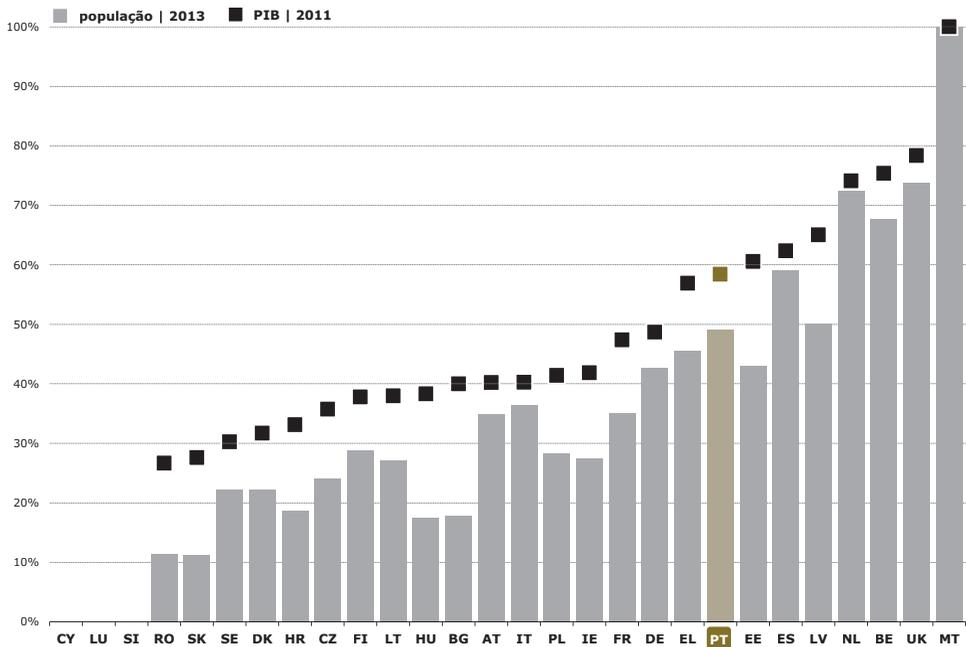
A reduzida relevância das regiões intermédias face ao referencial europeu evidencia o desequilíbrio do modelo de ocupação territorial em Portugal.



Fonte: Eurostat (acedido em abril de 2015)

Gráfico 27.3. Peso das regiões urbanas na população e no PIB: a posição de Portugal na UE | 2011-2013

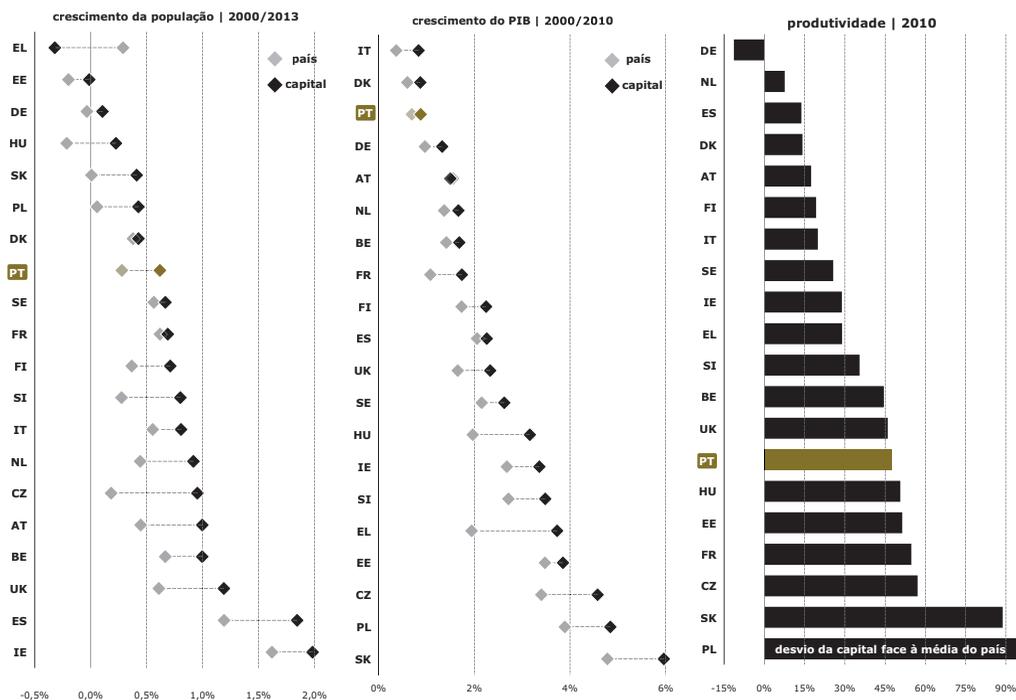
A importância das regiões urbanas é mais vincada na criação de riqueza que em termos populacionais. Em Portugal, estas regiões concentram cerca de 60% do PIB e 50% da população.



Nota: Sem dados disponíveis para o Chipre, Eslovénia e Luxemburgo.

Fonte: Eurostat (acedido em abril de 2015)

Gráfico 27.4. Desempenho das grandes metrópoles face ao território nacional: a posição de Portugal na UE | 2000 a 2013

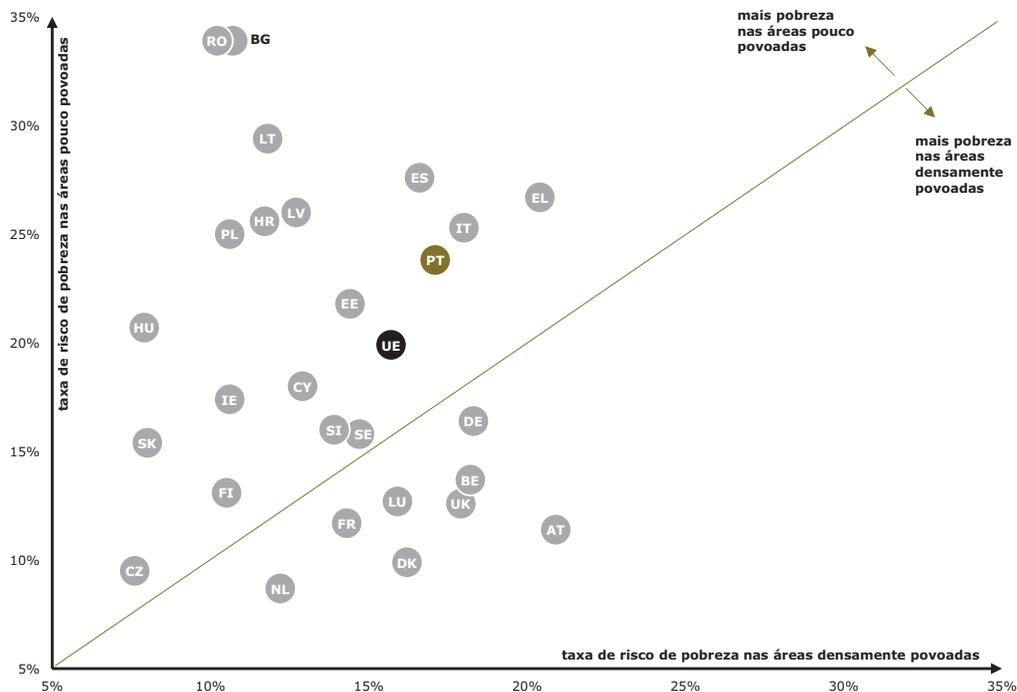


As grandes metrópoles revelam um desempenho económico superior ao restante território nacional, beneficiando de um círculo virtuoso entre atração de população, criação de riqueza e produtividade mais elevada.

Nota: Capital corresponde à área metropolitana da cidade capital do país.

Fonte: OCDE (acedido em abril de 2015)

Gráfico 27.5. Taxa de risco de pobreza por grau de urbanização: a posição de Portugal na UE | 2013



Enquanto nos países mais desenvolvidos a incidência do risco de pobreza é mais preocupante nas regiões de elevada densidade, nos países menos desenvolvidos a relação é inversa, com o risco de pobreza a registar valores preocupantes nas regiões rurais.

A Europa do Sul constitui um caso de especial preocupação com o risco de pobreza a superar a média comunitária em ambos os casos.

Fonte: Eurostat (acedido em abril de 2015)

Conceitos e metodologia

Tipologia urbano rural

Segundo a nova metodologia proposta pelo Eurostat, a classificação das regiões NUTS III em termos das suas características urbanas é baseada na classificação de quadrículas territoriais de um Km² como urbanas ou rurais. Para ser considerada urbana, uma quadrícula deve completar duas condições: uma densidade populacional de pelo menos 300 habitantes por Km² e uma população mínima de 5.000 habitantes nas quadrículas contiguas acima do limiar mínimo de densidade. As restantes quadrículas são consideradas como rurais. A partir desta classificação, as regiões NUTS III são classificadas em 1) regiões predominantemente urbanas/urbanas: se a população rural representa menos de 20% da população total; 2) regiões intermédias: se a população rural representa entre 20% e 50% da população total; e 3) regiões predominantemente rurais ou rurais: se a população rural representa 50% ou mais da população total. No entanto, a classificação pode variar de acordo com o tamanho das cidades da região. Uma região classificada como predominantemente rural torna-se intermédia se contiver uma cidade com mais de 200 mil habitantes representando pelo menos 25% da população regional e uma região classificada como intermédia torna-se predominantemente urbana se contiver uma cidade com mais de 500 mil habitantes representando pelo menos 25% da população. (Eurostat)

Taxa de risco de pobreza

Proporção da população cujo rendimento equivalente se encontra abaixo da linha de pobreza definida como 60% do rendimento mediano por adulto equivalente. (INE)

Grau de urbanização

Esta classificação tem por base as unidades administrativas locais europeias (freguesias, em Portugal) e classifica o território dos Estados-membros em três categorias (áreas densamente povoadas, áreas medianamente povoadas e áreas pouco povoadas), essencialmente através de critérios de densidade e dimensão populacional, sendo utilizada no âmbito de alguns inquéritos comunitários, nomeadamente no Inquérito ao Emprego, no Inquérito às Condições de Vida e Rendimento e nas Estatísticas do Turismo: 1) áreas densamente povoadas: Conjunto contínuo de unidades locais (freguesias), apresentando cada uma densidade populacional superior a 500 habitantes por Km² e possuindo o conjunto uma população total de pelo menos 50.000 habitantes; 2) áreas medianamente povoadas: conjunto contínuo de unidades locais (freguesias), que não fazendo parte de uma zona densamente povoada, apresentem cada uma densidade populacional superior a 100 habitantes por Km² sendo o conjunto contíguo a uma zona densamente povoada ou possuindo uma população total de pelo menos 50.000 habitantes; e 3) áreas pouco povoadas: conjunto de unidades locais (freguesias) que não fazem parte de uma zona densamente povoada nem de uma zona medianamente povoada. (INE)

Para saber mais

Eurostat (...2014) | *Eurostat Regional Yearbook*

INE (...2014) | Anuários Estatísticos Regionais

Nações Unidas (...2014) | *World Urbanization Prospects the 2014 revision*

OECD (...2013) | *Regions at a Glance*

OECD (2015) | *The Metropolitan Century: Understanding urbanisation and its consequences*

População

Um país ganha ou perde população em função da diferença entre quem nasce e quem morre (saldo natural) e entre quem imigra e emigra (saldo migratório).

Portugal, como na generalidade da União Europeia, vai deixando de poder contar com o saldo natural ao ritmo a que a população vai envelhecendo e tendo menos filhos.

O crescimento ou o declínio da população joga-se, cada vez mais, na dinâmica do saldo migratório e no desenvolvimento dos fatores territoriais que configuram pólos de atração ou repulsão de residentes.

A população depende já, e dependerá cada vez mais, da qualidade do posicionamento do país nos processos de desenvolvimento dos ciclos de vida ao longo da vida ativa e depois da reforma de nacionais e estrangeiros.

Sem bebés nem imigrantes que compensem quem morre ou sai do país, Portugal entrou num ciclo em que perde habitantes e relevância na população da UE.

O percurso de Portugal entre 1986 e 2013

Vivem hoje no país mais meio milhão de pessoas do que à data de adesão à CEE. Portugal chegou a ganhar mais de 600 mil novos habitantes entre o mínimo de 1991/93 (menos de dez milhões) e o máximo de 2008/2010 (10,6 milhões). Desde então a população regrediu uma década e está abaixo dos 10,5 milhões.

Entre 1986 e 2013, a taxa de mortalidade manteve-se em torno dos dez óbitos por mil habitantes, mas a taxa de natalidade caiu de 12 para menos de oito nascimentos por mil habitantes.

O saldo natural foi-se, assim, estreitando até passar a ser negativo em 2007.

Nos quatro ciclos que contam a história da população do Portugal Europeu, o saldo migratório ditou o rumo (Gráfico 28.1):

- Até ao início da década de 90, o saldo migratório foi negativo e o país perdeu um a dois habitantes por cada mil ao ano;

- Até ao início do século XXI, o saldo migratório foi positivo e crescente e o país ganhou de um a oito habitantes por mil ao ano;
- Até 2010, o saldo migratório foi positivo mas decrescente e o país ganhou de seis a um habitantes por mil ao ano;
- Desde 2011, o saldo migratório é cada vez mais negativo e o país já perdia cinco a seis habitantes por mil ao ano em 2012/13.

O dinamismo abrandou na viragem para o século XXI com a desaceleração da economia e da imigração. O declínio acentuou-se no contexto da execução do PAEF, com a quebra dos nascimentos e o aumento do desemprego e da emigração.

A posição de Portugal no contexto da União Europeia

No contexto do PAEF, Portugal foi o nono Estado-membro na UE28 que mais perdeu população (-1%), atrás da Grécia e da maioria dos países do alargamento:

- No crescimento natural, Portugal desceu à 21.ª posição. O problema está na taxa de natalidade que perdeu 21 lugares no século XXI e já é a mais baixa de toda a UE28;
- No crescimento migratório, Portugal acompanhou Grécia, Irlanda e Espanha ao pódio na viragem para o século XXI e com estes parceiros iniciais da coesão partilha agora os últimos lugares da UE28.

Há mais de uma década que Portugal deixou de acompanhar o dinamismo da população europeia. No seu conjunto, a UE28 ainda cresce pela via natural, mas sobretudo pela via migratória. Mas este padrão europeu não é mais do que a média aritmética de duas Europas em divergência (Gráfico 28.2 e Gráfico 28.3).

Na Europa em crescimento mantém-se a Irlanda pela via natural, Alemanha, Itália e Áustria pela via migratória e a generalidade da UE15 por ambas as vias. Na Europa em declínio, a Grécia em 2009, Portugal em 2010 e a Espanha em 2012 juntaram-se aos países do alargamento que encolhem há mais de duas décadas, como Hungria, Bulgária, Roménia, Letónia, Lituânia ou Estónia.

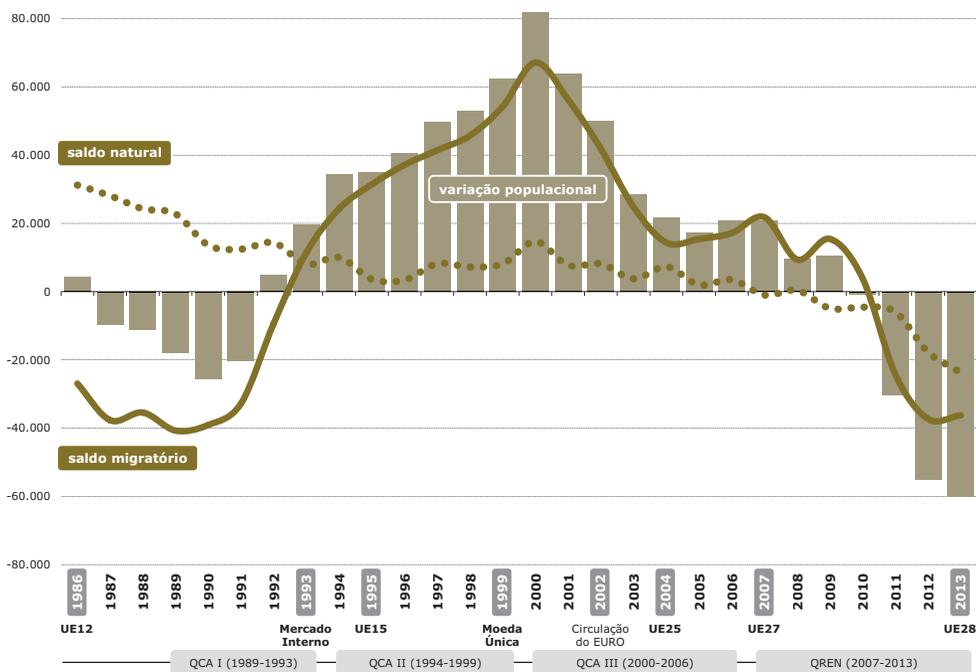
Cenários de acentuação da regressão demográfica

Respondendo por cerca de 2,1% da população da UE28, o Portugal Europeu subiu de 13.º a décimo maior Estado-membro na viragem para o século XXI. Entretanto, já perdeu lugares para Bélgica (2007) e República Checa (2013) e pode vir a ser ultrapassado nas próximas décadas por Suécia, Áustria e Hungria.

De facto, os diversos exercícios de projeção coincidem no futuro de declínio para Portugal. No cenário central da projeção da União Europeia para 2013/2080, Portugal terá menos de dez milhões até 2030, menos de nove milhões até 2050 e perderá um quarto da sua relevância na população europeia até 2060, numa evolução em linha com a Grécia (Gráfico 28.4).

A quebra deste círculo vicioso de regressão demográfica e estagnação económica em gestação constitui um sério desafio para o desenvolvimento português. A renovação e reinvenção dos caminhos do crescimento económico tem, obviamente, uma dimensão demográfica relevante.

Gráfico 28.1. Saldo natural, migratório e total em Portugal | 1986 a 2013

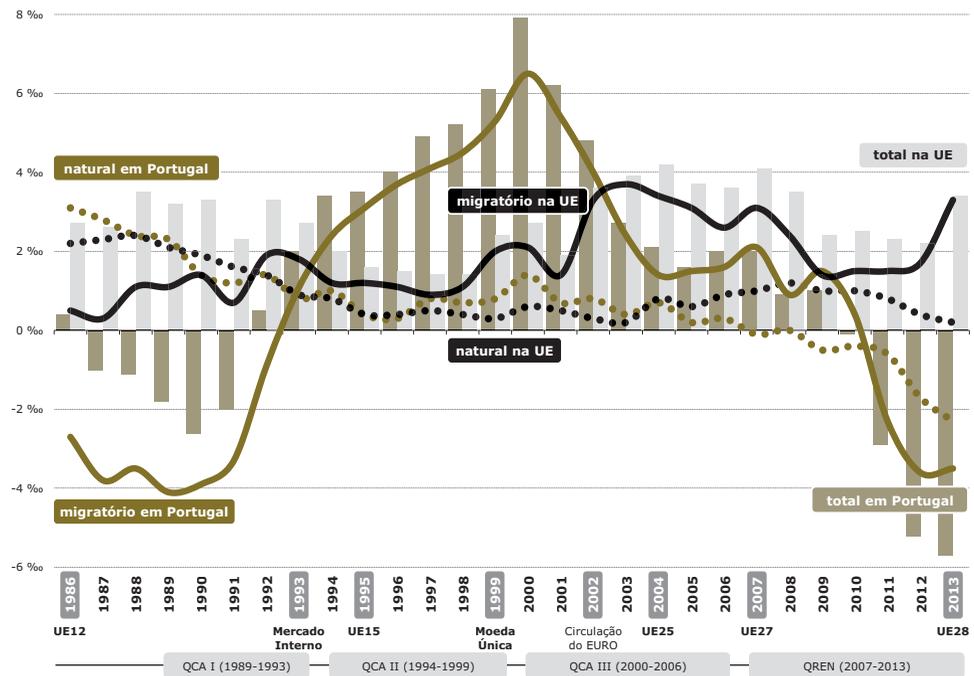


Portugal perde residentes desde 2010: os nascimentos não compensam as mortes desde 2007 e os emigrantes superam os imigrantes desde 2011.

Fonte: Eurostat (acedido em setembro de 2014)

Gráfico 28.2. Taxas brutas de crescimento natural, migratório e total: comparação entre Portugal e UE | 1986 a 2013

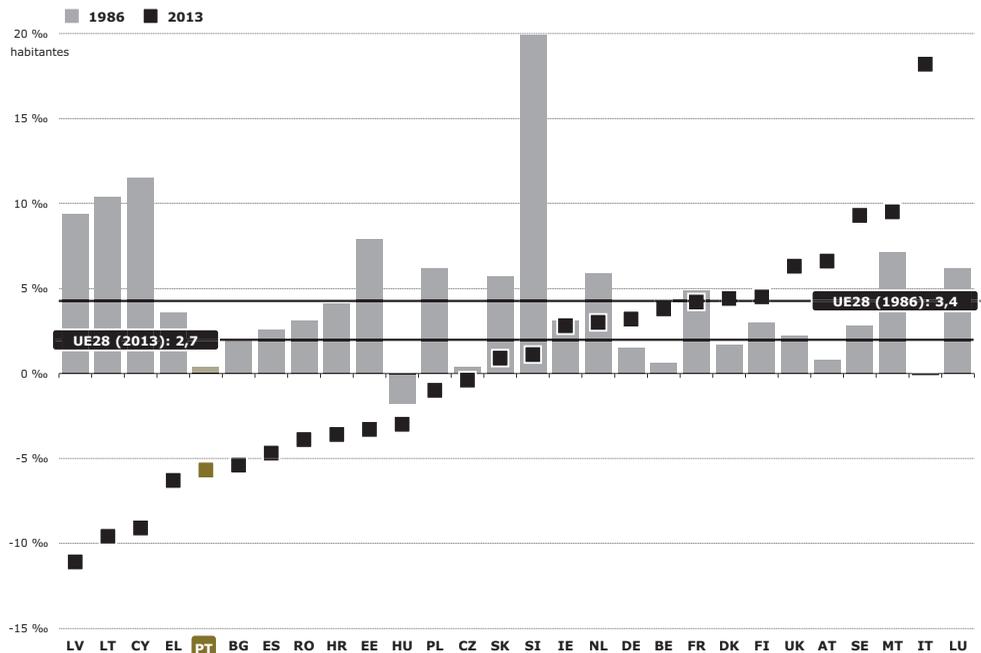
O declínio da população portuguesa diverge do padrão europeu, sobretudo desde a eclosão da crise financeira global, tendo-se acentuado com os ajustamentos recessivos mais recentes.



Fonte: Eurostat (acedido em setembro de 2014)

Gráfico 28.3. Taxa bruta de crescimento populacional: a posição de Portugal na UE | 1986 e 2013

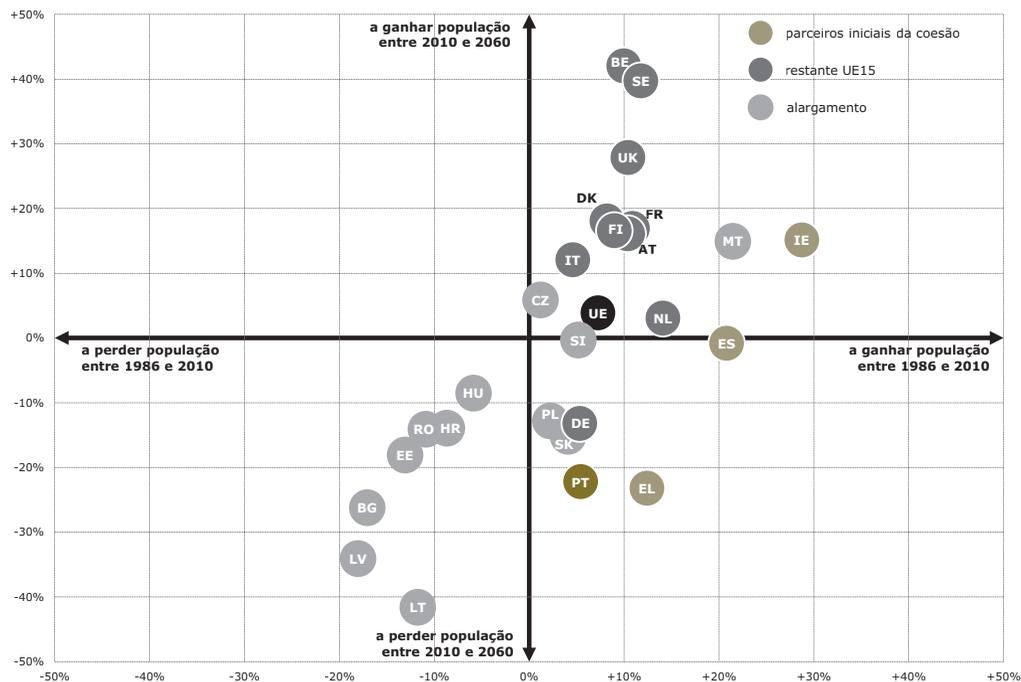
No ranking do crescimento populacional, Portugal regressou aos últimos lugares que ocupara nos anos 80, agora acompanhado da Espanha, da Grécia e da generalidade dos países do alargamento.



Nota: França excluí departamentos ultramarinos.

Fonte: Eurostat (acedido em setembro de 2014)

Gráfico 28.4. População residente e projeção da população residente (2010=100) | 1986 a 2060



As projeções europeias até 2060 apontam o declínio de três países da UE15. Alemães podem encolher mais de 10% e, portugueses e gregos, mais de 20% face a 2010.

Nota: A variação da população do cenário central da projeção da população europeia (EUROPOP2013) para 2013 a 2060 é apresentada por referência ao ano 2010, quando Portugal registou o número máximo de residentes.

Fonte: Eurostat (acedido em setembro de 2014)

Conceitos e metodologia

População residente

Pessoas que, independentemente de no momento de observação estarem presentes ou ausentes numa determinada unidade de alojamento, aí habitam a maior parte do ano com a família ou detêm a totalidade ou a maior parte dos seus haveres. (INE) O INE procede à divulgação regular de estimativas provisórias intercensitárias de população residente. Os valores agora apresentados foram revistos para dois períodos temporais: 2001-2011 de forma a incorporar os resultados definitivos dos Censos 2011; e 1991-2000 com o objetivo de conciliar esta série, em termos conceituais e metodológicos, com a série de 2001-2011. (PORDATA)

Saldo natural e saldo migratório

O saldo natural é a diferença entre o número de nados-vivos e o número de óbitos num dado período de tempo enquanto o saldo migratório é a diferença entre o número de pessoas que imigra e emigra.

O saldo migratório é geralmente calculado com base na diferença entre a variação populacional e o crescimento natural (saldo migratório ajustado), sendo afetado por todas as imprecisões estatísticas nas duas componentes da equação, especialmente a variação populacional. (PORDATA)

Taxa bruta de crescimento migratório

Saldo migratório, ou seja, a diferença entre imigrantes e emigrantes, por cada 1.000 residentes. Quanto mais alta é a taxa, maior é o contributo do saldo migratório para o crescimento da população. (PORDATA)

Taxa bruta de crescimento natural

Saldo natural, ou seja, a diferença entre nascimentos e mortes, por cada 1.000 residentes. Quanto mais alta é a taxa, maior é o contributo do saldo natural para o crescimento da população. (PORDATA)

Taxa bruta de crescimento populacional

Soma das taxas brutas de crescimento natural e migratório. Quanto mais alta é a taxa, maior é o crescimento da população. (PORDATA)

Taxa bruta de natalidade

Número de nados-vivos ocorrido durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse

período, e habitualmente expressa em número de nados-vivos por 1.000 habitantes. (INE)

Taxa bruta de mortalidade

Número de óbitos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período, e habitualmente expressa em número de nados-vivos por 1.000 habitantes. (INE)

Para saber mais

Comissão Europeia (2012) | *Demography report 2010: older, more numerous and diverse Europeans*

Eurostat (2014) | EUROPOP2013, *European population projections 2013-2080*

INE (2014) | Projeções da população residente 2012-2060

INE (...2014) | Estatísticas demográficas

Mendes, M.F. E Rosa, M.J.V. (2012) | Projeções 2030 e o futuro, Fundação Francisco Manuel dos Santos

Emigração e imigração

A globalização induzida pela crescente mobilidade é também refletida nos movimentos migratórios. Novas origens, novos destinos, novos motivos e novos horizontes temporais vieram diversificar as populações migrantes.

Os movimentos migratórios refletem velhas e novas tendências e motivações. O alargamento da UE impulsionou novas intensidades de relacionamento entre países, regiões e cidades, dentro da União e com as suas vizinhanças. A globalização das cadeias de valor e, com ela, das atividades mais intensivas em conhecimento e informação impulsionou, por outro lado, o surgimento de novas carreiras profissionais onde a mobilidade internacional surge, cada vez mais, como uma oportunidade desejada em vez de uma necessidade sofrida.

As limitações estatísticas inerentes à realidade estudada, não deixa de revelar um novo perfil migratório nacional que importa entender.

Portugal regista, desde 2011, uma nova vaga de emigração com os emigrantes a superarem os imigrantes, mantendo-se, no entanto, numa posição intermédia, no contexto europeu, onde, também, prossegue um modelo específico de imigração.

O percurso de Portugal entre 1986 e 2013

A evolução dos fluxos migratórios do Portugal Europeu é irremediavelmente marcada pela eclosão da crise financeira e pelas medidas de ajustamento restritivo aplicadas.

Depois de duas décadas protagonizadas pela chegada de estrangeiros, existe uma nova vaga de emigração, lembrando os anos 60 e 70. O número de novos emigrantes já ultrapassa os 50 mil, superando desde 2011 o número de imigrantes, que caiu de um máximo de 80 mil em 2002 para menos de 20 mil em 2013 13 (Gráfico 29.1).

Esta nova dinâmica migratória é refletida na evolução do saldo entre as remessas vindas do exterior e as remessas enviadas por estrangeiros a viver em Portugal. Depois do peso do saldo das remessas no PIB cair de 7% em 1986 para menos de 1% em 2009, desde então já recuperou 50%, com o montante de recebimentos a superar os 2% do PIB pela primeira vez desde 2002.

A posição de Portugal no contexto da União Europeia

A comparação do saldo migratório com o referencial europeu realça a inversão dos fluxos migratórios em Portugal. O regresso a um contributo negativo das migrações para o crescimento da população portuguesa desde 2011 contrasta com a manutenção de um saldo migratório globalmente positivo na UE (Gráfico 29.2).

No entanto, a evolução das taxas de emigração e imigração reflete o impacto assimétrico da crise financeira nos países iniciais da coesão. Irlanda, Espanha, Grécia e Portugal estão entre os países em que a taxa de emigração mais subiu e a taxa de imigração mais caiu desde 2008.

Em 2012, Portugal regista mesmo a segunda taxa de imigração mais reduzida da UE (Gráfico 29.3 e Gráfico 29.4).

Portugal é, num horizonte de muito longo prazo, um país de emigrantes.

As sucessivas vagas de portugueses que partiram rumo às Américas (Brasil, Venezuela, EUA ou Canadá), rumo à Europa (França, Alemanha, Luxemburgo, depois Suíça, Espanha ou Reino Unido) ou rumo às ex-colónias (agora Angola ou Moçambique) terão acumulado mais de dois milhões de emigrantes e espalhado pelo mundo mais de cinco milhões de pessoas de origem portuguesa. Portugal tem a taxa de população emigrada mais elevada da UE28 e é sexto em número de emigrantes.

Os Portugueses no mundo e o mundo em Portugal

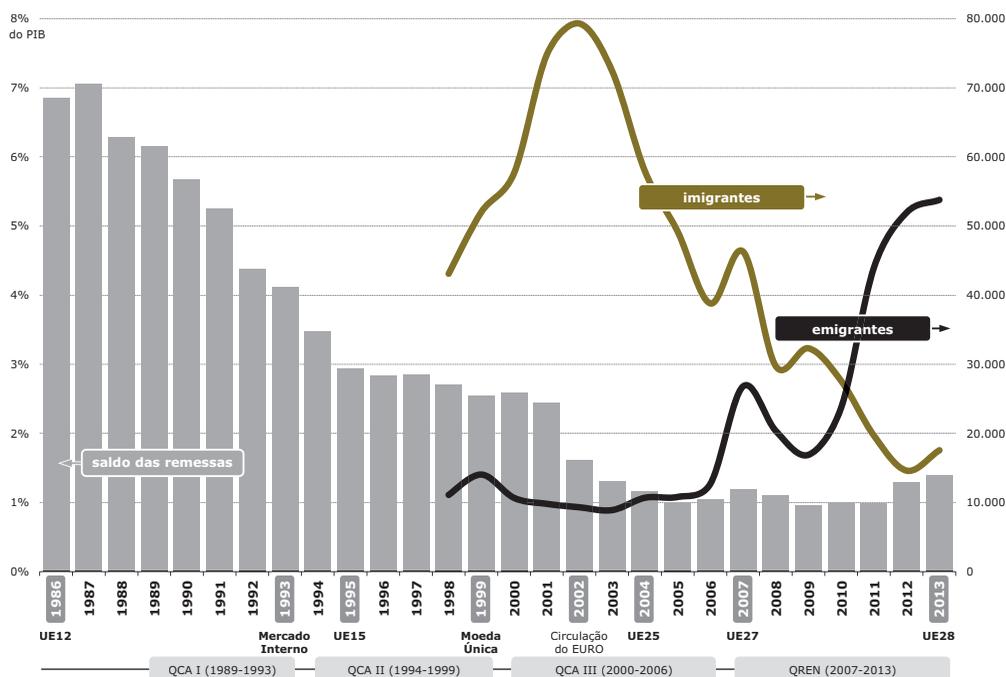
Por cá, os estrangeiros também se multiplicaram, diversificaram e integraram na população portuguesa:

- À entrada na CEE, a maioria dos estrangeiros era oriunda das ex-colónias, nomeadamente de Cabo-Verde, mas hoje em cada cinco estrangeiros um é dos PALOP, outro do Brasil e outro de Leste. Os asiáticos também crescem, em particular, os chineses que já rivalizam com a comunidade britânica e são os principais candidatos às autorizações especiais de residência para investidores que Portugal atribui desde 2013 (ARI/Visa Gold);
- A população estrangeira multiplicou por mais de cinco vezes desde 1986 e superou o máximo de 450 mil em 2009, mas desde a eclosão da crise financeira global já recuou mais de 50 mil. A fuga não é tanto para fora do país, mas para dentro da própria população portuguesa. Com a nova Lei da Nacionalidade, mais de 20 mil estrangeiros são agora naturalizados portugueses todos os anos, com destaque para os cidadãos oriundos dos PALOP, Brasil, Moldávia ou Ucrânia;

- Entre 2008 e 2012, naturalizaram-se em Portugal cinco em cada 100 estrangeiros por ano. No contexto europeu, esta é uma das taxas mais elevadas da União Europeia. O país mantém assim uma população estrangeira abaixo do padrão europeu, mas uma população nascida no estrangeiro já acima deste referencial (Gráfico 29.5, Gráfico 29.6 e Gráfico 29.7).

A população residente evolui, assim, incorporando um modelo próprio de imigração que confirma a força dos fatores de atratividade não diretamente económicos, nomeadamente os que podemos associar aos modos de vida e à hospitalidade.

Gráfico 29.1. Imigrantes, emigrantes e saldo das remessas de emigrantes em Portugal | 1986 a 2013



A nova vaga de emigração já se reflete no saldo entre remessas recebidas e enviadas.

Fonte: Eurostat e Cnucead (acedido em dezembro de 2014)

Gráfico 29.2. Saldo migratório e remessas de emigrantes: comparação entre Portugal e UE | 1986 a 2013

O contributo positivo do saldo das remessas para a economia portuguesa contrasta com o equilíbrio entre recebimentos e pagamentos no panorama europeu.

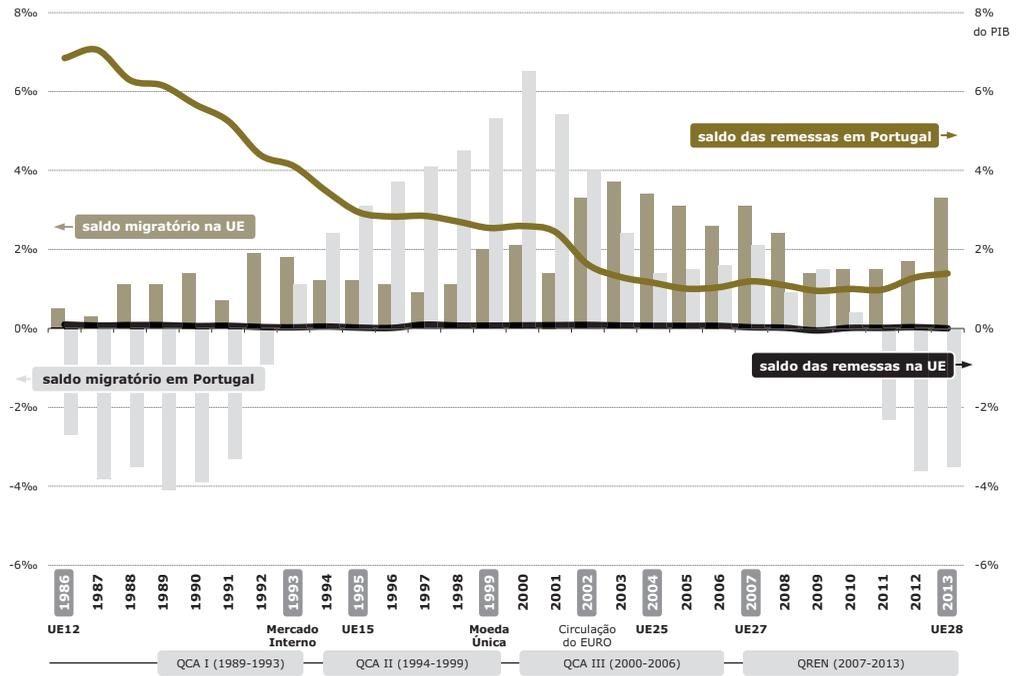


Gráfico 29.3. Imigração por 1.000 residentes: a posição de Portugal na UE | 2008 e 2012

Portugal regista a segunda taxa de imigração mais baixa entre os Estados-membros da UE.

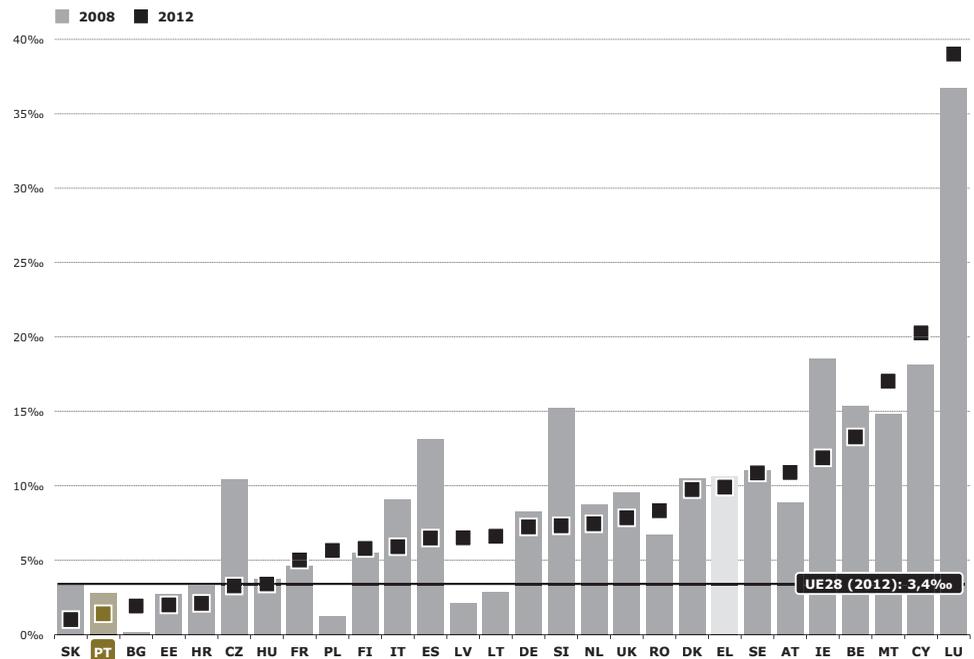
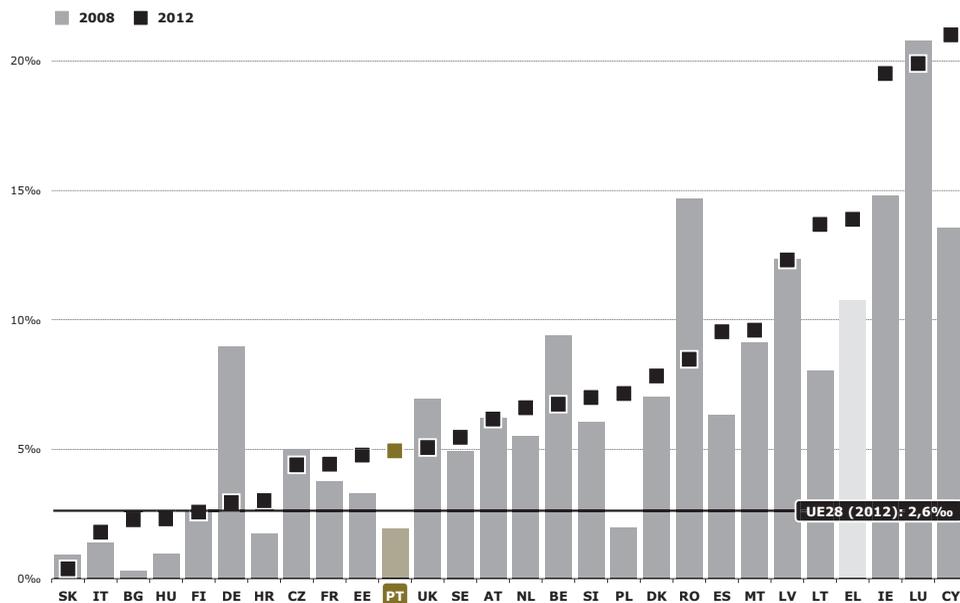


Gráfico 29.4. Emigração por 1.000 residentes: a posição de Portugal na UE | 2008 e 2012

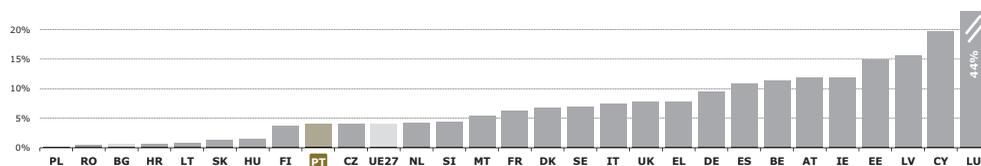


Entre 2008 e 2012, Portugal foi o sétimo Estado-membro que mais acelerou a emigração, atrás dos parceiros iniciais da coesão.

Nota: Os valores iniciais referem-se a 2010 para a Grécia.

Fonte: Eurostat (acedido em dezembro de 2014)

Gráfico 29.5. Peso da população estrangeira na população residente: a posição de Portugal na UE | 2013



Com cinco naturalizações por cada 100 cidadãos estrangeiros, Portugal destaca-se pela elevada taxa de naturalização e pelo reduzido peso da população estrangeira.

Gráfico 29.6. Taxa anual de naturalização da população estrangeira: a posição de Portugal na UE | 2008/2012

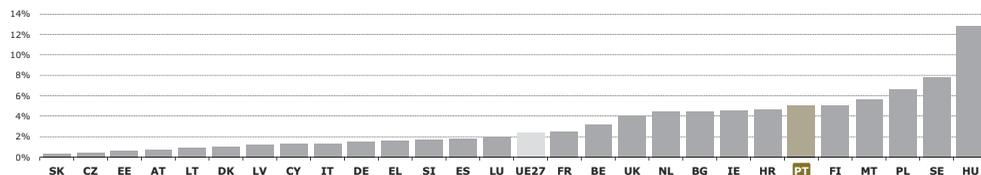
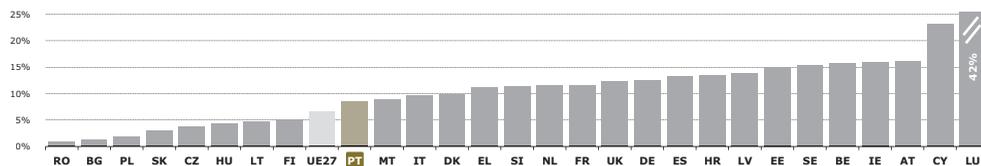


Gráfico 29.7. Peso da população nascida no estrangeiro na população residente: a posição de Portugal na UE | 2012



Nota: Dados não disponíveis para a taxa de naturalização na Roménia.

Fonte: Eurostat (acedido em setembro de 2004)

Conceitos e metodologia

Emigrantes e imigrantes

As estatísticas da União Europeia contabilizam os fluxos de emigração e de imigração permanentes. É emigrante quem residia habitualmente no território de um Estado-membro e deixa de aí residir por um período cuja duração real ou prevista é, no mínimo, de 12 meses. É imigrante quem entra num Estado-membro para aí estabelecer a sua residência habitual por um período cuja duração real ou prevista é, no mínimo, de 12 meses. Desde 2008 que as estatísticas comunitárias de fluxos de migração internacional têm sido harmonizadas em termos de metodologia, definições e fontes de dados, quebrando a comparabilidade dos dados ao longo do tempo em diversos Estados-membros. O Eurostat alerta que é mais difícil contar as pessoas que saem de um país do que as que nele entram. Uma análise comparativa dos dados de 2008 sobre a emigração e a imigração para os Estados-membros e para fora deles (estatísticas-espelho) confirmou a particular dificuldade de quantificar a emigração. (Eurostat)

Nacionalidade

Ligação jurídica especial entre um indivíduo e o seu Estado, adquirida por nascimento ou por naturalização, na sequência de declaração, opção, casamento ou outro meio, nos termos da legislação nacional. (Eurostat) Em Portugal, convém notar que a Lei da Nacionalidade de 2006 modificou substancialmente os regimes da atribuição e da aquisição da nacionalidade portuguesa, diminuindo exigências, simplificando procedimentos e ampliando o número potencial de estrangeiros que podem aceder à nacionalidade portuguesa. (SEF e Decreto-Lei n.º 237-A/2006)

Estrangeiro residente

Para efeitos estatísticos, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) considera o estrangeiro detentor

de título de residência emitido nos termos da Lei de Imigração, do Regime de Livre Circulação de nacionais de Estados-membros da UE e seus familiares e da Lei de Asilo. Na evolução da população estrangeira residente não pode ser ignorada a quebra de série estatística de 2008 nem alterações legislativas, tais como regularizações extraordinárias (1992 e 1996), instrumentos de regularização da permanência a partir de 2001 (autorizações de permanência, prorrogações de permanência e autorizações de residência com dispensa de visto por motivos excepcionais), ou novos instrumentos de atração, como o estatuto de europeu residente de longa duração (Cartão Azul UE) ou a autorização de residência para atividades de investimento (*ARI/Golden Visa*). (SEF)

ARI/Golden Visa

O regime especial de autorização de residência para atividade de investimento que entrou em vigor no dia 8 de outubro de 2012. É atividade de investimento a exercida pessoalmente ou através de uma sociedade que conduz, em regra, à concretização de, pelo menos, uma das seguintes operações em território nacional por um período mínimo de cinco anos: i) transferência de capitais no montante igual ou superior a um milhão de euros; ii) criação de, pelo menos, dez postos de trabalho; iii) aquisição de bens imóveis de valor igual ou superior a 500 mil euros. (SEF)

Remessas de emigrantes

As remessas de emigrantes seguem a metodologia proposta pelo Banco Mundial. Até 2005 englobam as remessas de trabalhadores, a compensação de empregados e as transferências de migrantes. Com a entrada em vigor da nova metodologia da Balança de Pagamentos (BPM6), desde 2005 englobam transferências pessoais e a compensação de empregados. (Banco Mundial e FMI)

Para saber mais

Malheiros, J.M. E Esteves, A. *coord.* (2013) | Diagnóstico da situação da população imigrante em Portugal: características, problemas e potencialidades, Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural (ACIDI)

Matias, G.S. (2014) | Migrações e cidadania, Fundação Francisco Manuel dos Santos

Pires, R.P. *coord.*, Pereira, C., Azevedo, J. E Ribeiro, A.C. (2014) | Emigração portuguesa: relatório estatístico, Observatório da Emigração e Rede Migra, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL), Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas (DGACCP)

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (...2014) | Relatório de imigração, fronteiras e asilo

Estrutura etária da população

O crescente número de pessoas mais velhas na população portuguesa, europeia ou mundial decorre da melhoria das condições de vida, de saúde e de longevidade, assim como do declínio da fecundidade que já se situa abaixo do limiar de 2,1 filhos necessário para repor as gerações.

A chegada dos *baby-boomers* à idade da reforma é um repto de mudança global que coloca à prova a capacidade de adaptação do modelo de organização social, das famílias às políticas públicas e do próprio conceito de idoso.

Pensões, cuidados de saúde, trabalho, aprendizagem ao longo da vida, articulação entre consumo de bens e acesso a serviços, reformulação e partilha de habitações, mobilidade ou formas de mitigação do isolamento são alguns dos domínios desafiados pela emergência da «terceira idade», bem como de uma «quarta idade» para lá dos 80 anos, ambas, ainda, à procura de um modelo de valorização suficientemente inteligente e de um modelo social suficientemente sustentável.

A aceleração do envelhecimento inverte a pirâmide etária e questiona o modelo de organização económica e social, a idade da reforma e até o próprio conceito de idoso.

O percurso de Portugal entre 1986 e 2013

O Portugal Europeu inverteu e esticou a pirâmide etária:

- A população jovem (até 14 anos) caiu de 2,3 para 1,5 milhões enquanto a população idosa (65 e mais anos) subiu de 1,2 para mais de dois milhões, havendo hoje um idoso/avô a mais por cada jovem/neto a menos;
- A população mais jovem (até 4 anos) caiu mais de 200 mil enquanto a população mais idosa (80 e mais anos) subiu mais de 350 mil, havendo também hoje um bisavô a mais por cada bisneto a menos (Gráfico 30.1);
- A idade mediana, que divide a população portuguesa ao meio, subiu de 32 anos em 1986 para 40 em 2007 e 43 em 2013 enquanto o número de pessoas em idade ativa (15 a 64 anos) desceu de 5,3 para 3,3 por cada idoso, agravando o designado índice de sustentabilidade potencial.

O período dos 28 anos de Portugal Europeu foi, assim, palco de uma transição demográfica radical que está ainda longe de ter sido completamente percebida e incorporada em imprescindíveis reformas económicas, sociais e institucionais.

A posição de Portugal no contexto da União Europeia

O ritmo de envelhecimento da população portuguesa é superior ao padrão europeu.

Em 1986, Portugal ainda tinha o 17.º menor índice de envelhecimento da UE, em 1994 já ultrapassara a média europeia, em 2001 foi o sexto Estado-membro onde a população idosa superou a jovem e em 2013 era o quinto Estado-membro com mais idosos por cada jovem (Gráfico 30.2 e Gráfico 30.3).

Entre 1986 e 2013, o Portugal Europeu passou dum extremo ao outro na generalidade dos *rankings* de envelhecimento da UE, superando a média comunitária e convergindo com Estados-membros como Alemanha, Itália, Espanha, Grécia ou Bulgária.

No cenário central da projeção da União Europeia para 2013/2080, Portugal lidera mesmo os indicadores do envelhecimento, na companhia de Espanha, Grécia ou Alemanha. De facto, Portugal pode ser o primeiro Estado-membro a ter dois idosos por cada jovem em 2030 e três idosos por cada jovem em 2050.

Portugal também pode ser o primeiro com metade da população acima dos 50 anos e com um terço da população com 65 e mais anos em 2040. Portugal pode ser o Estado-membro com menor proporção de jovens em 2030 e com maior proporção de pessoas com 80 e mais anos em 2060. O país pode ainda ser o primeiro a chegar ao rácio de três idosos por cada cinco pessoas em idade ativa em 2050.

Um envelhecimento à procura da qualidade necessária

O número de idosos duplicará face às pessoas em idade ativa nas próximas décadas e os 60 anos não poderão persistir sinónimo de aposentação. A União Europeia insta agora os Estados-membros a melhor aproveitar o potencial das gerações mais saudáveis e instruídas que alguma vez se aproximaram da idade da reforma.

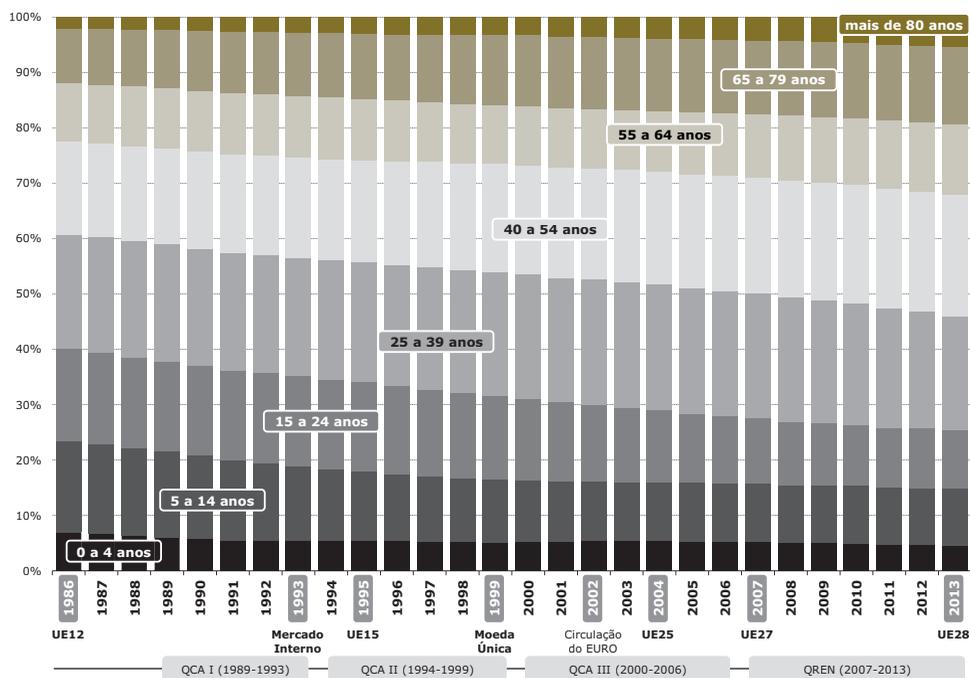
Portugal é 13.º no *ranking* europeu de envelhecimento ativo lançado com a Comissão Económica para a Europa das Nações Unidas. Neste *Active Ageing Index*, os idosos portugueses surgem menos bem posicionados na participação

social (voluntariado, apoio familiar, política, etc.) ou na autonomia (saúde, formação, independência financeira, etc.) mas ascendem à quarta posição quanto à elevada participação no mercado de trabalho.

Aumentar o emprego dos trabalhadores com perto de 60 e mais anos é um dos desafios do envelhecimento ativo. Portugal está abaixo da média na taxa de emprego dos 55/64 anos mas lidera a taxa de emprego dos 65 e mais anos, a par da Roménia, Reino Unido e Irlanda (Mapa 30.1).

A resposta ao envelhecimento constitui, neste quadro, um dos maiores desafios, económico e social, no futuro do Portugal Europeu.

Gráfico 30.1. Estrutura da população por grupos etários em Portugal | 1986 a 2013

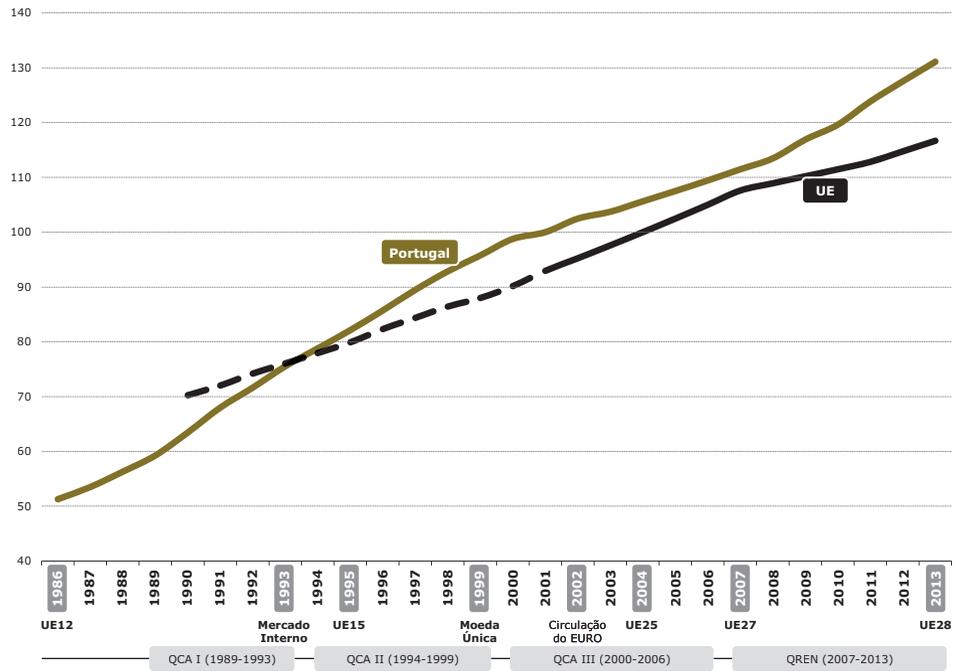


Em 1986, o país tinha 23% de jovens e 12% de idosos. Hoje menos de 15% são jovens e os idosos já são um quinto da população.

Fonte: Eurostat (acedido em outubro de 2014)

Gráfico 30.2. Índice de envelhecimento: comparação entre Portugal e UE | 1986 a 2013

Desde meados da década de 90 que o rácio entre idosos e jovens supera o padrão europeu. O ritmo de envelhecimento do país voltou a acelerar com a eclosão da crise financeira global prolonga da crise orçamental nacional.

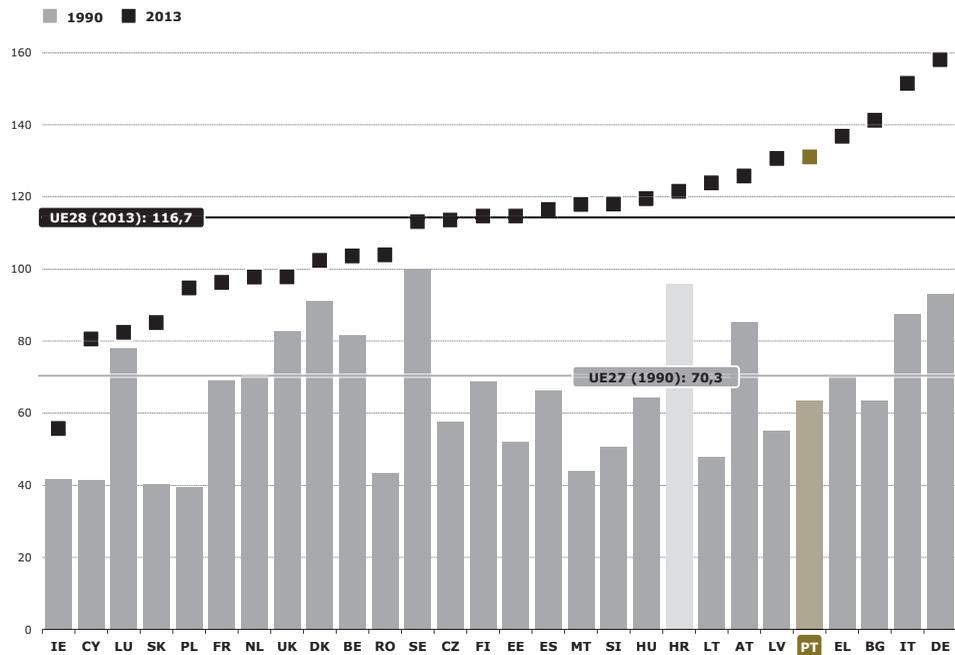


Nota: Os dados para a UE dizem respeito à UE27 até 2001.

Fonte: Eurostat (acedido em setembro de 2014)

Gráfico 30.3. Índice de envelhecimento: a posição de Portugal na UE | 1990 e 2013

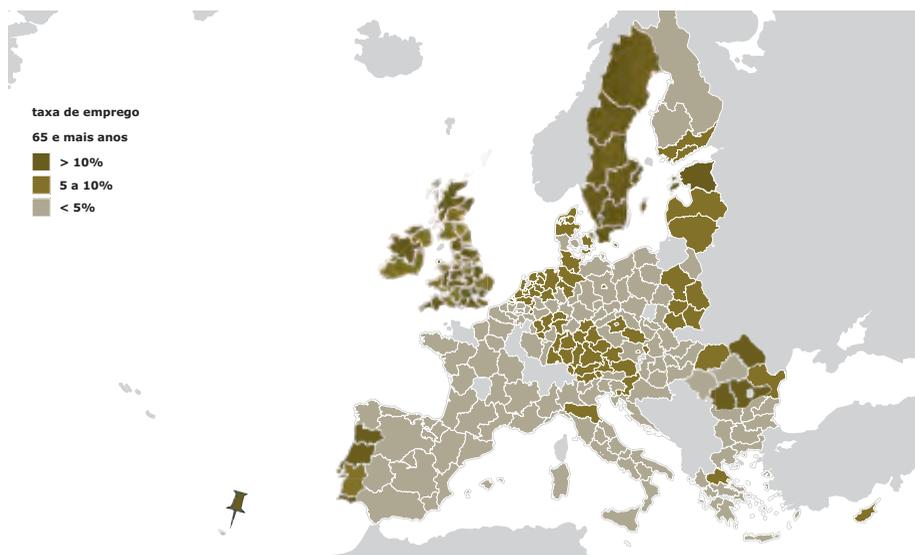
Portugal foi dos países que mais envelheceu, a par de Grécia, Itália, Alemanha na UE15, e da generalidade dos países do alargamento.



Nota: O valor inicial para a Croácia refere-se a 2001. França excluí departamentos ultramarinos.

Fonte: Eurostat (acedido em setembro de 2014)

Mapa 30.1. Taxa de emprego da população com 65 e mais anos de idade: a posição das regiões portuguesas na UE | 2013



Só há duas regiões europeias onde um em cada cinco idosos ainda trabalha: o Nordeste da Roménia e o Centro de Portugal. As regiões da Madeira e do Norte também estão no top10 deste ranking.

Nota: Dados não disponíveis para Açores e outras 20 das 272 regiões europeias. Os valores referem-se a 2011 para três regiões (ES23, FR22 e HU23) e 2012 para nove regiões (AT34, EL22, FR23, FR72, HU21, HU22, HU31, ITF2 e SK03).

Fonte: Eurostat (acedido em outubro de 2014)

Conceitos e metodologia

Baby-boom

Evento demográfico que acelera o envelhecimento da população europeia no século XXI e que alude ao surto da fecundidade nas duas décadas seguintes após a II Guerra Mundial. O elevado número de pessoas que nasceu entre meados dos anos 40 e anos 60, e que entra agora na idade da reforma, é a designada geração dos *baby-boomers*. O Eurostat estima que a população europeia com mais de 60 anos aumente acima de dois milhões por ano nas próximas décadas e que a população em idade ativa diminua. (Eurostat e Comissão Europeia)

Envelhecimento ativo

Para incentivar os Estados-membros a explorar o potencial da população no fim da casa dos 50 anos de idade ou mais, 2012 foi designado o Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre as Gerações. Neste contexto, promover o envelhecimento ativo significa criar melhores oportunidades para que os mais velhos desempenhem o seu papel no mercado de trabalho, combater a pobreza, sobretudo das mulheres,

e a exclusão social, encorajar o voluntariado e a participação ativa na vida familiar e na sociedade, e incentivar o envelhecimento com dignidade. Tal implica adaptar as condições de trabalho, lutar contra os estereótipos negativos relacionados com a idade e contra a discriminação em razão da idade, melhorar a saúde e a segurança no trabalho, adaptar os regimes de aprendizagem ao longo da vida às necessidades de uma mão-de-obra que envelhece ou garantir que os sistemas de proteção social sejam adequados e proporcionem os incentivos corretos. (Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia)

Índice de dependência de idosos

Número de pessoas com 65 e mais anos por cada 100 pessoas em idade ativa, ou seja, com 15 a 64 anos. Um valor inferior a 100 significa que há menos idosos do que pessoas em idade ativa. (PORDATA)

Índice de envelhecimento

Número de pessoas com 65 e mais anos por cada 100 pessoas menores de 15 anos. Um valor inferior a 100 significa que há menos idosos do que jovens. (PORDATA)

Índice de longevidade

No contexto europeu, considera o número de pessoas com 80 e mais anos por cada 100 pessoas com 65 e mais anos. Quanto mais alto é o índice, mais envelhecida é a população idosa. (PORDATA)

Índice de sustentabilidade potencial

Relação entre a população em idade ativa e a população idosa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos e o número de pessoas com 65 ou mais anos. (INE)

Para saber mais

Cabral, M. V. (*coord.*), Ferreira, P.M., Silva, P.A., Jerónimo, P. Marques, T. (2013) | Processos de envelhecimento em Portugal, Fundação Francisco Manuel dos Santos

Comissão Europeia (2012) | *Active ageing and solidarity between generations: Statistical portrait of the European Union / Eurobarometer 378*

Comissão Económica para a Europa das Nações Unidas (UNECE) e Comissão Europeia | *The active ageing index*
Rosa, M.J.V. (2012) | O envelhecimento da sociedade portuguesa, Fundação Francisco Manuel dos Santos

Estruturas familiares

O Portugal Europeu produziu uma alargada diversidade das formas assumidas pelas estruturas familiares. Rompeu-se, neste quadro, a estabilidade da sequência do casar, ter filhos e “viver juntos para sempre”, como se abriram múltiplos caminhos de diferenciação de referências em múltiplas direções.

Diminuíram os casamentos pela igreja e no civil enquanto aumentaram os divórcios, os recasamentos, as uniões de facto e os casamentos entre pessoas do mesmo sexo.

Diminuíram os casais com filhos e os próprios filhos enquanto aumentaram os nascimentos fora do casamento, as famílias monoparentais e os casais recompostos com filhos de outros.

Diminuíram os casais e outros formatos mais alargados e complexos enquanto aumentaram os adultos a viver sós em diferentes fases da vida.

Ter menos filhos e mais tarde está a mudar as famílias do país.

Entre os adultos, perde protagonismo a figura do casal com filhos.

Entre as crianças, ganha protagonismo a figura do filho único.

O percurso de Portugal de 1986 a 2013

A dimensão média das famílias desceu de 3,3 para 2,6 pessoas desde a data de adesão à CEE, reflexo da crescente multiplicação de novos agregados que superam quatro milhões desde 2011.

Os casais com filhos permanecem o modelo familiar dominante, mas refletem uma nítida erosão do seu peso relativo desde meados dos anos 2000. Os efeitos da fragmentação das estruturas familiares revelam-se com clareza na década terminada em 2013 onde, por cada casal com filhos que desaparece surgem quase três agregados com uma destas combinações: ou um casal sem filhos ou um adulto com filhos ou um adulto só.

A trajetória de melhoria das condições de vida e de acesso a casa independente que viabilizaram aquela diferenciação e diversificação com modelos de vivência mais autónomos, foi, pelo menos parcialmente, interrompida pelas consequências objetivas e subjetivas das restrições impostas pelos ajustamentos

concretizados no contexto do PAEF, como indicia a quebra dos divórcios a partir de 2011.

Os efeitos da crise e do ajustamento propagam-se com rapidez aos comportamentos relativos às estruturas familiares. As estimativas indicam 2013 como o ano de interrupção da tendência histórica de multiplicação dos agregados domésticos, com os casais com filhos a recuar ao nível da crise de 1993 e as famílias monoparentais a caírem pela primeira vez desde a crise de 2003 (Gráfico 31.1).

A posição de Portugal no contexto da União Europeia

Ter menos filhos e mais tarde, em rota de convergência com a UE, está a mudar a configuração das famílias no país.

Portugal ultrapassou a barreira dos 30 anos na idade da mãe ao nascimento de um filho em 2011, mais tarde do que a generalidade da UE15 (Gráfico 31.3).

Em rota de divergência com a UE está o declínio do índice sintético de fecundidade do país na última década (Gráfico 31.2).

Em 2012, o número médio de filhos por mulher em idade fértil ficou aquém de 1,3 e colocou Portugal no último lugar na UE28. Madeira (com menos de 1,1 filhos por mulher) e Norte e Centro (com menos de 1,2 filhos por mulher) posicionam-se mesmo no decil menos fecundo das 272 regiões europeias (Mapa 31.1).

O *zoom* aos filhos das famílias da UE28 em 2013 revela o adiamento do segundo filho e o protagonismo do «filho único»:

- Portugal é o oitavo Estado-membro na proporção de agregados com filhos, ficando acima da média europeia;
- Dentro dos agregados com filhos, Portugal está acima da média europeia na proporção de agregados só com um filho. É o terceiro Estado-membro nos filhos únicos mas cai para 25.º nos dois filhos e para 27.º nos três ou mais filhos;
- Dentro dos agregados com filho único, Portugal desalinha do padrão Europeu quanto à distribuição das idades das crianças. É o quarto Estado-membro com mais filhos únicos entre seis a 11 anos e quinto com menos filhos únicos até seis anos.

Os filhos tidos, desejados e esperados

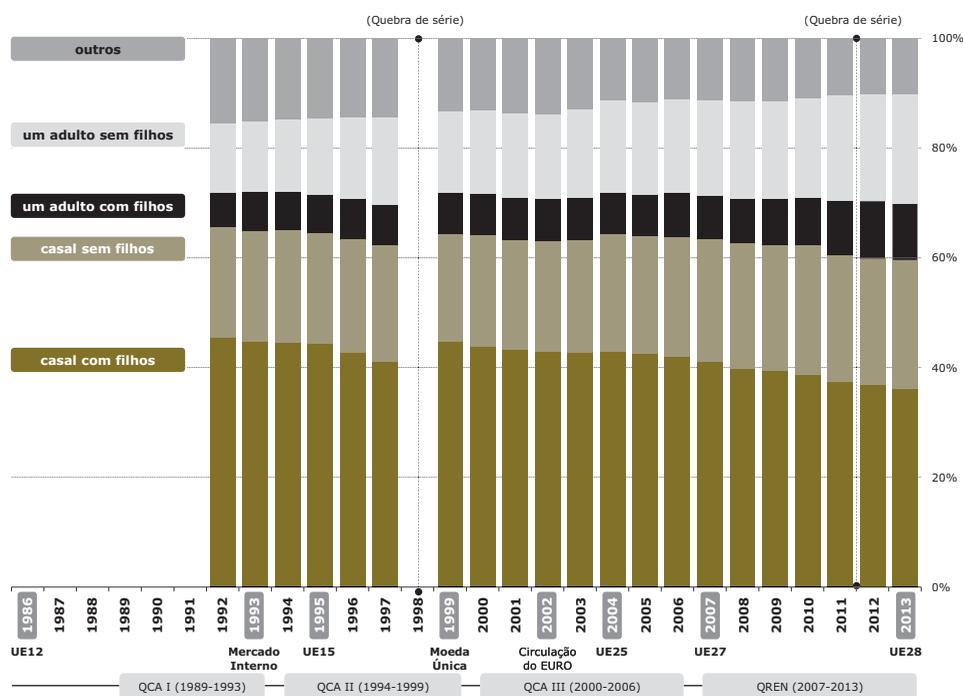
Em Portugal, em 2013, em média, homens e mulheres já têm 1,03 filhos (fecundidade realizada), desejariam ter 2,31 filhos (fecundidade desejada) mas pensam vir a ter 0,74 filhos (fecundidade intencional). A fecundidade final esperada é de 1,8 filhos, quando se soma a realizada à intencional.

A concretizar-se este potencial, sobretudo entre os mais jovens, a distância dos portugueses ao limiar mínimo de substituição de gerações (2,1 filhos) não seria tão grande quanto alerta o índice sintético de fecundidade.

O Inquérito à Fecundidade fornece, assim, uma panorâmica mais ampla sobre a regressão demográfica sugerindo uma relevância acrescida para a superação das principais inibições de ter filhos, como os custos financeiros, a empregabilidade e a difícil conciliação entre a vida familiar e profissional, com evidentes sinergias e interações com um novo paradigma de crescimento económico.

A reinvenção do crescimento económico, facilitando as condições gerais de vida numa sociedade muito mais diversa, surge, neste contexto, como um relevante instrumento pró-natalidade.

Gráfico 31.1. Estrutura dos agregados domésticos em Portugal | 1992 a 2013



Por cada casal com filhos que desaparece, surgem cerca de três novos agregados: casais sem filhos, ou famílias monoparentais, ou pessoas sós.

Nota: Quebra de série em 1998 e 2011.

Fonte: PORDATA (acedido em setembro de 2014)

Gráfico 31.2. Índice sintético de fecundidade: comparação entre Portugal e UE | 1986 a 2012

As mulheres em Portugal têm cada vez menos filhos. Desde 2001/02, o número médio de filhos por mulher em idade fértil subiu quase 10% na UE e caiu mais de 20% em Portugal.

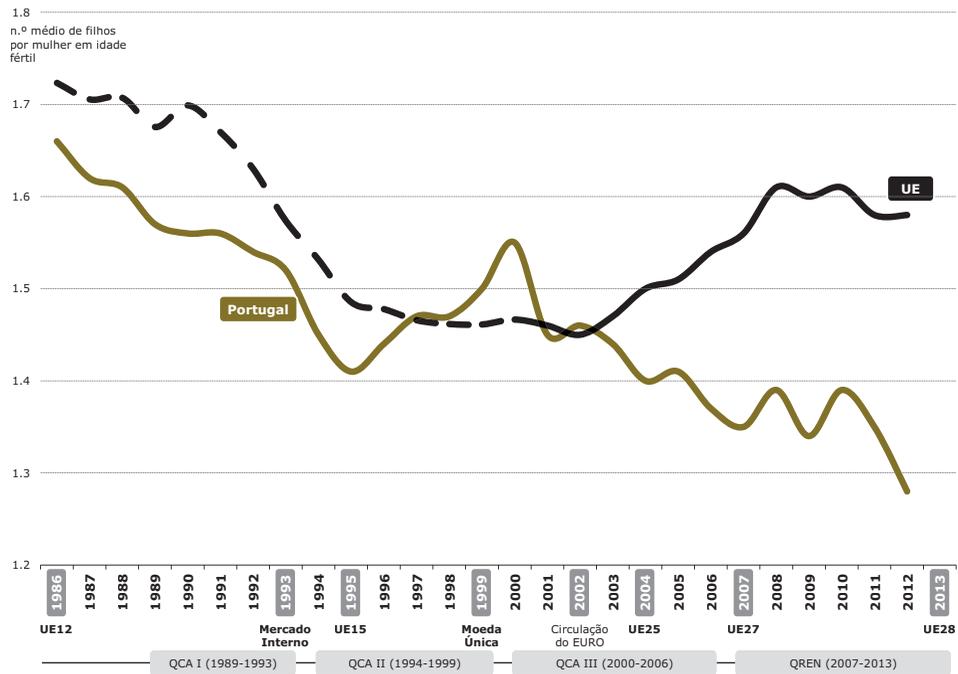
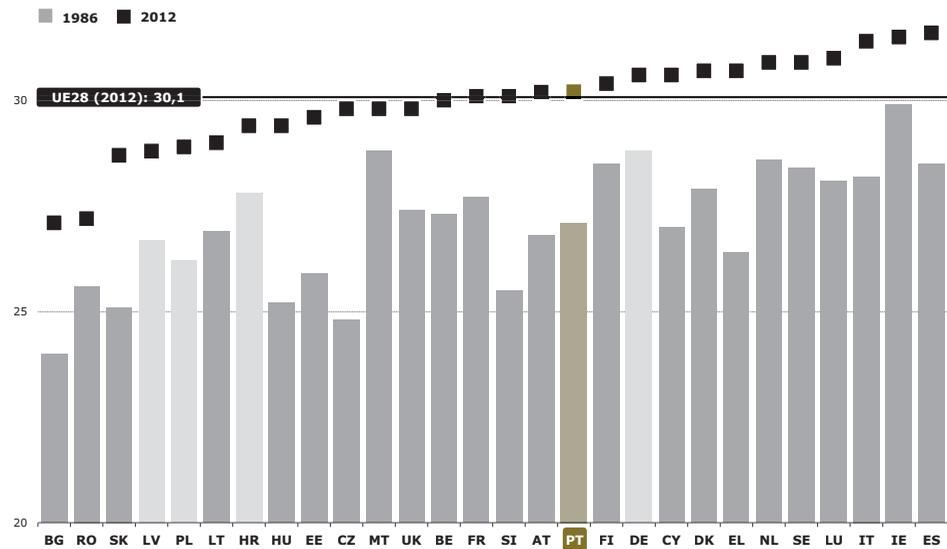
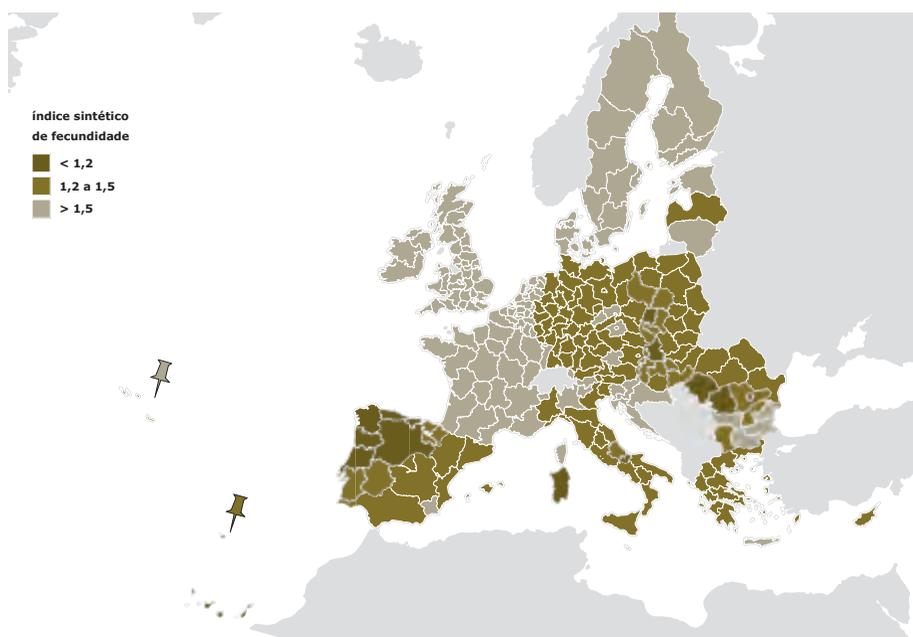


Gráfico 31.3. Idade média da mãe ao nascimento de um filho: a posição de Portugal na UE | 1986 e 2012

As portuguesas acompanham o padrão europeu de adiamento da maternidade. Ultrapassaram a barreira dos 30 em 2011, mais tarde do que a generalidade das mulheres na UE15.



Mapa 31.1. Índice sintético de fecundidade: a posição das regiões portuguesas na UE | 2012



A par de diversas comunidades espanholas, Madeira, Norte e Centro são das regiões menos fecundas da UE: não chega a 1,2 o número médio de filhos por mulher em idade fértil.

Nota: Os valores referem-se a 2011 para as regiões da Roménia e da Irlanda e para 2010 para as regiões do Reino Unido.

Fonte: Eurostat (acedido em outubro de 2014)

Conceitos e metodologia

Agregado doméstico

O agregado doméstico privado inclui quem partilha a casa e as principais despesas, podendo ter ou não laços familiares. Também são consideradas as pessoas que vivem sozinhas. Os agregados domésticos privados são geralmente designados de agregados familiares. (PORDATA) O agregado doméstico privado corresponde ao conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e cujas despesas fundamentais ou básicas (alimentação, alojamento) são suportadas conjuntamente, independentemente da existência ou não de laços de parentesco; ou a pessoa que ocupa integralmente um alojamento ou que, partilhando-o com outros, não satisfaz a condição anterior. (INE) No âmbito do Inquérito ao Emprego, as estatísticas permitem distinguir os alojamentos com ou sem filhos dependentes, seja no caso de um adulto (sozinho ou família monoparental), um casal de adultos ou outro tipo de agregados domésticos com três ou mais adultos. Na dependência encontram-se

as crianças/filhos com menos de 15 anos ou com 15 a 24 anos economicamente dependentes.

Índice sintético de fecundidade

Número médio de crianças vivas nascidas por mulher em idade fértil (dos 15 aos 49 anos de idade), admitindo que as mulheres estariam submetidas às taxas de fecundidade observadas no momento. Valor resultante da soma das taxas de fecundidade por idades, ano a ano ou grupos quinquenais, entre os 15 e os 49 anos, observadas num determinado período (habitualmente um ano civil). O número de 2,1 crianças por mulher é considerado o nível mínimo de substituição de gerações nos países mais desenvolvidos. (INE) De acordo com o Inquérito à Fecundidade 2013, importa notar que se trata de um indicador de momento que tem um significado prospetivo. O índice sintético de fecundidade pressupõe que as mulheres que iniciam o período fértil aos 15 anos estarão, nos 35 anos seguintes de percurso pelo período fértil, submetidas às taxas de fecundidade observadas pelas mulheres com 15-49

anos no momento em análise, ou seja, não admitem mudanças de calendários de fecundidade, as quais, quando acontecem, afetam artificialmente o resultado final. (INE e Fundação Francisco Manuel dos Santos)

Fecundidade final esperada

Resultante da agregação num só indicador da fecundidade realizada e da fecundidade intencional, a fecundidade final esperada é definida como o número de filhos biológicos (nascidos com vida) tidos pelas pessoas acrescido do número de filhos que pensam vir a ter no futuro. Tal como concebido no Inquérito à Fecundidade 2013, este novo indicador

permite isolar o efeito perturbador do adiamento (tempo) na medição do número médio de filhos (quantum), uma vez que avalia globalmente os comportamentos, combinando os comportamentos passados ou presentes com a intenção futura. Fornece, assim, uma panorâmica alargada sobre a fecundidade das pessoas em período fértil: os que já foram pais, os que ainda querem ter mais filhos e os que não entraram na parentalidade (*childlessness* temporário ou definitivo). Os dados representam as mulheres entre os 18 e os 49 anos e os homens entre os 18 e os 54 anos, residentes em Portugal. (INE e Fundação Francisco Manuel dos Santos)

Para saber mais

- Eurostat (2010) | *Household structure in the EU*
- Eurostat (2013) | *Towards a 'baby recession' in Europe? Differential fertility trends during the economic crisis*
- INE e Fundação Francisco Manuel dos Santos (2014) | Inquérito à Fecundidade 2013
- INE e Observatório das Famílias e das Políticas de Família do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (2014) | Famílias nos censos 2011: diversidade e mudança, Delgado, A. E Wall, K. (coordenadoras)

Emprego e desemprego

Os desafios da convergência económica na União Europeia deslocaram-se, com o aprofundamento da União Económica e Monetária, da esfera nominal para a esfera real. A economia portuguesa foi daquelas onde esta alteração produziu resultados mais visíveis com o aumento do desemprego a ocupar, agora, o lugar do aumento da inflação enquanto indicador chave das debilidades económicas estruturais.

O ajustamento recessivo em curso evidenciou ainda mais as dificuldades específicas do mercado de trabalho português.

A elevada segmentação do mercado de trabalho, a baixa qualificação média relativa dos portugueses e o desencontro qualitativo entre oferta e procura de trabalho vieram colocar em causa a elevada taxa de emprego que distinguia Portugal dos parceiros europeus.

O fenómeno do desemprego não tem implicações apenas do ponto de vista social, pelo aumento do risco de pobreza, mas também limita a geração de riqueza, pela não utilização de recursos à disposição, e sobrecarrega as finanças públicas limitando o alcance dos esforços de consolidação orçamental.

A resposta ao aumento do desemprego nos últimos anos, em particular do desemprego estrutural e de longa duração, constitui um dos principais desafios económico e social do país.

O percurso de Portugal entre 1986 e 2013

O ritmo de crescimento da população empregada foi particularmente intenso até 2002. Nesses 17 anos, apesar do período negativo subsequente à recessão de 1993, foram criados 850 mil postos de trabalho. A estagnação verificada ao longo da década de 2000 e a destruição líquida de 600 mil empregos entre 2008 e 2013 reverteram na totalidade a criação de emprego registada entre 1995 e 2002 (Gráfico 32.1).

A construção, a agricultura e a indústria concentram 80% desta destruição, registando-se nestes setores uma redução do emprego superior a 27% (Gráfico 32.4).

Em contrapartida, o desemprego tem vindo a atingir sucessivos máximos desde 2009, ano em que pela primeira vez o número de desempregados superou os 400 mil. Em 2013, este valor é o dobro do verificado em 2008 e 4,5 vezes maior que em 2000.

O aumento em número tem sido acompanhado pelo prolongamento da situação de desemprego. O número de indivíduos à procura de emprego há mais de um ano cresceu seis vezes desde 2000 e já representa metade dos desempregados.

O comportamento do emprego e do desemprego ao longo deste período reflete as novas exigências da integração europeia num contexto de moeda única, UE alargada e globalização acelerada, onde os atrasos na renovação dos fatores chave de competitividade e os erros na afetação dos recursos penalizam fortemente o ritmo de crescimento potencial.

A posição de Portugal no contexto da União Europeia

Portugal, que até 2006 mantinha uma taxa de desemprego abaixo do padrão europeu, foi o segundo Estado-membro que mais agravou o desemprego desde 1998, passando da sétima taxa mais reduzida para o quarto pior registo em 2013 (Gráfico 32.2).

Em relação à taxa de emprego, Portugal distinguiu-se pela elevada participação no mercado de trabalho, particularmente entre a população feminina e a população com mais de 64 anos.

No contexto da crise financeira, desde 2011 que se encontra abaixo do padrão europeu, registando a 11.^a taxa mais baixa em 2013. Está assim em perigo o objetivo nacional de elevar a taxa de emprego acima dos 75%, meta a que Portugal se comprometeu no âmbito da estratégia Europa 2020 (Gráfico 32.3).

Caraterização do desemprego

O impacto do desemprego tem sido diferenciado pelo género, idade ou habilitações. A caraterização das suas diferentes facetas revela que:

- O crescimento mais elevado do desemprego entre os homens tem vindo a dissipar gradualmente a disparidade entre géneros. O diferencial entre o desemprego masculino e feminino passou de 4,5 pontos percentuais em 1986 para 0,4 em 2013;
- A taxa de desemprego da população entre os 15 e os 24 anos atingiu em 2013 valores próximos dos 40%. É no entanto, necessário ter em consideração o adiamento da entrada no mercado de trabalho pela elevação

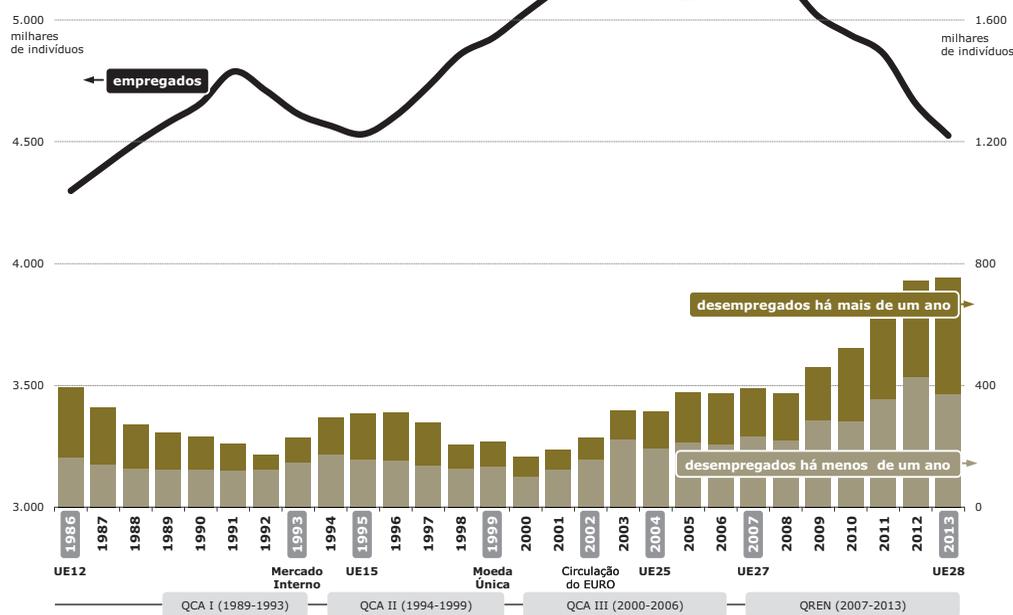
do nível de escolaridade e a conseqüente redução da taxa de atividade. O peso deste escalão etário no total dos desempregados passou de mais de 50% em 1986 para 17% em 2013;

- Portugal é dos países em que a vantagem de concluir o ensino superior é menor, apesar do desemprego ter afetado de forma mais acentuada os indivíduos com mais baixo nível de qualificações (Gráfico 32.5).

O aumento do desemprego não é apenas cíclico. A subida do desemprego estrutural reflete formas de destruição irreversível de capacidades de produção.

O desemprego em Portugal configura uma mistura complexa quer de desemprego conjuntural e estrutural, quer de desemprego clássico (défice de rendibilidade) e *keynesiano* (défice de procura). Este é o principal desafio na futura absorção do elevado nível de desemprego atual (Gráfico 32.6).

Gráfico 32.1. População empregada e desempregada em Portugal | 1986 a 2013



Fonte: AMECO e PORDATA (accedido em setembro de 2014)

Gráfico 32.2. Taxas de emprego e de desemprego: comparação entre Portugal e UE | 1986 a 2013

A taxa de desemprego, ao superar o padrão europeu, e a taxa de emprego, ao passar para baixo desse mesmo padrão, evidenciam as profundas alterações em curso no mercado de trabalho português.

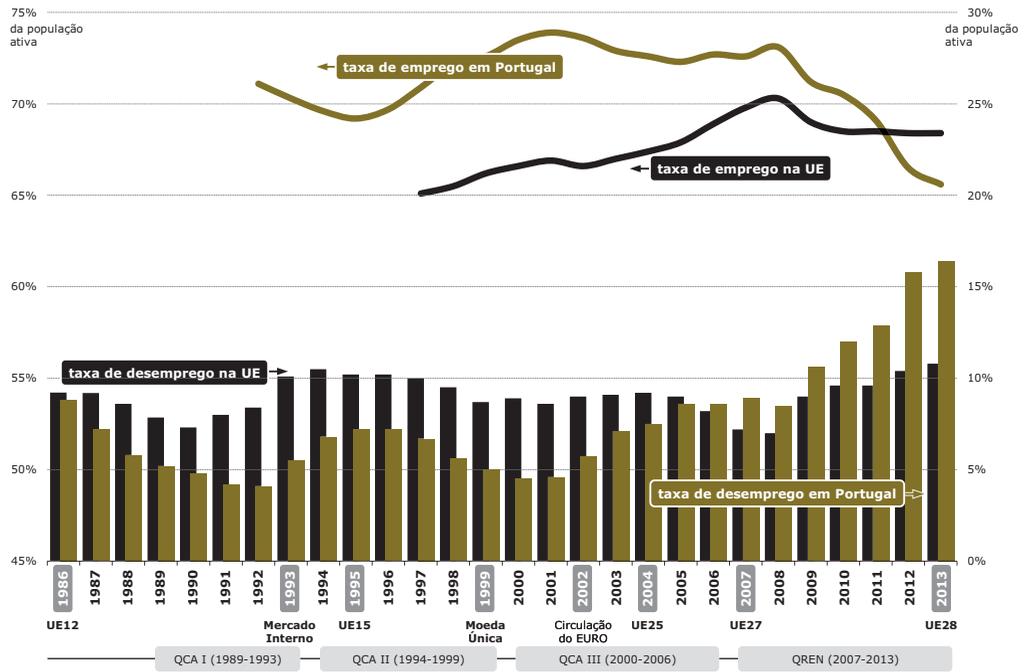


Gráfico 32.3. Taxa de emprego: a posição de Portugal na UE | 1997 e 2013

A redução da taxa de emprego em sete pontos percentuais coloca Portugal como o quinto país mais afastado da meta traçada para 2020.

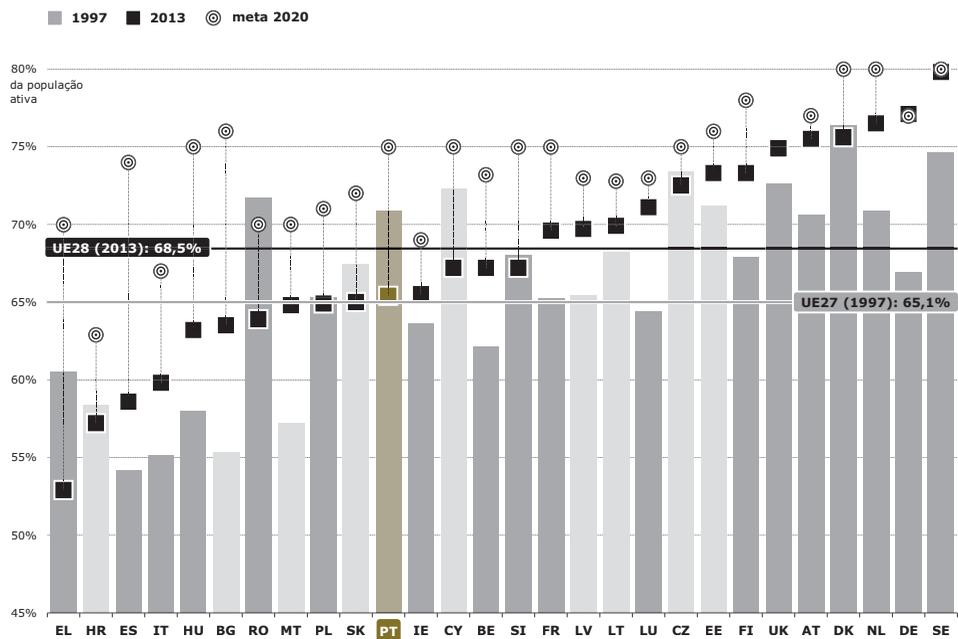


Gráfico 32.4. Variação percentual do emprego por setor de atividade | 2008 a 2013

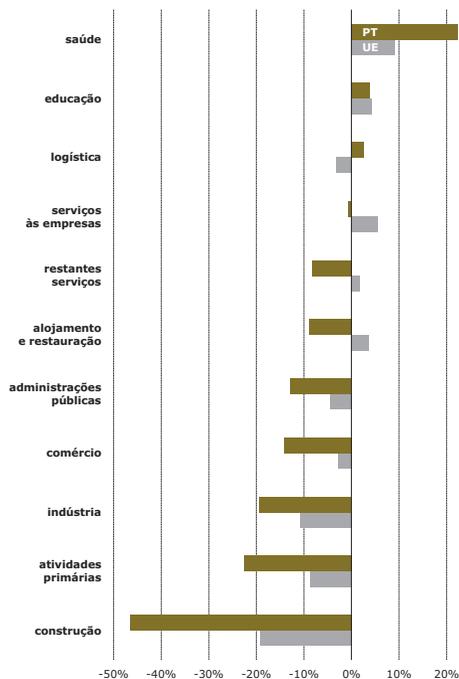


Gráfico 32.5. Taxa de desemprego por nível de escolaridade | 2008 e 2013

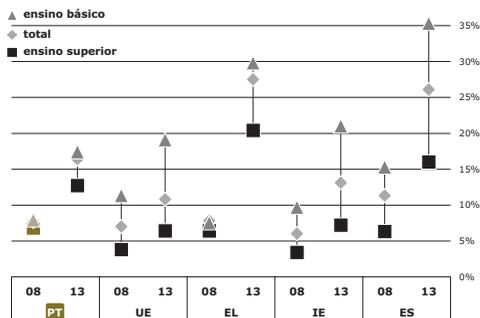
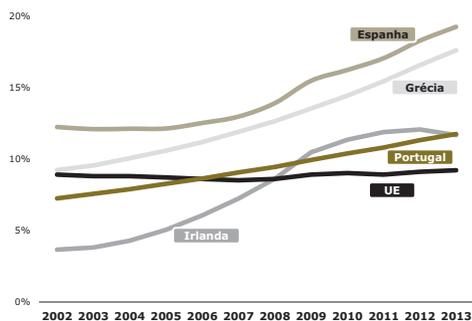


Gráfico 32.6. Taxa de desemprego estrutural | 2002 a 2013



No contexto da UE e dos parceiros iniciais da coesão, Portugal destaca-se pela maior disparidade setorial e pela menor diferença entre o desemprego da população com ensino superior e o desemprego da população com, no máximo, ensino básico, refletindo os problemas estruturais associados a uma lenta evolução da especialização e a uma difícil articulação entre segurança e flexibilidade no mercado de trabalho.

Fonte: Eurostat (acedido em novembro de 2014)

Conceitos e metodologia

Taxa de emprego

Relação entre a população empregada e a população com idade compreendida entre os 20 e os 64 anos, de acordo com o indicador Europa 2020.

Desempregado

Indivíduo com idade dos 15 aos 74 anos que, no período de referência, se encontrava simultaneamente nas seguintes situações:

- 1) Não tinha trabalho remunerado nem qualquer outro;
- 2) Tinha procurado ativamente um trabalho remunerado ou não ao longo de um período específico;
- 3) Estava disponível para trabalhar num trabalho remunerado ou não. (INE)

Desemprego estrutural

Desemprego que ocorre pelo desequilíbrio entre a oferta e a procura de competências de trabalho numa dada economia. Como *proxy* para a taxa de desemprego estrutural é utilizada a NAIRU, acrónimo do inglês *non-accelerating inflation rate of unemployment*, a taxa de desemprego que permite estabilizar o PIB em torno do seu valor potencial, sem gerar pressões inflacionistas ou deflacionárias.

Taxa de desemprego

Peso da população desempregada sobre o total da população ativa, sendo considerada de longa duração ao considerar o peso da população desempregada à procura de emprego há 12 ou mais meses no total da população ativa. (INE)

Taxa de atividade

Relação entre a população ativa, conjunto da mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados) e a população em idade ativa, ou seja, a população com 15 e mais anos de idade. (INE)

Estratégia 2020

A estratégia lançada em 2010 para os dez anos seguintes que assenta em oito metas respeitantes ao emprego, à investigação e desenvolvimento, ao clima/energia, à educação e à inclusão social e redução da pobreza, traduzidos em objetivos nacionais em função das situações e circunstâncias específicas de cada Estado-membro da UE. No domínio do emprego, a grande meta da UE para 2020 é que pelo menos 75% da população entre os 20-64 anos esteja empregada. Portugal comprometeu-se atingir os 75% da população entre os 20-64 anos empregada.

Para saber mais

- Centeno, M. (2013) | O trabalho, uma visão de mercado, Fundação Francisco Manuel dos Santos
- Comissão Europeia (2013) | *Employment and Social Developments in Europe 2013*
- INE (...2013) | Estatísticas do emprego
- Eurostat (2013) | *European social statistics 2013 edition*

Trabalho e estrutura social

O mercado de trabalho surge nos 28 anos do Portugal Europeu com uma evolução marcada por rigidezes e sucessivas mudanças conflituais que não só não lhe conferiram maior qualidade como também deram o seu contributo para uma elevada taxa de desemprego.

A interação das diversas instituições que afetam as relações laborais, bem como o quadro da legislação laboral e das regras relativas a ajustamentos no desemprego ou à fixação do salário mínimo, nem sempre tem sido a mais eficiente, provocando disfuncionalidades profundas com efeitos negativos não só ao nível da evolução da produtividade e do desemprego, como ao nível da combinação entre flexibilidade e segurança e da própria motivação dos trabalhadores.

A prioridade excessiva concedida à competitividade-custo, em detrimento do foco na criação de valor, explica, pelo menos em parte, esta situação. A construção de um novo modelo de concertação que permita a redução das distorções que afetam o mercado de trabalho, incentivando a formação de relações laborais estáveis e prolíficas, estimulando o investimento no capital humano e formas sustentáveis de partilha do valor, é um desafio essencial para a recuperação económica

A evolução do mercado de trabalho nos 28 anos do Portugal europeu fica marcada por rigidezes e sucessivas mudanças conflituais que não só não lhe conferiram maior qualidade como também deram o seu contributo para a instalação de uma elevada taxa de desemprego.

A degradação do mercado laboral tem sido pautada pela proliferação dos contratos a prazo, pior remunerados e mais vulneráveis à situação económica.

O percurso de Portugal entre 1986 e 2013

O desenvolvimento do mercado de trabalho tem sido marcado pela crescente relevância do trabalho assalariado, cujo peso no total de emprego aumentou, entre 1986 e 2013, de 69% para 78%.

A relevância adicional do trabalho dependente tem sido impulsionada sobretudo pela contratação a prazo. Em 2013 mais de 700 mil trabalhadores estavam contratados a prazo, 21% do total dos assalariados, o que representa um crescimento de 50% face a 1986.

Esta evolução tem sido acompanhada por uma significativa redução do horário de trabalho. Em 2013, cada português empregado trabalhava, em média, 39 horas por semana, menos cinco que em 1986. A redução foi concentrada sobretudo na década de 90, fruto de um conjunto de medidas de uniformização do sistema laboral nacional com o dos parceiros comunitários. Nos últimos anos regista-se mesmo um ligeiro aumento das horas trabalhadas, induzido pela degradação do mercado de trabalho e pelas alterações legislativas ao nível do setor público (Gráfico 33.1).

A posição de Portugal no contexto da União Europeia

A crescente relevância do trabalho por conta de outrem tem permitido a Portugal convergir com a realidade europeia, sendo que entre 1986 e 2013 o diferencial reduziu-se de 12% para 5% (Gráfico 33.2).

No horário de trabalho, depois de uma acentuada aproximação de Portugal ao referencial europeu até meados da primeira década do século XXI, observa-se uma tendência de progressiva divergência.

Se, em 2009, os trabalhadores portugueses trabalhavam em média mais uma hora que os congéneres europeus, em 2013 essa diferença já era superior a duas horas.

Portugal também se destaca pela reduzida disparidade entre géneros. Fruto de uma redução do horário de trabalho mais efetiva entre o sexo masculino, em 2013 os homens trabalhavam em média mais três horas do que as mulheres. Este diferencial é menos de metade do registado a nível europeu e contrasta com a situação verificada na Holanda, Reino ou Alemanha, países em que a diferença é superior a nove horas.

Um dos principais fatores que explica esta discrepância é a incidência do trabalho a tempo parcial, mais acentuada entre o sexo feminino e sobretudo nos Estados-membros com nível de vida mais elevado. Em Portugal, a diferença entre géneros é bastante mais ligeira.

A incidência do trabalho a tempo parcial entre as mulheres é metade da média europeia, enquanto entre o sexo masculino é a sexta mais elevada na UE. Portugal foi mesmo o terceiro Estado-membro que mais viu crescer o trabalho a tempo parcial entre os homens de 1995 a 2013 (Gráfico 33.4).

O aumento da relevância do trabalho a tempo parcial em Portugal encontra-se muito ligado aos efeitos da recente crise económica e financeira. Em 2013 cerca de metade dos trabalhadores portugueses a tempo parcial preferiam trabalhar mais horas, a sétima proporção mais elevada entre os Estados-membros (Gráfico 33.5).

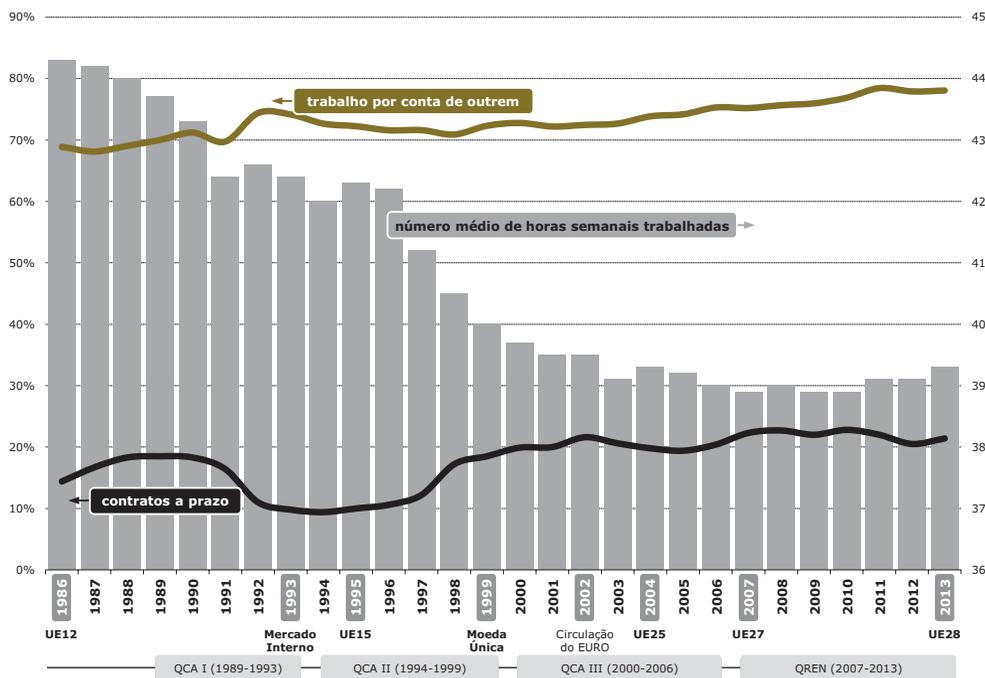
Segmentação do mercado de trabalho

O forte peso dos contratos a termo certo, em detrimento dos vínculos permanentes, constitui um indicador poderoso do papel da segurança contratual na segmentação do mercado de trabalho. Em 2013, Portugal era o terceiro Estado-membro onde os contratos a prazo tinham maior peso, apenas atrás de Espanha e Polónia (Gráfico 33.3).

Esta evolução, suportada pelas dificuldades em articular flexibilidade competitiva e segurança contratual, tem sido estimulada pela evolução do quadro regulamentar laboral, agravando o diferencial de proteção entre contratos a prazo e contratos permanentes. Os esforços no sentido de reduzir a rigidez das relações laborais têm incidido sobretudo sobre os contratos a prazo, mantendo-se um elevado nível de proteção entre contratados sem termo bem mais elevado.

A comparação com os Estados-membros mais desenvolvidos confirma as distorções da legislação laboral portuguesa: os custos financeiros e processuais para despedir um trabalhador com vínculo permanente são os mais elevados, o custo adicional associado ao despedimento coletivo é dos mais baixos e a regulamentação do trabalho temporário está a meio da tabela europeia (Gráfico 33.6).

Gráfico 33.1. Trabalho por conta de outrem, contratos a prazo e número médio de horas semanais trabalhadas em Portugal | 1986 a 2013



Entre 1986 e 2013, o peso dos assalariados no emprego total aumentou de 69% para 78%, impulsionado pela crescente relevância dos contratos a termo certo. Em 2013 um em cada cinco assalariados era contratado a prazo.

Nota: Trabalho por conta de outrem: proporção de trabalhadores por conta de outrem na população empregada; Contratos a prazo: proporção de trabalhadores com contrato a prazo no total de trabalhadores por conta de outrem.

Fonte: Eurostat (acedido em outubro de 2014)

Gráfico 33.2. Trabalho por conta de outrem e número médio de horas semanais trabalhadas: comparação entre Portugal e UE | 1986 a 2013

A crise económica e financeira inverteu a tendência de aproximação ao reduzido horário de trabalho europeu. Se em 2009 os trabalhadores portugueses trabalhavam em média mais uma hora que os seus congéneres europeus, em 2013 essa diferença já era superior a duas horas.

Nota: Trabalho por conta de outrem: proporção de trabalhadores por conta de outrem na população empregada. Diferença de horas médias semanais trabalhadas: os dados para a UE dizem respeito aos países da CEE até 1994 e à UE15 até 2001.

Fonte: Eurostat (acedido em setembro de 2014)

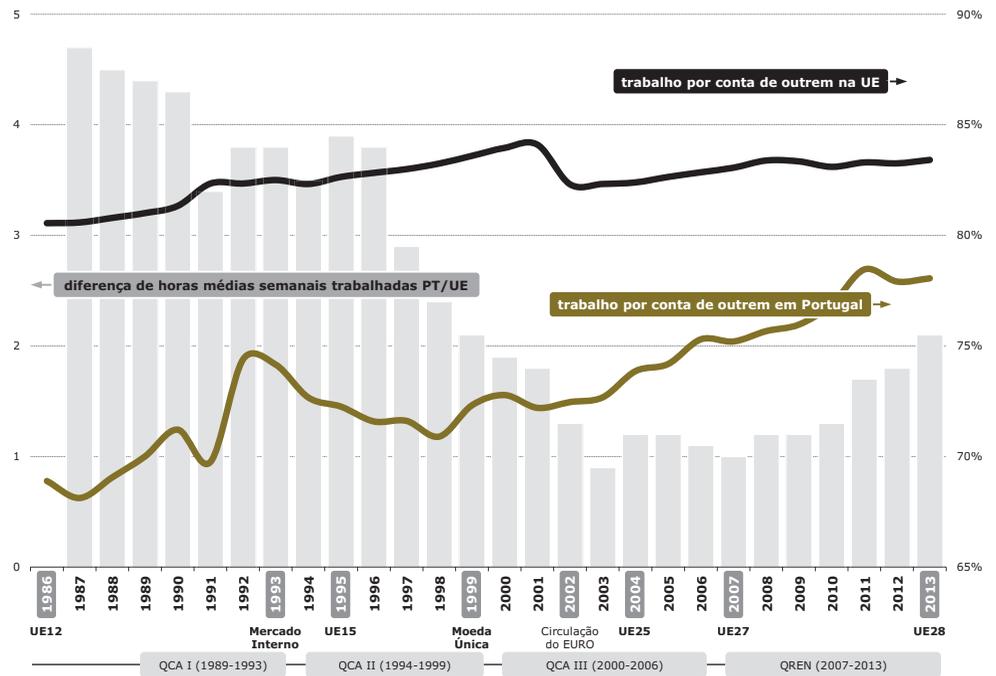


Gráfico 33.3. Contratos a prazo: a posição de Portugal na UE | 1998 e 2013

Em 2013, Portugal era o terceiro Estado-membro onde os contratos a termo certo tinham maior peso, apenas atrás da Espanha e Polónia.

Nota: Contratos a prazo: proporção de trabalhadores com contrato a prazo no total de trabalhadores por conta de outrem. Os valores iniciais referem-se a 1999 para o Chipre, 2000 para Malta, 2001 para a Bulgária e 2002 para a Croácia.

Fonte: Eurostat (acedido em outubro de 2014)

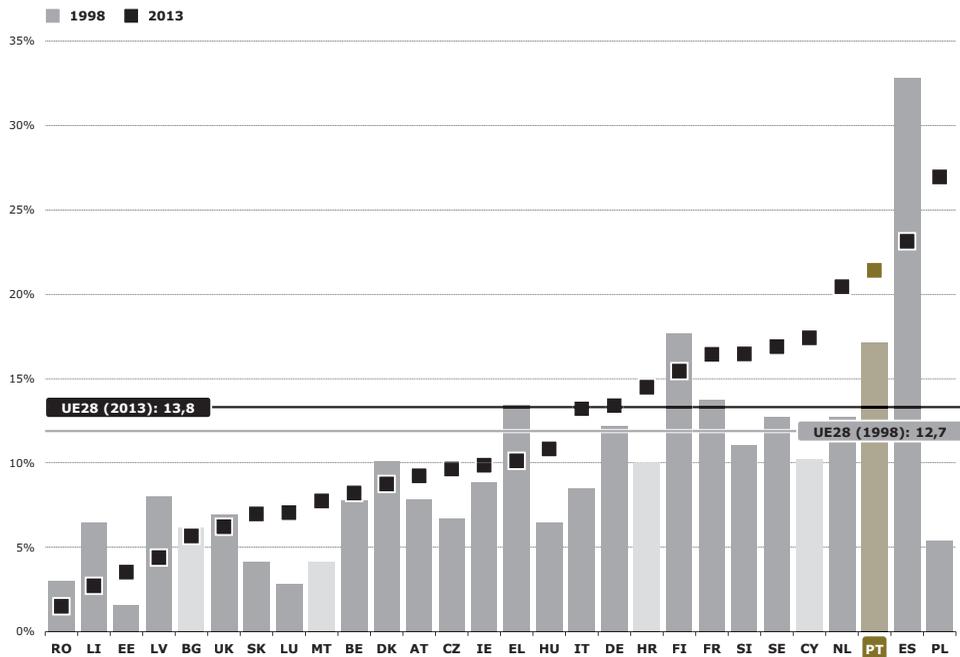


Gráfico 33.4. População empregada a tempo parcial | 2013

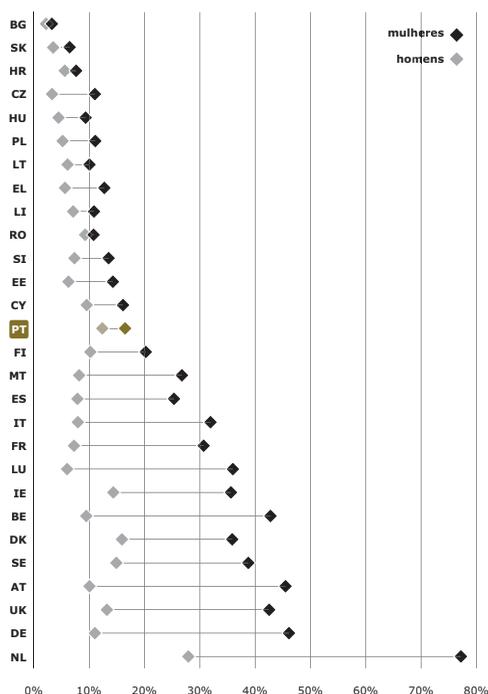
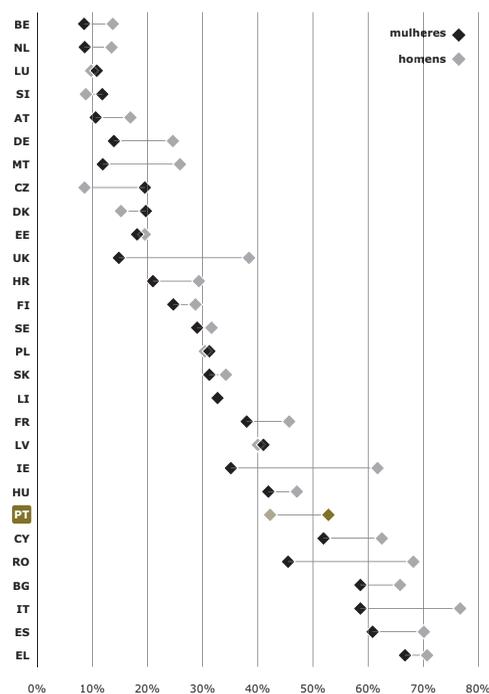


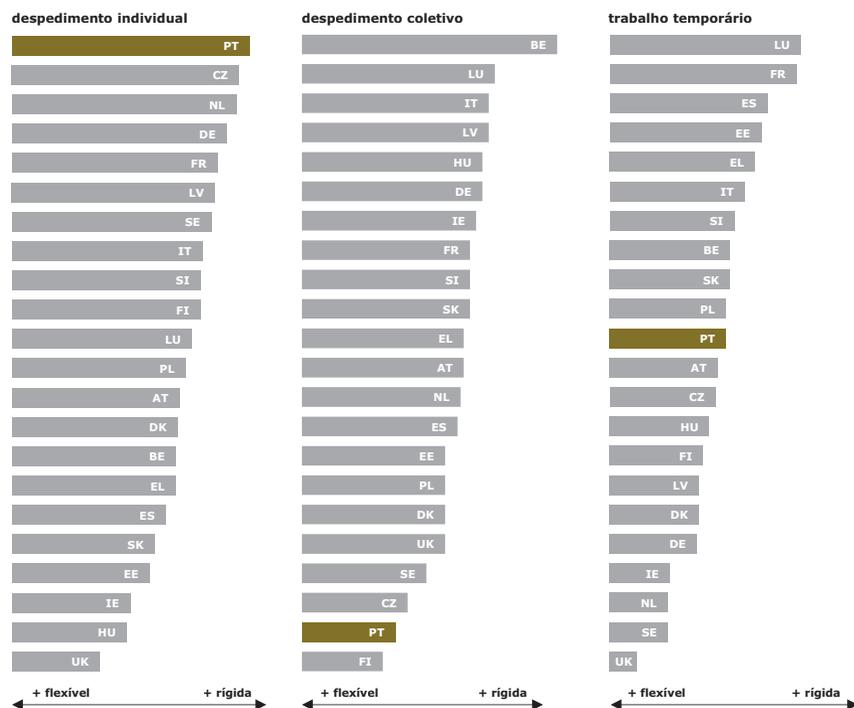
Gráfico 33.5. Peso do trabalho a tempo parcial involuntário | 2013



A expressão do trabalho a tempo parcial em Portugal ainda é bastante reduzida, apesar do crescimento recente do trabalho a tempo parcial involuntário. Em 2013 cerca de metade dos trabalhadores portugueses a tempo parcial preferiam trabalhar mais horas, a sétima proporção mais elevada entre os Estados-membros.

Fonte: Eurostat (acedido em outubro de 2014)

Gráfico 33.6. Legislação em matéria de proteção do emprego: a posição de Portugal na UE | 2013



A elevada proteção ao emprego dos trabalhadores permanentes em Portugal contrasta com a flexibilidade nos despedimentos coletivos.

Fonte: OCDE (acedido em outubro de 2014)

Conceitos e metodologia

Número médio de horas semanais trabalhadas

Medida da duração semanal efetiva de trabalho da população empregada. (INE)

Trabalhadores a tempo completo ou parcial

A tempo completo inclui os trabalhadores cujo período de trabalho tem uma duração igual ou superior à duração normal de trabalho em vigor na empresa/instituição, para a respetiva categoria profissional ou na respetiva profissão. A tempo parcial inclui os trabalhadores cujo período de trabalho tem uma duração inferior à duração normal de trabalho em vigor na empresa/instituição, para a respetiva categoria profissional ou na respetiva profissão. (INE)

Trabalhadores a termo certo ou temporário

Indivíduos ligados à empresa/instituição por um contrato reduzido a escrito com fixação do seu termo e com menção concretizada de modo justificativo: a) a termo certo, quando no contrato escrito conste expressamente a estipulação do prazo de duração do contrato e a indicação do seu termo; b) a termo incerto, quando o contrato de trabalho dure por todo o tempo necessário à substituição do trabalhador ausente ou à conclusão

da atividade, tarefa ou obra cuja execução justifica a sua celebração. Em sentido lato, poderá ainda incluir situação em que um indivíduo que celebra com uma empresa de trabalho temporário um contrato de trabalho temporário, pelo qual se obriga a prestar a sua atividade profissional a utilizadores, a cuja autoridade e direção fica sujeito, mantendo, todavia, o vínculo jurídico-laboral à empresa de trabalho temporário, sendo por esta remunerada. (INE)

Indicadores de proteção ao emprego

Os indicadores de proteção ao emprego da OCDE são construídos a partir de 21 componentes que abrangem diferentes aspetos da regulamentação em matéria de proteção ao emprego: a) despedimento individual – indicador que quantifica os custos e procedimentos envolvidos no despedimento individual de um trabalhador permanente; b) despedimento coletivo – indicador que quantifica o custo adicional, face ao custo do despedimento individual, de um empregador despedir simultaneamente mais que um trabalhador; e c) trabalho temporário – indicador que avalia a flexibilidade na contratação de trabalhadores temporários

Para saber mais

Banco de Portugal (...2014) | Boletim Económico, dezembro de 2012

Comissão Europeia (...2015) | *Employment and Social Developments in Europe 2014*

Comissão Europeia (2011) | *Labour market statistics*

INE (...2014) | Estatísticas do emprego

OCDE (...2014) | *OECD Employment Outlook 2014*

34

Empreendedorismo

O empreendedorismo surge, nos nossos dias, como um elemento central no reforço da competitividade e da coesão social do país, pelo papel que o lançamento de novos modelos de negócio, a criação de empresas e a introdução de novos produtos tem na inovação, na geração de riqueza e na criação de emprego.

O empreendedorismo cobre uma gama muito diversificada de ações nos mercados (*entrepreneurship*) e no interior das próprias empresas (*intrapreneurship*) que não ficam à porta do setor público e do setor social. A diversificação das formas de trabalho e dos modos de vida, a par dos efeitos de uma crise económica e social de longa duração, têm forte influência no empreendedorismo.

A escassa disponibilidade de indicadores robustos levou a usar como *proxy* do empreendedor o trabalhador por conta própria que é empregador, ou seja, aquele que gera mais postos de trabalho além do seu.

Portugal destaca-se pelo elevado espírito empresarial face aos seus pares europeus. O empreendedor nacional é mais velho, tem menos qualificações e está mais orientado para a indústria transformadora e para a restauração e alojamento.

O percurso de Portugal entre 1986 e 2013

O espírito empresarial português é refletido pela elevada proporção de trabalhadores por conta própria. Por cada 100 trabalhadores, 21 criaram o seu próprio emprego e, entre estes, cinco conseguiram gerar mais postos de trabalho além do seu.

A proporção de empreendedores na população empregada aumentou de 3,5% para 6,1% nos seis anos seguintes à adesão à CEE. Com a entrada em vigor do mercado interno, o empreendedorismo estabilizou acima dos 6%, recuando para valores em torno dos 5% desde o alargamento da UE a leste em 2004. Esta tendência de consolidação contrasta com a perda de relevância dos trabalhadores por conta própria isolados, que ao longo dos 28 anos de Portugal Europeu viram a sua quota reduzir-se de 23% para 16% da população empregada (Gráfico 34.1).

A posição de Portugal no contexto da União Europeia

O trabalho por conta própria é mais relevante em Portugal do que na UE, com a quota nacional a superar o padrão europeu, estável ao longo dos últimos 28 anos em torno dos 15% (Gráfico 34.2).

O diferencial é mais reduzido ao analisar apenas os trabalhadores por conta própria empregadores. O diferencial entre Portugal e a média da UE é inferior a um ponto percentual, efeito da semelhante consolidação nos últimos anos. Portugal é o terceiro Estado-membro em que a relevância dos trabalhadores por conta própria empregadores é maior, ficando apenas atrás da Itália e da Grécia (Gráfico 34.3).

Além da elevada atividade empreendedora, Portugal destaca-se:

- Pela maior concentração de empreendedores na indústria transformadora (18%) e na restauração e alojamento (13%) (Gráfico 34.4);
- Pela relevância dos empreendedores nacionais com mais de 65 anos (10%, o dobro da média europeia), e por ser o quinto Estado-membro em que a relevância dos empreendedores com menos de 40 anos é menor (Gráfico 34.6);
- Por ser o Estado-membro em que a proporção de empreendedores que não completaram o ensino básico é maior (59%) e o segundo, atrás de Itália, em que a percentagem de empreendedores com ensino superior completo é mais baixa, uma proporção metade do padrão europeu (Gráfico 34.5).

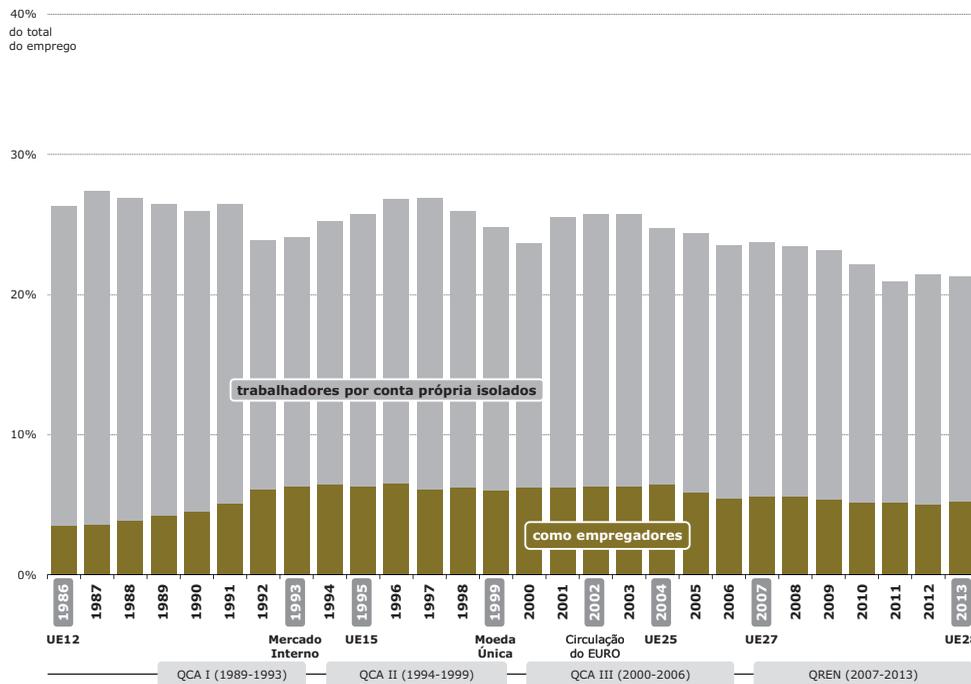
As condicionantes da atividade empreendedora

Um ambiente empresarial que favoreça os negócios é condição necessária ao empreendedorismo. O *ranking* do Banco Mundial *Doing Business* classifica Portugal na 11.^a posição entre os Estados-membros em termos da facilidade para fazer negócios. Portugal é o mais bem classificado na facilidade de criação de empresas, o quarto na resolução de insolvências e o sexto no registo de propriedade. Pela negativa, destaca-se como o sexto Estado-membro em que é mais difícil obter crédito e o 12.^o em que o pagamento de impostos é mais complexo e oneroso.

Já o relatório *Global Entrepreneurship Monitor* identifica o “Acesso a Infraestruturas Físicas” e a “Infraestrutura Comercial e Profissional” como as condições estruturais mais favoráveis em Portugal, enquanto as “Políticas Governamentais”, pelo excesso de burocracia e carga fiscal, e as “Normas Culturais e Sociais”, pela estreita orientação da cultura nacional para o empreendedorismo, são apontadas como as condições menos favoráveis.

O financiamento privado de novos projetos é outra das principais condicionantes do empreendedorismo. No contexto da crise financeira internacional e do PAEF, a aplicação de capital de risco em 2013 (16,5 milhões de euros) é oito vezes inferior ao registado em 2007 (137,2 milhões de euros).

Gráfico 34.1. Peso do trabalho por conta própria no total do emprego em Portugal | 1986 a 2013



Em 2013, 25% dos trabalhadores por conta própria são empregadores enquanto em 1986 apenas valiam 13%.

Fonte: Eurostat (acedido em outubro de 2014)

Gráfico 34.2. Peso do trabalho por conta própria no total do emprego: comparação entre Portugal e UE | 1986 a 2013

O diferencial entre Portugal e a UE em termos de relevância dos trabalhadores por conta própria não é tão evidente quando a análise é exclusivamente sobre os trabalhadores por conta própria empregadores.

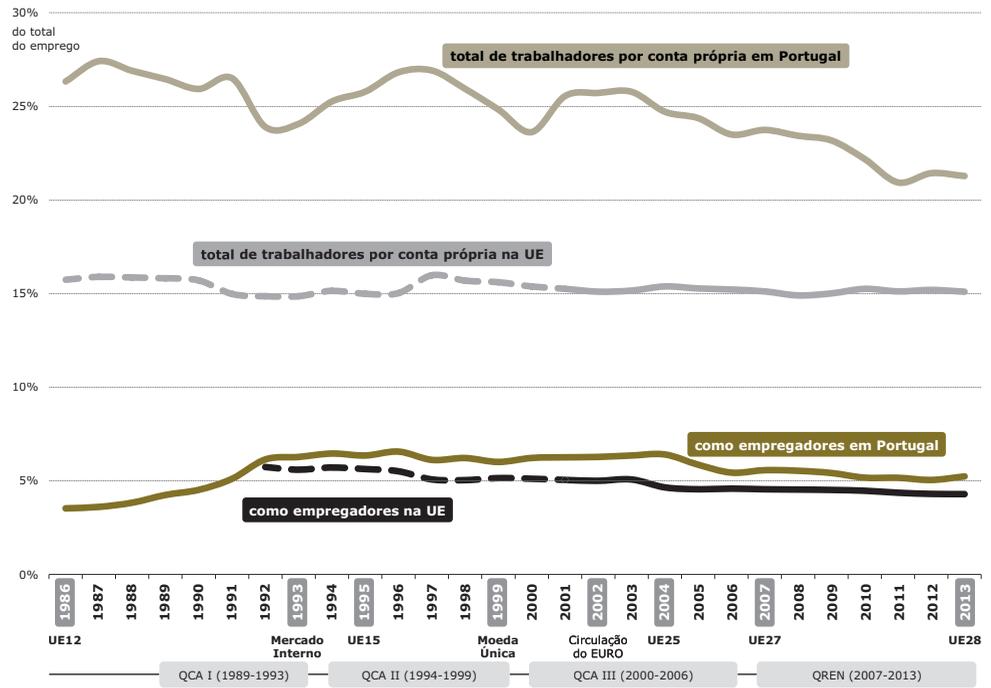


Gráfico 34.3. Trabalhadores por conta própria como empregadores: a posição de Portugal na UE | 1992 e 2013

Portugal é o terceiro Estado-membro em que a relevância dos empreendedores no emprego é mais elevada, atrás de Itália e Grécia.

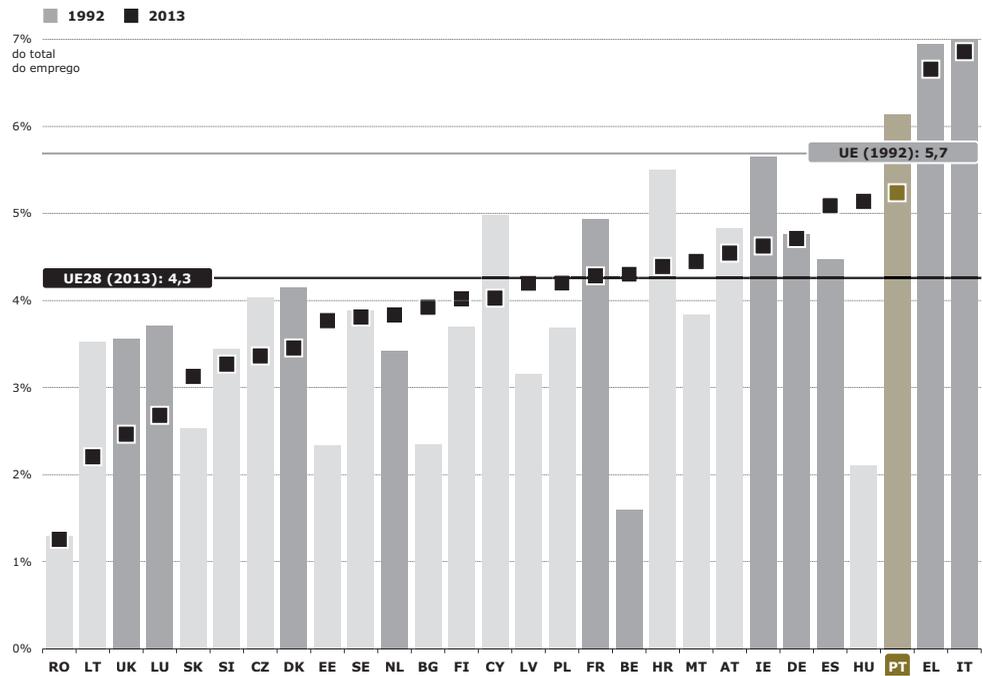


Gráfico 34.4. Empreendedorismo por atividade económica: a posição de Portugal na UE | 2013

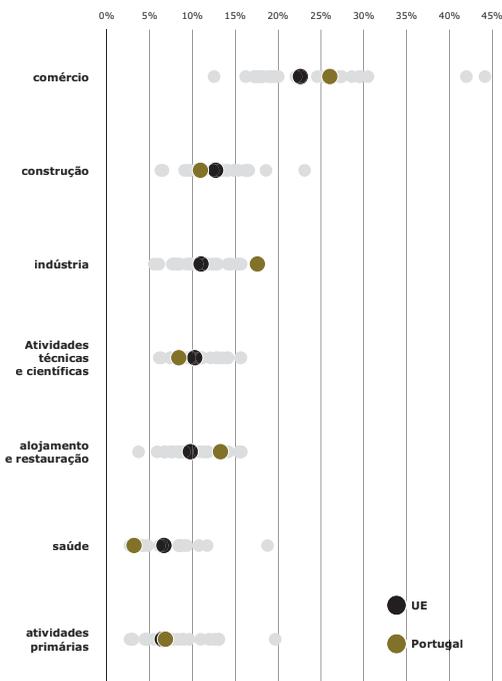
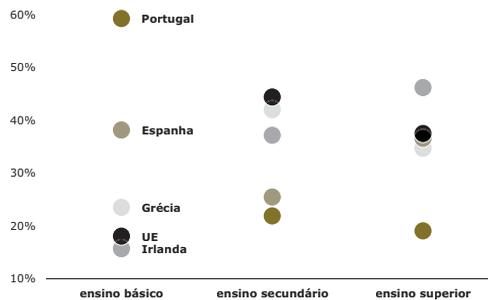
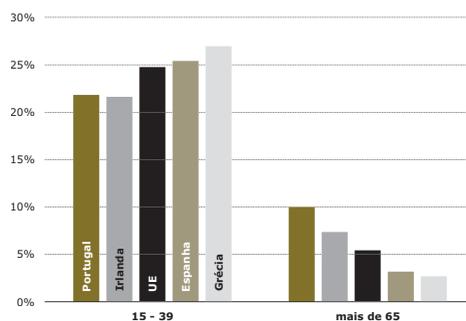


Gráfico 34.5. Empreendedorismo por nível de habilitações: comparação entre Portugal e UE | 2013



O empreendedor português é em média mais velho e menos instruído, com uma maior vocação para a indústria transformadora e para o alojamento e restauração.

Gráfico 34.6. Empreendedorismo por escalão etário: comparação entre Portugal e UE | 2013



Fonte: Eurostat (acedido em outubro de 2014)

Conceitos e metodologia

Trabalhador por conta própria

Indivíduo que exerce uma atividade independente, com associados ou não, obtendo uma remuneração que está diretamente dependente dos lucros (realizados ou potenciais) provenientes de bens ou serviços produzidos. Um trabalhador por conta própria pode ser classificado como: 1) empregador, ou seja, o indivíduo que exerce uma atividade independente, com associados ou não, obtendo uma remuneração que está diretamente dependente dos lucros (realizados ou potenciais) provenientes de bens ou serviços produzidos e que, a esse título, emprega habitualmente um ou vários trabalhadores por conta de outrem para trabalharem na sua empresa; ou 2) isolado, ou seja, o indivíduo que exerce uma atividade independente e que habitualmente não contrata trabalhador(es) por conta de outrem para com ele trabalhar(em). (INE)

Global Entrepreneurship Monitor

O *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM) é um projeto anual levado a cabo por diversas equipas nacionais coordenadas pela *Global*

Entrepreneurship Research Association que avalia o papel do empreendedorismo no crescimento económico em mais de 85 países. O GEM explora o estado do empreendedorismo, comparando a atividade empresarial entre países, evidenciando os fatores que explicam esse nível de atividade, como as aspirações e atitudes dos indivíduos e sugerindo políticas de promoção à atividade empreendedora.

Doing Business

O relatório *Doing Business* avalia as normas e regulações em cada país que estimulam e restringem os negócios. São considerados indicadores quantitativos sobre as regulamentações de negócios e a proteção dos direitos de propriedade, de forma a comparar a facilidade de fazer negócios em 189 países.

Capital de risco

Capital colocado à disposição de empresas e jovens, não cotadas, com potencial de crescimento. O investimento em capital de risco, em percentagem do PIB, mede a soma dos capitais de semente e *start-up*, assim como os capitais iniciais de expansão. (OCDE)

Para saber mais

Eurostat (2012) | *Entrepreneurship determinants: culture and capabilities*

Banco Mundial (...2015) | *Doing business report*

Global Entrepreneurship Monitor (...2013) | *Global Entrepreneurship Monitor global report*

OECD (2008) | *A Framework for Addressing and Measuring Entrepreneurship*

OECD (...2014) | *Entrepreneurship at a glance*

Rendimento e património

Os anos que precederam a crise financeira ficaram marcados pela degradação da situação patrimonial das famílias que evidenciaram claras dificuldades na adaptação a uma nova realidade, com a transição para o século XXI marcada pela forte estagnação do rendimento disponível, suportando as suas expectativas mais elevadas de consumo através da redução da taxa de poupança e do recurso ao crédito.

O ajustamento das famílias à crise económica e financeira, e às medidas de austeridade, nos anos mais recentes, foi, assim, bastante brusco e intenso. Induzidas pela elevada incerteza, aumentaram a poupança, reduziram o endividamento e reajustaram o seu nível de vida, com reflexos numa baixa do consumo e das importações sem precedentes.

A situação financeira das famílias, embora tenha encontrado um patamar de estabilização, requer a concretização de um conjunto de transformações estruturais que consigam alavancar a produtividade e, desse modo, permitam elevar o nível de rendimentos em Portugal sem por em causa a competitividade do país.

O gradual processo de desaceleração do rendimento disponível culminou no atual processo de ajustamento, marcado pelo recuo do poder de compra das famílias para o nível de 2000, depois de ter duplicado entre 1986 e 2010.

O percurso de Portugal entre 1986 e 2013

Os 28 anos de Portugal Europeu foram fortemente marcados pelo aumento do poder de compra das famílias. O rendimento disponível real das famílias, corrigido do efeito de preços, duplicou entre 1986 e 2010. Desde então, a degradação do mercado laboral, a redução do salário médio e o aumento dos impostos, induziram uma redução de quase 10% no poder de compra das famílias, fazendo recuar o seu rendimento disponível real para o nível de 2000 (Gráfico 35.1).

Esta contração mais recente culmina num gradual processo de desaceleração. Se, entre 1986 e 1992, o rendimento disponível cresceu 6% ao ano, entre

1995 e 2002, esse ritmo caiu para metade, queda que se intensificou entre 2004 e 2010 para um ritmo de 1% ao ano.

O declínio foi ainda mais forte ao nível dos ordenados e salários. Se até 2003, eram responsáveis pelo principal contributo para o crescimento do rendimento disponível, na última década as transferências correntes, particularmente prestações sociais, e os rendimentos de empresa e de propriedade foram as componentes mais dinâmicas. Os salários, embora continuem a ser a principal fonte de rendimentos, viram o seu peso relativo cair de 70% em 2003 para 63% em 2013. Em contrapartida, o peso das transferências correntes não parou de aumentar, explicando 30% do rendimento das famílias em 2013.

Os impostos e as contribuições sociais ganharam, neste quadro, um maior impacto no poder de compra das famílias. Se em 1986 a sua soma correspondia a 17% do rendimento disponível, em 2013 já representa 31%.

A posição de Portugal no contexto da União Europeia

A tendência de desaceleração do ritmo anual de crescimento do rendimento disponível das famílias portuguesas acompanhou um declínio transversal à generalidade da UE, tendo tido, no entanto, maior expressão, o que reverteu parcialmente a convergência anterior.

Na década de 90, a evolução do rendimento disponível em Portugal superou claramente o referencial europeu. O ritmo de crescimento anual de 1%, verificado entre 1999 e 2007, já foi o segundo mais baixo na UE, superando apenas a evolução verificada na Alemanha.

A tendência de divergência acentuou-se, desde 2010, com o impacto da crise económica e financeira no rendimento das famílias a ser bastante mais intenso em Portugal. A contração de 10% do poder de compra nacional entre 2010 e 2013, tendo sido inferior à dos países mais afetados pela crise, não deixou de ser cinco vezes superior à verificada no conjunto das economias da União Europeia.

A degradação do mercado de trabalho e as implicações em termos salariais têm sido determinantes nesta evolução. Na última década, Portugal foi o país em que o peso das remunerações líquidas no rendimento disponível das famílias mais caiu, passando da posição de 14.º com o peso dos salários mais elevado, em 2002, para a posição de quarto valor mais reduzido, em 2013 (Gráfico 35.3).

Nas restantes fontes de rendimento Portugal era, em 2013, o sexto Estado-membro onde as transferências correntes eram mais relevantes e o sétimo onde os rendimentos empresariais, que abrangem sobretudo rendimentos derivados do trabalho por conta própria, tinham maior peso (Gráfico 35.4).

A Situação patrimonial das famílias

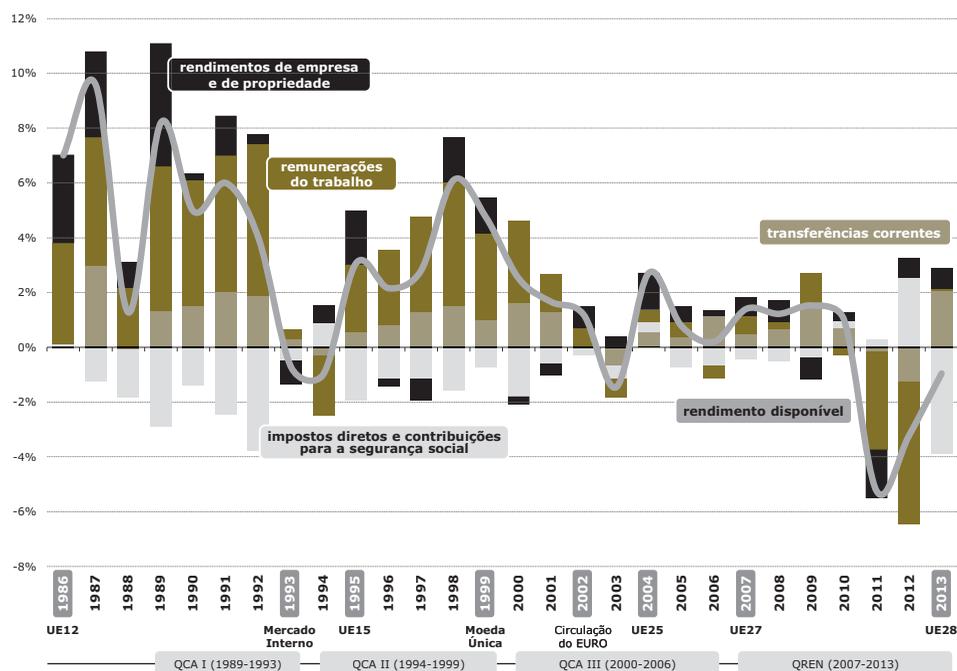
Os passivos das famílias cresceram três vezes mais do que os ativos (170% contra 50%), entre 1999 e 2008. Consequentemente, o património financeiro líquido diminuiu de 250% para 150% do rendimento disponível enquanto a nível europeu permaneceu acima dos 220%.

Nos últimos anos, a amortização líquida da dívida impulsionou uma ligeira melhoria da situação patrimonial das famílias, com os ativos financeiros líquidos a crescerem 8% entre 2008 e 2013 (Gráfico 35.2).

A composição da carteira de ativos das famílias portuguesas, apesar da tendência de diversificação de instrumentos, sendo de realçar o crescente peso dos seguros de vida e fundos de pensões, continuava a revelar a preferência por opções mais conservadoras, como os depósitos.

Em 2013 concentravam mais de 40% das suas poupanças neste tipo de ativo, o 11.º registo mais elevado a nível europeu, num *ranking* liderado pela Grécia (Gráfico 35.5 e Gráfico 35.6).

Gráfico 35.1. Rendimento disponível e contributos para o seu crescimento | 1986 a 2013



As remunerações do trabalho têm contribuído cada vez menos para o crescimento do rendimento disponível, que se mostra cada vez mais dependente de transferências correntes.

Nota: Evolução a preços constantes, considerando o deflador do consumo privado.

Fonte: Banco de Portugal (aécido em abril de 2015)

Gráfico 35.2. Evolução do rendimento disponível e ativos financeiros líquidos: comparação entre Portugal e UE | 1986 a 2013

Desde 2010, o impacto da crise no rendimento das famílias tem sido bastante mais intenso em Portugal, acentuando a tendência de divergência notória desde o virar do século.

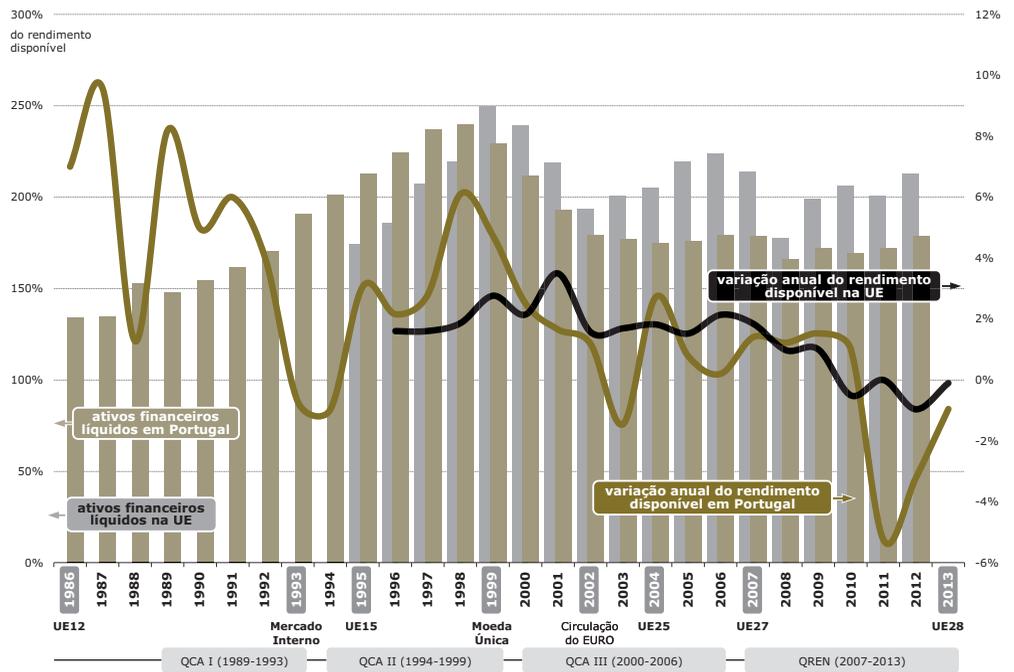


Gráfico 35.3. Peso das remunerações líquidas dos trabalhadores no rendimento disponível bruto das famílias: a posição de Portugal na UE | 2002 e 2013

Portugal foi o Estado-membro em que a relevância das remunerações líquidas no rendimento disponível das famílias mais caiu, passando de 14.º Estado-membro em que o peso dos salários era mais elevado, em 2002, para registar o quarto valor mais reduzido, em 2013.

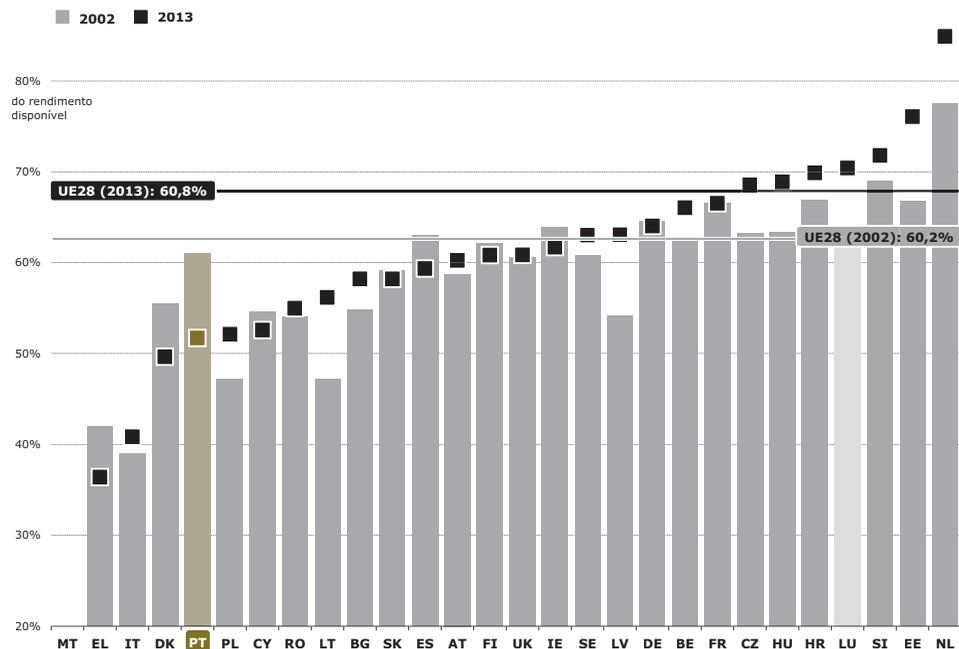
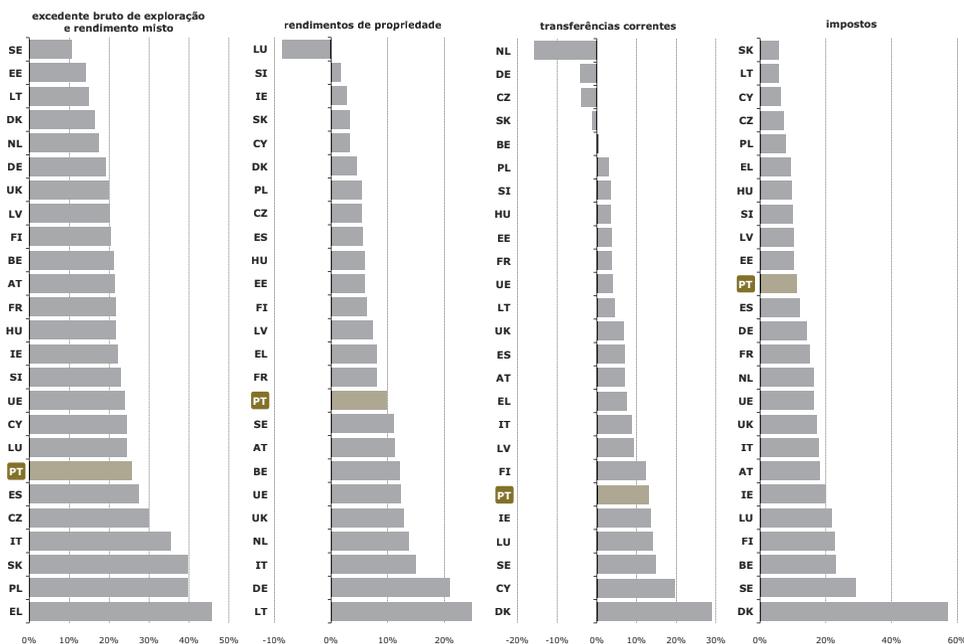


Gráfico 35.4. Relevância das diferentes componentes no rendimento disponível das famílias: a posição de Portugal na UE | 2013



Portugal era, em 2013, o sexto Estado-membro onde as transferências correntes mais pesavam no rendimento disponível e o sétimo no que diz respeito à relevância assumida pelos rendimentos empresariais.

Nota: Sem dados para a Bulgária, Croácia e Roménia.
Fonte: Ameco (acedido em abril de 2015)

Gráfico 35.5. Ativos financeiros líquidos: a posição de Portugal na UE | 2009 e 2013

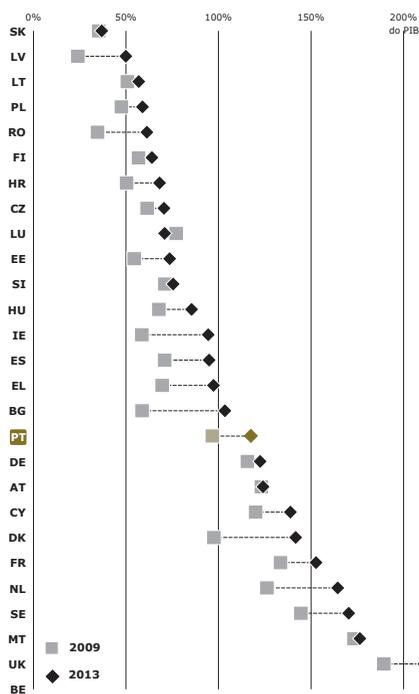
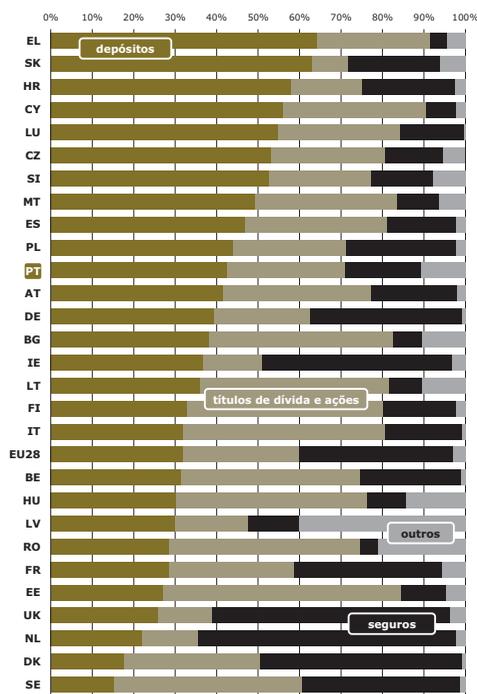


Gráfico 35.6. Composição da carteira de ativos financeiros: a posição de Portugal na UE | 2013



O valor relativo dos ativos financeiros líquidos das famílias, face à dimensão da economia portuguesa, é o 11.º maior entre os Estados-membros.

Apesar da crescente variedade de instrumentos financeiros, os portugueses continuam a preferir aplicar as suas poupanças em depósitos.

Nota: No Gráfico 35.5, sem dados disponíveis para a Itália.
Fonte: Eurostat (acedido em abril de 2015)

Conceitos e metodologia

Património

A conta de património regista o valor de todos os ativos e passivos para cada setor institucional, constituindo o património líquido o saldo entre ativos e passivos. Os ativos registados nas contas de património são os definidos pelo Eurostat (SEC 95) como ativos económicos, isto é, aqueles que “funcionam como reserva de valor sobre os quais podem ser exercidos, individual ou coletivamente, direitos de propriedade pelas unidades institucionais e dos quais podem ser retiradas vantagens económicas pelos respetivos titulares, através da sua detenção ou utilização durante um determinado período”. O património financeiro líquido corresponde à diferença entre os ativos financeiros e os passivos. A componente habitação do património foi calculada pelo método de inventário permanente. Este é o método utilizado na generalidade dos países da OCDE que dispõem de estimativas de *stock* de capital, dado não existirem habitualmente fontes de informação com regularidade anual que permitam a estimação direta. (Banco de Portugal)

Rendimento disponível bruto das famílias

O rendimento disponível bruto das famílias é composto pelas remunerações dos trabalhadores, prestações sociais, rendimentos resultantes de atividade por conta própria e de receitas líquidas de propriedades, tais como juros recebidos sobre depósitos, deduzidos de impostos e contribuições sociais pagas. (PORDATA)

Remunerações dos trabalhadores

Soma dos ordenados e salários e contribuições sociais dos empregadores.

Rendimentos de propriedade

Rendimentos de propriedade são os rendimentos a receber pelo proprietário de um ativo financeiro ou de um ativo não produzido corpóreo para remunerar o facto de pôr fundos ou o ativo não produzido corpóreo à disposição de outra unidade institucional. (INE)

Prestações e contribuições sociais

As prestações sociais são transferências para as famílias destinadas a cobrir os encargos financeiros resultantes de um certo número de riscos ou necessidades e efetuadas através de regimes organizados de forma coletiva ou, fora desses regimes, por unidades das administrações públicas ou instituições sem fins lucrativos. As contribuições sociais compreendem as contribuições sociais dos empregadores, contribuições sociais dos empregados e contribuições sociais dos trabalhadores por conta própria e dos não empregados. As contribuições sociais dos empregadores são constituídas pelos pagamentos feitos pelos empregadores em benefício dos seus empregados às entidades seguradoras (fundos da segurança social e regimes privados com constituição de reservas). Estes pagamentos abrangem tanto as contribuições obrigatórias ou resultantes de convenções e contratos como as contribuições voluntárias, relativamente a seguro contra riscos e necessidades sociais. Embora pagas diretamente pelos empregadores às entidades seguradoras, estas contribuições dos empregadores são consideradas como uma componente das remunerações dos empregados, considerando-se que estes transferem essas contribuições para as entidades seguradoras. (INE)

Para saber mais

Banco de Portugal (...2015) | Relatório de estabilidade financeira

Banco Central Europeu (...2013) | *Annual Report 2013*

Comissão Europeia (2013) | *European system of accounts: ESA 2010*

Eurostat (...2009) | *Financial Assets and Liabilities of Households in the European Union*

Ynesta, I. (2009) | *Households' wealth composition across OECD countries and financial risks borne by households*

Poupança e endividamento

O recurso ao crédito tem um papel essencial na estabilização dos ciclos de consumo das famílias e na dinamização do crescimento económico, facilitando a aquisição de bens duradouros pelo financiamento de médio e longo prazo.

A recente manifestação e eclosão da crise financeira demonstrou, no entanto, como níveis de endividamento demasiado elevados tornam as famílias vulneráveis a choques negativos, como a subida das taxas de juro ou a queda do rendimento disponível, podendo colocar em causa a própria estabilidade financeira das economias.

O ajustamento das famílias portuguesas, no contexto de crise económica e financeira que moldou a execução do PAEF, tem sido globalmente mais intenso do que o verificado pelas empresas ou pelas administrações públicas, sendo indispensável compreender os seus contornos, para situar rigorosamente as condições necessárias para uma recuperação económica global.

A crise económica e financeira, conduziu as famílias portuguesas a travar o seu crescente nível de endividamento e a voltar a registar uma maior propensão a poupar por motivo de precaução.

O percurso de Portugal entre 1986 e 2013

As famílias portuguesas reduziram a sua propensão a poupar no decorrer da integração europeia, com a taxa de poupança a passar de 12,5% em 1995 para 10% em 2013.

O seu nível de endividamento aumentou, no mesmo período, de 35% para 118% do rendimento disponível. A gestão orçamental das famílias portuguesas revelou-se particularmente sensível à crise económica e financeira, nomeadamente no que respeita à taxa de poupança, que depois de atingir o valor mínimo de 7% em 2008, inverteu a tendência de queda, alcançando os 10,4% logo em 2009.

A preferência pelo consumo no presente, impulsionada por um nível historicamente baixo da taxa de juro e por expectativas de crescimento efetivo do rendimento disponível, que marcou grande parte dos 20 anos de Portugal

Europeu, deu lugar a um período marcado pela queda dos rendimentos e pela incerteza, em particular devido ao elevado desemprego e à instabilidade política e económica do país.

A situação financeira das famílias portuguesas, medida pela capacidade de financiamento, melhorou substancialmente nos últimos anos, com esse saldo líquido, que não chegava a 1% do PIB em 2007, a ser superior a 7% do PIB em 2013, refletindo aquela evolução e o declínio da propensão a investir, em particular na aquisição de habitação, que caiu de 8% para 3% do rendimento disponível entre 1995 e 2013.

Em consonância, é notória a travagem no endividamento das famílias e o encetar do processo de desalavancagem. Entre 2009 e 2013, o rácio entre o montante de empréstimos em dívida e rendimento disponível caiu dez pontos percentuais, depois de atingir o valor máximo de 127% em 2009 (Gráfico 36.1).

A posição de Portugal no contexto da União Europeia

A alteração do comportamento das famílias portuguesas, num quadro de relativa estabilidade na propensão a poupar das famílias europeias, provocou uma reaproximação de Portugal ao referencial europeu.

Com efeito, os portugueses chegaram a ter, em 2008, um nível de poupança que ficava cerca de 40% aquém do nível médio na UE. Este afastamento deu lugar a uma clara reaproximação, com o diferencial entre os níveis de poupança a reduzir-se, em 2013, para menos de 10% (Gráfico 36.2).

O diferencial negativo em termos de poupança contrasta com uma maior capacidade de financiamento das famílias portuguesas, em resultado da intensa contração do investimento em ativos reais. Portugal tinha, em 2013, o quarto registo mais elevado nos países da UE, atrás da Suécia e Eslovénia e a par da Alemanha (Gráfico 36.3).

A desalavancagem das famílias portuguesas no quadro europeu

Entre 1999 e 2009, num contexto europeu marcado pelo crescente endividamento, em que só a Alemanha registou uma evolução de sinal contrário, o aumento do peso da dívida no rendimento das famílias portuguesas foi superior a 50 pontos percentuais, cerca de duas vezes mais intenso que o padrão europeu.

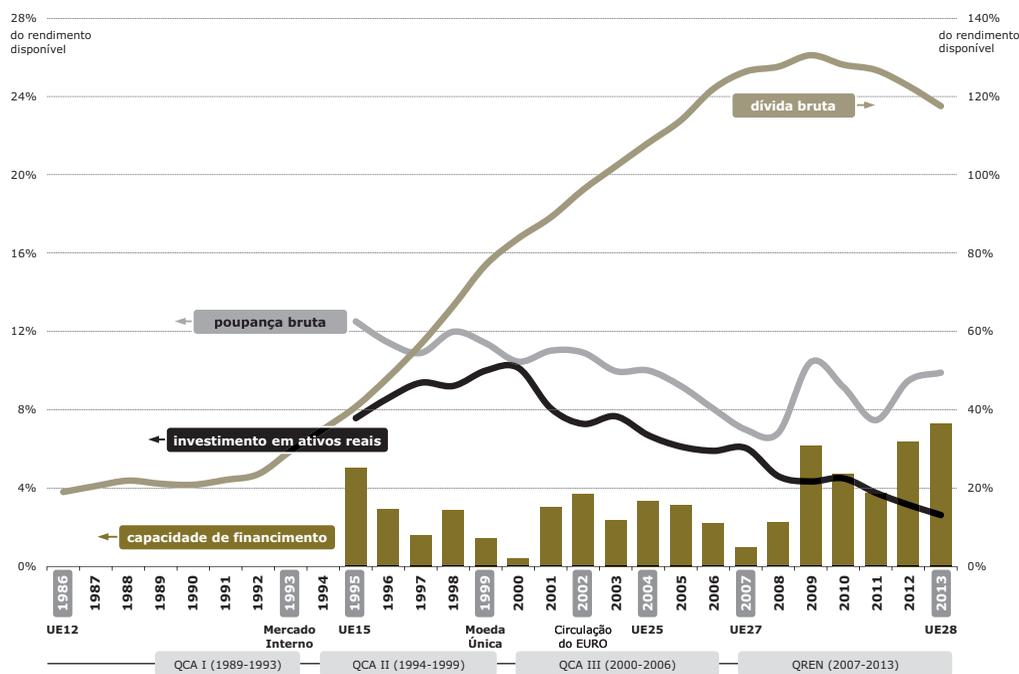
O efeito da crise económica e financeira foi muito diferenciado à escala europeia, com a redução do endividamento em Portugal, na Espanha ou na Dinamarca a contrastar com o aumento na Holanda ou na Eslováquia. O nível

de endividamento dos portugueses, apesar da desalavancagem, ainda está entre os mais elevados da UE (Gráfico 36.4).

A nível nacional, esta evolução resultou não só da retração da procura de crédito por parte das famílias mas também da maior restritividade das instituições financeiras na concessão de crédito, quer em termos de volume, quer em termos de custo. Numa comparação com os restantes países iniciais da coesão podemos concluir que:

- Portugal é o país em que o processo de desalavancagem tem sido mais suave, ao registar a menor redução do nível de endividamento face ao valor máximo. Nesta matéria é de realçar que enquanto na Irlanda e em Espanha o nível de endividamento começou a baixar logo em 2009, o processo de desalavancagem em Portugal e na Grécia apenas começou em 2011 (Gráfico 36.5);
- As famílias portuguesas foram as que menos sentiram a redução da Euribor para mínimos históricos, com a taxa de juro associada a novas operações de crédito ao consumo ou à aquisição de habitação a registar valores mais elevados (Gráfico 36.6).

Gráfico 36.1. Investimento, capacidade de financiamento, poupança e dívida bruta das famílias em Portugal | 1986 a 2013

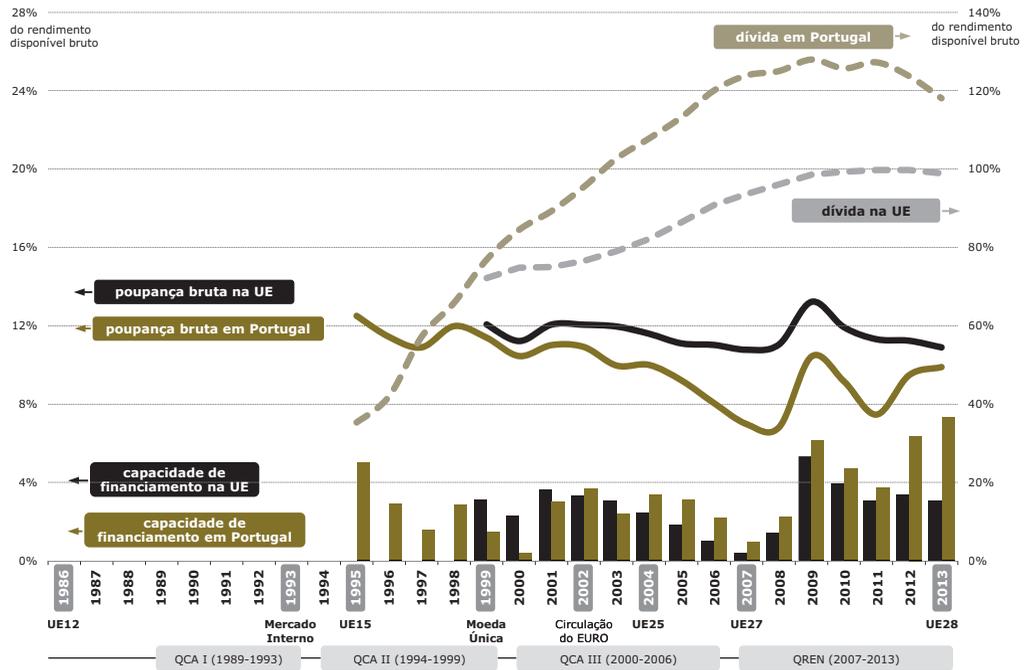


As famílias portuguesas reduziram fortemente o investimento em habitação, o que, perante o aumento da poupança e a redução do endividamento, se tem materializado numa crescente capacidade de financiamento.

Fonte: Ameco e Banco de Portugal (acedido em dezembro de 2014)

Gráfico 36.2. Capacidade de financiamento, poupança e dívida bruta das famílias: comparação entre Portugal e UE | 1995 a 2013

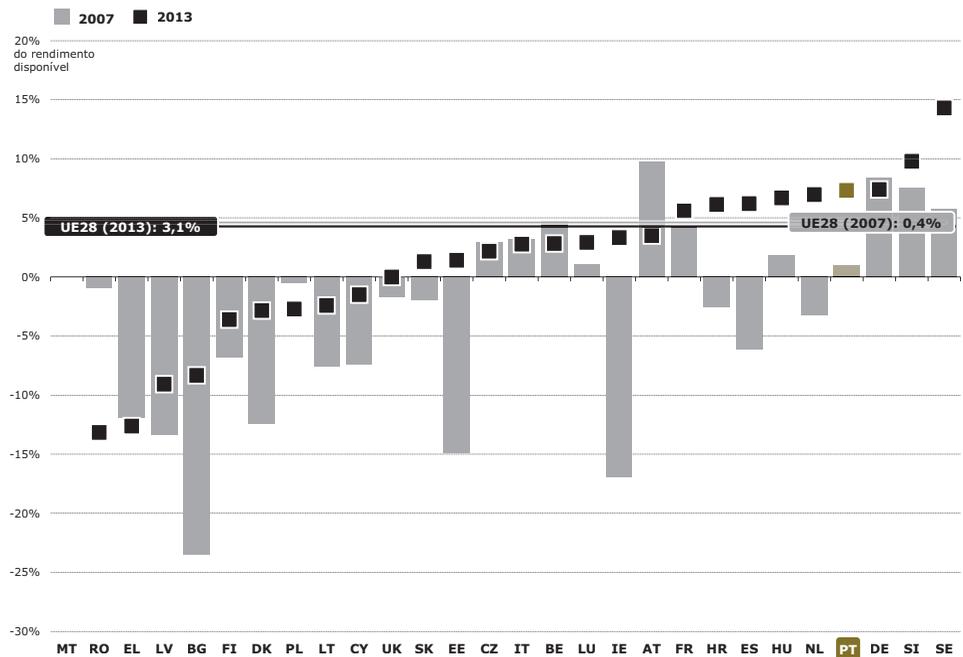
Nos últimos anos, Portugal interrompeu o processo de divergência, aproximando-se do padrão europeu, quer pela redução do nível de endividamento, quer pela subida da taxa de poupança.



Fonte: Ameco (acedido em dezembro de 2014)

Gráfico 36.3. Necessidade/capacidade de financiamento das famílias: a posição de Portugal na UE | 2007 e 2013

O efeito conjunto da subida da taxa de poupança e da retração na propensão a investir explica a crescente capacidade de financiamento das famílias portuguesas, a quarta mais elevada entre os Estados-membros.



Nota: Os valores finais dizem respeito a 2012 para a Bulgária, Croácia, Lituânia e Romênia.

Fonte: Ameco (acedido em dezembro de 2014)

Gráfico 36.4. Endividamento das famílias: a posição de Portugal na UE | 1999, 2007 e 2013

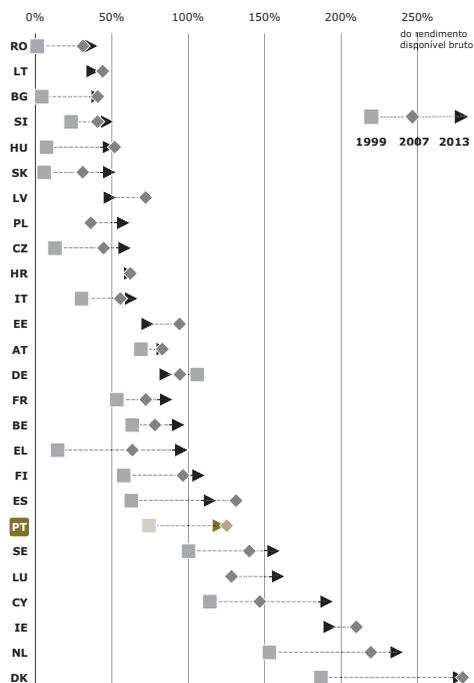


Gráfico 36.5. Crédito concedido às famílias em Portugal (2007=100) | 2007 a 2013

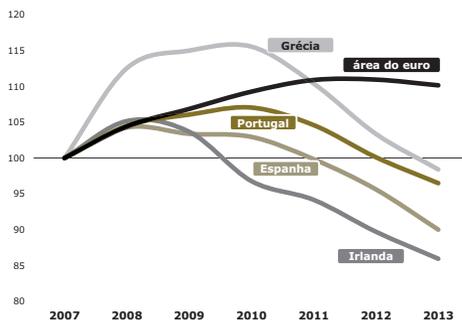
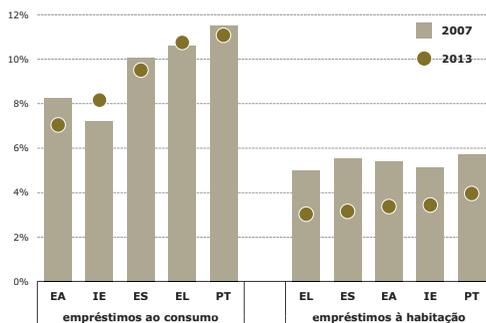


Gráfico 36.6. Taxa de juro dos empréstimos: comparação entre Portugal e os países da coesão | 2007 e 2013



As famílias portuguesas continuam entre as mais endividadas do espaço europeu, apesar das restrições na concessão de crédito, quer na redução do montante concedido, quer na manutenção de uma taxa de juro relativa mais elevada.

Nota: Os valores iniciais para o Gráfico 36.4 dizem respeito a 2000 para a Bulgária, 2001 para a Eslovénia, valores intermédios em 2008 para a Estónia e Luxemburgo e finais em 2011 para a Roménia e 2012 para a Bulgária, Croácia e Lituânia.

Fonte: Ameco, BIS, Eurostat e FMI (acedido em janeiro de 2015)

Conceitos e metodologia

Endividamento bruto das famílias

Rácio entre a dívida das famílias oriunda de empréstimos e o rendimento disponível bruto obtido pelas famílias no final de cada ano. Constitui uma medida do endividamento dos particulares, em relação à sua capacidade de reembolsar a dívida em termos brutos porque não considera os ativos detidos pelas famílias. (Eurostat)

Taxa de poupança bruta das famílias

Rácio entre a poupança bruta e o rendimento disponível bruto dos particulares que indica a parcela que não é gasta em despesas de consumo final.

Capacidade/necessidade de financiamento

A capacidade ou a necessidade de financiamento é o montante líquido dos recursos que o setor

institucional (neste caso as famílias) coloca à disposição dos restantes setores (se for positivo) ou que recebe dos restantes setores (se for negativo). Para o total da economia, a capacidade ou a necessidade de financiamento é igual, mas de sinal contrário, à necessidade ou à capacidade de financiamento do resto do mundo. (INE)

Investimento em ativos reais

De forma a simplificar a análise, é considerada a soma da formação bruta de capital (ex. aquisição de habitação) com as aquisições líquidas de cessões de ativos não financeiros não produzidos (ex. aquisição de terrenos) acrescido do saldo líquido de transferências de capital.

Para saber mais

Banco de Portugal (...2013) | Relatório do Conselho de Administração. A Economia Portuguesa 2013

Banco de Portugal (...2013) | Relatório de Estabilidade Financeira 2013

Comissão Europeia (...2014) | *Quarterly Report on the Euro Area* 2014

Repartição do rendimento e pobreza

As condições de vida das famílias que determinam o nível de bem-estar de uma nação não resultam somente do crescimento económico e da criação de riqueza. Refletem também com forte relevância os aspetos qualitativos do desenvolvimento económico, social e pessoal, bem como o nível, a qualidade e as condições de acesso aos bens e serviços públicos, muito em especial aos que apresentam mérito determinante naquelas formas de desenvolvimento.

A equidade na distribuição do rendimento constitui um elemento chave num desenvolvimento económico sustentável e cumulativo, configurando, por isso, uma função das políticas económicas.

O conhecimento rigoroso da evolução da repartição do rendimento constitui uma base indispensável para construir políticas públicas eficazes na redistribuição equitativa do rendimento e eficientes no combate às diferentes formas de pobreza e exclusão social.

Apesar de uma redução global das desigualdades na repartição do rendimento, Portugal continua a ser um dos países mais desiguais da União Europeia.

O percurso de Portugal entre 1986 e 2013

Na última década, apesar da estagnação da economia e da degradação do mercado de trabalho, os indicadores relativos à desigualdade revelam uma evolução complexa, onde uma redução da desigualdade global na repartição de rendimentos acomoda disparidades específicas relevantes, a par de um aumento da intensidade da pobreza com o desenrolar da crise económica e financeira.

Avaliando a desigualdade pelo índice de Gini, tendo em conta toda a distribuição dos rendimentos, evidencia-se uma trajetória positiva de redução, revertida parcialmente pelos efeitos da crise económica e financeira. A desigualdade global implícita na repartição do rendimento registou uma redução desse índice de um máximo de 38% em 2005 para um valor de 34% em 2013 (Gráfico 37.1).

A evolução do rácio S80/S20 também revela uma redução da assimetria na distribuição dos rendimentos entre os grupos de população com maiores e menores recursos.

Em 2013, o rendimento dos 20% da população com mais recursos é seis vezes superior ao rendimento dos 20% com menos recursos, quando em 2005 esse rácio era de 7,4. Comparando 2005 e 2013, os 20% com mais recursos detêm menos 8% do rendimento nacional, enquanto os 20% com menos recursos detêm mais 6%.

Este perfil da distribuição do rendimento em Portugal é alcançado num contexto de redução do peso do trabalho no rendimento nacional, tendência transversal no panorama europeu.

O peso do trabalho no rendimento nacional caiu, desde 2001, seis pontos percentuais, revertendo o crescimento verificado nos anos seguintes à adesão às Comunidades Europeias (Gráfico 37.2).

A posição de Portugal no contexto da União Europeia

A redução global das desigualdades permitiu a Portugal aproximar-se do referencial europeu.

Considerando quer o índice de Gini, quer o rácio S80/S20, Portugal conseguiu reduzir para metade a diferença face ao padrão europeu, apesar da inversão de tendência provocada pela crise económica e pelas medidas de austeridade.

Embora já não seja o país mais desigual na UE, Portugal ainda apresenta o quinto índice de Gini mais elevado e o sétimo maior rácio S80/S20, continuando a ser dos Estados-membros com uma distribuição do rendimento mais desigual, o que deve ser lido como um incentivo a prosseguir e reforçar os esforços a favor da equidade de forma mais eficaz e focalizada (Gráfico 37.3).

A dimensão do risco de pobreza

Em linha com a estratégia Europa 2020, Portugal comprometeu-se com a redução de 200 mil pessoas em risco de pobreza e/ou exclusão social até 2020. No entanto, em 2013 havia 2,9 milhões de pessoas nessa situação, mais 100 mil do que 2008.

Para Portugal, tal como para a maioria dos Estados-membros, o cumprimento da meta estabelecida está distante (Gráfico 37.4).

Na dimensão monetária, 19% da população portuguesa encontra-se em risco de pobreza, uma proporção em linha com o padrão europeu. É, no entanto,

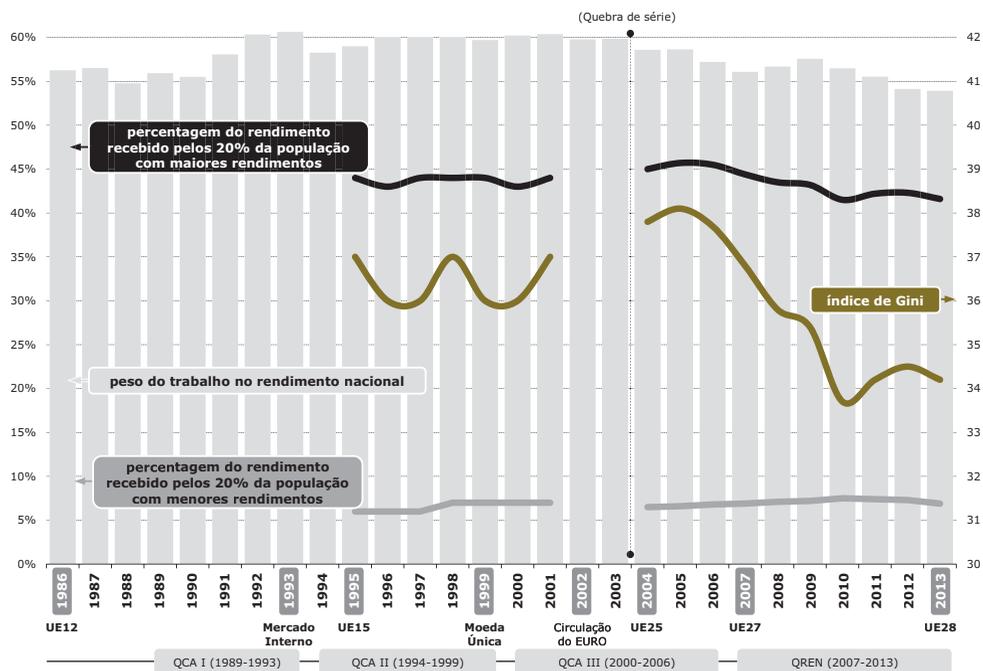
imperativo realçar a ação do Estado Social na redução da incidência da pobreza (Gráfico 37.5):

- Isolando do efeito das transferências sociais, a proporção da população em risco de pobreza sobe para 47% e revela uma acentuada tendência de crescimento nos últimos anos;
- A proporção da população com mais de 65 anos em risco de pobreza caiu de 29% em 2004 para 15% em 2013.

Na dimensão material, 11% da população portuguesa enfrentou uma situação de privação material severa em 2013. A estabilidade que este indicador revela desde 2008 contrasta com o aumento do número de famílias com intensidade laboral muito reduzida para o dobro (Gráfico 37.6).

A evolução mais recente, com o forte aumento do desemprego, acompanhado das medidas de contenção de custos nas políticas sociais, gerou em Portugal uma situação onde parece coexistir uma ligeira redução da desigualdade com um aumento efetivo da incidência e da intensidade da pobreza.

Gráfico 37.1. Desigualdade na repartição do rendimento e peso do trabalho no rendimento nacional em Portugal | 1986 a 2013

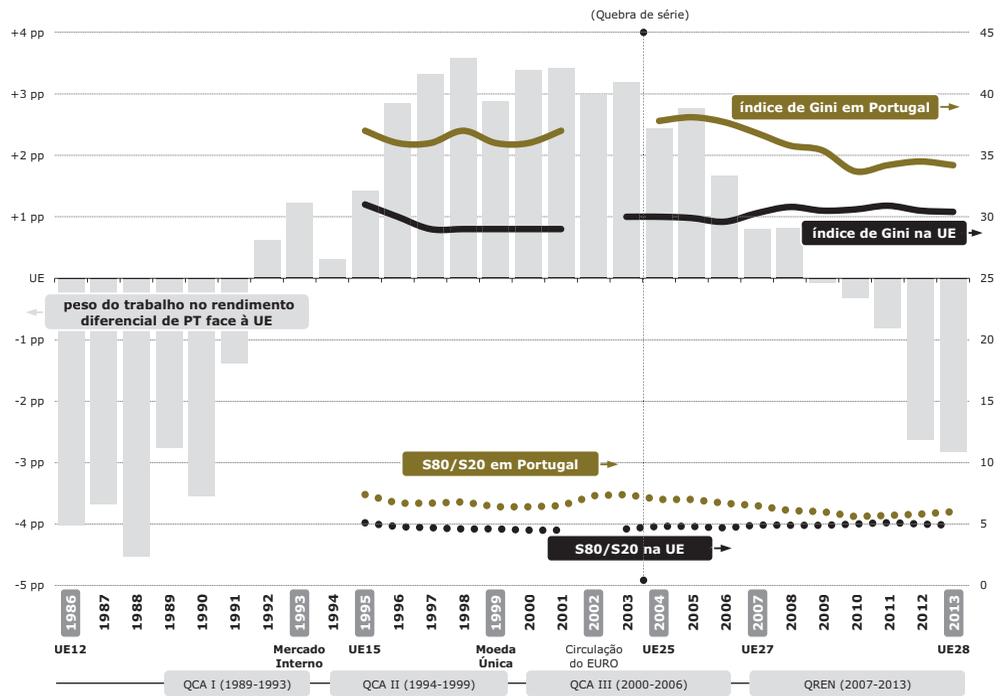


Num contexto de redução do peso do trabalho no rendimento nacional, Portugal tem conseguido mitigar as desigualdades económicas globais.

Fonte: Eurostat e AMECO (acedido em dezembro de 2014)

Gráfico 37.2. Desigualdade na repartição do rendimento e peso relativo dos rendimentos do trabalho: comparação entre Portugal e a UE | 1986 a 2013

O impacto negativo da execução das medidas do PAEF veio travar parcialmente a aproximação de Portugal ao padrão europeu nos indicadores que medem a desigualdade global na repartição de rendimentos.

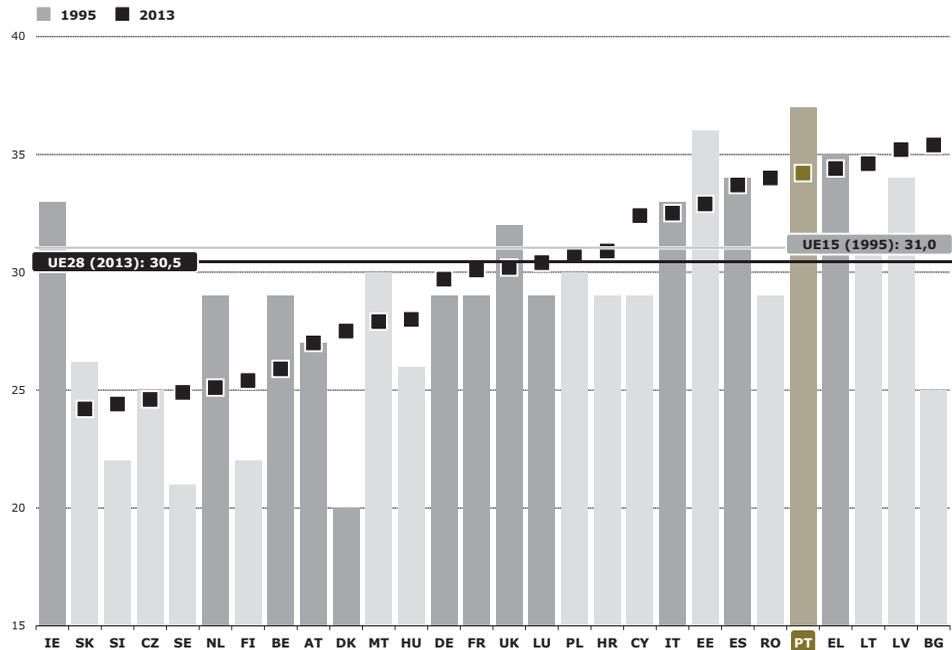


Nota: Os dados da UE para o rácio S80/S20 dizem respeito à UE15 até 2004 e à UE27 até 2009. Os dados da UE para o índice de Gini dizem respeito à UE15.

Fonte: AMECO e Eurostat (acedido em dezembro de 2014)

Gráfico 37.3. Desigualdade na repartição do rendimento pelo índice de Gini: a posição de Portugal na UE | 1995 e 2013

A redução da desigualdade na distribuição de rendimento permitiu a Portugal deixar de ser o Estado-membro mais desigual.



Nota: Os valores iniciais referem-se a 1996 para a Finlândia, 1997 para o Chipre e Suécia, 2000 para a Bulgária, Eslovénia, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Malta, Polónia e Roménia, 2001 para a República Checa, 2003 para a Croácia, 2005 para a Eslováquia e dados não disponíveis para a Irlanda em 2013.

Fonte: Eurostat (acedido em dezembro de 2014)

Gráfico 37.4. Pessoas em risco de pobreza ou exclusão social (2008=100): a posição de Portugal na UE | 2008 e 2013

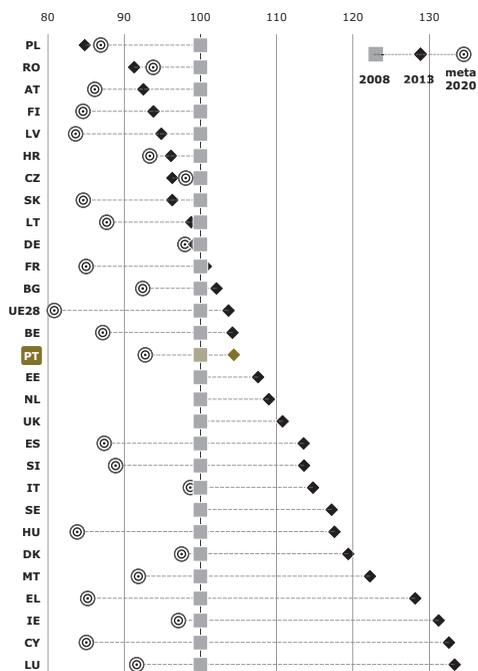
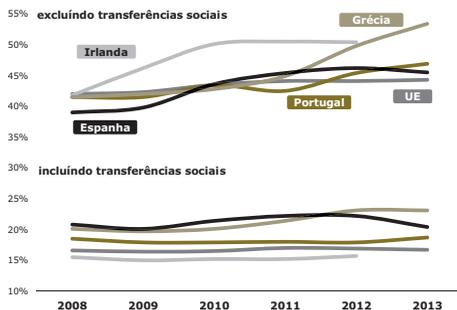
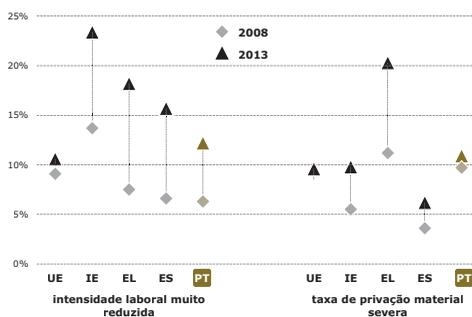


Gráfico 37.5. Pessoas em risco de pobreza monetária: comparação entre Portugal, UE e países da coesão | 2008 a 2013



Desde 2008 que o número de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social aumentou 4%, refletindo aumento da intensidade laboral muito reduzida.

Gráfico 37.6. Intensidade laboral e privação material: comparação entre Portugal, UE e países da coesão | 2008 e 2013



Nota: Para a Croácia, UE28 e Irlanda a meta refere-se ao ano base 2010 (2010=100).
Fonte: Eurostat (acedido em novembro de 2014)

Conceitos e metodologia

Peso do trabalho no rendimento nacional

Rácio entre a compensação total do trabalho e o PIB. Devido às dificuldades na estimação do rendimento do trabalho dos trabalhadores por conta própria é considerado o rácio ajustado compensação por trabalhador dependente em percentagem do PIB por pessoa empregada. (Comissão Europeia)

Índice de Gini

Indicador de desigualdade na distribuição do rendimento que visa sintetizar num único valor a assimetria dessa distribuição. Assume valores entre zero (quando todos os indivíduos têm igual rendimento) e 100 (quando todo o rendimento se concentra num único indivíduo). (INE)

Rácio S80/S20

Indicador de desigualdade na distribuição do rendimento, definido como o rácio entre a proporção do rendimento total recebido pelos 20% da população com maiores rendimentos e a parte do rendimento auferido pelos 20% de menores rendimentos. (INE)

Estratégia 2020

Estratégia lançada em 2010 para os dez anos seguintes que assenta em oito metas respeitantes ao emprego, à investigação e desenvolvimento, ao clima/energia, à educação e à inclusão social e redução da pobreza, traduzidos em objetivos nacionais em função das especificidades de cada Estado-membro da UE. No domínio do combate à pobreza e às desigualdades sociais, a grande meta da UE para 2020 é reduzir em 20 milhões o número de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social. Este indicador compreende os indivíduos em risco de pobreza ou vivendo em agregados com intensidade laboral *per capita* muito reduzida ou em situação de privação material severa. (Comissão Europeia e INE)

Taxa de risco de pobreza

Proporção da população cujo rendimento equivalente se encontra abaixo da linha de pobreza definida como 60% do rendimento mediano por adulto equivalente. (INE)

Taxa de privação material severa

Corresponde à proporção da população em que se verificam pelo menos quatro das seguintes nove dificuldades: 1) capacidade para assegurar o pagamento imediato, sem recorrer a empréstimo, de uma despesa inesperada próxima do valor mensal da linha de pobreza; 2) capacidade para pagar uma semana de férias, por ano, fora de casa, suportando a despesa de alojamento e viagem para todos os membros do agregado; 3) capacidade para pagar sem atraso a renda, prestações de crédito e as despesas correntes da residência principal, e outras despesas não relacionadas com a residência principal; 4) capacidade para fazer uma refeição de carne ou de peixe (ou equivalente vegetariano), pelo menos de dois em dois dias; 5) capacidade para manter a casa adequadamente aquecida; 6) disponibilidade de máquina de lavar roupa; 7) disponibilidade de televisão a cores; 8) disponibilidade de telefone fixo, ou pelo menos, de um membro com telemóvel; e 9) disponibilidade de automóvel. (INE)

Intensidade laboral *per capita* muito reduzida

Consideram-se em intensidade laboral *per capita* muito reduzida todos os indivíduos com menos de 60 anos que, no período de referência do rendimento, viviam em agregados familiares em que os adultos entre os 18 e os 59 anos (excluindo estudantes) trabalharam em média menos de 20% do tempo de trabalho possível. (INE)

Para saber mais

Rodrigues, C. F. (2012) | Desigualdade Económica em Portugal, Fundação Francisco Manuel dos Santos
Eurostat (2014) | *Living conditions in Europe – 2014 Edition*

Desigualdade salarial

Numa sociedade onde predomina o trabalho assalariado e num mercado de trabalho caracterizado por uma progressiva e elevada segmentação, a evolução dos rendimentos do trabalho assalariado constitui uma variável crucial na análise das desigualdades económicas e sociais, em particular, numa época marcada pela pressão do desemprego e pela moderação salarial.

Analisar e quantificar as assimetrias quanto ao género, aos níveis de educação e qualificação e à dimensão regional, é fundamental para compreender a verdadeira dimensão e configuração das desigualdades salariais no caso português e maximizar a eficácia das políticas públicas.

O mercado de trabalho português é marcado pela elevada disparidade entre os salários mais elevados e a relativa homogeneidade entre os salários mais reduzidos.

O percurso de Portugal entre 1986 e 2013

Os 28 anos de Portugal Europeu registaram um progresso significativo no valor real do salário médio mas, também, no alargamento das desigualdades salariais refletindo um processo muito complexo de alteração na especialização nas atividades económicas e na evolução das tecnologias, das qualificações e da própria organização das empresas no seu relacionamento com os mercados e com os clientes.

A diferença entre o ganho salarial médio e mediano indicia a evolução da assimetria da distribuição salarial do Portugal Europeu. Com os salários a duplicarem em preços constantes desde 1986, a diferença entre o salário mediano e médio passou de 22% em 1986 para cerca de 40% em 2002, estabilizando desde então (Gráfico 38.1).

A desigualdade salarial portuguesa é marcada pela polarização da distribuição de salários. Regista-se uma elevada disparidade entre os salários mais elevados, explicada pelo aumento relativo da procura de trabalho mais qualificado, e uma relativa homogeneidade entre os salários mais reduzidos,

em resultado da menor procura de qualificações intermédias e das sucessivas revisões do salário mínimo.

A configuração desta desigualdade reflete afinal as fortes assimetrias ao nível da produtividade e da competitividade no tecido empresarial, incluindo a manifestação de formas de dualismo económico entre segmentos empresariais completamente inseridos em dinâmicas de concorrência internacional e segmentos empresariais insuficientemente modernizados.

A crescente disparidade salarial entre géneros constitui outro traço específico na evolução mais recente do Portugal Europeu. O diferencial remuneratório entre homens e mulheres, que era 5% em 2004, ultrapassou pela primeira vez os 10% em 2010 e, com o acentuar desta tendência, em 2012 já se situava acima dos 15%, evidenciando a manifestação de poderosos fatores culturais, sociais e institucionais em ação na produção desta elevada disparidade relativa ao género.

A posição de Portugal no contexto da União Europeia

Portugal regista, em comparação com as outras economias europeias, uma das mais elevadas diferenças entre o percentil 90 e o percentil 50 na distribuição de salários, evidenciando uma elevada desigualdade na aba superior da distribuição, e uma das mais reduzidas diferenças entre o percentil 50 e o percentil 10 na distribuição de salários, denotando uma compressão da desigualdade entre os salários mais baixos.

Assim se explica, em articulação com a relevância ainda alcançada, em múltiplas atividades, pelo salário mínimo, porque é que, apesar do baixo valor do salário mínimo em termos europeus, o seu rácio face ao salário mediano seja dos mais elevados na UE e porque é que o prémio salarial de concluir uma licenciatura é o nono mais elevado entre os Estados-membros e o mais elevado na UE15 (Gráfico 38.4 e Gráfico 38.5).

Quanto ao género, a crescente disparidade salarial em Portugal contrastou com a estabilização na UE em torno dos 15%, motivando uma aproximação nacional ao padrão europeu (Gráfico 38.2).

A estabilidade da desigualdade salarial no conjunto das economias europeias esconde uma elevada diversidade entre os vários Estados-membros, com o diferencial remuneratório a variar entre os 2,5% na Eslovénia e os 30% na Estónia. Em 2012, Portugal encontrava-se a meio da tabela, quando em 1994, a par da Espanha e Itália, se destacava pela reduzida disparidade salarial (Gráfico 38.3).

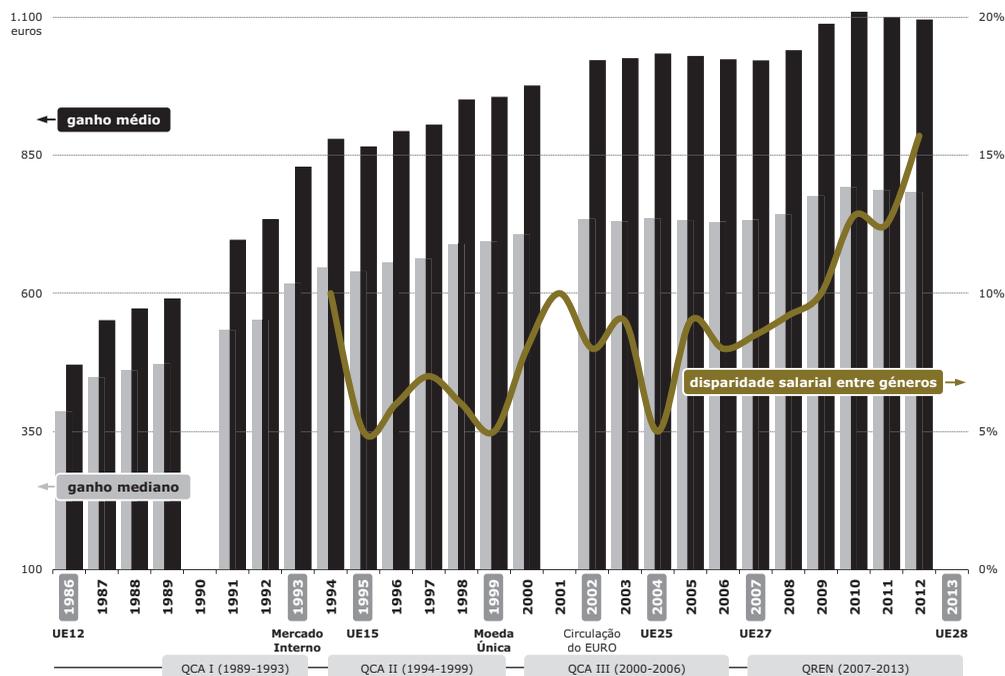
A dimensão das disparidades regionais

A evolução das disparidades salariais regionais registou, entre 2008 e 2012, período-chave no impacto da crise económica e financeira e das medidas de austeridade, uma tendência geral de redução.

Ao nível das regiões NUTS II, as regiões da Madeira e do Algarve, mais expostas ao setor da construção, divergiram da média nacional no ganho médio mensal, enquanto as regiões do Centro, do Alentejo e do Norte se aproximaram da média nacional e a região de Lisboa, apesar de se manter destacada como a região com o ganho médio mais elevado, viu reduzida a vantagem face às restantes regiões (Gráfico 38.6).

Ao nível das regiões NUTS III verifica-se que esta convergência foi relativamente homogénea nas regiões do Centro e Norte onde as regiões com nível salarial mais baixo, em particular o Douro e o Pinhal Interior Norte, registarem uma variação mais elevada. Já as regiões da Península de Setúbal e do Alentejo Litoral, com um peso relevante nas exportações industriais, destacam-se pelo desempenho positivo face à média nacional.

Gráfico 38.1. Ganho mensal e disparidade salarial entre homens e mulheres em Portugal | 1986 a 2012

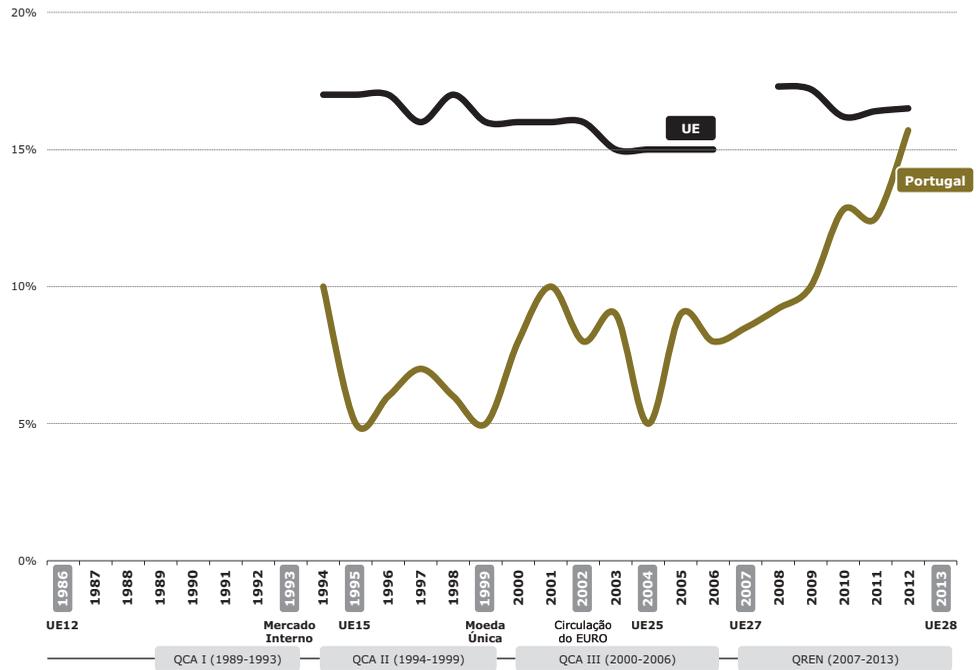


A diferença entre o ganho médio e o ganho mediano intensificou-se nos anos 90, em virtude do aumento relativo da procura de trabalho qualificado.

Fonte: Ameco (acedido em novembro de 2014)

Gráfico 38.2. Disparidade salarial por género: comparação entre Portugal e UE | 1994 a 2012

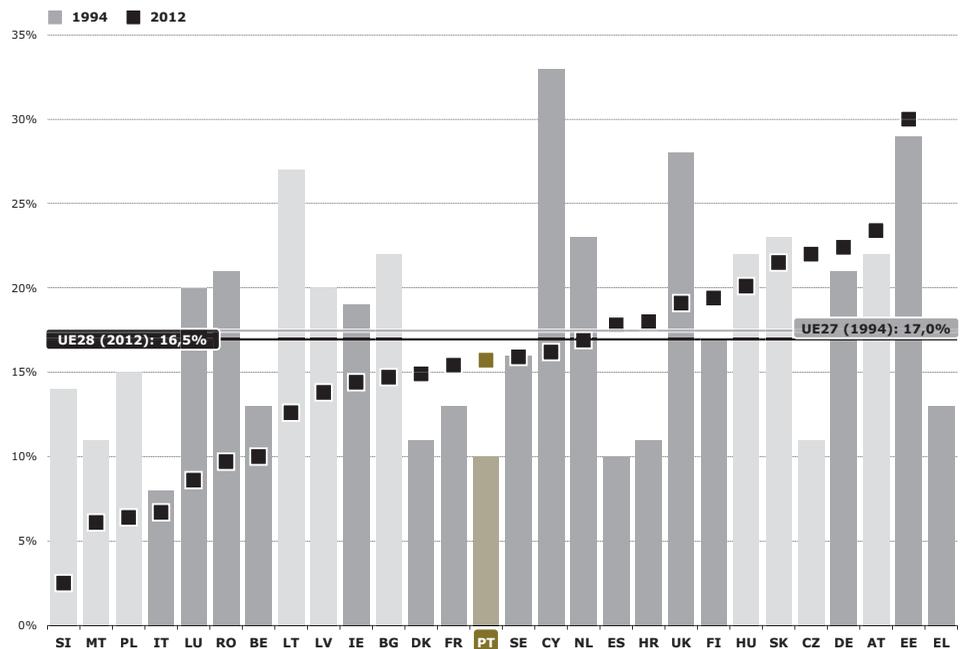
Na última década, a disparidade salarial entre portugueses e portuguesas disparou, aproximando-se padrão europeu.



Fonte: Eurostat (acedido em novembro de 2014)

Gráfico 38.3. Disparidade salarial entre géneros: a posição de Portugal na UE | 1994 e 2012

Entre 1994 e 2012, Portugal foi o quarto Estado-membro em que a diferença salarial entre homens e mulheres mais cresceu.



Nota: Os valores iniciais referem-se a 1995 para a Áustria, Eslovénia e Lituânia, 1996 para a República Checa, 1998 para a Letónia, 1999 para a Eslováquia e Polónia, 2000 para Malta, 2001 para a Bulgária e 2003 para a Croácia. Dados não disponíveis para a Grécia em 2012.

Fonte: Eurostat (acedido em novembro de 2014)

Gráfico 38.4. Ganho médio mensal por nível de habilitações: a posição de Portugal na UE | 2010

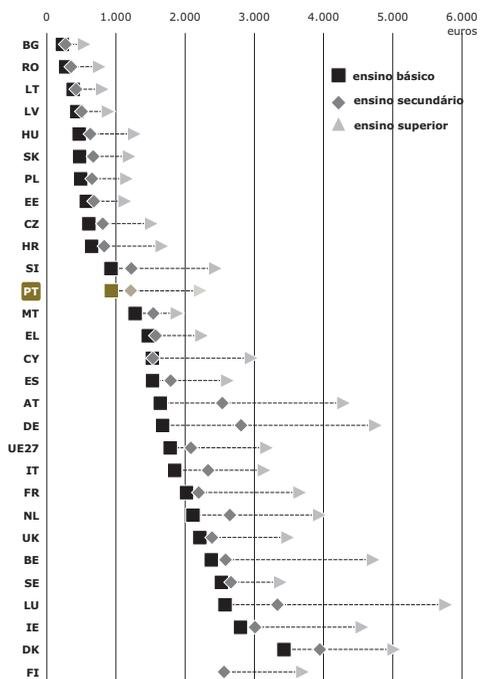
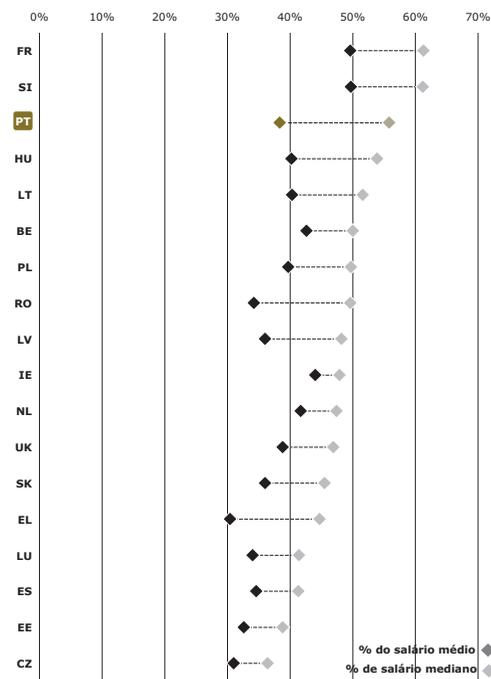


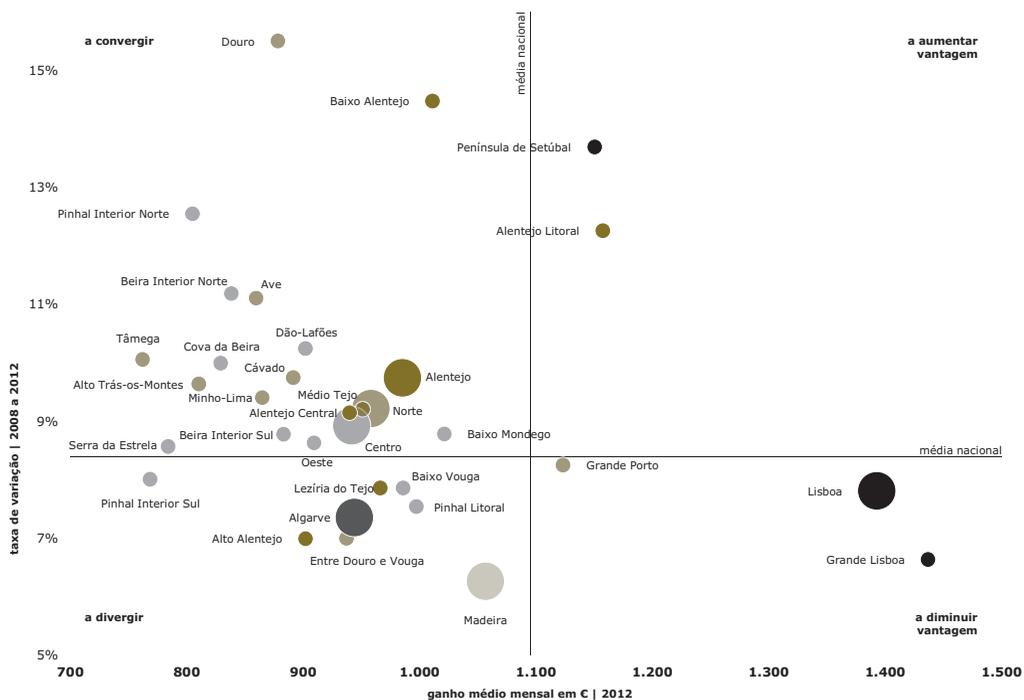
Gráfico 38.5. Salário mínimo em percentagem do salário médio e mediano | 2013



Em Portugal o rácio entre o salário mínimo e o salário mediano é dos mais elevados da UE.

Nota: Dados do Gráfico 38.5 referem-se apenas aos Estados-membros pertencentes à OCDE.
Fonte: Eurostat e OCDE (acedido em novembro de 2014)

Gráfico 38.6. Disparidade salarial entre regiões | 2008 a 2012



Entre 2008 e 2013 o Centro, Norte e Alentejo aproximaram-se do ganho médio mensal nacional, ao passo que a Madeira e o Algarve divergiram.

Nota: Dados não disponíveis para a Região Autónoma dos Açores | Média nacional refere-se a Portugal Continental
Fonte: INE (acedido em novembro de 2014)

Conceitos e metodologia

Quadros de Pessoal

A operação estatística Quadros de Pessoal resulta de um aproveitamento administrativo de normas legais que estabelecem a obrigatoriedade da entrega do quadro de pessoal por todas as entidades com trabalhadores ao seu serviço, incluindo os trabalhadores com contrato a termo certo se ao serviço no momento do inquérito. Excetua-se desta obrigação legal a administração central, regional e local e os institutos públicos (sendo para estas entidades apenas aplicável relativamente aos trabalhadores em regime de contrato individual de trabalho) e os empregadores de trabalhadores de serviço doméstico. Deve-se, portanto, analisar os dados dos Quadros de Pessoal à luz destas limitações da amostra. A não obrigatoriedade de entrega das declarações para as entidades públicas e para os trabalhadores por conta própria retiram consistência aos dados obtidos para setores não produtivos ligados à educação, saúde e cultura e administrações públicas e para os setores onde o peso da atividade por conta própria ou com uma natureza informal/familiar é mais relevante (como é o caso, por exemplo, do setor da agricultura, silvicultura e pesca). Para o cálculo do ganho médio e mediano, exclui-se ainda os empregadores e trabalhadores a tempo parcial, ficando por provar se a inclusão de outros grupos para além dos trabalhadores por conta de outrem com horário completo, não agravaria os níveis de desigualdade salarial.

Disparidade salarial

Diferença entre remuneração horária média bruta de homens e das mulheres, em percentagem da

remuneração horária média bruta de homens (Eurostat). A partir de 2007, o indicador baseia-se no inquérito à estrutura dos ganhos trabalhadores remunerados nas empresas com dez ou mais empregados, por NACE Rev. 2 (exceto agricultura, produção animal, caça e silvicultura e outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais), substituindo os dados de fontes nacionais não harmonizadas.

Ganho médio mensal

Montante médio ilíquido em dinheiro e/ou géneros pago aos trabalhadores, com caráter regular em relação ao período de referência, por tempo trabalhado ou trabalho fornecido no período normal e extraordinário. Inclui, ainda o pagamento de horas remuneradas mas não efetuadas (férias, feriados e outras ausências pagas). (INE)

Mediana

Medida de posição definida como o número que se encontra no centro de uma série de números, estando estes dispostos segundo uma ordem, ou seja, metade da população terá valores inferiores ou iguais à mediana e metade da população terá valores superiores ou iguais à mediana. A mediana depende da posição e não dos valores dos elementos na série ordenada, ao contrário da média que é fortemente influenciada pelos valores extremos (por esta razão, a comparação entre média e mediana é uma das formas mais simples de avaliar a assimetria de uma distribuição).

Para saber mais

Rodrigues, C.F. (2012) | Desigualdade económica em Portugal, Fundação Francisco Manuel dos Santos
Centeno, M. E A. Novo (2009) | *When supply meets demand: Wage inequality in Portugal*, Banco de Portugal
Fórum Económico Mundial (...2013) | *The Global Gender Gap Report 2013*
Organização Mundial do Trabalho (2014) | *Global Wage Report 2014/2015*

Classe média

As classes médias assumiram, no passado, nas economias avançadas, e cada vez mais, no presente, nas economias emergentes, um papel determinante na dinamização sustentável da procura interna, na promoção da mobilidade social e na própria estabilidade política e social das sociedades. A crise das economias desenvolvidas mais vulneráveis e com desequilíbrios mais significativos nas finanças públicas originou uma interessante literatura sobre a crise da classe média, onde se incluíram algumas visões prospetivas mais negativas sobre o seu próprio desaparecimento.

A delimitação do conceito de classe média é objeto de intensa discussão, partindo do seu carácter relativo, como segmento populacional entre os dois extremos da estrutura social, ricos e pobres. A sua definição varia entre conceitos estritamente monetários, considerando a distribuição de rendimentos de uma economia, até conceitos de cariz mais sociológico, considerando as qualificações académicas, a categoria profissional ou a propriedade de determinados bens ou fatores de produção.

A aproximação à noção de classe média faz-se, aqui, através dos segmentos de população com profissões associadas a quadros superiores e dirigentes e profissões intelectuais e científicas com funções na gestão das empresas e nas administrações públicas.

A classe média tem vindo a consolidar a sua posição na sociedade portuguesa, num contexto de terciarização da economia, aprofundada pelo alargamento dos serviços e funções do Estado e pela ascensão dos serviços às empresas.

Para este segmento médio, a maior estabilidade em termos de emprego contrasta com a maior volatilidade em termos salariais.

O percurso de Portugal entre 1986 e 2013

Nos 28 anos do Portugal Europeu, a classe média consolidou-se e afirmou-se como um pilar de estabilidade social e económica do país. Em 2013, esta classe socioprofissional representa mais de um quinto da estrutura de profissões do país, impulsionada pela crescente relevância das profissões intelectuais e científicas, que já representam 15% da população empregada (Gráfico 39.1).

Apesar de este valor ser empolado pela alteração na classificação de profissões em 2010, que aumentou em cerca de 200 mil o número de profissionais intelectuais, é inegável a resiliência que esta categoria profissional tem demonstrado no corrente processo de ajustamento. Entre 2011 e 2013, enquanto o emprego total diminuiu 7%, o número de profissionais intelectuais empregados aumentou 1%.

A maior estabilidade em termos de emprego contrasta com maior volatilidade em termos salariais. Entre 2010 e 2013, enquanto o ganho médio mensal do total da população empregada aumentou 1,6%, os quadros superiores e dirigentes registaram uma subida de 5% e os profissionais intelectuais registaram uma redução de 1,8%, sendo a única classe socioprofissional a registar uma quebra salarial neste período.

A afirmação deste segmento médio está profundamente ligada com o alargamento dos serviços e funções do Estado.

Em 2013, os serviços públicos concentram mais de 40% da classe média, com destaque para a área da educação, que emprega cerca de um quarto destes profissionais. A ascensão dos serviços de apoio às empresas contribuiu para a afirmação da classe média, em especial nas atividades científicas, técnicas e de informação e comunicação, onde representa mais de 50% do emprego (Gráfico 39.5).

A posição de Portugal no contexto da União Europeia

A relevância da classe média na estrutura profissional portuguesa aproximou-se decisivamente do referencial europeu, que tem vindo a registar uma tendência estrutural de expansão (Gráfico 39.2).

A aproximação ao padrão europeu em termos da estrutura socioeconómica verifica-se também pelo acentuar da perda de peso da classe operária. Em consequência da aceleração do processo de desindustrialização e da adaptação da indústria nacional à nova realidade competitiva, traduzida numa maior intensidade tecnológica e no *outsourcing* de um conjunto de tarefas a outros setores de atividade, o peso da classe operária na estrutura profissional nacional caiu de cerca de um terço em 1998 para um quinto em 2013.

Em resultado desta evolução, Portugal passou de um dos quatro Estados-membros em que a classe média é menos relevante, a par da Roménia, Itália e Croácia, para meio da tabela, superando a realidade austríaca, alemã ou espanhola (Gráfico 39.3).

A classe média e o nível de qualificações

Um nível de qualificações mais elevado face à restante população é um dos elementos definidores da classe média (Gráfico 39. 4).

Em 2013, três em cada quatro trabalhadores enquadrados neste segmento médio tinham pelo menos concluído o ensino superior. Considerando a totalidade da população empregada, essa proporção desce para dois em cada dez trabalhadores e é a terceira mais baixa a nível europeu. O diferencial de habilitações entre a classe média e a totalidade da população empregada nacional é mesmo o sexto mais elevado entre os Estados-membros, atrás da Roménia, Hungria, Croácia, Eslováquia e Bulgária.

Na génese deste diferencial está uma subida de 25,2 pontos percentuais do número de licenciados entre a classe média nacional desde 2002, a segunda subida mais intensa no panorama europeu, só superada pela Irlanda.

A crise financeira do Estado atingiu, em Portugal, de forma muito relevante o estatuto social, as condições de trabalho e os níveis remuneratórios numa parte importante deste segmento médio, num processo onde os professores constituem, talvez, o melhor exemplo.

Gráfico 39.1. Estrutura do emprego por profissão em Portugal | 1992 a 2013

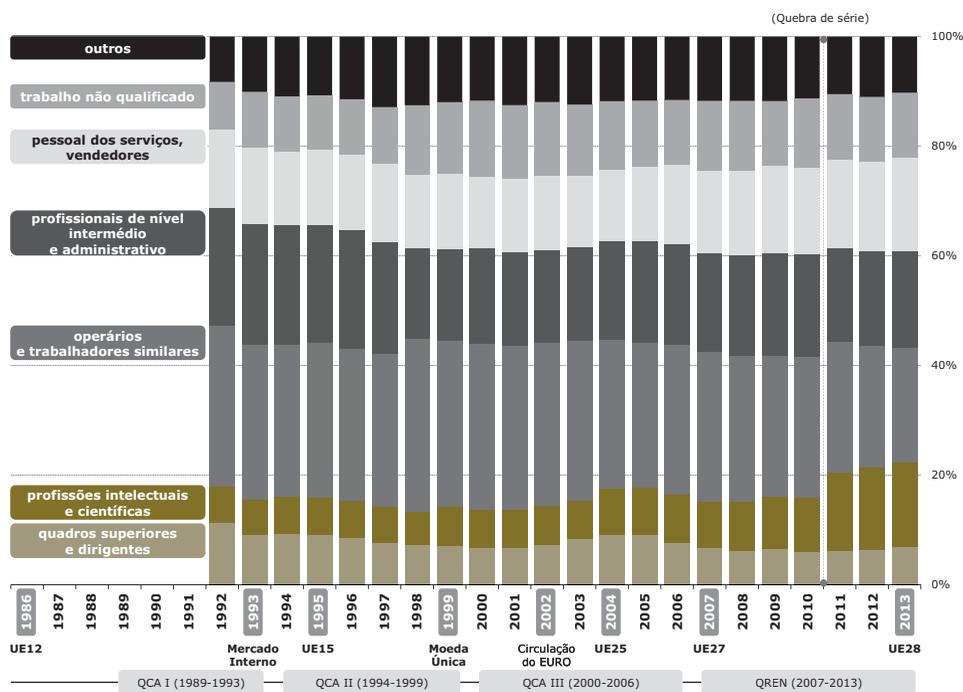
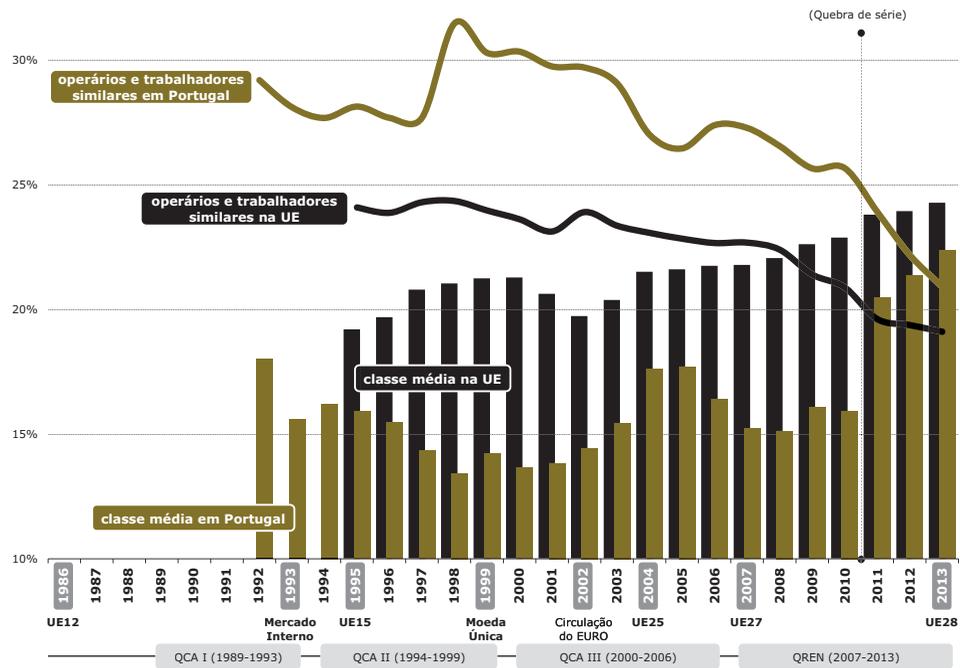


Gráfico 39.2. Peso da classe média e dos operários e trabalhadores similares na estrutura do emprego por profissão: comparação entre Portugal e UE | 1992 a 2013

A estrutura socioprofissional portuguesa tem vindo a aproximar-se do padrão europeu, quer pela maior relevância da classe média, quer pelo acentuado declínio da classe operária.

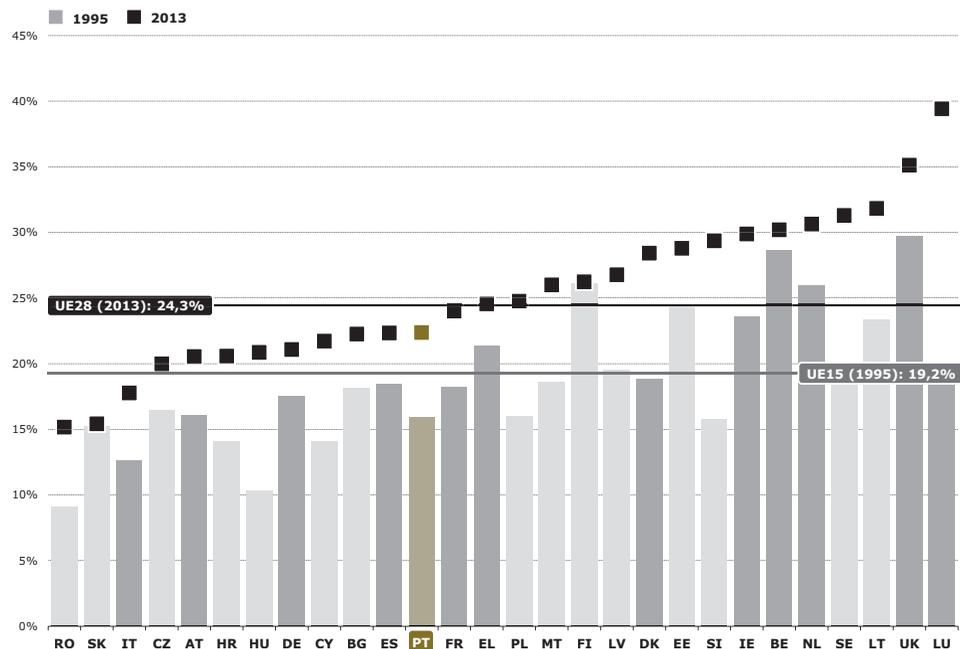


Nota: Por classe média entende-se todos os profissionais representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos, especialistas das atividades intelectuais e científicas.

Fonte: Eurostat (acedido em setembro de 2014)

Gráfico 39.3. Peso da classe média na estrutura do emprego por profissão: a posição de Portugal na UE | 1995 e 2013

Portugal passou de um dos quatro Estados-membros onde este segmento médio era menos representativo, em 1995, para uma posição no meio da tabela europeia em 2013.



Nota: Os valores iniciais referem-se a 1996 para Eslovénia e Hungria, 1997 para Estónia, Finlândia, Polónia, República Checa, Roménia e Suécia, 1998 para a Eslováquia, Letónia e Lituânia, 1999 para o Chipre, 2000 para a Bulgária e Malta e 2002 para a Croácia. Os dados de 2013 dizem respeito à nova classificação de profissões, CPP 2010.

Fonte: Eurostat (acedido em setembro de 2014)

Gráfico 39.4. Peso dos serviços públicos na empregabilidade da classe média: a posição de Portugal na UE | 2013

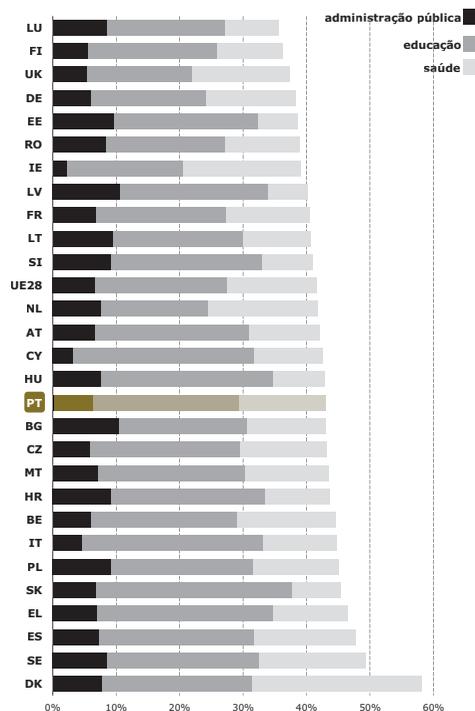
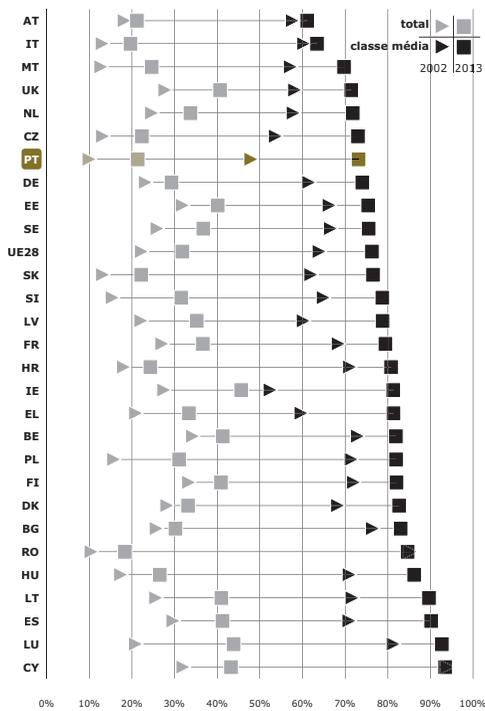


Gráfico 39.5. População empregada com ensino superior completado: a posição de Portugal na UE | 2002 e 2013



A subida do nível de qualificações dos trabalhadores portugueses desde 2002 foi mais intensa na classe média. Ao mesmo tempo que se distanciou das restantes classes socioprofissionais nacionais, aproximou-se do padrão europeu.

Fonte: Eurostat (acedido em novembro de 2014)

Conceitos e metodologia

Classe média

Adotou-se o critério das profissões, assumindo que pertence a este estrato social o pessoal ao serviço enquadrados no grande grupo “1. Quadros superiores e dirigentes” e “2. Profissionais das áreas intelectuais e científicas”, filtrado com base na Classificação Nacional de Profissões (CNP) a um dígito. Pela impossibilidade de cobrir a totalidade do universo enquadrável nesta categorização, devido a questões que se prendem com a disponibilidade de dados estatísticos, a lógica adotada foi a de amostragem, com base numa população passível de ser analisada e constante nos Quadros de Pessoal.

Classificação portuguesa de profissões (CPP)

Permite a comparação, a nível internacional, de dados estatísticos sobre mão-de-obra, nomeadamente dos resultados referentes aos recenseamentos da população de vários países. A primeira Classificação

Nacional de Profissões (CNP) disponibilizada a nível nacional refere-se ao ano de 1966, da responsabilidade do IEFP e estava harmonizada com a CITP/1958.

A Classificação Nacional de Profissões de 1980 (CNP/80), editada também pelo IEFP, teve por base a CITP/68 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e constitui a segunda versão da CNP. A CNP/80 foi posteriormente objeto de uma revisão, reduzindo significativamente o número de profissões (entenda-se nível mais elementar desta classificação, tendo passado de cerca de 3.800 profissões para cerca de 1.700), dando origem à CNP/94, aprovada pelo Conselho Superior de Estatística (CSE). Em Dezembro de 2007, a OIT aprovou uma nova Classificação Internacional Tipo de Profissões, editada em 2008 (CITP/2008), com base na qual foi desenvolvida a atual Classificação Portuguesa das Profissões (2010), da responsabilidade do INE. (INE)

Para saber mais

Banco de Portugal (2009) | A economia portuguesa no contexto da integração económica, financeira e monetária

INE (2011) | Classificação portuguesa de profissões 2010

E. Estanque (2010) | A classe média: ascensão e declínio, Fundação Francisco Manuel dos Santos

A qualidade e sustentabilidade dos modelos de governança reside, em boa medida, na eficácia das decisões políticas que definem a quantidade e qualidade dos bens e serviços públicos disponibilizados às populações, bem como a forma de os produzir, isto é, se internamente, através de recursos da própria administração pública em sentido lato (“fazendo”), ou externamente, recorrendo a formas de concessão, contratualização ou *outsourcing* que envolvem a produção por entidades privadas ou sociais (“fazendo fazer”).

As sociedades contemporâneas evidenciam suficientes limitações no funcionamento dos mercados e das democracias para legitimarem a procura de formas mais claras de articulação entre a gestão estatal e o interesse público e formas mais eficazes na afetação dos recursos, na redistribuição dos rendimentos e na estabilização das economias.

Os modelos de organização das administrações públicas central, regional e local, nomeadamente na sua dimensão territorial, ganham uma importância acrescida nas respostas do Estado às necessidades dos cidadãos e das empresas em caminhos de melhoria do bem-estar, de promoção do crescimento económico e de facilitação da criação de empregos.

Portugal apresenta uma administração pública que recorre cada vez mais ao *outsourcing*, é bastante centralizada e revela ainda bastantes insuficiências na promoção de um quadro regulatório, de organização da justiça e de disciplina nos pagamentos, que favoreça o desempenho competitivo das empresas.

O percurso de Portugal entre 1986 e 2013

A provisão de bens e de serviços públicos em Portugal, produzidos pelas próprias administrações públicas ou fornecidos através de formas de externalização, absorve cerca de um quarto da riqueza criada anualmente.

Os gastos em prestações sociais e em juros vão absorvendo uma fatia cada vez maior do Orçamento de Estado, seja em função das consequências do envelhecimento da população, seja em função do serviço da dívida pública acumulada. O peso do custo com a provisão de bens e serviços públicos diminuiu,

neste contexto, entre 2008 e 2013, de 52% para 46% no total das despesas públicas (Gráfico 40.1).

As administrações públicas vão recorrendo cada vez mais ao *outsourcing*. Em 2013, a aquisição de bens e de serviços a entidades externas explica um terço dos custos de produção, representando uma subida de cinco pontos percentuais face a 2008. Trata-se, no entanto, de processos com alcance estrutural limitado já que motivados muito mais pela procura de contenção de custos, ou simples restrições orçamentais, do que pela procura de ganhos de eficiência.

A posição de Portugal no contexto da União Europeia

Até ao eclodir da recente crise financeira, Portugal acompanhou a tendência europeia na crescente afetação de recursos à produção de bens e de serviços públicos. Desde então, a redução verificada em Portugal contrasta com a estabilidade a nível europeu.

Se, em 2008, o peso na despesa pública nacional dos custos de produção de bens públicos era 5% superior ao referencial europeu, em 2013, já se situava 5% aquém desse referencial (Gráfico 40.2).

Portugal destaca-se, também, pela menor relevância do *outsourcing*. Embora tenha sido um dos Estados-membros em que o recurso a fornecedores externos mais aumentou desde 1999, continua a ser, em 2013, o quinto em que a remuneração de trabalhadores do setor público mais pesa nos custos de produção (Gráfico 40.3).

O modelo de governação em Portugal surge, no quadro europeu, com um forte nível de centralização do setor público. Em Portugal, a administração local é responsável por 13% da despesa pública total, o sexto valor mais baixo entre os Estados-membros e 60% abaixo da média europeia. No entanto, ao nível das despesas de investimento, a relevância da administração local sobe para 50%, o décimo registo mais elevado a nível europeu (Gráfico 40.4).

A descentralização, na União Europeia, é mais efetiva na despesa do que na receita fiscal induzindo a necessidade de transferências intergovernamentais. No caso português, esta discrepância é ainda mais vincada, com a administração local a arrecadar apenas 7% da receita fiscal, menos de metade do referencial europeu.

A importância de um Estado “amigo” da competitividade

Uma administração pública eficiente, eficaz e transparente é também decisiva na relação com os cidadãos e as empresas, sendo um fator chave na

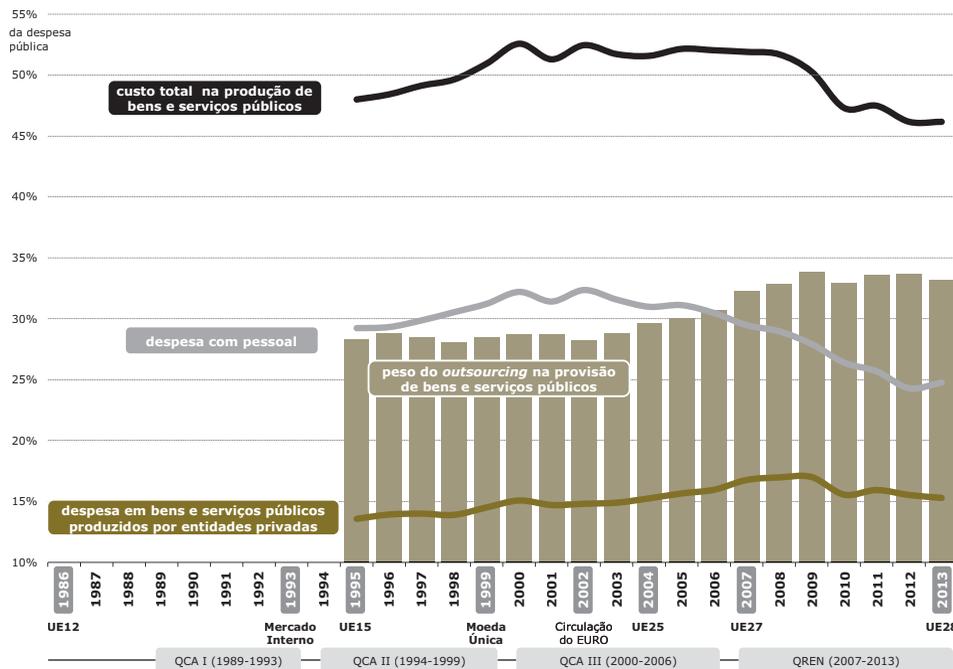
competitividade. A estabilidade e simplificação do quadro de regras e regulamentos constituem um poderoso incentivo para uma iniciativa privada concorrencial, eficiente nos custos de produção e qualificada e inovadora na gama oferecida de bens e serviços.

A ineficiência do sistema de justiça assim como a excessiva burocracia são apontados entre os fatores que, à escala nacional, mais limitam a competitividade empresarial. Se para abrir uma empresa basta apenas um dia, para concluir um processo de insolvência são necessários, em média, dois anos (Gráfico 40.5).

O sistema tributário português também mina a competitividade pela sua complexidade e instabilidade. Em Portugal cada empresa gasta em média 275 horas para preparar e efetuar o pagamento de impostos e contribuições, o quinto valor mais elevado entre os Estados-membros.

O prazo de pagamento das administrações públicas constitui outro fator que limita o desempenho das empresas, colocando mesmo, por vezes, em causa a sua própria viabilidade financeira. Em Portugal, apesar de melhorias recentes, o prazo médio de pagamento do setor público é ainda de 133 dias. Na UE, só a Espanha (155), a Grécia (159) e a Itália (170) demoram mais a pagar aos seus fornecedores.

Gráfico 40.1. Despesa pública alocada à produção de bens e serviços públicos em Portugal | 1995 a 2013

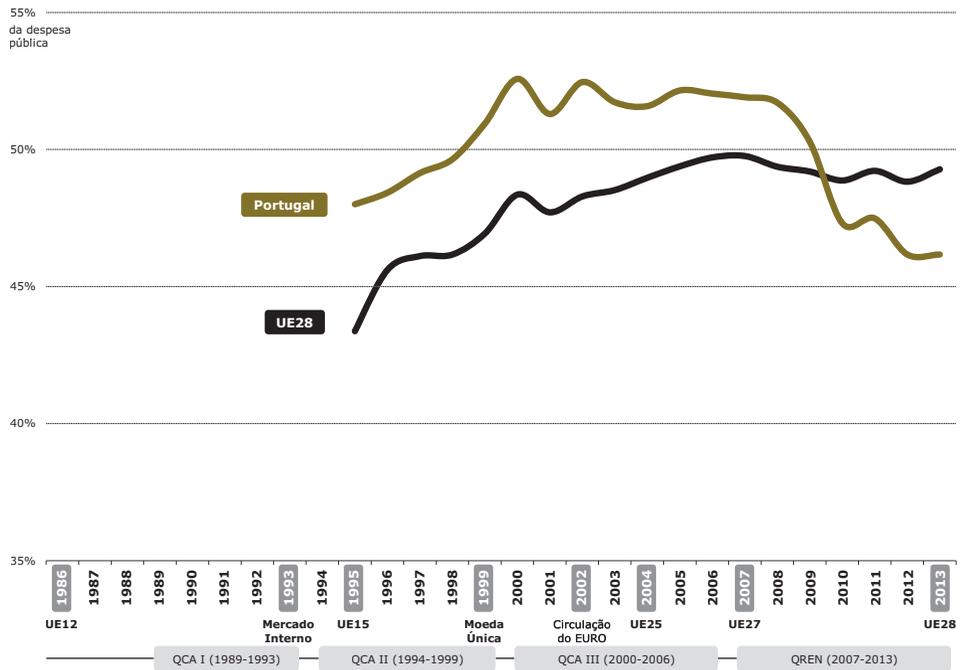


A provisão direta de bens e serviços públicos tem vindo a perder relevância no orçamento público ao passo que o recurso ao *outsourcing* tem vindo a aumentar.

Nota: O custo de produção de bens e serviços públicos inclui ainda o consumo de capital fixo, indicando o nível de depreciação do capital.
Fonte: Eurostat (acedido em abril de 2015)

Gráfico 40.2. Despesa pública alocada à produção de bens e serviços públicos: comparação entre Portugal e UE | 1995 a 2013

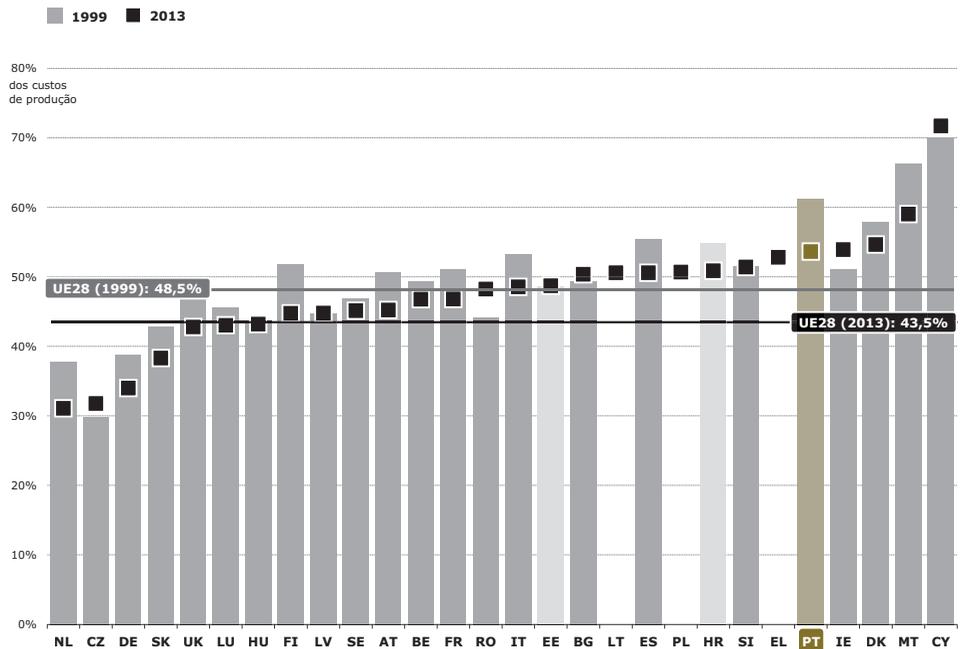
A eclosão da crise financeira global representa um ponto de viragem na provisão de bens e serviços públicos. Se em 2008 o peso na despesa pública nacional dos custos de produção de bens públicos era 5% superior ao referencial europeu, em 2013 já se situava 5% aquém desse referencial.



Fonte: Eurostat (acedido em abril de 2015)

Gráfico 40.3. Peso da despesa com pessoal nos custos totais de produção de bens e serviços públicos: a posição de Portugal na UE | 1999 e 2013

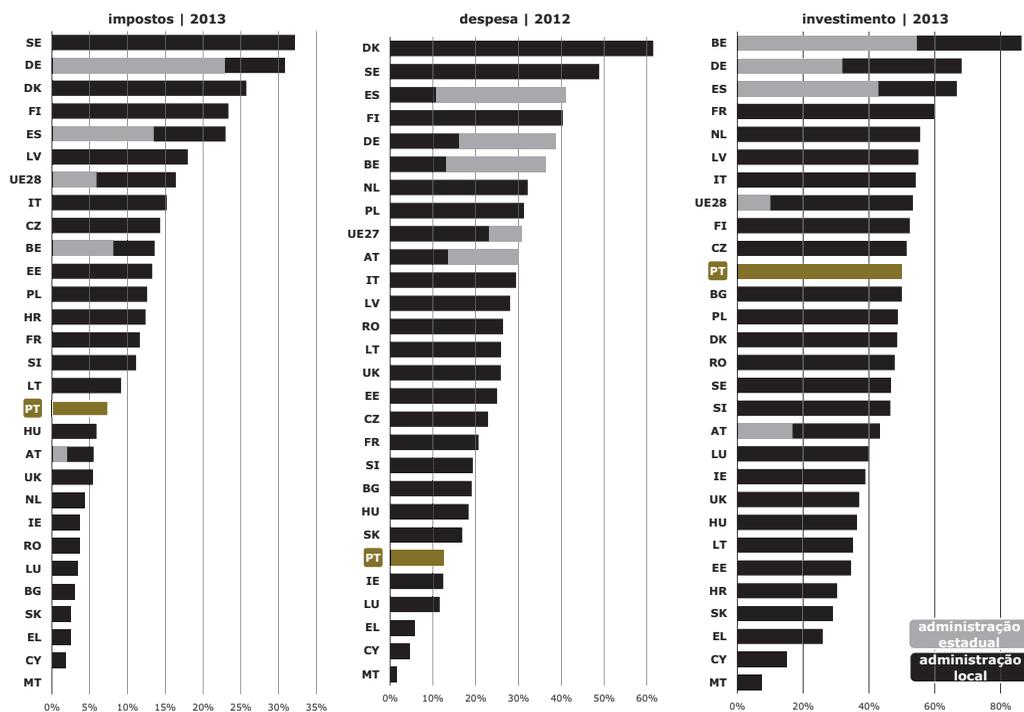
Embora Portugal tenha sido um dos Estados-membros em que o recurso a fornecedores externos mais aumentou desde 1999, continuava a ser, em 2013, o quinto em que a remuneração de trabalhadores mais pesava nos custos de produção de bens e serviços públicos.



Nota: Dados iniciais dizem respeito a 2001 para Croácia e Estónia, dados iniciais não disponíveis para a Grécia, Lituânia e Polónia e os dados para a UE28 em 1999 são estimados.

Fonte: Eurostat (acedido em abril de 2015)

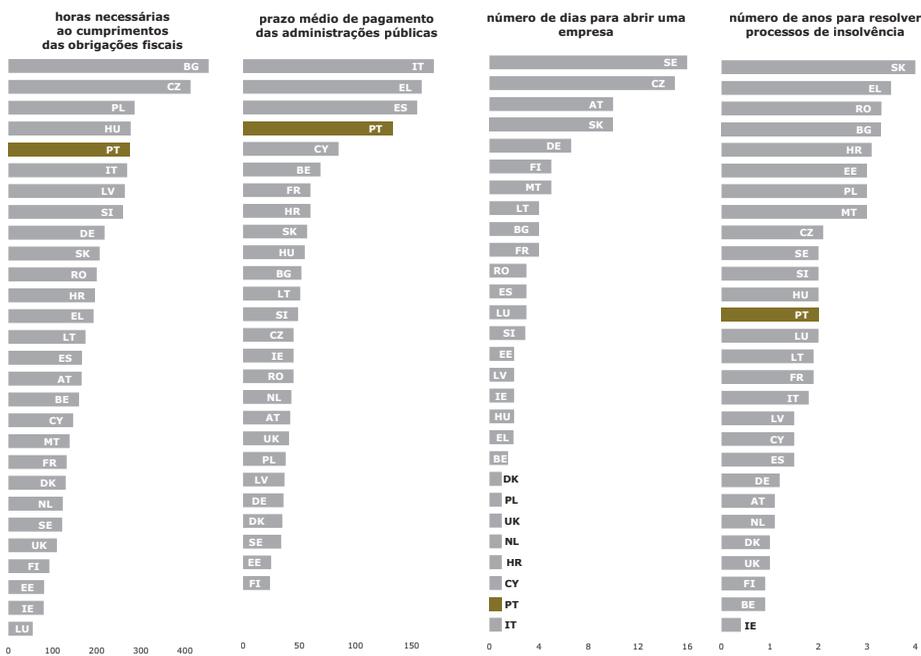
Gráfico 40.4. Peso da administração local na receita fiscal, despesa pública e investimento: a posição de Portugal na UE | 2012/2013



O nível de descentralização em Portugal fica bastante aquém do referencial europeu, com a administração local a concentrar 7% da receita fiscal, 13% da despesa pública total, e 50% da despesa em investimento.

Nota: Dados não disponíveis para a Croácia na despesa.
Fonte: Eurostat (acedido em abril de 2015)

Gráfico 40.5. Indicadores de eficiência das administrações públicas: a posição de Portugal na UE | 2013



A competitividade das empresas em solo nacional é posta em causa pelos elevados custos processuais associados ao cumprimento das obrigações fiscais, pelo tempo que as administrações públicas demoram a pagar aos seus fornecedores e pela demora no funcionamento do sistema de justiça.

Nota: Sem dados disponíveis para o Luxemburgo e Malta no pagamento das administrações públicas.
Fonte: Banco Mundial, Comissão Europeia, Intrum Justitia e OCDE (acedido em abril de 2015)

Conceitos e metodologia

Administrações públicas

Inclui todas as unidades institucionais cuja função principal consiste em produzir outros bens e serviços não mercantis destinados ao consumo individual e coletivo e/ou em efetuar operações de redistribuição do rendimento e da riqueza nacional. Os recursos principais destas unidades provêm de pagamentos obrigatórios efetuados por unidades pertencentes a outros setores e recebidos direta ou indiretamente. (INE)

Administração local e estadual

Administração local inclui todas as administrações públicas cuja competência se estende a apenas uma parte local do território económico, à exceção dos serviços locais de fundos de segurança social. Administração estadual agrupa as administrações que, na qualidade de unidades institucionais distintas, exercem certas funções de administração, com exceção da administração dos fundos de segurança social, a um nível inferior ao da administração central e superior ao de unidades institucionais públicas de nível local.

Emprego público

As estatísticas da Direção-Geral da Administração e do Emprego Público para o emprego na administração pública portuguesa compreendem os postos de trabalho na administração central (incluindo administração

direta e indireta do Estado), na administração regional (entidades administrativas das regiões autónomas dos Açores e da Madeira) e administração local (entidades cuja competência e autoridade fiscal, legislativa e executiva, respeita a uma parte do território). Inclui os trabalhadores com uma relação jurídica de emprego regulada pelo direito público nas entidades públicas empresariais, não estando abrangidas as instituições sem fins lucrativos controladas e/ou financiadas por unidades das administrações públicas. Convém notar que o universo das entidades abrangidas não é estável ao longo da série temporal, com as estimativas a partir de inquéritos até 1991 a excluir o pessoal militar e militarizado e o emprego nas regiões autónomas e a desagregação entre 2005 e 2010 a disponibilizar dados para administração central e câmaras municipais. (Observatório do Emprego Público)

Despesa em bens e serviços públicos produzidos por entidades privadas

Inclui despesas de consumo intermédio (aquisição de produtos intermédios necessários ao funcionamento do governo, tais como serviços de contabilidade ou informática) e transferências sociais em espécie (*proxy* para os bens e serviços provisionados diretamente pelas entidades privadas aos cidadãos, incluindo aqueles que são inicialmente pagos pelos cidadãos e reembolsados pelo Estado à posterior).

Para saber mais

Comissão Europeia (...2015) | 2015 *EU Justice Scoreboard*

Comissão Europeia (...2014) | 2014 *Member States' Competitiveness Report: Reindustrialising Europe*

OECD (...2015) | *Going for growth*

OECD (...2014) | *Government at a glance 2013*

Proteção social

O sistema de proteção social em Portugal, inspirado pelo modelo social europeu, visa proteger os cidadãos de situações de risco social, garantindo um nível mínimo de rendimento e facultando uma oferta diversificada de serviços assistenciais e de cuidados de saúde.

A pressão sobre o sistema de pensões é cada vez maior, com os progressos em termos de longevidade, a baixa taxa de natalidade e a degradação do mercado de trabalho a colocarem em causa a sua sustentabilidade a longo prazo. Sem uma reestruturação de fundo, adaptada a esta nova realidade, será cada vez mais difícil garantir pensões de acordo com o nível de rendimentos gerados na vida ativa.

A proteção social tem um papel cada vez mais relevante na sociedade portuguesa, com as prestações sociais a pesarem cada vez mais nos rendimentos familiares. Em 2012, as prestações sociais já equivalem a um quarto da riqueza criada em Portugal.

O percurso de Portugal entre 1986 e 2013

O aprofundamento e densificação da proteção social têm sido um dos pilares da evolução de Portugal ao longo dos 28 anos da sua plena integração europeia. Em 2012, as prestações sociais equivaliam a um quarto da riqueza criada em Portugal, o dobro do valor registado em 1990 (Gráfico 41.1).

A expansão das pensões de velhice e de sobrevivência tem um forte papel nesta evolução, em virtude da cobertura mais abrangente e da subida do valor médio das pensões, induzida sobretudo pelos novos pensionistas. A despesa com pensões de velhice e sobrevivência passou de 40% em 1990 para 55% do total de prestações sociais em 2012, correspondendo a 14% do PIB.

Considerando exclusivamente o universo da Segurança Social, o número de pensionistas de velhice e de sobrevivência aumentou de 1,7 milhões em 1990 para 2,7 milhões em 2013, sendo que no caso das pensões de velhice, o valor da pensão média anual passou de 600 para 5.000 euros (não obstante, quatro em cada cinco pensionistas por velhice do regime geral ainda recebem menos de 500 euros).

O aumento dos encargos com o subsídio de desemprego contrasta com a estabilidade das restantes prestações. Entre 2008 e 2012, o montante afeto a subsídios de desemprego aumentou 70%, com o número de beneficiários a passar de 450 mil para 650 mil indivíduos.

O Rendimento Social de Inserção apresenta uma dinâmica oposta. Tendo atingido a abrangência máxima com 530 mil beneficiários em 2010, a sua incidência tem vindo a diminuir, abrangendo 360 mil indivíduos em 2013, o valor mais baixo desde 1998.

Em relação ao número de beneficiários, é ainda de realçar o acentuado declínio registado pelas prestações substitutivas dos rendimentos profissionais por motivos de saúde e de invalidez. Em 2013, 470 mil indivíduos receberam subsídios de doença e 270 mil receberam pensão por invalidez, menos 40% do que em 1990 (Gráfico 41.5).

A posição de Portugal no contexto da União Europeia

A comparação com o panorama europeu revela uma tendência geral de convergência, com o aumento do peso das prestações sociais na economia portuguesa a contrastar com a estabilidade do maduro sistema de proteção social europeu.

Portugal anulou, entre 1993 e 2007, mais de 70% da diferença face ao referencial europeu, num ritmo muito forte já que, neste período, só na Irlanda e no Chipre o aumento do peso das prestações sociais no PIB foi mais elevado. Desde então o diferencial tem-se vindo a dilatar-se ligeiramente (de 3% para 3,8%). O crescimento de três pontos percentuais em Portugal, entre 2007 e 2012, foi apenas o 16.º mais elevado na UE, contrastando com o aumento de 15 p.p. na Irlanda, seis pontos percentuais na Grécia ou cinco em Espanha (Gráfico 41.2).

Apesar desta trajetória global de convergência, as prestações sociais por habitante em Portugal correspondem apenas a 65% da média europeia, ainda bastante aquém dos valores registados pela Grécia ou Espanha (Gráfico 41.3).

Portugal destaca-se do padrão europeu ao afetar uma maior proporção da riqueza criada nas prestações sociais por motivo de velhice, sobrevivência e desemprego. Em contrapartida, dedica menos 2% do PIB em prestações por motivo de doença e cuidados de saúde.

O peso das prestações associadas à família e às crianças na economia nacional (1,2%) é cerca de metade do referencial europeu (2,2%), o que merece ser salientado em função da reduzida natalidade do país e as consequências regressivas daí resultantes a prazo (Gráfico 41.4).

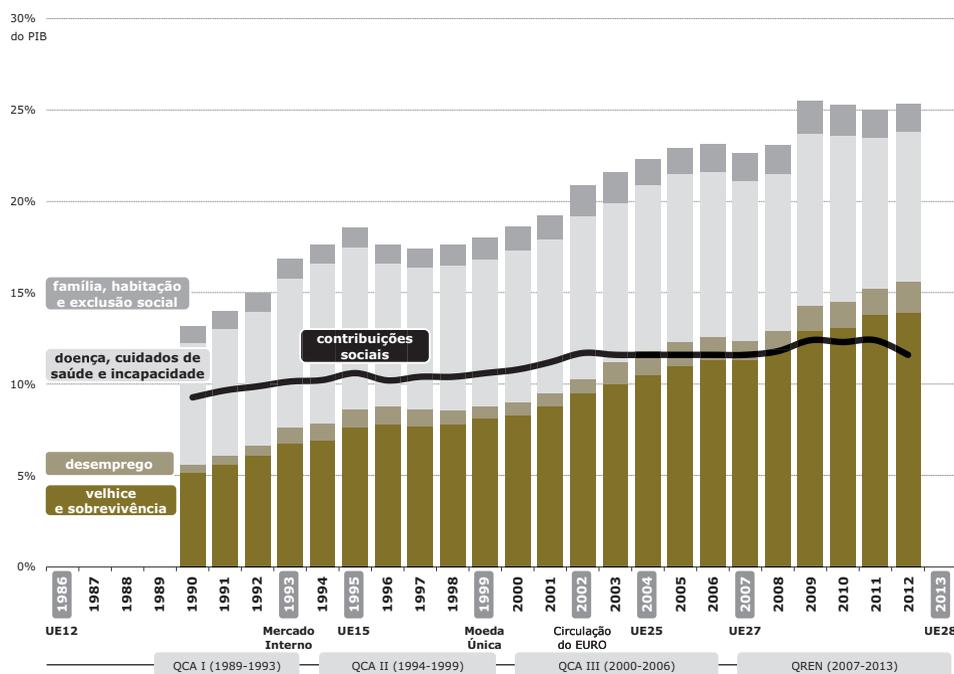
O financiamento do sistema de proteção social

O desenvolvimento da proteção social tem sido acompanhado por uma profunda alteração no seu modelo de financiamento. Se, em 1990, as contribuições sociais efetuadas por empregadores e pessoas protegidas financiavam mais de 60% do sistema de proteção social, em 2012 cobrem apenas 40% dos custos. O peso do financiamento direto das administrações públicas aumentou, assim, de 26% para 48%, sobretudo através de transferências orçamentais extraordinárias e da consignação adicional do IVA (Gráfico 41.7).

No panorama europeu, Portugal é o quinto Estado-membro onde as contribuições sociais menos pesam no financiamento do sistema de proteção social, destacando-se ainda por registar o terceiro maior contributo de outras receitas correntes, sobretudo fundos comunitários (Gráfico 41.6).

A reconstrução da sustentabilidade do sistema de proteção social constitui um desafio fundamental para o futuro do Portugal Europeu.

Gráfico 41.1. Prestações e contribuições sociais em Portugal | 1990 a 2012



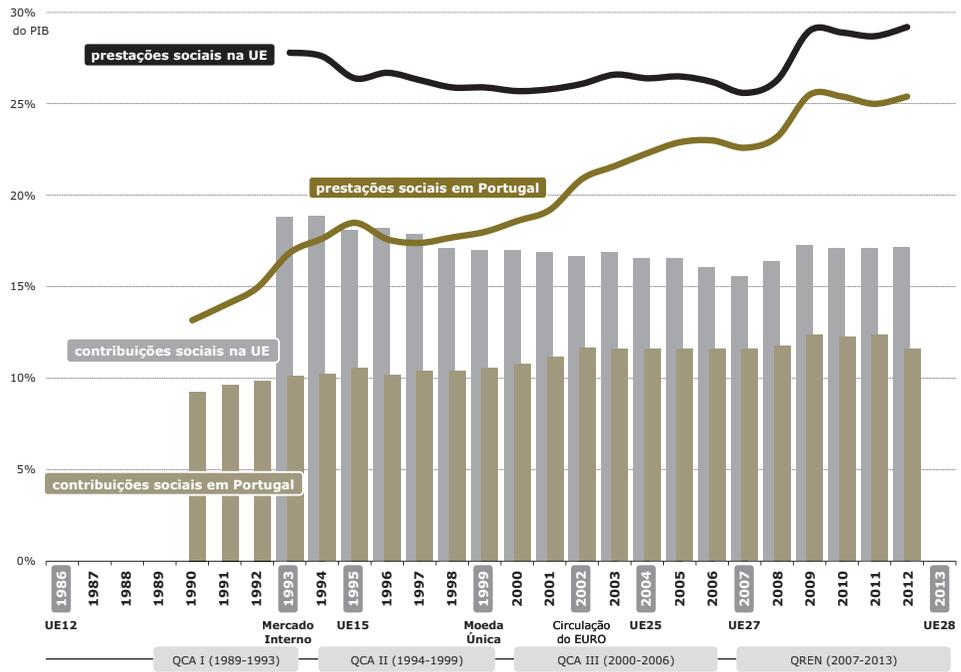
O alargamento da proteção social tem sido particularmente motivado pela despesa com pensões de velhice e de sobrevivência que, entre 1990 e 2012, passou de 5% para 14% do PIB.

Fonte: Ameco e Eurostat (acedido em março de 2015)

Gráfico 41.2. Prestações e contribuições sociais: comparação entre Portugal e UE | 1990 a 2012

A forte expansão das prestações sociais permitiu a Portugal convergir com o padrão europeu.

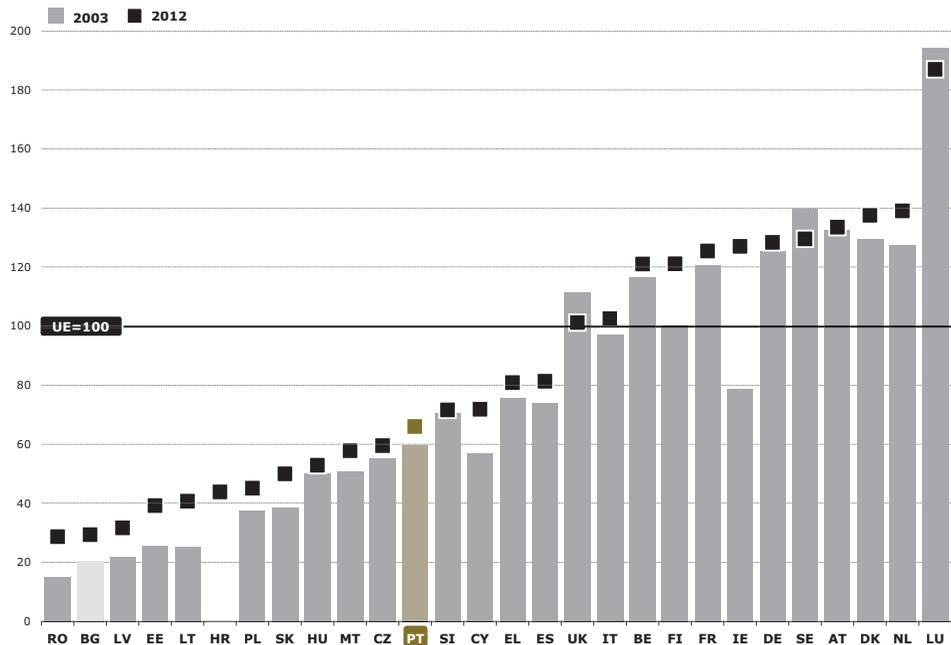
As contribuições não têm, todavia, acompanhado este crescimento, ampliando o desequilíbrio do sistema de proteção social.



Fonte: Ameco e Eurostat (acedido em março de 2015)

Gráfico 41.3. Despesa com prestações sociais *per capita*: a posição de Portugal na UE | 2003 e 2012

Apesar da expansão dos encargos com prestações sociais, o seu valor médio por habitante ainda se encontra bastante aquém do valor médio europeu.



Nota: Os valores iniciais dizem respeito a 2005 para a Bulgária e sem dados iniciais para a Croácia. Para 2003 os valores referem-se à UE25 e valores em PPC.

Fonte: Eurostat (acedido em março de 2015)

Gráfico 41.4. Peso no PIB das prestações sociais por função: a posição de Portugal na UE | 2012

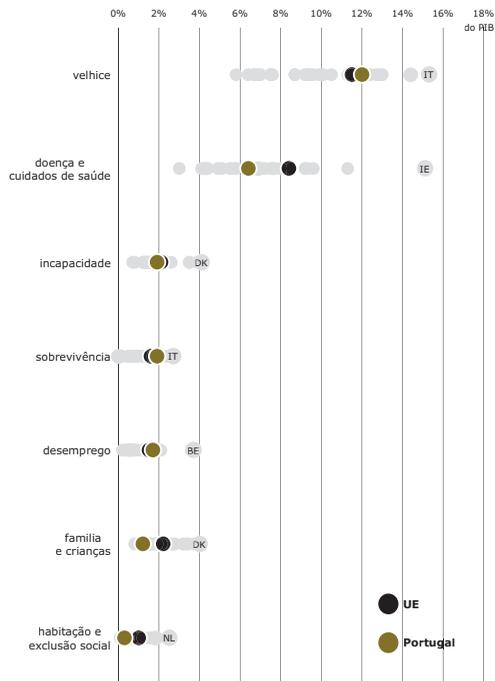
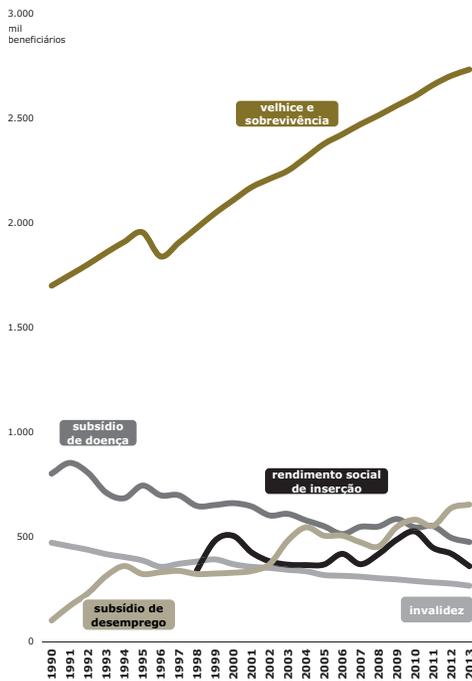


Gráfico 41.5. Número de pensionistas e de beneficiários da Segurança Social em Portugal | 1990 a 2013



Portugal destaca-se do padrão europeu ao afetar uma maior proporção do PIB nas prestações sociais por motivo de velhice, sobrevivência e desemprego. Em contrapartida, dedica menos 2% do PIB em prestações por motivo de doença e cuidados de saúde.

Nota: No gráfico 41.5 nos dados referentes à velhice e sobrevivência não há eliminação de duplas contagens entre categorias de pensões e entre regimes de proteção social, isto é, qualquer pessoa que receba mais é contabilizado pelo número de pensões que recebe. O rendimento social de inserção até 2006 corresponde ao rendimento mínimo garantido.

Fonte: Eurostat, INE e PORDATA (acedido em março de 2015)

Gráfico 41.6. Estrutura de financiamento do sistema de proteção social: comparação entre Portugal e UE | 2012

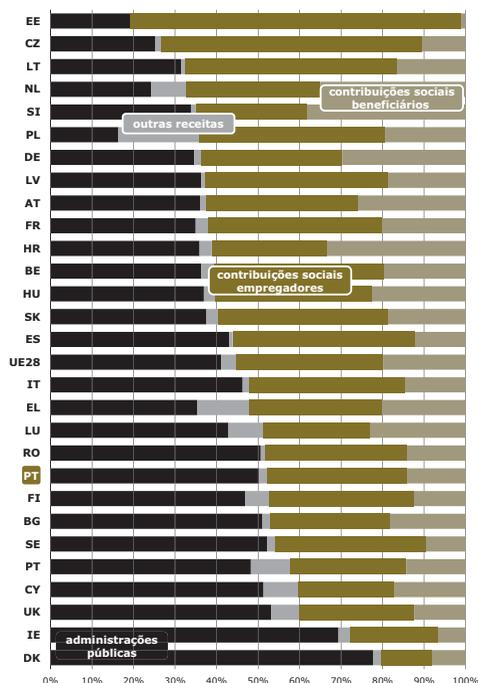
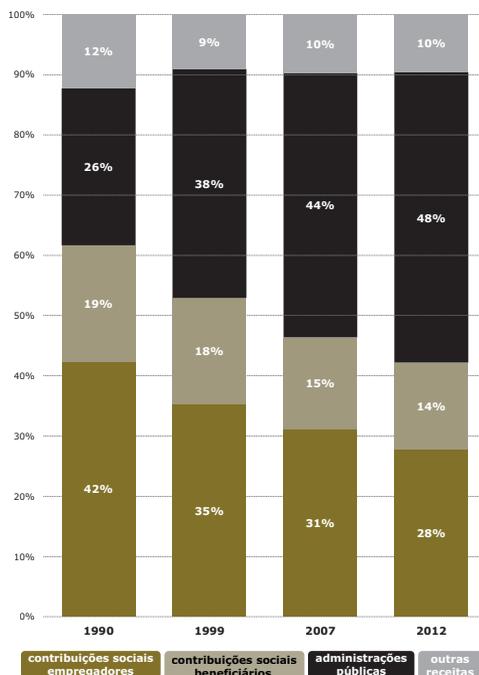


Gráfico 41.7. Evolução da estrutura de financiamento do sistema de proteção social em Portugal | 1990 a 2012



Entre 1990 e 2012 o peso do financiamento direto das administrações públicas aumentou de 26% para 48%, o oitavo maior registo entre os Estados-membros.

Fonte: Eurostat (acedido em março de 2015)

Conceitos e metodologia

Proteção social

Toda a intervenção de organismos públicos ou privados destinada a minorar, para as famílias e os indivíduos, o encargo representado por um conjunto definido de riscos ou necessidades, desde que não exista simultaneamente qualquer acordo recíproco ou individual. (INE)

Despesas totais de proteção social

Despesas dos regimes de proteção social que se classificam segundo o tipo, indicativo da natureza ou da razão de ser das despesas, tais como,

o fornecimento de prestações de proteção social ou prestações sociais, os custos administrativos ou de funcionamento, as transferências para outros regimes e outras despesas. (INE)

Prestações sociais

Transferências, em dinheiro ou em géneros, para os agregados domésticos e indivíduos, com o intuito de lhes aliviar a carga face a um conjunto definido de riscos ou necessidades. As prestações sociais abrangem um conjunto de funções de assistência por parte do Estado (INE):

Funções de proteção social	Descrição
Pensão de velhice	Subsídios ou apoio em dinheiro ou géneros (exceto cuidados de saúde) associados à velhice
Pensão de invalidez	Subsídios e apoio em dinheiro ou géneros (exceto cuidados de saúde) associados à impossibilidade de pessoas com doenças físicas ou mentais participarem em atividades económicas e sociais
Pensão de sobrevivência	Prestações por morte de familiar, ou seja, concessão de subsídios ou apoio em dinheiro ou géneros associados à morte de um familiar
Doença/cuidados de saúde	Subsídios e apoio em dinheiro associados a doença física ou mental, excluindo a incapacidade. Cuidados de saúde cujo objetivo é o de manter, restaurar ou melhorar a saúde das pessoas protegidas, independentemente da origem da doença/do problema de saúde
Família/crianças	Subsídios ou apoio em dinheiro ou géneros (exceto cuidados de saúde) associados às despesas com a gravidez, parto e adoção, educação e cuidados a familiares
Desemprego	Subsídios ou apoio em dinheiro ou géneros associados ao desemprego
Exclusão social e habitação	Ajudas referentes ao custeamento da habitação e prestações em dinheiro ou géneros (exceto cuidados de saúde) especificamente direcionados para combater a exclusão social

Para saber mais

Comissão Europeia (2012) | *The 2012 Ageing Report*

Conselho das Finanças Públicas (2014) | *Sistemas de proteção social*

Eurostat (2012) | *ESSPROS Manual and user guidelines – 2012 edition*

OCDE (...2014) | *Pensions at glance*

OCDE (...2014) | *Pensions Outlook*

Nível de educação

A educação é não só um pilar da democracia e da liberdade, como um fator decisivo no desenvolvimento económico, social e cultural das sociedades, refletindo sintomaticamente a evolução das ambições individuais e coletivas.

O Portugal que se democratizou partiu com um enorme atraso educativo com raízes históricas muito profundas. Nos 28 anos do Portugal Europeu registaram-se avanços consideráveis no acesso ao ensino e na elevação do nível de escolaridade. A comparação internacional evidencia, no entanto, a insuficiência dos progressos alcançados na preparação da população para uma sociedade da informação e do conhecimento cada vez mais exigente em termos de educação e formação.

As dificuldades colocadas pelos aspetos mais qualitativos e exigentes no desenvolvimento do sistema educativo em Portugal, bem como os erros cometidos, não devem, no entanto, deixar de conferir ao investimento em educação uma elevada prioridade, nem desvalorizar os ganhos a longo prazo, pessoais e públicos, dele resultantes.

Apesar de assinalável, tendo mesmo mudado a face do país, o progresso de Portugal na elevação do nível de educação não foi suficiente para recuperar dinamicamente de um profundo atraso no panorama europeu, importando reconhecer erros e limitações para perseverar no esforço.

O percurso de Portugal entre 1986 e 2013

Portugal nunca teve uma população tão escolarizada. Nos últimos 28 anos, a população entre os 25 e os 64 anos que, no máximo, completou o ensino básico diminuiu 20%, sendo que em 2013 dois milhões de pessoas têm pelo menos o ensino secundário e mais de um milhão possui um grau académico superior (Gráfico 42.1).

A percentagem de população com pelo menos o ensino secundário aumentou, desde 2009, dez pontos percentuais, tanto como tinha aumentado nos 11 anos anteriores. Esta aceleração (o número de indivíduos que anualmente concluem o ensino secundário passou de 76 mil em 2008 para 128 mil em 2009, estabilizando acima dos 110 mil em 2012) foi, no entanto, inflacionada por

processos de certificação e reconhecimento de competências muito díspares no seu rigor que minaram a confiança nos respetivos resultados.

Ao nível do ensino superior, o aumento de número de licenciados é acompanhado por uma alteração em termos de especialização. As Ciências Sociais, Comércio e Direito continuaram a ser a área mais significativa, concentrando 30% do total de diplomados em 2013, mas a Saúde e Proteção Social tem vindo a ganhar protagonismo. Nos últimos dez anos, a proporção de diplomados nesta área passou de 9% para 19% enquanto a área da Educação reduziu o seu peso de 16% para 8%.

Os progressos na escolarização são evidentes na comparação do nível de educação por gerações. No grupo dos 55-64 anos só 20% completou pelo menos o ensino secundário. No grupo dos 25-34 anos 60% já o fizeram, colocando Portugal como o Estado-membro em que o hiato de escolaridade entre gerações é mais elevado (Gráfico 42.5).

A posição de Portugal no contexto da União Europeia

Apesar de assinalável, tendo mudado a face do país, o progresso de Portugal na elevação do nível de educação não foi suficiente para recuperar dinamicamente de um profundo atraso no panorama europeu, importando reconhecer erros e limitações para perseverar no esforço.

Com efeito, entre 1999 e 2013, a proporção de população com ensino secundário passou de um quarto para menos de metade da média europeia, enquanto a proporção de população com ensino superior passou de 45% para mais de dois terços do mesmo referencial (Gráfico 42.2).

O programa Europa 2020 contempla, na educação, um compromisso de Portugal em elevar para 40% a percentagem de população com ensino superior entre os 30 e os 34 anos. Apesar da proporção de indivíduos com ensino terciário nesta faixa etária ter triplicado entre 1999 e 2013, o atraso de 10% face à meta assumida é o quarto maior entre os Estados-membros (Gráfico 42.3).

A posição de Portugal tem de ser vista à luz de um panorama europeu marcado pelo contraste entre a predominância do ensino secundário, em particular de via profissionalizante, na Alemanha, na Áustria e na maioria dos países do alargamento, e a elevada proporção de pessoas com ensino superior, em particular nos países nórdicos e anglo-saxónicos (Gráfico 42.4).

A elevação do nível de qualificação nacional também é evidente pela performance nos testes PISA. Apesar de Portugal continuar a registar uma modesta posição no *ranking* europeu, os alunos portugueses foram os quartos que mais melhoraram os resultados nos domínios da Matemática e das Ciências entre 2006 e 2012 (Gráfico 42.6).

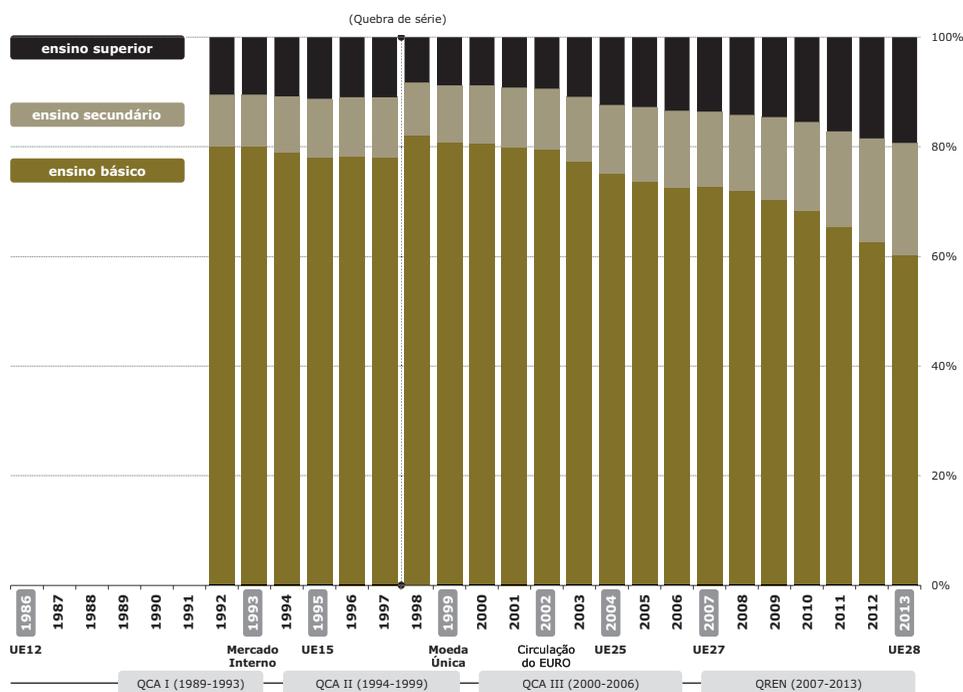
O abandono escolar e disparidades regionais

O programa Europa 2020 inclui, também, um compromisso de Portugal na redução da taxa de abandono escolar precoce para 10%. Os esforços efetuados com a criação de programas de educação e formação resultaram na redução da taxa de abandono de 45% em 1999 para menos de 20% em 2013. No entanto, este registo encontra-se quase dez pontos percentuais acima da meta traçada e é o terceiro mais elevado da UE.

A análise a nível regional demonstra que esta evolução não tem sido transversal a todo o território nacional. Enquanto os Açores continuam a registar uma taxa de abandono escolar superior a 35%, a mais elevada a nível europeu, o Gento já apresenta um registo inferior a 15%. Os Açores continuam a destacar-se como a região portuguesa com nível de qualificações mais baixo, com apenas um quarto da população a ter pelo menos completado o ensino secundário (Mapa 42.1).

A convergência educativa de Portugal na Europa será cada vez mais difícil mas não pode deixar de ser feita sem hipotecar o futuro.

Gráfico 42.1. População entre os 25 e 64 anos de idade por nível de ensino completado em Portugal | 1992 a 2013



A qualificação dos portugueses melhorou nos últimos anos, com a proporção da população com, no máximo, ensino básico, a cair de 70% em 2009, para 60% em 2013.

Fonte: Eurostat (acedido em março de 2015)

Gráfico 42.2. População entre os 25 e 64 anos de idade por nível de ensino completado: comparação entre Portugal e UE | 1992 a 2013

Apesar dos progressos assinaláveis, a proporção de pessoas com pelo menos o ensino secundário ainda é metade do referencial europeu.

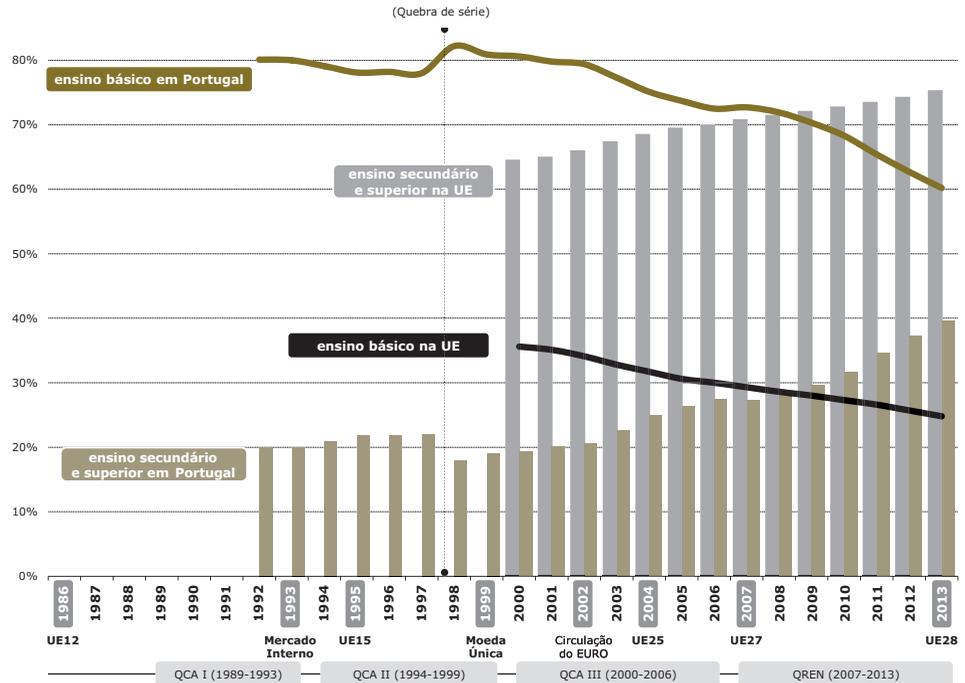


Gráfico 42.3. População entre os 30 e os 34 anos com ensino superior completado: a posição de Portugal na UE | 1999 e 2013

O aproximar de Portugal ao referencial europeu tem sido mais efetivo no ensino superior, com a percentagem de licenciados na população entre os 30 e os 34 anos a triplicar entre 1999 e 2013.

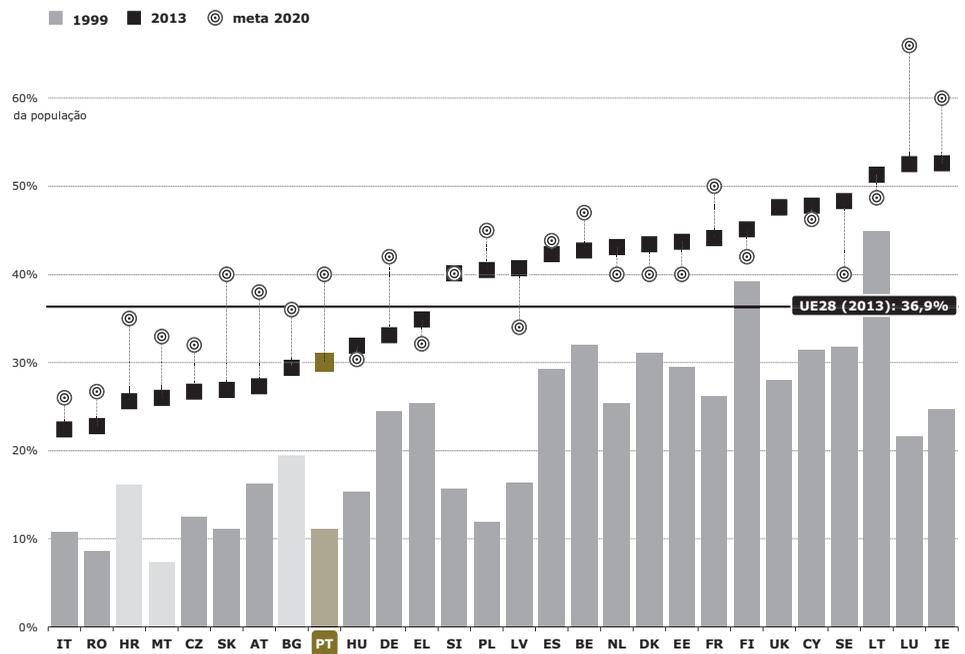
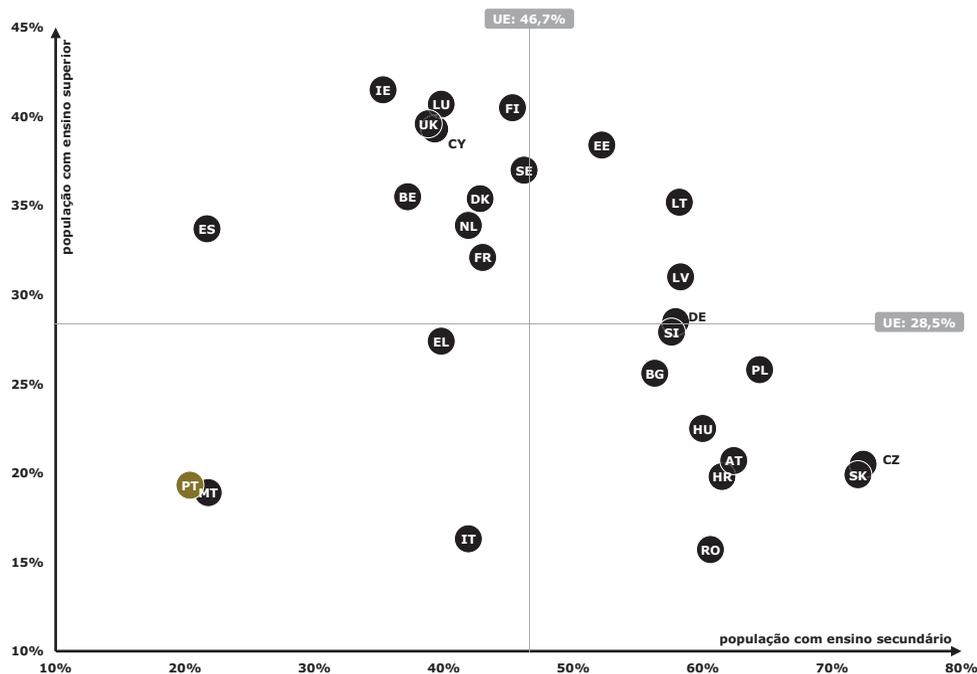


Gráfico 42.4. População com ensino secundário e superior completado: a posição de Portugal na UE | 2013



O baixo nível de escolarização de Portugal contrasta com o panorama europeu polarizado pelos países do alargamento com elevados níveis de escolarização secundária, e os países com elevados níveis de escolarização superior, em particular os países nórdicos e anglo-saxónicos.

Fonte: Eurostat (acedido em fevereiro de 2015)

Gráfico 42.5. População com ensino secundário e superior completado por faixa etária: a posição de Portugal na UE | 2013

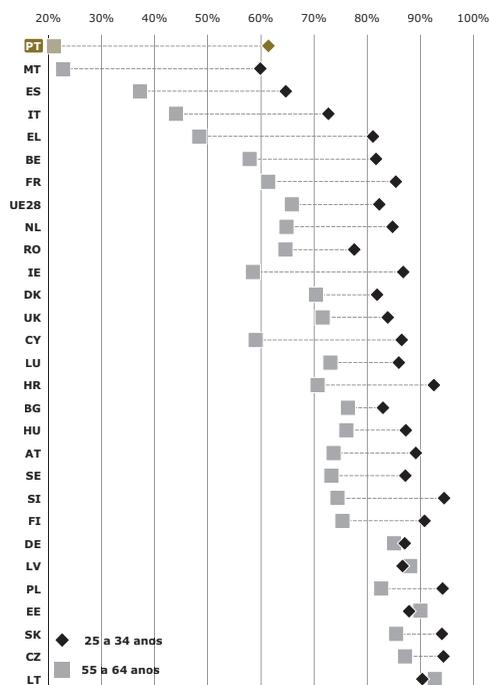
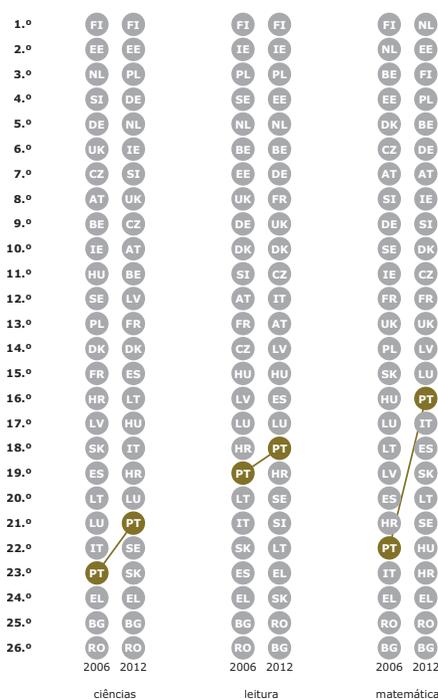


Gráfico 42.6. Resultados dos testes de PISA: a posição de Portugal na UE | 2008 e 2012

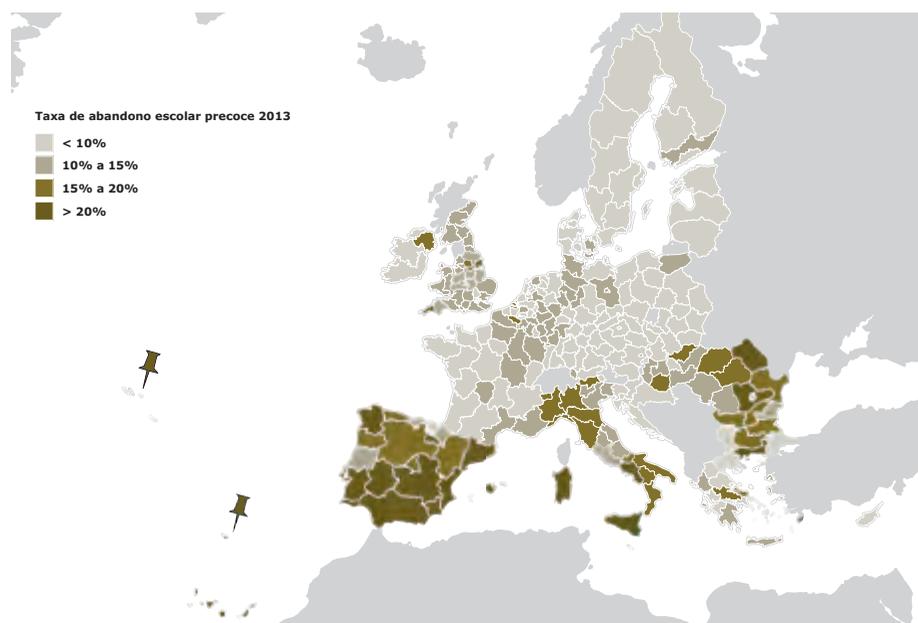


A melhoria do nível de educação nacional pode ser evidenciado, em quantidade, pela comparação da taxa de escolarização entre diferentes gerações, e em qualidade, pela evolução positiva da performance dos estudantes portugueses nos testes PISA.

Nota. No gráfico 42.6 dados não disponíveis para o Chipre e Malta.
Fonte: Eurostat e OCDE (acedido em fevereiro de 2015)

Mapa 42.1. Taxa de abandono escolar precoce: a posição das regiões portuguesas na UE | 2013

A Europa do Sul concentra a maioria das regiões que estão mais longe de atingir as metas Europa 2020.



Fonte: Eurostat (acedido em fevereiro de 2015)

Conceitos e metodologia

Taxa de abandono escolar precoce

Proporção da população com idade entre os 18 e os 24 anos de idade, sem o ensino secundário completo, que completou ou não o 3.º ciclo de escolaridade e que não se encontra inserida em qualquer programa de educação/formação. (INE)

Testes PISA (*Programme for International Students Assessment*)

Programas desenvolvidos pela OCDE, visam avaliar se os alunos de 15 anos, aqueles que na maior parte dos países participantes se aproximam do final da escolaridade obrigatória, estão bem preparados para enfrentarem os desafios da vida quotidiana. Os testes PISA foram concebidos para avaliar se os alunos de 15 anos conseguem mobilizar as suas competências de leitura, matemática ou ciências na resolução de situações relacionadas com a realidade. Não pretendem, portanto, avaliar se esses mesmos alunos são capazes de reproduzir os conhecimentos adquiridos nessas áreas. Trata-se de uma avaliação da literacia em leitura, matemática e ciências. (IAVE)

Europa 2020

Estratégia lançada em 2010 para os dez anos seguintes que assenta em oito metas respeitantes ao emprego, à investigação e desenvolvimento, ao clima/energia, à educação e à inclusão social e redução da pobreza, traduzidos em objetivos nacionais em função das

especificidades de cada Estado-membro da UE.

No domínio da educação, as grandes metas da UE para 2020 passam por reduzir a taxa de abandono escolar para menos de 10% e que a percentagem de população com ensino superior ou equiparado entre os 30 e os 34 anos ascenda aos 40%. Neste caso particular, as metas a que Portugal se comprometeu coincidem com as metas europeias. (Comissão Europeia)

Áreas de educação e formação

As áreas de educação usadas nos suportes de recolha de dados obedecem à classificação revista da ISCED por área de educação. Esta classificação distingue as seguintes áreas: educação (incluindo a formação de professores/formadores e ciências da educação); humanidades e artes; ciências sociais, comércio e direito (incluindo ciências sociais e do comportamento, jornalismo e informação, ciências empresariais e direito); ciências (ciências da vida, ciências físicas, matemática e estatísticas, informática); engenharia, indústrias transformadoras e construção (engenharia e técnicas afins, indústrias transformadoras, arquitetura e construção); agricultura (agricultura, silvicultura e pescas, ciências veterinárias); saúde e proteção social (saúde, serviços sociais); serviços (serviços pessoais, serviços de transporte, proteção do ambiente, serviços de segurança). (PORDATA)

Para saber mais

Comissão Europeia (...2014) | *Education and Training Monitor 2014*

DGEEC (2013) | Educação em números – Portugal 2013

Justino, D. (2010) | *Difícil é educá-los*, Fundação Francisco Manuel dos Santos

OECD (2014) | *Education Policy Outlook Portugal*

OECD (...2014) | *Education at a Glance 2014*

43

Serviços de educação

A elevação do nível de qualificação da população traduziu-se no desenvolvimento sem precedentes dos serviços de educação em Portugal. O prolongamento da vida escolar exigiu um esforço adicional em termos de recursos humanos e financeiros que, num contexto de declínio do número de alunos e de contenção orçamental, importa racionalizar e consolidar.

O forte aumento na cobertura do ensino pré-escolar, que já é superior ao referencial europeu, é um progresso fundamental.

O prolongamento dos trajetos escolares e a redução da taxa de natalidade colocam novos desafios aos serviços de educação em Portugal.

O percurso de Portugal entre 1986 e 2013

Os 28 anos de Portugal Europeu marcaram a evolução do sistema de educação com duas tendências principais.

Por outro lado, o alargamento da escolaridade obrigatória, a redução do abandono escolar e a recente aposta na qualificação de adultos impulsionaram o aumento do número de inscritos nos níveis de ensino mais avançados. Entre 1986 e 2013, o número de alunos matriculados duplicou no ensino secundário e aumentou mais de 200% no ensino superior.

Por outro, a redução da taxa de natalidade, que explica a quebra em mais de 50% do número de inscritos no 1.º ciclo do ensino básico, já se começa a refletir no número total de estudantes, confirmando uma progressiva redução da procura alimentada por uma demografia regressiva. De facto, depois do impacto da implementação dos programas de formação de adultos, que se traduziu num aumento superior a 30% no número de inscritos no 3.º ciclo do ensino básico e no ensino secundário entre 2007 e 2009, o número de alunos regista uma quebra superior a 10% nos últimos quatro anos, transversal a todos os níveis de educação (Gráfico 43.1).

Num contexto de contenção orçamental e de promoção na utilização eficiente dos recursos, esta evolução tem sido acompanhada pelo redimensionamento dos recursos humanos afetos aos serviços da educação, em particular no que diz respeito ao corpo de docentes. Depois do número de docentes em

A expansão inicial dos serviços de educação vai cedendo o lugar aos esforços de reorganização e reestruturação da oferta em resposta às necessidades qualitativas e quantitativas da procura.

exercício, excluindo o ensino superior, ter aumentado de 127 mil em 1986 para 185 mil em 2005, desde então já diminuiu 20%, tendência intensificada desde 2011, com a aplicação do PAEF.

De forma a adaptar a rede escolar a uma nova realidade condicionada por estas alterações e pela concentração urbana, o parque escolar tem vindo a ser alvo de um profundo processo de reordenação. O encerramento dos estabelecimentos com menos de 20 alunos e a reorganização em grandes agrupamentos escolares explicam a diminuição do número de estabelecimentos do ensino básico e secundário de 14 mil em 1992 para cerca de oito mil em 2013.

Nesta matéria, em sentido inverso, importa destacar a importante evolução na cobertura do ensino pré-escolar. Em virtude dos esforços realizados no alargamento da rede de pré-escolas, sobretudo na periferia dos grandes centros urbanos, a taxa de pré-escolarização aumentou de 67% em 1998 para 95% em 2012, ultrapassando o referencial europeu (Gráfico 43.6).

A posição de Portugal no contexto da União Europeia

Toda esta evolução justifica que a despesa das administrações públicas em educação tenha ascendido, em 2013, a cerca de dez mil milhões de euros. Depois de atingir o valor máximo em 2010, a despesa em educação tem vindo a diminuir, refletindo, em particular, a redução salarial das administrações públicas e a própria redução do número de docentes.

Em consonância, em termos da proporção da riqueza que é gasta em educação, Portugal registou uma substancial aproximação ao referencial europeu, deixando de ser dos Estados-membros em que o peso no PIB é maior. No entanto, ao relativizar a despesa por número de alunos, a divergência de Portugal face ao padrão europeu é já visível desde 2005, sendo que, em 2012, o estado português gastou menos 17% por cada aluno inscrito (Gráfico 43.2).

Ao considerar o rácio entre despesa pública por estudante e o PIB por habitante, corrigindo simultaneamente a despesa em educação pelo número de estudantes e pelo nível de riqueza, Portugal registou em 2012 um rácio 12% acima do padrão europeu, evidenciando uma quebra de 6% desde 2009 (Gráfico 43.3).

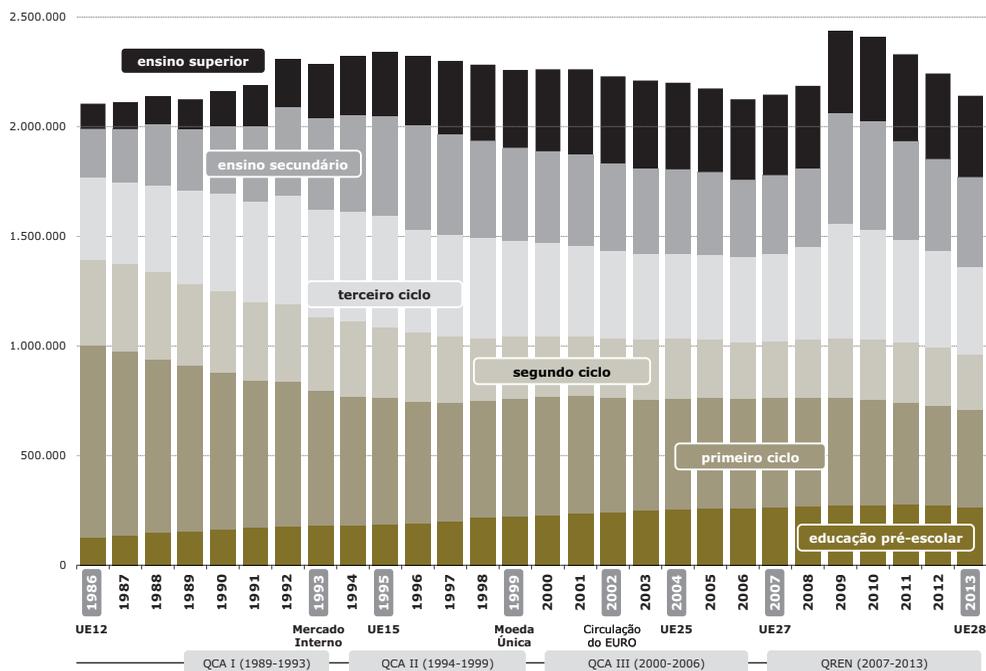
O sistema de educação nacional destaca-se ainda pela elevada disponibilidade de recursos humanos. No ensino básico o número de alunos por professor é dos mais baixos da UE, sendo que no ensino secundário regista mesmo o valor mais reduzido a par do Luxemburgo. Em sentido inverso, a dimensão das turmas em Portugal é bastante superior ao referencial europeu. Esta situação é particularmente evidente no 3º ciclo do ensino básico, em que os 22 alunos por turma representam o terceiro registo mais elevado na UE (Gráfico 43.4 e Gráfico 43.5).

Um papel relevante do ensino privado

O papel do ensino privado no sistema de educação nacional é dos mais relevantes no espaço europeu. Se no ensino básico a sua significância ainda é residual, no ensino secundário concentra mais de 20% dos alunos, o sétimo registo mais elevado da UE. No entanto, no caso do ensino superior, os estabelecimentos privados perderam metade dos alunos desde 2000, reduzindo o seu peso de 30% para 20% (Gráfico 43.8).

A sua crescente relevância é também refletida em termos de recursos financeiros, com o peso do financiamento privado na despesa total em educação a aumentar de 1% em 1999 para 8% em 2013, aproximando-se do referencial europeu de 13% (Gráfico 43.7).

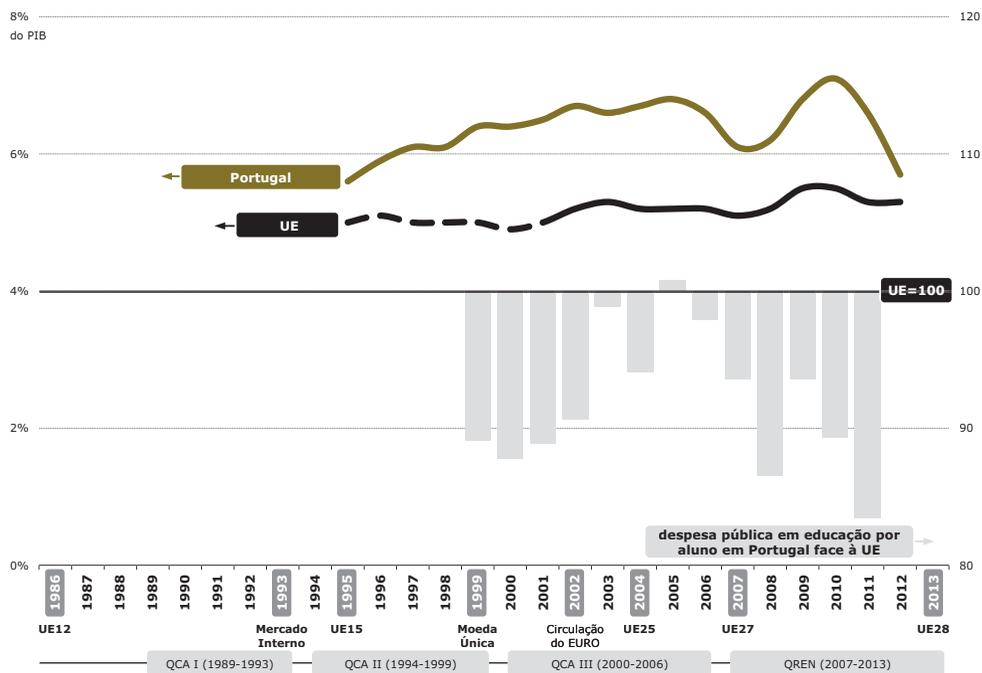
Gráfico 43.1. Distribuição dos alunos matriculados por nível de ensino em Portugal | 1986 a 2013



Não obstante a crescente relevância dos níveis de ensino mais elevados, o sistema de educação nacional é marcado pela redução de 10% no número de alunos desde 2009.

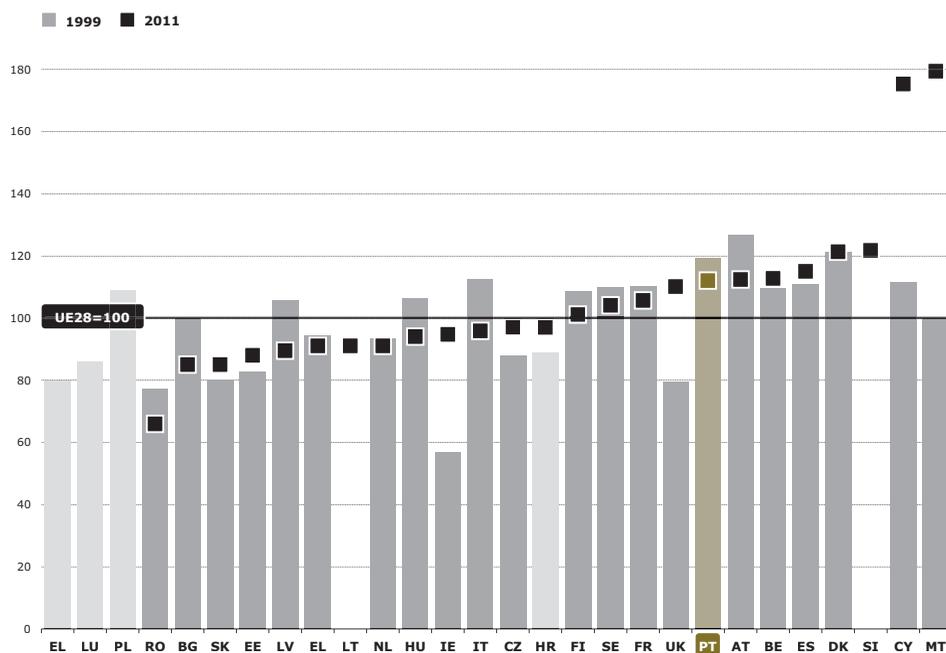
Fonte: INE (acedido em dezembro de 2014)

Gráfico 43.2. Despesa pública em educação: comparação entre Portugal e UE | 1995 a 2012



A redução na despesa pública em educação desde 2010 acentuou a divergência de Portugal face ao padrão europeu em termos de despesa por aluno e anulou o diferencial positivo na proporção da riqueza gasta em educação.

Gráfico 43.3. Despesa em instituições de educação públicas por aluno em relação ao PIB *per capita*: a posição de Portugal na UE | 1999 e 2011



Corrigindo a despesa pelo número de alunos e pelo nível de riqueza, Portugal é o oitavo Estado-membro que mais gasta em educação, 12% acima do referencial europeu.

Gráfico 43.4. Rácio de alunos por professor no ensino básico: a posição de Portugal na UE | 2012

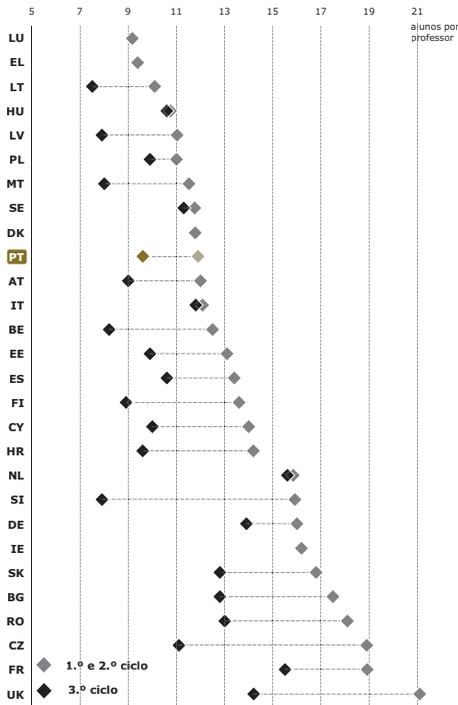
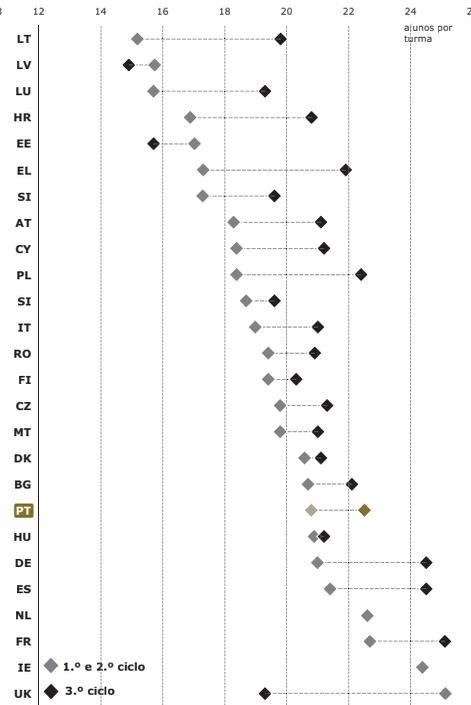


Gráfico 43.5. Número de alunos por turma no ensino básico: a posição de Portugal na UE | 2012



Apesar do número de alunos por professor ser dos mais baixos no panorama europeu, o número de alunos por turma é dos mais elevados.

Fonte: Eurostat (acedido em março de 2015)

Em virtude dos esforços no alargamento da rede pré-escolar, Portugal anulou o atraso face ao referencial europeu, sendo que em 2013 mais de 95% das crianças portuguesas frequentam a pré-escola.

Apesar do ensino ser predominantemente financiado pelo setor público, o financiamento privado tem vindo a aumentar o seu peso, sendo que em 2012 um em cada cinco alunos do secundário e do superior estudavam em estabelecimentos privados.

Nota. No Gráfico 43.8 os dados não estão disponíveis para o ensino superior na Grécia, Luxemburgo e Malta.

Fonte: Eurostat (acedido em março de 2015)

Gráfico 43.6. Taxa de pré-escolarização: comparação entre Portugal e UE | 1998 a 2012

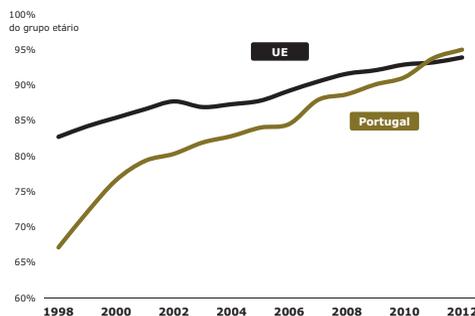


Gráfico 43.7. Financiamento da educação por setor: comparação entre Portugal e UE | 1999 e 2011

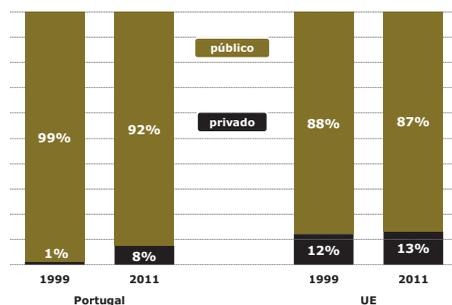
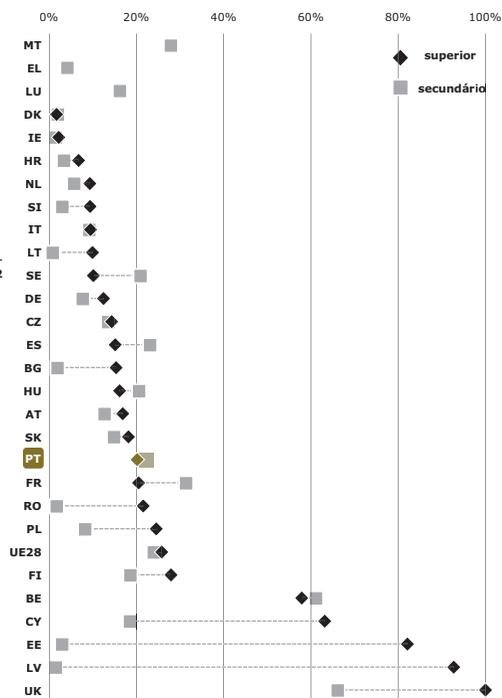


Gráfico 43.8. Proporção de alunos inscritos em estabelecimentos de ensino privado: a posição de Portugal na UE | 2012



Conceitos e metodologia

Despesa pública em educação

Inclui a despesa corrente e de capital das instituições públicas de educação, o apoio prestado aos estudantes e famílias (por exemplo, através de bolsas de estudo) e a transferência de subsídios públicos para atividades educativas em empresas privadas ou organizações sem fins lucrativos. (Eurostat)

Ensino privado

Ensino promovido sob iniciativa e responsabilidade de gestão de entidade privada com tutela pedagógica e científica do Ministério da Educação e da Ciência. (PORDATA)

Ensino público

Ensino que funciona na direta dependência da administração central, das regiões autónomas e das autarquias. (INE)

Rácio aluno-professor

Relação entre o número de alunos e o número de docentes (denominador da fórmula utilizada) em exercício. O número de docentes é calculado com base no conceito de pessoal docente em exercício de funções, isto é, “o conjunto de professores ou educadores de infância de um estabelecimento de ensino com funções letivas e/ou não letivas nesse estabelecimento”. (GEPE, Ministério da Educação) Os critérios usados pelo Eurostat e pelo Ministério da Educação para a contabilização do número de professores e para a agregação dos níveis de ensino são diferentes. A classificação de docentes do Eurostat é menos abrangente, uma vez que tem apenas em conta os professores com funções letivas, ou seja, que têm um mínimo de contacto direto com alunos e desempenham atividades de instrução, excluindo por isso os recursos humanos que desempenhem fundamentalmente funções de gestão e os auxiliares.

Para saber mais

Comissão Europeia (...2014) | *Education and Training Monitor 2014*

DGEEC (2013) | Educação em números – Portugal 2013

Justino, D. (2010) | *Difícil é educá-los*, Fundação Francisco Manuel dos Santos

OECD (...2014) | *Education at a Glance 2014*

Conselho Nacional de Educação (...2013) | *Estado da Educação 2013*

A melhoria das condições de vida e o acesso a mais e melhores cuidados de saúde permitiram uma das mais importantes conquistas do desenvolvimento económico e social das últimas gerações, o aumento da esperança média de vida.

Os progressos alcançados têm exigido um crescente esforço financeiro, em função do impacto do envelhecimento da população e do ritmo de inovação, que num contexto de recursos escassos, colocam em causa a sustentabilidade financeira dos sistemas de saúde, em especial os que integram uma boa articulação entre cuidados básicos, avançados, continuados e paliativos.

A obtenção de significativos ganhos de eficiência, em particular pela redução dos desperdícios, bem como o reforço da ação ao nível da prevenção, promovendo o rastreio e a adoção de dietas alimentares e estilos de vida saudáveis, são fundamentais mas não dispensam a construção de um novo modelo de financiamento mais alinhado com os ciclos de vida da geração de rendimento e da procura de cuidados de saúde.

Os progressos alcançados ao nível da esperança média de vida e da prestação de cuidados de saúde têm exigido um esforço financeiro crescente, em função do impacto do envelhecimento da população e do ritmo de inovação, colocando em causa a sustentabilidade dos sistemas de saúde, em especial os que integram uma boa articulação entre cuidados básicos, avançados, continuados e paliativos.

O percurso de Portugal entre 1986 e 2013

Nos últimos 28 anos, os portugueses viram prolongada em seis anos e meio a sua esperança média de vida que, em 2013, era de 83 anos para as mulheres e de 77 anos para os homens. Apesar de, neste período, o ganho ter sido superior para os homens (sete contra seis anos), a esperança média de vida dos homens em 2013 era idêntica à das mulheres em 1986 (Gráfico 44.1).

Associada a esta evolução está uma alteração substancial quanto às principais causas de morte. Enquanto em 1986 quase 50% dos falecimentos eram devido a doenças no aparelho circulatório, em 2013 esta percentagem baixou para 29%. Em contrapartida, é cada vez mais elevada a mortalidade devido a tumores malignos (de 17% para 24%) e a doenças do aparelho respiratório (de 7% para 12%).

A crescente incidência de doenças crónicas e de longa duração constitui um indicador relevante na evolução da saúde dos portugueses que, sem diminuir os progressos realizados, não deixa de os mitigar e de alertar para as disparidades sociais no respetivo acesso. Em 2013, mais de um terço dos portugueses afirmou ter um problema de saúde crónico e cerca de um quinto considerou o seu estado geral de saúde como mau ou muito mau, o terceiro registo mais elevado na UE (Gráfico 44.3).

A posição de Portugal no contexto da União Europeia

O aumento da esperança média de vida nacional acompanhou a tendência europeia, tendo inclusive superado o referencial europeu nos últimos anos. Em 2013, regista a 15.^a esperança média de vida mais elevada, numa lista liderada por Espanha, Itália e França (Gráfico 44.2).

A comparação com o referencial europeu destaca, também, os progressos na saúde infantil e nos cuidados neonatais em Portugal. Em 2013 morreram cerca de três nados vivos por cada mil nascimentos, menos 12 do que em 1986, a sexta evolução mais positiva entre os Estados-membros.

Portugal também se encontra acima da média europeia na esperança média de vida aos 65 anos. Em 2013, uma portuguesa com 65 anos esperava viver, em média, mais 21 anos, nove dos quais sem limitações nas suas atividades normais (Gráfico 44.4)

Os progressos verificados na qualidade de resposta do sistema de saúde acompanharam quer o apetrechamento dos estabelecimentos, quer a maior disponibilidade de pessoal qualificado. Desde 1986, os médicos duplicaram para 45 mil, enquanto os enfermeiros passaram de 24 para 65 mil. Portugal destaca-se, no entanto, no panorama europeu ao registar simultaneamente o terceiro maior número de médicos por habitante e o terceiro menor rácio de enfermeiros (Gráfico 44.5).

Na disponibilidade de camas hospitalares, Portugal fica aquém da média europeia, registando o quinto menor número de camas disponíveis face à população. Nesta matéria, é ainda de realçar a elevada disparidade regional. Enquanto o Algarve e o Alentejo estão entre as quatro regiões europeias com menor cobertura, a Madeira e os Açores apresentam um registo bastante superior à média europeia (Mapa 44.1).

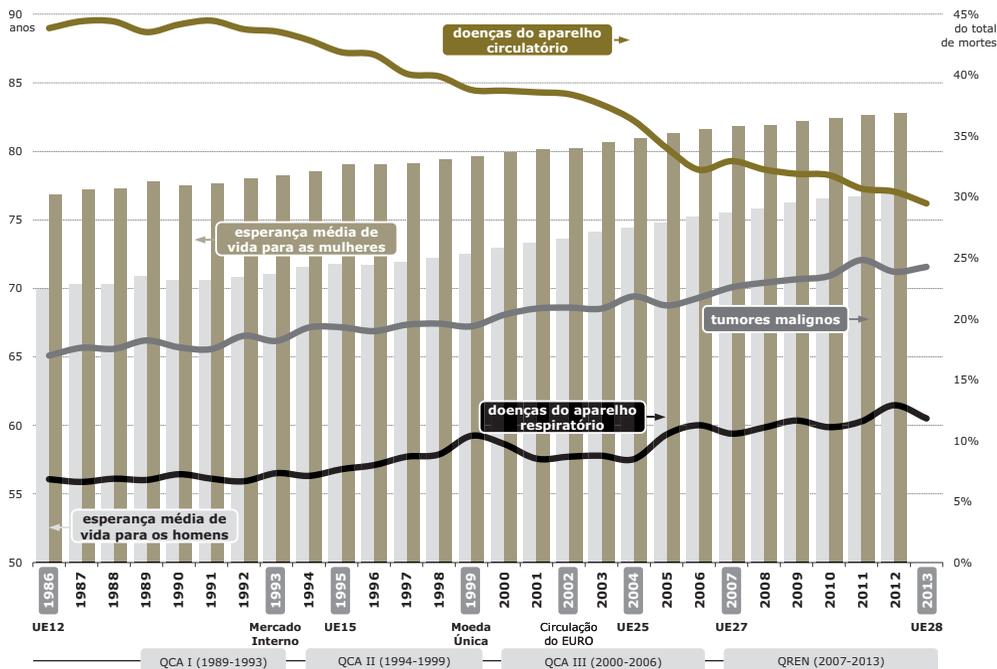
O financiamento dos cuidados de saúde

Os progressos na prestação de cuidados de saúde têm exigido um crescente esforço financeiro. Em 2012, as despesas em saúde absorveram cerca de 10% da criação de riqueza nacional, o que representa um crescimento de 25% face a 1995. No entanto, tal como na Irlanda e na Grécia, o período recente é marcado por uma significativa contração, com o peso das despesas em saúde no PIB a cair mais de 12% face a 2009, recolocando Portugal abaixo do padrão europeu (Gráfico 44.6).

As administrações públicas continuam a ser os principais financiadores, mas o setor privado tem vindo a ganhar um peso crescente. Em 2012, 30% da despesa em saúde já foi financiada por pagamentos diretos suportados pelos particulares (pagamentos *out-of-pocket*), fruto do maior crescimento verificado, desde 2007, entre os Estados-membros da UE (Gráfico 44.7).

Esta tendência é refletida na evolução da despesa corrente em saúde quer por função quer por prestador de cuidados de saúde. A ascensão dos cuidados de saúde em ambulatório é visível em qualquer um dos casos, impulsionada pelo aumento de cerca de 100% da despesa em consultórios ou gabinetes médicos privados entre 2000 e 2012 (Gráfico 44.8 e Gráfico 44.9).

Gráfico 44.1. Esperança média de vida à nascença e principais causas de morte em Portugal | 1986 a 2013

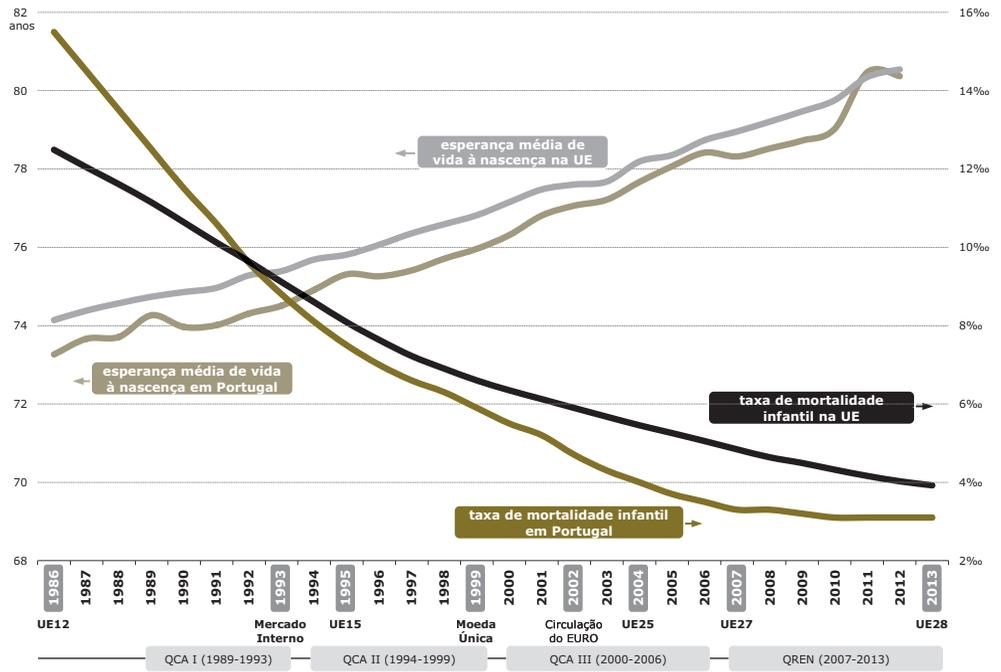


Nos últimos 28 anos, os portugueses ganharam em média seis anos e meio de vida, sendo que a esperança média de vida em 2013 é de 83 anos para as mulheres e 77 anos para os homens.

Fonte: INE e PORDATA (aécido em março de 2015)

Gráfico 44.2. Esperança média de vida e taxa de mortalidade infantil: comparação entre Portugal e UE | 1986 a 2013

O aumento da esperança média de vida nacional acompanhou a tendência europeia, tendo inclusive superado o referencial europeu nos últimos anos.

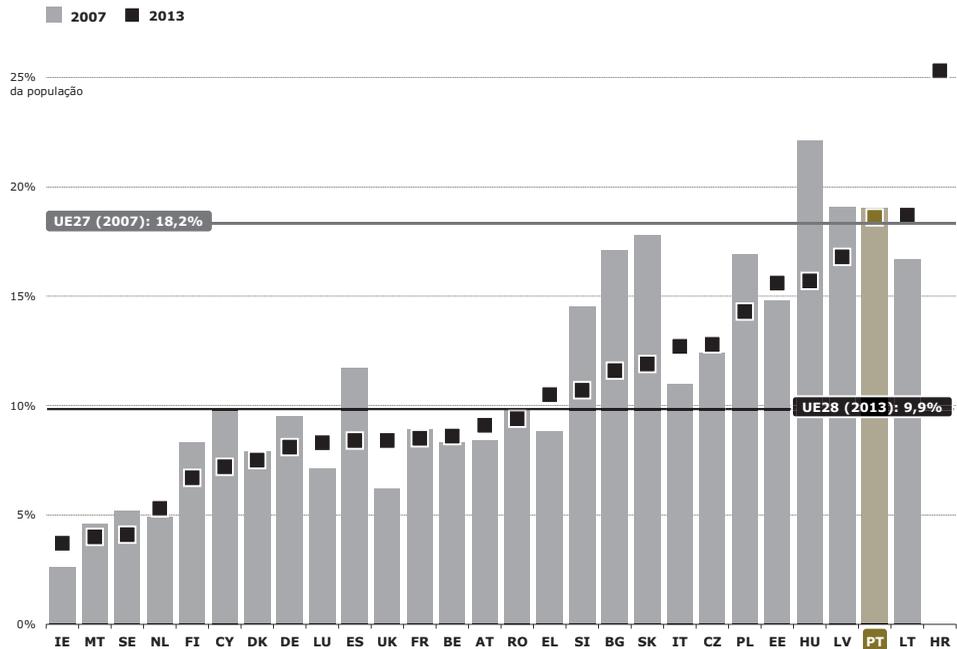


Fonte: Banco Mundial (acedido em dezembro de 2014)

Gráfico 44.3. Proporção de indivíduos que consideram o seu estado geral de saúde como mau ou muito mau: a posição de Portugal na UE | 2007 e 2013

Em 2013, cerca de um quinto dos portugueses considerava o seu estado geral de saúde como mau ou muito mau, o terceiro registo mais elevado na UE.

Como indicador subjetivo parece refletir, sobretudo, os efeitos das medidas de contenção de custos adotadas no período.



Nota: Sem valores iniciais para a Croácia.

Fonte: Eurostat (acedido em março de 2015)

Gráfico 44.4. Esperança média de vida aos 65: a posição de Portugal na UE | 2012

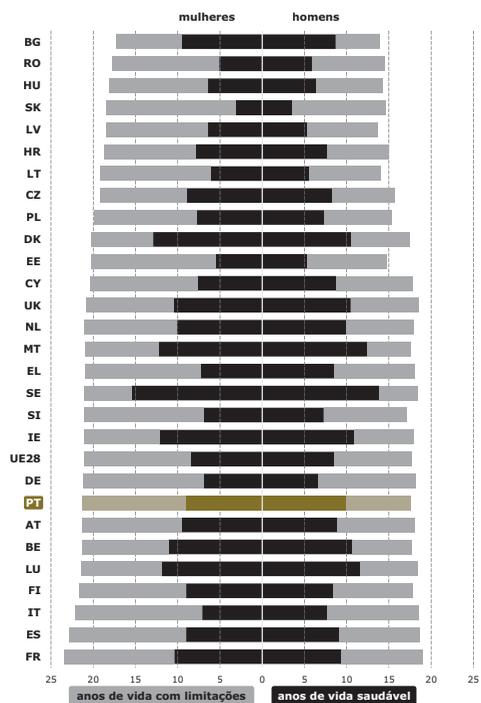
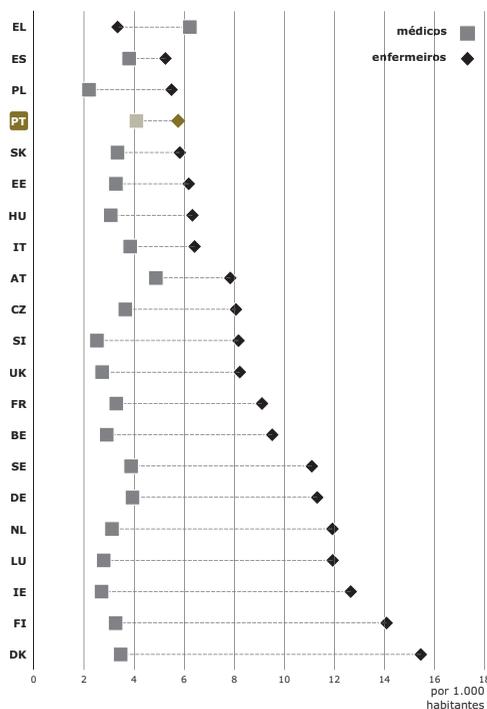


Gráfico 44.5. Disponibilidade de médicos e enfermeiros: a posição de Portugal na UE | 2012

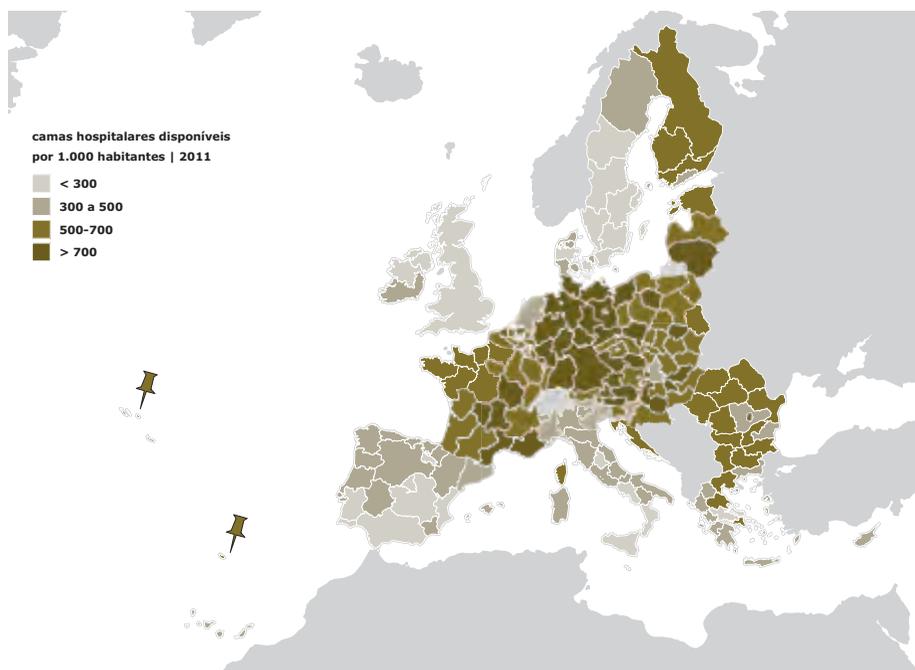


Portugal destaca-se no panorama europeu ao registar, simultaneamente, o terceiro maior rácio de médicos por habitante e o terceiro maior rácio de enfermeiros, refletindo modelos profissionais e organizacionais seguramente desequilibrados.

Nota: Os dados no Gráfico 44.5 referem-se a 2009 para a Dinamarca e Grécia e a 2011 para a Alemanha, Finlândia e Holanda e sem dados disponíveis para a Bulgária, Chipre, Croácia, Letónia, Lituânia, Malta e Roménia.

Fonte: Eurostat e OCDE (acedido em março de 2015)

Mapa 44.1. Camas hospitalares disponíveis: a posição das regiões portuguesas na UE | 2011



As regiões dos Açores e da Madeira são das regiões europeias onde a disponibilidade de camas hospitalares por mil habitantes é maior, contrariando a tendência nacional.

Fonte: Eurostat (acedido em março de 2015)

Com o crescente recurso a cuidados em ambulatório, Portugal destaca-se pelo elevado peso das despesas em saúde na economia e pela elevada participação dos particulares no financiamento dessas mesmas despesas.

Gráfico 44.6. Evolução da despesa em saúde: comparação entre Portugal, países iniciais da coesão e UE | 1995 a 2012

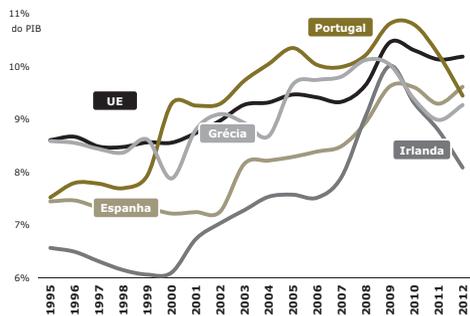


Gráfico 44.8. Despesa em saúde por prestador de cuidados de saúde em Portugal | 2000 e 2012

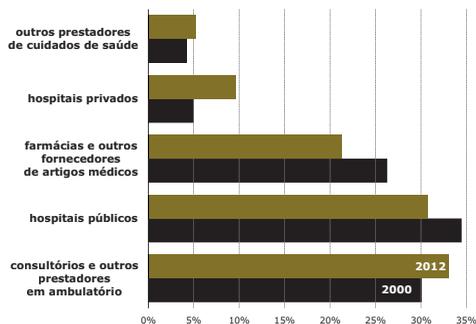


Gráfico 44.7. Despesa em saúde por agente financiador: comparação entre Portugal, países iniciais da coesão e UE | 2012

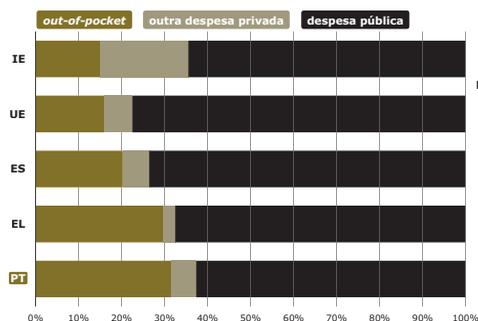
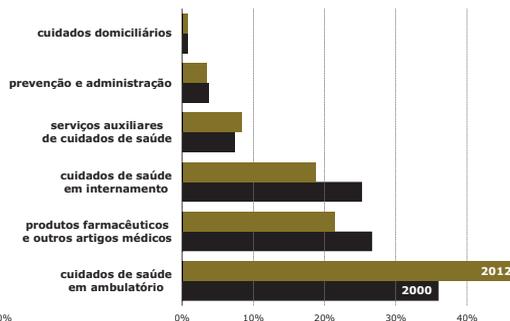


Gráfico 44.9. Despesa em saúde por função de cuidados de saúde em Portugal | 2000 e 2012



Fonte: Banco Mundial, Eurostat e Organização Mundial de Saúde (acedido em março de 2015)

Conceitos e metodologia

Anos de vida saudável aos 65 anos

Número de anos que uma pessoa de 65 anos pode esperar viver sem limitações funcionais/incapacidade. O indicador é também designado como esperança de vida sem incapacidade física. (PORDATA)

Despesa total em saúde

Soma de todas as despesas para manutenção, recuperação ou melhoria da saúde, pagas em dinheiro ou em espécie. É a soma das despesas públicas em saúde com os gastos privados em saúde.

Despesas pública em saúde

Soma dos gastos com saúde pagos em dinheiro ou em espécie por entidades governamentais, como o Ministério da Saúde, outros ministérios, organismos paraestatais ou agências de segurança social. Inclui todas as despesas feitas por estas entidades. Inclui os pagamentos por transferência para compensar os custos de atendimento médico às famílias e fundos extraorçamentais para financiar serviços e bens de saúde. Inclui despesas correntes e de capital.

Despesa out-of-pocket em saúde

Pagamentos diretos pelas famílias, incluindo gratificações e pagamentos em espécie, efetuados a

profissionais de saúde e a fornecedores de produtos farmacêuticos, aparelhos terapêuticos e outros bens e serviços de saúde. Inclui pagamentos diretos a prestadores públicos e privados de serviços de saúde, pagamentos a instituições sem fins lucrativos de saúde e despesas partilhadas não reembolsáveis, como franquias, copagamentos e taxas moderadoras.

Esperança média de vida

À nascença indica o número médio de anos que uma pessoa à nascença pode esperar viver e aos 65 anos indica o número médio de anos que uma pessoa com 65 anos pode esperar viver, mantendo-se as taxas de mortalidade por idades observadas no momento de referência. (INE)

Mortalidade infantil

Número de óbitos de crianças com menos de um ano de idade observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido ao número de nados vivos do mesmo período, sendo habitualmente expressa em número de óbitos de crianças com menos de um ano por mil nados vivos. (INE)

Para saber mais

Barros, P. (2013) | Pela sua Saúde, Fundação Francisco Manuel dos Santos
Fundação Calouste Gulbenkian (2014) | Um futuro para a Saúde: todos temos um papel a desempenhar
OCDE (2014) | *Health, Austerity and Economic Crisis*
Organização Mundial da Saúde (...2014) | *World Health Statistics 2014*

Imobiliário e habitação

As transformações económicas e sociais decorrentes da plena integração europeia de Portugal tiveram um dos seus expoentes máximos na habitação. As expectativas de crescimento de rendimento futuro, a facilidade na obtenção de crédito e o baixo custo pela redução das taxas de juro, em conjugação com a disfuncionalidade do mercado de arrendamento impulsionaram o investimento em casa própria.

Os 28 anos de Portugal Europeu terminaram com uma crise do mercado imobiliário sem precedentes, com elevados custos em falências, desemprego, sinistralidade de crédito e destruição de valor.

A dinamização da reabilitação urbana e do mercado de arrendamento são fatores chave no surgimento de um novo paradigma na habitação para valorizar e absorver o excesso de oferta habitacional e reanimar o setor imobiliário e da construção.

O percurso de Portugal entre 1986 e 2013

Entre 1992 e 2002, o número de fogos anualmente construídos para habitação familiar passou de 52 mil para um máximo histórico de 126 mil, enquanto o número de prédios urbanos transacionados passou de 166 mil para mais de 254 mil (Gráfico 45.1).

As famílias portuguesas encetaram uma trajetória de endividamento, com o peso do crédito à habitação no rendimento disponível a passar de 13% (1986) para 90% (2011). A habitação mergulhava no paradigma não sustentável do edificado novo para ocupantes-proprietários muito expostos a créditos hipotecários de risco com taxas de juro variáveis.

A primeira década do século XXI trouxe os primeiros sinais de esgotamento deste modelo, depois da euforia dos anos 90. A forte desaceleração do fulgor económico, a revisão em baixa das expectativas de crescimento do rendimento e a menor pressão demográfica conduziram à desaceleração, primeiro, e à estagnação, depois, do mercado de compra e venda de habitações, originando um excesso de oferta habitacional.

Entre 2001 e 2011, o número de alojamentos vagos aumentou 35%, para um valor superior a 700 mil unidades. O número de prédios urbanos transacionados em 2012 e 2013 não chegou aos cem mil. A crise da construção e do imobiliário contribuiu significativamente para a instabilidade financeira do país e para o aumento do desemprego associados à crise económica e financeira depois de 2008-2009.

A posição de Portugal no contexto da União Europeia

A queda do peso do investimento em habitação no PIB de 10% em 1986 para 2% em 2013 corrobora o definhamento do mercado residencial nacional. Se, em 1986, Portugal apresentava um rácio 70% superior ao padrão europeu, em 2013 o valor nacional é metade do referencial europeu (Gráfico 45.2).

Com a queda de 75% do peso do investimento em habitação no PIB desde 1986, Portugal passou de segundo Estado-membro, atrás da Grécia, onde a construção de habitação mais pesava na criação de riqueza, para o sétimo valor mais baixo, em 2013 (Gráfico 45.3).

A evolução do investimento imobiliário e a dinâmica dos preços das casas revelam que, ao contrário dos restantes parceiros iniciais da coesão, Portugal não teve um *boom* imobiliário durante a década de 2000. Entre 1999 e 2007 o aumento dos preços da habitação em Portugal foi de 20%, enquanto na Irlanda e Espanha superou os 130%. A correção de preços tem sido comparativamente mais suave, mitigando o impacto da implosão do mercado hipotecário nos balanços do setor financeiro (Gráfico 45.6).

Portugal tem um dos parques habitacionais mais jovens. Mais de um terço dos edifícios foram construídos depois de 1990, o quarto registo mais elevado na UE. Portugal é mesmo o Estado-membro onde é maior o peso dos fogos construídos na década de 90 (Gráfico 45.4).

A comparação com os restantes Estados-membro revela, em contraste, o reduzido peso da reabilitação. Segundo o *Euroconstruct*, a reabilitação é responsável por 26% da atividade do setor da construção nacional, enquanto na Alemanha vale mais de 60% e na Irlanda ou Espanha o seu peso é superior a 35% (Gráfico 45.5).

A reabilitação e o arrendamento num novo paradigma

O mercado do arrendamento em Portugal revela uma fraca expressão, apesar da melhoria recente, com apenas uma em cada quatro casas a serem arrendadas. Ao nível europeu, em que se destaca o protagonismo da casa própria nos

países do alargamento, decorrente do amplo processo de privatização, este é o terceiro registo mais baixo da UE15, apenas à frente da Espanha e Grécia (Gráfico 45.7).

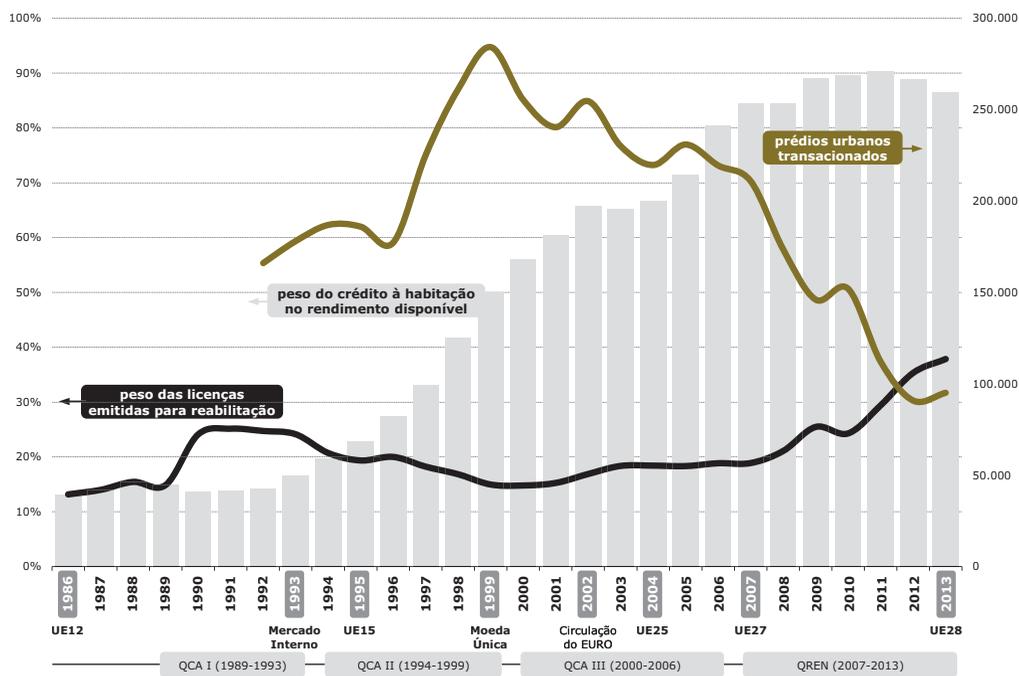
Entre os fatores que explicam a preferência dos portugueses pela compra de casa em detrimento do arrendamento está o elevado valor de mercado das rendas na comparação com o valor das prestações.

A taxa de sobrecarga das despesas em habitação, que mede a percentagem de pessoas que gasta mais de 40% do rendimento disponível em custos com a habitação, ajuda a entender este facto na medida em que, sendo superior a 35%, nos arrendatários, é apenas de 7% nos proprietários com hipoteca. O diferencial entre estas duas realidades é o quinto mais elevado na UE (Gráfico 45.8).

O desafio atual passa por qualificar e absorver o excesso de oferta habitacional existente dando vida a um paradigma onde a reabilitação e o arrendamento são os protagonistas.

A reabilitação surge como uma oportunidade efetiva na dinamização do setor imobiliário e da construção em resposta a necessidades concretas em cerca de 30% dos edifícios. Não obstante o número de licenças concedidas pelas Câmaras Municipais para obras em edifícios para habitação familiar ter caído de um máximo histórico de 54 mil para menos de dez mil em 2013, a percentagem de licenças para obras de reabilitação aumentou de 15% para 40%.

Gráfico 45.1. Edifícios reabilitados, prédios urbanos transacionados e *stock* de crédito à habitação em Portugal | 1986 a 2013



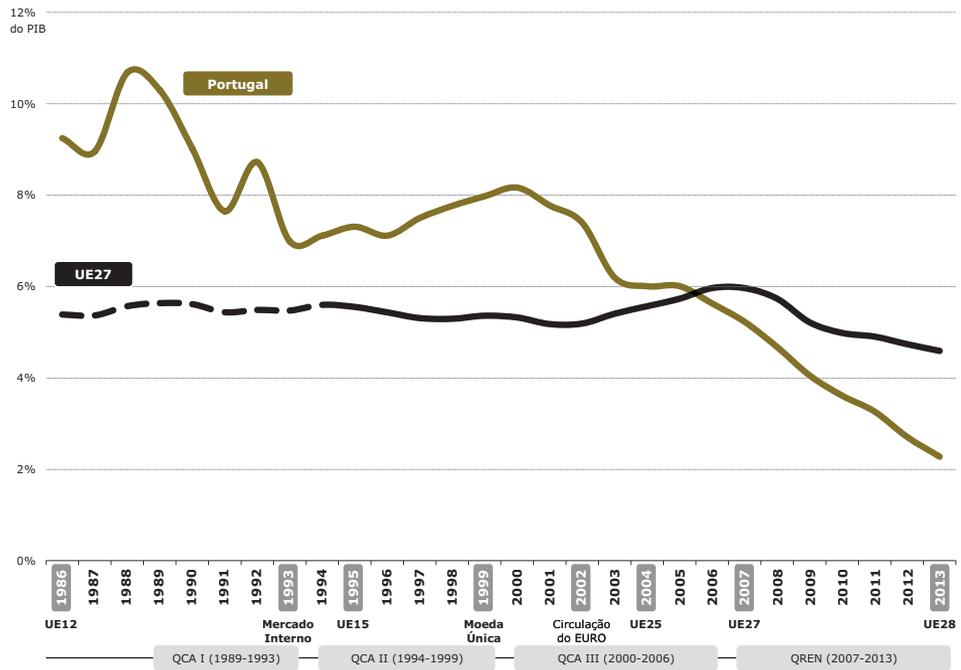
Apesar do número de prédios urbanos transacionados ter caído mais de 66% entre 1999 e 2013, os portugueses só começaram a reduzir o nível de endividamento em 2011.

Em 2013, 40% das licenças emitidas para construção destinavam-se a obras de reabilitação, evidenciando a sua crescente importância na revitalização do mercado imobiliário.

Fonte: Banco de Portugal e INE (aécido em março de 2015)

Gráfico 45.2. Formação bruta de capital fixo em habitação: comparação entre Portugal e UE | 1986 a 2013

Em resultado da implosão do mercado residencial nacional, o contributo do investimento em habitação para a criação de riqueza nacional caiu de 10% em 1986 para 2% em 2013, metade do referencial europeu.

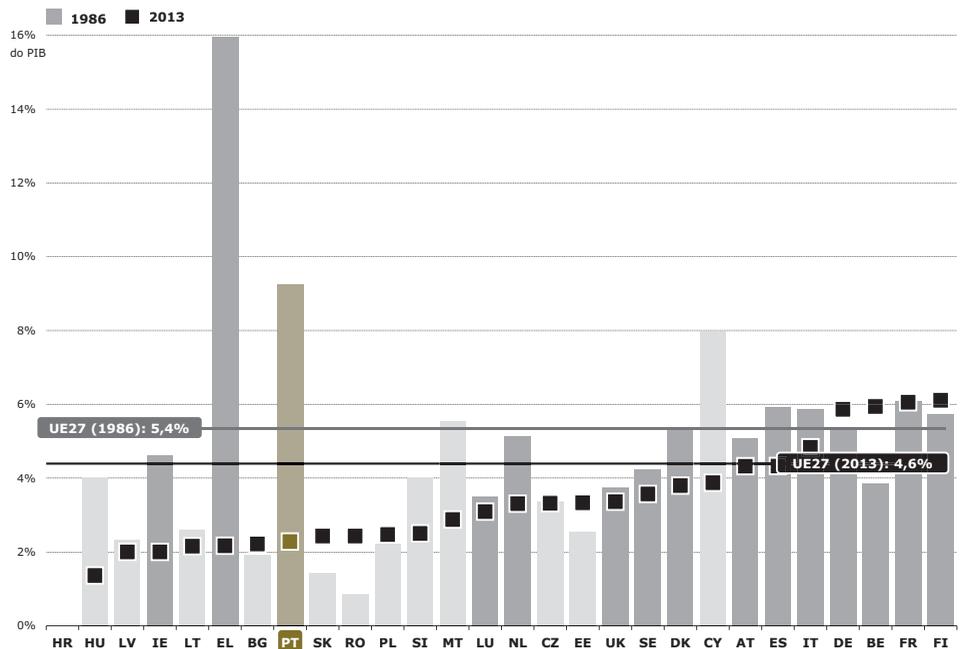


Nota: Os dados para a UE27 são estimados até 1994.

Fonte: Ameco (acedido em dezembro de 2014)

Gráfico 45.3. Formação bruta de capital fixo em habitação: a posição de Portugal na UE | 1986 e 2013

Se em 1986 só a Grécia apresentava um maior contributo do investimento em habitação para a criação de riqueza, em 2013 Portugal tinha o sétimo registo mais baixo entre os Estados-membros.



Nota: Os valores iniciais referem-se a 1991 para a Eslovénia, 1993 para a Eslováquia, Estónia e República Checa, 1994 para a Lituânia e 1995 para a Bulgária, Chipre, Hungria, Letónia, Malta, Polónia e Roménia.

Fonte: Ameco (acedido em dezembro de 2014)

Gráfico 45.4. Estrutura do parque habitacional por período de construção: a posição de Portugal na UE | 2011

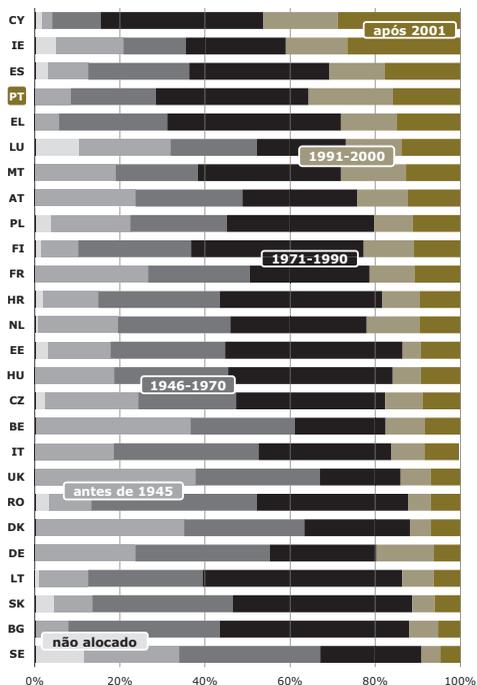
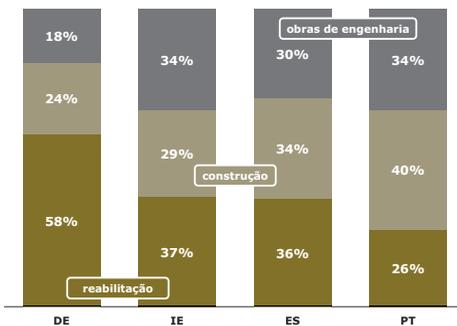
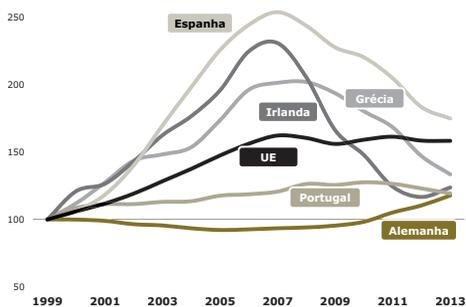


Gráfico 45.5. Peso da reabilitação no setor da construção: comparação entre Portugal, Alemanha, Irlanda e Espanha | 2011



Portugal tem um dos parques habitacionais mais jovens, registando o quarto maior peso dos edifícios construídos após 1990. Associado a esta dinâmica está o reduzido peso da reabilitação no setor da construção.

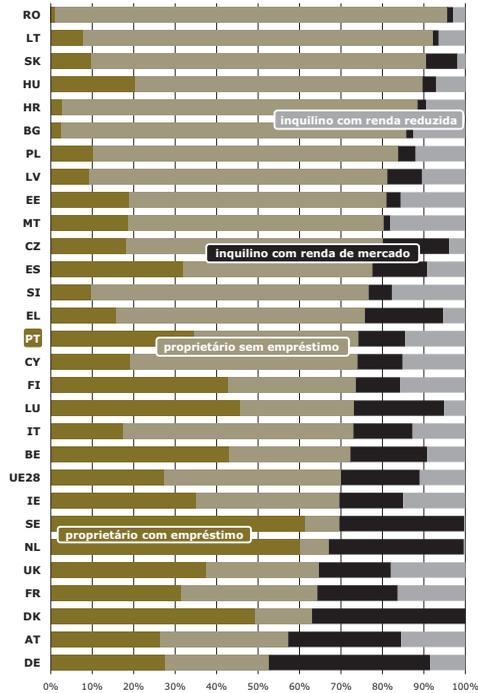
Gráfico 45.6. Índice de preços da habitação (1999=100): comparação entre Portugal e UE | 1999 a 2013



Fonte: Eurostat, Euroconstruct, INE e OCDE (acedido em março de 2015)

Gráfico 45.7. Distribuição da população por regime de propriedade da habitação: a posição de Portugal na UE | 2013

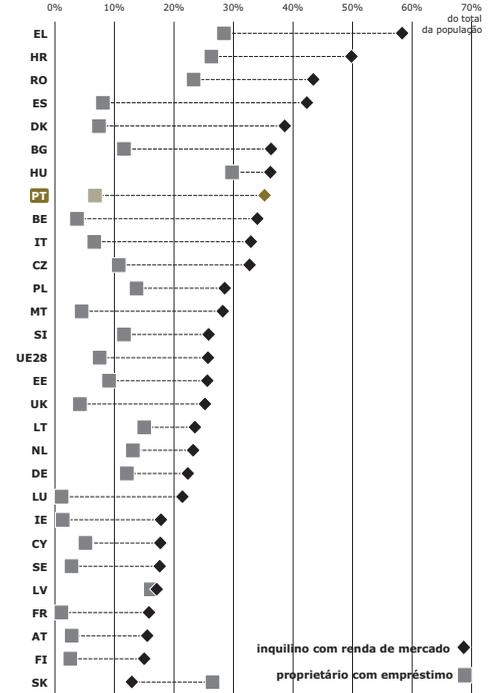
A predominância da casa própria em detrimento do recurso ao aluguer em Portugal coincide com o facto da taxa de sobrecarga das despesas em habitação ser bastante mais elevada entre os arrendatários.



Nota: No Gráfico 45.7 os dados para a Irlanda referem-se ao ano de 2012.

Fonte: Eurostat (acedido em março de 2015)

Gráfico 45.8. Taxa de sobrecarga das despesas com habitação: a posição de Portugal na UE | 2013



Conceitos e metodologia

Alojamentos familiares clássicos para residência habitual

Local destinado a habitação que constitui a residência habitual ou principal de pelo menos uma família, constituído por uma divisão ou conjunto de divisões e seus anexos num edifício de carácter permanente ou numa parte estruturalmente distinta do edifício, devendo ter uma entrada independente que dê acesso direto ou através de um jardim ou terreno a uma via ou a uma passagem comum no interior do edifício. (INE)

Taxa de sobrecarga das despesas em habitação

Corresponde à proporção da população que vive em agregados familiares em que o rácio entre as despesas anuais com a habitação e o rendimento disponível (deduzidas as transferências sociais relativas à habitação) é superior a 40%. As despesas com a habitação incluem as relacionadas com água, eletricidade, gás ou outros combustíveis, condomínio, seguros, saneamento, pequenas reparações, bem como as rendas e os juros relativos ao crédito à habitação principal. (INE)

Crédito à habitação

Empréstimo contraído junto de uma instituição que concede crédito para aquisição, construção ou realização de obras em habitação própria permanente, secundária ou para arrendamento, ou para aquisição de terrenos para construção de habitação própria. (Banco de Portugal)

Estatuto de ocupação da habitação

Distinção entre proprietários e inquilinos. Os proprietários são os próprios titulares do direito de propriedade do alojamento que ocupam e podem ou não ter encargos com os empréstimos à habitação. Os inquilinos arrendam aos senhorios a habitação e pagam uma renda, que pode ser a preços de mercado ou reduzida, designadamente nos casos de habitação social.

Formação bruta de capital fixo em habitação

Despesa em investimento, maioritariamente pelas famílias, na construção e reabilitação de habitação.

Prédio urbano

Compreende prédios que estejam licenciados ou tenham como destino normal fins habitacionais, comerciais, industriais ou para serviços e os terrenos para construção. (INE)

Licença de Obras

Autorização concedida pelas Câmaras Municipais, ao abrigo de legislação específica, para a realização de um conjunto de operações urbanísticas, que podem ser classificadas em construção nova e em obras de reabilitação (obras de ampliação, alteração e reconstrução de edifícios). (PORDATA)

Produtividade do setor da construção

Valor de todos os gastos que concorrem para a realização de obras. Pode ser classificado em construção de edifícios, reabilitação de edifícios e obras de engenharia. (INE)

Para saber mais

Caixa Geral de Depósitos (2011) | A atualidade do sector imobiliário residencial: ajustamentos e desafios

Eurostat (2014) | *Living conditions in Europe*

INE (...2013) | Estatísticas da Construção e Habitação 2013

INE e Laboratório Nacional de Engenharia Civil (2013) | O Parque Habitacional e a sua Reabilitação: Análise e Evolução 2001-2011

Conforto e habitação

O acesso a uma habitação condigna é essencial na promoção do bem-estar individual e social. Indispensável na satisfação das necessidades básicas da população, com reflexos ao nível da saúde e da educação, tem um papel central na inclusão social e desenvolvimento pessoal.

Satisfeitas as condições básicas de habitação para a larga maioria da população, a aquisição de equipamentos e serviços relacionados com o conforto, utilidade e atratividade da habitação é hoje cada vez mais relevante no consumo das famílias, facilitando o acesso à cultura, à comunicação e ao lazer e agilizando formas de trabalho doméstico.

A integração no espaço europeu impulsionou a correção substancial das carências habitacionais existentes a nível quantitativo.

A nível qualitativo, é de realçar a elevada proporção de alojamentos que não reúne a totalidade de condições básicas de habitação.

O percurso de Portugal entre 1986 e 2013

A expansão do mercado residencial na década de 90 permitiu aos portugueses melhorar decisivamente as suas condições de habitação. Entre 1992 e 2002, enquanto o número de famílias aumentou 12%, o número de alojamentos aumentou cerca de 30%, impulsionado pela crescente procura de casa própria e segunda habitação.

Num espaço de dez anos, o relativo equilíbrio do mercado residencial português deu lugar a um significativo excesso de oferta. Se em 1992 por cada dez famílias existiam 13 alojamentos, em 2002 o número de alojamentos ultrapassava em 50% o número de famílias. Desde então, satisfeitas as principais carências habitacionais e com as expectativas dos agentes corrigidas em baixa, o rácio entre famílias e habitações não mais cresceu, estabilizando em torno desse valor (Gráfico 46.1).

A acompanhar esta evolução, a tendência de urbanização, impulsionada pelo desenvolvimento das periferias urbanas, refletiu-se na crescente importância dos apartamentos. Em 2013, 44% da população vive neste tipo de habitação. No entanto, o parque habitacional português destaca-se pela relevância dos

blocos de apartamentos com menos de dez apartamentos, que alojam 25% da população, o quarto valor mais elevado na UE (Gráfico 46.4).

A redução das carências habitacionais dos últimos 28 anos ficou, também, marcada pelos esforços na eliminação de barracas e outros alojamentos não clássicos. Entre 1991 e 2011, o número deste tipo de alojamento precário diminuiu de 27 mil para menos de sete mil.

A situação na habitação é satisfatória para a maioria dos portugueses. Em 2012, cerca de 90% diz-se satisfeito ou muito satisfeito com a sua habitação, numa proporção semelhante à média europeia.

A posição de Portugal no contexto da União Europeia

As famílias portuguesas têm vindo a gastar cerca de 7% do PIB em equipamentos e serviços relacionados com o conforto da habitação, não obstante a ligeira correção dos anos recentes (Gráfico 46.2).

Apesar de este valor estar em linha com o referencial europeu, a análise desagregada por rúbrica revela que Portugal está entre os Estados-membros onde as famílias mais gastam em mobiliário e equipamento doméstico, e entre aqueles onde as famílias menos gastam na manutenção e reparação das habitações e em eletricidade, gás e outros combustíveis.

A dimensão do alojamento constitui outro elemento relevante no conforto da habitação, na medida em que a existência de espaço suficiente é determinante para assegurar a privacidade e qualidade relacional.

Em 2013, 11% da população portuguesa vivia em alojamentos cujo número de divisões era insuficiente para a dimensão e composição do agregado familiar. Registrando uma melhoria de cinco pontos percentuais desde 2005, este ainda é o quarto valor mais elevado na UE15, num panorama europeu em que se destaca a elevada taxa de sobrelotação nos países do alargamento (Gráfico 46.3).

Neste campo, importa destacar que Portugal é o sexto Estado-membro onde a dimensão média das habitações é maior. Contudo, apesar do valor médio de 106 m², a dimensão das casas próprias cujo proprietário recorreu a um empréstimo ou hipoteca é 60% superior às habitações arrendadas (Gráfico 49.5 e Gráfico 46.5).

As condições básicas e a privação habitacional

A análise de formas de privação severa nas condições de habitação (saneamento, humidade, luz natural) chama a atenção para que o conteúdo de uma habitação condigna não se restringe a um número limitado de aspetos, exigindo a satisfação de variadas necessidades fundamentais e equipamentos básicos.

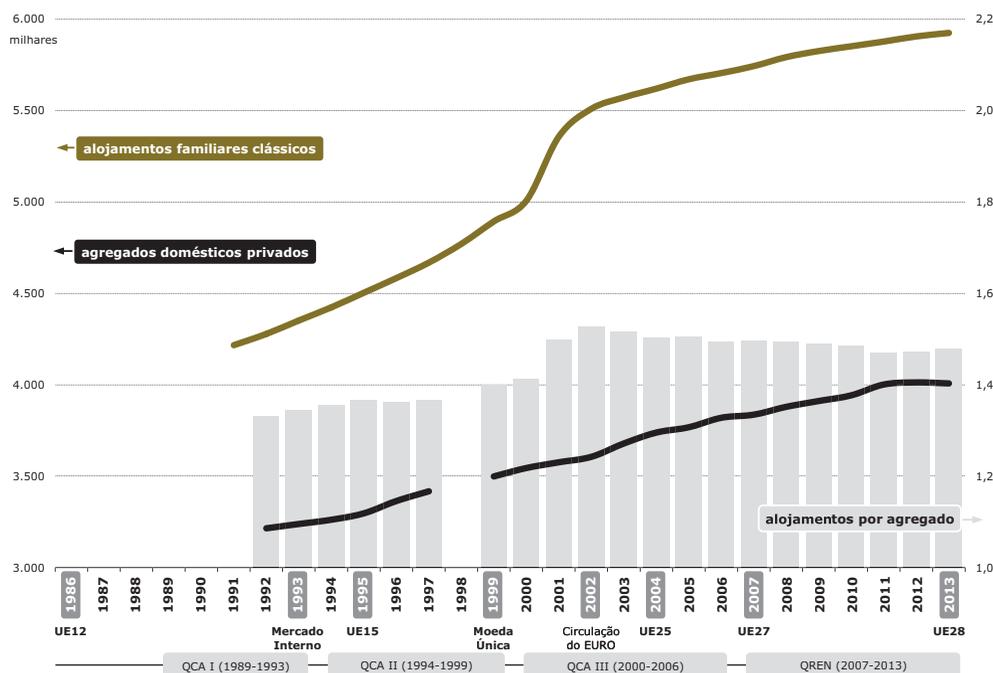
Os números disponíveis, em Portugal e na União Europeia, são expressivos das insuficiências na habitação, sobretudo no caso das famílias cujos alojamentos refletem a degradação ou falta de desenvolvimento em muitos interstícios urbanos.

No panorama europeu, destaca-se a elevada carência de instalações sanitárias na Europa de Leste, nomeadamente na Roménia, Bulgária e países bálticos (Gráfico 46.6).

No panorama português, apesar da evolução positiva a este nível, cerca de 5% da população nacional ainda se confronta com condições severas de privação habitacional em 2013, um valor em linha com a média europeia.

Olhando para os diferentes aspetos de privação habitacional, é de assinalar que cerca de um terço dos portugueses vive em habitações com problemas de humidade e 9% vive em habitações com luz natural insuficiente, os registos mais elevados entre os Estados-membros.

Gráfico 46.1. Alojamentos familiares clássicos e agregados domésticos privados em Portugal | 1991 a 2013

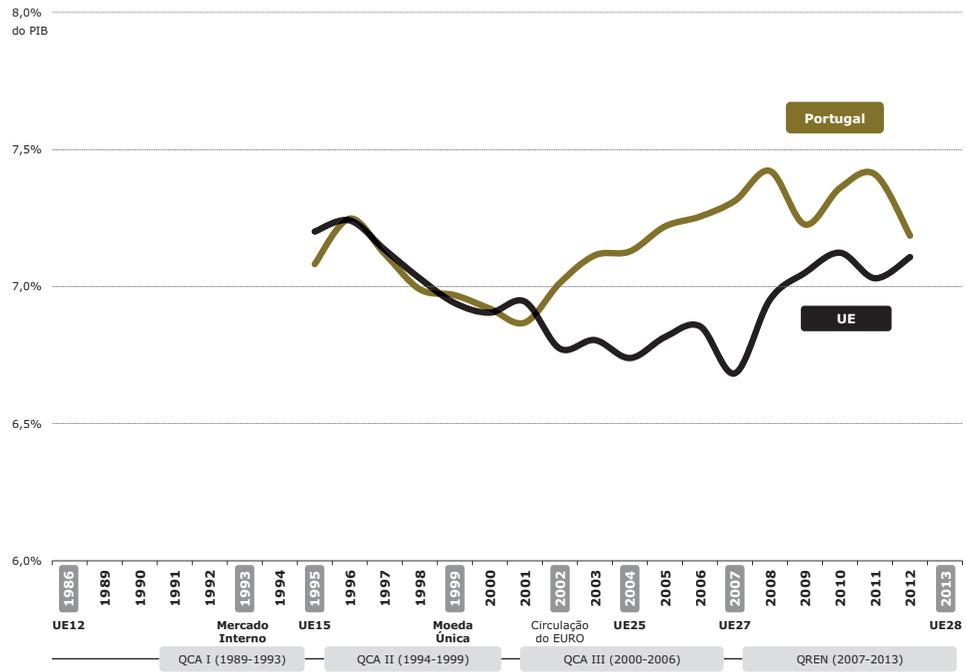


Em menos de 30 anos o parque habitacional aumentou cerca de 50%, levando o número de alojamentos a exceder em 50% o número de famílias.

Fonte: PORDATA (acedido em dezembro de 2014)

Gráfico 46.2. Despesas com o conforto e manutenção da habitação: comparação entre Portugal e UE | 1995 a 2012

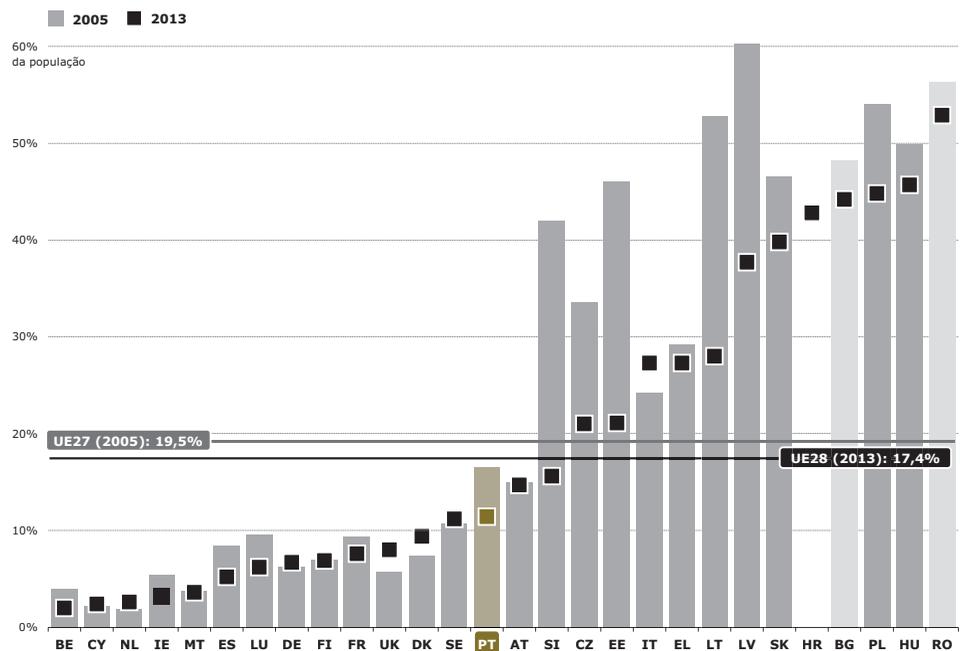
A valorização da casa como espaço de conforto e lazer reflete-se no crescente peso das despesas de consumo das famílias em bens e serviços relacionados com a habitação.



Fonte: Eurostat (acedido em março de 2015)

Gráfico 46.3. Taxa de sobrelotação da habitação: a posição de Portugal na UE | 2005 e 2013

Um em cada dez portugueses vive em habitações cujo número de divisões é insuficiente para a dimensão e composição do agregado familiar.



Nota: Os valores iniciais referem-se a 2006 para a Bulgária e 2007 para a Roménia e sem dados para a Croácia. Os valores finais referem-se a 2012 para a Irlanda.

Fonte: Eurostat (acedido em dezembro de 2014)

Gráfico 46.4. Distribuição da população por tipologia de habitação: a posição de Portugal na UE | 2013

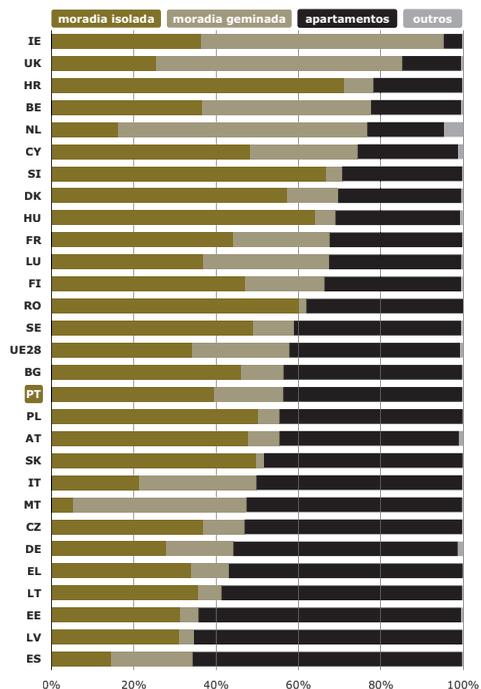
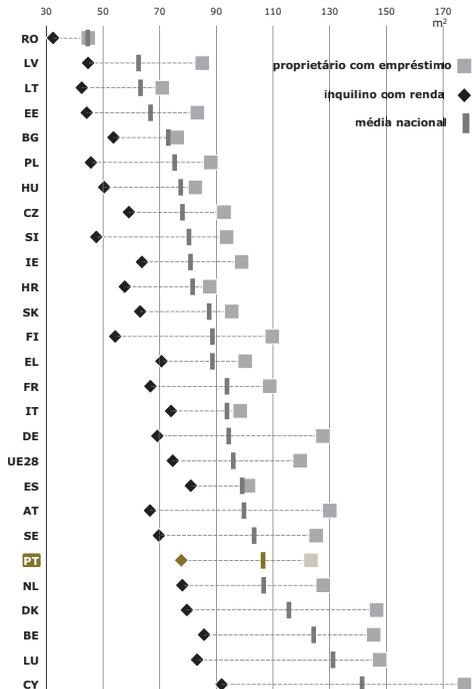


Gráfico 46.5. Dimensão média das habitações por regime de propriedade: a posição de Portugal na UE | 2012

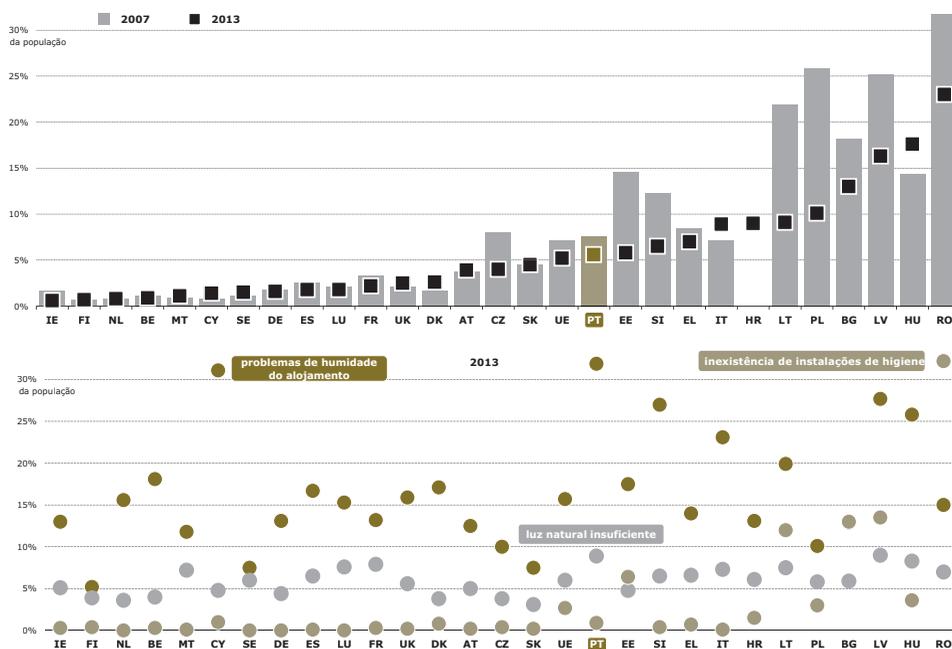


Com seis em cada dez portugueses a viverem em moradias, Portugal é o sexto Estado-membro em que a dimensão média das habitações é maior.

Nota: No Gráfico 46.4 os dados referem-se a 2012 para a Dinamarca e Irlanda. Sem dados disponíveis para Malta e Reino Unido no Gráfico 46.5.

Fonte: Eurostat (acedido em março de 2015)

Gráfico 46.6. Taxa de privação severa habitacional e proporção de população com carências habitacionais: a posição de Portugal na UE | 2007 e 2013



Em 2013, 4,3% dos portugueses confrontam-se com condições severas de privação habitacional, ao residir num alojamento sobrelotado com pelo menos uma das carências habitacionais consideradas. Destaque em Portugal para a incidência de habitações com problemas de humidade e com luz natural insuficiente.

Nota: No gráfico superior não tem dados disponíveis para a Croácia e os dados para a UE referem-se à UE27, os dados finais referem-se a 2012 para a Irlanda.

Fonte: Eurostat (acedido em março de 2015)

Conceitos e metodologia

Alojamento sobrelotado

O Alojamento familiar clássico com défice de divisões em relação às pessoas que nele residem de acordo com o índice de lotação do alojamento. O indicador do número de divisões a mais ou a menos tem por referência o número de residentes no alojamento. O cálculo é feito com base nos seguintes parâmetros considerados normais: uma divisão para sala de estar; uma divisão por cada casal; uma divisão por cada outra pessoa não solteira; uma divisão por cada pessoa solteira com mais de 18 anos; uma divisão por cada duas pessoas solteiras do mesmo sexo com idade entre os sete e 18 anos; uma divisão por cada pessoa solteira de sexo diferente com idade entre os sete e 18 anos; uma divisão por cada duas pessoas com menos de sete anos. (INE)

Taxa de privação severa das condições da habitação

Corresponde à proporção da população que vive num alojamento sobrelotado e com, pelo menos, um dos seguintes problemas: a) inexistência de instalação de banho ou duche no interior do alojamento; b) inexistência de sanita com autoclismo, no interior do alojamento; c) teto que deixa passar água, humidade nas paredes ou apodrecimento das janelas ou soalho; d) luz natural insuficiente num dia de sol. (INE)

Despesas com o conforto e manutenção da habitação

Corresponde à despesa de consumo final das famílias em manutenção e reparação das habitações (COICOP 043), em abastecimento de água e outros serviços relacionados (COICOP 044), em eletricidade, gás e outros combustíveis (COICOP 045) e em mobiliário, artigos de decoração, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação (COICOP 05).

Para saber mais

Comissão Europeia (...2014) | *Employment and Social Developments in Europe 2013*

INE (...2014) | *Rendimento e condições de vida 2013*

OECD (2011) | *Housing conditions, in OECD, How's Life?: Measuring Well-being*

Royal Institution of Chartered Surveyors (2013) | *The Housing Sector in Europe – Household Consumption long-term and during the crisis*

Ambiente e desenvolvimento sustentável

A preservação dos recursos naturais não renováveis e a mitigação e combate às alterações climáticas tornaram indispensável a construção de um novo paradigma para o funcionamento da economia, em especial em matéria de energia e transportes, e para a organização dos modelos de consumo, que venha a dar vida efetiva ao conceito de desenvolvimento sustentável.

Os objetivos associados ao “*greening*” e ao “*low carbon*” são para tomar a sério e constituem, além do mais, novas e relevantes oportunidades de criação de riqueza e de emprego.

Os compromissos e obrigações internacionais estabelecidos sobre a política ambiental, tanto ao nível da União Europeia, como ao nível das Nações Unidas, têm contribuído, embora de forma lenta e limitada, para um desenvolvimento sustentável, capaz de dissociar a geração de riqueza dos efeitos negativos sobre o ambiente e os recursos naturais.

Este caminho exige a provisão de um conjunto alargado de novos bens e serviços públicos de dimensão planetária, bem como uma melhoria muito significativa na eficiência, quer na utilização de materiais, energia e água, quer na gestão de resíduos, consolidando a articulação entre a prevenção da produção, a reciclagem e a valorização económica dos resíduos.

Os 28 anos de Portugal Europeu testemunham um desempenho cumulativo em melhoria.

A evolução positiva foi mais sensível nos resultados conseguidos em termos de redução das emissões do que na eficiência na utilização de recursos e na valorização económica dos resíduos.

O percurso de Portugal de 1986 a 2013

Portugal emite, agora, mais 15% de gases com efeitos de estufa (GEE) do que em 1990. Depois do crescimento de 45% verificado entre 1990 e 2005, os últimos sete anos revelam uma quebra superior a 20%.

A produção e combustão de energia é a principal fonte de poluição, representando mais de dois terços dos gases emitidos. A combustão de energia nos transportes aumentou a sua quota de emissões de GEE de 17% em 1990 para 24% em 2012, consolidando o protagonismo ganho nos anos 90. Pelo contrário,

a agricultura e a combustão energética associada à indústria registaram as maiores reduções de emissões (Gráfico 47.1).

A diminuição das emissões de GEE tem resultado não só pela quebra da atividade económica nos últimos anos mas também pelos avanços tecnológicos nos processos produtivos e no controlo dos sistemas poluidores, pela maior eficiência energética e pela aposta em fontes energéticas menos poluentes, como as energias renováveis ou o gás natural.

A posição de Portugal no contexto da União Europeia

Quanto às emissões de GEE por habitante, três capítulos marcam a história da convergência de Portugal com a UE (Gráfico 47.2):

- Entre 1990 e 2000, enquanto Portugal aumentou as emissões em 35%, a UE reduziu em 12%. As emissões de GEE por habitante em Portugal passaram de 50% em 1990 para 80% da média europeia no ano de 2000;
- Entre 2000 e 2005 é notória uma estabilização das emissões, quer em Portugal quer na UE;
- Desde 2005, a redução mais acentuada em Portugal (22%) do que na EU (14%) explica a divergência das emissões por habitante para 73% do padrão europeu em 2012.

Enquanto a UE consegue gerar 2€ de riqueza a partir de 1 kg de materiais, Portugal gera apenas 1,4€. Este diferencial da produtividade dos recursos revela uma menor eficiência na sua utilização, em parte explicada pela diferente estrutura económica.

Portugal, num contexto de quebra acentuada do PIB, tem conseguido convergir com o padrão europeu, depois de em 2008 ter registado o diferencial máximo (-40%).

Em linha com a estratégia Europa 2020, Portugal comprometeu-se a não aumentar em mais de 1% as emissões de GEE (não abrangidas pelo Comércio Europeu de Licença de Emissões) face a 2005. Portugal era em 2012 o sexto Estado-membro com emissões de GEE mais baixas, tendo sido o oitavo país que mais reduziu as emissões desde 2005 (Gráfico 47.3).

A situação nos resíduos e na reciclagem

Em 2012, cada português produziu em média 1,2 toneladas de resíduos, um valor inferior em 60% ao registado em 2008. Portugal passou de terceiro maior produtor de resíduos por habitante, em 2008, para sexto Estado-membro que menos resíduos produz (Gráfico 47.4).

O impacto ambiental dos resíduos depende da forma como são processados e reintegrados no sistema produtivo.

Nos resíduos urbanos, dos cerca de 1,2 kg que cada português produz por dia, 55% continuam a ser descarregados em aterros sanitários, 19% são incinerados e só 26% são valorizados organicamente ou reciclados. Apesar de uma evolução positiva desde 1999, ano em que Portugal reciclou ou valorizou 11% dos resíduos, o padrão europeu (40%) continua longe (Gráfico 47.5).

Gráfico 47.1. Emissão de gases com efeito de estufa por fonte de poluição em Portugal | 1990 a 2012

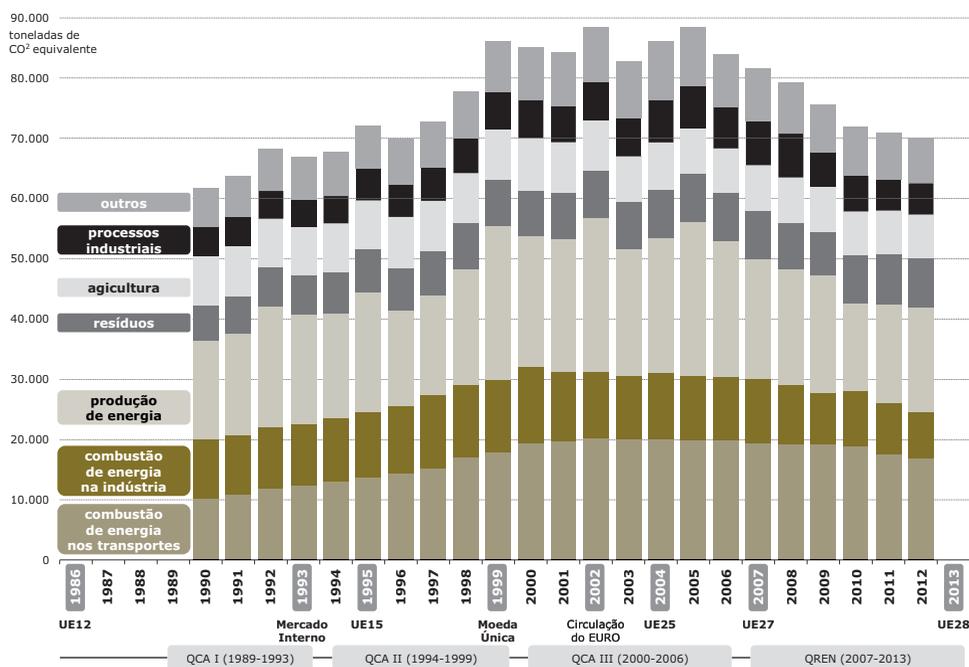
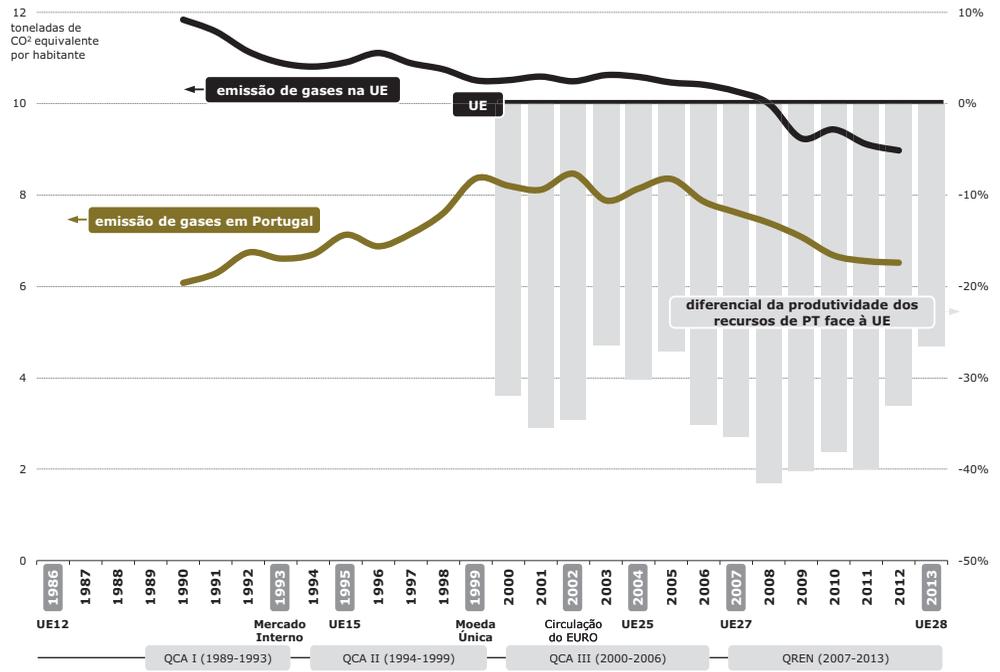


Gráfico 47.2. Emissão de gases com efeito de estufa e produtividade dos recursos: comparação entre Portugal e UE | 1990 a 2013

Portugal tem conseguido aproximar-se do padrão europeu em termos de eficiência na utilização dos recursos ao mesmo tempo que reduz a emissão de gases poluentes.

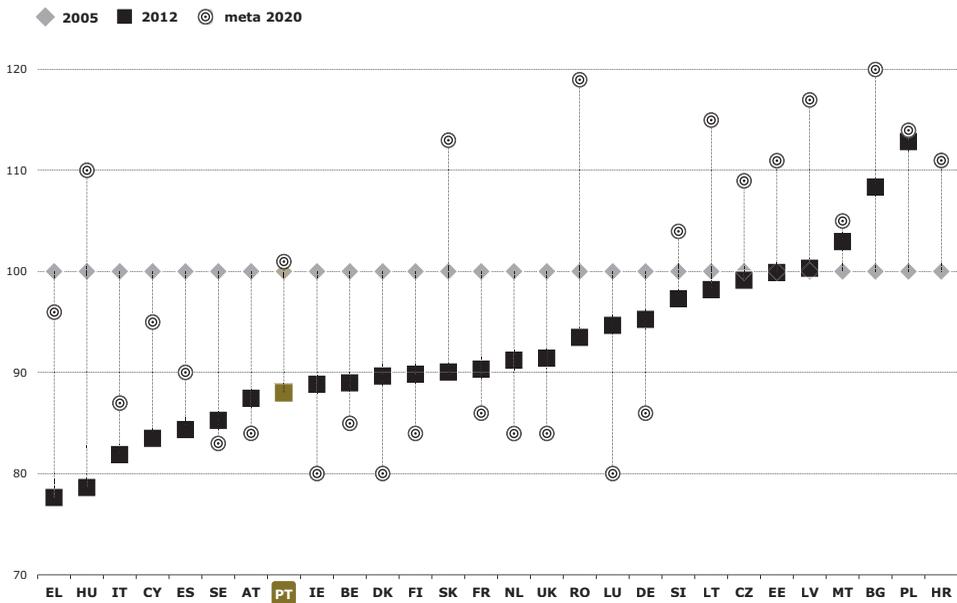


Nota: Os dados para a produtividade dos recursos para a EU dizem respeito à UE27.

Fonte: Eurostat (acedido em outubro de 2014)

Gráfico 47.3. Emissão de gases com efeito de estufa (2005=100): a posição de Portugal na UE | 2005 e 2012

Portugal é um dos 14 Estados-membros cujas emissões de gases se encontram abaixo da meta acordada para 2020.



Nota: O ano base refere-se à estimativa para 2005 inscrita na Decisão de Partilha de Esforços. Não existem dados disponíveis para a Croácia em 2012.

Fonte: Eurostat (acedido em outubro de 2014)

Gráfico 47.4. Produção de resíduos totais por habitante: a posição de Portugal na UE | 2008 e 2012

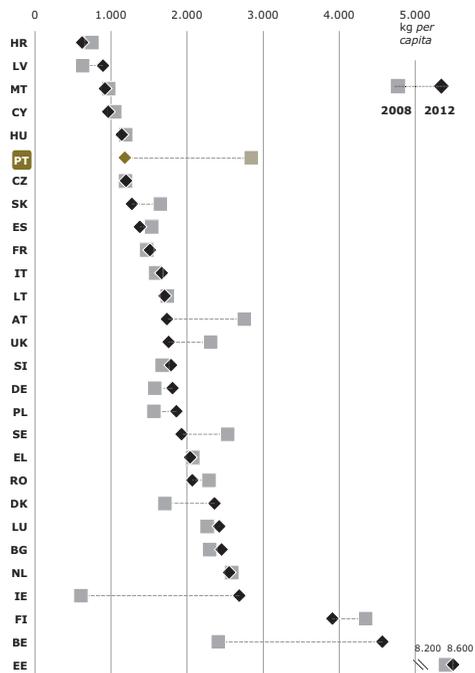
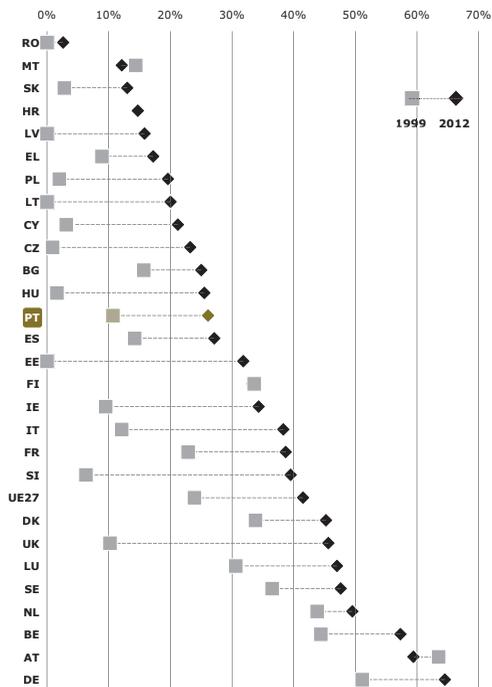


Gráfico 47.5. Reciclagem e valorização orgânica dos resíduos urbanos: a posição de Portugal na UE | 1999 e 2012



Portugal conseguiu reduzir a produção de resíduos e mais do que duplicou a taxa de reciclagem desde 1999, aumento insuficiente para reduzir a distância face ao padrão europeu.

Nota: A produção de resíduos não abrange os resíduos minerais, Gráfico 47.4. Dados não disponíveis para a Croácia em 1999 para o Gráfico 47.5.

Fonte: Eurostat (acedido em outubro de 2014)

Conceitos e metodologia

Gases com efeito de estufa

Gases concentrados na atmosfera que absorvem e emitem radiação infravermelha, a partir dos raios solares que são refletidos para o espaço ou absorvidos e transformados em calor. Os principais gases com efeito de estufa são o vapor de água, o dióxido de carbono (CO₂), o metano (CH₄), o óxido nitroso (N₂O), o ozono (O₃), os clorofluorcarbonetos (CFC) e os hidroclorofluorcarbonetos (HCFC). As emissões dos gases são expressas em unidades de CO₂ equivalente. O indicador agregado de emissões de GEE considerado não abrange o setor das florestas e da alteração do uso do solo nem o transporte marítimo internacional, de acordo com os referenciais europeus relevantes para a estratégia Europa 2020. (INE)

Estratégia 2020

Estratégia lançada em 2010 para os dez anos seguintes que assenta em oito metas respeitantes ao emprego, à investigação e desenvolvimento, ao clima/energia, à educação e à inclusão social e redução da pobreza, traduzidos em objetivos nacionais em função das especificidades de cada Estado-membro da UE. No domínio da sustentabilidade ambiental, a grande meta da UE para 2020 é reduzir as emissões de GEE em pelo menos 20% face a 1990. A nível Europeu, os setores abrangidos pelo Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE), devem reduzir 21%

das emissões face a 2005 e os restantes setores 10%. Os Estados-membros comprometeram-se a limitar ou reduzir as emissões de GEE não abrangidas pelo CELE face a 2005, no âmbito da Decisão de Partilha de Esforços (Decisão n.º 406/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho). (Comissão Europeia)

Produtividade dos recursos

Rácio entre o PIB e o Consumo Interno de Materiais (CIM). O CIM pretende medir (em toneladas) a quantidade total de materiais utilizada diretamente por uma dada economia (excluindo o ar e a água) e é calculado através da soma da extração de materiais por essa economia com as importações líquidas de materiais (primários e transformados). Constitui assim um indicador da intensidade de utilização de recursos naturais. (APA)

Resíduos e resíduos urbanos

Os resíduos são definidos pelo direito nacional como “quaisquer substâncias ou objetos de que o detentor se desfaz ou tem a intenção ou a obrigação de se desfazer”. Resíduo Urbano é “o resíduo proveniente de habitações bem como outro resíduo que, pela sua natureza ou composição, seja semelhante ao resíduo proveniente de habitações”. Os resíduos podem ser classificados quanto à sua operação de destino, nomeadamente deposição em aterro, incineração (valorização energética), valorização orgânica ou reciclagem. (APA)

Para saber mais

Agência Portuguesa do Ambiente (...2013) | Relatório do Estado do Ambiente

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (2014) | Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2020)

Agência Europeia do Ambiente (2010) | O Ambiente na Europa – situação e perspetivas 2010

Eurostat (2010) | *Environmental statistics and accounts in Europe*

Mobilidade e transportes

O sistema de transportes nacional sofreu uma profunda evolução nos 28 anos do Portugal Europeu. O processo de integração europeu e os fundos comunitários recebidos impulsionaram um avultado investimento prosseguindo a melhoria das condições de mobilidade de pessoas e mercadorias, sem alcançar, por vezes, o rigor necessário em termos da análise custo-benefício, em particular nas previsões de procura utilizadas para estudar a viabilidade financeira dos projetos.

A consolidação orçamental em curso, onde o setor dos transportes coloca alguns dos desafios mais exigentes, deve agora ser utilizada para consolidar os avanços e corrigir os erros, sem deixar de promover um sistema de transportes eficiente e sustentável, no plano financeiro e ambiental, que consiga responder às crescentes necessidades de mobilidade, dos cidadãos e das empresas, contribuindo para o reforço da competitividade internacional da economia portuguesa.

O enorme protagonismo da viatura própria no conjunto dos transportes, em articulação com o investimento em infraestruturas rodoviárias, coloca desafios à mobilidade dos portugueses, quer em termos de eficiência e congestionamento nos centros urbanos, quer em termos de sustentabilidade.

O percurso de Portugal entre 1986 e 2013

A evolução da mobilidade nacional foi protagonizada pelo automóvel. Entre 1986 e 2013 o volume de tráfego rodoviário de passageiros duplicou enquanto o investimento em infraestruturas permitiu a densificação da Rede Rodoviária Nacional, que em 2013 se estende por três mil km de autoestradas, 2.500 km de itinerários principais e 7.500 km de itinerários complementares e estradas nacionais (Gráfico 48.1).

A perda de relevância dos transportes públicos, em particular do transporte ferroviário, constituiu o fenómeno reverso daquele protagonismo. Desde 1986, enquanto a extensão das linhas ferroviárias eletrificadas aumentou pouco mais de mil km, em resultado da modernização das linhas nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e no eixo interurbano mais longo (Braga-Faro), que encurtou o tempo médio de viagem, foram encerradas linhas nos territórios de baixa densidade e o tráfego de passageiros diminuiu um terço.

O transporte de mercadorias assume uma especial relevância no processo de internacionalização da economia portuguesa. Neste campo, deve ser destacada a evolução mais recente dos transportes marítimos, que desde 1999 aumentaram de 40% para 58% o seu peso no total de mercadorias exportadas, ultrapassando o transporte rodoviário que até aí assumiu o protagonismo. A aceleração da internacionalização e a diversificação dos mercados estão na base desta relevante transformação que importa consolidar e potenciar (Gráfico 48.4).

O transporte internacional de passageiros, em especial o aéreo, é determinante na competitividade do turismo. O movimento nos aeroportos nacionais ultrapassou pela primeira vez os 30 milhões de passageiros em 2013, crescendo mais de 250% desde 1993. Os cruzeiros também registam uma dinâmica recente assinalável, sendo que em 2013 movimentaram 1,2 milhões de passageiros.

A posição de Portugal no contexto da União Europeia

O confronto da distribuição modal do transporte terrestre de passageiros com o referencial europeu reforça a evidência do crescente protagonismo do automóvel no caso português.

Com efeito, enquanto a situação na União Europeia se caracteriza, desde a viragem para o século XXI, por uma grande estabilidade, onde em cada 100 pessoas, 83 utilizam o automóvel, sete utilizam autocarro e nove utilizam comboio, em Portugal assistiu-se a uma relevante mudança entre 1990, por cada 100 pessoas 70 utilizavam automóvel, 20 autocarro e dez comboio, e 2013, onde esses valores passaram, respetivamente, para 90, seis e quatro (Gráfico 48.2).

Portugal era mesmo, em 2012, o segundo Estado-membro onde a utilização do automóvel era mais frequente e o sexto onde os transportes ferroviários eram menos utilizados (na prática o segundo se não forem incluídas as ilhas e as economias de muito pequena dimensão). O contraste de situações à escala europeia na utilização dos transportes ferroviários é especialmente visível, nomeadamente se notarmos a existência de uma profunda reestruturação nos países do alargamento e o contraste entre redução, num número limitado de países onde se inclui Portugal, e expansão, registada nos restantes países (Gráfico 48.3).

O automóvel e conceito de mobilidade sustentável

O forte protagonismo do automóvel, na mobilidade dos cidadãos em Portugal, deveria conduzir a uma forte atenção à concretização das políticas europeias de mobilidade sustentável, valorizando os avanços na utilização mais eficiente do

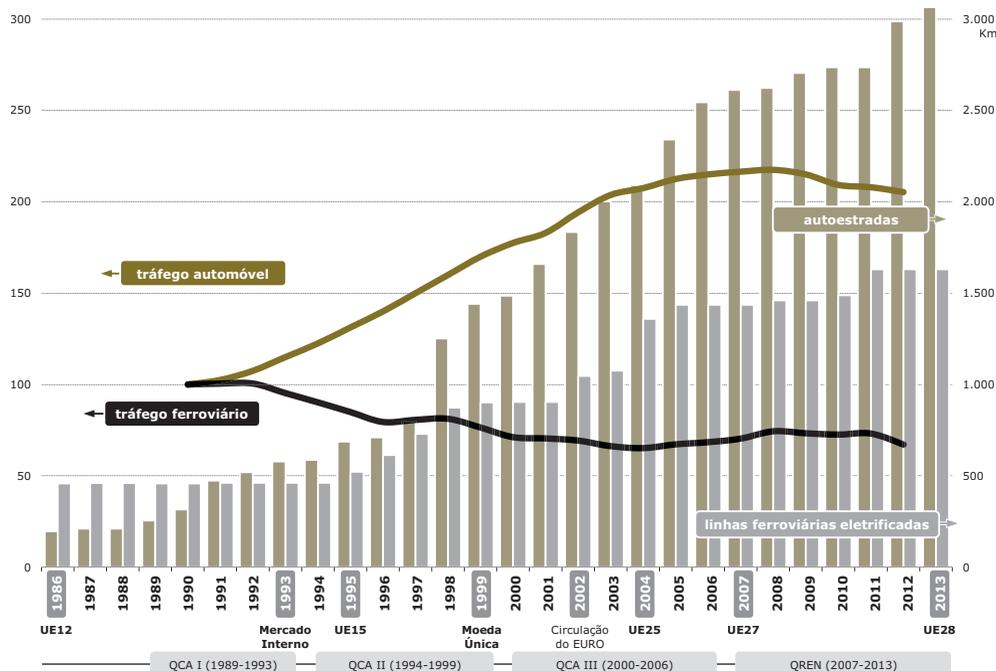
automóvel, sobretudo pelas inovações introduzidas com vista à minimização dos impactos ambientais.

A redução geral do nível médio de emissões de CO₂ por km dos novos veículos comercializados desde 2007 merece ser destacada em Portugal, onde a maior preponderância de veículos menos potentes e energeticamente mais eficientes o coloca entre os três Estados-membros mais bem posicionados (Gráfico 48.6).

Verifica-se, por outro lado, que desde 2007 o consumo de energia associado ao transporte rodoviário tem vindo a diminuir, sendo de realçar a utilização de combustíveis menos poluentes, quer pela afirmação do gás natural e *diesel* em detrimento da gasolina, quer pela crescente utilização de biocombustíveis e outras energias renováveis (Gráfico 48.7).

Em sentido contrário, limitando a mobilidade mais sustentável, com reflexos também ao nível da sinistralidade e segurança rodoviária, destaca-se o efeito das medidas de austeridade (forte retração das aquisições de automóveis até 2013) no envelhecimento do parque automóvel. Portugal tinha em 2012, em toda a UE, o sexto maior peso relativo de automóveis com dez ou mais anos de idade (Gráfico 48.5).

Gráfico 48.1. Rede nacional de autoestradas, linha ferroviária eletrificada e tráfego de passageiros em Portugal | 1990 a 2012



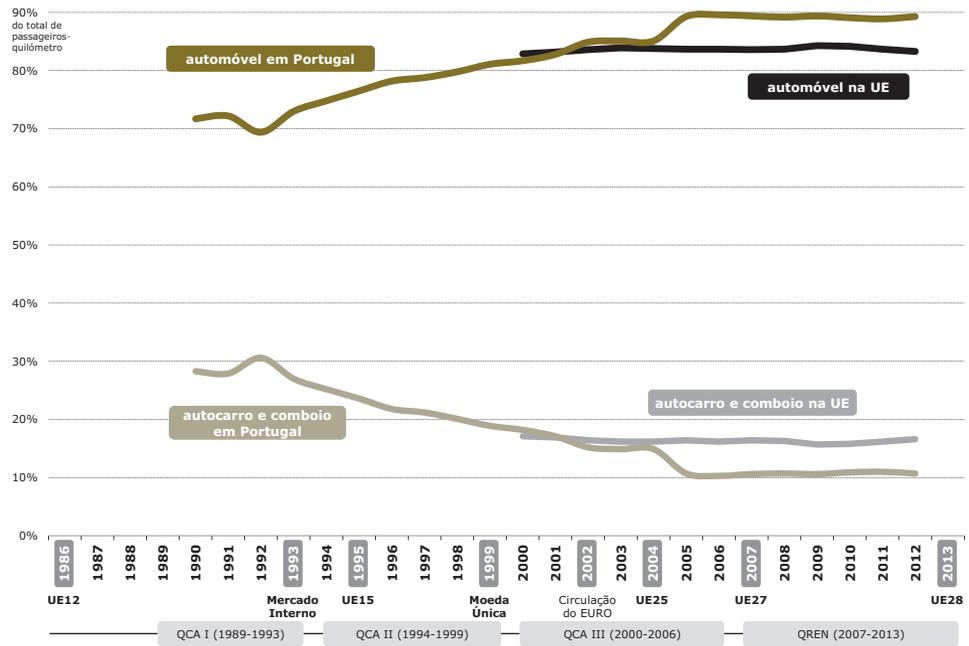
Entre 1990 e 2012, por cada km de linha ferroviária eletrificada adicional, foram construídos 2,5 km de autoestrada. Neste período, o tráfego de passageiros por automóvel ligeiro duplicou, enquanto o tráfego por comboio diminuiu um terço.

Nota: O tráfego de passageiros é medido em índice (1990=100) a partir da unidade de medida passageiro-quilómetro (correspondente ao transporte de um passageiro na distância de um quilómetro)

Fonte: Eurostat (acedido em dezembro de 2014)

Gráfico 48.2. Repartição modal do transporte de passageiros: comparação entre Portugal e UE | 1990 a 2012

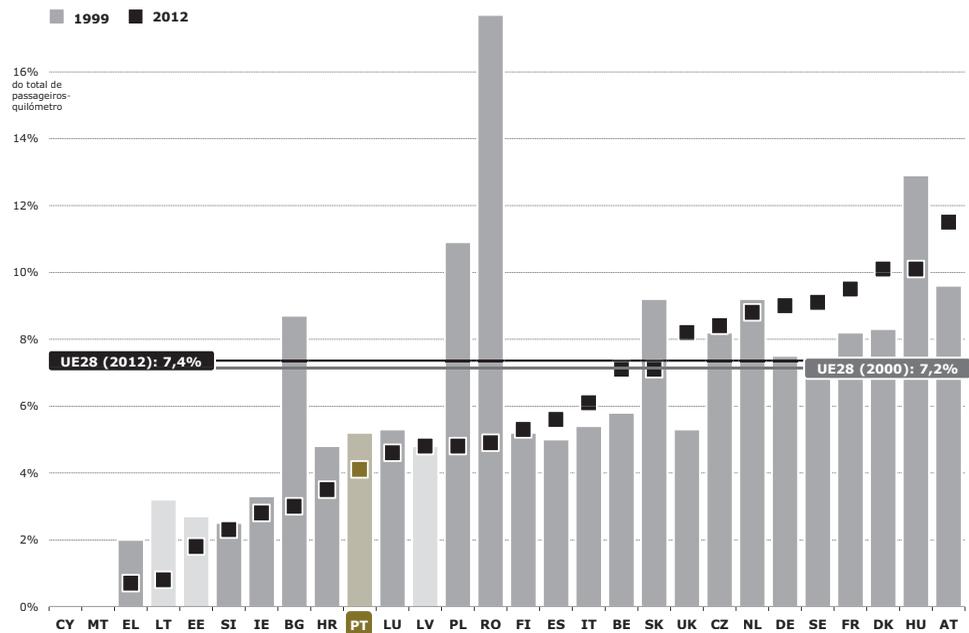
A crescente preferência dos portugueses por viatura própria elevou a utilização do automóvel como meio de deslocação terrestre bem acima do padrão europeu.



Fonte: Eurostat (acedido em dezembro de 2014)

Gráfico 48.3. Peso dos transportes ferroviários na repartição modal do transporte de passageiros: a posição de Portugal na UE | 1999 e 2012

Portugal encontra-se entre os países em que os transportes ferroviários têm menos relevância no transporte de passageiros.



Nota: Dados não disponíveis para o Chipre e Malta, dados iniciais referem-se a 2000 para a Estónia, Letónia e Lituânia.

Fonte: Eurostat (acedido em janeiro de 2015)

Gráfico 48.4. Comércio internacional de mercadorias segundo o modo de transporte em Portugal | 1990 a 2013

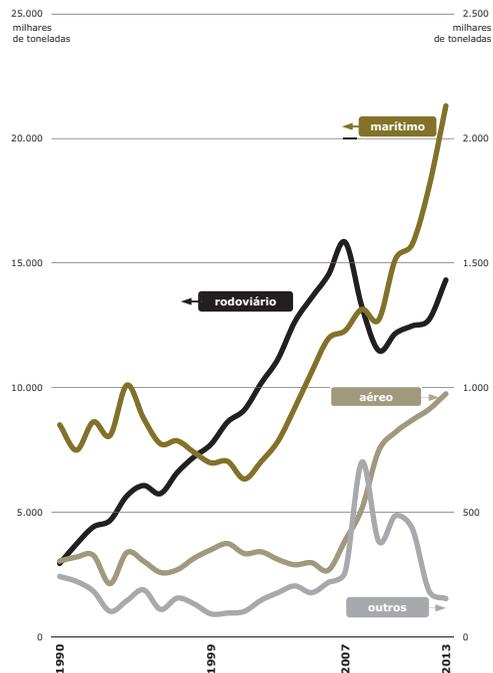
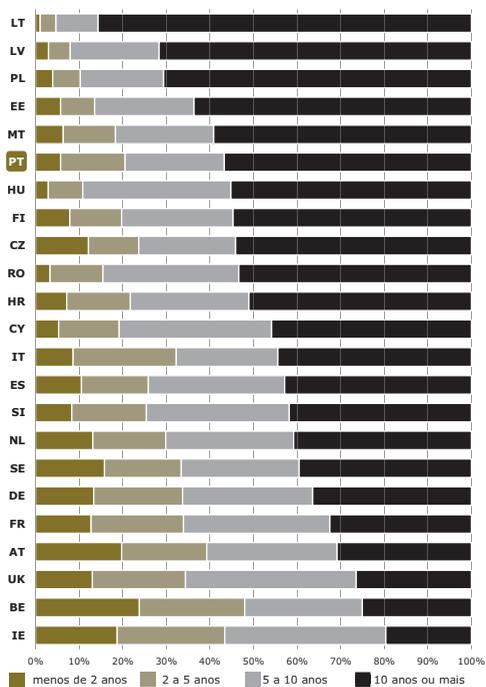


Gráfico 48.5. Composição do parque automóvel por idade do veículo: a posição de Portugal na UE | 2012



O transporte marítimo tornou-se o principal meio de transporte das mercadorias exportadas, sendo responsável por 58% das exportações nacionais em 2013.

O parque automóvel nacional é um dos mais envelhecidos da União Europeia, com a sexta maior proporção de veículos com dez ou mais anos.

Nota: No Gráfico 48.5 os dados referem-se a 2010 para a Áustria, 2011 para a Bélgica, Holanda, Lituânia, Suécia e Reino Unido.

Fonte: Eurostat (acedido em janeiro de 2015)

Gráfico 48.6. Emissões de CO₂ dos novos veículos de passageiros: a posição de Portugal na UE | 2007 e 2013

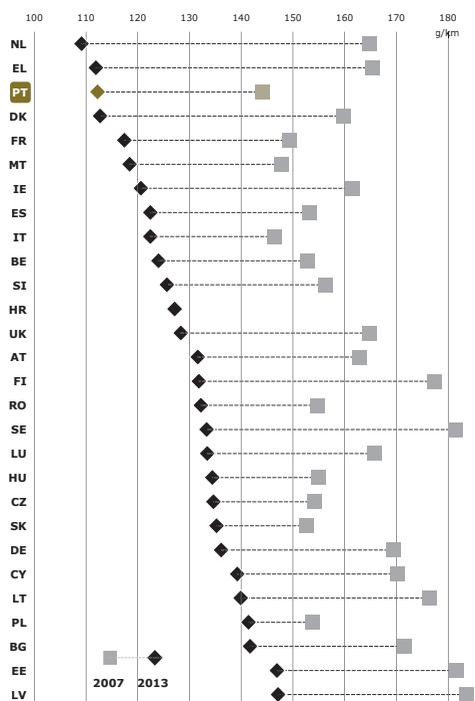
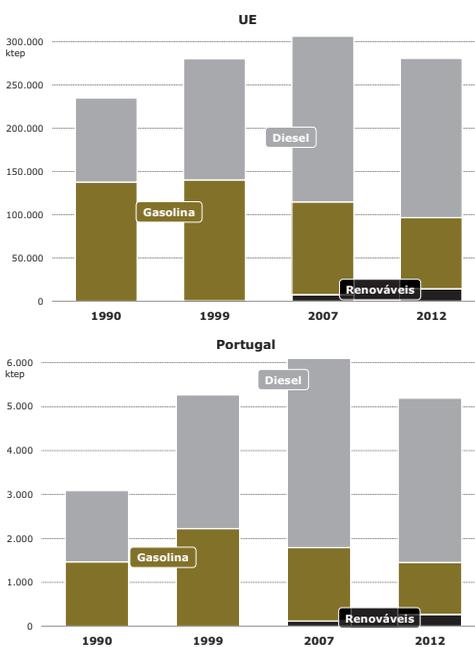


Gráfico 48.7. Consumo de combustíveis por tipo na UE | 1990, 1999, 2007 e 2012



A aquisição de viaturas menos potentes e mais eficientes e a redução e recomposição do consumo de combustíveis marcam o percurso de Portugal na promoção de uma mobilidade mais sustentável.

Nota: Sem dados para a Croácia em 2007 no Gráfico 48.6.

Fonte: EEA e Eurostat (acedido em janeiro de 2015)

Conceitos e metodologia

Autoestrada

Estrada especialmente projetada e construída para o tráfego motorizado, que não serve as propriedades limítrofes e que: a) exceto em pontos singulares ou a título temporário, dispõe de faixas de rodagem separadas para cada sentido de circulação, separadas uma da outra por uma faixa divisória não destinada à circulação ou, excepcionalmente, por outros dispositivos; b) não se cruza ao mesmo nível com qualquer outra estrada, via de caminhos-de-ferro, de elétrico ou caminho de peões; c) está especialmente sinalizada como autoestrada e é reservada a categorias específicas de veículos rodoviários motorizados. (INE)

Linha ferroviária eletrificada

Linha com uma ou mais vias principais eletrificadas. As secções das linhas adjacentes às estações que sejam eletrificadas apenas para permitir serviço de manobras

e não eletrificadas até às estações seguintes, devem ser consideradas como linhas não eletrificadas. (INE)

Rede Rodoviária Nacional

Rede de estradas que assegura as comunicações públicas rodoviárias do Continente, desempenhando funções de interesse nacional ou internacional integrando a Rede Nacional Fundamental, constituída pelos itinerários principais (IP), e a Rede Nacional Complementar, constituída pelos Itinerários Complementares (IC) e pelas Outras Estradas (OE) que asseguram a ligação entre a rede nacional fundamental e os centros urbanos de influência concelhia ou supraconcelhia, mas intra distrital. (INE)

Passageiro-quilómetro

Unidade de medida correspondente ao transporte de um passageiro na distância de um quilómetro.

Para saber mais

INE (...2014) | Estatísticas dos transportes e comunicações 2013

Instituto da mobilidade e dos transportes, IP. (2014) | Relatório de Monitorização da Rede Nacional 2012-2013

Comissão Europeia (...2014) | *EU Transport in figures 2014*

OECD e ITF (2014) | *ITF Transport Outlook 2015*

Lazer e cultura

A cultura em sentido lato constitui um fator essencial de desenvolvimento económico e social, sendo também um elemento chave na integração europeia, desempenhando um papel determinante no desenvolvimento pessoal, na coesão das comunidades e na qualidade das instituições.

Nas economias que se querem afirmar pela inovação e diferenciação, é imperativo que o património, a cultura e as artes também sejam encaradas como catalisadores da criatividade e da inovação, como elementos estruturantes na aquisição de novas competências e como fatores competitivos geradores de valor económico e de empregos mais qualificados.

A cultura comporta, também, um papel relevante na evolução dos modelos de consumo, sobretudo nas sociedades onde os tempos de trabalho e os tempos de lazer se articulam mais estreitamente. Neste contexto, importa compreender a evolução dos hábitos culturais das famílias portuguesas, em particular o impacto do atual processo de ajustamento nos padrões de consumo de bens e de serviços culturais.

Nos últimos anos Portugal reverteu o processo de generalização do acesso a bens e serviços culturais, afastando-se cada vez mais do padrão europeu.

O percurso de Portugal entre 1986 e 2013

Em 2013, as famílias portuguesas gastaram 7.400 milhões de euros em cultura e lazer, cerca de 6,5% das despesas totais em consumo. A cultura e o lazer, que aumentaram, até ao final dos anos 90, a sua relevância no modelo de consumo das famílias portuguesas, atingindo um máximo de 8,3% em 2000, registaram, desde então, uma dinâmica negativa, tendo o seu peso caído mais de 20% (Gráfico 49.1).

Enquanto os serviços culturais e recreativos se consolidaram como o núcleo central destas despesas, representando mais de um terço dos gastos em cultura e lazer, a aquisição de equipamentos de suporte e de pacotes de férias registaram as reduções mais vincadas. Desde 1995 que estas categorias viram a sua relevância reduzir-se para cerca de metade.

A dimensão do orçamento das famílias em cultura e lazer não se pode explicar apenas pela diminuição do poder de compra, nem pela afetação de rendimentos a necessidades básicas como a habitação, em particular. A evolução tecnológica que permitiu uma queda muito apreciável no preço relativo dos equipamentos de suporte aos conteúdos digitais, e a maior autonomia dos turistas na construção das suas experiências, explicam que o nível atual dos consumos em lazer e cultura seja superior ao revelado pelos indicadores convencionais.

Na procura de serviços culturais pelos portugueses, é notório que o cinema, apesar de continuar a ser o mais popular meio de difusão, tem vindo a perder espetadores, numa evolução que se intensificou nos últimos anos e que também não pode ser dissociada dos avanços digitais e da concorrência da *internet*. Já os museus têm vindo a ganhar espetadores ano após ano, atraindo cada vez mais portugueses e turistas estrangeiros (Gráfico 49.4).

Na oferta de serviços e atividades culturais, é inegável a importância das Câmaras Municipais na democratização do acesso pelas populações, seja através do investimento em equipamentos, seja pelo papel como organizador das próprias atividades.

A segmentação regional destaca as regiões alentejanas, do pinhal, das beiras e de Trás-os-Montes como aquelas onde as despesas em atividades e serviços culturais por residente são mais elevadas, chegando a atingir valores superiores a 100 euros por habitante (Gráfico 49.5).

A posição de Portugal no contexto da União Europeia

A perda de relevância das despesas de cultura e lazer não é específica a Portugal, registando-se no referencial europeu uma tendência semelhante, embora de forma bastante mais moderada, com o peso das despesas de cultura e lazer no consumo das famílias a manter-se acima dos 8% em 2013 (Gráfico 49.2).

Desde 1999, entre os Estados-membros com dados disponíveis, Portugal foi mesmo o país em que a relevância dos gastos com cultura e lazer mais caiu, sendo que em 2013 é o segundo país que menos gasta em cultura e lazer, superando apenas a Grécia (Gráfico 49.3).

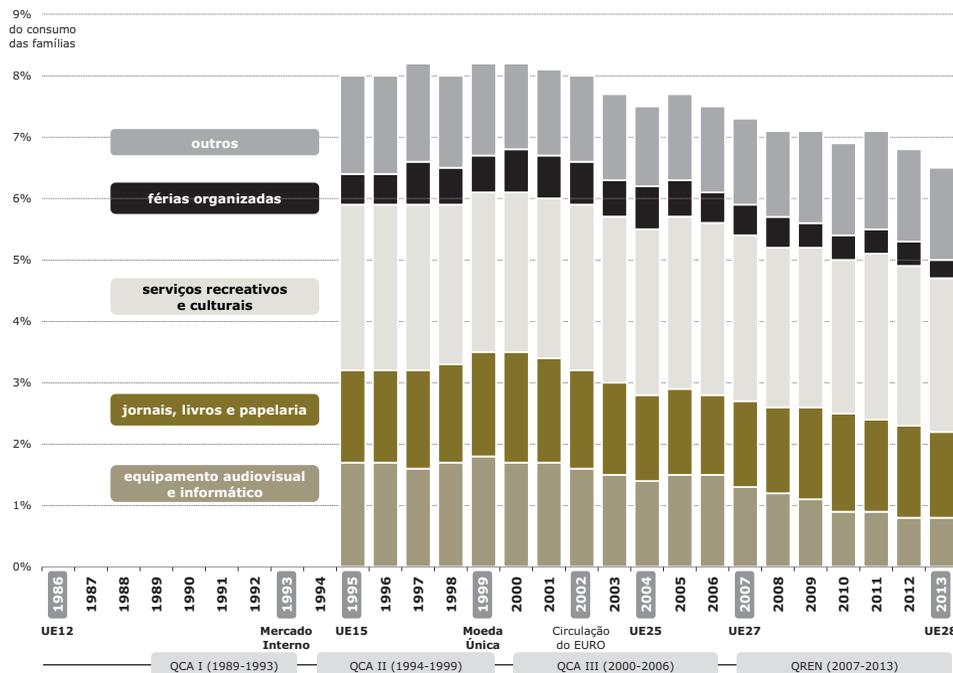
O ajustamento económico e a participação cultural

O “*Special Eurobarometer on Cultural Access and Participation*” permite avaliar o impacto da crise financeira e da austeridade no envolvimento dos portugueses

em atividades culturais, enquadrando a sua evolução no contexto europeu mais global (Gráfico 49.6):

- O panorama europeu é caracterizado pelo declínio geral da participação em atividades culturais, com a ida ao cinema a ser a única atividade que registou uma evolução positiva desde 2007;
- As principais razões para a menor participação prendem-se com a falta de tempo, falta de interesse e o elevado custo, sendo que esta última razão é invocada particularmente nos países mais afetados pela crise económica;
- Portugal aprofundou o desfasamento face ao padrão europeu, destacando-se pela escassa participação cultural na leitura de livros, na ida ao teatro, a concertos ou a espetáculos de outras artes performativas (*ballet* ou ópera). A proporção de portugueses que assistiu a estas atividades pelo menos uma vez nos últimos 12 meses é a mais baixa entre todos os Estados-membros;
- A menor participação cultural dos portugueses é particularmente relevante entre os segmentos mais idosos e com menos qualificações. Nestas camadas de população, três em cada quatro pessoas registam uma participação cultural “baixa”.

Gráfico 49.1. Peso do lazer, recreação e cultura no consumo final dos agregados domésticos em Portugal | 1995 a 2013

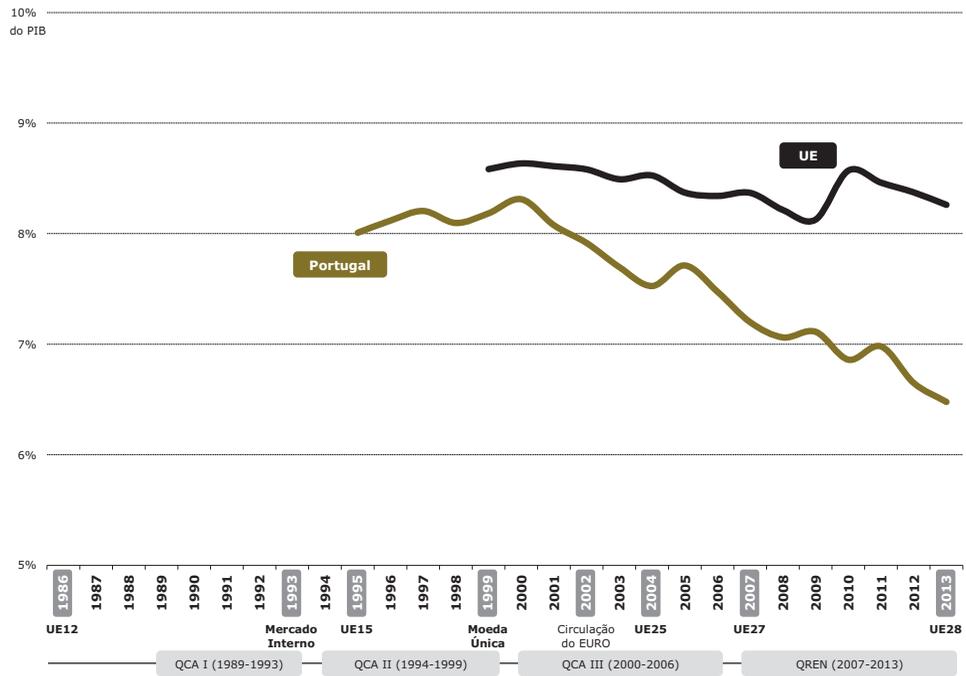


O peso das despesas em cultura e lazer no consumo caiu de 8% para 6,5%, com as famílias a gastarem cada vez menos na aquisição de equipamentos de suporte e de pacotes de férias.

Fonte: Eurostat (acedido em dezembro de 2014)

Gráfico 49.2. Peso do lazer, recreação e cultura no consumo final dos agregados domésticos: comparação entre Portugal e UE | 1995 a 2013

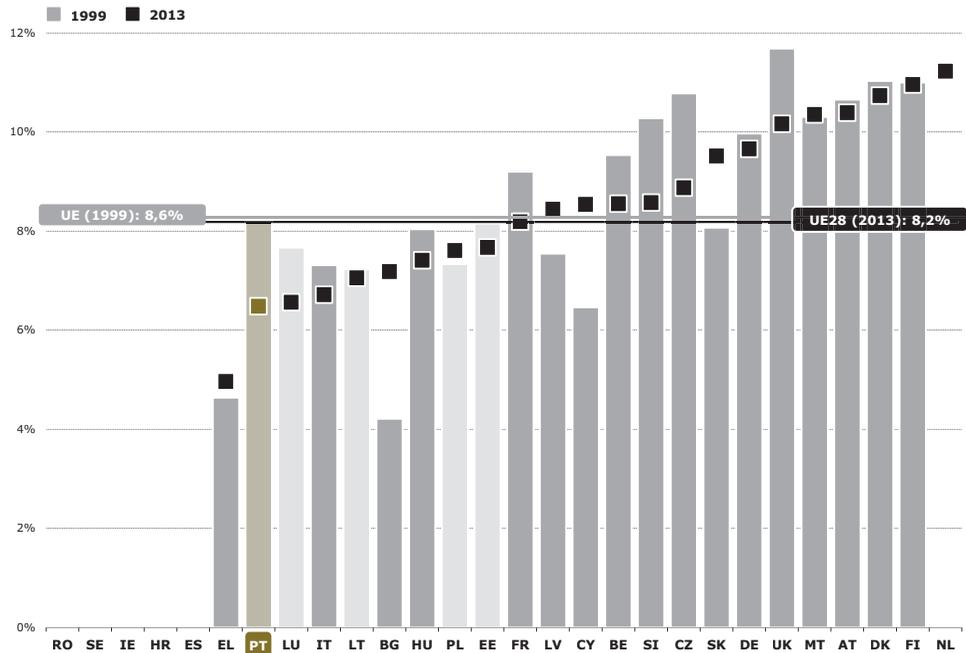
As despesas com cultura e lazer assumem um peso cada vez menor no consumo das famílias portuguesas, afastando-se cada vez mais da média europeia.



Fonte: Eurostat (acedido em dezembro de 2014)

Gráfico 49.3. Peso do lazer, recreação e cultura no consumo final: a posição de Portugal na UE | 1999 e 2013

Entre 1999 e 2013 Portugal foi o país em que a relevância dos gastos com cultura e lazer mais caiu.



Nota: Os valores iniciais referem-se a 2000 para a Estónia e Luxemburgo, 2002 para a Polónia e 2004 para a Lituânia. Dados não disponíveis para a Croácia, Espanha, Irlanda, Roménia e Suécia.

Fonte: Eurostat (acedido em dezembro de 2014)

Gráfico 49.4. Afluência a eventos culturais em Portugal | 2000 a 2013

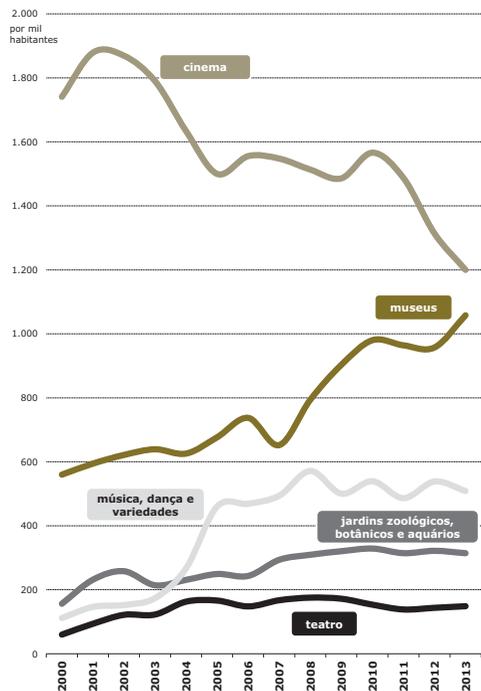
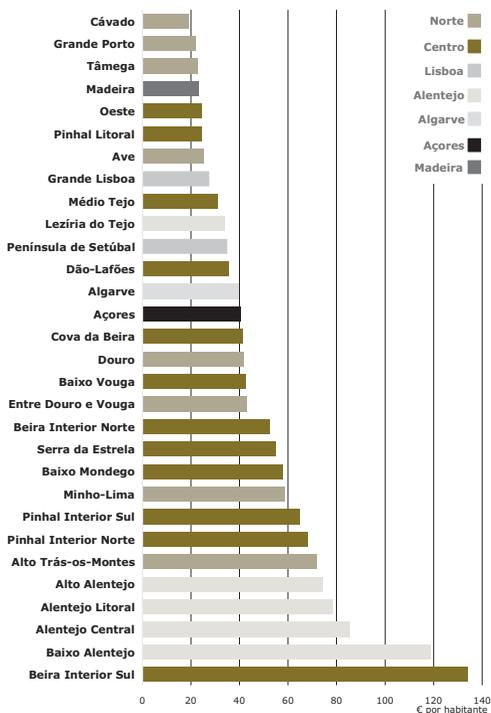


Gráfico 49.5. Despesas *per capita* em atividades culturais e recreativas dos municípios por NUTS III | 2013



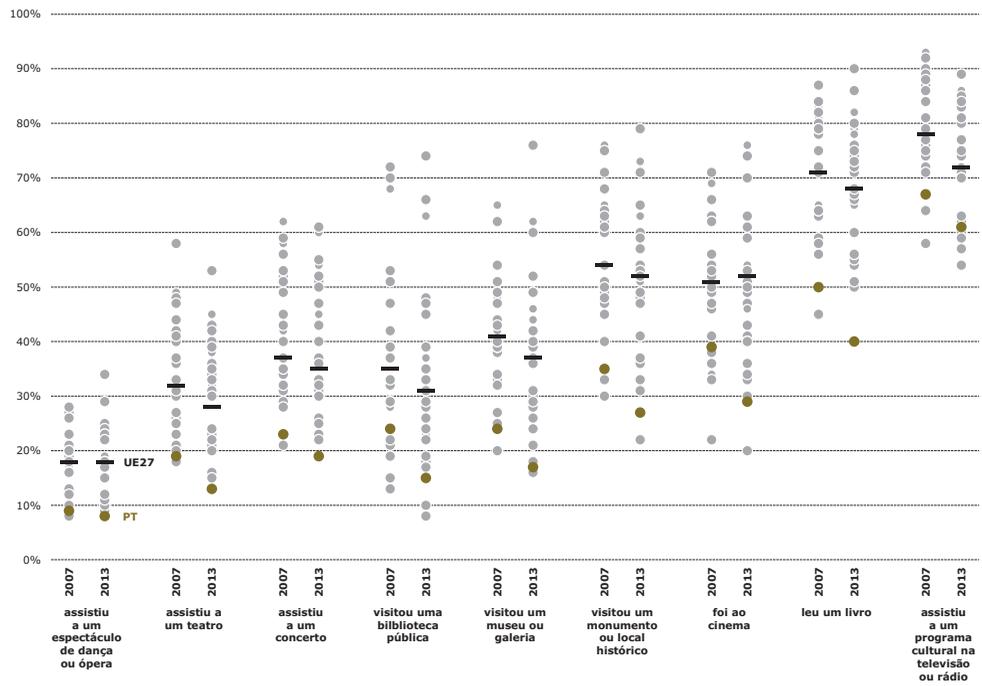
Apesar de continuar a ser o meio de difusão cultural mais popular, os cinemas registam a maior perda de espetadores, sob novas pressões concorrenciais, da televisão por cabo à internet.

Nota: No Gráfico 49.4 a afluência é medida pelo número de espetadores, visitantes e utilizadores.

Fonte: INE e PORDATA (acedido em janeiro de 2015)

Gráfico 49.6. Proporção da população que realizou pelo menos uma vez cada atividade cultural nos últimos 12 meses: a posição de Portugal na UE | 2007 e 2013

Entre 2007 e 2013 Portugal distanciou-se ainda mais do padrão europeu, destacando-se como um dos Estados-membros com menor participação cultural.



Fonte: Comissão Europeia (acedido em janeiro de 2015)

Conceitos e metodologia

Lazer e cultura nos orçamentos familiares

Calculado com base nos inquéritos quinquenais aos orçamentos familiares do INE e harmonizado de acordo com a Classificação Portuguesa do Consumo Individual por Objetivo (COICOP), esta categoria engloba as seguintes despesas: (1) equipamento audiovisual, fotográfico e de processamento de informação, que inclui equipamento para receção, registo e reprodução de som e imagem; equipamento fotográfico e cinematográfico e instrumentos de ótica; meios ou suportes de gravação; reparação de equipamento audiovisual, fotográfico e de processamento de dados; (2) outros bens duradouros para lazer e cultura, que inclui outros bens duradouros para atividades de lazer e cultura em recintos fechados e ao ar livre, incluindo instrumentos musicais; manutenção e reparação de outros bens duradouros para recreação, lazer e cultura; (3) outros artigos e equipamento recreativos; jardins e animais de estimação, que inclui jogos, brinquedos e atividades de recreação e lazer; equipamento para desporto, campismo e recreação ao ar livre; jardins, plantas e flores; animais de estimação e produtos correlacionados, incluindo serviços veterinários e outros para animais de estimação; (4) serviços recreativos e culturais, que inclui serviços recreativos e desportivos; serviços culturais; (5) jornais, livros

e artigos de papelaria, que inclui livros, jornais e periódicos; material impresso diverso e artigos de papelaria e de desenho; (6) férias organizadas.

Eurobarometer e índice de participação cultural

Eurobarometer é uma série de sondagens de opinião pública conduzidas regularmente pela Comissão Europeia em todos os Estados-membros desde 1973. Com objetivo de analisar as opiniões e comportamentos dos cidadãos no domínio da cultura, em particular a sua participação cultural, foram conduzidos barómetros dedicados a esta temática em 2007 e 2013. Aproximadamente 27.000 pessoas foram entrevistadas nestes estudos, sendo que o número de respondentes em cada país variou dos 500 nos Estados-membros mais pequenos a cerca de 1.500 na Alemanha. Em Portugal o número de respondentes foi cerca de 1.000.

Com o objetivo de identificar o nível de envolvimento em atividades culturais dos cidadãos europeus, é desenvolvido um índice de participação cultural baseado na frequência de participação e no acesso a diferentes atividades culturais incluídas neste estudo. A cada respondente é dada uma pontuação de acordo com a sua frequência de participação. Estas pontuações são utilizadas para identificar o perfil dos respondentes em termos da sua participação cultural como “Muito alto”, “Alto”, “Médio” e “Baixo”.

Para saber mais

Comissão Europeia (2007) | *Special Eurobarometer 278: European Cultural Values*

Comissão Europeia (2013) | *Special Eurobarometer 399: Cultural Access and Participation*

Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais (2014) | *Estudos Cultura 2020*

INE (...2014) | *Estatísticas da Cultura 2013*

Sociedade da informação

A digitalização das economias e das sociedades constitui um dos principais factos civilizacionais recentes.

A Internet afirmou-se rapidamente como o mais importante fator de mudança económica e social, influenciando não só o lazer e a comunicação dos cidadãos, mas, sobretudo a competitividade das empresas e o crescimento das economias, bem como o funcionamento das comunidades científicas. As novas realidades em afirmação (*cloud, big data*) estão a acelerar e prolongar estas transformações.

A exploração do potencial económico e social da sociedade de informação coloca, no entanto, desafios relevantes, na segurança e proteção da privacidade, tal como na reorganização das empresas e das administrações e serviços públicos, exigindo novas qualificações e competências.

As sociedades europeias, no aproveitamento das oportunidades da digitalização para promover a competitividade económica e a coesão social, encontram na agenda das redes e cidades inteligentes uma referência importante para integrar a melhoria dos serviços públicos, a utilização mais eficiente dos recursos e a redução dos impactos negativos no ambiente.

Em 2013, um em cada dois portugueses estão diariamente *online*, quando em 2005 dois terços dos portugueses nunca tinham acedido à Internet.

O percurso de Portugal entre 1986 e 2013

O Portugal Europeu assistiu a uma evolução radical na facilidade e quantidade de informação partilhada.

Em 2013, por cada 100 pessoas existem 113 assinaturas de telemóvel, 62 utilizadores de Internet e 24 assinaturas de banda larga fixa quando em 1986 o grande protagonista da sociedade da informação portuguesa eram as 15 linhas telefónicas por 100 habitantes (Gráfico 50.1).

O entusiasmo na adoção do telemóvel nos anos 90 antecedeu a explosão da Internet na última década, alimentada pela evolução tecnológica e pela redução de preços.

Em 2013, seis em cada dez portugueses tinham utilizado a Internet nos 12 meses anteriores, quando em 1998 só em cada dez o tinha feito. O número de portugueses que nunca acedeu, caiu de 63% em 2005 para 30% em 2013.

Esta evolução tem-se feito com um forte aumento da velocidade de conexão. Entre os agregados familiares com acesso à internet em casa, a proporção de agregados com uma conexão de banda larga subiu de um terço em 2003 para 99% em 2013.

Entre os agregados com uma conexão de banda larga fixa, cerca de 20% já possuem uma velocidade de conexão superior a 100 Mb/s, a quarta incidência mais elevada entre os Estados-membros na União Europeia.

A posição de Portugal no contexto da União Europeia

Em termos de telemóveis, Portugal tem consolidado uma taxa de penetração superior ao padrão europeu, sendo o sexto Estado-membro com mais assinaturas por 100 pessoas (Gráfico 50.2).

O espírito pioneiro dos portugueses na adoção rápida do telemóvel não teve continuidade na etapa seguinte de universalização do acesso à Internet, gerando um atraso que Portugal tarda em recuperar.

Em 2013, o número de utilizadores está 20% abaixo do padrão europeu, sendo que Portugal é o quinto Estado-membro em que menos pessoas acedem diariamente à internet (Gráfico 50.3).

O avanço da digitalização: e-Economia e e-Governo

As tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e a *internet* tornaram-se uma componente crucial e indispensável no funcionamento das empresas, revolucionando os seus modelos de negócio, em particular a forma como comunicam internamente, com parceiros ou clientes, agilizando cadeias de abastecimento e operações logísticas.

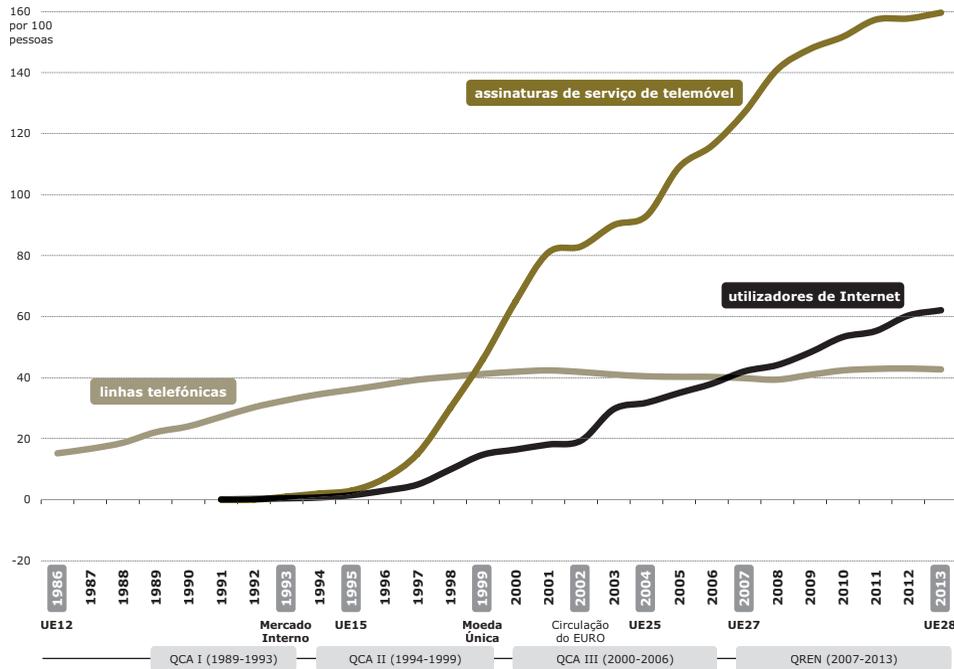
Na adoção das TIC nos negócios (*e-business*), mais de metade das empresas portuguesas já estão presentes online, cerca de um terço utiliza sistemas integrados de gestão empresarial e menos de um quarto utiliza *software* de CRM (Gráfico 50.5).

A utilização das TIC nas transações comerciais (*e-comércio*) ainda é insipiente, com menos de um quinto das empresas a efetuarem vendas *online* em 2013, explorando de forma bem limitada as potencialidades da Internet para alargar a sua presença comercial. No plano do consumo, apesar do aumento da percentagem de portugueses que realizam compras *online* de 2% em 2003

para 15% em 2013, Portugal é o quarto Estado-membro em que menos pessoas fazem compras via eletrónica (Gráfico 50.6).

O impacto das TIC na interatividade entre as administrações públicas e cidadãos, revela uma ampla disponibilidade de serviços públicos *online* em Portugal, em fases relevantes desse contato, em contraste com uma adesão dos cidadãos menos expressiva (Gráfico 50.4).

Gráfico 50.1. Utilização de telefone fixo, telefone móvel e Internet em Portugal | 1986 a 2013

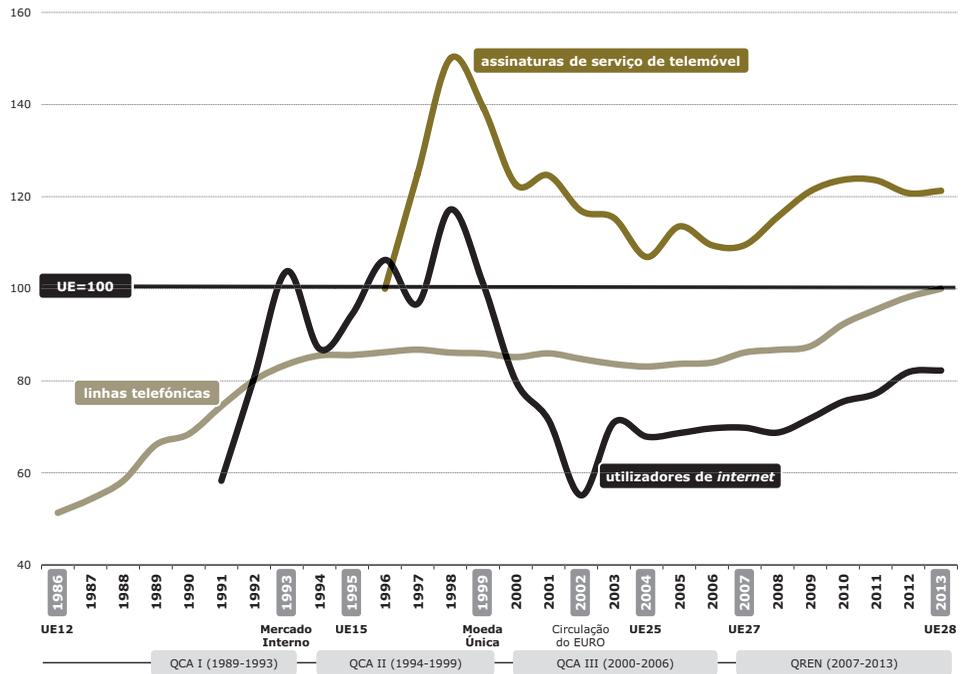


Apesar do número de utilizadores de internet ter duplicado desde 2003, a sua generalização tem sido menos intensa que o telemóvel.

Fonte: Banco Mundial e União Internacional das Telecomunicações (acedido em dezembro de 2014)

Gráfico 50.2. Utilização de telefone fixo, telefone móvel e Internet: comparação entre Portugal e a UE | 1986 a 2013

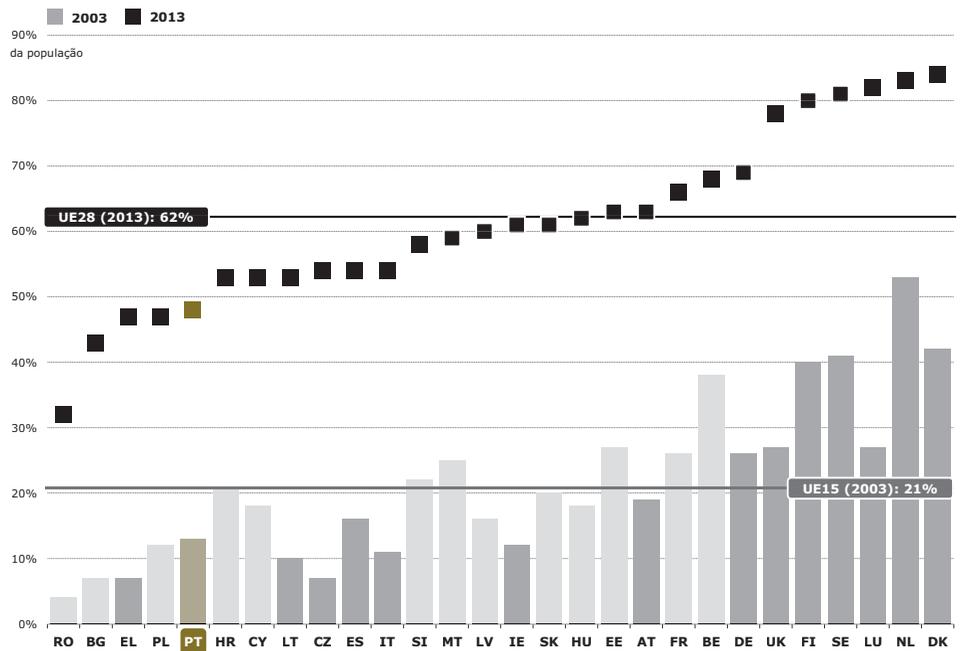
Portugal tem vindo a recuperar com alguma lentidão do atraso verificado na etapa de generalização do acesso online.



Fonte: Banco Mundial e União Internacional das Telecomunicações (acedido em dezembro de 2014)

Gráfico 50.3. Indivíduos que usam diariamente a *internet*: a posição de Portugal na UE | 2003 e 2013

Portugal é o quinto Estado-membro em que menos indivíduos estão diariamente *online* e o quarto em que mais indivíduos nunca acederam à Internet.



Nota: Os dados do gráfico referem-se a 2004 para a Bulgária, Chipre, Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Hungria, Letónia, Polónia e Roménia, 2005 para a Bélgica e Malta, 2006 para a França e 2007 para a Croácia.

Fonte: Eurostat (acedido em dezembro de 2014)

Gráfico 50.4. Disponibilidade e utilização de serviços públicos *online*: a posição de Portugal na UE | 2013

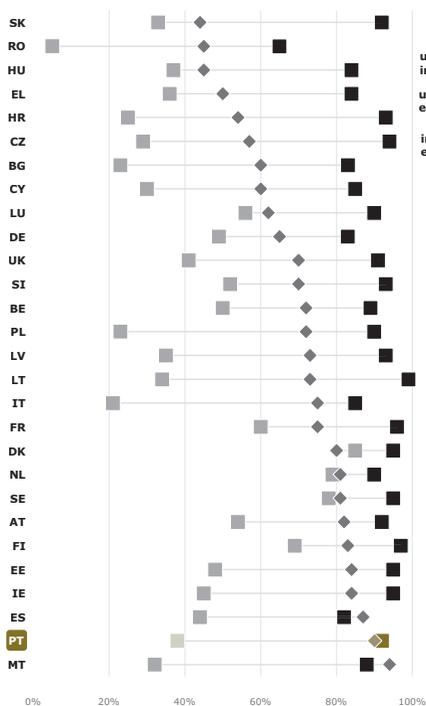
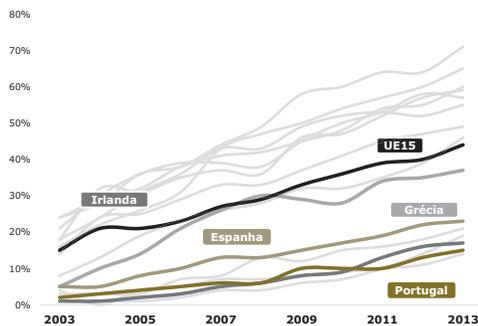
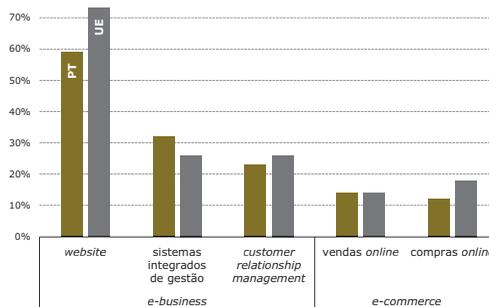


Gráfico 50.5. Evolução do número de indivíduos que efetua compras *online*: a posição de Portugal na UE | 2003 a 2013



A Internet ainda é pouco utilizada na relação dos portugueses com empresas e Estado, apesar de Portugal se encontrar em segundo lugar no *ranking* da disponibilidade e facilidade na utilização dos serviços públicos *online*.

Gráfico 50.6 Proporção de empresas que utilizam TIC's: comparação entre Portugal e UE | 2013



Fonte: Comissão Europeia e Eurostat (acedido em dezembro de 2014)

Conceitos e metodologia

Disponibilidade de serviços públicos online

Ranking que mede a disponibilidade *online* e o grau de sofisticação de 20 serviços públicos:

- Aos cidadãos (entrega do IRS, procura de emprego, prestações da segurança social, documentos pessoais, matrícula automóvel, pedidos de licenças de construção, declarações à polícia; bibliotecas públicas, certidões de nascimento e de casamento, matrícula no ensino superior, comunicação de mudança de residência e serviços de saúde);
- Às empresas (contribuições para a segurança social dos trabalhadores, entrega do IRC, IVA, registo de uma nova empresa, envio de dados para o serviço de estatística, declaração aduaneira, licenças ambientais e contratos públicos). (Eurostat)

Customer Relationship Management (CRM)

Metodologia de gestão que se baseia no uso intensivo de tecnologias da informação para recolher, integrar, processar e analisar a informação relativa aos clientes e que tem como objetivo colocar o cliente no centro do processo de negócio. (INE)

Sistemas Integrados de Gestão |

Enterprise Resource Planning (ERP)

Software de gestão que integra a informação e os processos das várias áreas de negócio da empresa. (INE)

Para saber mais

Comissão Europeia (2010) | Uma Agenda Digital para a Europa

OCDE (2011) | *OECD Guide to Measuring the Information Society 2011*

Comissão Europeia (2014) | *EU eGovernment Benchmark Report 2014*

Fórum Económico Mundial (...2014) | *The global information technology report 2014*

União Internacional das Telecomunicações (...2014) | *Measuring the Information Society 2014*

II

Retratos

Posicionamento
de Portugal na UE

Sobre os retratos

No primeiro capítulo acompanhamos dinâmicas que transformaram a realidade nacional ao longo dos primeiros 28 anos de plena integração na União Europeia através dos olhares sobre a evolução da economia e da sociedade desde 1986.

Neste capítulo, comparamos retratos sobre a situação do país no momento de transição para o século XXI e de viragem na política de coesão à escala comunitária (1999), no início do último ciclo de programação (2007) e à chegada destes 28 anos de análise (2013).

O objetivo é sintetizar a informação contida ao longo dos olhares e proporcionar uma panorâmica geral sobre as rotas de convergência do país com a União Europeia. Para tal, é selecionado um indicador-chave de cada olhar e determinado o posicionamento de Portugal face ao referencial europeu e aos restantes Estados-membros em 1999, 2007 e 2013.

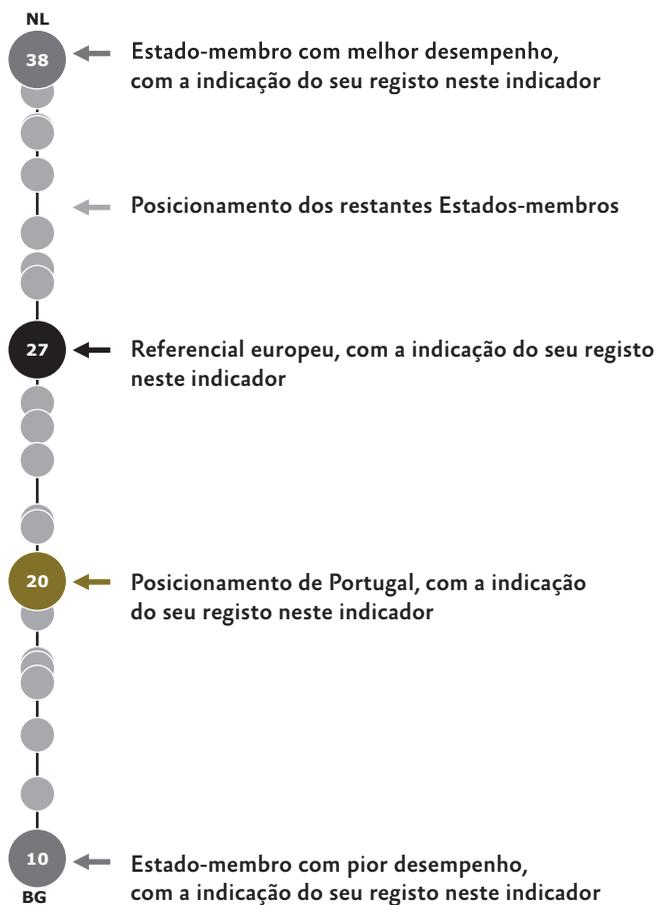
A opção metodológica deu prioridade ao estabelecimento de uma correspondência, direta ou derivada, do indicador usado no segundo gráfico de cada olhar da primeira fase do projeto de investigação, onde se procurou comparar a evolução nacional com a média europeia.

Além da decisiva pertinência do indicador e da fiabilidade da fonte, a amplitude da série estatística e a possibilidade de comparação com a média europeia foram condicionantes que pesaram na determinação dos indicadores-chave.

Cada indicador é normalizado numa escala de 0 a 100, em que 0 corresponde ao pior desempenho entre os Estados-membros da UE e 100 corresponde ao melhor desempenho. Para os indicadores em que um valor mais elevado sugere um pior desempenho (exemplo: taxa de desemprego), a fórmula é invertida, para que 0 e 100 continuem a corresponder aos piores e melhores registos, respetivamente. Na presença de valores *outliers*, observações que, devido à condição estrutural de exceção de determinados Estados-membros, apresentam um grande afastamento face aos restantes registos, são realizados ajustamentos de forma a não distorcer a leitura do indicador.

O guião seguinte exemplifica a leitura dos retratos sobre o Portugal Europeu nos anos de 1999, 2007 e 2013.

Exemplo de leitura



Os pilares estratégicos de organização dos retratos

O ciclo de programação estrutural que está a arrancar será seguramente muito importante para capitalizar a participação de Portugal no espaço europeu e para a própria afirmação da União Europeia, revertendo a trajetória de perda de protagonismo numa economia mundial em constante mutação e cada vez mais polarizada pela ascensão das economias emergentes.

A produção dos retratos ocupa um duplo papel de organização e sistematização dos resultados obtidos e de orientação da informação, conhecimento e reflexão para escolhas polarizadas pelo futuro e pelas suas oportunidades e exigências. Procurou-se, neste quadro, organizar o trabalho de forma a permitir uma leitura em compreensão do passado (da fixação das paridades cambiais na área do euro ao início do abrandamento da intensidade do ajustamento à crise económica e financeira, passando pela consolidação do grande alargamento ao centro e leste europeu) mas, sobretudo, a estimular uma leitura orientada pelo futuro, pelas suas possibilidades e pelas suas restrições.

As cinquenta dimensões temáticas que suportaram a construção das análises que fundamentam estas três décadas de Portugal europeu são aqui sujeitas a uma organização que toma o referencial da estratégia Europa 2020 como base. Com efeito, partindo do mote “promover a qualidade de vida a partir de um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, que consiga vencer os desafios da globalização” que enuncia aquela estratégia, os 50 olhares sobre a economia e sociedade portuguesas foram sujeitos a uma nova arrumação onde ganham sentido em função dos objetivos a prosseguir no quadro estratégico fixado na Europa e em Portugal para a utilização dos fundos estruturais.

A identificação de nove pilares estratégicos (porque alinhados com os grandes objetivos partilhados à escala europeia) permite explicitar a respetiva coerência global em torno de cinco dimensões (crescimento inteligente, sustentável e inclusivo; qualidade de vida e nível de inserção internacional) que se transformam em nove pela desagregação da dimensão do desenvolvimento sustentável em cinco pilares (demografia, ambiente e coesão territorial, eficiência económica, estabilidade financeira e relevância económica do Estado), de acordo com a tabela presente na página seguinte.

Em cada um destes pilares foi construído um indicador sintético, a partir da média ponderada dos indicadores que o compõem, com o objetivo de aferir de forma concisa e condensada o posicionamento de Portugal no contexto europeu através da formação de uma visão de conjunto.

Em primeiro lugar é avaliado o posicionamento de Portugal ao nível da Qualidade de Vida. Este pilar procura avaliar o bem-estar das famílias, não apenas no nível de rendimentos e riqueza, mas também nas diversas condicionantes

que afetam a qualidade de vida das populações, desde o nível de consumo material ao acesso a bens e serviços essenciais ao desenvolvimento pessoal.

Em seguida o foco incide sobre a natureza da trajetória de crescimento e desenvolvimento trilhada para sustentar e potenciar a Qualidade de Vida. Tomando como referencial as prioridades vertidas na estratégia Europa 2020, é aferido o posicionamento de Portugal na prossecução de um desenvolvimento inteligente, inclusivo e sustentável, nas suas várias dimensões (Ambiente e coesão territorial, Eficiência económica, Estabilidade financeira, Relevância económica do Estado e Demografia).

Por fim, é avaliado o nível de inserção internacional da economia portuguesa em relação aos seus pares europeus, condição essencial para concretizar as metas da Estratégia 2020 e ultrapassar com sucesso a crise económica e financeira vivida em Portugal. Este pilar procura avaliar as condições de atratividade internacional da economia portuguesa, a participação nas diferentes modalidades que constituem a nova realidade global assim como o grau de equilíbrio inerente a esta abertura.

A posição de Portugal no contexto da União Europeia

O quadro-síntese sobre o posicionamento relativo de Portugal, face ao referencial da UE28, com base nos indicadores sintéticos dos nove pilares estratégicos suporta as sucessivas referências feitas ao longo dos 50 olhares sobre os significativos desequilíbrios e disparidades prevalentes na economia e na sociedade portuguesa.

A melhor posição relativa de Portugal é alcançada na dimensão “Desenvolvimento sustentável – ambiente e coesão territorial”, impulsionada pelo desempenho positivo ao nível da eficiência energética e dos esforços na redução de emissões de gases poluentes.

A um nível intermédio encontramos o posicionamento relativo nas dimensões qualidade de vida e desenvolvimento inclusivo induzidos pelos indicadores relativos a saúde e proteção social.

A posição relativa de Portugal degrada-se quando se consideram os pilares relativos às componentes de relevância económica do Estado, eficiência económica e estabilidade financeira, em matéria de desenvolvimento sustentável, e nível de inserção internacional. Para esta degradação contribui a carga fiscal, o endividamento das administrações públicas, a produtividade e o endividamento das empresas e das famílias, bem como o baixo grau de abertura comercial da economia.

Portugal encontra-se pior posicionado nos pilares relativos ao “Desenvolvimento inteligente” e ao “Desenvolvimento sustentável – demografia”,

dimensões em que se encontra em penúltimo lugar do *ranking* europeu. Este mau desempenho revela as fragilidades de Portugal no nível de escolaridade e no envelhecimento, em especial com o contributo dos domínios relativos ao crescimento da população, taxa de fecundidade e o nível de educação e mobilidade.

Os pilares estratégicos de organização dos retratos
(por referência aos grandes objetivos da Estratégia Europa 2020)

CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO								
QUALIDADE DE VIDA	INTELIGENTE	SUSTENTÁVEL					INCLUSIVO	INSERÇÃO INTERNACIONAL
		Ambiente e coesão territorial	Eficiência económica	Estabilidade financeira	Relevância económica do estado	Demografia		
1. Nível de vida e convergência real	16. I&D e inovação	10. Energia	2. Produtividade	3. Inflação e convergência real	13. Transferências comunitárias	28. População	32. Emprego e desemprego	11. Comércio internacional
5. Consumo e modelos de comércio	42. Nível de educação	26. Coesão territorial	4. Procura interna e procura externa	20. Financiamento das empresas	22. Setor empresarial do Estado	29. Emigração e imigração	33. Trabalho e estrutura social	12. Viagens e turismo
35. Rendimento e património	43. Serviço de educação	27. Cidades e povoamento	6. Investimento	21. Banca e bolsa	23. Carga fiscal	30. Estrutura etária da população	37. Repartição do rendimento e pobreza	14. Investimento estrangeiro
44. Saúde	48. Mobilidade e transportes	47. Ambiente e desenvolvimento sustentável	7. Atividades económicas	36. Poupança e endividamento	24. Despesa pública	31. Estruturas familiares	38. Desigualdade salarial	15. Balança externa
45. Imobiliário e habitação	50. Sociedade e informação		8. Especialização industrial		25. Dívida pública e saldo orçamental		39. Classe média	17. Posicionamento competitivo
46. Conforto da habitação			9. Produções primárias		40. Governação		41. Proteção social	19. Empresas com capital estrangeiro
49. Lazer e cultura			18. Tecido empresarial					
			34. Empreendedorismo					

A leitura dos retratos permite obter, de forma organizada, uma visão de conjunto da trajetória de Portugal no contexto relativo definido quer pela trajetória referência do conjunto da União Europeia a 28, quer pelas trajetórias específicas de outros Estados-membros, mais próximas ou mais contrastadas com a trajetória portuguesa.

Os retratos são apresentados de duas formas principais. Os cinquenta indicadores selecionados em cada um dos olhares são apresentados individualmente, organizados por pilar estratégico, precedidos pela apresentação do respetivo indicador sintético construído com recurso a uma média ponderada dos indicadores temáticos considerados. Os nove indicadores sintéticos são apresentados globalmente com recurso a gráficos em estrela onde se torna mais fácil identificar o perfil de cada país considerado em função dos respetivos *scores* alcançados.

A leitura dos retratos requer algum cuidado interpretativo na medida em que não se trata, em todos os indicadores, de uma lógica valorativa de “melhor” ou “pior” mas, apenas, de uma lógica objetiva de medição da maior ou menor expressão de uma determinada característica que, no seu conjunto podem indiciar maiores ou menores desequilíbrios no processo de crescimento e desenvolvimento ou na relação entre condições, processos e resultados.

Com efeito, uma maior relevância económica do Estado não pode ser considerada, em si própria, como indicador de melhor ou pior desempenho, tal como um maior nível de internacionalização não pode ser considerado, em si próprio, como um indicador de melhor ou pior desempenho. Os retratos que configuram estes dois pilares estratégicos devem ser utilizados em articulação com a leitura dos restantes retratos para poder valorizar o seu significado e identificar a natureza e dimensão dos desequilíbrios que os seus indicadores indiciam.

O posicionamento de Portugal no referencial da União Europeia a 28 permite identificar duas dificuldades centrais no seu processo de convergência europeia associadas a duas condições do crescimento e desenvolvimento particularmente negativas, seja em termos de dinamismo, seja em termos de mobilização do conhecimento para a criação de riqueza, que são, respetivamente, a dimensão fortemente regressiva da demografia e o baixo nível de educação da população. A relevância destas duas dificuldades é tanto mais expressiva quanto a respetiva melhoria e superação só é possível a médio prazo.

O posicionamento de Portugal no referencial da União Europeia a 28 permite, também, identificar insuficiências em três processos que limitam o alcance da tradução dos esforços desenvolvidos em matéria de resultados, que se traduzem numa menor estabilidade financeira, numa mais baixa eficiência económica e num nível de inserção internacional relativamente baixo em função da sua dimensão. Estas insuficiências podem, ao contrário, ser objeto de melhorias significativas num contexto de relativo curto prazo.

A comparação do posicionamento de Portugal com os restantes países da Europa do Sul permite, pelo seu lado, identificar processos de crescimento e desenvolvimento com algumas aproximações evidentes e com traços comuns significativos que ajudam a compreender a posição de Portugal, não como um

caso demasiado específico ou particular, mas como um caso que partilha com outras economias e sociedades do seu espaço geográfico (Europa do Sul) e, sobretudo, do seu campo organizacional e produtivo, uma história relativamente comum em matéria de evolução das realidades institucionais no funcionamento das democracias e dos mercados, mesmo com a Itália, apesar desta se diferenciar positivamente em termos demográficos e de estabilidade financeira.

A leitura do conjunto dos retratos produzidos ajuda a entender o posicionamento e a evolução de Portugal na Europa do Sul, reconhecendo a relevância de um conjunto de dificuldades e potencialidades que são partilhadas por estas economias e sociedades, onde se pode destacar, por exemplo a produção de resultados em qualidade de vida acima do que a simples consideração das condições potenciais existentes sugeriria.

A comparação do posicionamento de Portugal com países como a Irlanda, a Alemanha ou a Suécia permite, finalmente, pelo seu lado, confirmar a existência de diferentes estilos de crescimento e desenvolvimento na União Europeia ou, expresso de outra forma, a existência de vários referenciais dentro do referencial europeu.

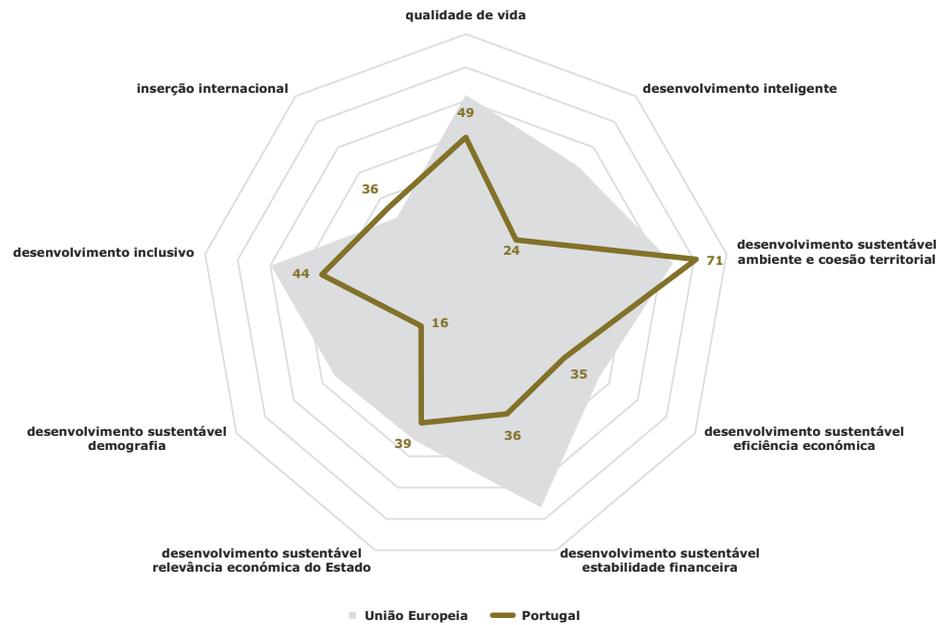
Com efeito, o caso irlandês, enquanto país do grupo inicial da coesão, com Portugal, Espanha e Grécia, mostra como a exploração de um nível muito mais intenso de participação na globalização e de condições muito mais favoráveis no plano demográfico conduziram a resultados muito mais expressivos em matéria de eficiência económica e inteligência no crescimento, do que em matéria de qualidade de vida e ambiente e coesão territorial, mantendo uma menor relevância económica do Estado sem deixar de gerar uma importante instabilidade financeira.

O caso alemão mostra, pelo seu lado, como a estabilidade financeira pode alavancar a eficiência económica e a inteligência do crescimento para produzir resultados relevantes em matéria de inclusão social e qualidade de vida sem originar um excessivo reforço da relevância económica do Estado.

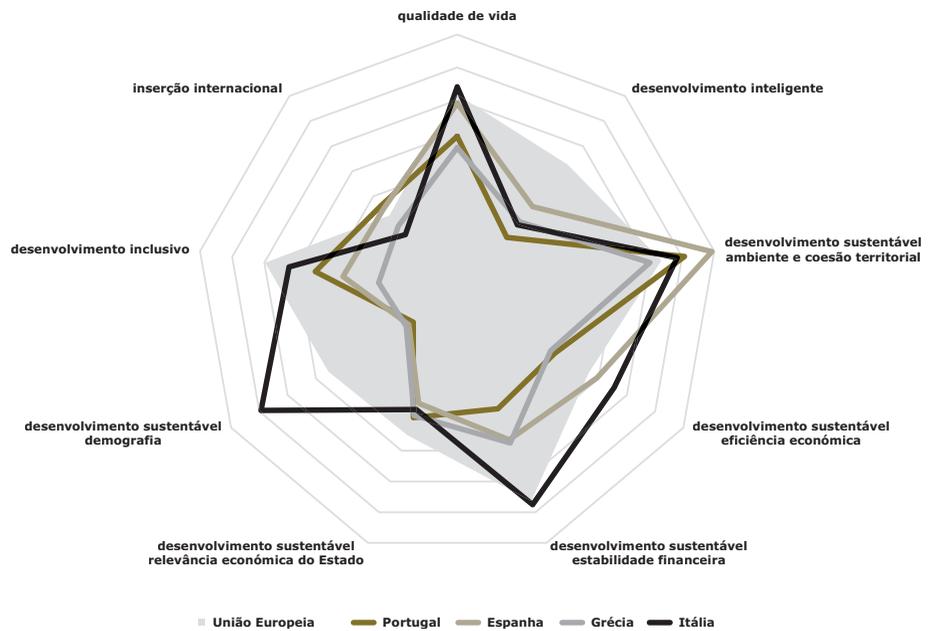
O caso sueco revela, pelo seu lado, como uma aposta estratégica numa maior relevância económica do Estado pode coexistir com um nível elevado de inclusão social, proteção ambiental e potencial de educação e inovação na inteligência do crescimento, ainda que à custa de resultados menos liderantes em matéria de qualidade de vida e menos satisfatórios em matéria de estabilidade financeira.

Os retratos produzidos sobre os últimos 14 anos de Portugal Europeu constituem, assim, um instrumento de análise e reflexão que ajuda a compreender que a questão não é tanto a de estar mais ou menos próximo de um referencial europeu, mas a de, no quadro europeu, ser portador de um estilo próprio de desenvolvimento mais ou menos virtuoso e sustentável.

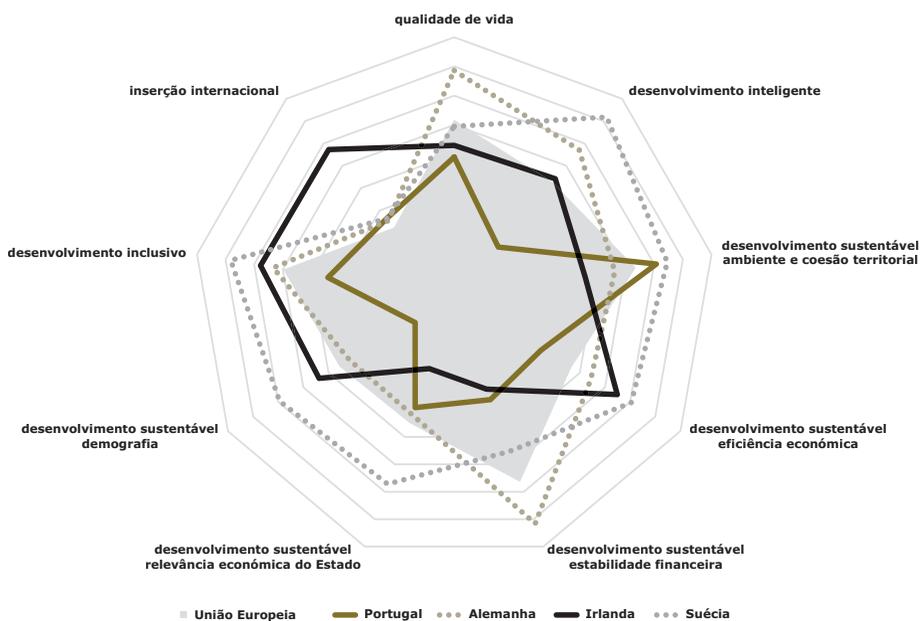
Posicionamento relativo de Portugal nos pilares estratégicos face ao referencial da UE28



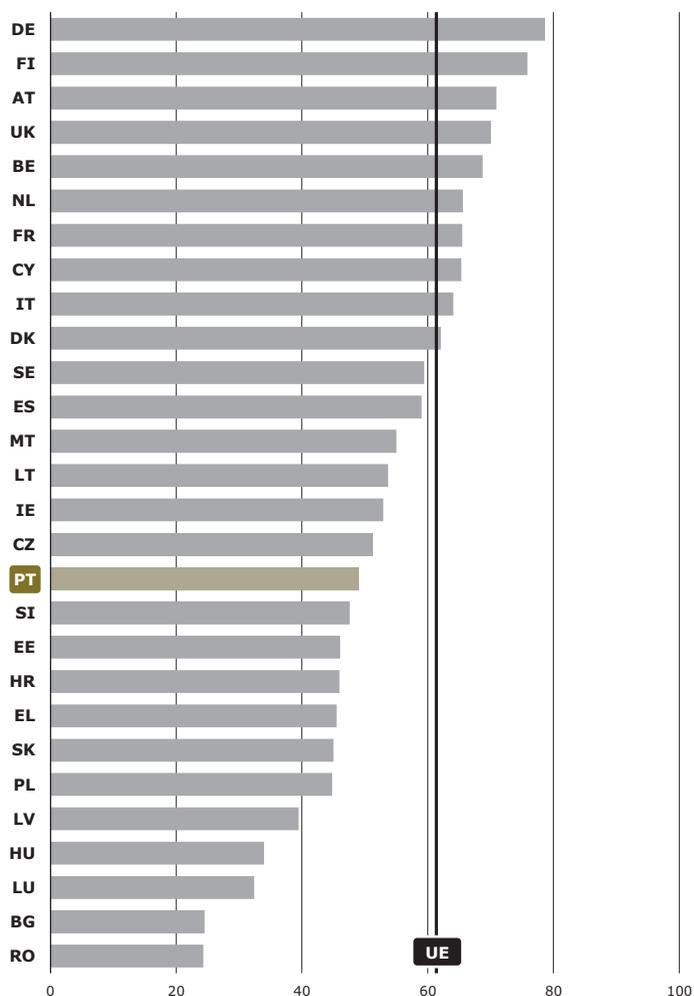
Posicionamento relativo de Portugal nos pilares estratégicos face a Espanha, Grécia e Itália



Posicionamento relativo de Portugal nos pilares estratégicos face a Alemanha, Irlanda e Suécia



QUALIDADE DE VIDA

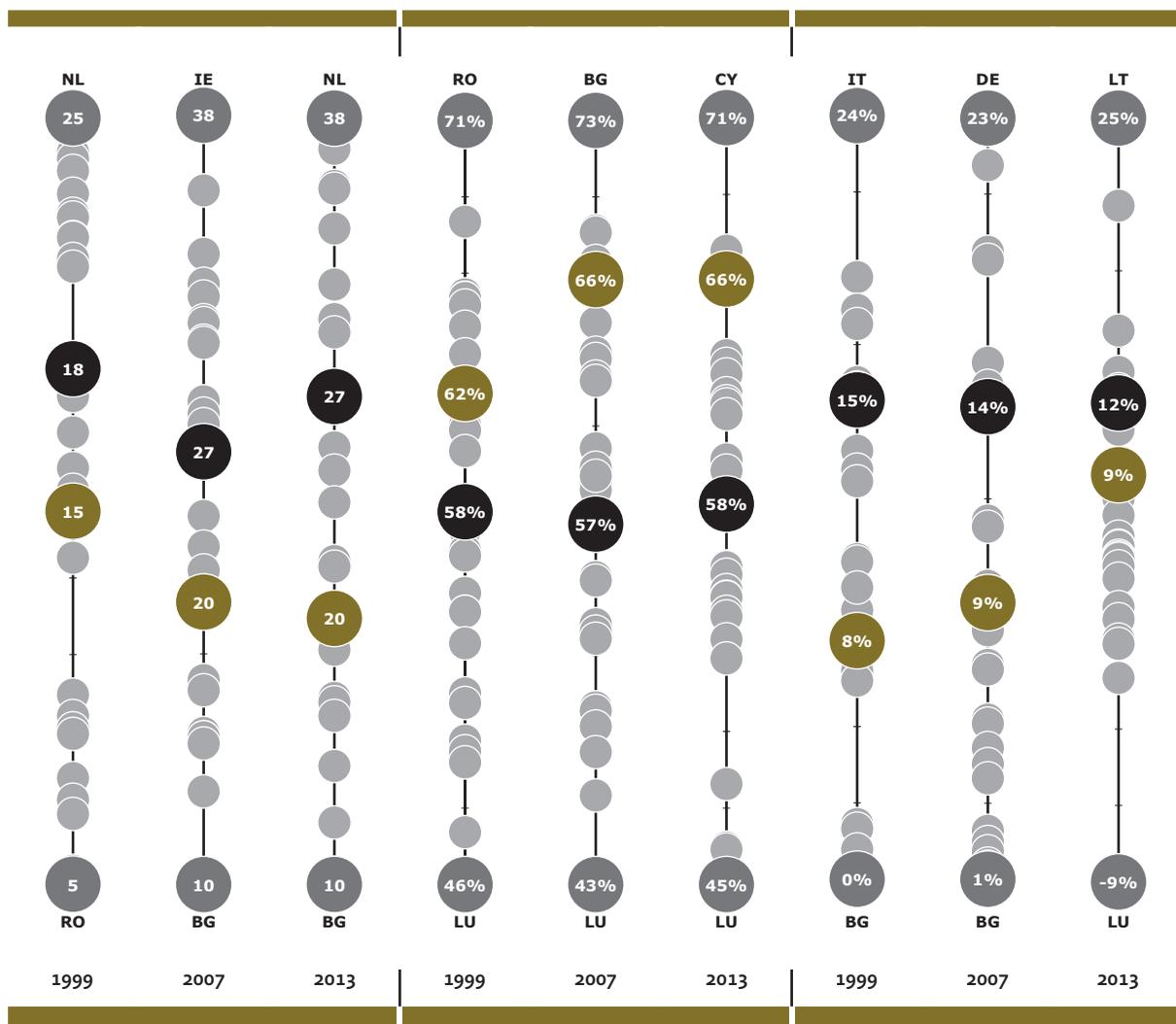


Portugal ocupa o 17.º lugar na dimensão Qualidade de Vida.

Este posicionamento constitui uma resultante com algumas áreas de contraste, com o desempenho nas condições de saúde, propensão ao consumo e conforto da habitação a corrigir o desempenho mais limitado em termos de nível de vida e de rendimentos, onde a posição ocupada por Portugal se degradou desde 1999.

O posicionamento de Portugal em 2013 coloca-o, face à UE15, apenas à frente da Grécia, estando, pelo seu lado, atrás de quatro países do alargamento (Chipre, Malta, Letónia e República Checa).

QUALIDADE DE VIDA



1. Nível de vida e convergência

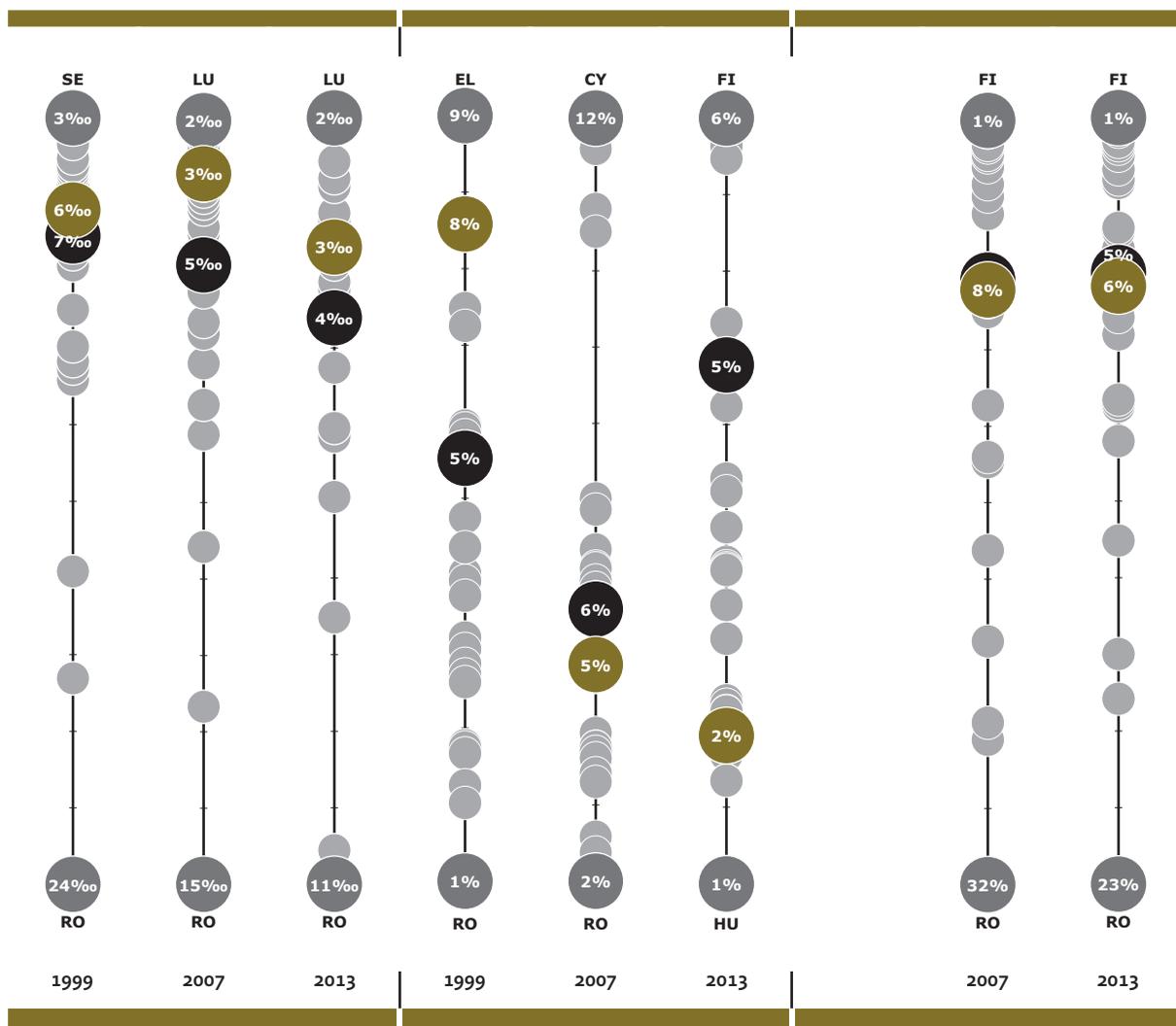
PIB *per capita*, expresso em paridades de poder de compra, com base na AMECO.

5. Consumo e modelos de comércio

Peso do consumo privado no rendimento disponível, com base na AMECO.

35. Rendimento e património

Peso dos rendimentos líquidos de propriedade no rendimento disponível bruto de famílias e instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias com base na AMECO.



44. Saúde

Taxa de mortalidade infantil, com base no Banco Mundial.

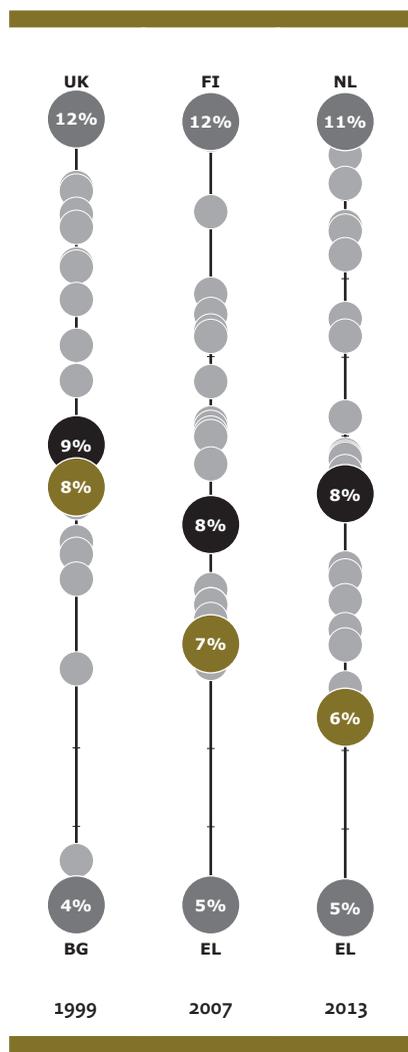
45. Imobiliário e habitação

Peso no PIB da formação bruta de capital fixo em habitação, com base na AMECO.

46. Conforto da habitação

Taxa de privação de habitação, com base no Eurostat, nos anos 2007 e 2013.

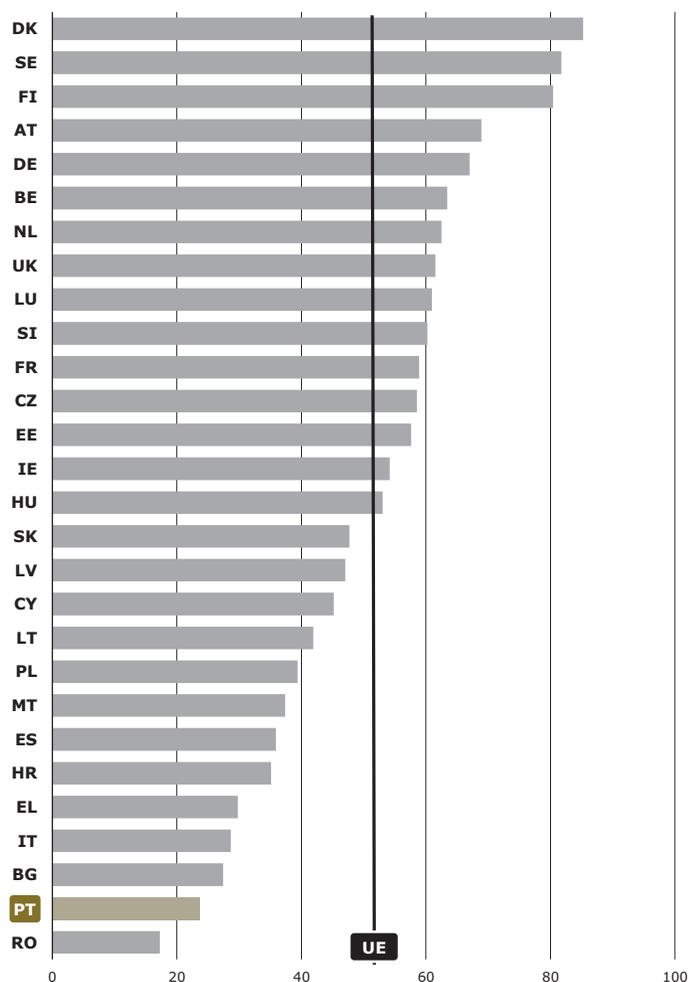
QUALIDADE DE VIDA



49. Lazer e cultura

Peso do lazer, recreação e cultura no consumo final dos agregados domésticos, com base no Eurostat.

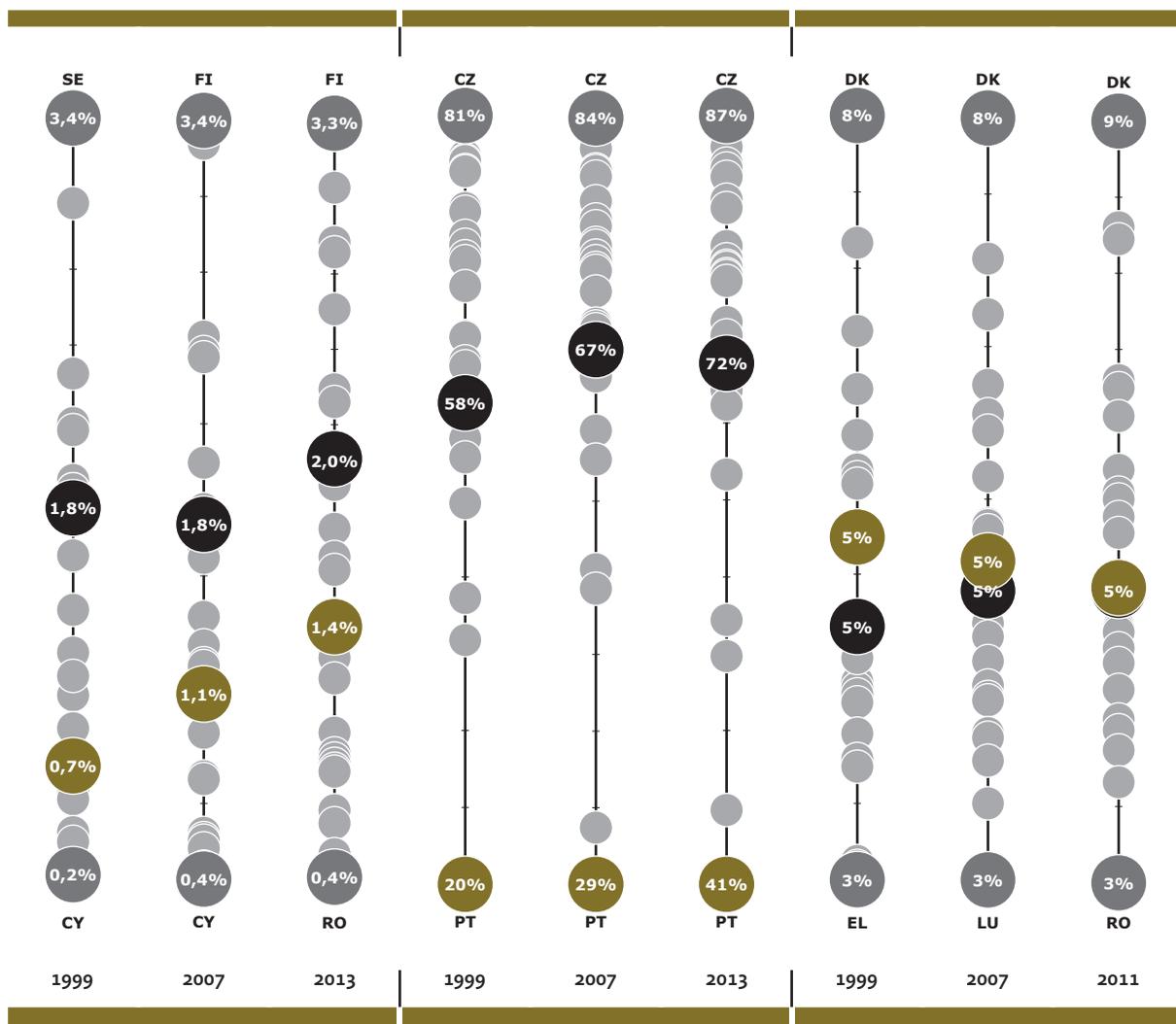
DESENVOLVIMENTO INTELIGENTE



Portugal ocupa o penúltimo lugar no conjunto dos Estados-membros na dimensão Desenvolvimento inteligente.

A posição ocupada por Portugal nesta dimensão é fortemente influenciada, em termos negativos, pelo ainda baixo nível de habilitações da população. A fraca utilização dos transportes coletivos, em termos de mobilidade, bem como a insuficiente difusão da utilização da Internet, acabam por limitar o desempenho mais favorável alcançado no nível da despesa em educação e, sobretudo, em I&D, onde se regista uma aceleração da convergência.

DESENVOLVIMENTO INTELIGENTE



16. I&D e inovação

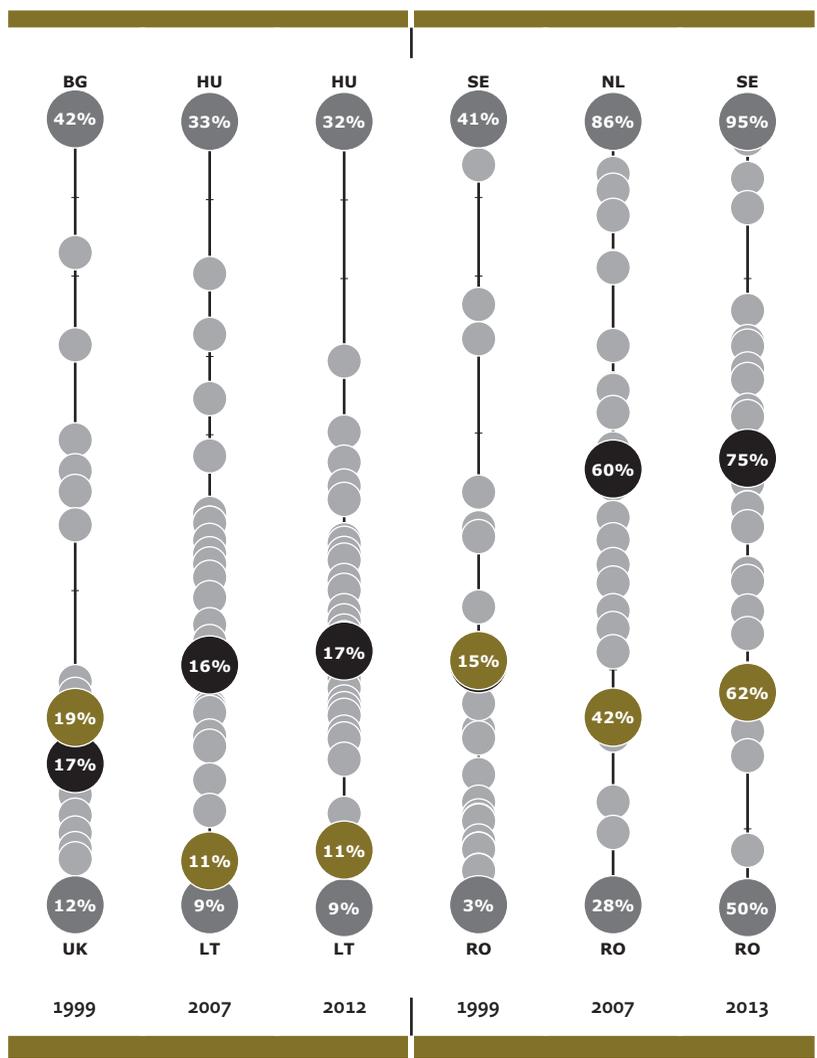
Total da despesa em I&D no PIB, com base no Eurostat.

42. Nível de educação

Peso da população entre os 15 e os 64 anos de idade com ensino secundário ou ensino superior completado, com base no Eurostat.

43. Serviços de educação

Peso no PIB da despesa pública em educação, com base no Eurostat.



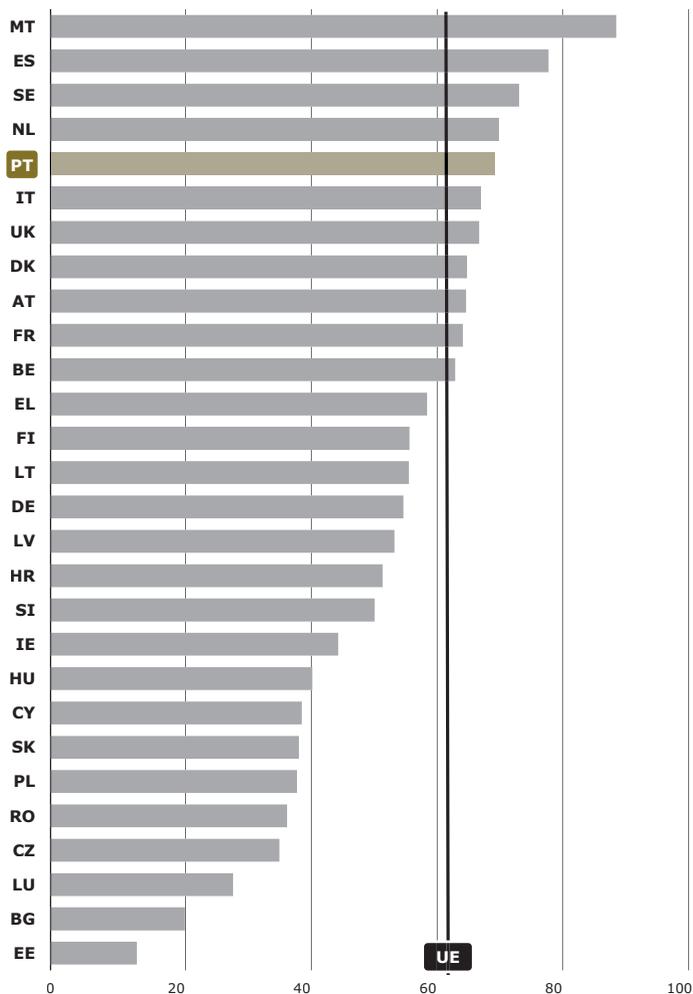
48. Mobilidade e transportes

Peso da modalidade de transporte de autocarro e comboio, no total de passageiros por quilómetro, com base no Eurostat.

50. Sociedade da informação

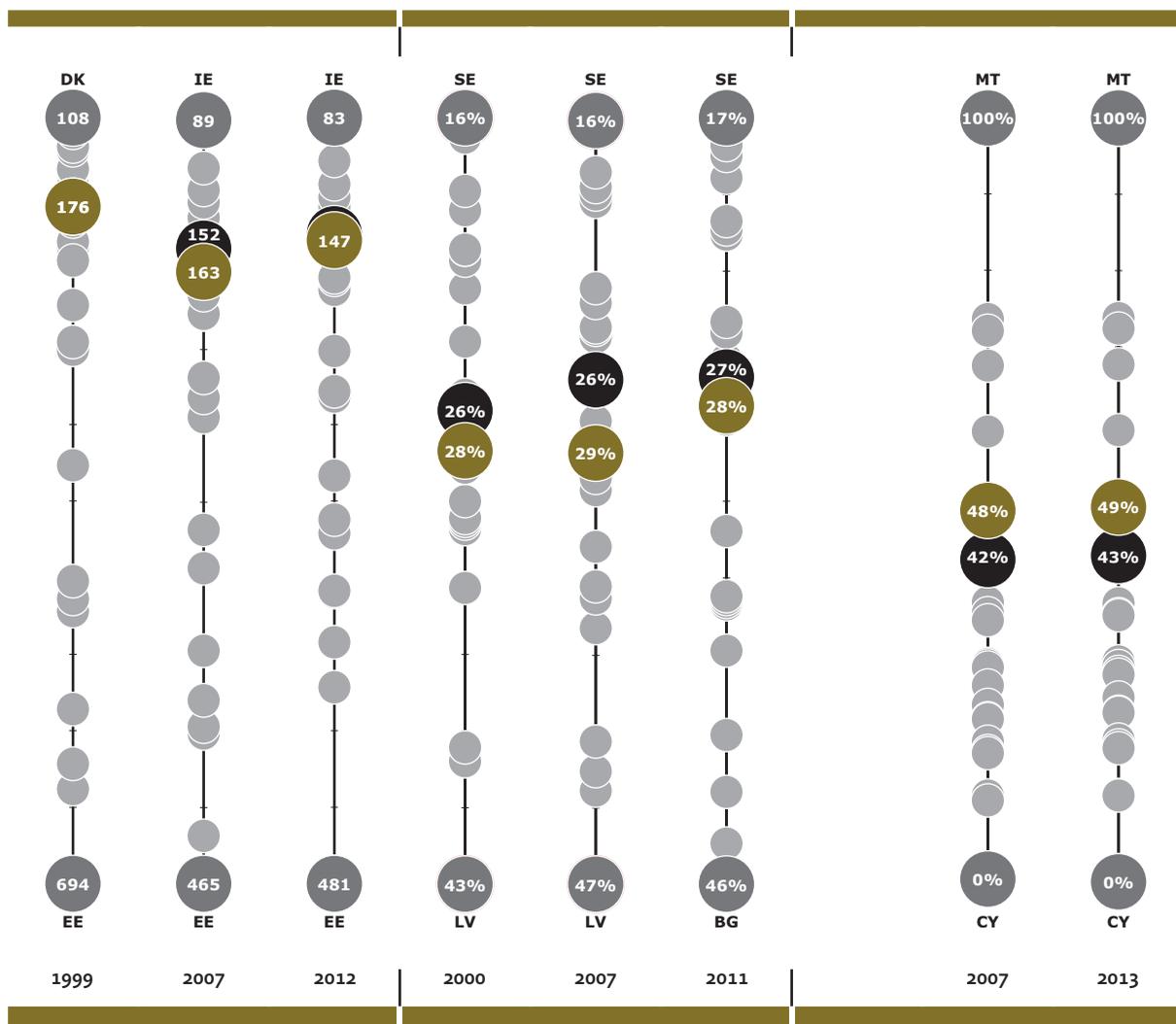
Número de utilizadores de Internet por 100 habitantes, com base no Banco Mundial.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: AMBIENTE E COESÃO TERRITORIAL



Portugal ocupa o quinto lugar no conjunto dos Estados-membros na dimensão Desenvolvimento sustentável – ambiente e coesão territorial.

O bom desempenho ao nível da emissão de gases e da manutenção de uma menor intensidade energética compensa o posicionamento menos positivo ao nível da coesão territorial e do modelo de povoamento.



10. Energia

Intensidade energética, com base no Eurostat.

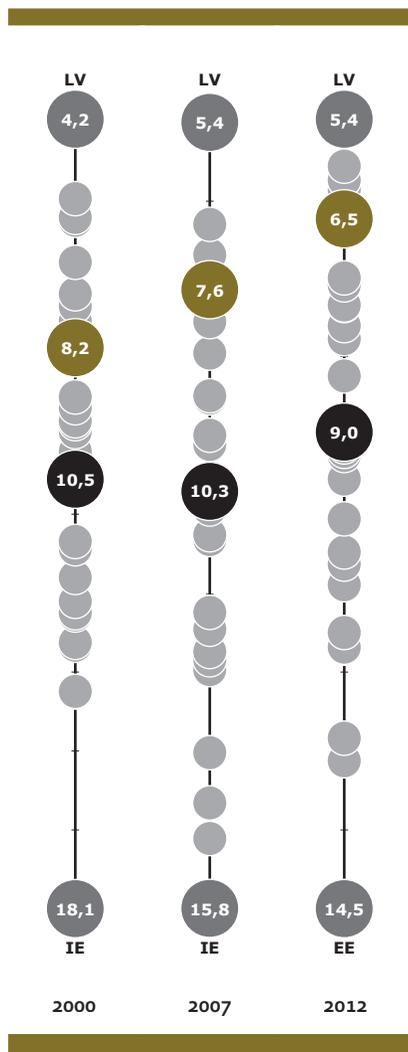
26. Coesão territorial

Dispersão do PIB *per capita* das regiões NUTS III, com base no Eurostat.

27. Cidades e povoamento

Peso da população residente em áreas predominantemente urbanas, com base no Eurostat.

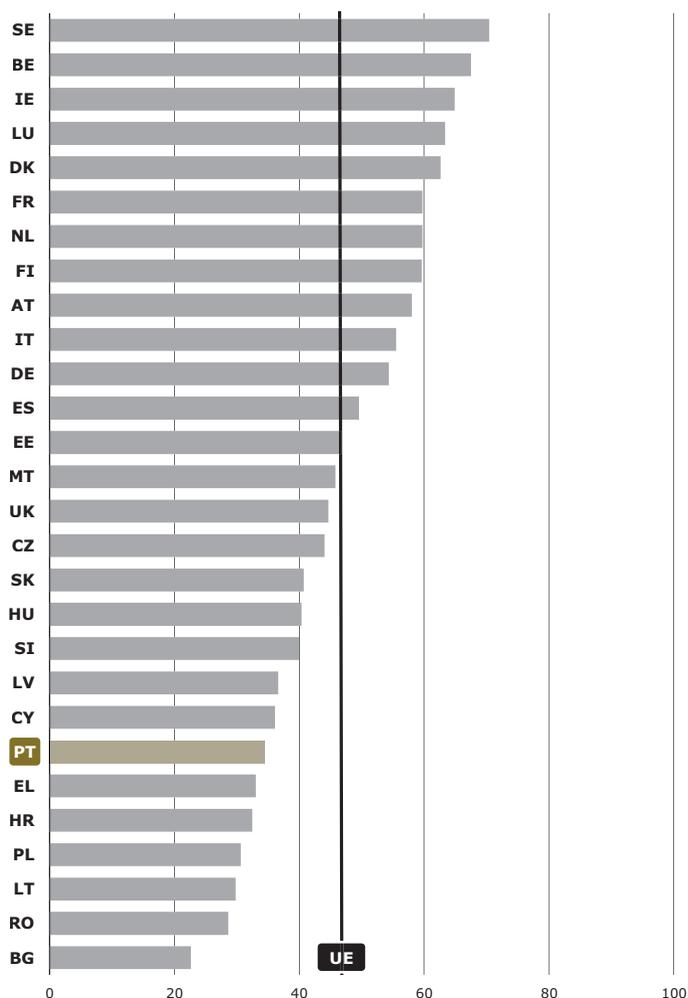
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: AMBIENTE E COESÃO TERRITORIAL



47. Ambiente e desenvolvimento sustentável

Emissão de gases com efeito de estufa per capita, com base na Agência Europeia do Ambiente.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: EFICIÊNCIA ECONÓMICA

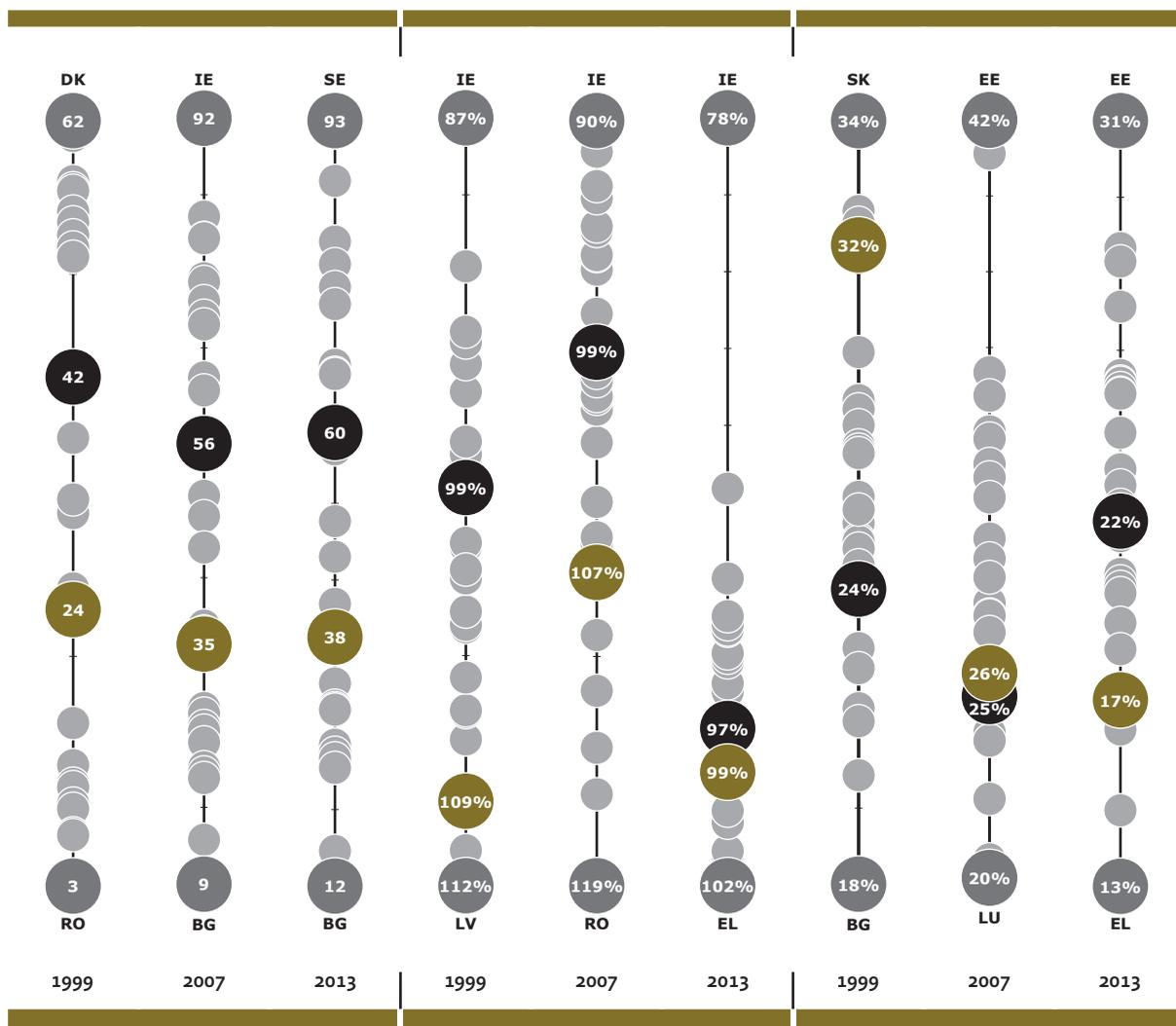


Portugal ocupa o 22º lugar no conjunto dos Estados-membros na dimensão Desenvolvimento sustentável – eficiência económica.

O limitado percurso na evolução da produtividade global e nas produções primárias, onde apesar de alguma melhoria Portugal vai descendo no *ranking* europeu, bem como a quebra muito acentuada no volume de investimento, iniciada antes da crise financeira internacional e agravada com o ajustamento económico e financeiro mais recente, está na base desta situação. O peso da procura interna no PIB também contribui para uma posição pouco favorável. Os indicadores relativos à especialização, à terciarização e ao dinamismo do tecido empresarial, sendo mais favoráveis, não chegam para contrabalançar os restantes indicadores considerados nesta dimensão.

O posicionamento de Portugal em 2013 coloca-o, uma vez mais, superando apenas cinco países do alargamento (Croácia, Polónia, Letónia, Roménia e Bulgária).

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: EFICIÊNCIA ECONÓMICA



2. Produtividade

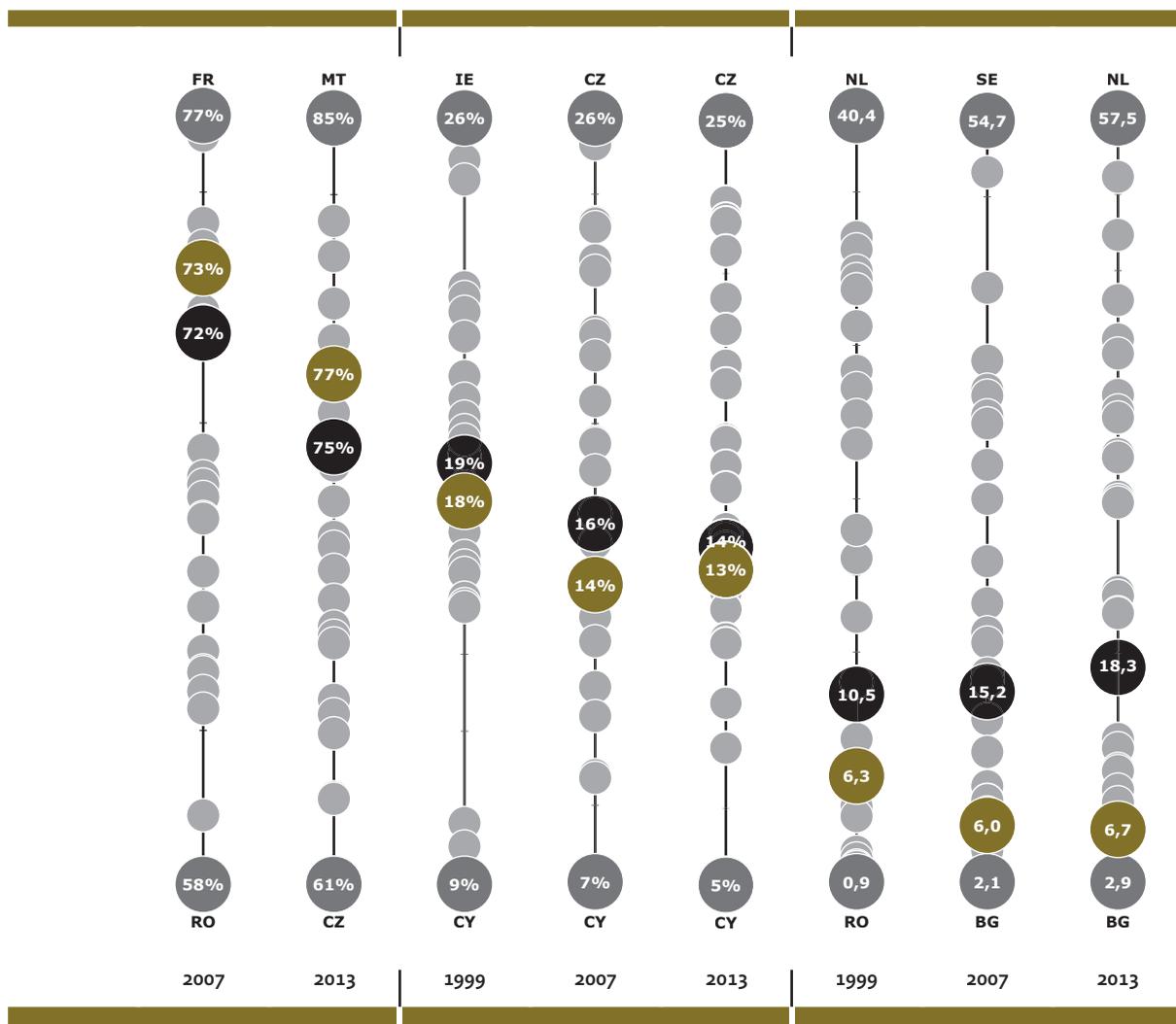
PIB por trabalhador expresso em milhares de euros com base na AMECO.

4. Procura interna e procura externa

Peso da procura interna no PIB, com base na AMECO.

6. Investimento

Taxa de investimento, que corresponde ao peso da formação bruta de capital fixo no valor acrescentado bruto, com base na AMECO.



7. Atividades económicas

Proporção de valor acrescentado bruto gerado pelas atividades terciárias, com base na AMECO.

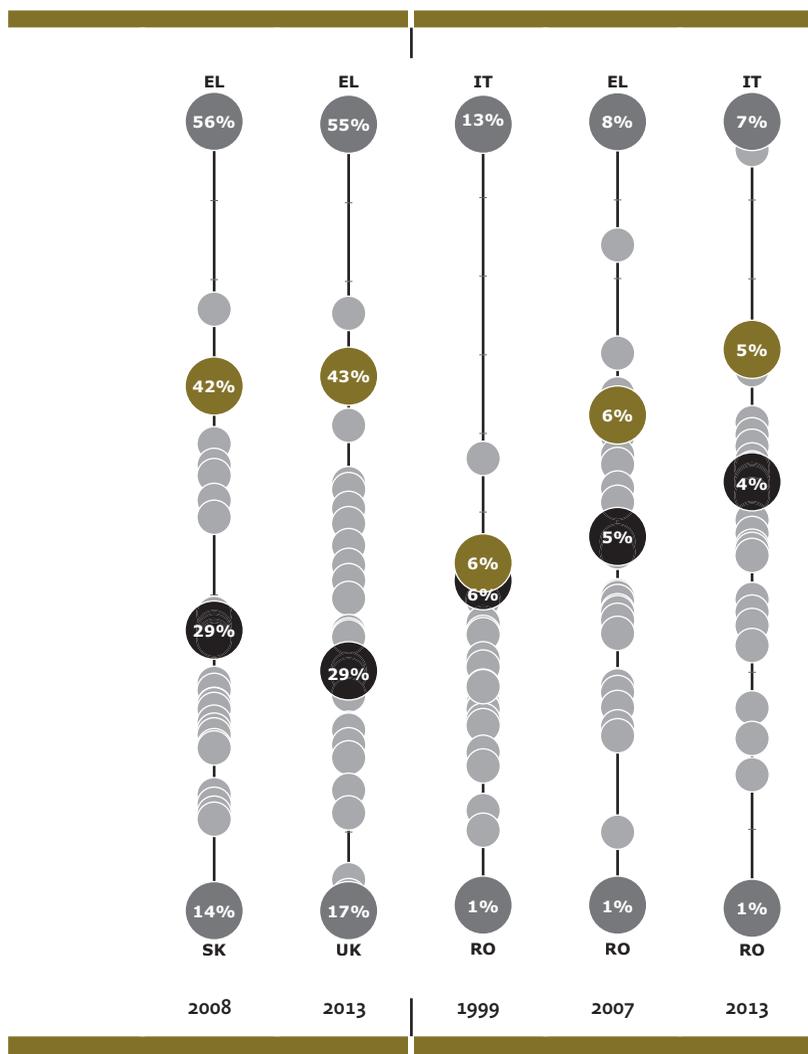
8. Especialização industrial

Proporção de valor acrescentado bruto gerado pela indústria transformadora, com base na AMECO.

9. Produções primárias

PIB por trabalhador nas atividades primárias, em milhares de euros, com base na AMECO.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: EFICIÊNCIA ECONÓMICA



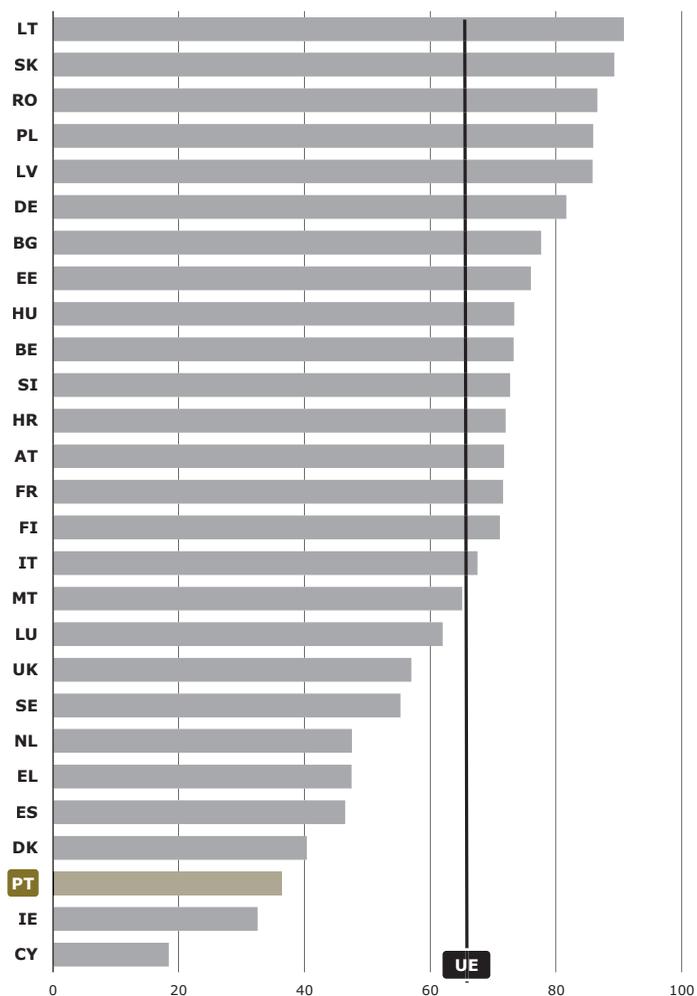
18. Tecido empresarial

Peso no emprego das micro empresas, com base no Eurostat.

34. Empreendedorismo

Peso do trabalho por conta própria no total da população empregada, com base no Eurostat.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: ESTABILIDADE FINANCEIRA

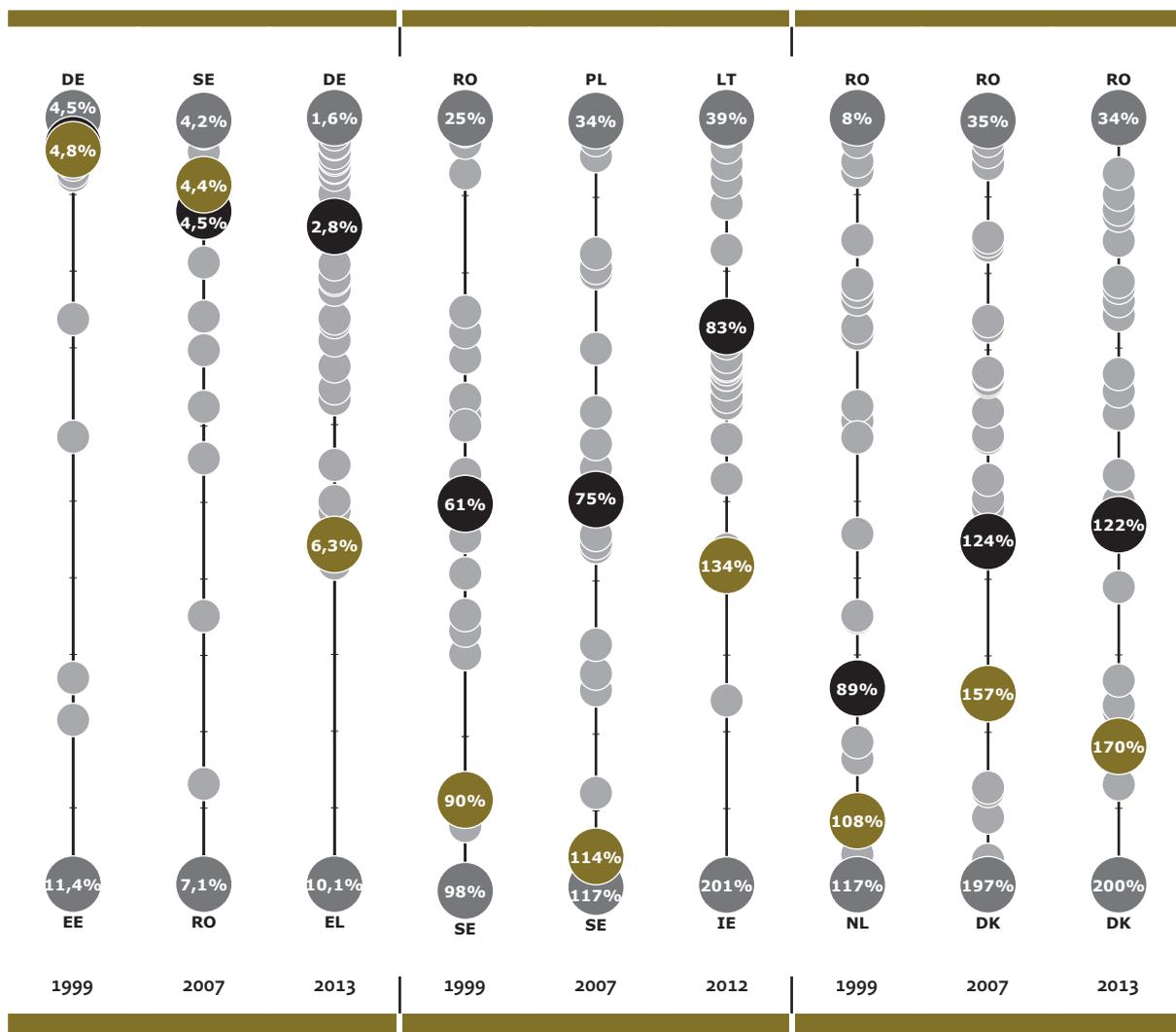


Portugal é o terceiro Estado-membro pior classificado na dimensão Desenvolvimento sustentável – estabilidade financeira.

O mau desempenho nesta dimensão reflete o elevado nível de endividamento nacional, quer entre as empresas, quer entre as famílias, as dificuldades de capitalização da banca e das sociedades não financeiras e, de um modo geral, mais recentemente, a crise da dívida soberana do Estado português com as respetivas consequências em termos de incerteza e instabilidade.

Em 2013, só tinha a Irlanda e Chipre atrás de si neste domínio.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: ESTABILIDADE FINANCEIRA



3. Inflação e convergência nominal

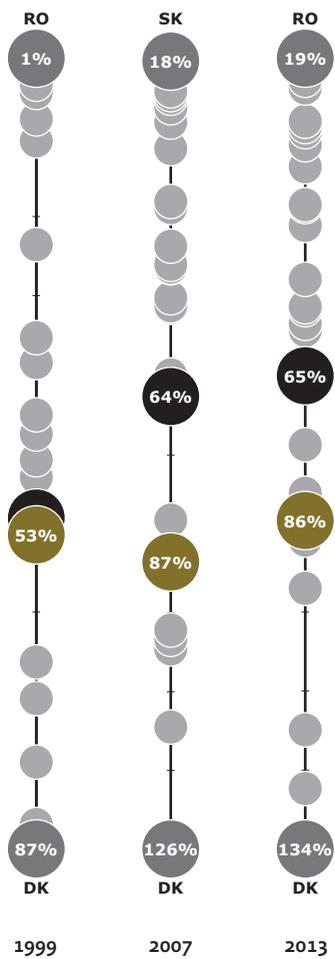
Taxa de juro de longo prazo, com base na AMECO.

20. Financiamento das empresas

Peso no PIB da dívida financeira empresarial, com base no Eurostat.

21. Banca e bolsa

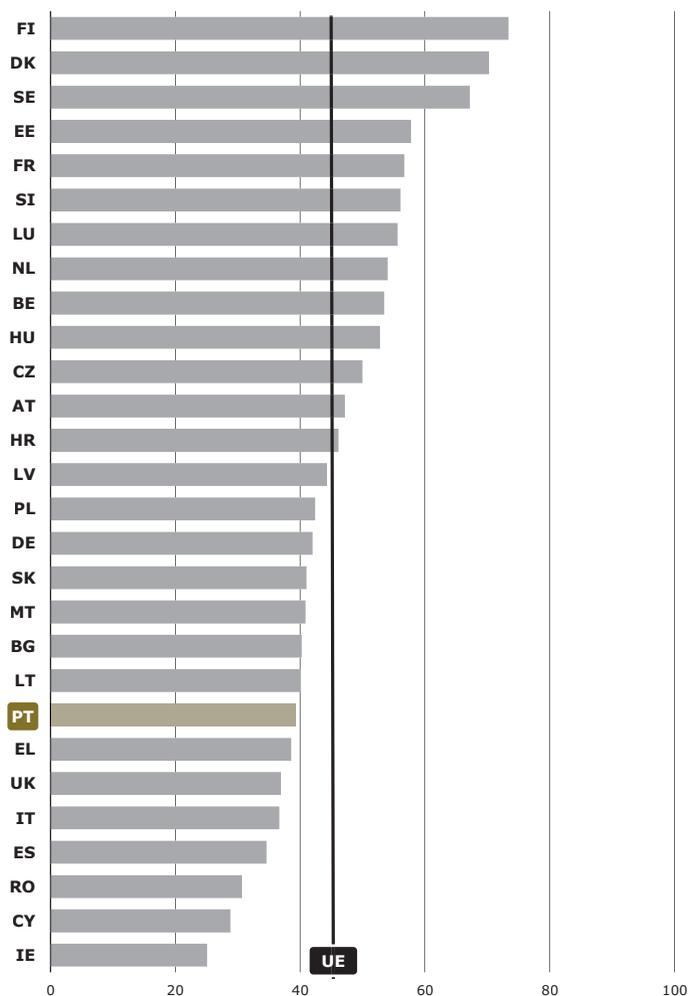
Peso no PIB do crédito interno concedido pelo setor bancário, com base no Banco Mundial.



36. Poupança e endividamento

Peso no PIB da dívida bruta das famílias, com base na AMECO e no Eurostat.

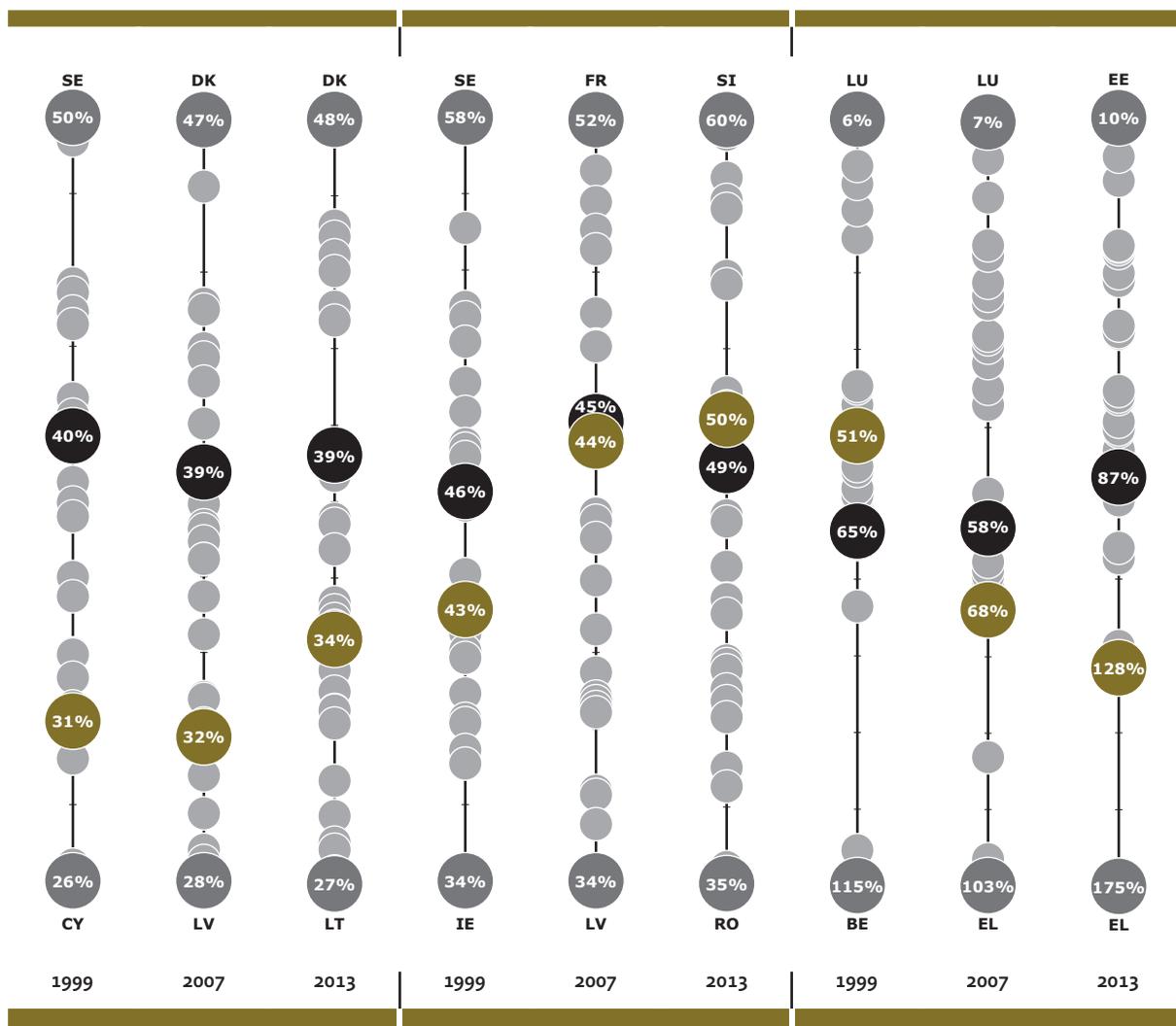
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: RELEVÂNCIA ECONÓMICA DO ESTADO



Portugal é o oitavo Estado-membro que se encontra pior classificado na dimensão Desenvolvimento sustentável – relevância económica do Estado.

O desempenho de Portugal nesta dimensão é induzido pelo desequilíbrio entre receitas e despesas do setor público, traduzido no elevado endividamento público, bem como pela recente ajustamento em baixa da parte do orçamento público destinada à provisão de bens e serviços públicos.

O nível das transferências comunitárias compensa apenas muito parcialmente aquela situação.



23. Carga fiscal

Peso no PIB da carga fiscal excluindo contribuições sociais efetivas, com base na AMECO.

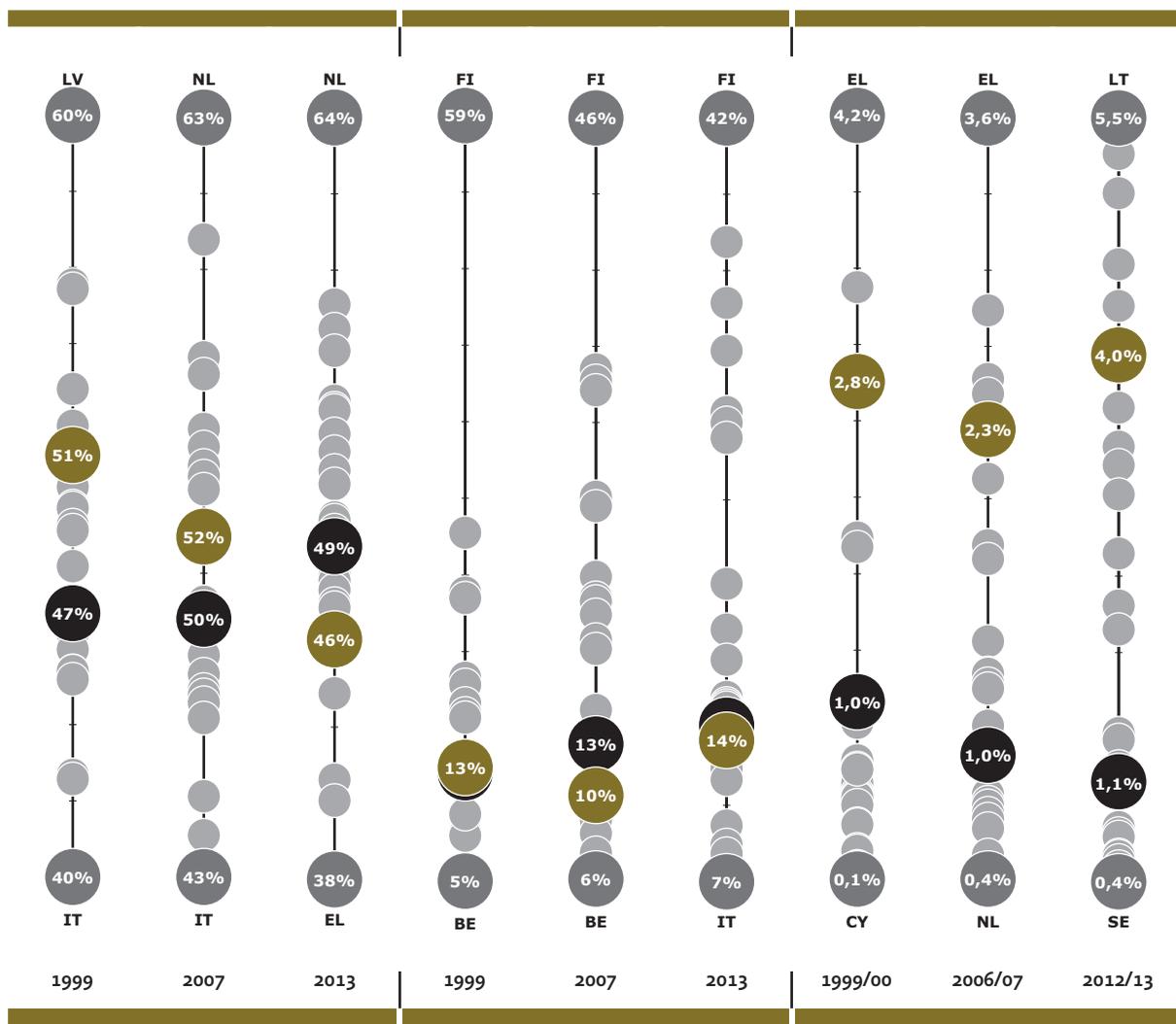
24. Despesa pública

Peso no PIB da despesa das administrações públicas, com base na AMECO.

25. Dívida pública e saldo orçamental

Peso no PIB da dívida bruta das administrações públicas, com base na AMECO.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: RELEVÂNCIA ECONÓMICA DO ESTADO



40. Governação

Peso na despesa pública dos custos de produção de bens e serviços públicos, com base na AMECO e no Eurostat.

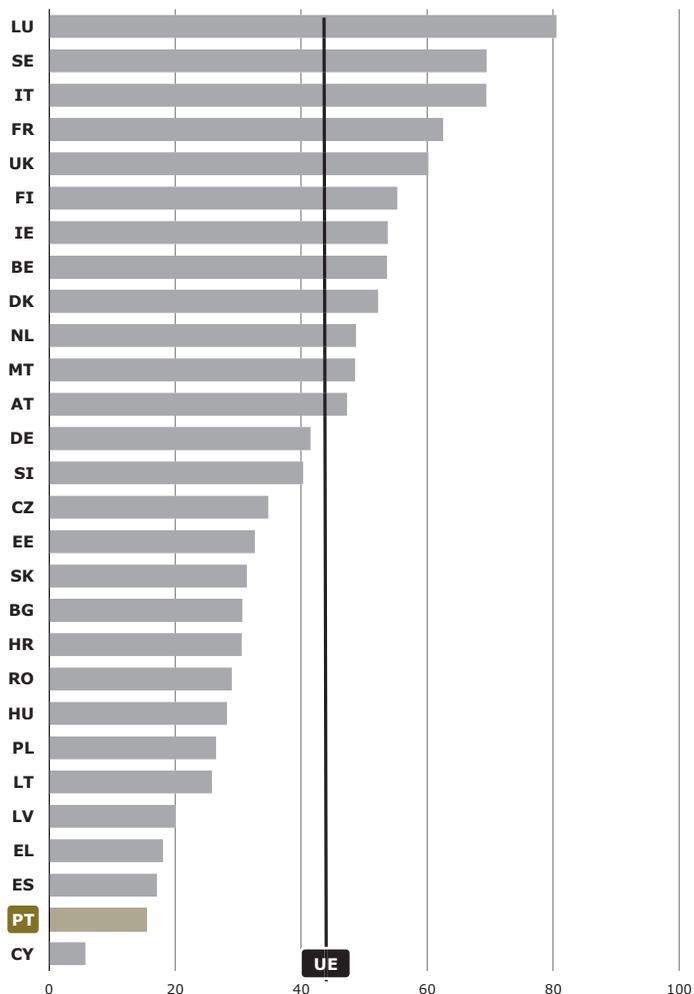
22. Setor empresarial do Estado

Peso no PIB das ações e outras participações detidas pelas administrações públicas, com base no Eurostat.

13. Transferências comunitárias

Peso no Rendimento Nacional Bruto das transferências recebidas da União Europeia, com base na AMECO e Eurostat.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: DEMOGRAFIA

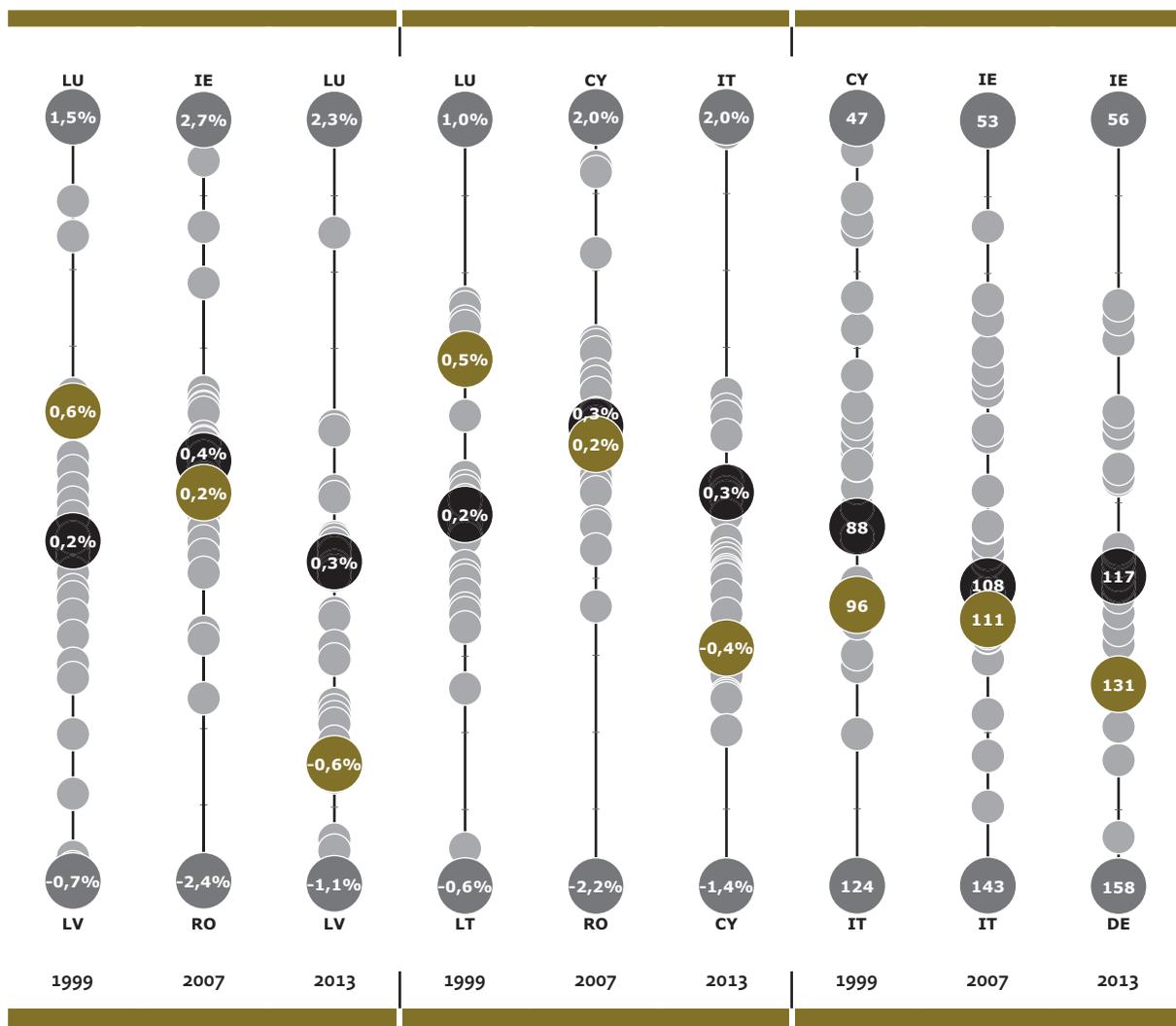


Portugal é o segundo Estado-membro pior classificado na dimensão Desenvolvimento sustentável – demografia.

Esta dimensão revela as fragilidades de Portugal ao nível do envelhecimento da população, da baixa taxa de natalidade e das dinâmicas migratórias negativas.

A posição ocupada por Portugal em 2103 reflete um claro agravamento, em relação a 1999 e 2007, num domínio de grande relevância para o crescimento económico e para a sustentabilidade das finanças públicas.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: DEMOGRAFIA



28. População

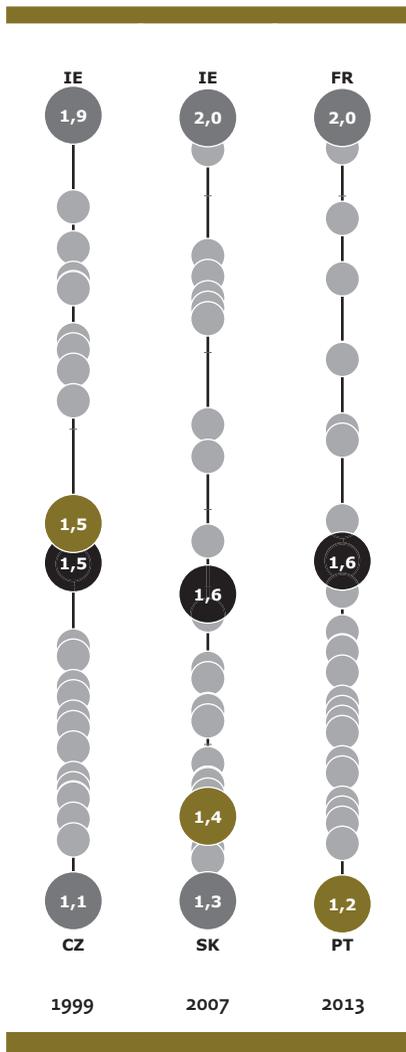
Taxa bruta de crescimento efetivo da população, com base no Eurostat.

29. Emigração e imigração

Saldo migratório da população, com base no Eurostat.

30. Estrutura etária da população

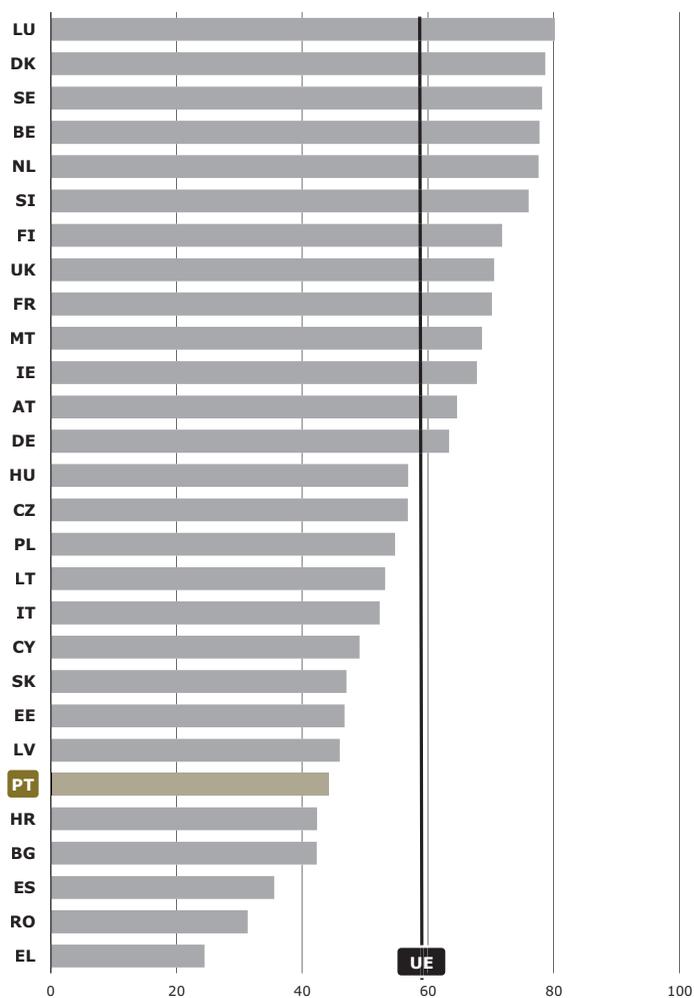
Índice de envelhecimento, com base no Eurostat.



31. Estruturas familiares

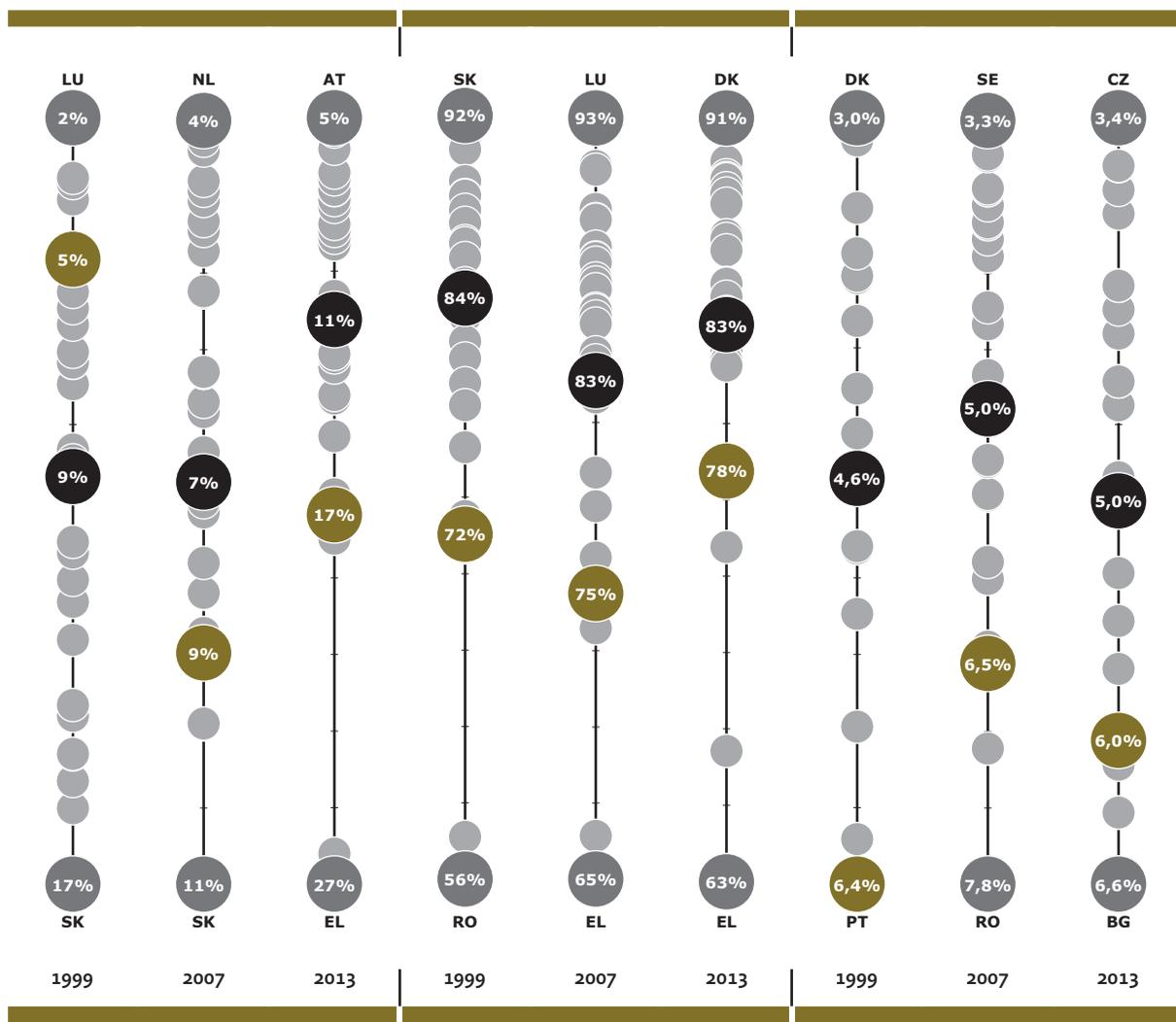
Índice sintético de fecundidade,
com base no Eurostat.

DESENVOLVIMENTO INCLUSIVO



Portugal é o sexto Estado-membro que se encontra pior classificado na dimensão Desenvolvimento inclusivo.

O posicionamento de Portugal nesta dimensão revela a insuficiente coesão social a nível nacional, refletida no mau desempenho em matéria de repartição do rendimento e património e na dimensão da classe média.



32. Emprego e desemprego

Taxa de desemprego, com base no Eurostat.

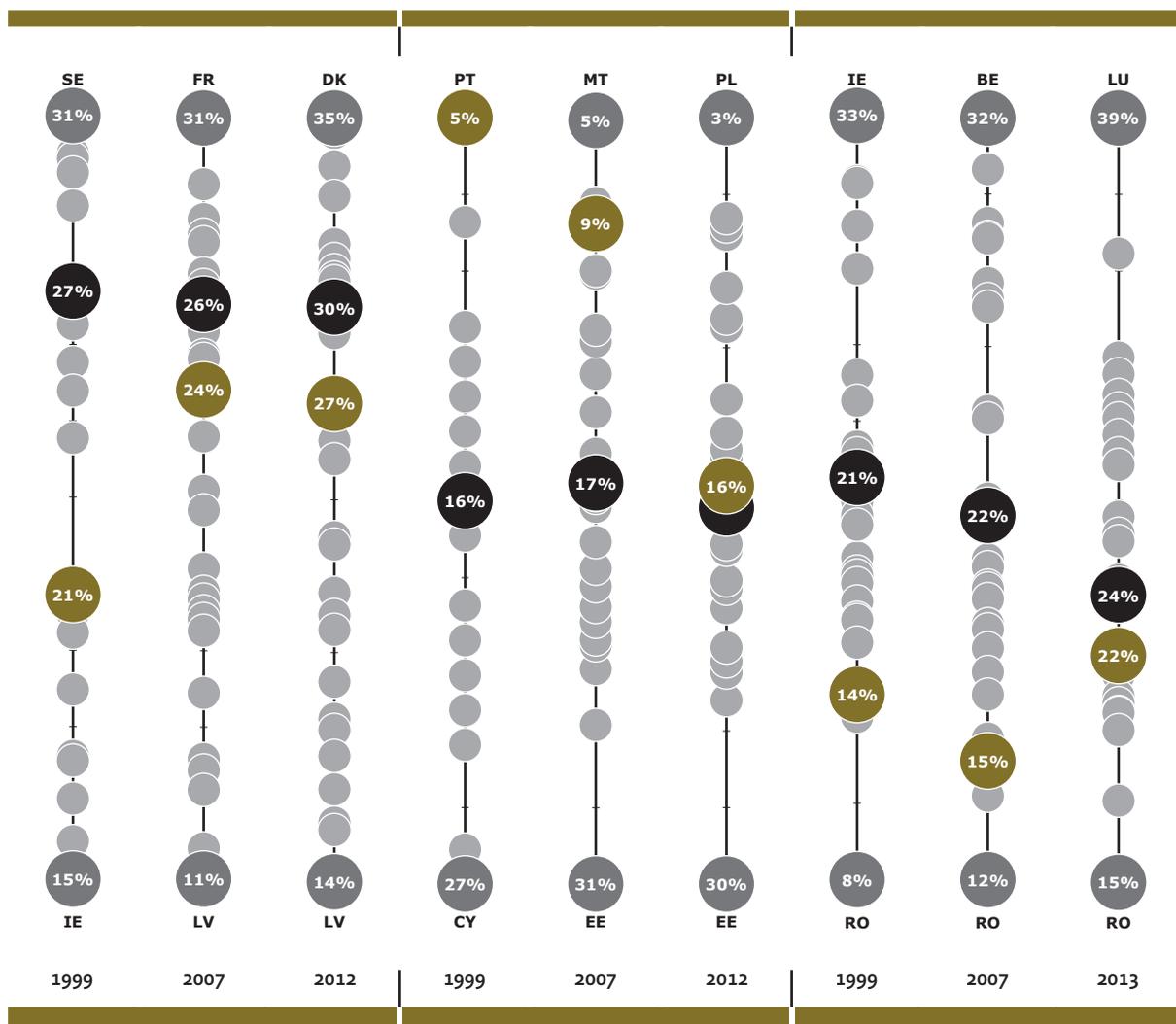
33. Trabalho e estrutura social

Peso dos trabalhadores por conta de outrem na população empregada, com base no Eurostat.

37. Repartição do rendimento e pobreza

Rácio S80/S20, entre a proporção do rendimento total recebido pelos 20% da população com maiores rendimentos e pelos 20% da população com menos rendimentos, com base no Eurostat.

DESENVOLVIMENTO INCLUSIVO



41. Proteção social

Peso no PIB da despesa com prestações sociais, excluindo transferências sociais em espécie, com base no Eurostat.

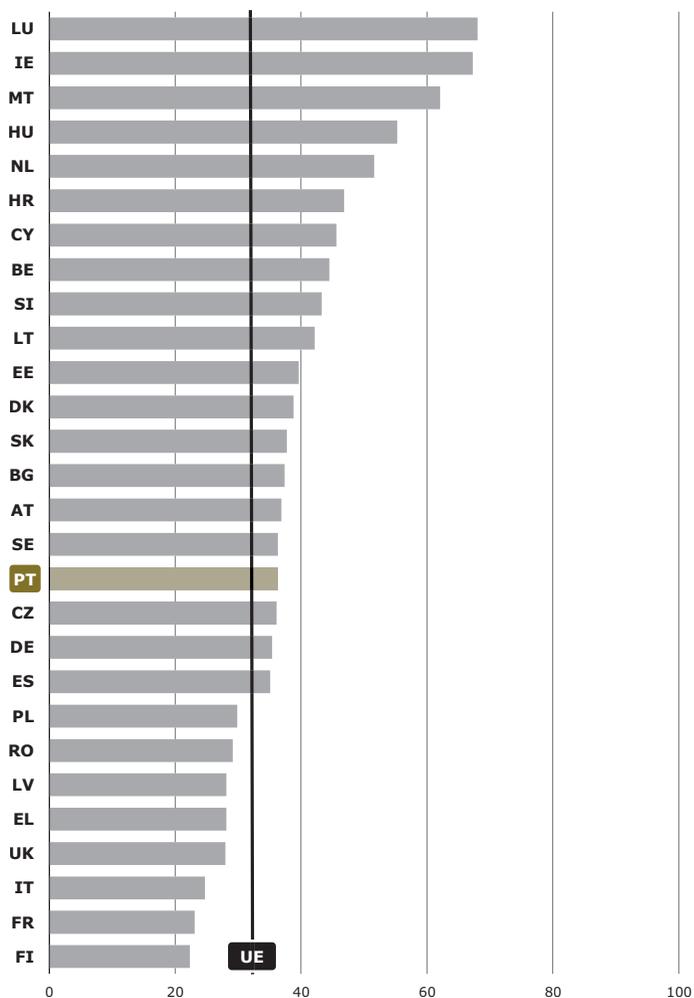
38. Desigualdade salarial

Disparidade salarial por género, com base no Eurostat.

39. Classe média

Peso na estrutura das profissões dos quadros superiores e dirigentes e das profissões intelectuais e científicas, com base no Eurostat.

INSERÇÃO INTERNACIONAL

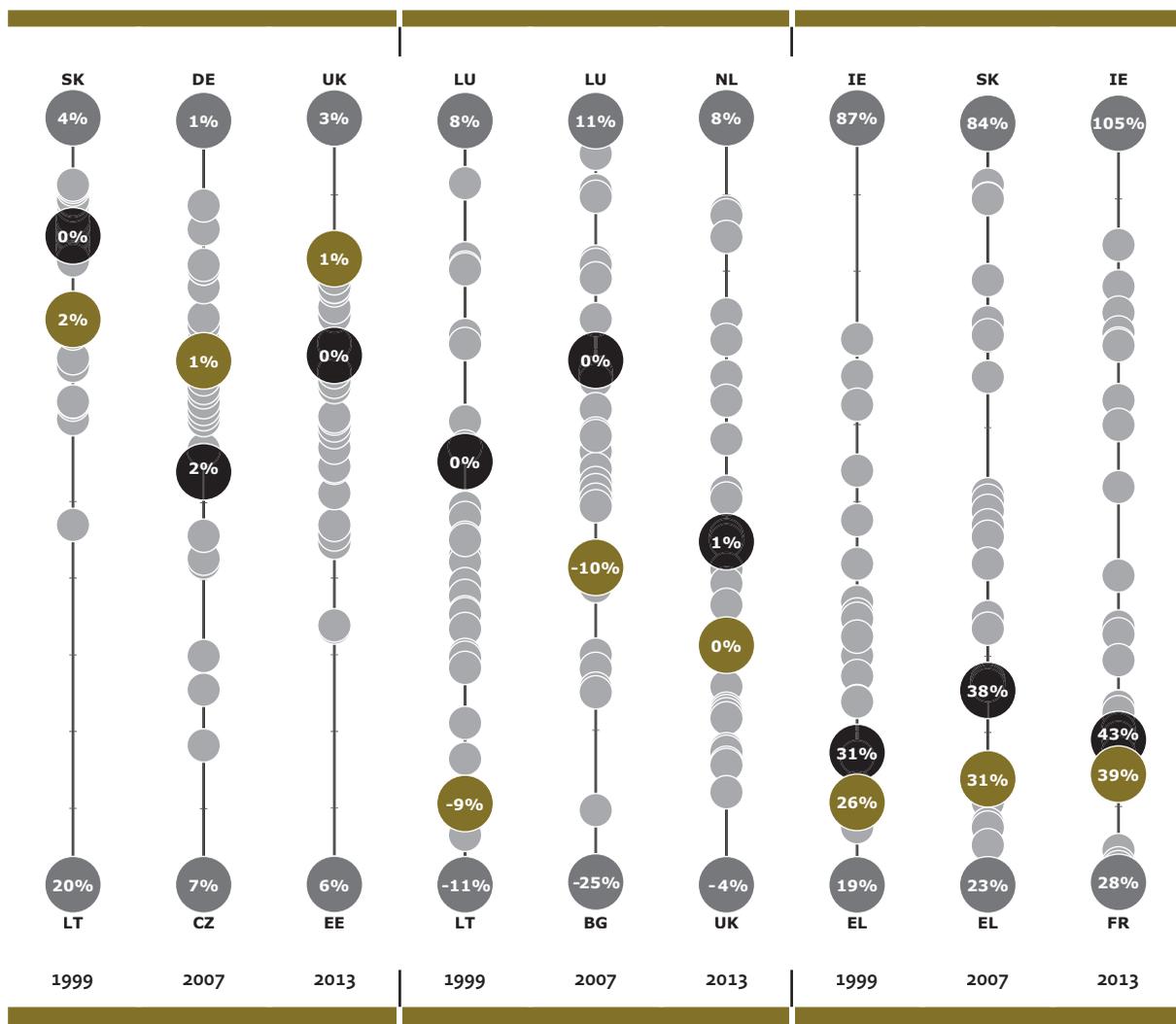


Portugal ocupa o 17.º lugar no conjunto dos Estados-membro que se encontram pior classificados na inserção internacional.

Esta dimensão revela a reduzida participação de Portugal nas diferentes facetas da globalização, em particular no nível da abertura da economia, quer em termos de comércio internacional, quer em termos de investimento estrangeiro.

Apesar de um progressivo aumento do nível de internacionalização da economia português, este continua muito próximo do revelado pelas grandes economias europeias (Alemanha, Reino Unido, Itália e França), necessariamente muito mais fechadas, e muito afastado das pequenas e médias economias mais desenvolvidas, Irlanda, Holanda, Bélgica e Dinamarca, nomeadamente.

INSERÇÃO INTERNACIONAL



17. Posicionamento competitivo

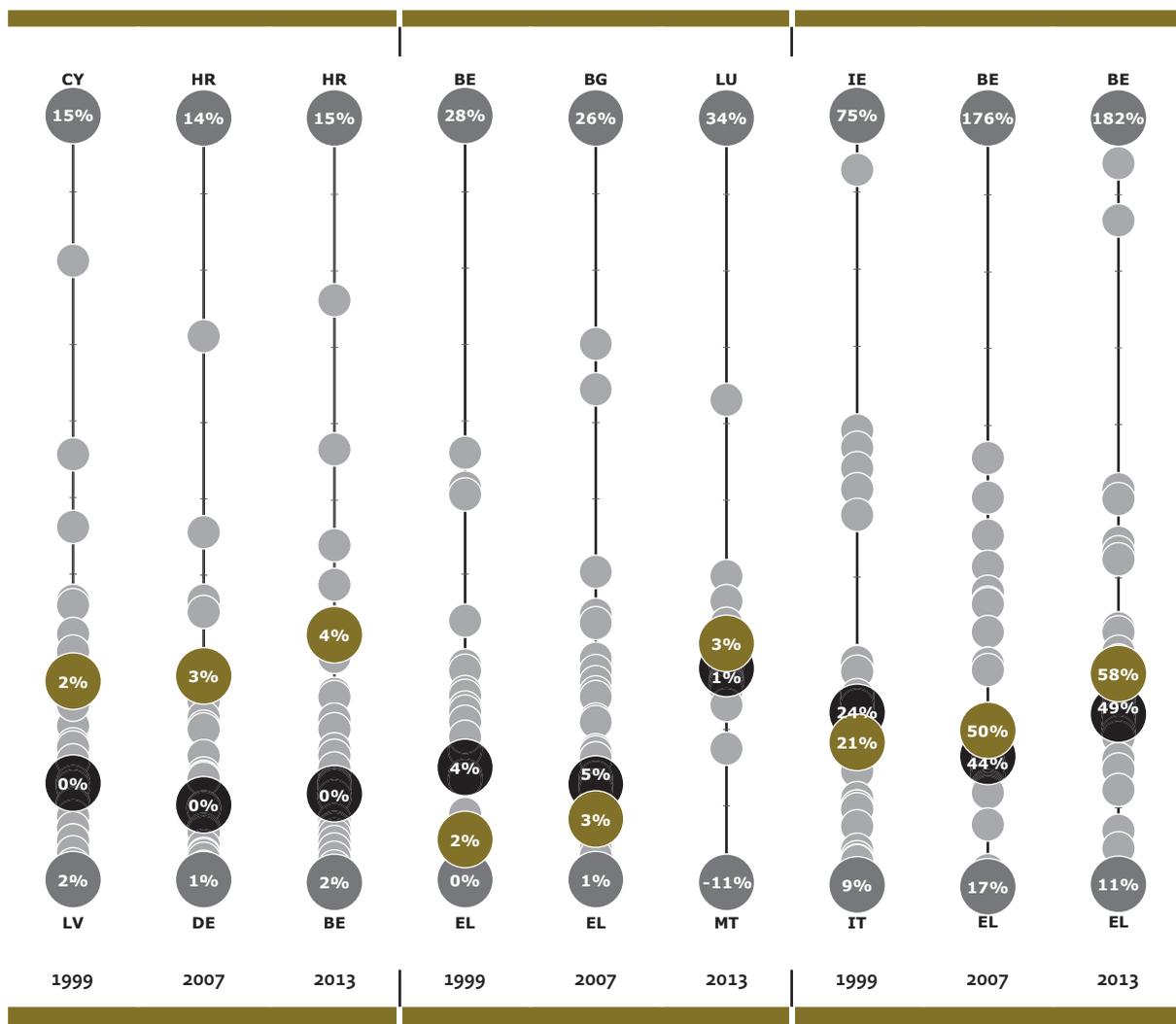
Taxa de crescimento média anual do custo de trabalho por unidade produzida face às 37 maiores economias, nos períodos 1994-99, 2000-2006 e 2007-13, com base na Comissão Europeia.

15. Balança externa

Peso no PIB do saldo da balança corrente com base na AMECO.

11. Comércio internacional

Peso das exportações de bens e serviços no PIB, com base na AMECO.



12. Viagens e turismo

Peso no PIB do saldo da balança de viagens e turismo com base na CnuCED.

14. Investimento estrangeiro

Peso no PIB da entrada de investimento direto estrangeiro com base na CnuCED.

19. Empresas com capital estrangeiro

Peso no PIB do *stock* de investimento direto estrangeiro, com base na CnuCED.

III

Fundos

Evolução do financiamento
estrutural da UE a Portugal

1

O enquadramento da Política de Coesão Europeia e as grandes prioridades nacionais para 2007-2013

O Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) constituiu o documento de referência para a coordenação das intervenções estruturais em Portugal no período de programação que decorreu entre 2007 e 2013.

Até ao ciclo de programação comunitária 2000-2006, inclusive, a política regional tinha apostado essencialmente na concretização de políticas sociais e na melhoria da dotação regional de infraestruturas e equipamentos coletivos. Muito embora pretendesse fazer face a um conjunto de estrangulamentos e debilidades evidentes no tecido económico-social das várias regiões europeias, é hoje reconhecido que esta orientação não produziu os efeitos esperados ao nível da correção das desigualdades e no crescimento das economias regionais.

O período 2007-2013 pressupunha, assim, a renovação e uma acrescida ambição para a política regional comunitária, advogando o alargamento do papel e do alcance da intervenção estrutural comunitária que, para além de promover a equidade regional, deveria intervir pró-ativamente e contribuir para o desenvolvimento económico das regiões. A Política de Coesão passaria, assim, a privilegiar o contributo para o crescimento, a competitividade e o emprego, procurando promover uma dinâmica sustentada de crescimento com base na investigação, no conhecimento e na inovação.

Para o período 2007-2013, a política regional comunitária pretendia-se renovada e revestia-se de uma ambição acrescida, passando a privilegiar o contributo para o crescimento, para a competitividade e para o emprego, a par da promoção da equidade regional.

As orientações estratégicas da comunidade para a Política de Coesão 2007-2013

O contexto de implementação da Política de Coesão 2007-2013 foi, inevitavelmente, marcado pelos alargamentos da União para 25 países em 2004 e para 27 em 2007, o que, tratando-se de países com um PIB *per capita* inferior ao da média dos 27 países da União Europeia, aumentou acentuadamente o nível

de disparidades entre os países e colocou novos desafios ao nível da coesão e da competitividade da União como um todo. A Política de Coesão adquiriu, desta forma, uma importância capital no período 2007-2013.

Em linha com a Estratégia de Lisboa para o Crescimento e o Emprego e tendo a promoção da igualdade de género e o combate à discriminação como preocupações transversais ao longo de todo o processo de implementação, a Política de Coesão alicerçou-se em três grandes linhas de orientação: tornar a Europa e as suas regiões mais atrativas para investir e trabalhar, melhorar a inovação e o conhecimento orientados para o crescimento e criar mais e melhor emprego.

Para estimular a atratividade económica e social das regiões, a Política de Coesão previu o desenvolvimento das infraestruturas de transportes, privilegiando a promoção de modos de transporte alternativos ao transporte rodoviário, com especial ênfase para a modernização do sistema ferroviário nas regiões abrangidas pelo Objetivo Convergência. Respeitando o princípio da sustentabilidade ambiental, em conformidade com o Livro Branco, e fazendo uma gestão adequada do tráfego e das questões de segurança, esta orientação potenciava o alcance de uma repartição modal equilibrada e não poluente, incluindo sistemas inteligentes de transportes e plataformas multimodais. A estratégia, ainda no âmbito do reforço da atratividade económica e social das regiões, relevou o papel das sinergias entre a proteção ambiental e o crescimento e a inversão da utilização intensiva das fontes de energia tradicionais pela Europa, de forma a assegurar a sustentabilidade do crescimento económico de longo prazo, a diminuição dos custos ambientais externos para a economia (custos de saúde, custos da despoluição ou recuperação dos danos), o estímulo da inovação e a criação de emprego ou o cumprimento do objetivo de Lisboa de assegurar que, até 2010, 21% da eletricidade fosse gerada a partir de fontes de energia renováveis.

A reorientação estrutural da economia para atividades baseadas no conhecimento foi, também, um dos objetivos da Política de Coesão. O nível de despesas em Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (I&DT), de 1,9% do PIB realçou a importância da aposta na promoção de novos e melhores produtos, de processos e serviços capazes de resistir à concorrência internacional, do reforço das capacidades regionais de gerar e absorver novas tecnologias (em especial as tecnologias de informação e comunicação) e de um maior apoio à assunção de riscos, dado o objetivo de Lisboa de fixar este indicador nos 3%. Para tal tornou-se também necessária a facilitação da inovação e a promoção de um ambiente empresarial que favorecesse a produção, a divulgação e a utilização de novas tecnologias por parte das empresas e a criação e o desenvolvimento de novas empresas (*spin outs* e *spin offs*). Melhorar o

acesso ao financiamento para as empresas, apoiando – em colaboração com o Fundo Europeu de Investimento e o Banco Europeu de Investimento – instrumentos distintos das subvenções, tais como empréstimos, garantias para empréstimos subordinados, instrumentos convertíveis (dívida *mezzanine*) e capital-investimento (capital semente ou capital de risco) impôs-se, neste contexto, como um mecanismo fundamental de complementaridade com os objetivos da Estratégia.

Em matéria de emprego, as prioridades das orientações comunitárias para a coesão coincidiram com as prioridades definidas na Estratégia Europeia de Emprego, aparte as prioridades específicas de cada país, salientadas pelas recomendações da União Europeia. Desta forma, pretendeu-se dos Estados-membros a execução de políticas que visassem o pleno emprego e a melhoria da qualidade e aumento da produtividade do trabalho, bem como o reforço da coesão social e territorial, promovendo uma abordagem do trabalho baseada no ciclo de vida, que garantisse mercados de trabalho inclusivos, atrativos e compensadores, nomeadamente para os desempregados, pessoas desfavorecidas e inativos.

Ainda no âmbito das Orientações para o Emprego, as pressões crescentes no mercado de trabalho resultantes da globalização tornaram necessária a flexibilização em conjugação com a segurança no emprego, incluindo uma evolução salarial favorável ao mesmo. O investimento no capital humano, a melhoria na educação e nas competências da população europeia, assumiram-se, neste período, como fatores transversais a toda a Estratégia.

As novas regras relativas à elegibilidade regional das intervenções e o diferente acesso aos fundos pelas regiões portuguesas

Os regulamentos comunitários dos Fundos Estruturais e do Fundo de Coesão aplicáveis no período 2007-2013 vieram introduzir alterações muito significativas face a anteriores períodos de programação, nomeadamente:

- A reformulação dos Objetivos de Política, que passam a designar-se:
 - i) Objetivo Convergência, que constitui a grande prioridade dos fundos e que se destina a acelerar a convergência dos Estados-membros e das regiões menos desenvolvidas da União Europeia (que apresentem um PIB *per capita* inferior a 75% da média comunitária);
 - ii) Objetivo Competitividade Regional e Emprego, que abrange as restantes regiões da União Europeia, tendo como objetivo reforçar a competitividade e o emprego, bem como a capacidade de atração das regiões; e
 - iii) Cooperação Territorial Europeia, que tem por base a anterior iniciativa comunitária INTERREG e visa promover e favorecer a integração

Também em Portugal a política regional se pretende renovada para 2007-2013, procurando responder às necessidades específicas dos vários territórios, que passam a ser enquadrados por níveis de apoio bastante diferenciados.

harmoniosa e equilibrada do território europeu, apoiando a cooperação transfronteiriça, transnacional e inter-regional, bem como a criação de redes.

- A consideração de regimes de transição para as regiões afetadas pelo efeito estatístico do alargamento e para as regiões que mudam de Objetivo em resultado da sua progressão em termos de produto regional; o enquadramento das regiões nos dois primeiros Objetivos considera, assim, a existência de regimes transitórios, quer de saída do Objetivo Convergência (*phasing out*), quer de entrada no Objetivo Competitividade e Emprego (*phasing in*), com níveis diferenciados de apoio;
- A integração da Cooperação Territorial Europeia nos Objetivos da Política de Coesão.

Tais alterações implicaram uma acrescida complexidade e uma grande diversidade no enquadramento das regiões portuguesas (NUTS II) nos Objetivos da Política de Coesão, passando aquelas a integrar todas as tipologias de apoio contempladas nos regulamentos comunitários para 2007-2013.

Dado o seu nível de desenvolvimento económico-social (um nível de PIB *per capita* médio da generalidade das regiões portuguesas inferior a 75% da média do conjunto das regiões europeias), Portugal tem-se inserido, em regra, no Objetivo da Política Regional europeia que visa o apoio a regiões menos desenvolvidas da União, tendo em vista a promoção do desenvolvimento e do ajustamento estrutural das regiões em atraso de desenvolvimento relativo a nível europeu. A primeira região a conseguir saltar o patamar associado a este Objetivo foi a região de Lisboa e Vale do Tejo no período 2000-2006 (Mapa 1.1), sendo que a própria configuração da região mais rica do país foi alterada em 2002, para potenciar o acesso ao financiamento no período 2007-2013 (Mapa 1.2).

Os novos limiares estabelecidos para o enquadramento das regiões nos vários Objetivos de Política e a evolução das NUTS II face à média comunitária ditaram, assim, um mapa de Portugal que compreende quatro tipos de regiões com acesso decrescente ao financiamento estrutural, designadamente:

- A região Norte e a Região Autónoma dos Açores, bem como as novas regiões Centro (incluindo as sub-regiões Oeste e Médio Tejo) e Alentejo (incluindo a sub-região Lezíria do Tejo), integram o Objetivo Convergência “puro”, continuando a beneficiar das condições mais favoráveis no acesso aos fundos comunitários;
- A região do Algarve passou a estar enquadrada no regime transitório (*phasing out*) do Objetivo Convergência, uma vez que o seu PIB *per capita* era superior ao PIB *per capita* médio dos países da União Europeia considerando os 25 Estados-membros (pós-alargamento de 2004), mas inferior

O panorama da elegibilidade e integração das regiões NUTS II portuguesas nos objetivos da Política Regional Europeia apresenta-se, no período 2007-2013, bastante mais diferenciado do que nos ciclos de apoio comunitário anteriores.

ao valor do mesmo indicador quando se considerava apenas a União com 15 Estados-membros;

- A Região Autónoma da Madeira passou a integrar o regime de transição (*phasing in*) para o Objetivo Competitividade Regional e Emprego, dado que o respetivo PIB *per capita* era superior a 75% da média da União Europeia com 15 Estados-membros, mas a região estava enquadrada no Objetivo 1 no período de programação comunitária 2000-2006;
- A nova região de Lisboa, que passa a integrar apenas as NUTS III Grande Lisboa e Península de Setúbal, ascende ao Objetivo Competitividade Regional e Emprego “puro”, em resultado da sua evolução socioeconómica e da reafetação de três sub-regiões que integravam a anterior região de Lisboa e Vale do Tejo (o Oeste e o Médio Tejo transitaram para a NUTS II Centro; a Lezíria do Tejo passou a integrar a NUTS II Alentejo).

O período de vigência do QREN aprofundou, assim, a diversidade regional no acesso aos fundos estruturais e de coesão, com confirmação da saída da região de Lisboa da lógica da convergência e da coesão e a consideração das regiões da Madeira e do Algarve em regimes de transição entre Objetivos (*phasing in* e *phasing out*). O panorama da elegibilidade e integração das regiões NUTS II portuguesas nos Objetivos da Política Regional no período 2007-2013 apresentou-se, por conseguinte, bastante mais diferenciado do que nos ciclos de apoio comunitário anteriores.

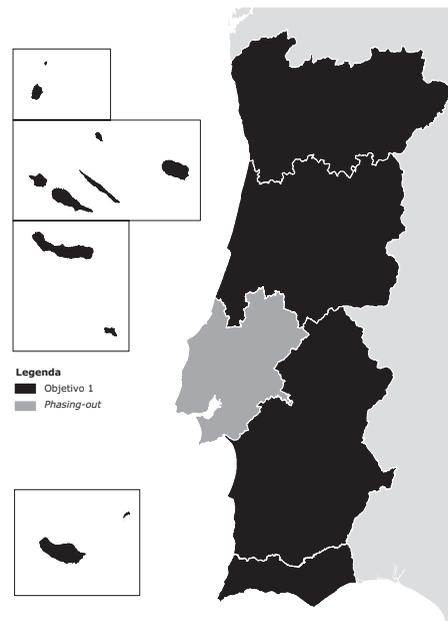
Em paralelo, a regulamentação comunitária aplicável ao período 2007-2013 passa a ditar novas regras relativas à concentração temática das intervenções, impondo exigências acrescidas nos apoios destinados à promoção da competitividade e à criação de emprego (usualmente denominado de *earmarking* de despesas) a conceder por parte das várias regiões. Para avaliar o contributo das intervenções passaram, assim, a ser definidos níveis de investimento mínimo na promoção da competitividade e na criação de empregos, designadamente, 60% das despesas nas regiões incluídas nas regiões menos desenvolvidas do Objetivo Convergência e 75% nas regiões mais desenvolvidas do Objetivo Competitividade Regional e Emprego. As categorias de despesa consideradas para efeitos de *earmarking* divergem de acordo com o Objetivo de Política considerado, mas são transversalmente consideradas as despesas com investigação, desenvolvimento tecnológico, inovação e empreendedorismo, sociedade da informação, energias renováveis, transportes urbanos limpos, acesso ao emprego, capital humano, sustentabilidade, inclusão social dos mais desfavorecidos, entre outras.

Por último, a consagração e o reforço da dimensão territorial da Política de Coesão da União Europeia passou também a traduzir-se, não apenas em

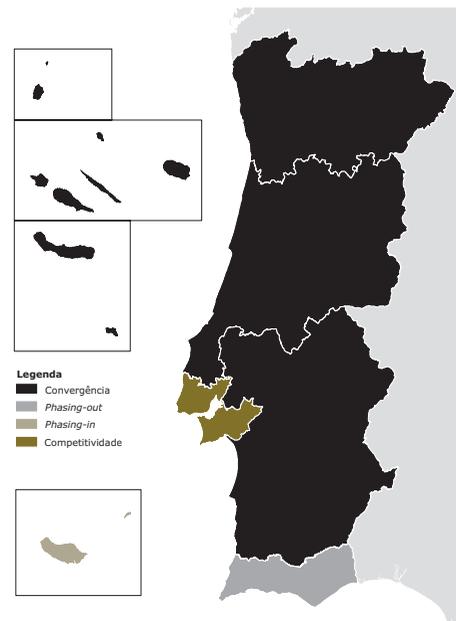
novos domínios de financiamento, como também em exigências acrescidas no que concerne à intervenção dos fundos estruturais em programas integrados de desenvolvimento de base regional, sub-regional e local, designadamente de âmbito urbano. As abordagens territoriais integradas continuam a ser uma prioridade, promovendo-se a articulação e a complementaridade entre as intervenções públicas e privadas, sobretudo nos territórios menos desenvolvidos. Na resposta à crescente complexidade das dinâmicas territoriais, as cidades e as áreas metropolitanas passariam a desempenhar funções centrais na promoção da competitividade e da coesão, ao mesmo tempo que se pretendiam criar condições favoráveis à emergência de economias de aglomeração.

Lisboa e Vale do Tejo foi a primeira região a ver limitado o acesso à maior parcela dos fundos estruturais no III Quadro Comunitário de Apoio, tendo “encolhido” para a nova região de Lisboa no QREN.

Mapa 1.1. Regiões elegíveis no III Quadro Comunitário de Apoio em Portugal | 2000-2006



Mapa 1.2. Regiões elegíveis no Quadro de Referência Estratégico Nacional em Portugal | 2007-2013



Fonte: Augusto Mateus & Associados

O desígnio e as prioridades estratégicas para a aplicação de fundos em Portugal

Tendo como grandes desígnios estratégicos a qualificação dos portugueses, a promoção do crescimento sustentado, a coesão social, a qualificação do território e das cidades e o aumento da eficiência da governação, a Política de Coesão assumiu uma importância capital na superação dos constrangimentos estruturais com que o desenvolvimento económico e social, em Portugal, foi confrontado. Com efeito, uma estrutura económica dominada por empresas com reduzido potencial de adaptabilidade, inovação e sustentabilidade, excessivamente orientadas para a produção de bens não transacionáveis e para o mercado interno, aliadas aos significativos choques competitivos a que foram expostos os setores mais tradicionais, potenciadores de situações de aumento do desemprego, explicam em grande medida o ritmo reduzido de crescimento da economia portuguesa nos anos que precederam o arranque do QREN.

A inversão desta tendência assentava, sobretudo, na construção de um modelo mais sustentável de crescimento económico, retomando a trajetória de convergência real com a União Europeia da economia portuguesa. A qualificação da população e a dotação acrescida de capital humano e de conhecimento científico e tecnológico na economia assumem-se como os grandes motores da estratégia nacional e elementos essenciais de coesão social, por via do reforço das condições de empregabilidade e ainda como fatores de bem-estar e qualidade de vida pelo caráter relevante de realização pessoal e desenvolvimento social a que o conhecimento científico e a cultura estão associados. Neste campo, são assinaláveis a prossecução do objetivo de generalização do nível secundário enquanto patamar mínimo de qualificação através do estabelecimento deste nível enquanto nível de escolaridade obrigatória e da Iniciativa Novas Oportunidades ou a reforma do padrão de especialização do Ensino Superior, o alargamento da base de recrutamento e a modernização das instituições.

A retoma da convergência real e a promoção do crescimento sustentado traduzem-se, essencialmente, nos objetivos do aumento de competitividade dos territórios e das empresas, da redução dos custos públicos de contexto, incluindo os da administração da justiça, da qualificação do emprego e da melhoria da produtividade, bem como da atração e estímulo ao investimento empresarial qualificante.

A promoção de políticas ativas visando a redução dos níveis de desemprego, designadamente desemprego de longa duração, o reforço da empregabilidade e do empreendedorismo, a promoção da igualdade de género ou a

A qualificação dos portugueses, a promoção do crescimento sustentado, a coesão social, a qualificação do território e das cidades e o aumento da eficiência da governação assumiram-se como grandes motores da estratégia nacional para 2007-2013.

minimização das diversas manifestações de pobreza e dos processos de exclusão são as linhas de atuação da prioridade estratégica que visa a coesão social.

A qualificação das cidades e do território abarca os domínios do ambiente, do ordenamento do território e do desenvolvimento urbano. Em matéria de ambiente, são definidos objetivos a nível da preservação e valorização dos recursos naturais e da biodiversidade, da promoção de energias renováveis e a prevenção e mitigação de riscos naturais e tecnológicos. Por seu turno, a promoção do ordenamento do território visa a melhoria da eficiência dos sistemas territoriais, sob as dimensões prioritárias respeitantes ao sistema de transportes e de logística, ao sistema de telecomunicações, aos sistemas de abastecimento de águas e de drenagem e tratamento de águas residuais, aos equipamentos de valorização das várias fileiras de resíduos, aos sistemas energéticos e à defesa e valorização do litoral. Finalmente, o reforço do sistema urbano compreende a modernização da rede de equipamentos escolares de ensino secundário, bem como os que promovem a conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar e para as vítimas de violência de género, bem como para a integração de grupos desfavorecidos.

Por último, o aumento da eficiência da governação pública concentra-se na modernização das instituições públicas e na qualificação dos grandes sistemas sociais e coletivos, assumindo, entre estes, grande relevância, os sistemas de ensino, de saúde e de proteção social, justiça, segurança pública e da administração fiscal. Os modelos de administração central, desconcentrada e descentralizada, são também alvos desta prioridade estratégica, concretizada no desenvolvimento e implantação da reforma orçamental baseada numa lógica de partilha de serviços comuns nos domínios da gestão de recursos humanos, financeiros, materiais e patrimoniais no âmbito da Administração Pública.

O grande desígnio estratégico nacional adotado para o período 2007-2013 – *“a qualificação dos portugueses e das portuguesas, valorizando o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação, bem como a promoção de níveis elevados e sustentados de desenvolvimento económico e sociocultural e de qualificação territorial, num quadro de valorização da igualdade de oportunidades e, bem assim, do aumento da eficiência e qualidade das instituições públicas”* – apela, assim, a esforços de concentração temática das intervenções a apoiar, com reflexos evidentes em termos de redução de programas operacionais e redobradas preocupações relativas à seletividade, viabilidade económica e sustentabilidade financeira dos investimentos a apoiar, em paralelo com a monitorização das realizações e dos resultados alcançados. A um nível mais operacional, a opção preferencial pela realização de concursos para apresentação de candidaturas, com períodos delimitados para apresentação e aprovação de candidaturas, veio proporcionar

as condições para a apreciação conjunta e a hierarquização de projetos a concurso, com particular impacto no apoio a empresas.

Não integrado no QREN, mas fazendo parte dos financiamentos de natureza estrutural europeus, o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) – fundo que substituiu o FEOGA-Orientação no período 2007-2013 – destinou-se a complementar as ações nacionais, regionais e locais que visem a melhoria da competitividade dos setores agrícolas e florestal, do ambiente e da paisagem, da qualidade de vida nas zonas rurais e a promoção da diversificação da economia rural, em conformidade com as prioridades comunitárias.

Também não integrado no QREN 2007-2013, o Fundo Europeu das Pescas (FEP) – fundo que substituiu o Instrumento Financeiro de Orientação das Pescas (IFOP) no quadro das perspetivas financeiras da União Europeia no período 2007-2013, em conformidade com os objetivos da Política Comum das Pescas – destina-se ao financiamento de políticas que pretendem assegurar a conservação e exploração duradouras dos recursos do mar, tendo também em vista a simplificação da atribuição e gestão dos fundos.

Em Portugal, a delimitação das responsabilidades de financiamento entre os Fundos (fundos estruturais, FEADER e FEP) atribui ao FEADER e ao FEP o financiamento de intervenções dirigidas à dotação em bens e serviços não públicos, podendo, no entanto, existir exceções nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, tendo em conta as suas especificidades. Mais concretamente, ao FEADER compete o apoio à manutenção dos sistemas agroflorestais em todas as áreas classificadas da rede Natura, nomeadamente dentro das intervenções territoriais integradas, as intervenções relativas ao turismo em espaço rural e ao turismo de natureza, o financiamento de efluentes agrícolas e agroindustriais e o financiamento de microempresas em zonas rurais. O FEP é responsável pelas intervenções dentro das explorações piscatórias, exceto as relativas à I&DT nas pescas ou os correspondentes equipamentos de investigação, que poderão ser apoiados pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER).

Os objetivos e a organização operacional do QREN

A organização operacional do QREN introduziu alterações substanciais face aos modelos anteriormente adotados, nomeadamente no respeitante à transversalidade do compromisso dos Programas Operacionais para com a prossecução dos objetivos da estratégia e a concretização das prioridades, à introdução da lógica de programação monofundo (cada Programa Operacional passa a ser objeto de apoio financeiro por parte de um único fundo estrutural, substituindo, assim, a programação plurifundo até então adotada) ou à convergência

A organização operacional do QREN revelou-se também inovadora, introduzindo alterações substanciais face aos modelos anteriormente adotados, designadamente pela adoção de três agendas temáticas e pela programação monofundo.

Os programas operacionais temáticos e regionais concretizam, no terreno, as três agendas temáticas – Potencial Humano, Fatores de Competitividade e Valorização do Território.

entre os fundos estruturais e o Fundo de Coesão em matéria de programação plurianual.

A operacionalização da estratégia concretiza-se através do estabelecimento de três agendas operacionais temáticas – Capital Humano, Fatores de Competitividade e Valorização do Território –, estruturantes e articuladas com os programas operacionais (temáticos e regionais) e com as orientações estratégicas comunitárias em termos de coesão e dos objetivos e prioridades de desenvolvimento.

A concretização no terreno destas agendas temáticas é feita através de:

- Três programas operacionais temáticos, cuja designação decorre das três agendas adotadas, sendo o Capital Humano exclusivamente financiado pelo Fundo Social Europeu (FSE), o Fatores de Competitividade pelo FEDER e o Valorização do Território conjuntamente financiado pelo FEDER e pelo Fundo de Coesão;
- Cinco programas operacionais regionais do continente, designadamente Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve, financiados em exclusivo pelo FEDER;
- Quatro programas operacionais com aplicação nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira;
- Programas operacionais de Cooperação Territorial (transfronteiriça, transnacional e inter-regional);
- Dois programas operacionais de assistência técnica ao QREN.

A Agenda para o Potencial Humano visa promover as qualificações escolares e profissionais dos portugueses, o emprego, a inclusão social e as condições para a valorização da igualdade de género e da cidadania plena. Os correspondentes objetivos são: i) superar o défice estrutural de qualificações da população portuguesa; ii) promover o conhecimento científico, a inovação e a modernização do tecido produtivo e da administração pública; iii) estimular a criação e a qualidade do emprego; e iv) promover a igualdade de oportunidades e a integração da igualdade de género como fator de coesão social. As sete vertentes de intervenção desta agenda abrangem a qualificação inicial, a adaptabilidade e aprendizagem ao longo da vida, a gestão e o aperfeiçoamento profissional, a formação avançada para a competitividade, o apoio ao empreendedorismo e à transição para a vida ativa, a cidadania, a inclusão e o desenvolvimento social e a promoção da igualdade de género.

O Programa Operacional Temático Potencial Humano (com incidência no continente), o Programa Operacional de Valorização do Potencial Humano e Coesão Social da Região Autónoma da Madeira (RUMOS) ou o Programa

Operacional do Fundo Social Europeu para a Região Autónoma dos Açores (PROEMPREGO) incluem-se nesta agenda temática.

Por seu turno, a Agenda para os Fatores de Competitividade pretende estimular a qualificação do tecido produtivo por via da inovação, do desenvolvimento tecnológico e do estímulo do empreendedorismo, bem como melhorar a envolvente da atividade empresarial, com relevo para a redução dos custos públicos de contexto. As vertentes de intervenção compreendem estímulos à produção do conhecimento e desenvolvimento tecnológico, incentivos à inovação e renovação do modelo empresarial e do padrão de especialização, instrumentos de engenharia financeira para o financiamento e partilha de risco na inovação, intervenções integradas para a redução dos custos públicos de contexto, ações coletivas de desenvolvimento empresarial, estímulos ao desenvolvimento da sociedade da informação, redes e infraestruturas de apoio à competitividade regional e promoção de ações integradas de valorização económica dos territórios menos competitivos.

O Programa Operacional Temático Fatores de Competitividade, os programas operacionais regionais do continente (nos eixos prioritários da competitividade, inovação e conhecimento), o Programa Operacional de Valorização do Potencial Económico e Coesão Territorial da Região Autónoma da Madeira (INTERVIR+) e o Programa Operacional da Região Autónoma dos Açores para a Convergência (PROCONVERGENCIA) contribuem para esta agenda temática.

Por último, a Agenda para a Valorização do Território visa dotar o país e as suas regiões e sub-regiões de melhores condições de atratividade para o investimento produtivo e de condições de vida para as populações, a qual abrange as intervenções de natureza infraestrutural e de dotação de equipamentos essenciais à qualificação dos territórios e ao reforço da coesão económica, social e territorial. Neste domínio são consideradas quatro intervenções principais: i) o reforço da conectividade internacional, das acessibilidades e da mobilidade; ii) a proteção e valorização do ambiente; iii) a política de cidades; e iv) redes, infraestruturas e equipamentos para a coesão territorial e social.

O Programa Operacional Temático Valorização do Território e os programas operacionais regionais, bem como o PROCONVERGENCIA e o INTERVIR+, sob os eixos prioritários dedicados à valorização do espaço regional e à coesão local e urbana, operacionalizam a prossecução dos objetivos desta Agenda.

Os fundos programados para Portugal

Em termos financeiros, o QREN representou um reforço das dotações destinadas à qualificação dos recursos humanos e à promoção do crescimento sustentado da economia. Na sua operacionalização, a dimensão financeira e a natureza dos programas operacionais passou a ser fortemente marcada pelo enquadramento das regiões portuguesas (NUTS II) nos vários Objetivos da Política de Coesão. A significativa heterogeneidade inter-regional ditou uma abrangência limitada dos Programas Operacionais Temáticos, que passaram a ser apenas aplicáveis às regiões enquadradas no Objetivo Convergência da Política de Coesão, ao mesmo tempo que se assistiu a um aumento da parcela de financiamento alocada aos programas operacionais regionais do continente, face a períodos de programação anteriores.

A programação do financiamento estrutural da União Europeia pressupõe um efeito de alavanca dos fundos sobre a economia nacional, dado que, à aplicação dos recursos financeiros públicos, se deverão associar outras fontes de financiamento, nomeadamente de natureza privada.

O volume total de fundos estruturais e de coesão disponibilizado a Portugal para o período 2007-2013 atingiu cerca de 25,7 mil milhões de euros (Gráfico 1.1), considerando o financiamento estrutural previsto no Quadro de Referência Estratégico Nacional (cerca de 21,4 mil milhões de euros), bem como os montantes previstos para o desenvolvimento rural, por via do FEADER (cerca de 4,1 mil milhões), e o Fundo Europeu das Pescas (cerca de 0,2 mil milhões de euros).

Para esta programação de fundos da União Europeia foi estimada uma contrapartida nacional por parte de entidades públicas de cerca de seis mil milhões de euros e de agentes privados na ordem de três mil milhões de euros, o que totaliza cerca de 34 mil milhões de euros de investimento programado para Portugal para o período.

A programação do financiamento estrutural da União Europeia pressupõe, por conseguinte, um efeito de alavanca dos fundos sobre a economia nacional, na medida em que se espera que, à aplicação dos recursos financeiros públicos – nacionais ou comunitários –, se venham a associar outras fontes de financiamento, nomeadamente de natureza privada.

Tendo em conta a estruturação operacional do QREN, os programas temáticos concentram a grande maioria do financiamento comunitário programado (cerca de 66%), sendo que aos programas regionais do continente e das Regiões Autónomas são alocados, respetivamente, cerca de 27% e 8% da dotação financeira global (Gráfico 1.2).

Uma análise mais detalhada ao nível da dotação alocada aos vários eixos prioritários que integram os programas operacionais e os correspondentes domínios de intervenção permite concluir que:

- De entre os eixos prioritários financiados pelo FSE (Gráfico 1.3), as verbas destinadas à qualificação inicial e à adaptabilidade e aprendizagem ao

longo da vida nas regiões de Convergência do Continente surgem como as financeiramente mais relevantes, representando cerca de 30% e 24% da dotação global do FSE;

- Nos Eixos Prioritários financiados pelo FEDER no domínio da Agenda Temática Fatores de Competitividade (Gráfico 1.4) relevam os eixos prioritários dirigidos à inovação e renovação do modelo empresarial e do padrão de especialização, bem como ao reforço da competitividade, inovação, conhecimento e desenvolvimento tecnológico; a magnitude das dotações financeiras previstas para estes eixos materializa, assim, a aposta do QREN no reforço dos fatores que potenciam a competitividade da economia portuguesa;
- No contexto da Agenda para a Valorização do Território e do correspondente Programa Operacional Temático, os eixos prioritários financiados pelo FEDER e pelo Fundo de Coesão privilegiam: i) os investimentos em sistemas ambientais e de prevenção, gestão e monitorização de riscos; ii) as infraestruturas e os equipamentos para a valorização territorial e o desenvolvimento urbano; e iii) as redes e os equipamentos estruturantes nacionais de transporte e mobilidade sustentável;
- Ainda no domínio da Agenda para a Valorização do Território, a globalidade dos programas operacionais regionais elege a coesão local e urbana como grande prioridade, onde pontuam os investimentos ligados à qualificação dos serviços coletivos territoriais de proximidade e do sistema urbano regional, designadamente operações integradas de regeneração e desenvolvimento urbano e redes urbanas para competitividade e inovação.

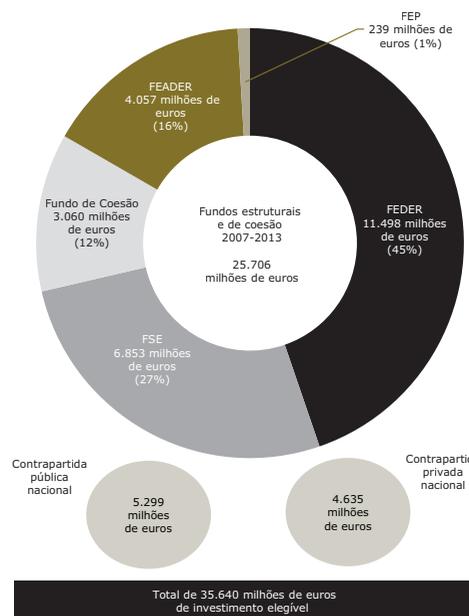
Com uma dotação de 4.057 milhões de euros alocada a Portugal para o período 2007-2013, o FEADER é operacionalizado através de Programas de Desenvolvimento Rural, alicerçados em quatro eixos: aumento da competitividade dos setores agrícola e florestal, melhoria do ambiente e do espaço rural, qualidade de vida nas zonas rurais e diversificação da economia rural e LEADER (relativo à implementação de estratégias locais de desenvolvimento por parcerias dos setores público e privado). Os programas operacionais considerados são: i) o Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER), com aplicação nas regiões do continente; ii) o Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores (PRORURAL); iii) o Programa de Desenvolvimento Rural para a Região Autónoma da Madeira (PRODERAM); e iv) o Programa para a Rede Rural Nacional (PRRN), que pretende promover o intercâmbio entre todos os atores dos territórios rurais. Entre os grandes objetivos visados pelo FEADER (Gráfico 1.5), é a promoção da competitividade dos setores agrícola e florestal que é financeiramente privilegiada, sendo também a que

pressupõe um maior envolvimento dos agentes privados, logo apresentando um efeito de alavanca mais significativo. A gestão sustentável do espaço rural e a melhoria do ambiente e da paisagem rural acolhem, de igual modo, uma parcela substancial do financiamento comunitário veiculado via FEADER.

Para este ciclo comunitário, a dotação do FEP para Portugal totalizou 239 milhões de euros e a sua operacionalização contempla cinco eixos prioritários no Programa Operacional Pesca 2007-2013 (PROMAR), designadamente: adaptação da frota de pesca; aquicultura, transformação e comercialização dos produtos da pesca e da aquicultura; medidas de interesse geral (como ações coletivas, intervenções nos portos, campanhas de promoção, etc.); desenvolvimento sustentável das zonas de pesca; e assistência técnica. No caso do FEP (Gráfico 1.6), as operações dirigidas à aquicultura, transformação e comercialização dos produtos da pesca e da aquicultura acolhem metade da dotação de fundo alocada ao PROMAR, constituindo, assim, o objetivo de maior relevo financeiro no seio do Programa. As medidas de interesse geral e a adaptação da frota de pesca correspondem, por seu turno, cerca de 22% e 19% da dotação global, respetivamente.

O volume total de investimento associado a fundos estruturais e de coesão programado para Portugal para o período 2007-2013 ascende a cerca de 36 mil milhões de euros, assumindo uma comparticipação comunitária média de 72%.

Gráfico 1.1. Total do investimento programado a financiar pelo QREN, FEADER e FEP | 2007-2013



Fonte: Augusto Mateus & Associados, com base nos documentos de programação do QREN, do FEADER e do FEP

Gráfico 1.2. Total de investimento programado no QREN de acordo com os programas operacionais | 2007-2013

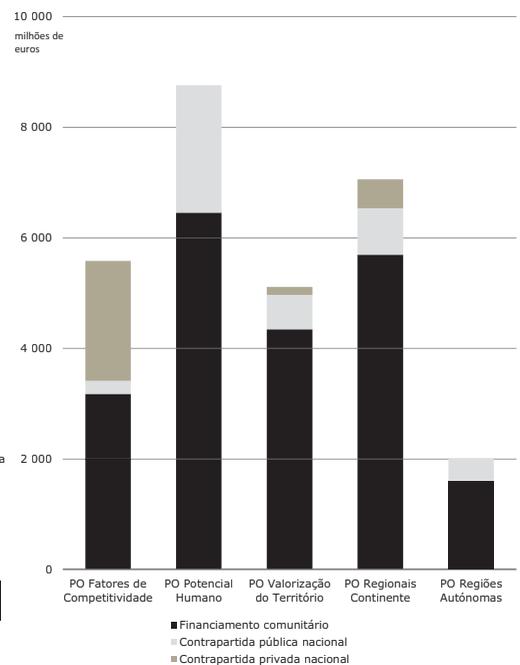
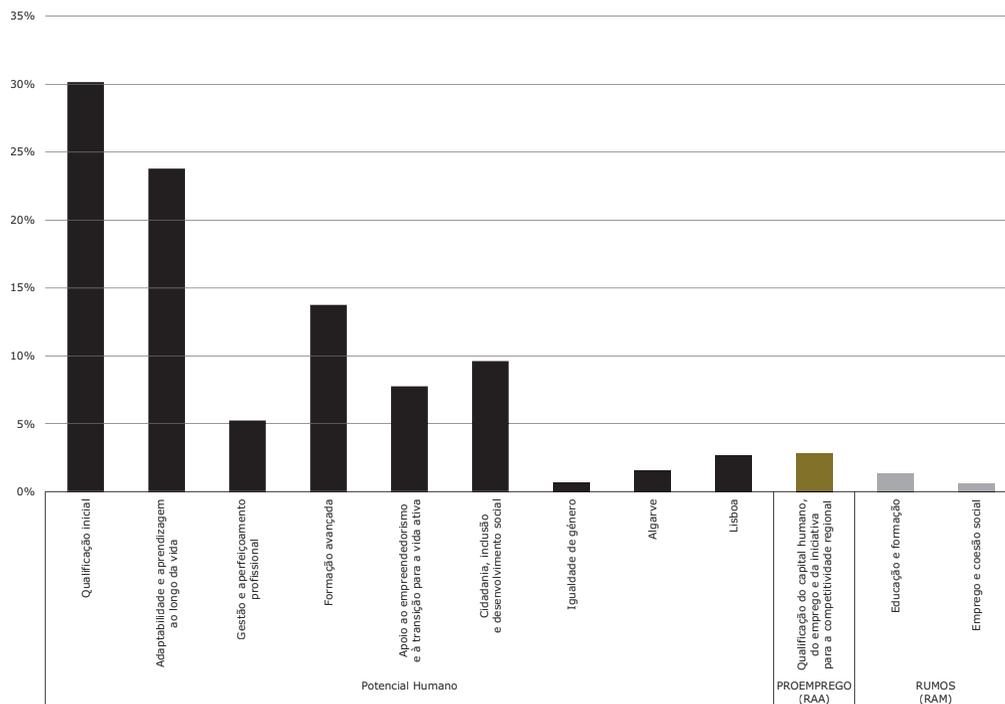


Gráfico 1.3. Programação financeira do QREN – Programas operacionais e eixos prioritários financiados pelo FSE (em percentagem da dotação financeira total FSE)

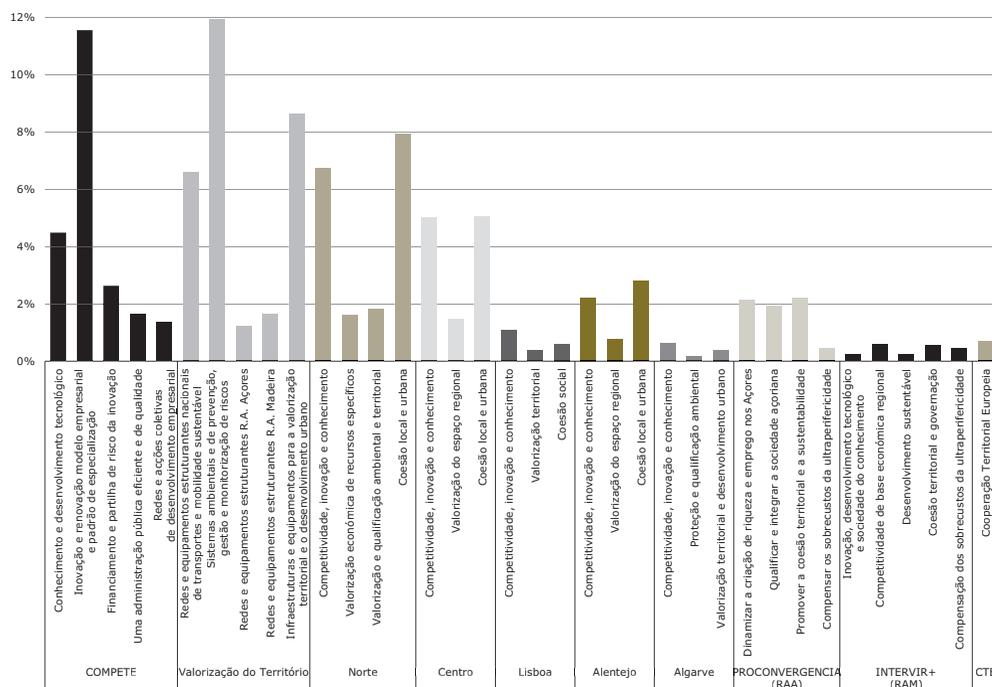


As verbas destinadas à qualificação inicial e à adaptabilidade e aprendizagem ao longo da vida representam, em conjunto, mais de metade da dotação financeira total do FSE para o período.

Nota: Não inclui as dotações financeiras relativas a assistência técnica. As dotações relativas às regiões de Lisboa e Algarve assumiram-se como eixos mas prosseguem intervenções correspondentes aos restantes eixos prioritários.

Fonte: Augusto Mateus & Associados com base nos documentos de programação do QREN

Gráfico 1.4. Programação financeira do QREN – Programas operacionais e eixos prioritários financiados pelo FEDER e Fundo de Coesão (em percentagem da dotação financeira total FEDER e Fundo de Coesão)



De entre as tipologias de intervenção visadas pelo financiamento FEDER e pelo Fundo de Coesão relevam as dirigidas à competitividade do modelo empresarial, bem como a prevenção e gestão de riscos, a valorização territorial e o desenvolvimento urbano.

Nota: Não inclui as dotações financeiras relativas a assistência técnica.

Fonte: Augusto Mateus & Associados com base nos documentos de programação do QREN

A promoção da competitividade dos setores agrícola e florestal e as atividades relacionadas com a aquicultura, transformação e comercialização dos produtos da pesca e da aquicultura constituem, respetivamente, os domínios de eleição das intervenções FEADER e FEP no período.

Fonte: Augusto Mateus & Associados, com base nos documentos de programação do FEADER e do FEP

Gráfico 1.5. Total do investimento programado para o desenvolvimento rural por via do FEADER | 2007-2013

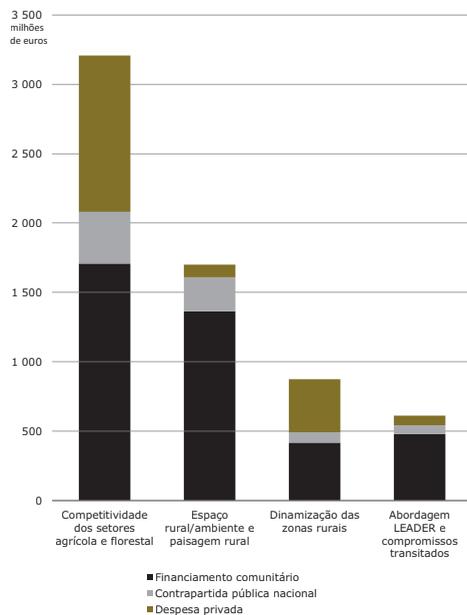
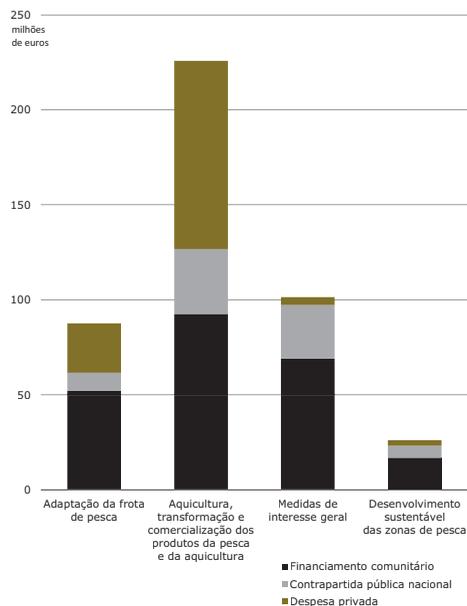


Gráfico 1.6. Total do investimento programado para as pescas por via do FEP | 2007-2013



2

Aplicação dos fundos estruturais e de coesão relativos ao período 2007-2013

O contexto efetivo de execução do financiamento comunitário a Portugal no período 2007-2013, apesar de preparado num clima de relativa confiança e otimismo relativamente à evolução futura das economias europeias ou ao relançamento da convergência da economia portuguesa no espaço europeu, foi, no entanto, decisivamente marcado por:

- Uma crise económica e financeira mundial de relevante dimensão;
- Uma importante redução do ritmo de crescimento do potencial de criação de riqueza nas economias europeias que gerou grandes dificuldades na gestão da maioria dos orçamentos públicos;
- Uma conjuntura de duro ajustamento financeiro na sequência da crise no seu financiamento externo, apoiada em medidas fiscais e orçamentais de forte contenção dos rendimentos e da procura interna.

A execução do QREN fez-se, deste modo, num contexto bastante diferenciado do que tinha sido equacionado no tempo da sua preparação.

Sob este enquadramento, o volume total de fundos estruturais e de coesão executados em Portugal até 31 de dezembro de 2014, referentes ao período de programação 2007-2013, ascendeu a 21,6 mil milhões de euros, o que corresponde à despesa validada para reembolso dos beneficiários dos projetos aprovados até à data.

A execução das operações aprovadas decorrerá, porém, até ao final de 2015, o que justificará, em grande medida, as divergências evidenciadas face aos volumes programados para a totalidade do período. O montante global referido inclui os valores executados relativos ao FEDER, ao Fundo de Coesão e ao FSE no âmbito do QREN, bem como ao FEADER e ao FEP.

O volume de financiamento estrutural alavancou, entre 2007 e 2013, uma contrapartida nacional por parte de entidades públicas na ordem dos 4,8 mil milhões de euros e uma contrapartida nacional por parte de agentes privados de cerca de 5,4 mil milhões de euros.

O montante global de investimento executado por Portugal no período 2007-2013, que resulta da soma do financiamento da União Europeia, da contrapartida pública nacional e da contrapartida privada nacional, ascendeu a cerca de 31,8 mil milhões de euros (Gráfico 2.1).

Face à estrutura de financiamento prevista, é de assinalar a maior proporção de despesa privada no volume total executado, não obstante o contexto de restrição no acesso ao crédito por parte dos agentes privados, refletindo a profunda crise financeira do Estado com reflexos significativos quer ao nível dos organismos do Estado central, quer ao nível do poder local.

O financiamento estrutural da União Europeia executado entre 2007 e 2013 até ao final de 2014 no âmbito do QREN, do FEADER e do FEP alcançou, com estes números, uma dimensão equivalente a cerca de 1,8% do PIB médio anual do período 2007-2013.

A repartição da execução do financiamento da União Europeia pelos diversos fundos estruturais e de coesão destaca a concretização prioritária de infraestruturas, de investimentos produtivos destinados às empresas e demais intervenções financiadas pelo FEDER e pelo Fundo de Coesão, bem como a promoção do emprego, a qualificação e a formação profissional ou a inclusão social dos mais desfavorecidos, concretizadas no âmbito do FSE.

Em termos da ventilação regional da execução dos financiamentos estruturais europeus, convém lembrar que o QREN se demarca dos QCA anteriores por uma clara diferenciação do acesso das regiões portuguesas aos fundos estruturais que privilegiou fortemente as regiões menos desenvolvidas.

A regionalização da intervenção comunitária ao longo dos quatro períodos de programação torna evidente a evolução das várias regiões quanto ao seu desenvolvimento face à média nacional e europeia, condicionando, desde logo, a sua elegibilidade aos financiamentos de carácter estrutural, uma vez que as regiões relativamente mais ricas recebem menos apoios do que as mais pobres.

A região Norte foi destinatária de cerca de 39% das verbas aplicadas no âmbito do QREN (Gráfico 2.2), logo seguida da região Centro, com 26% dos fundos executados. O Centro e, muito particularmente, o Norte têm vindo a reforçar a sua posição em termos de fundos alocados e executados, muito por efeito da degradação do posicionamento relativo destas regiões no contexto nacional e europeu.

As restantes regiões do Objetivo Convergência absorveram cerca de 12% (Alentejo) e 6% (Açores) da execução global acumulada, sendo que as regiões

enquadradas em regimes transitórios e Lisboa representaram um total de cerca de 10% das verbas executadas.

A prestação destes fundos até ao final do ano de 2014 demonstra, assim, que as regiões Norte e Centro acolhem dois em cada três euros dos fundos da União Europeia e que, se se considerar também o Alentejo, sobe para quatro em cada cinco euros de financiamento estrutural destinados a estas três regiões portuguesas.

As importantes alterações da conjuntura económica verificadas a partir do arranque do QREN traduziram-se em mudanças não menos significativas do seu próprio quadro de execução, refletindo as necessidades e os comportamentos dos agentes económicos e sociais, públicos e privados, visados pelos financiamentos, o que foi determinante nos desenvolvimentos registados na implementação dos vários programas operacionais e deverá ser considerado, de forma relevante, na análise dos respetivos resultados.

A profunda alteração do contexto económico e financeiro verificada entre a preparação e a operacionalização do QREN teve, também, reflexos muito relevantes no nível e na composição do investimento a financiar, quer de cariz empresarial, quer de natureza pública.

No primeiro caso, do investimento empresarial, as condições de mercado e de financiamento vigentes ditaram, em particular, o alargamento do ciclo de execução dos projetos e o retardamento da produção dos respetivos impactos.

No segundo caso, dos projetos de natureza pública, a restritividade e contenção impostas às finanças públicas limitaram a absorção de fundos inicialmente alocados a entidades públicas e moldaram, de forma determinante, as tipologias de investimento a privilegiar por parte destas entidades.

As restrições financeiras que afetaram os promotores públicos e privados, bem como o forte aumento da incerteza que caracterizou a evolução económica, colocou, assim, sérios desafios à implementação do QREN e à prossecução dos seus objetivos e prioridades estratégicas.

Para minimizar o impacto adverso destas condicionantes foram tomadas, a nível nacional, algumas medidas e iniciativas procurando facilitar e agilizar a execução dos projetos aprovados.

Entre estas medidas destacam-se a criação de linhas de crédito de apoio ao investimento privado e público, o aumento das taxas de cofinanciamento do investimento público, a adoção de medidas de simplificação e agilização de procedimentos de gestão e a aferição da capacidade efetiva de concretização dos compromissos assumidos por parte dos promotores.

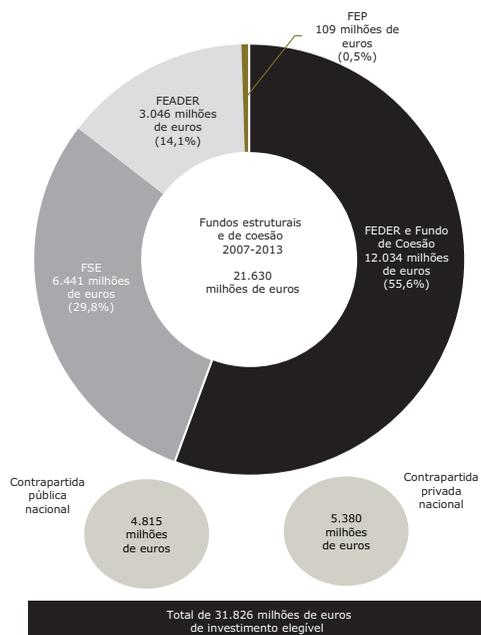
O QREN e os seus programas financiadores foram, neste quadro, objeto de várias reprogramações ao longo do período da sua implementação, essencialmente com os objetivos de:

- Maximizar a componente comunitária de financiamento das operações aprovadas (nomeadamente ao nível do investimento público);
- Privilegiar a produção de bens e serviços transacionáveis, facilitando as condições gerais de financiamento das empresas;
- Reforçar os apoios à formação de capital humano e à promoção de emprego, sobretudo do emprego de jovens;
- Privilegiar a coesão social e a integração dos grupos económica e socialmente mais fragilizados.

Na Europa e, também em Portugal, o ciclo de 2007-2013 foi, portanto, executado com uma evidente sobreposição das dificuldades conjunturais sobre os objetivos estruturais, e com uma não menos evidente sobreposição entre motivações estratégicas e condicionalismos operacionais.

A distribuição percentual das verbas aplicadas no âmbito do QREN revela que as regiões Norte e Centro acolhem cerca de dois terços do total, facto a que não será alheio o seu enquadramento nos Objetivos da Política de Coesão, bem como a população abrangida por estas regiões.

Gráfico 2.1. Total do investimento executado associado aos fundos estruturais e de coesão | 2007-2013



Nota: A repartição da execução por região NUTS II não inclui os valores relativos a apoios considerados como "Multirregional Convergência" e "Não Regionável".

Fonte: Augusto Mateus & Associados, com base em dados disponibilizados pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão

Gráfico 2.2. Repartição da execução financeira do FEDER, Fundo de Coesão e FSE por região NUTS II | 2007-2013



Aplicação do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e do Fundo de Coesão (FC)

Portugal recebeu, entre 2007 e 2014, cerca de 12 mil milhões de euros de financiamento da União Europeia através do FEDER e do Fundo de Coesão.

Estes fundos foram destinados à realização de infraestruturas e investimentos produtivos geradores de emprego, quer em domínios de investimento público, quer no apoio a empresas, bem como a investimentos em redes trans-europeias de transporte e ambiente (incluindo transportes e energia com impacto no ambiente).

A este montante de fundo associou-se uma contribuição financeira por parte de entidades públicas nacionais de cerca de dois mil milhões de euros e uma contrapartida de agentes privados de cerca de quatro mil milhões de euros. Somando o financiamento da União Europeia e as contrapartidas pública e privada a nível nacional, o investimento no país financiado pelo FEDER e Fundo de Coesão ascendeu a cerca de 18 mil milhões de euros.

A repartição do financiamento FEDER e Fundo de Coesão por grandes domínios prioritários de intervenção (Gráfico 2.3) revela o privilégio concedido, pela primeira vez desde a aplicação do I Quadro Comunitário, e em detrimento dos investimentos em acessibilidades e transportes, aos domínios da investigação e desenvolvimento tecnológico (I&DT), inovação e empreendedorismo que, a nível nacional, acolheram cerca de 32% da execução financeira global destes fundos.

As infraestruturas sociais (22%) e o ambiente e prevenção de riscos (16%) são também dois domínios de intervenção que se destacam na execução financeira global.

A execução destes fundos do QREN até ao final de 2014 coloca, assim, em perspetiva uma orientação para domínios de intervenção relacionados com a atividade produtiva (nomeadamente a empresarial) e com a criação de condições de atratividade e de qualidade de vida, com particular relevo para as infraestruturas de ensino.

A comparação da execução dos fundos em termos regionais revela que são as regiões Norte e Centro que mais se aproximam da distribuição global nacional, o que pode ser em parte explicado pelo grande peso que estas duas regiões representam no total do financiamento dos dois fundos considerados.

O Alentejo, enquadrado no Objetivo Convergência da Política de Coesão tal como as duas regiões anteriores, distingue-se destas e da repartição global por uma maior representatividade dos investimentos direcionados para o domínio do ambiente e da prevenção de riscos e um menor peso dos investimentos relacionados com a I&DT, a inovação e o empreendedorismo.

A repartição do financiamento FEDER e Fundo de Coesão por grandes domínios prioritários de intervenção revela o privilégio concedido – pela primeira vez desde a aplicação do I Quadro Comunitário – aos domínios da investigação e desenvolvimento tecnológico, inovação e empreendedorismo.

A região de Lisboa, juntamente com a Região Autónoma da Madeira (regiões integradas no Objetivo Competitividade Regional e Emprego), divergiu significativamente do conjunto nacional, apresentando os domínios da I&DT, inovação e empreendedorismo valores significativamente inferiores, destacando-se em sentido contrário o ambiente e a prevenção de riscos. Na região de Lisboa é também notável o peso atribuído aos investimentos no domínio da sociedade da informação.

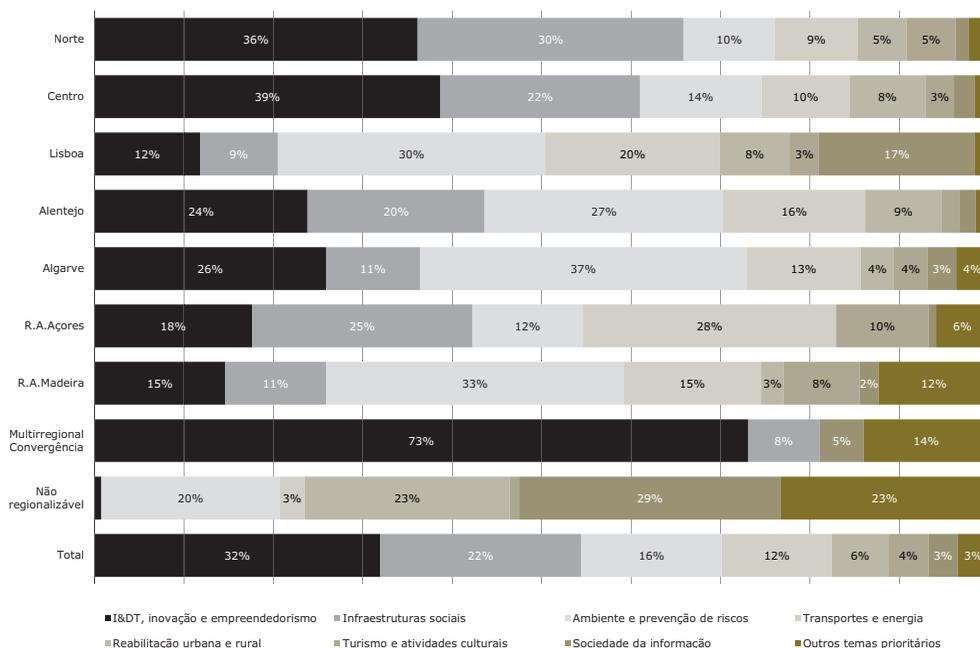
Na região do Algarve é de salientar a maior fatia relativa ao ambiente e à prevenção de riscos (mais do dobro da média nacional) e uma repartição bastante semelhante ao total global nos domínios da reabilitação urbana e rural, turismo e atividades culturais e sociedade da informação.

A Região Autónoma dos Açores apresenta uma distribuição bastante específica, bastante diferente, quer das restantes Regiões do Objetivo Convergência da Política de Coesão, quer da Região Autónoma da Madeira, destacando-se o domínio da reabilitação urbana e rural, que revela um valor que supera o dobro da média nacional.

Em termos globais poderá mesmo afirmar-se que as regiões localizadas mais a Norte do país (Norte e Centro) tenderam, no âmbito da Política de Coesão, a privilegiar investimentos nos domínios da I&DT, inovação e empreendedorismo, bem como infraestruturas sociais, ao passo que a Sul e na Região Autónoma da Madeira o domínio prioritário de maior relevo financeiro foi o ambiente e a prevenção de riscos, o que poderá justificar-se pela orientação turística destas regiões.

Uma análise mais detalhada, ao nível de tema prioritário (Gráfico 2.4), revela que, a nível global, as infraestruturas de ensino, a investigação e inovação em empresas e a reabilitação urbana e rural integrada assumem os lugares cimeiros do *ranking* da aplicação do FEDER e do Fundo de Coesão. A correspondente desagregação por região NUTS II evidencia variações significativas ao nível dos temas privilegiados, sendo que, como seria expectável, são as regiões do Norte e do Centro as que mais se aproximam da estrutura nacional.

Gráfico 2.3. Repartição do financiamento FEDER e Fundo de Coesão por grandes domínios prioritários de intervenção



Não obstante a clara diferenciação regional entre NUTS II, são evidentes as apostas do FEDER e do Fundo de Coesão na investigação e desenvolvimento tecnológico, nas infraestruturas sociais e no ambiente e prevenção de riscos ao longo do período 2007-2013.

Nota: Os grandes domínios de intervenção apresentados resultam da agregação dos grupos de temas prioritários regulamentamente contemplados.

Fonte: Augusto Mateus & Associados com base em dados disponibilizados pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão

Gráfico 2.4. Principais temas prioritários selecionados pelos Programas Operacionais FEDER e Fundo de Coesão com intervenção nas várias regiões NUTS II | 2007-2013

TOTAL	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R.A. Açores	R.A. Madeira
Infraestruturas de ensino	Infraestruturas de ensino	Investigação e inovação em empresas	Autoestradas (RTE-T)	Investigação e inovação em empresas	Investigação e inovação em empresas	Infraestruturas de ensino	Prevenção de riscos
Investigação e inovação em empresas	Investigação e inovação em empresas	Infraestruturas de ensino	Transportes urbanos limpos	Gestão e distribuição de água potável	Tratamento de águas residuais	Estradas regionais/locais	Outros investimentos em empresas
Reabilitação urbana e rural integrada	Reabilitação urbana e rural integrada	Reabilitação urbana e rural integrada	Utilização eficiente de TIC por parte das PME	Infraestruturas de ensino	Prevenção de riscos	Portos	Infraestruturas de ensino
Outros investimentos em empresas	Outros investimentos em empresas	Outros investimentos em empresas	Prevenção de riscos	Transporte ferroviário (RTE-T)	Infraestruturas de ensino	Outros investimentos em empresas	Sobrecustos ligados à dimensão do mercado
Tratamento de águas residuais	Tratamento de águas residuais	Tratamento de águas residuais	Reabilitação urbana e rural integrada	Reabilitação urbana e rural integrada	Gestão e distribuição de água potável	Outras infraestruturas sociais	Assistência destinada a melhorar os serviços do turismo
Estradas regionais/locais	Autoestradas (RTE-T)	Estradas regionais/locais	Infraestruturas de ensino	Tratamento de águas residuais	Estradas regionais/locais	Sobrecustos do défice de acessibilidade e fragmentação	Autoestradas (RTE-T)
Gestão e distribuição de água potável	Transferência de tecnologias e redes de cooperação	Transporte ferroviário (RTE-T)	Tratamento de águas residuais	Outras infraestruturas sociais	Transporte ferroviário (RTE-T)	Promoção dos recursos naturais	Portos
Prevenção de riscos	Infraestruturas de saúde	Infraestruturas de IDT	Apoio à IDT, em especial nas PME	Estradas regionais/locais	Outros investimentos em empresas	Gestão dos resíduos domésticos e industriais	Estradas regionais/locais
Transporte ferroviário (RTE-T)	Serviços avançados de apoio a empresas	Gestão dos resíduos domésticos e industriais	Serviços e aplicações para os cidadãos	Outros investimentos em empresas	Reabilitação urbana e rural integrada	Infraestruturas de saúde	Gestão e distribuição de água potável
Autoestradas (RTE-T)	Atividades de IDT em centros de investigação	Atividades de IDT em centros de investigação	Tecnologias da informação e da comunicação	Gestão dos resíduos domésticos e industriais	Outras medidas para a investigação, inovação e empreendedorismo	Serviços avançados de apoio a empresas	Reabilitação urbana e rural integrada

As infraestruturas de ensino, a investigação e inovação em empresas e a reabilitação urbana e rural integrada assumem os lugares cimeiros do ranking da aplicação do FEDER e do Fundo de Coesão no período.

Fonte: Augusto Mateus & Associados com base em dados disponibilizados pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão

Na repartição do financiamento total executado associado ao FEDER e ao Fundo de Coesão por região NUTS II em valores absolutos, as regiões Norte e Centro destacam-se, claramente, das demais.

A repartição do financiamento FEDER e Fundo de Coesão de acordo com as entidades beneficiárias (Gráfico 2.5) revela que, globalmente, a Administração Autónoma Local e Regional tem sido a grande responsável pela absorção de fundos, acolhendo cerca de 32% do total executado até ao final de 2014. O setor empresarial do Estado e as empresas destacam-se também, no cômputo global, sendo responsáveis, respetivamente, por cerca de 26% e 23% da execução acumulada.

As regiões Norte e Centro (ambas enquadradas no Objetivo Convergência) são as que mais se aproximam da distribuição média nacional, o que pode ser explicado, em parte, pelo facto de serem estas as regiões às quais foi atribuído um maior volume de financiamento no período em questão.

O Alentejo e o Algarve, embora sendo regiões enquadradas em diferentes objetivos da Política de Coesão, partilham um peso comum do setor público (embora com diferente composição) na repartição do financiamento, sendo que esta última região se destaca também, juntamente com Lisboa, pelo peso relativamente pequeno atribuído às Entidades Privadas sem Fins Lucrativos (EPSFL) e ao Ensino Superior. Lisboa assume-se, neste quadro, como a região continental em que o setor público apresenta uma maior preponderância face à média nacional, destacando-se face ao total do país por uma diferença de 18 pontos percentuais.

As regiões insulares (Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores) são aquelas em que a repartição do financiamento é mais contrastante com o quadro nacional, sendo bastante semelhante entre si, podendo-se estabelecer aqui uma possível relação entre a insularidade (e conseqüente ultraperifricidade) e a repartição do FEDER e do Fundo de Coesão. Com efeito, nestas regiões o setor público adquire um peso bastante superior ao verificado em qualquer uma das regiões continentais, assumindo, por outro lado, as EPSFL e o Ensino Superior uma proporção quase inexistente.

Deste modo, como característica comum a todas as regiões é possível constatar que cabe ao setor público a maior fatia da repartição do financiamento dos dois fundos.

A proximidade da composição do financiamento é também válida para o caso das Regiões Autónomas, sendo menos forte para as regiões continentais, pelo que é válida a conclusão de que são as especificidades de cada região, dadas por um conjunto de fatores, que determinam a diferente distribuição dos recursos pelas várias tipologias de entidades beneficiárias.

Na repartição do financiamento total executado associado ao FEDER e ao Fundo de Coesão por região NUTS II (Gráfico 2.6), as regiões Norte e Centro destacam-se, claramente, das demais sendo que o financiamento atribuído à região Norte foi, durante o período considerado, cerca de doze vezes superior

ao atribuído ao Algarve e mais de seis vezes o atribuído a Lisboa, sendo estas últimas as regiões com o menor montante atribuído relativamente a estes dois fundos.

Apesar das grandes assimetrias existentes, inclusivamente entre as regiões enquadradas nos mesmos objetivos, cabe às regiões do Objetivo Convergência a maior proporção do financiamento executado, em termos absolutos.

A distribuição do financiamento *per capita* do FEDER e do Fundo de Coesão por região NUTS II (Gráfico 2.7) é reveladora das diferenças inter-regionais a nível nacional, refletidas no enquadramento das regiões nos Objetivos da Política de Coesão.

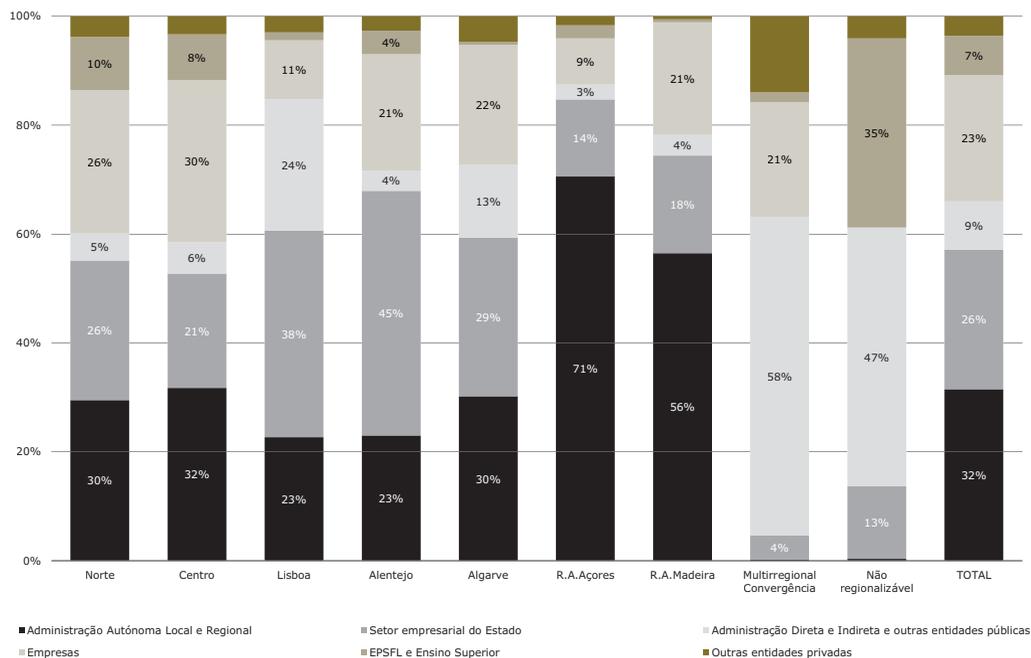
Com efeito, a nível continental, é notória a clivagem entre os montantes atribuídos às regiões do Norte, Centro e Alentejo (regiões incluídas no Objetivo Convergência) e às regiões de Lisboa e do Algarve (Lisboa enquadrada no Objetivo Competitividade Regional e Emprego e o Algarve enquadrado no regime transitório do Objetivo Convergência), sendo o montante *per capita* atribuído ao primeiro grupo de regiões bastante superior.

A nível das regiões autónomas, confirma-se a diferença com base nos motivos apresentados, sendo que, em média, a cada habitante da Região Autónoma dos Açores é afetado mais do dobro do montante alocado aos habitantes da Madeira. No entanto, considerando o território como um todo verifica-se que a Madeira, apesar de enquadrada no Objetivo Competitividade Regional e Emprego, capta, em termos médios ponderados pela população, um montante superior às regiões do Norte, Centro e Alentejo, refletindo as especificidades das regiões insulares (nomeadamente a compensação pela perifericidade).

É ainda de salientar que as grandes diferenças verificadas nesta distribuição (os valores atribuídos aos Açores são cerca de dezasseis vezes superiores aos atribuídos a Lisboa) surgem, não só pelas diferenças de desenvolvimento existentes entre as regiões, mas também, sendo esta uma distribuição *per capita*, pelas diferenças a nível da população abrangida.

Cabe ao setor público, designadamente à Administração Autónoma Local e Regional e ao setor empresarial do Estado, a maior fatia do financiamento veiculado por via do FEDER e do Fundo de Coesão.

Gráfico 2.5. Repartição do financiamento FEDER e Fundo de Coesão de acordo com as entidades beneficiárias

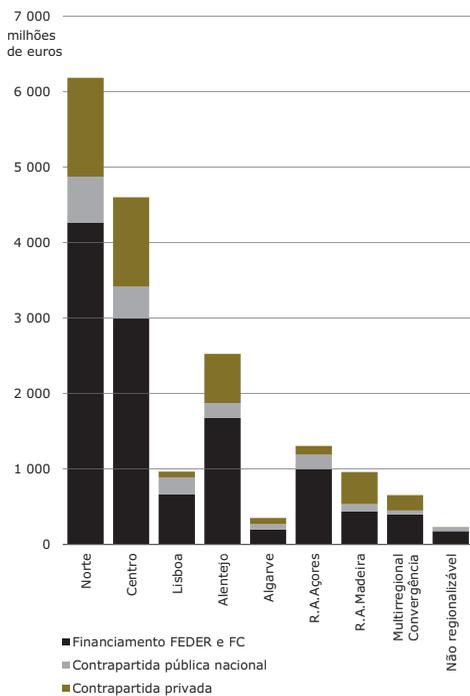


Nota: Os grandes domínios de intervenção apresentados resultam da agregação dos grupos de temas prioritários regulamentarmente contemplados.

Fonte: Augusto Mateus & Associados com base em dados disponibilizados pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão

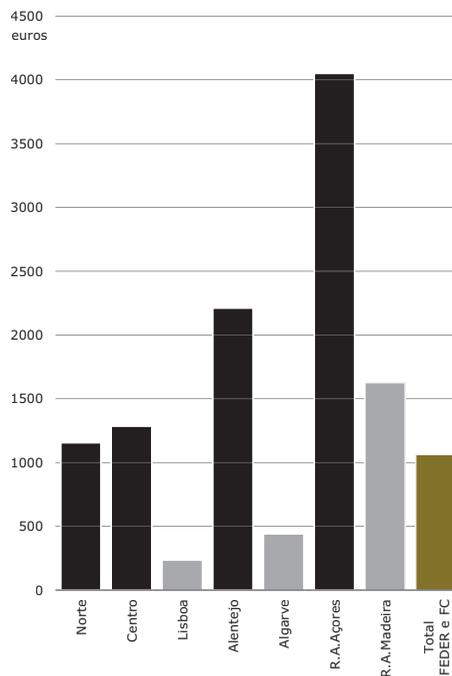
A Região Autónoma dos Açores destaca-se claramente das restantes NUTS II quando se relativiza a execução do FEDER e do Fundo de Coesão pela população abrangida nas várias regiões.

Gráfico 2.6. Investimento total associado ao FEDER e ao Fundo de Coesão por região NUTS II | 2007-2013



Fonte: Augusto Mateus & Associados, com base em dados disponibilizados pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão

Gráfico 2.7. Financiamento FEDER e Fundo de Coesão *per capita* por região NUTS II | 2007-2013



A repartição dos montantes FEDER e Fundo de Coesão executados ao nível das regiões NUTS III confirma a relevância das regiões Norte, Centro e Açores neste ciclo de programação. A região do Grande Porto absorveu 12% do montante de financiamento total disponível entre 2007 e 2013, afirmando-se como a região NUTS III que recebeu um maior volume de financiamento FEDER e Fundo de Coesão. A Região Autónoma dos Açores, concentrando 8,5% do montante disponível, o Baixo Vouga e o Baixo Mondego, ambos com 6%, também se destacam no panorama nacional (Mapa 2.4).

A análise da repartição *per capita* dos montantes FEDER e Fundo de Coesão executados ao nível de NUTS III requer a consideração quer dos montantes executados pelos programas operacionais regionais com incidência nas correspondentes NUTS II, quer dos montantes aplicados pelos programas operacionais temáticos com intervenção nas regiões NUTS III consideradas.

Neste contexto, o panorama global do continente dita, com algumas exceções, uma divisão do país entre litoral e interior, com as regiões do interior a absorverem uma maior proporção dos fundos considerados, quando relativizados pela respetiva população (Mapa 2.3).

Com efeito, a faixa mais interior do país, abrangendo as regiões de Alto Trás-os-Montes, Douro, Beira Interior Norte, Serra da Estrela, Cova da Beira, Beira Interior Sul, Alto Alentejo, Alentejo Central e Baixo Alentejo destaca-se, claramente, neste sentido. Pelo contrário, os desvios a esta tendência manifestam-se nos valores relativamente altos apresentados pelas regiões litorais do Minho-Lima, Baixo Vouga, Baixo Mondego e Alentejo Litoral, cujos valores *per capita* se destacam das restantes regiões do litoral.

As regiões NUTS II continentais enquadradas no Objetivo Competitividade Regional e Emprego e no regime transitório do Objetivo Convergência (*phasing out* estatístico), respetivamente Lisboa e Algarve, são as que apresentam valores mais baixos *per capita* em termos da execução dos fundos FEDER e Fundo de Coesão, o que é compatível com a sua integração nos Objetivos da Política de Coesão Europeia e, logo, a limitação territorial imposta pelas normas comunitárias dos programas operacionais temáticos às regiões enquadradas no Objetivo Convergência (Norte, Centro e Alentejo).

Em termos insulares, as disparidades entre as duas Regiões Autónomas refletem-se nesta representação. Nesse sentido, a Região Autónoma da Madeira, integrada no regime transitório do Objetivo Competitividade Regional e Emprego (designado *phasing in*), apresenta valores mais baixos em relação a este indicador do que a Região Autónoma dos Açores, integrada no Objetivo Convergência “puro”.

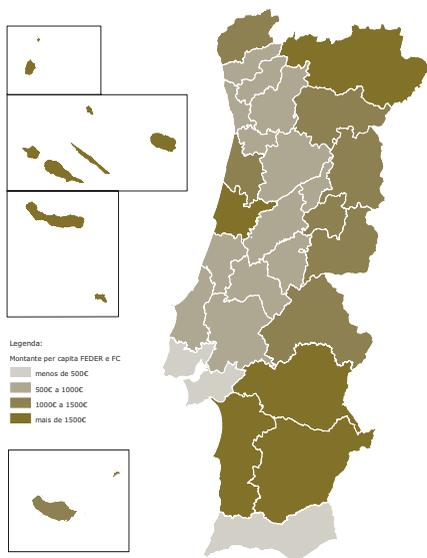
A análise da comparação entre o nível de fundos estruturais recebidos por habitante – aproximação à intensidade relativa do nível de incentivo estrutural

O panorama global da execução financeira do continente por NUTS III dita, com algumas exceções, uma divisão do país entre litoral e interior.

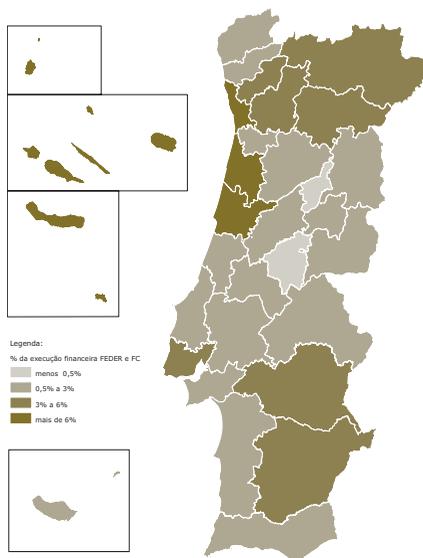
ao desenvolvimento territorial – e o nível do PIB por habitante – aproximação ao nível relativo de desenvolvimento – realizada ao nível das NUTS III (Gráfico 24.8), permite chamar a atenção para alguns aspetos especialmente pertinentes da execução do QREN na configuração das dinâmicas regionais:

- Em primeiro lugar importa salientar o peso muito relevante que certos projetos de investimento alcançaram em certas NUTS III, como o projeto do Alqueva (Baixo Alentejo), os projetos portuários e industriais em Sines (Alentejo litoral), o projeto da autoestrada para Bragança (Alto Trás-os-Montes) ou os projetos aeronáuticos em Évora (Alentejo Central).
- Em segundo lugar importa salientar que a região dos Açores continuou a ser a região liderante em fundos estruturais por habitante beneficiando da conjugação da situação de região de convergência com o estatuto de região ultraperiférica. Já a região da Madeira teve, neste ciclo, uma redução sensível do nível de fundos por habitante, refletindo a sua saída artificial da situação de região de convergência (a recente correção do PIB regional em função da importante perda de peso da zona franca exprime-o bem);
- Em terceiro lugar importa salientar a forte penalização no valor dos fundos estruturais por habitante da região de Lisboa e da região do Algarve, pelo enquadramento como região desenvolvida e região em transição, respetivamente. A Península de Setúbal foi, neste quadro, a região que acedeu ao valor mais baixo de fundos por habitante.
- Em quarto lugar importa salientar que nas NUTS III com um nível de vida abaixo da média nacional se desenhou uma relativa concentração de fundos nos territórios mais desenvolvidos. Oeste, Cávado, Pinhal Interior Sul, Serra da Estrela, Dão-Lafões, Ave e Médio Tejo registam, assim, uma dotação de fundo por habitante inferior à média nacional.

Mapa 2.3. Execução financeira do FEDER e Fundo de Coesão por NUTS III – Montantes *per capita* | 2007-2013



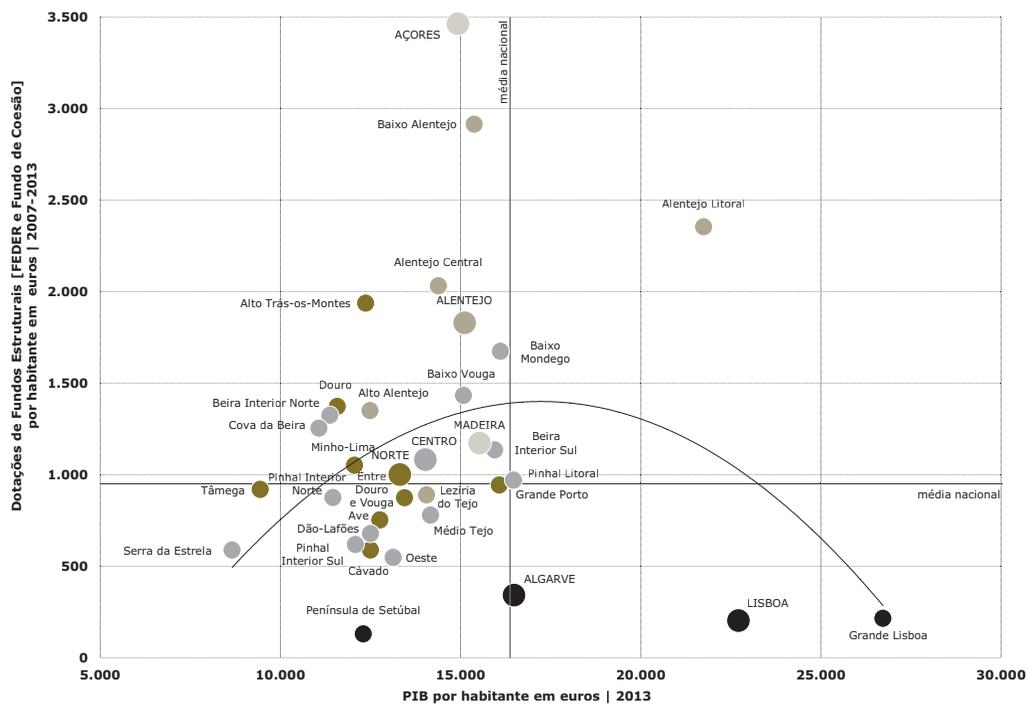
Mapa 2.4. Execução financeira do FEDER e Fundo de Coesão por NUTS III – Repartição do montante recebido por região | 2007-2013



A capitação dos valores da execução do FEDER e do Fundo evidencia uma clara dicotomia entre as regiões NUTS III do litoral e do interior.

Fonte: Augusto Mateus & Associados, com base em dados dos relatórios de execução dos programas temáticos e regionais relativos ao ano de 2013

Gráfico 2.9. Execução financeira do FEDER e Fundo de Coesão por NUTS III Cruzamento dos montantes totais por habitante com os respetivos níveis de desenvolvimento | 2007-2013



A configuração do cruzamento da afetação de fundos por habitante com o nível de desenvolvimento alcançado revela um enviesamento favorável ao segmento central da distribuição – as regiões mais desenvolvidas entre as menos desenvolvidas.

Nota: Os valores para as regiões NUTS III diferem dos apresentados no Gráfico 2.7 por não ser considerado o montante de despesa executado em 2014.

Fonte: Augusto Mateus & Associados, com base em dados dos relatórios de execução dos programas temáticos e regionais relativos ao ano de 2013

O investimento total executado associado ao FSE programado para o período 2007-2013 ascendeu a cerca de 8,8 mil milhões de euros, tendo sido cofinanciado por verbas comunitárias em cerca de 73%.

Aplicação do Fundo Social Europeu (FSE)

A análise da execução do QREN revela que, até ao final de dezembro de 2014, o financiamento da União Europeia relativo ao período de programação comunitária 2007-2013 destinado à educação e formação da população portuguesa atingiu o montante global de cerca de 6,4 mil milhões de euros.

A contrapartida nacional deste fundo teve essencialmente origem em dinheiros públicos, que atingiram cerca de 2,2 mil milhões de euros, ao passo que o investimento privado associado se cingiu a valores muito menos expressivos, acercando-se dos 160 milhões de euros.

O investimento total no país financiado pelo FSE, que resulta da soma do financiamento da União Europeia, da contrapartida pública nacional e da contrapartida privada nacional ascendeu, assim, a cerca de 8,8 mil milhões de euros. O investimento total associado ao FSE alcançou, neste quadro, uma taxa de cofinanciamento por verbas comunitárias de cerca de 73%.

A repartição da execução do FSE por domínio de intervenção evidencia uma relativa estabilidade ao longo dos vários períodos de programação.

As áreas relacionadas com a aprendizagem ao longo da vida e a transição para a vida ativa, por um lado, e a qualificação inicial de jovens, por outro, continuam a revelar-se como as grandes prioridades do investimento cofinanciado pelo FSE (Gráfico 2.10).

Numa análise mais pormenorizada, é possível constatar que:

- As áreas relacionadas com a aprendizagem ao longo da vida e a transição para a vida ativa são as grandes visadas pelos apoios comunitários do FSE, representando cerca de 38% das verbas executadas.

Este domínio de intervenção abrange, designadamente, os cursos de formação e educação de adultos, formações modelares, reconhecimento e validação de competências, estágios profissionais e qualificação de ativos empregados;

- A qualificação inicial de jovens equivale a cerca de 35% do total do financiamento do FSE concedido ao longo do período.

Agregam-se aqui os investimentos relacionados com o sistema de aprendizagem, o ensino profissional, as escolas tecnológicas, a educação e formação de jovens e cursos de especialização tecnológica;

- Os investimentos associados à formação avançada, nomeadamente pagamento de bolsas de doutoramento e pós-doutoramento, bem como ao apoio ao emprego científico por via da inserção profissional de doutorados em entidades públicas e privadas com atividades de I&D, representam cerca de 14% do apoio total concedido por via deste Fundo no período;

- No seu conjunto, as medidas dirigidas à inclusão social de grupos desfavorecidos, o apoio à criação de emprego e à igualdade de género totalizam cerca de 11% do financiamento estrutural recebido ao abrigo do FSE relativo ao período 2007-2013.

A repartição regional do financiamento FSE ao nível de NUTS II evidencia a supremacia da região Norte na afetação das verbas executadas, logo seguida, embora em menor escala, da região Centro (Gráfico 2.13).

O seu cruzamento com os domínios de intervenção privilegiados pelas várias NUTS II (Gráfico 2.12) releva o papel determinante das especificidades de cada região na gestão e execução dos fundos europeus. É, no entanto, notória uma divisão entre as regiões continentais do Objetivo Convergência e as regiões continentais do Objetivo Competitividade Regional e Emprego. Nas regiões insulares, a repartição na Região Autónoma dos Açores não se enquadra no padrão exibido pelas restantes regiões do Objetivo Convergência, sendo bastante específica ao alocar cerca de 90% das verbas à qualificação inicial de jovens e à aprendizagem ao longo da vida e transição para a vida ativa.

Com efeito, as regiões Norte e Centro são as que exibem um comportamento mais próximo do padrão médio nacional, seguidas do Alentejo. Pelo contrário, Lisboa e Algarve diferenciam-se pela inexpressividade dos valores no domínio da formação avançada, pelo menor peso atribuído à qualificação inicial de jovens e pela preponderância adquirida pela aprendizagem ao longo da vida e transição para a vida ativa, sendo este o domínio mais expressivo nestas regiões.

A Região Autónoma da Madeira partilha com o Algarve e Lisboa a baixa percentagem atribuída à qualificação inicial de jovens e o grande peso assumido pela aprendizagem ao longo da vida e transição para a vida ativa, mas distingue-se pelo apoio à criação de emprego que atinge nesta região o valor mais alto de todo o país, contrariando a distribuição nas regiões do Objetivo Competitividade Regional e Emprego.

No que respeita a entidades beneficiárias (Gráfico 2.11), as principais promotoras neste Quadro foram as pessoas coletivas/organizações sem fins lucrativos, acolhendo cerca de 33% do financiamento do FSE executado, seguidas dos institutos públicos integrados na administração indireta do Estado ou das regiões autónomas (26%), da administração direta central (23%) e das empresas privadas (16%).

A distribuição por NUTS II do financiamento *per capita* associado ao FSE (Gráfico 2.14) é clara na divisão do território nacional em regiões enquadradas no Objetivo Convergência e regiões enquadradas no Objetivo Competitividade Regional e Emprego. Esta divisão é ainda mais evidente do que no caso anterior

do financiamento *per capita* associado ao FEDER e ao Fundo de Coesão, devido à maior homogeneidade entre regiões enquadradas no mesmo Objetivo, particularmente no caso das regiões Norte, Centro, Alentejo e Açores, que apresentam valores bastante próximos, não inferiores a 750 euros por pessoa e ligeiramente superiores (apenas no caso do Alentejo) a 800 euros.

As regiões de Lisboa, Algarve e Madeira, ainda que apresentando uma maior variância entre si, distinguem-se claramente do primeiro grupo, sendo que, em todas elas, os valores *per capita* são inferiores à média nacional.

A aprendizagem ao longo da vida, a transição para a vida ativa e a qualificação inicial de jovens continuam a revelar-se como as grandes prioridades do investimento cofinanciado pelo FSE, sendo as pessoas coletivas sem fins lucrativos as principais entidades promotoras.

Nota: Os dados relativos ao FSE a 31/12/2014 são provisórios, dado que não incluem toda a despesa que consta nas declarações de despesa reportada até esta data.

Fonte: Augusto Mateus & Associados com base em dados disponibilizados pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão

Gráfico 2.10 Financiamento comunitário FSE por domínio de intervenção | 2007-2013

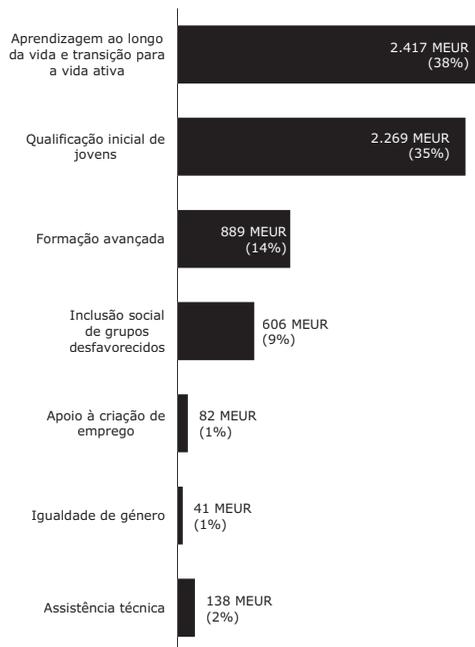


Gráfico 2.11 Financiamento comunitário FSE de acordo com a tipologia de entidades beneficiárias | 2007-2013

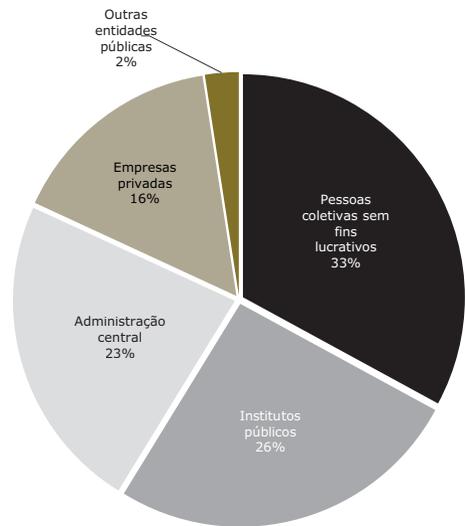
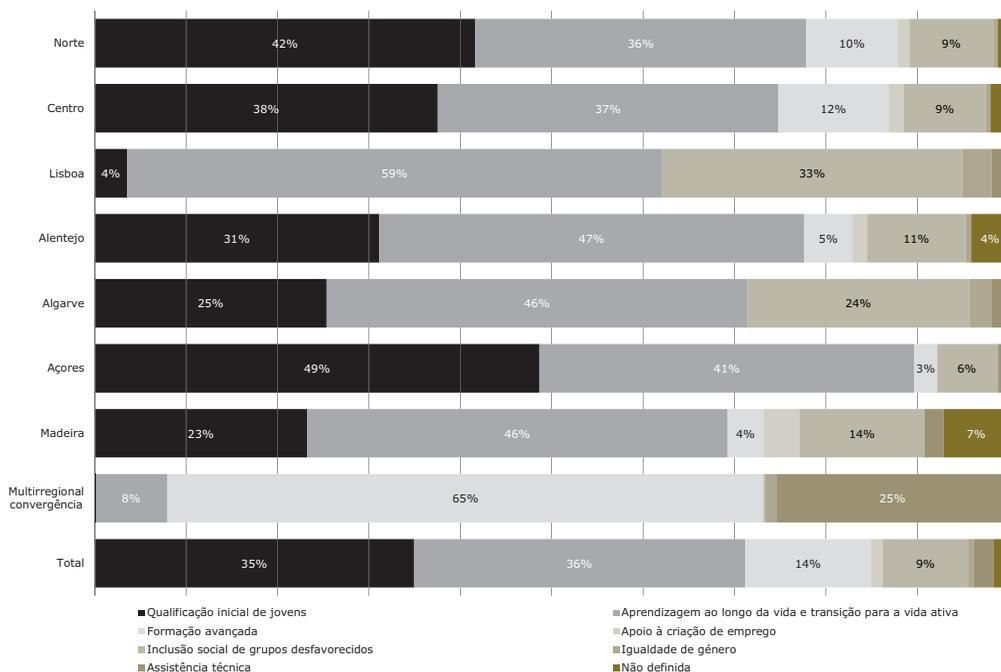


Gráfico 2.12 Repartição do financiamento FSE de acordo com os correspondentes domínios de intervenção por região NUTS II



Sendo a repartição por domínios de intervenção regionalmente diferenciada, no global, mais de dois terços das verbas aplicadas pelo FSE foram alocados à aprendizagem ao longo da vida e transição para a vida ativa e à qualificação inicial de jovens.

Nota: Os grandes domínios de intervenção apresentados resultam da agregação dos grupos de temas prioritários regulamentarmente contemplados.

Fonte: Augusto Mateus & Associados com base em dados disponibilizados pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão

Gráfico 2.13 Investimento total associado ao FSE por região NUTS II | 2007-2013

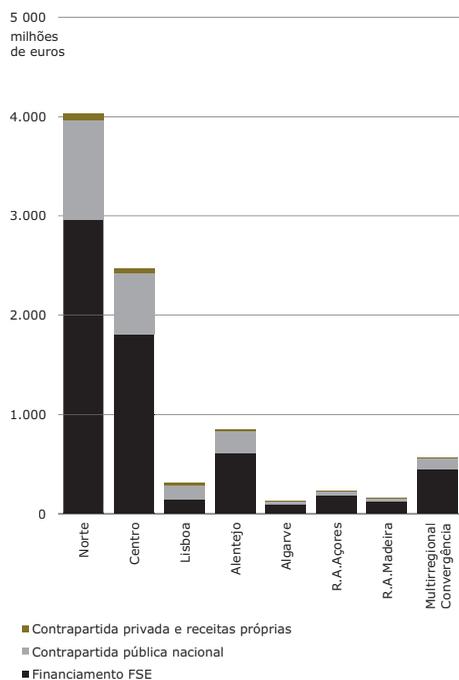
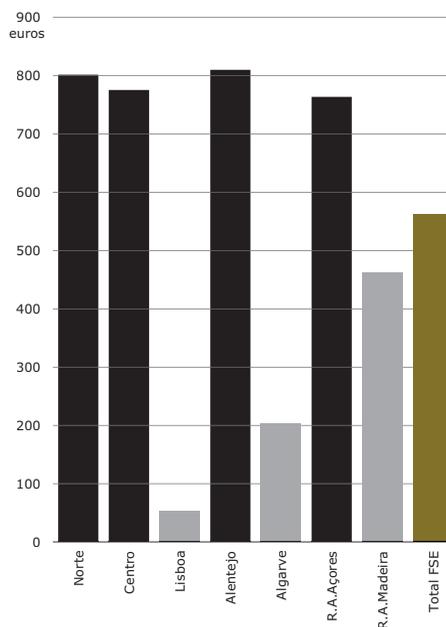


Gráfico 2.14 Financiamento per capita associado ao FSE por região NUTS II | 2007-2013



A contrapartida nacional do financiamento FSE foi essencialmente de dinheiros públicos e os montantes per capita apresentam-se relativamente nivelados para as regiões enquadradas no Objetivo Convergência.

Nota: Os dados relativos ao FSE a 31/12/2014 são provisórios, dado que não incluem toda a despesa que consta nas declarações de despesa reportada a 31/12/2014.

Fonte: Augusto Mateus & Associados com base em dados disponibilizados pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão

Tendo em vista o desenvolvimento rural e a reestruturação do setor das pescas, Portugal executou até ao final de 2013 cerca de 3,2 mil milhões de euros de ajudas comunitárias relativas ao período 2007-2013.

Aplicação do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) e do Fundo Europeu das Pescas (FEP)

Até 31 de dezembro de 2013, Portugal recebeu cerca de três mil milhões de euros de financiamento da União Europeia dirigido ao desenvolvimento rural e relativo ao período de programação 2007-2013, através do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER). Os vários programas operacionais financiadores são, designadamente, o PRODER (com aplicação no continente), o PRORURAL (Açores), o PRODERAM (Madeira) e, em menor escala, o PRRN.

A este montante de fundos associou-se uma contribuição financeira por parte de entidades públicas nacionais de cerca de 600 milhões de euros e uma contrapartida de agentes privados na ordem de 1,1 mil milhões de euros. Somando o financiamento da União Europeia, a contrapartida pública nacional e a contrapartida privada nacional, o investimento no país financiado por este fundo para desenvolvimento rural ascendeu a cerca de 4,8 mil milhões de euros entre 2007 e 2013.

A repartição da execução dos fundos para o desenvolvimento rural por domínio de intervenção (Gráfico 2.15) evidencia a relevância dos apoios concedidos tendo em vista a gestão sustentável do espaço rural e a melhoria do ambiente e da paisagem rural, cujo domínio acolhe cerca de 39% da despesa. Neste domínio, merece destaque o volume de despesas em zonas desfavorecidas de áreas de montanha, os pagamentos agroambientais e a primeira florestação em terra agrícola, que em conjunto representam cerca de 45% dos pagamentos acumulados do PRODER no período 2007-2013.

Os apoios destinados à promoção da competitividade dos setores agrícola e florestal constituem, de igual modo, uma parcela significativa, similar à anterior (cerca de 39%) da execução do FEADER no período em análise. A modernização de explorações agrícolas, o investimento em infraestruturas agrícolas e florestais e o aumento do valor acrescentado dos produtos agrícolas e florestais têm sido as áreas privilegiadas do desenvolvimento rural neste domínio, equivalendo a cerca de 29% dos pagamentos do PRODER.

Na distribuição regional dos apoios pagos por via do FEADER no período (Gráfico 2.16) é a região Norte, com cerca de 33% dos montantes regionalizáveis, que se afirma como a principal destinatária do fundo e, em menor escala, o Centro e o Alentejo (com 21% e 19% dos apoios, respetivamente).

No mesmo período, a execução do financiamento estrutural recebido da União Europeia com o objetivo de facilitar a aplicação da Política Comum da Pesca e de apoiar a necessária reestruturação do setor em Portugal, totalizou cerca de 109 milhões de euros, por via do Fundo Europeu das Pescas (FEP).

Este financiamento da União Europeia suscitou um volume de contrapartida nacional pública na ordem de 35 milhões de euros e de investimento privado na ordem de 71 milhões de euros. Somando o financiamento europeu e as contrapartidas pública e privada de âmbito nacional, o investimento total no país financiado pelo FEP foi de cerca de 215 milhões de euros entre 2007 e 2013.

A repartição da execução financeira do FEP por grandes domínios de intervenção e eixos prioritários do programa financiador PROMAR apresenta-se relativamente equitativa entre as três grandes componentes no setor das pescas (Gráfico 2.17), designadamente os investimentos associados a:

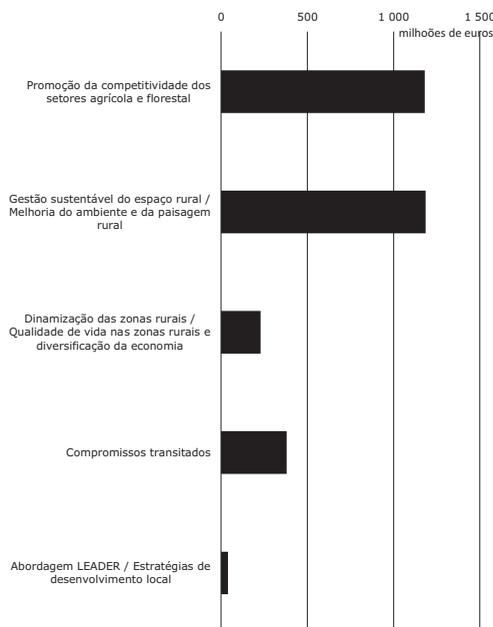
- Aquicultura, a transformação e comercialização dos produtos da pesca e da aquicultura (Eixo Prioritário 2), que acolhe cerca de 35% dos apoios concedidos pelo FEP, essencialmente para a área da transformação e comercialização;
- Adaptação da frota ou estrutura de pesca (Eixo Prioritário 1), que representa cerca de 32% do total, e cujos apoios se dirigem primordialmente para a cessação definitiva e, em menor escala, temporária das atividades de pesca;
- Medidas de interesse geral (Eixo Prioritário 3), a que corresponde cerca de 30% do investimento do FEP e que visa, em grande medida, o apoio a investimentos em portos de pesca, locais de desembarque e de abrigo.

Por último, o desenvolvimento sustentável das zonas de pesca representa uma fatia marginal dos apoios concedidos (cerca de 3% do total).

A distribuição regional do financiamento FEP (Gráfico 2.18) revela o Centro como a principal região destinatária dos apoios europeus, recolhendo cerca de 32% do total, logo seguida da região Norte, com 24% do investimento comunitário no período. Ao invés, o Alentejo, a Região Autónoma da Madeira e Lisboa têm sido as regiões menos beneficiadas com os apoios concedidos ao setor das pescas no período.

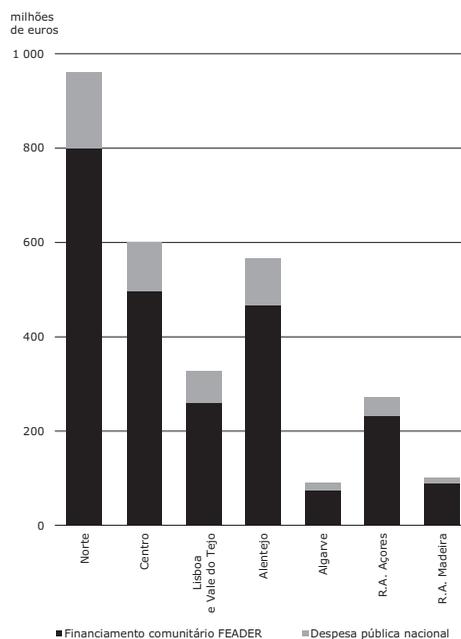
No período 2007-2013, o apoio ao desenvolvimento rural visou essencialmente a gestão sustentável do espaço rural e a promoção da competitividade dos setores agrícola e florestal.

Gráfico 2.15 Financiamento comunitário FEADER por grandes domínios de intervenção | 2007-2013



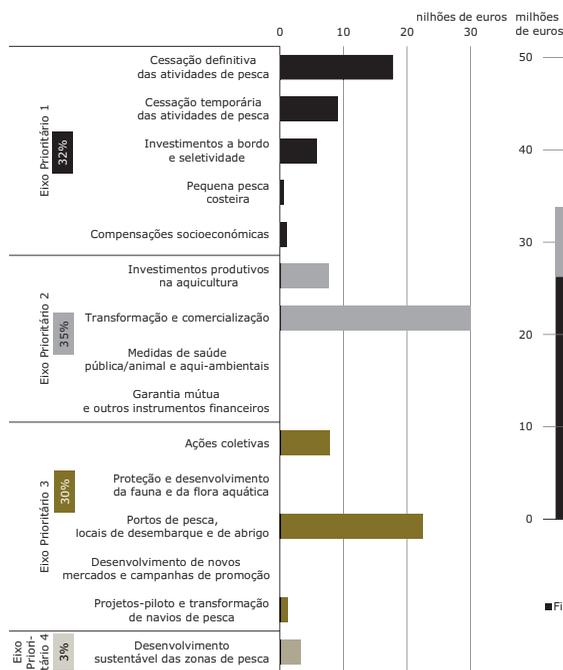
Fonte: Augusto Mateus & Associados com base em dados dos relatórios de execução dos programas PRODER, PRORURAL e PRRN (relativos a 2013) e PRODERAM (2012)

Gráfico 2.16 Distribuição regional dos apoios FEADER pagos | 2007-2013



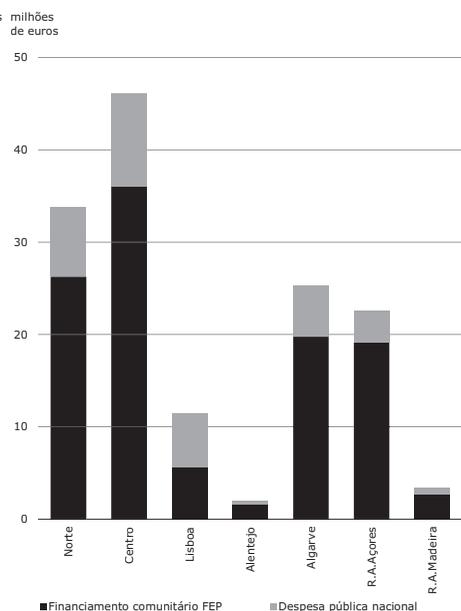
À transformação e comercialização dos produtos da pesca e da aquicultura, aos investimentos em portos de pesca e à cessação das atividades de pesca foi destinada a maioria dos apoios recebidos no período 2007-2013

Gráfico 2.17 Investimento total financiado pelo FEP por eixos prioritários e medidas do PROMAR | 2007-2013



Fonte: Augusto Mateus & Associados com base no relatório anual de execução do PROMAR relativo a 2013

Gráfico 2.18 Distribuição regional do investimento financiado pelo FEP | 2007-2013



Índices

gráficos e mapas

ÍNDICE DE GRÁFICOS

- 43 **Gráfico 1.1.** PIB *per capita* em Portugal | 1986 a 2013
- 44 **Gráfico 1.2.** Convergência na ótica da produção e do consumo: comparação entre Portugal e a UE | 1986 a 2013
- 44 **Gráfico 1.3.** PIB *per capita*: a posição de Portugal na UE | 1990 e 2013
- 45 **Gráfico 1.4.** Consumo e PIB *per capita* (UE28=100): a posição de Portugal na UE | 2013
- 49 **Gráfico 2.1.** Contributos para o crescimento real do PIB *per capita* em Portugal | 1986 a 2013
- 50 **Gráfico 2.2.** Produtividade e utilização dos recursos humanos: comparação entre Portugal e UE | 1986 a 2013
- 50 **Gráfico 2.3.** PIB por trabalhador: a posição de Portugal na UE | 1990 e 2013
- 51 **Gráfico 2.4.** Produtividade do trabalho por atividade económica: a posição de Portugal na UE | 2013
- 51 **Gráfico 2.5.** Produtividade do trabalho na indústria transformadora | 2000 e 2011
- 55 **Gráfico 3.1.** Inflação e taxa de juro nominal de curto e longo prazo em Portugal | 1986 a 2013
- 56 **Gráfico 3.2.** Inflação e taxas de juro nominais de curto e de longo prazo: comparação entre Portugal e UE | 1986 a 2013
- 56 **Gráfico 3.3.** Nível de preços relativo do consumo das famílias: a posição de Portugal na UE | 1995 e 2013
- 57 **Gráfico 3.4.** Inflação e nível de preços relativo por produto em Portugal | 1999 e 2013
- 57 **Gráfico 3.5.** Taxa de juro nominal de longo prazo: a posição de Portugal na UE | 1992 a 2013
- 61 **Gráfico 4.1.** Contributos para o crescimento do PIB em Portugal | 1986 a 2013
- 62 **Gráfico 4.2.** Contributo da procura externa e interna para o crescimento: comparação entre Portugal e UE | 1986 a 2013
- 62 **Gráfico 4.3.** Peso da procura interna no PIB: a posição de Portugal na UE | 1986 e 2013
- 63 **Gráfico 4.4.** Contributos da procura interna e externa para o crescimento anual do PIB por ciclos de programação: comparação entre Portugal e os países da UE15 | 1986 a 2013
- 63 **Gráfico 4.5.** Estrutura do PIB: comparação entre Portugal e a UE15 | 1986 a 2013
- 67 **Gráfico 5.1.** Taxa de crescimento real do consumo privado *per capita* e peso do consumo no rendimento disponível em Portugal | 1986 a 2013
- 68 **Gráfico 5.2.** Peso do consumo no rendimento disponível: comparação entre Portugal e UE | 1986 a 2013
- 68 **Gráfico 5.3.** Peso do consumo privado no rendimento disponível: a posição de Portugal na UE | 1986 e 2013
- 69 **Gráfico 5.4.** *Ranking* de densidade de centros comerciais: a posição de Portugal na UE | 2009 e 2013
- 69 **Gráfico 5.5.** Indicador de confiança dos consumidores: comparação entre Portugal e UE | 1986 a 2013
- 69 **Gráfico 5.6.** Expetativas quanto a compras importantes de bens duradouros: comparação entre Portugal e UE | 1986 a 2013
- 73 **Gráfico 6.1.** Investimento por tipo de ativo em Portugal | 1986 a 2013
- 74 **Gráfico 6.2.** Taxa de investimento total e excluindo a habitação: comparação entre Portugal e UE | 1986 a 2013
- 74 **Gráfico 6.3.** Taxa de investimento: a posição de Portugal na UE | 1986 e 2013
- 75 **Gráfico 6.4.** Investimento por atividade económica | 1995 e 2011
- 75 **Gráfico 6.5.** Taxa de investimento nas indústrias transformadoras | 1995 e 2011
- 79 **Gráfico 7.1.** Evolução da estrutura do VAB por atividade económica em Portugal | 1986 a 2013

-
- 80 Gráfico 7.2.** Peso das atividades secundárias e terciárias no VAB: comparação entre Portugal e UE | 1986 a 2013
- 80 Gráfico 7.3.** Peso das atividades terciárias no VAB: a posição de Portugal na UE | 1986 e 2013
- 81 Gráfico 7.4.** Estrutura do VAB por atividades económicas: a posição de Portugal na UE | 2013
- 81 Gráfico 7.5.** Recomposição interna dos serviços | 1986 a 2011
- 81 Gráfico 7.6.** Grau de especialização das regiões NUTS II por atividades económicas | 2013
- 85 Gráfico 8.1.** Emprego, valor acrescentado bruto e produtividade da indústria transformadora em Portugal | 1986 a 2013
- 86 Gráfico 8.2.** Proporção de valor acrescentado bruto gerado pelas indústrias transformadoras: comparação entre Portugal e UE | 1986 a 2013
- 86 Gráfico 8.3.** Proporção de valor acrescentado bruto gerado pelas indústrias transformadoras: a posição de Portugal na UE | 1999 e 2013
- 87 Gráfico 8.4.** Evolução das vendas nas indústrias transformadoras: comparação entre Portugal e UE | 2007 e 2013
- 87 Gráfico 8.5.** Perfil de especialização industrial: a posição de Portugal na UE | 2012
- 88 Gráfico 8.6.** Especialização industrial em termos de emprego nas regiões NUTS II em Portugal | 2013
- 93 Gráfico 9.1.** Emprego, valor acrescentado bruto e produtividade das atividades primárias em Portugal | 1986 a 2013
- 94 Gráfico 9.2.** Atividades primárias: proporção do valor acrescentado bruto na economia nacional e nível de produtividade: comparação entre Portugal e UE | 1986 a 2013
- 94 Gráfico 9.3.** Proporção de valor acrescentado bruto gerado pelas atividades primárias: a posição de Portugal na UE | 1999 e 2013
- 95 Gráfico 9.4.** Evolução da produção agrícola por atividade em Portugal | 1999/2007, 1999/2013 e 2007/2013
- 95 Gráfico 9.5.** Produção agrícola por atividade: a posição de Portugal na UE | 2013
- 96 Gráfico 9.6.** Evolução da captura total de pescado: comparação entre Portugal e UE | 1999/2013
- 96 Gráfico 9.7.** Peso da aquicultura na produção de pescado: comparação entre Portugal e UE | 1995 a 2012
- 96 Gráfico 9.8.** Balança comercial de produtos piscatórios: comparação entre Portugal, países da coesão e UE | 1999 a 2013
- 101 Gráfico 10.1.** Consumo interno bruto de energia por produto energético | 1990 a 2013
- 102 Gráfico 10.2.** Intensidade energética: comparação entre Portugal e UE | 1990 a 2012
- 102 Gráfico 10.3.** Intensidade energética: a posição de Portugal na UE | 1990 e 2012
- 103 Gráfico 10.4.** Peso das energias renováveis no consumo final bruto de energia | 2004 e 2013
- 103 Gráfico 10.5.** Consumo de energia primária (2005=100) | 2005 e 2013
- 107 Gráfico 11.1.** Exportações e importações de bens e de serviços em Portugal | 1986 a 2013
- 108 Gráfico 11.2.** Orientação exportadora e taxa de cobertura: comparação entre Portugal e UE | 1986 a 2013
- 108 Gráfico 11.3.** Peso das exportações no PIB: a posição de Portugal na UE | 1986 e 2013
- 109 Gráfico 11.4.** Exportações industriais por nível de intensidade tecnológica: a posição de Portugal na UE | 2013
- 109 Gráfico 11.5.** Peso das exportações extra-UE: a posição de Portugal na UE | 1999 e 2013
- 110 Gráfico 11.6.** Conteúdo importado das exportações: a posição de Portugal na UE | 1995 e 2009

-
- 110 Gráfico 11.7.** Contributo direto e indireto dos serviços nas exportações: a posição de Portugal na UE | 1995 e 2009
- 115 Gráfico 12.1.** Balança de viagens e turismo e dormidas em estabelecimentos hoteleiros em Portugal | 1986 a 2013
- 116 Gráfico 12.2.** Balança de viagens e turismo: comparação entre Portugal e UE | 1986 a 2013
- 116 Gráfico 12.3.** Contributo total das viagens e turismo para o PIB: a posição de Portugal na UE | 1995 e 2013
- 117 Gráfico 12.4.** Proporção da população que realizou pelo menos uma viagem turística com quatro ou mais dormidas | 2013
- 117 Gráfico 12.5.** Evolução dos principais países emissores de turismo internacional em Portugal | 2009 a 2013
- 121 Gráfico 13.1.** Transferências financeiras entre Portugal e a UE | 1987 a 2013
- 122 Gráfico 13.2.** Saldo das transferências líquidas com a UE: comparação entre Portugal e países iniciais da coesão | 1987 a 2013
- 122 Gráfico 13.3.** Saldo médio anual das transferências líquidas com a UE: a posição de Portugal na UE | 2007 a 2013
- 123 Gráfico 13.4.** Repartição do financiamento comunitário: a posição de Portugal na UE | 2000-2006 e 2007-2013
- 123 Gráfico 13.5.** Pagamento comunitário *per capita*: a posição de Portugal na UE | 2000-2006 e 2007-2013
- 123 Gráfico 13.6.** Financiamento comunitário por Estado-membro e rubrica de despesa: comparação entre Portugal e a UE | 2007-2013
- 127 Gráfico 14.1.** Fluxos líquidos de investimento em Portugal | 1986 a 2013
- 128 Gráfico 14.2.** Saldo dos fluxos de investimento direto: comparação entre Portugal e UE | 1986 a 2013
- 128 Gráfico 14.3.** Saldo dos fluxos de investimento direto: a posição de Portugal na UE | 1993-1995 e 2011-2013
- 129 Gráfico 14.4.** Quota mundial de entrada de investimento direto (entradas) | 1993 a 2013
- 129 Gráfico 14.5.** Balança de rendimentos de investimento direto: a posição de Portugal na UE | 2013
- 130 Gráfico 14.6.** Ativos de Portugal no estrangeiro por setor institucional investidor e país de destino | 1999 a 2013
- 130 Gráfico 14.7.** Passivos de Portugal face a não residentes por setor institucional investidor e país de origem | 1999 a 2013
- 135 Gráfico 15.1.** Saldo externo e seus componentes em Portugal | 1986 a 2013
- 136 Gráfico 15.2.** Balança corrente: comparação entre Portugal e UE | 1986 a 2013
- 136 Gráfico 15.3.** Saldo externo: a posição de Portugal na UE | 2008 e 2013
- 137 Gráfico 15.4.** Capacidade e necessidade de financiamento por setor institucional em Portugal | 1999 a 2013
- 137 Gráfico 15.5.** Saldo externo: a Europa do Sul e as principais economias da UE | 1999 a 2013
- 138 Gráfico 15.6.** Posição líquida de investimento internacional: a posição de Portugal na UE | 2008 e 2013
- 138 Gráfico 15.7.** Dívida externa líquida: a posição de Portugal na UE | 2008 e 2013
- 143 Gráfico 16.1.** Estrutura da despesa em I&D por setor executante em Portugal | 1986 a 2013
- 144 Gráfico 16.2.** Despesa em I&D e desempenho em inovação: comparação entre Portugal e UE | 1986 a 2013
- 144 Gráfico 16.3.** Despesa em I&D: a posição de Portugal na UE | 1995 e 2013
- 149 Gráfico 17.1.** Taxa de câmbio efetiva nominal, produtividade, remunerações dos trabalhadores e custo em trabalho por unidade produzida em Portugal (1986=100) | 1986 a 2013

-
- 150 Gráfico 17.2.** Custo em trabalho por unidade produzida (1986=100): comparação entre Portugal e UE | 1986 a 2013
- 150 Gráfico 17.3.** Custo em trabalho por unidade produzida (1999=100): a posição de Portugal na UE | 2007 e 2013
- 151 Gráfico 17.4.** Variação dos CTUPs: comparação entre Portugal e área do euro | 2000/2013
- 151 Gráfico 17.6.** Evolução do desempenho das exportações: a posição de Portugal na UE | 1999/2007 e 2007/2013
- 151 Gráfico 17.5.** Desempenho exportador e quota nas exportações mundiais de Portugal | 1986 a 2013
- 152 Gráfico 17.7.** Índice de competitividade global: a posição de Portugal na UE | 2013
- 157 Gráfico 18.1.** Estrutura do emprego por dimensão empresarial | 1990 a 2013
- 158 Gráfico 18.2.** Peso no emprego das micro e das grandes empresas: comparação entre Portugal e UE | 1990 a 2013
- 158 Gráfico 18.3.** Estrutura do emprego por dimensão empresarial | 2013
- 159 Gráfico 18.4.** Criação e destruição de emprego nos nascimentos e mortes de empresas | 2008 e 2012
- 159 Gráfico 18.5.** Taxa de sobrevivência por idade da empresa | 2012
- 163 Gráfico 19.1.** Investimento direto estrangeiro e relevância das empresas de capital estrangeiro no emprego e no VAB | 1986 a 2013
- 164 Gráfico 19.2.** Peso do investimento direto estrangeiro no Produto Interno Bruto: comparação entre Portugal e UE | 1986 a 2013
- 164 Gráfico 19.3.** Peso do investimento direto estrangeiro no Produto Interno Bruto: a posição de Portugal na UE | 1986 e 2013
- 165 Gráfico 19.4.** Peso das filiais estrangeiras no emprego e na criação de riqueza: a posição de Portugal na UE | 2011
- 165 Gráfico 19.5.** Peso das filiais estrangeiras no emprego e na criação de riqueza por atividade económica | 2012
- 169 Gráfico 20.1.** Estrutura de financiamento das empresas não financeiras em Portugal | 1995 a 2013
- 170 Gráfico 20.2.** Investimento, poupança e dívida total das empresas: comparação entre Portugal e UE | 1995 a 2013
- 170 Gráfico 20.3.** Dívida total das empresas: a posição de Portugal na UE | 1999 e 2013
- 171 Gráfico 20.4.** Estrutura de financiamento das empresas por setor financiador em Portugal | 2008 e 2013
- 171 Gráfico 20.5.** Rácio de endividamento por atividade económica em Portugal | 2004 e 2013
- 172 Gráfico 20.6.** Estrutura de financiamento das empresas: a posição de Portugal na UE | 2011 a 2013
- 172 Gráfico 20.7.** Taxas de juro dos empréstimos a empresas: comparação entre Portugal, área do euro e PIC's | 2007 a 2013
- 172 Gráfico 20.8.** Peso dos juros no resultado operacional das empresas | 2005 e 2013
- 177 Gráfico 21.1.** Crédito bancário em Portugal | 1986 a 2013
- 178 Gráfico 21.2.** Crédito interno concedido pelo setor bancário e capitalização bolsista: comparação entre Portugal e UE | 1986 a 2013
- 178 Gráfico 21.3.** Crédito interno concedido pelo setor bancário: a posição de Portugal na UE | 1986 e 2013
- 179 Gráfico 21.4.** Rácio de crédito vencido por segmento de mercado | 2008 e 2013
- 179 Gráfico 21.5.** Financiamento do setor bancário em Portugal | 1997 a 2013

-
- 179 Gráfico 21.6.** Rácio de transformação: comparação entre Portugal, os países iniciais de coesão e a área do euro | 1999 a 2013
- 179 Gráfico 21.7.** Rácio *Core Tier 1*: a posição de Portugal na UE | 2008 e 2013
- 180 Gráfico 21.8.** Capitalização bolsista: a posição de Portugal na UE | 2007 e 2012
- 180 Gráfico 21.9.** Volume de transações: comparação entre Portugal e UE | 1999 a 2012
- 180 Gráfico 21.10.** Índice bolsista (2001=100): comparação entre Portugal e UE | 2001 a 2013
- 185 Gráfico 22.1.** Peso do setor empresarial do Estado no emprego e no PIB em Portugal | 1996 a 2013
- 186 Gráfico 22.2.** Receitas das privatizações: comparação entre Portugal e UE | 1989 a 2013
- 186 Gráfico 22.3.** Peso do setor empresarial do Estado no emprego: a posição de Portugal na UE | 2012
- 187 Gráfico 22.4.** Setor empresarial do Estado por atividade económica em Portugal | 2001 e 2013
- 187 Gráfico 22.5.** Evolução da dívida do SEE e sua composição por setor financiador em Portugal | 2007 a 2013
- 191 Gráfico 23.1.** Carga fiscal em Portugal | 1986 a 2013
- 192 Gráfico 23.2.** Carga fiscal: comparação entre Portugal e UE | 1995 a 2013
- 192 Gráfico 23.3.** Carga fiscal: a posição de Portugal na UE | 2007 e 2013
- 193 Gráfico 23.4.** Composição da carga fiscal: a posição de Portugal na UE | 2013
- 193 Gráfico 23.5.** Tributação sobre o trabalho por nível de rendimentos: a posição de Portugal na UE | 2013
- 193 Gráfico 23.6.** Tributação implícita sobre consumo, trabalho e capital: a posição de Portugal na UE | 2007 e 2012
- 197 Gráfico 24.1.** Despesa das administrações públicas em Portugal | 1986 a 2013
- 198 Gráfico 24.2.** Despesa das administrações públicas: comparação entre Portugal e UE | 1986 a 2013
- 198 Gráfico 24.3.** Despesa das administrações públicas: a posição de Portugal na UE | 2007 e 2013
- 199 Gráfico 24.4.** Evolução da despesa pública por rúbrica: comparação entre Portugal, os parceiros iniciais da coesão e a UE | 2007 a 2013
- 200 Gráfico 24.5.** Despesa das administrações públicas por função em Portugal | 1995 e 2013
- 200 Gráfico 24.7.** Despesa das administrações públicas por função: comparação entre Portugal e UE | 2012
- 200 Gráfico 24.6.** Estrutura da despesa nas cinco principais funções em Portugal | 2013
- 205 Gráfico 25.1.** Dívida pública e saldo orçamental em Portugal | 1995 a 2013
- 206 Gráfico 25.2.** Dívida pública e saldo orçamental: comparação entre Portugal e UE | 1995 a 2013
- 206 Gráfico 25.3.** Dívida pública: a posição de Portugal na UE | 2007 e 2013
- 207 Gráfico 25.4.** Contributos para o crescimento anual do nível de endividamento em Portugal | 1996 a 2013
- 207 Gráfico 25.5.** Decomposição do saldo orçamental: a posição de Portugal na UE | 2013
- 207 Gráfico 25.6.** Evolução da receita e da despesa ajustadas ao ciclo: a posição de Portugal na UE | 2007-2010 e 2010-2013
- 208 Gráfico 25.7.** Estrutura da dívida pública por setor institucional credor: a posição de Portugal na UE | 1999 a 2013
- 208 Gráfico 25.8.** Estrutura da dívida pública por maturidade: a posição de Portugal na UE | 1999 a 2013
- 215 Gráfico 26.1.** Disparidades regionais do PIB *per capita* em Portugal | 2000 a 2013

-
- 216 Gráfico 26.2.** Dispersão do PIB *per capita* das regiões NUTS II: comparação entre Portugal e UE | 2000 a 2011
- 216 Gráfico 26.3.** Dispersão do PIB *per capita* regional: a posição de Portugal na UE | 2000 e 2011
- 217 Gráfico 26.4.** PIB *per capita*: a posição das regiões portuguesas na UE | 2011
- 217 Gráfico 26.5.** PIB *per capita*: a posição das regiões portuguesas face à média nacional | 2007 e 2013
- 223 Gráfico 27.1.** Taxa de crescimento da população residente em Portugal | 1992 a 2013
- 224 Gráfico 27.2.** Ocupação territorial da população: comparação entre Portugal e UE | 1992 a 2013
- 224 Gráfico 27.3.** Peso das regiões urbanas na população e no PIB: a posição de Portugal na UE | 2011-2013
- 225 Gráfico 27.4.** Desempenho das grandes metrópoles face ao território nacional: a posição de Portugal na UE | 2000 a 2013
- 225 Gráfico 27.5.** Taxa de risco de pobreza por grau de urbanização: a posição de Portugal na UE | 2013
- 229 Gráfico 28.1.** Saldo natural, migratório e total em Portugal | 1986 a 2013
- 230 Gráfico 28.2.** Taxas brutas de crescimento natural, migratório e total: comparação entre Portugal e UE | 1986 a 2013
- 230 Gráfico 28.3.** Taxa bruta de crescimento populacional: a posição de Portugal na UE | 1986 e 2013
- 231 Gráfico 28.4.** População residente e projeção da população residente (2010=100) | 1986 a 2060
- 235 Gráfico 29.1.** Imigrantes, emigrantes e saldo das remessas de emigrantes em Portugal | 1986 a 2013
- 236 Gráfico 29.2.** Saldo migratório e remessas de emigrantes: comparação entre Portugal e UE | 1986 a 2013
- 236 Gráfico 29.3.** Imigração por 1.000 residentes: a posição de Portugal na UE | 2008 e 2012
- 237 Gráfico 29.4.** Emigração por 1.000 residentes: a posição de Portugal na UE | 2008 e 2012
- 237 Gráfico 29.5.** Peso da população estrangeira na população residente: a posição de Portugal na UE | 2013
- 237 Gráfico 29.6.** Taxa anual de naturalização da população estrangeira: a posição de Portugal na UE | 2008/2012
- 237 Gráfico 29.7.** Peso da população nascida no estrangeiro na população residente: a posição de Portugal na UE | 2012
- 243 Gráfico 30.1.** Estrutura da população por grupos etários em Portugal | 1986 a 2013
- 244 Gráfico 30.2.** Índice de envelhecimento: comparação entre Portugal e UE | 1986 a 2013
- 244 Gráfico 30.3.** Índice de envelhecimento: a posição de Portugal na UE | 1990 e 2013
- 249 Gráfico 31.1.** Estrutura dos agregados domésticos em Portugal | 1992 a 2013
- 250 Gráfico 31.2.** Índice sintético de fecundidade: comparação entre Portugal e UE | 1986 a 2012
- 250 Gráfico 31.3.** Idade média da mãe ao nascimento de um filho: a posição de Portugal na UE | 1986 e 2012
- 255 Gráfico 32.1.** População empregada e desempregada em Portugal | 1986 a 2013
- 256 Gráfico 32.2.** Taxas de emprego e de desemprego: comparação entre Portugal e UE | 1986 a 2013
- 256 Gráfico 32.3.** Taxa de emprego: a posição de Portugal na UE | 1997 e 2013
- 257 Gráfico 32.4.** Variação percentual do emprego por setor de atividade | 2008 a 2013
- 257 Gráfico 32.5.** Taxa de desemprego por nível de escolaridade | 2008 e 2013
- 257 Gráfico 32.6.** Taxa de desemprego estrutural | 2002 a 2013

-
- 261 Gráfico 33.1.** Trabalho por conta de outrem, contratos a prazo e número médio de horas semanais trabalhadas em Portugal | 1986 a 2013
- 262 Gráfico 33.2.** Trabalho por conta de outrem e número médio de horas semanais trabalhadas: comparação entre Portugal e UE | 1986 a 2013
- 262 Gráfico 33.3.** Contratos a prazo: a posição de Portugal na UE | 1998 e 2013
- 263 Gráfico 33.4.** População empregada a tempo parcial | 2013
- 263 Gráfico 33.5.** Peso do trabalho a tempo parcial involuntário | 2013
- 263 Gráfico 33.6.** Legislação em matéria de proteção do emprego: a posição de Portugal na UE | 2013
- 267 Gráfico 34.1.** Peso do trabalho por conta própria no total do emprego em Portugal | 1986 a 2013
- 268 Gráfico 34.2.** Peso do trabalho por conta própria no total do emprego: comparação entre Portugal e UE | 1986 a 2013
- 268 Gráfico 34.3.** Trabalhadores por conta própria como empregadores: a posição de Portugal na UE | 1992 e 2013
- 269 Gráfico 34.4.** Empreendedorismo por atividade económica: a posição de Portugal na UE | 2013
- 269 Gráfico 34.5.** Empreendedorismo por nível de habilitações: comparação entre Portugal e UE | 2013
- 269 Gráfico 34.6.** Empreendedorismo por escalão etário: comparação entre Portugal e UE | 2013
- 273 Gráfico 35.1.** Rendimento disponível e contributos para o seu crescimento | 1986 a 2013
- 274 Gráfico 35.2.** Evolução do rendimento disponível e ativos financeiros líquidos: comparação entre Portugal e UE | 1986 a 2013
- 274 Gráfico 35.3.** Peso das remunerações líquidas dos trabalhadores no rendimento disponível bruto das famílias: a posição de Portugal na UE | 2002 e 2013
- 275 Gráfico 35.4.** Relevância das diferentes componentes no rendimento disponível das famílias: a posição de Portugal na UE | 2013
- 275 Gráfico 35.5.** Ativos financeiros líquidos: a posição de Portugal na UE | 2009 e 2013
- 275 Gráfico 35.6.** Composição da carteira de ativos financeiros: a posição de Portugal na UE | 2013
- 279 Gráfico 36.1.** Investimento, capacidade de financiamento, poupança e dívida bruta das famílias em Portugal | 1986 a 2013
- 280 Gráfico 36.2.** Capacidade de financiamento, poupança e dívida bruta das famílias: comparação entre Portugal e UE | 1995 a 2013
- 280 Gráfico 36.3.** Necessidade/capacidade de financiamento das famílias: a posição de Portugal na UE | 2007 e 2013
- 281 Gráfico 36.4.** Endividamento das famílias: a posição de Portugal na UE | 1999, 2007 e 2013
- 281 Gráfico 36.5.** Crédito concedido às famílias em Portugal (2007=100) | 2007 a 2013
- 281 Gráfico 36.6.** Taxa de juro dos empréstimos: comparação entre Portugal e os países da coesão | 2007 e 2013
- 285 Gráfico 37.1.** Desigualdade na repartição do rendimento e peso do trabalho no rendimento nacional em Portugal | 1986 a 2013
- 286 Gráfico 37.2.** Desigualdade na repartição do rendimento e peso relativo dos rendimentos do trabalho: comparação entre Portugal e a UE | 1986 a 2013
- 286 Gráfico 37.3.** Desigualdade na repartição do rendimento pelo índice de Gini: a posição de Portugal na UE | 1995 e 2013
- 287 Gráfico 37.4.** Pessoas em risco de pobreza ou exclusão social (2008=100): a posição de Portugal na UE | 2008 e 2013

-
- 287 Gráfico 37.5.** Pessoas em risco de pobreza monetária: comparação entre Portugal, UE e países da coesão | 2008 a 2013
- 287 Gráfico 37.6.** Intensidade laboral e privação material: comparação entre Portugal, UE e países da coesão | 2008 e 2013
- 291 Gráfico 38.1.** Ganho mensal e disparidade salarial entre homens e mulheres em Portugal | 1986 a 2012
- 292 Gráfico 38.2.** Disparidade salarial por género: comparação entre Portugal e UE | 1994 a 2012
- 292 Gráfico 38.3.** Disparidade salarial entre géneros: a posição de Portugal na UE | 1994 e 2012
- 293 Gráfico 38.4.** Ganho médio mensal por nível de habilitações: a posição de Portugal na UE | 2010
- 293 Gráfico 38.5.** Salário mínimo em percentagem do salário médio e mediano | 2013
- 293 Gráfico 38.6.** Disparidade salarial entre regiões | 2008 a 2012
- 297 Gráfico 39.1.** Estrutura do emprego por profissão em Portugal | 1992 a 2013
- 298 Gráfico 39.2.** Peso da classe média e dos operários e trabalhadores similares na estrutura do emprego por profissão: comparação entre Portugal e UE | 1992 a 2013
- 298 Gráfico 39.3.** Peso da classe média na estrutura do emprego por profissão: a posição de Portugal na UE | 1995 e 2013
- 299 Gráfico 39.4.** Peso dos serviços públicos na empregabilidade da classe média: a posição de Portugal na UE | 2013
- 299 Gráfico 39.5.** População empregada com ensino superior completado: a posição de Portugal na UE | 2002 e 2013
- 303 Gráfico 40.1.** Despesa pública alocada à produção de bens e serviços públicos em Portugal | 1995 a 2013
- 304 Gráfico 40.2.** Despesa pública alocada à produção de bens e serviços públicos: comparação entre Portugal e UE | 1995 a 2013
- 304 Gráfico 40.3.** Peso da despesa com pessoal nos custos totais de produção de bens e serviços públicos: a posição de Portugal na UE | 1999 e 2013
- 305 Gráfico 40.4.** Peso da administração local na receita fiscal, despesa pública e investimento: a posição de Portugal na UE | 2012/2013
- 305 Gráfico 40.5.** Indicadores de eficiência das administrações públicas: a posição de Portugal na UE | 2013
- 309 Gráfico 41.1.** Prestações e contribuições sociais em Portugal | 1990 a 2012
- 310 Gráfico 41.2.** Prestações e contribuições sociais: comparação entre Portugal e UE | 1990 a 2012
- 310 Gráfico 41.3.** Despesa com prestações sociais *per capita*: a posição de Portugal na UE | 2003 e 2012
- 311 Gráfico 41.4.** Peso no PIB das prestações sociais por função: a posição de Portugal na UE | 2012
- 311 Gráfico 41.5.** Número de pensionistas e de beneficiários da Segurança Social em Portugal | 1990 a 2013
- 311 Gráfico 41.6.** Estrutura de financiamento do sistema de proteção social: comparação entre Portugal e UE | 2012
- 311 Gráfico 41.7.** Evolução da estrutura de financiamento do sistema de proteção social em Portugal | 1990 a 2012
- 315 Gráfico 42.1.** População entre os 25 e 64 anos de idade por nível de ensino completado em Portugal | 1992 a 2013
- 316 Gráfico 42.2.** População entre os 25 e 64 anos de idade por nível de ensino completado: comparação entre Portugal e UE | 1992 a 2013
- 316 Gráfico 42.3.** População entre os 30 e os 34 anos com ensino superior completado: a posição de Portugal na UE | 1999 e 2013

-
- 317 Gráfico 42.4.** População com ensino secundário e superior completado: a posição de Portugal na UE | 2013
- 317 Gráfico 42.5.** População com ensino secundário e superior completado por faixa etária: a posição de Portugal na UE | 2013
- 317 Gráfico 42.6.** Resultados dos testes de PISA: a posição de Portugal na UE | 2008 e 2012
- 323 Gráfico 43.1.** Distribuição dos alunos matriculados por nível de ensino em Portugal | 1986 a 2013
- 324 Gráfico 43.2.** Despesa pública em educação: comparação entre Portugal e UE | 1995 a 2012
- 324 Gráfico 43.3.** Despesa em instituições de educação públicas por aluno em relação ao PIB *per capita*: a posição de Portugal na UE | 1999 e 2011
- 325 Gráfico 43.4.** Rácio de alunos por professor no ensino básico: a posição de Portugal na UE | 2012
- 325 Gráfico 43.5.** Número de alunos por turma no ensino básico: a posição de Portugal na UE | 2012
- 326 Gráfico 43.6.** Taxa de pré-escolarização: comparação entre Portugal e UE | 1998 a 2012
- 326 Gráfico 43.8.** Proporção de alunos inscritos em estabelecimentos de ensino privado: a posição de Portugal na UE | 2012
- 326 Gráfico 43.7.** Financiamento da educação por setor: comparação entre Portugal e UE | 1999 e 2011
- 331 Gráfico 44.1.** Esperança média de vida à nascença e principais causas de morte em Portugal | 1986 a 2013
- 332 Gráfico 44.2.** Esperança média de vida e taxa de mortalidade infantil: comparação entre Portugal e UE | 1986 a 2013
- 332 Gráfico 44.3.** Proporção de indivíduos que consideram o seu estado geral de saúde como mau ou muito mau: a posição de Portugal na UE | 2007 e 2013
- 333 Gráfico 44.4.** Esperança média de vida aos 65: a posição de Portugal na UE | 2012
- 333 Gráfico 44.5.** Disponibilidade de médicos e enfermeiros: a posição de Portugal na UE | 2012
- 334 Gráfico 44.6.** Evolução da despesa em saúde: comparação entre Portugal, países iniciais da coesão e UE | 1995 a 2012
- 334 Gráfico 44.8.** Despesa em saúde por prestador de cuidados de saúde em Portugal | 2000 e 2012
- 334 Gráfico 44.7.** Despesa em saúde por agente financiador: comparação entre Portugal, países iniciais da coesão e UE | 2012
- 334 Gráfico 44.9.** Despesa em saúde por função de cuidados de saúde em Portugal | 2000 e 2012
- 339 Gráfico 45.1.** Edifícios reabilitados, prédios urbanos transacionados e *stock* de crédito à habitação em Portugal | 1986 a 2013
- 340 Gráfico 45.2.** Formação bruta de capital fixo em habitação: comparação entre Portugal e UE | 1986 a 2013
- 340 Gráfico 45.3.** Formação bruta de capital fixo em habitação: a posição de Portugal na UE | 1986 e 2013
- 341 Gráfico 45.4.** Estrutura do parque habitacional por período de construção: a posição de Portugal na UE | 2011
- 341 Gráfico 45.5.** Peso da reabilitação no setor da construção: comparação entre Portugal, Alemanha, Irlanda e Espanha | 2011
- 341 Gráfico 45.6.** Índice de preços da habitação (1999=100): comparação entre Portugal e UE | 1999 a 2013
- 342 Gráfico 45.7.** Distribuição da população por regime de propriedade da habitação: a posição de Portugal na UE | 2013
- 342 Gráfico 45.8.** Taxa de sobrecarga das despesas com habitação: a posição de Portugal na UE | 2013

-
- 347 Gráfico 46.1.** Alojamentos familiares clássicos e agregados domésticos privados em Portugal | 1991 a 2013
- 348 Gráfico 46.2.** Despesas com o conforto e manutenção da habitação: comparação entre Portugal e UE | 1995 a 2012
- 348 Gráfico 46.3.** Taxa de sobrelotação da habitação: a posição de Portugal na UE | 2005 e 2013
- 349 Gráfico 46.4.** Distribuição da população por tipologia de habitação: a posição de Portugal na UE | 2013
- 349 Gráfico 46.5.** Dimensão média das habitações por regime de propriedade: a posição de Portugal na UE | 2012
- 349 Gráfico 46.6.** Taxa de privação severa habitacional e proporção de população com carências habitacionais: a posição de Portugal na UE | 2007 e 2013
- 353 Gráfico 47.1.** Emissão de gases com efeito de estufa por fonte de poluição em Portugal | 1990 a 2012
- 354 Gráfico 47.2.** Emissão de gases com efeito de estufa e produtividade dos recursos: comparação entre Portugal e UE | 1990 a 2013
- 354 Gráfico 47.3.** Emissão de gases com efeito de estufa (2005=100): a posição de Portugal na UE | 2005 e 2012
- 355 Gráfico 47.4.** Produção de resíduos totais por habitante: a posição de Portugal na UE | 2008 e 2012
- 355 Gráfico 47.5.** Reciclagem e valorização orgânica dos resíduos urbanos: a posição de Portugal na UE | 1999 e 2012
- 359 Gráfico 48.1.** Rede nacional de autoestradas, linha ferroviária eletrificada e tráfego de passageiros em Portugal | 1990 a 2012
- 360 Gráfico 48.2.** Repartição modal do transporte de passageiros: comparação entre Portugal e UE | 1990 a 2012
- 360 Gráfico 48.3.** Peso dos transportes ferroviários na repartição modal do transporte de passageiros: a posição de Portugal na UE | 1999 e 2012
- 361 Gráfico 48.4.** Comércio internacional de mercadorias segundo o modo de transporte em Portugal | 1990 a 2013
- 361 Gráfico 48.5.** Composição do parque automóvel por idade do veículo: a posição de Portugal na UE | 2012
- 361 Gráfico 48.6.** Emissões de CO₂ dos novos veículos de passageiros: a posição de Portugal na UE | 2007 e 2013
- 361 Gráfico 48.7.** Consumo de combustíveis por tipo na UE | 1990, 1999, 2007 e 2012
- 365 Gráfico 49.1.** Peso do lazer, recreação e cultura no consumo final dos agregados domésticos em Portugal | 1995 a 2013
- 366 Gráfico 49.2.** Peso do lazer, recreação e cultura no consumo final dos agregados domésticos: comparação entre Portugal e UE | 1995 a 2013
- 366 Gráfico 49.3.** Peso do lazer, recreação e cultura no consumo final: a posição de Portugal na UE | 1999 e 2013
- 367 Gráfico 49.4.** Afluência a eventos culturais em Portugal | 2000 a 2013
- 367 Gráfico 49.5.** Despesas *per capita* em atividades culturais e recreativas dos municípios por NUTS III | 2013
- 368 Gráfico 49.6.** Proporção da população que realizou pelo menos uma vez cada atividade cultural nos últimos 12 meses: a posição de Portugal na UE | 2007 e 2013
- 373 Gráfico 50.1.** Utilização de telefone fixo, telefone móvel e Internet em Portugal | 1986 a 2013
- 374 Gráfico 50.2.** Utilização de telefone fixo, telefone móvel e Internet: comparação entre Portugal e a UE | 1986 a 2013
- 374 Gráfico 50.3.** Indivíduos que usam diariamente a *internet*: a posição de Portugal na UE | 2003 e 2013
- 375 Gráfico 50.4.** Disponibilidade e utilização de serviços públicos *online*: a posição de Portugal na UE | 2013
- 375 Gráfico 50.5.** Evolução do número de indivíduos que efetua compras *online*: a posição de Portugal na UE | 2003 a 2013

-
- 375 Gráfico 50.6** Proporção de empresas que utilizam TIC's: comparação entre Portugal e UE | 2013
- 386 Posicionamento relativo** de Portugal nos pilares estratégicos face ao referencial da UE28
- 386 Posicionamento relativo** de Portugal nos pilares estratégicos face a Espanha, Grécia e Itália
- 387 Posicionamento relativo** de Portugal nos pilares estratégicos face a Alemanha, Irlanda e Suécia
- 434 Gráfico 1.1.** Total do investimento programado a financiar pelo QREN, FEADER e FEP | 2007-2013
- 434 Gráfico 1.2.** Total de investimento programado no QREN de acordo com os programas operacionais | 2007-2013
- 435 Gráfico 1.3.** Programação financeira do QREN – Programas operacionais e eixos prioritários financiados pelo FSE (em percentagem da dotação financeira total FSE)
- 435 Gráfico 1.4.** Programação financeira do QREN – Programas operacionais e eixos prioritários financiados pelo FEDER e Fundo de Coesão (em percentagem da dotação financeira total FEDER e Fundo de Coesão)
- 436 Gráfico 1.5.** Total do investimento programado para o desenvolvimento rural por via do FEADER | 2007-2013
- 436 Gráfico 1.6.** Total do investimento programado para as pescas por via do FEP | 2007-2013
- 440 Gráfico 2.1.** Total do investimento executado associado aos fundos estruturais e de coesão | 2007-2013
- 440 Gráfico 2.2.** Repartição da execução financeira do FEDER, Fundo de Coesão e FSE por região NUTS II | 2007-2013
- 443 Gráfico 2.3.** Repartição do financiamento FEDER e Fundo de Coesão por grandes domínios prioritários de intervenção
- 443 Gráfico 2.4.** Principais temas prioritários selecionados pelos Programas Operacionais FEDER e Fundo de Coesão com intervenção nas várias regiões NUTS II | 2007-2013
- 446 Gráfico 2.5.** Repartição do financiamento FEDER e Fundo de Coesão de acordo com as entidades beneficiárias
- 446 Gráfico 2.6.** Investimento total associado ao FEDER e ao Fundo de Coesão por região NUTS II | 2007-2013
- 446 Gráfico 2.7.** Financiamento FEDER e Fundo de Coesão *per capita* por região NUTS II | 2007-2013
- 449 Gráfico 2.9.** Execução financeira do FEDER e Fundo de Coesão por NUTS III Cruzamento dos montantes totais por habitante com os respetivos níveis de desenvolvimento | 2007-2013
- 452 Gráfico 2.10** Financiamento comunitário FSE por domínio de intervenção | 2007-2013
- 452 Gráfico 2.11** Financiamento comunitário FSE de acordo com a tipologia de entidades beneficiárias | 2007-2013
- 453 Gráfico 2.12** Repartição do financiamento FSE de acordo com os correspondentes domínios de intervenção por região NUTS II
- 453 Gráfico 2.13** Investimento total associado ao FSE por região NUTS II | 2007-2013
- 453 Gráfico 2.14** Financiamento *per capita* associado ao FSE por região NUTS II | 2007-2013
- 456 Gráfico 2.15** Financiamento comunitário FEADER por grandes domínios de intervenção | 2007-2013
- 456 Gráfico 2.16** Distribuição regional dos apoios FEADER pagos | 2007-2013
- 456 Gráfico 2.17** Investimento total financiado pelo FEP por eixos prioritários e medidas do PROMAR | 2007-2013
- 456 Gráfico 2.18** Distribuição regional do investimento financiado pelo FEP | 2007-2013

ÍNDICE DE MAPAS

- 45** **Mapa 1.1.** Variação do PIB *per capita* face à UE: a posição das regiões portuguesas na UE | 2000 a 2011
- 87** **Mapa 8.1.** Peso das indústrias transformadoras no emprego: a posição das regiões portuguesas na UE | 2013
- 95** **Mapa 9.1.** Dimensão das explorações agrícolas: a posição das regiões portuguesas na UE | 2010
- 117** **Mapa 12.1.** Evolução do número de dormidas de não residentes em estabelecimentos hoteleiros: a posição das regiões portuguesas na UE | 2009 a 2013
- 145** **Mapa 16.1.** Indicador de desempenho em inovação: a posição das regiões portuguesas na UE | 2013
- 218** **Mapa 26.1.** PIB *per capita* face à UE: a posição das regiões portuguesas na UE | 2011
- 218** **Mapa 26.2.** Índice de competitividade regional (UE28=0): a posição das regiões portuguesas na UE | 2013
- 245** **Mapa 30.1.** Taxa de emprego da população com 65 e mais anos de idade: a posição das regiões portuguesas na UE | 2013
- 251** **Mapa 31.1.** Índice sintético de fecundidade: a posição das regiões portuguesas na UE | 2012
- 318** **Mapa 42.1.** Taxa de abandono escolar precoce: a posição das regiões portuguesas na UE | 2013
- 333** **Mapa 44.1.** Camas hospitalares disponíveis: a posição das regiões portuguesas na UE | 2011
- 426** **Mapa 1.1.** Regiões elegíveis no III Quadro Comunitário de Apoio em Portugal | 2000-2006
- 426** **Mapa 1.2.** Regiões elegíveis no Quadro de Referência Estratégico Nacional em Portugal | 2007-2013
- 449** **Mapa 2.3.** Execução financeira do FEDER e Fundo de Coesão por NUTS III – Montantes *per capita* | 2007-2013
- 449** **Mapa 2.4.** Execução financeira do FEDER e Fundo de Coesão por NUTS III – Repartição do montante recebido por região | 2007-2013

Fundação Francisco Manuel dos Santos

Estudos Publicados

POLÍTICAS SOCIAIS

Coordenador: Pedro Pita Barros

Desigualdade económica em Portugal [2012]

Coordenador: Carlos Farinha Rodrigues

Informação e saúde [2013]

Rita Espanha

Custos da saúde: passado, presente e futuro [2013]

Coordenador: Carlos Costa

Mortalidade infantil em Portugal [2014]

Coordenadores: Xavier Barreto e José Pedro Correia

CONHECIMENTO

Coordenador: Carlos Fiolhais

Escolas para o século XXI [2013]

Alexandre Homem Cristo

Que ciência se aprende na escola? [2013]

Coordenadora: Margarida Afonso

Literatura e ensino do Português [2013]

José Cardoso Bernardes e Rui Afonso Mateus

Ensino da leitura no 1.º ciclo do ensino básico: Crenças, conhecimentos e formação dos professores [2014]

Coordenador: João Lopes

A ciência na educação pré-escolar [2014]

Coordenadora: Maria Lúcia Santos

Os tempos na escola: Estudo comparativo da carga horária em Portugal e noutros países [2014]

Coordenadora: Maria Isabel Festas

Ciência e Tecnologia em Portugal:

Métricas e impacto (1995-2011) [2015]

Armando Vieira e Carlos Fiolhais

DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

Coordenadora: Susana Peralta

O cadastro e a propriedade rústica em Portugal [2013]

Coordenador: Rodrigo Sarmento de Beires

25 anos de Portugal europeu [2013]

Coordenador: Augusto Mateus

A Economia do Futuro: A visão de cidadãos, empresários e autarcas [2014]

Coordenador: João Ferrão

Publicado em duas versões: estudo completo e versão resumida

Três décadas de Portugal europeu:

balanço e perspectivas [2015]

Coordenador: Augusto Mateus

ESTADO E SISTEMA POLÍTICO

Coordenador: Pedro Magalhães

Avaliações de impacto legislativo: droga e propinas [2012]

Coordenador: Ricardo Gonçalves

Publicado em duas versões: estudo completo e versão resumida

Justiça económica em Portugal [2013]

Coordenadores: Nuno Garoupa, Pedro Magalhães e Mariana França Gouveia

Publicado em 9 volumes

Segredo de justiça [2013]

Fernando Gascón Inchausti

Feitura das leis: Portugal e a Europa [2014]

João Caupers, Marta Tavares de Almeida

e Pierre Guibentif

Portugal nas decisões europeias [2014]

Coordenadores: Alexander Treschel e Richard Rose

Juízes na Europa: Formação, selecção, promoção e avaliação [2015]

Carlos Gómez Ligüerre

O Ministério Público na Europa [2015]

José Martín Pastor, Pedro Garcia Marques e Luís Eloy Azevedo

POPULAÇÃO

Coordenadora: Maria João Valente Rosa

Processos de envelhecimento em Portugal: usos do tempo, redes sociais e condições de vida [2013]

Coordenador: Manuel Villaverde Cabral

Publicado em duas versões: estudo completo e versão resumida

Dinâmicas demográficas e envelhecimento da população portuguesa: 1950-2011 Evolução e Perspectivas [2014]

Director: Mário Leston Bandeira

Este estudo apresenta os resultados do processo de atualização do projeto de investigação que a sociedade de consultores Augusto Mateus & Associados realizou para a Fundação Francisco Manuel dos Santos sobre o desenvolvimento de Portugal ao longo das primeiras três décadas de integração na União Europeia.

À entrada de um novo ciclo de programação estrutural polarizado pelo horizonte de 2020, este novo estudo apresenta uma plataforma organizada de partilha de conceitos, de indicadores e de análises, colocando à disposição da sociedade portuguesa ferramentas de compreensão e reflexão sobre a sua própria transformação económica e social, permitindo a formação de leituras diversificadas e plurais sobre as profundas transformações ocorridas no tempo de uma geração. A partir da observação da evolução da economia, da sociedade e dos fundos estruturais, cada leitor é assim convidado a traçar o seu próprio roteiro de interpretação destas três décadas de Portugal Europeu, alimentando e potenciando o processo de reflexão aberta e diversificada por todos os que se interessam pelo futuro da economia e da sociedade portuguesa, bem como pelo futuro da construção europeia.

Esta obra encontra-se dividida em três partes. Nos Olhares, observa-se a evolução da economia e da sociedade desde a adesão à União Europeia. Nos Retratos, cinquenta indicadores sintetizam o desenvolvimento de Portugal em comparação com a União Europeia em três momentos marcantes da história recente (1999, 2007 e 2013). Nos Fundos, analisa-se o financiamento estrutural disponibilizado a Portugal, apresentado uma visão completa do quadro de execução do último ciclo de programação estrutural (2007-2013).

